

VI SEMINÁRIO DISCENTE

PPGS-UFRGS

2017

# Múltiplos Olhares desde o Brasil

ANAIS

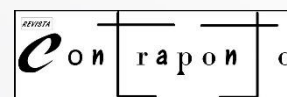
Realização:

 sociologia

Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Apoio:

 SOCILOGIAS

 eonraponto

 Instituto  
Latino-Americano  
de Estudos Avançados

 pro-pesq  
Pró-Reitoria de Pesquisa - UFRGS

**ANAIS DO VI SEMINÁRIO DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA DA UFRGS, 2017**

Ângela Camana  
Diogo Schmidt  
Julio Baldasso  
Bernardo Coldebella  
Camila Chiapetti  
Enio Passiani  
Fellipe Madeira  
Gustavo Schutz  
Mariana Garcia  
Michel Houli  
Wagner Nascimento

*Organizadores*

UFRGS

2018

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

---

S471 Seminário Discente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS  
(6. : 2017 out. : Porto Alegre, RS).

Anais do VI Seminário Discente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS, 2017: múltiplos olhares desde o Brasil [recurso eletrônico] / Organizadores, Ângela Camana ... [et al.]. — Dados eletrônicos. — Porto Alegre: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UFRGS, 2018. 492 p.

Requisitos do sistema: Adobe Reader.  
Modo de acesso: World Wide Web

Contém resumos expandidos.  
ISBN on-line: 978-85-66094-46-6

1. Ciências Sociais. 2. Sociedade. 3. Sociologia - Brasil. I. Camana, Ângela.

CDD 300

---

Catálogo na publicação: Poliana Sanchez de Araujo – CRB 10/2094

## SUMÁRIO

### **GT MINORIAS SOCIAIS: ESTIGMATIZAÇÃO, DISCRIMINAÇÃO, DESIGUALDADE E RESISTÊNCIA**

BOLÍVIA E EQUADOR: UM BREVE ESTUDO COMPARADO ACERCA DA REAL EFETIVAÇÃO DAS POLÍTICAS DE GÊNERO, VOLTADAS PARA MULHERES, APÓS AS MUDANÇAS CONSTITUCIONAIS .....	13
A LUTA POR RECONHECIMENTO DA MULHER COMO SUJEITO DE DIREITOS A PARTIR DO ACESSO À SAÚDE E AOS MÉTODOS REPRODUTIVOS E CONTRACEPTIVOS.....	22
“OS NINGUÊNS”: A CRIMINALIZAÇÃO DA CULTURA INDÍGENA (LEI MUWAJI) E A NECESSIDADE DE (RE)PENSAR O ESTADO MONISTA BRASILEIRO A PARTIR DO PLURALISMO JURÍDICO .....	29
ADEUS CONFLITO, BEM-VINDO DESENVOLVIMENTO! DAS ARTICULAÇÕES ENTRE ESTADO PÓS-COLONIAL, DESENVOLVIMENTO E CIDADANIA.....	36
MOVIMENTOS FEMINISTAS NAS RUAS: APONTAMENTOS SOBRE AS DISCURSIVIDADES DAS MARCHAS.....	42
“E EXISTE DRAG QUEEN AQUI?” .....	50
UM OLHAR SOBRE A CENA DRAG DE SANTA MARIA – RS .....	50
CRIMINALIZAÇÃO DO CORPO FEMININO: OS DEBATES SOBRE ABORTO NO CONGRESSO NACIONAL (2011-2014) .....	56
OS SIGNIFICADOS SOBRE A POLÍTICA NO ATIVISMO DE MULHERES NEGRAS NO MORRO DA POLÍCIA .....	67
SOCIOLOGIA EM “MANGAS DE CAMISA”: REPRESENTAÇÃO DO NEGRO BRASILEIRO NOS LIVROS DIDÁTICOS.....	76
O USO DA SOCIOLOGIA DISPOSICIONAL NO ESTUDO DE JOVENS EGRESSOS DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS .....	84

O ACESSO À SAÚDE INTEGRAL DA POPULAÇÃO LGBT E SUAS FAMÍLIAS: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA.....	92
HISTÓRIA, MIGRAÇÃO, RACISMO E XENOFOBIA BRASILEIRA: DIÁLOGO SOBRE OS HAITIANOS NO BRASIL DESDE 2010 .....	102

## **GT SOCIEDADE E CONHECIMENTO**

A SOCIOLOGIA NA MIRA DECOLONIAL: LIMITES NA CRÍTICA AO ENSINO E CURRÍCULO DE CIÊNCIAS SOCIAIS.....	117
VIVENDO ENTRE HÍBRIDOS: AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NO CONTEXTO DO ANTROPOCENO .....	122
CULTURA E INSTITUIÇÕES NA CIÊNCIA POLÍTICA: A RELAÇÃO INDIVÍDUO E SOCIEDADE REVISITADA .....	137
CULTURA ESCOLAR E HABITUS DE CLASSE: MECANISMOS DE DOMINAÇÃO NO ÂMBITO ESCOLAR.....	146
AS POSSIBILIDADES DE OPERAÇÃO DO DISPOSITIVO DE ESCOLARIZAÇÃO NA MODERNIDADE LÍQUIDA.....	153
CATOLICISMO POPULAR BRASILEIRO E PORTUGUÊS: OLHARES CRUZADOS .	161
PRÁTICAS POLICIAIS E MOVIMENTOS SOCIAIS: CONSTRUINDO FERRAMENTAS PARA UMA RECONSTRUÇÃO GENEALÓGICA .....	172
UMA ABORDAGEM MULTIPERSPECTÍVICA E MULTICULTURAL DA MÍDIA: AS CONTRIBUIÇÕES DOS ESTUDOS CULTURAIS DE DOUGLAS KELLNER PARA A ANÁLISE DA ATUAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO.....	178
CORPO ELEVADO: UM ENSAIO SOBRE A SUSPENSÃO CORPORAL.....	186
A TECNOLOGIA E O SURGIMENTO DE NOVOS MEIOS DE HOSPEDAGENS: REFLEXÕES E APONTAMENTOS ACERCA DO TURISMO E DA HOSPITALIDADE .....	193
O PODER RACIONAL SOBRE A VIDA: UM ESTUDO INTRODUTÓRIO .....	200

IDENTIDADE E CONSUMO: UM OLHAR ANTROPOLÓGICO SOBRE O USO DA CAMISETA DE BANDA NA METRÓPOLE PAULISTANA .....	208
AS BELAS IMAGENS: ARTE E CIDADE FRAGMENTADA MANIPULAÇÕES DO ESPAÇO E FRAGMENTOS DE RESISTÊNCIA .....	216

## **GT SOCIEDADE E ECONOMIA**

ECONOMIA CRIATIVA E SUAS IMPLICAÇÕES NO DESENVOLVIMENTO FRENTE À CRISE ECONÔMICA BRASILEIRA .....	224
FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA ECONOMIA DA CULTURA .....	232
AÇÃO ECONÔMICA NO PLANO LOCAL: OS CASOS DO DISTRITO INDUSTRIAL DA RESTINGA E DO PROGRAMA PORTO ALEGRE TECNÓPOLE NO PERÍODO 1989 – 2004 .....	242
SEGURANÇA PRIVADA E VIDA COTIDIANA: ANÁLISE DAS PRÁTICAS DE CONSUMO E DOS SERVIÇOS OFERECIDOS EM PELOTAS E RIO GRANDE/RS	253
GOVERNANÇA DA INOVAÇÃO: ANÁLISE DO PAPEL DO BNDES NA GOVERNANÇA DO SETOR DE SOFTWARE AO LONGO DAS GESTÕES PETISTAS (2003 - 2014) ....	259

## **GT SOCIEDADE, RURALIDADE E AMBIENTE**

A INTERNET COMO POTENCIALIZADORA DO DESENVOLVIMENTO RURAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DA ABORDAGEM DAS CAPACITAÇÕES DO AMARTYA SEN.....	269
OS <i>SEM-TERRA</i> E OS <i>ASSENTADOS</i> NA REGIÃO ESTANCIEIRA DO RIO GRANDE DO SUL: POR UMA SOCIODINÂMICA DA ESTIGMATIZAÇÃO.....	279
OS REFLEXOS DA CONSTRUÇÃO DE UMA HIDRELÉTRICA NA POPULAÇÃO RIBEIRINHA DE SÃO CARLOS DO JAMARI, PORTO VELHO – RO .....	289
MERCANTILIZAÇÃO E SINGULARIZAÇÃO NO CONTEXTO DOS PRODUTOS ORGÂNICOS.....	298

CULTIVANDO ALIMENTOS E LAÇOS: AS PRÁTICAS AGRÍCOLAS QUILOMBOLAS ENQUANTO FOMENTADORAS DOS SEUS ELOS COMUNITÁRIOS E DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL ..... 305

UM MAPEAMENTO SOBRE A PRODUÇÃO CIENTÍFICA DO “DESASTRE DE MARIANA”/MG: APROXIMAÇÕES INICIAIS DA PROBLEMÁTICA NO CAMPO AMBIENTAL..... 312

## **GT TRABALHO E SOCIEDADE**

COTIDIANO E EXCLUSÃO NA CIDADE DE PELOTAS/RS ..... 326  
RISCOS ERGONÔMICOS NO AMBIENTE DE TRABALHO ..... 332

DESIGUALDADES E ESTRATÉGIAS DA DUPLA JORNADA DE TRABALHADORAS AUTÔNOMAS..... 340

OS CARROCEIROS E OS CONFLITOS EM TORNO DA ATIVIDADE: O CASO DE PELOTAS, RS..... 348

A TERCEIRIZAÇÃO DO SETOR DE LIMPEZA: LÓCUS DO TRABALHO FEMININO E DA PRECARIZAÇÃO..... 358

ASSÉDIO MORAL: NAS RELAÇÕES DOMÉSTICAS DE TRABALHO COM PESSOAS NEGRAS EM PELOTAS..... 371

MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL MEI E OS NOVOS PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO: SURGIMENTO DE UMA NOVA CATEGORIA DE TRABALHADORES? ..... 376

## **GT VIOLÊNCIA, CONFLITUALIDADE, DIREITO E CIDADANIA**

VIGILÂNCIA, CONTROLE E SOCIEDADE TECNOLÓGICA: OS *DRONES* E A VIRTUALIDADE DA VIOLÊNCIA..... 384

O PAPEL DO ESTADO NO CONTEXTO DE CONFLITOS SOCIAIS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA ..... 394

INTERSECCIONALIDADE NOS FEMINICÍDIOS EM PELOTAS/RS: UM ESTUDO SOBRE RAÇA, CLASSE E GÊNERO..... 402

ANÁLISE SOCIOLÓGICA DA VIOLÊNCIA NA TERCEIRA IDADE: NAS INSTITUIÇÕES DE PROTEÇÃO AOS IDOSOS NAS CIDADES DE PELOTAS E PORTO ALEGRE.....	411
--	-----

## **GT SOCIEDADE, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS**

MILITANDO LA GESTIÓN: PARTICIPACIÓN POLÍTICA JUVENIL EN ARGENTINA DESDE LA AGRUPACIÓN “LA CÁMPORA”.....	419
ANÁLISE DE SENTIMENTO A PARTIR DOS DADOS DE PLATAFORMAS DIGITAIS: DAS ESTRATÉGIAS DE MARKETING AOS USOS SOCIOLÓGICOS .....	429
MÚLTIPLOS FLUXOS E COALIZÕES NO PROGRAMA CAMPONÊS DO RIO GRANDE DO SUL.....	437
POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE À POBREZA E REDUÇÃO DA DESIGUALDADE NA PERCEPÇÃO DO ALTO ESCALÃO DO EXECUTIVO FEDERAL DO BRASIL E DO URUGUAI.....	445
“MACHISTAS, RACISTAS NÃO PASSARÃO” – UMA ETNOGRAFIA NA MARCHA CONTRA O ESTUPRO EM PORTO ALEGRE. ....	454
CONSELHO DO POVO DE TERREIRO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – CPTERS: PROTAGONISMO E ATUAÇÃO POLÍTICA DO MOVIMENTO DO POVO DE TERREIRO NO RS.....	462
POLÍTICAS CULTURAIS E PARTICIPAÇÃO SOCIAL: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA CULTURA VIVA. ....	475
DEMOCRACIA LIBERAL EM CRISE E O RESGATE DAS ARENAS LOCAIS DE PARTICIPAÇÃO .....	482





## Múltiplos Olhares desde o Brasil

### **APRESENTAÇÃO – Pensar sobre e desde o Brasil**

Em sua sexta edição, em 2017, o Seminário Discente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGS/UFRGS) forjou-se nas inquietações acerca das especificidades – ou não – do pensamento social produzido no Brasil e sobre o Brasil. Como pensar temas sensíveis – e caros às Ciências Sociais, como raça e gênero – desde os trópicos? Quem são os grandes nomes da produção de conhecimento sociológico em nosso país? Quais as principais perspectivas futuras de uma “Sociologia Brasileira”? Estas foram algumas das questões que atravessaram as discussões deste evento, o qual assumiu já em seu nome a potência da pluralidade de perspectivas e respostas: ao longo dos dias 3, 4 e 5 de outubro de 2017, o VI Seminário Discente do PPGS/UFRGS buscou *Múltiplos Olhares desde o Brasil*.

Dando prosseguimento aos seminários pensados e realizados por discentes deste Programa de Pós-Graduação, a cada edição o evento se confirma como um espaço acadêmico de debate, reflexão e divulgação de pesquisas realizadas neste e em outros PPGs em Sociologia e/ou Ciências Sociais do Brasil. O VI Seminário Discente também buscou maior interlocução com outras áreas de conhecimento e fomentou a participação de acadêmicos da graduação, buscando estabelecer pontes e alargar as possibilidades de debate. Disto, reforçamos nosso desejo de que a dureza dos muros da universidade não apenas nos afaste, mas também possa servir de refúgio e promover interessantes encontros, os quais não estão isentos de conflitos e contradições.

O seminário foi elaborado tentando contemplar grandes nomes do pensamento social brasileiro, autores os quais buscaram – cada um ao seu modo – compreender as especificidades do país no qual vivemos e produzimos. Ao não assumir a diferença como aquilo que necessariamente nos aparte, o evento também justificou-se pela necessidade de pensar nas pontes possíveis entre as diversas formas de viver e de conhecer o mundo em que nos inserimos. Para tanto, o seminário deixou em suspenso categorias até então dadas estabelecendo um diálogo propositivo com outros saberes disciplinares contemplados na programação.

A programação do VI Seminário foi composta por uma conferência de abertura, proferida pelo renomado sociólogo José de Souza Martins, intitulada *A Sociologia Brasileira*



## Múltiplos Olhares desde o Brasil

*Ontem e Hoje.* No decorrer dos dias ocorreram quatro mesas redondas de caráter interdisciplinar abrangendo temas relevantes da agenda pública e da ciência brasileira: *Ativismo Institucional e Sociedade Civil, Raça: um conceito bio-psico-sócio-cultural, Gênero e Sexualidade: debates contemporâneos e Pensamento Social Brasileiro.* Por fim, destacamos os três turnos de grupos de trabalhos, visando contemplar as linhas de pesquisa do PPGS/UFRGS e o debate de temas relevantes na sociologia contemporânea. Cabe mencionar que os trabalhos eleitos como destaques de cada grupo de trabalho foram publicados em uma edição especial da revista discente do PPGS, a *Contraponto*.

A sexta edição do Seminário Discente recebeu mais de 150 resumos, propostos por estudantes de graduação, mestrado e doutorado de diversas áreas do conhecimento. Estiveram presentes no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS autoras e autores vinculados a diversos PPGs de nossa universidade (Sociologia, Antropologia Social, Ciência Política, Educação, Comunicação e Informação, História, Psicologia, Planejamento Regional e Urbano, Desenvolvimento Rural, Políticas Públicas, Medicina Social), o que alimentou nossa vontade de promover um espaço de debate multifacetado. Também merece destaque a participação de pesquisadoras e pesquisadores vindos de outras universidades da região, do país e até mesmo do exterior: PUC/RS, UNISINOS, UCS, UNISC, CNEC Gravataí, UFSM, UFPEL, UNESP, USP, Universidade de Lisboa, entre outras.

Os Anais deste evento reúnem algumas das reflexões compartilhadas, as quais são apresentadas na forma de resumos expandidos. Os textos serão expostos de acordo com os Grupos de Trabalho nos quais foram alocados, que correspondem às linhas de pesquisa compreendidas pelo PPGS/UFRGS, a saber: Sociedade e Conhecimento; Sociedade, Participação Social e Políticas Públicas; Sociedade, Ruralidade e Ambiente; Trabalho e Sociedade; Violência, Conflitualidade, Direito e Cidadania; Sociedade e Economia; e, por fim, Minorias Sociais: estigmatização, discriminação, desigualdade e resistência.

Boa leitura

**Ângela Camana e Diogo Schmidt**

Comissão Organizadora do VI Seminário Discente do PPGS/UFRGS

## DESTAQUES

A coordenação de cada grupo de trabalho do Seminário Discente do PPGS/UFRGS indicou um trabalho apresentado no evento como destaque. Os artigos completos podem ser conferidos em uma edição especial da Revista Contraponto (v. 4, n. 2), disponível *online* (<<http://seer.ufrgs.br/contraponto/issue/view/3379>>).

A seguir, os indicados:

<b>GT</b>	<b>Trabalho</b>	<b>Autoria/Instituição</b>
Minorias Sociais: estigmatização, discriminação, desigualdade e resistência	A constituição de uma política de saúde para a população negra	Junara Ferreira (PPGS/UFRGS)
Sociedade e Conhecimento	A Lei de Cotas e a universidade pública brasileira em debate	Bruna Anhaia (PPGS/UFRGS)
Sociedade e Economia	Política Econômica, Democracia e seus mecanismos: Um Estudo das Sabatinas à presidência do Banco Central nos governos FHC e Lula	Mateus Coelho Martins de Albuquerque; José Carlos Martines Belieiro Júnior (PPGCSociais/UFSM)
Sociedade, Ruralidade e Ambiente	Desenvolvimento, extensão rural e gênero: o "social" e suas metamorfoses na ASCAR	Lucas Woltmann Figueiró (PGDR/UFRGS)
Trabalho e Sociedade	As mulheres e o exercício da docência na Faculdade de Direito da UFRGS: uma análise do quinquênio 2012-2017	Roberta Pamplona (UFRGS)
Violência, Conflitualidade, Direito e Cidadania	A participação das mulheres nas conflitualidades: a interseccionalidade dos marcadores sociais da diferença como lastro de conhecimento específico necessário para um Jornalismo de Segurança Pública	Anelise Schutz Dias (PPGCOM/UFRGS)
Sociedade, Participação Social e Políticas Públicas	Ativismo e Múltiplos Engajamentos: a percepção de ativistas do movimento negro sobre a múltipla militância	Sara Bastos (PPGS/UFRGS)

VI Seminário Discente  
Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFRGS

3, 4 e 5  
de outubro

Local: Campus do Vale - UFRGS

Múltiplos Olhares  
desde o Brasil

**GRUPO DE TRABALHO  
MINORIAS SOCIAIS: ESTIGMATIZAÇÃO,**

## **DISCRIMINAÇÃO, DESIGUALDADE E RESISTÊNCIA**

### **BOLÍVIA E EQUADOR: UM BREVE ESTUDO COMPARADO ACERCA DA REAL EFETIVAÇÃO DAS POLÍTICAS DE GÊNERO, VOLTADAS PARA MULHERES, APÓS AS MUDANÇAS CONSTITUCIONAIS**

**Jordana Foiatto**

Universidade Federal de Pelotas (UFPel)

Na Bolívia e no Equador, o ciclo de ascensão das esquerdas<sup>1</sup> ocorreu, respectivamente, em 2005 com a presidência de Evo Morales e, em 2006, no governo de Rafael Correa. Nestes Estados, novas Constituições entraram em vigor, começando pelo Equador em 2008 e, finalmente, na Bolívia um ano depois. Para as mulheres, o processo constituinte serviu de cenário para a construção de agendas comuns entre as mesmas e diversas expressões, principalmente, do movimento feminista e indígena (AGREDA, 2012, p.62). Nesse sentido, a problemática escolhida para este artigo consiste em responder: quais são as diferenças entre as políticas de gênero implementadas, no âmbito das políticas equatorianas e bolivianas, a partir das novas Constituições que entraram em vigor, respectivamente, em 2008 e 2009?

A justificativa para tal questionamento consiste na observação de uma lacuna considerável entre o discurso e a prática em ambos os governos, principalmente nas políticas que dizem respeito aos direitos das mulheres. O objetivo primordial do presente artigo consiste em analisar as divergências das políticas de gênero introduzidas, na Bolívia e no Equador, a partir das novas Constituições que entraram em vigor no ciclo progressista dos respectivos Estados. Para isso, os seguintes objetivos específicos foram perseguidos: a) identificar avanços e retrocessos dessas políticas de gênero a partir da implementação de ambas as Constituições;

---

<sup>1</sup> De acordo com Bobbio “o elemento que melhor caracteriza as doutrinas e os movimentos que se chamam de ‘esquerda’, e como tais têm sido reconhecidos, é o igualitarismo, (...) não como utopia de uma sociedade em que todos são iguais em tudo, mas como tendência, de um lado, a exaltar mais o que faz os homens iguais do que o que os faz desiguais, e de outro, em termos práticos, a favorecer as políticas que objetivam tornar mais iguais os desiguais” (1995, p.110). No presente trabalho, entender-se-á por “esquerda”, a definição de Bobbio.



## Múltiplos Olhares desde o Brasil

b) apontar possíveis desafios para as políticas de gênero nesses países. A partir da metodologia quantitativa, utilizando a técnica bibliográfica e documental, o presente artigo será um estudo comparativo das políticas de gênero implementadas na Bolívia e no Equador após a implementação das Constituições dos novos Estados Plurinacionais.

### **A implementação das políticas de gênero nos novos estados plurinacionais: os primeiros passos em direção à igualdade**

Na Bolívia, a Assembleia Constituinte de 2006 deixou as minorias sociais do país numa grande expectativa por um futuro melhor e mais igualitário. As bolivianas foram protagonistas fundamentais nesse processo, já que, de acordo com Agreda (2012, p.63), as mesmas alcançaram uma “presença inédita de 34,51% na Assembleia, fazendo valer a representatividade de grupos heterogêneos”. A participação feminina nesse processo foi possível graças a “Lei Especial de Convocatória a Assembleia Constituinte”, a qual faz referência implícita à paridade e alternância na lista de candidatos (Ibid, p.64). Uma de suas maiores conquistas foi a inclusão de uma linguagem não sexista na nova Constituição, a qual garante maior visibilidade a identidade diferenciada entre homens e mulheres, e ainda, quase trinta artigos que garantem os direitos da mulher (YBARNEGARAY, 2012, p. 150).

O discurso de Evo Morales ganhou destaque por seu ambicioso desejo de “descolonização”, ademais, após algum tempo, surge no debate político o conceito de “despatriarcalização”, o qual é compreendido e utilizado juntamente com o termo “patriarcado”. De acordo com Sanabria (2012, p.181), conjuntamente, esses dois conceitos remetem um sistema de dominação de todos os homens sobre todas as mulheres, as quais aparecem como sujeitos sem nenhuma capacidade de resistência e agência diante dos poderes que as subordinam. Assim, atentando para o fato de que os conceitos envolvidos nesse meio são incipientes, abriu-se um debate considerável sobre sua conceituação, ao mesmo tempo em que muitas políticas de despatriarcalização estavam sendo criadas.

Cabe salientar que um espaço importante destinado às mulheres, por parte do governo, foram as *Cumbres Sociales de las Mujeres*. Segundo Agreda (2012, p. 66), essa articulação vem se constituindo em um meio que acolhe milhares de mulheres, as quais vêm se esforçando para construir agendas comuns, mesmo com todas as dificuldades que envolvem essa ação, desde



## Múltiplos Olhares desde o Brasil

questões logísticas até a busca de consensos.

O CONAPES<sup>2</sup>, criado 2008, é considerado outro marco de esforço governamental no que tange às políticas de gênero voltadas para a garantia do direito das mulheres. Segundo o governo, o CONAPES é produto de um grande processo de consulta entre o Governo Nacional e organizações sociais de mulheres de todo o país, procurando identificar os problemas que as afligem e desenvolver uma estratégia de longo prazo orientada a superá-los (BOLÍVIA, 2008, p. viii).

Após a revisão de algumas das principais políticas de gênero voltadas para as mulheres bolivianas, faz-se necessário direcionar a atenção para o Equador. Assim como na Bolívia, as mulheres equatorianas participaram do processo de mudança constituinte, um veículo importante dessa participação foi a “*Asamblea de Mujeres Populares y Diversas Del Ecuador*”, sua crítica foi além das estruturas governamentais, pois questionou o forte caráter liberal do próprio feminismo. Nesse contexto de transformação, surge uma aliança entre coletivos, organizações e experiências por um acordo nacional que resulta em uma proposta de novo texto constituinte.

Assim, a partir da Revolução Cidadã proposta por Correa, é possível dizer que a situação política feminina prosperou. Algumas demandas advindas dos movimentos sociais de mulheres foram atendidas, criando um espaço maior para elas na tomada de decisão. Em geral, o acesso das mulheres a serviços básicos aumentou, enquanto planos e programas para erradicar a violência contra a mulher e a inclusão do gênero em uma agenda de igualdade foram propostos e desenvolvidos (SANTILLANA, 2012, p. 44).

Em 2009, o governo desarticulou o CONAMU<sup>3</sup> que, desde 1997, atuava como organismo de direito público com finalidade social e pública, personalidade jurídica, patrimônio e regime financeiro e político próprio (ONU Mujeres Ecuador, 2015, p.24). Assim, o CONAMU foi substituído pela “Comissão de Transição para a Criação do CNIG<sup>4</sup>” no contexto de criação de um conjunto de conselhos de igualdade dirigidos a atender, visibilizar e transversalizar os interesses dos grupos “vulneráveis” da sociedade (Ibid). Contudo, somente em 2014, o CNIG

---

<sup>2</sup> Sigla em espanhol que diz respeito ao “*Plan Nacional para la Igualdad de Oportunidades: Mujeres Contruyendo la Nueva Bolivia para Vivir Bien*”.

<sup>3</sup> Em 1997, a Direção Nacional da Mulher se transforma no Conselho Nacional de Mulheres (CONAMU), o mesmo passou a ter autonomia administrativa, financeira e técnica, com capacidade de gerir políticas públicas de gênero. (GOVERNO DO EQUADOR, CNIG)

<sup>4</sup> *Consejo Nacional para la Igualdad de Género*, em tradução livre, Conselho Nacional para Igualdade de Gênero.



## Múltiplos Olhares desde o Brasil

é de fato criado.

O CNIG, então, começa seu trabalho com responsabilidade de observância da transversalização de gênero e coordenação de uma agenda para igualdade de gênero que atende, primordialmente, as mulheres e os grupos LGBT (Ibid). O que os difere o CNIG do CONAMU é o fato de que a nova instância tem somente poder consultivo. Sendo assim, o Conselho perde grande parte de sua autonomia, reduzindo sua margem de ação.

A participação das mulheres tanto na elaboração, como na luta pela efetivação de políticas públicas e leis para garantia de seus direitos, se torna fundamental nesse contexto de mudança, pois é a partir desse tipo de ação conjunta que espaços mais amplos para fomentar o debate acerca de suas demandas plurais são criados. Durante o ano de 2011, as organizações de mulheres cresceram em número de participantes e na capacidade de posicionamento nos discursos e nas práticas políticas (SANTILLANA, 2012, p. 45).

As propostas da Revolução Cidadã voltadas para violência de gênero parecem ser um tanto quanto contraditórias, pois ao mesmo tempo em que o governo demonstrou interesse em tratar a questão como política de Estado, os conteúdos e experiências já existentes, originados a partir das articulações e movimentos feministas do país, parecem não ter sido considerados. Nesse contexto, é possível constar que os programas e planos de erradicação da violência falharam, e no pior cenário, parece que o modelo de Estado rentista aprofundou ainda mais as desigualdades entre homens e mulheres (RUANO-SÁNCHEZ, 2015, p. 108).

Desse modo, apesar de suas limitações, a implementação da nova Constituição equatoriana garantiu avanços fundamentais no que tange as políticas de gênero, contudo ainda há muitos desafios para as mulheres atingirem um nível de participação, igualdade e políticas públicas satisfatório na prática, afinal, o Estado continua não reconhecendo as organizações de mulheres autônomas e críticas como atores políticos, tal como denuncia Santillana (2012, p. 46). Ademais, é imprescindível notar que a matriz de desigualdade enquanto modelo de justiça social, modelo produtivo, de desenvolvimento, tipo de participação política e violência de gênero não foram transformadas (Ibid, p. 44).

**Uma breve análise de dados sobre igualdade de gênero na Bolívia e no Equador: alcances, avanços e retrocessos das políticas de gênero após mudança constitucional**



O Índice Global de Desigualdade de Gênero<sup>5</sup>, elaborado pelo Fórum Econômico Mundial (FMI) desde 2006, tem como finalidade avaliar as condições enfrentadas por mulheres nas áreas de educação, saúde, economia e indicadores políticos, a partir de uma ampla análise estatística de 144 países. É importante salientar que para todos os subíndices – que equivalem às áreas analisadas – a pontuação máxima é 1 (igualdade) e a menor possível é 0 (desigualdade), assim como acontece na representação do valor final que possui a mesma variação de números.

A Bolívia, mesmo tendo uma desigualdade de gênero de 74.57%, alcançou níveis satisfatórios no último relatório de igualdade de gênero do FMI, pois avançou 57 posições desde 2008, saindo do 80º lugar para o 23º em 2016. Na região, o país fica com a segunda melhor posição em relação ao resultado geral. Enquanto o Equador não chegou a alcançar a média total, apresentando uma brecha de gênero de 72.62%, ocupando a 40ª posição no *ranking*. Faz-se necessário atentar para o fato de que, em 2009, o país estava em 23º lugar, desse modo, é possível dizer que apesar das inovações e avanços das políticas de gênero voltadas para as mulheres, a real efetividade das mesmas foi se esvaziando com o tempo. Na América Latina, o Equador ocupa o 9º lugar no *ranking*.

No que tange ao *status* dos dois países nas áreas analisadas pelo FMI, o Relatório de 2016 apresenta que na “Participação Econômica e Oportunidade”, o Equador ocupa melhor posição por estar no 93º posto, enquanto a Bolívia vem logo depois no 98º lugar. Da mesma forma, na “Consecução Educacional”, apesar de pouca diferença, o Equador apresenta uma lacuna de gênero menor, ocupando o 48º lugar, já a Bolívia fica com o 98º lugar, indicando maior desigualdade neste âmbito. Um empate ocorre na avaliação de “Saúde e Sobrevivência”, em que ambos ocupam a primeira posição, juntamente com diversos outros países. Na última área de análise, “Empoderamento Político”, a Bolívia fica muito bem colocada, pois ocupa a 11ª posição, enquanto o Equador ocupa a 32ª.

Em 2006, logo no início dos mandatos de Evo Morales e Rafael Correa, e antes da concretização das novas Constituições, a partir do Índice de Desigualdade de Gênero do FMI podemos constatar que tanto o Equador como a Bolívia, ocupavam piores posições no *ranking* de igualdade de gênero. A partir de uma breve reflexão sobre os relatórios de 2006, 2008, 2009

---

<sup>5</sup> Há três conceitos básicos que fundamentam o Índice Global de Diferença de Gênero, formando a base de como os indicadores são escolhidos, como os dados são tratados e as escalas são usadas. Primeiro, o Índice foca na mensuração de lacunas ao invés de níveis. Segundo, captura diferenças nas variáveis dos dados resultantes (*outcomes*) e, não, nas variáveis de entrada (*input*). Terceiro, compara países de acordo com a igualdade de gênero ao invés do empoderamento das mulheres (*THE GLOBAL GENDER GAP REPORT*, 2016).



## Múltiplos Olhares desde o Brasil

e 2016, é possível dizer que a mudança constitucional em ambos os países, proporcionou importantes transformações políticas para as mulheres, pois a desigualdade de gênero vem diminuindo com o passar dos anos.

Por meio de um breve resumo sobre a América Latina, o Relatório (Ibid, p. 19) indica que a Bolívia registra um rápido declínio na participação feminina na força de trabalho, mas tem atingido igualdade no número de mulheres presentes no Parlamento, ademais, fechou completamente a lacuna de gênero na área de saúde e sobrevivência. Já sobre o Equador, o relatório aponta que o mesmo continua apresentando uma inversão na área de “Participação Econômica e Oportunidade”, com contratempos em todas as categorias, exceto em “trabalhadores profissionais e técnicos”, em que alcançou igualdade, assim como na “Saúde e Sobrevivência” (Ibid, p. 20).

A melhora considerável no *status* da Bolívia no Índice Global de Desigualdade de Gênero é garantida pela igualdade política obtida pela representatividade feminina, a qual foi conquistada através do sistema eleitoral de Paridade e Alternância implementado por Morales. De acordo com os dados da União Interparlamentar (IPU, 2016), em 2016, as mulheres ocupavam 53.08% dos cargos no Parlamento. Assim, torna-se evidente a eficácia desse sistema adotado no governo de Evo, podendo a partir disso, servir como modelo de representatividade política igualitária para a região. Enquanto isso, o cenário pós-constituente equatoriano é marcado por um distanciamento entre movimentos sociais, principalmente o indígena, e o governo. De acordo com Silvia Ugalde (2013, p.84):

“A visibilidade e empoderamento das mulheres indígenas bolivianas, nesse contexto, significam uma forte sacudida nas concepções e comportamentos das organizações feministas tradicionais. Assim, a conclusão da proposta de despatriarcalização como política estatal provoca um envolvimento direto dessas organizações no debate social. Isso não existe no Equador, onde o movimento de mulheres vem se debilitando, tanto pela cooptação estatal de algumas organizações como pela dispersão de outras, e ainda, a incapacidade de construir uma representação coletiva.”

Mesmo para a Bolívia que mantém um vínculo mais estreito com os movimentos indígenas, de acordo Agreda (2012, p. 72), será preciso um esforço maior para reconhecer as mulheres indígenas, as injustiças, a discriminação, a violência e o machismo que as mesmas sofrem dentro e fora de suas comunidades. Ainda hoje, há uma tendência de invisibilização tanto da violência em razão do gênero como do machismo nos povos originários, na realidade,



## Múltiplos Olhares desde o Brasil

é de suma importância compreender que nem mesmo estas comunidades ficaram livres das marcas deixadas pela colonização e sua herança patriarcal.

Nesse sentido, uma conquista importante para a Bolívia foi a Aliança de Mulheres que reúne dezesseis organizações de mulheres diferentes, segundo Ugalde (Ibid, p. 87), essa união foi possível graças a forte presença social, sem precedentes na história do país, das organizações de mulheres e dos movimentos indígenas e populares que culminou em uma aprendizagem político de articulação.

Em contrapartida, o movimento de mulheres, no Equador, parece carecer de um entendimento conjunto mais amplo acerca das mudanças sociais, econômicas, culturais e materiais que aconteceram desde o momento em que Correa assumiu a presidência. Assim, mesmo que um dos pilares da popularidade de Rafael Correa tenha sido o aumento de gastos com as políticas de inclusão social, pode-se dizer que as mesmas foram ineficientes, pois permanecem as desigualdades estruturais de gênero.

Nos últimos vinte anos, o Equador apresentou redução nos níveis de pobreza das mulheres. Contudo, se esse dado for analisado em comparação com os índices de pobreza dos homens, é possível perceber que o cenário presente não difere muito do passado, pois ainda há uma séria desigualdade econômica de gênero. Apesar dos avanços garantidos pela nova Constituição, alguns direitos – principalmente os sexuais e reprodutivos – reivindicados pelas equatorianas, parecem ter sido omitidos no texto constitucional, gerando conflitos internos e debates intergovernamentais sobre temas polêmicos, como a questão do aborto.

Por parte dos governos a situação é mais complexa, pois a institucionalidade dos órgãos encarregados de efetivar as políticas de gênero em ambos os países demonstra ser frágil. Somado a isso, há o fato de que os recursos destinados ao desenvolvimento e efetivação dessas políticas são escassos. Esses dois fatores combinados, remetem ao questionamento sobre a real vontade política dos governos em alcançar, de fato, a igualdade entre homens e mulheres nos mais variados âmbitos. Nesse sentido, parece existir uma lacuna considerável entre os discursos dos presidentes e o que eles efetivaram realmente na prática durante seus mandatos, pois, apesar de ambos terem conquistado avanços fundamentais em matéria de gênero, essas políticas parecem se esvaziar com o passar dos anos, demonstrando que as mesmas precisam estar em constante avaliação e evolução não só pelos órgãos governamentais como também pelas organizações de mulheres.



## Múltiplos Olhares desde o Brasil

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde que as Constituições da Bolívia e do Equador entraram em vigor, um maior destaque é dado para a garantia dos direitos das mulheres. Em comparação com os antigos governos neoliberais é possível observar um aumento significativo na preocupação com a população feminina por parte dos Estados. Nesse sentido, o esforço governamental foi traduzido em planos, cúpulas, conselhos, políticas e debates, sendo assim possível afirmar que algumas dessas iniciativas se desenvolveram e avançaram, mesmo com alguma debilidade em seu funcionamento. Nesse contexto, a organização e a participação ativa dos movimentos plurais de mulheres foram ações fundamentais para a conquista de resultados reais dessas políticas, sem a luta efetiva por seus direitos não haveria melhoria nos níveis de igualdade de gênero.

A partir da análise comparativa observa-se que a institucionalidade dos órgãos encarregados de efetivar tais políticas demonstra ser frágil em ambos os Estados. Somado a isso, há o fato de que os recursos destinados ao desenvolvimento e efetivação dessas políticas são escassos. Assim, é possível observar uma lacuna considerável entre os discursos dos presidentes e o que seus governos efetivaram realmente na prática durante seus mandatos, pois, apesar de ambos terem conquistado avanços fundamentais em matéria de gênero, essas políticas parecem se esvaziar com o passar dos anos, demonstrando que as mesmas precisam de constante avaliação não só pelos órgãos governamentais como também pelas organizações de mulheres.

De acordo com o Índice Global de Desigualdade de gênero desenvolvido pelo FMI, em 2016, a Bolívia ocupou melhor posição no *ranking* geral em comparação ao Equador, o qual nos últimos anos tem vivenciado um retrocesso nesse âmbito. A hipótese de que a lacuna entre a implementação e efetivação das políticas de gênero é maior no Equador foi comprovada, mas é imprescindível salientar que há pouca diferença entre os países nesse sentido. O governo da Bolívia, também precisa avançar, em diversos âmbitos, para alcançar uma igualdade de gênero estrutural e concreta de fato.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



## Múltiplos Olhares desde o Brasil

BOLIVIA. **Plan Nacional para Igualdad de Oportunidades**. La Paz, 2008, 137 p. Disponível em: <<http://www.bivica.org/upload/mujeres-igualdad-oportunidades.pdf>>. Acesso em: 13 nov. 2017.

SANCHEZ, Carmen (Comp.). Mujeres en dialogo: avanzando hacia la despatriarcalización en La Bolivia. In: AGREDA, Evelyn. **Del proceso Constituyente al Vivir Bien desde la Mirada de las Mujeres**. La Paz: Editora Presencia Srl, 2012. p. 62-74. Disponível em: <<http://www.bivica.org/upload/mujeres-despatriarcalizacion.pdf>>. Acesso em: 13 nov. 2017.

SANCHEZ, Carmen (Comp.). Mujeres en dialogo: avanzando hacia La despatriarcalización en La Bolivia. In: YBARNEGARAY, Jenny. **Entre el discurso e la práctica: dilemas de La despatriarcalización en el proceso de cambio**. La Paz: Editora Presencia Srl, 2012. p. 143-164. Disponível em: <<http://www.bivica.org/upload/mujeres-despatriarcalizacion.pdf>>. Acesso em: 13 nov. 2017.

SANCHEZ, Carmen (Comp.). Mujeres en dialogo: avanzando hacia La despatriarcalización en La Bolivia. In: SANABRIA, Carmen E.. **Despatriarcalización en el horizonte del Estado Plurinacional de Provaciones, Apuestas y Propuestas**. La Paz: Editora Presencia Srl, 2012. p. 180-195. Disponível em: <<http://www.bivica.org/upload/mujeres-despatriarcalizacion.pdf>>. Acesso em: 13 nov. 2017.

SANTILLANA, Alejandra. A cinco años de La Revolución Ciudadana: La gran deuda histórica es con las mujeres. **La Tendencia: Revista de Análisis Político**, Quito, n. 13, p.44-47, abr. 2012. Disponível em: <[http://www.fes-ecuador.org/fileadmin/user\\_upload/pdf/410%20MOVMUJTEN132012\\_0529.pdf](http://www.fes-ecuador.org/fileadmin/user_upload/pdf/410%20MOVMUJTEN132012_0529.pdf)>. Acesso em: 13 nov. 2017.

ONU Mujeres. **Mujeres Ecuatorianas: Dos décadas de cambios 1995-2015**. Quito: Grupo Impresor, 2015, 124p. Disponível em: <<http://ecuador.unwomen.org/es/digiteca/publicaciones/2016/09/mujeres-ecuatorianas-resumen-ejecutivo>>. Acesso em: 13 nov. 2017.



## Múltiplos Olhares desde o Brasil

### **A LUTA POR RECONHECIMENTO DA MULHER COMO SUJEITO DE DIREITOS A PARTIR DO ACESSO À SAÚDE E AOS MÉTODOS REPRODUTIVOS E CONTRACEPTIVOS**

**Michele Cristina de Oliveira**

Centro Universitário São Camil/Viva Rio

**Lívio Silva de Oliveira**

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

A passagem da mulher de sujeito histórico de exclusão para sujeito de direitos aponta para conflitos sociais e disputas políticas na sociedade e nas instituições estatais brasileiras. A Constituição de 1988 veio após um período ditatorial (1964-1985), que teve o protagonismo político dos militares e apoio massivo de empresários do setor civil, dando características de ditadura civil-militar. Neste período foram cerceados direitos de cidadania e opositores políticos foram perseguidos, presos, torturados, exilados ou mortos. Dessa forma, a Constituição Federal foi a formalização de algumas demandas que afligiam a sociedade brasileira naquele momento a partir de movimentos sociais organizados para fazer pressão política. O quadro de modernidade tardia apresentou os seus dilemas, como o aumento da criminalidade e a visibilidade de determinados sujeitos de exclusão como vítima de violências físicas e/ou simbólicas, ou seja, a violência difusa (TAVARES-DOS-SANTOS, 2009), situação que o sujeito histórico mulher se encontra.

Para a formulação da Constituição, foram identificadas dificuldades nesse processo pela pluralidade de atores ao somar esse contexto complexo de temáticas e de demandas divergentes se mostraram um desafio para conciliações entre temas prioritários entre os sujeitos. Contudo, o diálogo entre esses atores foi necessário para conhecer e trabalhar demandas e temáticas diversas de maneira transversal, por se tratar de uma ação intercultural, que se forma uma rede para compreender o fenômeno da inclusão e da exclusão social no Brasil, e suas clivagens entre atores tão distintos, levando-se em consideração os direitos humanos de várias gerações no país (SCHERER-WARREN, 2007. p. 20-1). É interessante analisar quais foram as formas que as organizações, como os próprios movimentos sociais, por exemplo, contribuíram para o

empoderamento da sociedade civil em um contexto tão plural de reivindicações nos momentos decisórios, como a promulgação da Carta Magna de 1988. Em síntese, os conflitos sociais se encontram na esfera do reconhecimento ou do não reconhecimento desses atores sociais como portadores e sujeitos de direito, sejam eles indivíduos e/ou classes e/ou grupos sociais marginalizados e estigmatizados por questões étnico-raciais, econômicas, políticas, culturais, e de gênero. Nesse sentido a articulação sociológica entre os conceitos de estigma e de reconhecimento se faz necessária para compreender quais dispositivos jurídicos e suas perspectivas constituem a *mulher* como um sujeito de direitos.

A partir do interacionismo simbólico, Erving Goffman (1978) formula a teoria do estigma para analisar a construção social de uma identidade deteriorada. Para Goffman, o estigma indica um indivíduo e/ou grupo social que está inabilitado para aceitação social plena, a partir de uma carreira moral estereotipada de forma negativa, que pode retirar sua condição de humano pleno. O estigma é um atributo depreciativo que pode confirmar ou não a normalidade de outra pessoa, um tipo especial entre atributo e estereótipo (GOFFMAN, 1978. p. 13). Os signos de estigmatização podem ser de raça, de gênero, de classe, entre outros. De maneira relacional, Goffman afirma que o estigma faz parte da interação entre indivíduos concretos, na qual os indivíduos nessa situação de desvantagem podem reproduzir valores sociais que reforcem os seus próprios atributos depreciativos (idem. p. 149), ou seja, o estigmatizado e quem o estigmatiza são partes complementares entre si, um não existe sem o outro (ibidem. p.146). A partir do estigma, a *mulher*, como um sujeito histórico de exclusão, se torna vulnerável à violência difusa, que é apresentada por Tavares dos Santos como fenômeno é constituído por “*um processo social diverso do crime, anterior ao crime ou ainda não codificado como crime no Código Penal*” (TAVARES-DOS-SANTOS, 2009. p. 141), sendo legitimada pela consciência social nas sociedades contemporâneas do século XXI, ainda que seja uma norma social institucionalizada, controversa e polêmica. Nesse sentido, o estigma tem funções de parâmetros para o grau de cidadania em cada sociedade.

Nesse ponto, a teoria do reconhecimento defendida por de Axel Honneth (2003) é uma das bases para analisar o conceito de cidadania. A luta pelo reconhecimento é proveitosa no sentido de entender a luta gerada pelo conflito contra o Estado, no intuito de reconhecimento de demandas sociais. Ele argumenta que a distinção entre mundo da vida e sistema é ambígua no indivíduo, a partir de uma análise baseada na racionalidade comunicativa, complementando

que a base da interação é o conflito, e sua gramática é a luta pelo reconhecimento (HONNETH, 2003. pp.16-17). Sua análise foca os conflitos que se originam do desrespeito social. Essa ação se caracteriza pelo ataque a uma determinada identidade pessoal ou coletiva, que vem a afetar as relações de reconhecimento em três esferas: da emotiva, da estima social, e do jurídico moral.

Axel Honneth constrói sua teoria crítica da sociedade a partir da premissa que a luta pelo reconhecimento recíproco é a origem das mudanças sociais (HONNETH, 2003. p. 24). Assim, a relação jurídica positivada é um constructo do reconhecimento de outros membros da coletividade a partir da socialização afetiva primária como fio condutor (idem. p. 179). Ele afirma que o princípio fundamental universalista é necessário para o reconhecimento do sistema jurídico e a autoridade do Direito. A estima social é um dos pontos do reconhecimento jurídico, para Honneth. O direito como respeito não tolera graduação entre as pessoas. Segundo Honneth, o respeito é caracterizado, nesse sentido, como reconhecimento do indivíduo como ser humano e sua estima por essa condição (ibidem. pp. 184-185). A coletividade jurídica moderna depende da racionalidade e da condição de igualdade entre os indivíduos para que se torne legítima, para que não haja julgamentos morais. O direito, então, não pode ser monetarizado e o acesso a ele deve ser universal (p.190). No entanto, o estigma social choca-se contra essa afirmativa de Honneth por Goffman indicar que essa é uma relação entre indivíduos concretos, indicando uma relação assimétrica de poder.

Por fim, Honneth afirma que o indivíduo possua capacidade de juízo autônomo no campo jurídico. Nesse sentido, Os direitos subjetivos, positivados em direitos civis, são necessários para que o indivíduo tenha chance de construir um autorrespeito. No entanto, Honneth observa para as questões de autocompreensão de uma determinada sociedade em relação a objetivos comuns (HONNETH, 2003. p. 200). O prestígio social e a reputação são considerados a partir de uma análise não só de um indivíduo, mas de um grupo social. O reconhecimento dos valores éticos e culturais faz parte dessa avaliação. Caso essas expectativas não sejam cumpridas, o sujeito pode passar por experiências emotivas negativas, que podem gerar conflitos. Assim, para Honneth o discernimento adquirido da empiria é capaz de assumir uma forma de resistência política pelo reconhecimento (Idem. p. 224). Afinal de contas, a qual mulher este sujeito corresponde?

No que diz respeito à saúde da mulher, a Constituição Federal de 1988 foi o primeiro divisor temporal importante no sentido de formalidade legal, através do Art. 196. O referido





## Múltiplos Olhares desde o Brasil

artigo traz em sua redação o seguinte texto: “*A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação*”. Nesse momento a mulher pode ser identificada como um sujeito de direitos.

Em 12 de janeiro de 1996 é criada a Lei n.º 9.263, que dispõe sobre o planejamento familiar:

*Art. 3º*

*“O planejamento familiar é parte integrante do conjunto de ações de atenção à mulher, ao homem ou ao casal, dentro de uma visão de atendimento global e integral à saúde.”*

*Art. 4º*

*“O planejamento familiar orienta-se por ações preventivas e educativas e pela garantia de acesso igualitário a informações, meios, métodos e técnicas disponíveis para a regulação da fecundidade.”*

Apesar da ambiguidade dessa Lei e de estar ainda muito ligada a questões reprodutivas, a mulher consegue certo empoderamento sobre o seu corpo. Essa mulher pode escolher se quer ter filhos e, se quiser, quando tê-los. Além da possibilidade de escolha de qual método usar, sendo orientada por um profissional de saúde.

Em 2004 é implantada no Brasil a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher onde se começa a se pensar na mulher como um ser completo no sentido legal, que vai além da questão reprodutiva e contraceptiva. A partir das políticas públicas com enfoque de gênero, integralidade e promoção à saúde, a *mulher* começa a receber um olhar mais humanizado. E em 2011 o Ministério da Saúde junto com “*Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher – Princípios e Diretrizes*”, reafirma seu compromisso em garantir ações que promovam o bem estar da mulher e o enfoque no gênero. Anteriormente, segundo Haraway (2004), a mulher foi vista pela sociedade machista como um ser sem valor, sem direitos e vontades, ou até mesmo como objeto. O homem reinava absoluto até que chegou o momento da libertação.

Desde que o SUS foi criado pela Constituição Federal de 1988 e com a criação da Lei 8080 de 19 de setembro de 1990 que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá

outras providências, o enfermeiro assumiu um papel mais abrangente nas Unidades de Atenção Básicas em Saúde (ABS), principalmente no que diz respeito a saúde da mulher nas orientações de cuidados à saúde. Segundo Araújo *et al* (2011), o enfermeiro é um ator fundamental na assistência realizada dentro das Unidades Básicas de Saúde (UBS), principalmente no programa Estratégia Saúde da Família (ESF). Este profissional está qualificado para prestar o atendimento à mulher, na área educativa, preventiva e de promoção à saúde.

Portanto, podemos identificar que por muito tempo a *mulher* foi vista como aquela que “*só reproduzia*” e os cuidados destinados a este sujeito histórico eram somente reprodutivos. A partir de políticas públicas voltadas para a mulher com enfoque de gênero, integralidade e promoção de saúde, o sujeito histórico *mulher* começa a ser identificado e um olhar mais humanizado. Nesse sentido, alguns direitos formais podem indicar que o sujeito histórico *mulher* não é universal. O acesso de direitos, como aos trabalhistas, à saúde e aos civis, podem ser vias de emancipação e promoção de cidadania das mulheres para além do âmbito doméstico, que podem ser transversalizadas por questões de gênero, raça, classe social, entre outras.

A transversalidade do sujeito *mulher* pode ser um vetor para pré-noções morais consolidadas no imaginário social. Nesse sentido, as questões de gênero, raça, classe social, entre outras, podem ser fatores de reprodução de estigmas sociais e de flexibilização dos direitos relacionados ao sujeito histórico *mulher*. A autonomia de decisão sobre o próprio corpo emerge como um grande tabu no sentido de direitos civis, exemplificado na dificuldade em acessar meios contraceptivos por parte da mulher ou regulamentação do aborto no Brasil. Esses exemplos parecem universalizar a *mulher* como sujeito, porque transversa toda uma estrutura social. Dessa forma os valores depreciativos são remetidos a determinados comportamentos para estigmatizá-los, o que incide sobre a reputação e a estima social. Nesse sentido, podemos afirmar que o reconhecimento legal não é sinônimo de legitimidade social. Ou seja, a *mulher* pode sofrer violências ou violações de seus direitos previstos em lei que não haverá a comoção e/ou sensibilização social, podendo ser jogada sobre ela o ônus da culpa da violência que ela mesma sofreu.

As mulheres no Brasil possuem um histórico de participação na Administração Pública, ora reduzido, ou ora inexistente. Essa dinâmica afeta diretamente as suas vidas uma vez que, alijadas dos processos decisórios, suas demandas podem não ser atendidas e convertidas em norma legal, o que conferiria ao sujeito histórico *mulher* um espaço formal de disputa social



## Múltiplos Olhares desde o Brasil

através da reivindicação das devidas responsabilidades do Estado. Nesse sentido, apesar de serem maioria da população no Brasil, as mulheres são caracterizadas por serem minorias na estrutura estatal. Assim, é necessária a prática de ações legais para que se garanta o reconhecimento de sujeitos históricos de exclusão como sujeitos de direitos, a partir de demandas específicas em forma de propostas para a formulação e implementação de políticas públicas referentes aos seus interesses para o poder público. O estímulo da mobilização social e de ações diretas por parte de grupos sociais excluídos da esfera pública, como o caso da *mulher*, cria a emergência de órgãos públicos específicos com competência para gerir determinadas demandas, com orçamento próprio e autonomia para essas políticas de perspectiva afirmativa de direitos para a inclusão social de grupos marginalizados.

Podemos chegar a algumas conclusões nesse sentido. Uma delas é que houve determinados avanços sociais para as mulheres que podem ser identificados no acesso a determinados direitos na área da saúde, como o direito à licença maternidade, que indica o reconhecimento da mulher como trabalhadora formal, por exemplo. No entanto, podemos identificar a persistência da noção de que a *mulher*, como um sujeito histórico, ainda é remetida às tarefas e funções domésticas, mesmo em algumas leis que podem promover e garantir o acesso aos direitos de cidadania, o que acarreta, também, a sua falta de legitimidade na estrutura social brasileira. A outra é o comprometimento da autonomia política das mulheres como traço histórico dessa sujeição excludente no país, o que pode levar a retrocessos jurídicos, inclusive na área da saúde. O mais emblemático nesse sentido é a tentativa de criminalização de aborto em toda e qualquer circunstância, que tramita no Congresso Nacional. Atualmente no Brasil, a prática do aborto não é crime em duas situações: gestação de fetos anencéfalos e em casos de estupros. Essa vulnerabilidade indica também um persistente déficit democrático no país, uma vez que as esferas de reconhecimento ainda são sobrepostas por estigmas para efetivação dos direitos de cidadania de sujeitos históricos de exclusão, como é o caso da *mulher* no Brasil.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Constituição Federal 1988**, Disponível em: [http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes\\_Brasileiras/constituicao1988.html](http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao1988.html)

\_\_\_\_\_. Lei n.º 9.263 de 12 de janeiro de 1996, Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9263.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9263.htm)



## Múltiplos Olhares desde o Brasil

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

HARAWAY, D. (2004), **Gênero para um dicionário marxista- a política sexual de uma palavra**, Disponível em: [www.scielo.br/pdf/cpa/n22/n22a09.pdf](http://www.scielo.br/pdf/cpa/n22/n22a09.pdf)

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: 34, 2003.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (2011), **Políticas nacional de atenção à saúde da mulher**, Disponível em: [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_nac\\_atencao\\_mulher.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nac_atencao_mulher.pdf)

SCHERER-WARREN, Ilse. **Fóruns e redes da sociedade civil: percepções sobre exclusão social e cidadania**. In.: Revista Política & Sociedade. Florianópolis: UFSC/PPGSP, 2007.

TAVARES-DOS-SANTOS, José Vicente. **Violências e Conflitualidades**. Porto Alegre: Tomo, 2009.

## **“OS NINGUÊNS”: A CRIMINALIZAÇÃO DA CULTURA INDÍGENA (LEI MUWAJI) E A NECESSIDADE DE (RE)PENSAR O ESTADO MONISTA BRASILEIRO A PARTIR DO PLURALISMO JURÍDICO**

**Michele Alves Monteiro**

Pontífice Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

**Tatiana A.F.R. Cardoso Squeff**

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

O conceito de cultura é complexo, uma vez que engloba diversos aspectos dos grupos humanos, isto é, está fundamentalmente associada ao processo de construção da sociedade, de forma simbólica e dinâmica, expressando a linguagem, os valores, os comportamentos, enfim, a identidade de grupos sociais.

Geertz (2008) sustenta, sob a forte influência de Weber, o qual defendia a ideia de que o homem é um animal que vive preso a uma teia de significados por ele mesmo criada, que a cultura seria essa teia e a sua análise. Por tal razão que, tendo em vista que os seres humanos sentem, percebem, raciocinam, julgam e agem sob o comando de tais símbolos e suas significações, a experiência humana caracteriza-se por uma sensação significativa e interpretada (GEERTZ, 2008).

É por intermédio dos padrões culturais, amontoados ordenados de símbolos significativos, que o homem encontra sentido nos acontecimentos através dos quais ele vive. O estudo da cultura, a totalidade acumulada de tais padrões, é, portanto, o estudo da maquinaria que os indivíduos ou grupos de indivíduos empregam para orientar a si mesmos num mundo que de outra forma seria obscuro. (GEERTZ, 2008, p. 150)

Pode-se afirmar, por conseguinte, que a cultura acaba por delinear o comportamento humano, já que produz símbolos que guiam a vida dos indivíduos, de forma que a formação de uma cultura está repleta de elementos e significados que vai identificar esse povo e diferenciá-lo de outras comunidades.

Acontece que uma das maiores dificuldades encontradas no campo político, jurídico e social para se buscar a convivência das diversas culturas dentro de um mesmo contexto social

está associada ao fato de que o grupo dominante enxerga o diferente com olhos de superioridade, sendo os grupos minoritários (o “Outro”) inferiores e representando uma ameaça à sociedade preponderante, porquanto ferem a sua própria identidade cultural (ROCHA, 2009).

Assim, quando se está diante de outra realidade cultural, beira até à normalidade o estranhamento decorrente deste “choque”, devido ao fato de que cada cultura tem uma concepção particular acerca dos significados da sua simbologia, sendo que não é sempre que a percepção sobre os símbolos coincidem.

É neste contexto que se compreende a dificuldade que se tem em considerar o “Outro” consoante os valores destes, característica esta do etnocentrismo, o qual, nas palavras de Rocha, é elucidado como:

*[...] uma visão do mundo com a qual tomamos nosso próprio grupo como centro de tudo, e os demais grupos são pensados e sentidos pelos nossos valores, nossos modelos, nossas definições do que é a existência. No plano intelectual pode ser visto como a dificuldade de pensarmos a diferença; no plano afetivo, como sentimentos de estranheza, medo, hostilidade, etc. (ROCHA, 2009, p. 17)*

O etnocentrismo avalia as culturas diferentes de acordo com os padrões de sua sociedade, os quais são usados para conferir valores (se corretos ou não) aos costumes de outrem. Um exemplo disso é a imagem preconceituosa refletida nos livros didáticos sobre os índios.

*Alguns livros colocavam que os índios eram incapazes de trabalhar nos engenhos de açúcar por serem indolentes e preguiçosos. Ora, como aplicar adjetivos tais como “indolente” e “preguiçoso” a alguém, um povo ou uma pessoa, que se recusa a trabalhar como escravo, numa lavoura que não é a sua, para a riqueza de um colonizador que nem sequer é seu amigo: antes, muito pelo contrário, esta recusa é, no mínimo, sinal de saúde mental. Outro fato também interessante é que um número significativo de livros didáticos começa com a seguinte informação: os índios andam nus. Este “escândalo” esconde, na verdade, a nossa noção absolutizada do que deva ser uma roupa e o que, num corpo, ela deve mostrar e esconder. (...) Da mesma maneira, nada garante que os índios andem nus a não ser a concepção que eles mesmos teriam de nudez e vestimenta. (ROCHA, 2009, p. 16)*

Diante deste quadro, percebe-se que, como não é permitido dar voz ao “Outro” para que ele possa dizer de si mesmo, a imagem do índio é distorcida e manipulada de acordo com anseios ideológicos, nutrindo, muitas vezes, um sentimento xenofóbico, racista e etnocida. Assim, as acepções do grupo dominante não podem ser postas como “verdades universais” quando se analisa o “Outro”, ou seja, não se pode reduzir o diferente ao julgamento moral das



## Múltiplos Olhares desde o Brasil

práticas e costumes deste tendo por pilar a sua própria, mas sim observá-lo com base nas suas características e nos seus elementos.

Por tais razões, o multiculturalismo tem um papel fundamental como diagrama político emancipatório; consistindo, para tanto, na defesa da identidade e da diversidade cultural, bem como sua autodeterminação. Santos (2003) defende a luta do “Outro” pela igualdade de direitos, de modo que essa defesa:

*[...] pode tomar a forma de defesa e promoção de quadros normativos alternativos, locais ou tradicionais, de formas locais e comunais de resolução de conflitos ou de exigência de integração plena, como cidadãos, no espaço do Estado-nação e de acesso, sem discriminações, à justiça oficial, estatal. Ganha sentido mais preciso, assim, a ideia de “cidadania multicultural” como espaço privilegiado de luta pela articulação e potencialização mútuas do reconhecimento e da redistribuição. (SANTOS, 2003, p.43)*

Souza Filho (2003, p. 77) explana que o multiculturalismo se torna essencial diante de um Estado que protege, reconhece e busca converter todos os direitos em individuais. Isso porque a sociedade contemporânea e seu sistema jurídico foram construídos com base em um Estado limitado pelo individualismo, o que transforma os direitos precipuamente coletivos dos povos em direitos individuais.

Acerca disso, tem-se que o Estado brasileiro foi estruturado a partir de uma herança colonial, isto é, importou-se um modelo político, social, jurídico e econômico do Norte global distante da realidade vivenciada no país, o qual sustenta um discurso vazio, já que tal Estado foi e é feito por e para uma determinada categoria: a figura do homem, branco, europeu, ocidental, proprietário, cristão.

Esse cenário, portanto, resultado da dominação e colonização europeia, instituída por meio não só da exploração, mas também da subjugação e da exclusão de determinados grupos, gerou um sistema de opressão e subalternidade do “Outro”, ao se determinar certos direitos (humanos) baseados em uma racionalidade excludente (BRAGATO, 2009), em um individualismo alimentado pelo capitalismo competitivo e em uma cultura única, a ocidental, de forma que particularidades são postas de lado, suprimindo-se o diferente, mantendo-se estereótipos etnocêntricos, negando-se identidades não homogêneas e colocando-se em uma situação de superioridade a categoria dominante.

Um exemplo dessa problemática é a questão indígena. Os povos originários vêm sofrendo



## Múltiplos Olhares desde o Brasil

há cinco séculos com a extirpação de suas terras nativas, sob o pretexto civilizatório e desenvolvimentista do Estado ocidental, padecendo sérias transformações nos seus aspectos culturais e de identidade, além de se virem resistindo a violências cometidas por um Estado racista, elitista e promovedor de injustiças e enfrentando também o preconceito de uma sociedade que os estigmatiza e ignora enquanto seres humanos e cidadãos.

O Projeto de Lei n. 1.057/07 é um paradigma nesse sentido. A prática por parte de alguns povos indígenas brasileiros de rejeitar e abandonar na mata ou enterrar vivas ou sufocar crianças que sofrem de algum problema físico e/ou mental, que são gêmeos, que são filhos de mães solteiras ou que possuem marcas de nascença estranhas à comunidade, entre outros motivos determinados por cada grupo, levou o deputado federal Henrique Afonso a apresentar o Projeto de Lei nº 1.057/2007, também conhecido como “Lei Muwaji<sup>1</sup>”.

Tal proposta discorre acerca do combate a essas práticas tradicionais indígenas, consideradas nocivas no que concerne ao tratamento das crianças; pretendendo, por conseguinte, impedi-las, com a finalidade de se efetivar os direitos humanos e fundamentais, além de todos os instrumentos normativos de proteção à vida e à infância, conjecturadas em nosso ordenamento jurídico.

Ainda, para além da criminalização da cultura diversa da ocidental, penalizando-se com base em um sistema jurídico estruturado a partir da exclusão daqueles considerados réus, o PL atribuiu pena para os não índios no que tange ao crime de omissão de socorro, ou seja, quando se tem conhecimento das situações descritas e não se comunica às autoridades estabelecidas no texto, quais sejam FUNASA, FUNAI, Conselho Tutelar, autoridade judiciária e policial, de modo que estes entes, em caso de ciência sobre os fatos sem adoção de medidas cabíveis, também serão responsabilizados sob o mesmo crime.

Ocorre que, conforme anteriormente visto, cada cultura possui sua própria interpretação acerca dos significados de suas simbologias, de maneira que a vida, na acepção indígena, geralmente é dada por meio de uma construção social, ou seja, é por meio da interação com o grupo no qual está inserida que a criança passa, aos poucos, ter um caráter de pessoa (HOLANDA, 2008).

*Importante observar que, diferentemente das nossas convicções biomédicas, entre os*

---

<sup>1</sup> A origem da “Lei Muwaji” é dada pela índia da etnia Suruwahá, Muwaji, que abandonou sua comunidade para manter viva sua filha, Iganami, que nasceu com paralisia cerebral. Para mais informações, acessar: <<http://leimuwaji.blogspot.com.br/search/label/A%20Lei%20Muwaji>>. Acesso em 21 de março de 2014.



*ameríndios não há causalidade, ou mesmo simultaneidade entre o “nascimento” e a pertença à vida social. Uma criança que “nasce” não é imediatamente feita humana e, portanto, a procriação não é garantia de parentesco. Isso porque, para eles, a consubstancialidade que nos faz consanguíneos e parentes não é fato, não é um dom, mas uma condição a ser continuamente produzida pelas trocas e relações. Por isso se fala em elaboração da pessoa ou da pessoalidade, um processo contínuo de aprender a ser humano. (HOLANDA, 2008, p. 17)*

Neste contexto, vale observar o destaque que o convívio em sociedade e a coletividade possuem para se conceituar a vida indígena, de modo que é incidida no âmbito social, na medida em que a percepção de indivíduo se encontra associada à corporalidade (SEEGGER; DAMATTA; CASTRO, 1987, p. 19), isto é, encontra-se associada às trocas, às reciprocidades e às interações.

Portanto, a criança pode não ser declarada humana pela sociedade silvícola se ficar evidenciados alguns casos, como ser filho de mãe solteira, possuir alguma deficiência física e/ou mental, ser gêmeo, entre outros (HOLANDA, 2008), de forma que “são as relações que vão dizer quem está apto ou não a transformar-se, a humanizar-se ou a não fazer sentido socialmente. É o social que dá corda ao mundo ameríndio, é nele que se baseiam suas concepções sobre o que deve ser” (HOLANDA, 2008, p. 44).

Diante disso, para os indígenas, no caso de a criança estar inserida em alguma das hipóteses aludidas, ela será vista como incapaz de chegar à condição humana, logo não poderá permanecer viva. E, se a criança não é considerada pessoa, não há ocorrência de um crime, uma vez que para isso se presume a morte de um indivíduo (HOLANDA, 2008).

Nota-se que, por conseguinte, os significados simbólicos (e aqui está se observando a concepção de vida) da cultura indígena são muito diferentes do da realidade ocidental. Assim, o Projeto de Lei, além de ter um caráter colonizador, acaba por criminalizar práticas que não são consideradas crimes para as comunidades incidentes.

A fim de que se possa repensar as estruturas e buscar um Estado efetivamente mais plural e menos reprodutor de desigualdades, que se abstenha de um monismo jurídico de um Estado colonialista, ocidental, hegemônico e uniformizador, como único reprodutor de juridicidade, e que abarque, em país pluriétnico e multicultural, nações e saberes diversos daqueles da categoria tida como dominante, busca-se um outro modelo de Estado que recepcione a todos aqueles que acabam por compor a base social, despindo-se do caráter eurocêntrico, universal, colonizador, racista e excludente e da identidade monocultural do sistema (FAJARDO, 2011).



## Múltiplos Olhares desde o Brasil

Por todo o exposto, questiona-se acerca da possibilidade de se impulsionar políticas de afirmação das identidades culturais, conciliáveis com a estrutura posta pós Constituição de 1988 e em como tornar viável a superação da marginalização institucionalizada (GARGARELLA, COURTIS, 2009) daqueles que não representam o homem do fundamento universal dos direitos humanos, qual seja, o homem branco europeu? É necessário que se alcance uma concepção de direitos humanos não apenas puramente formalista, monocultural e construída com base em um modelo de estatal, mas sim trazer os direitos humanos para uma dimensão de resistência, libertação, emancipação e interculturalidade (WOLKMER, 2015), de maneira que, a partir disso, se projete uma acepção histórica, resultado da luta de grupos marginalizados e minorias oprimidas (SEGATO, 2006).

Wolkmer (2015) propõe que se repense um projeto social e político contra-hegemônico, de forma que seja possível a reorganização das relações tradicionais entre o Estado e a sociedade, entre o discurso da integração e o da diversidade, entre a preservação das identidades culturais e o anseio pelo desenvolvimento capitalista. Assim, ao se dar outro aspecto à conjuntura, estar-se-á priorizando a força da sociedade enquanto novo espaço comunitário de efetivação da pluralidade, empenhado na consolidação da diversidade cultural e no fomento da alteridade (WOLKMER, 2015).

Destarte, buscando-se uma possível saída para a problemática exposta, qual seja, a criminalização da cultura indígena, visto ser o Estado (monista) um reprodutor de desigualdades e opressões, tem-se novas formas emancipatórias de legitimação do sistema, com o “reconhecimento da identidade dos sujeitos sociais, de suas diferenças e necessidades básicas” (WOLKMER, 2015, p. 128), abarcando o pluralismo jurídico como um “instrumento de luta para combater as mazelas da globalização e para legitimar-se como estratégia contra-hegemônica de afirmação aos direitos humanos emergentes” (WOLKMER, 2015, p.183), porquanto, além de abordar sobre a possibilidade de existir um conjunto de diversos centros de elaboração de normas jurídicas dentro de uma mesma sociedade, isto é, sustentam a existência de positivações jurídicas não advindas apenas do Estado, admite a viabilidade de os indivíduos estarem sujeitos a normas interdependentes e autônomas, fazendo do sistema um meio mais justo, igualitário e emancipatório.



## Múltiplos Olhares desde o Brasil

### REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRAGATO, Fernanda Frizzo. **Pessoa Humana e Direitos Humanos na Constituição Brasileira de 1988 a partir da perspectiva pós-colonial**. 2009. 267 f. Tese (Doutorado) - Curso de Direito, Unisinos, São Leopoldo, 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988.

FAJARDO, Rachel Z. El Horizonte del Constitucionalismo Pluralista. *In*: GARAVITO, César R. **El Derecho em América Latina**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2011.

GARGARELLA, Roberto; COURTIS, Christian. **El Nuevo Constitucionalismo Latinoamericano: promesas e interrogantes**. Santiago do Chile: ASDI/CEPAL/ONU, 2009.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

HOLANDA, Marianna Assunção Figueiredo. **Quem são os humanos dos direitos? Sobre a criminalização do infanticídio indígena**. 2008. Dissertação. (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

ROCHA, Everardo P. Guimarães. **O que é etnocentrismo**. São Paulo: Brasiliense, 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SEGATO, Rita Laura. Que cada povo teça os fios da sua história: o pluralismo jurídico em diálogo didático com legisladores. **Revista de Direito da Universidade de Brasília**. v. 1, n. 1, jan-jun de 2014. Brasília: UnB, 2014.

SEEGER, Anthony; DAMATTA, Roberto; CASTRO, Eduardo Viveiros de. A construção da pessoa nas sociedades indígenas brasileiras. *In*: OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de Oliveira (Org.). **Sociedades indígenas e indigenismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1987.

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. Multiculturalismo e direitos coletivos. *In*: **Reconhecer para Libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural**, Boaventura de Sousa Santos (Org.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. O Estatuto dos Povos Indígenas. **Série Pensando o Direito**. n. 19/2009, Brasília: Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça (SAL), 2008.

WOLKMER, Antonio Carlos. **Pluralismo jurídico: fundamentos para uma nova cultura no Direito**. São Paulo: Alfa Ômega, 1997.

WOLKMER, Antonio Carlos. **Introdução ao Pensamento Jurídico Crítico**. 9 ed. São Paulo: Saraiva. 2015.

## **ADEUS CONFLITO, BEM-VINDO DESENVOLVIMENTO! DAS ARTICULAÇÕES ENTRE ESTADO PÓS-COLONIAL, DESENVOLVIMENTO E CIDADANIA**

**Cláudio Renato dos Santos Souza**

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

A presente proposta tem como objetivo restituir o campo de investigação que estou realizando desde janeiro de 2017 sobre cooperação jurídica internacional e implantação do sistema de justiça em Timor-Leste. Trata-se de uma etnografia multissituada a partir de uma perspectiva latouriana ator-rede. Em linhas gerais procuro examinar a internacionalização do campo jurídico e seus vínculos com a reforma judicial e a construção de uma estrutura modernizante de Estado. Nesses termos, procuro analisar o “acesso à justiça” e a construção do “Estado de Direito” em Timor-Leste em grande medida, mobilizando o olhar para os serviços de assistência jurídica, assumindo que esses serviços não cumprem apenas funções instrumentais – como a ampliação e distribuição da justiça nas sociedades, resolução alternativa de conflitos, pacificação de litígios e distribuição da justiça nas sociedades – mas cumprem também funções políticas e simbólicas.

O objetivo, assim, é restituir os caminhos do “acesso à justiça” como um inquérito social das funções políticas e simbólicas da assistência jurídica; como um mecanismo vinculado ao crescimento e às mutações do Estado, e especialmente nesse paper gostaria de testar a possibilidade da articulação entre três noções: Estado pós-colonial, desenvolvimento e cidadania desenvolvendo três grades interpretativas: *a ampliação da autoridade pública, ampliação de uma racionalidade liberal vinculada à ideia “sujeitos de compromissos” e da corresponsabilização individual.*

Precisamente estas articulações tenho procurado realizar um esforço de pensá-las como *zonas de vizinhança* para uma política de subjetivação que procura construir uma racionalidade nos sujeitos em complexos relacionais, dos quais, a natureza ontológica destes sujeitos não se apresenta na forma das unidades sócio-políticas clássicas: indivíduos, instituições e Estado.

Em outras palavras, busco examinar as interações entre a articulação da construção do



## Múltiplos Olhares desde o Brasil

Estado de direitos, de uma linguagem jurídica específica e do uso de uma certa pedagogia da mediação que se dobram a fim de produzir políticas de subjetivação. Tais políticas vão construindo um regime de existência numa rede de acontecimentos. Conseqüentemente, é justamente, interrogando os caminhos da construção de uma estrutura modernizante de Estado Nação vinculada aos vetores da necessidade, da eficiência, da modernidade e do desenvolvimento que procuro dar visibilidade uma certa política de *colonização dos compromissos* dos sujeitos envolvidos em dissensos.

### **COLOCANDO EM PERSPECTIVA O ESTADO PÓS-COLONIAL E AJUDA HUMANITÁRIA**

A jovem nação encontra-se em intenso processo de implementação de uma estrutura administrativa moderna de Estado a partir de categorias hegemonicamente universalizantes, justapostas e coexistindo com sentidos e práticas muito particulares, de sujeitos sociais na periferia daquilo o que se convencionou classificar de modernidade. A história desse pequeno país do sudoeste asiático passa por quatrocentos e cinquenta anos de colonização pragmática e ausente de expropriação de riquezas realizada por Portugal, vinte e quatro anos de ocupação violenta da Indonésia e quase três de administração da Organização das Nações Unidas (ONU). Somente, a partir de 2002, Timor-Leste insere-se na geopolítica mundial como um país autônomo.

A independência possibilitada pela descolonização em 1975 que foi brevemente vivenciada, durou de maio a novembro. Interceptada pelos interesses geopolíticos da guerra fria a ocupação Indonésia prolonga a angústia da autonomia até 1999. O referendo realizado naquele ano revelou que 80% da população timorense era contrária à ocupação indonésia. Resultado de um processo longo de negociação política e de resistência armada, o referendo foi a última pedra no caminho da autonomia. Em consequência, grupos milicianos favoráveis à integração do Timor-Leste à Indonésia, antes de evacuação, foram responsáveis pela destruição de cerca de setenta por cento da estrutura física do território e pela morte de um terço da população, o que deu ensejo à atuação de duas missões das nações unidas, quais sejam, a Força Internacional para o Timor-Leste (INTERFET), com objetivo pacificador, e a Administração Transitória das Nações Unidas em Timor-Leste (UNTAET). Esta última, dado o objetivo de formação de um

setor administrativo estatal, incluía a montagem dos poderes legislativo e judiciário de uma nação em formação, cuja composição populacional harmoniza mais de trinta grupos étnicos<sup>1</sup> diferentes.

Entre abril e agosto de 2006 àquele que era um Estado gestado por elites retornadas das diásporas timorenses, por diferentes práticas de ajuda humanitárias, pelo staff mais especializado da ONU e por diversas cooperações internacionais e práticas modernas e democráticas de governança saiu dos trilhos. Distúrbios que começaram com descontentamentos nas forças armadas, avançando em seguida para envolvimento da Polícia Nacional e sendo rapidamente transportados para as ruas da capital Díli em formato de conflito étnico. Resultando em dezenas de mortos e centenas de feridos<sup>2</sup>, fuga da população para longe da capital, além de motivarem o envio de tropas internacionais por parte da Austrália, Portugal, Malásia e Nova Zelândia com amplos poderes de controle social para a pacificação. De vitrine da cooperação, da ajuda humanitária e da administração bem-sucedida da ONU a nação maubere passou a qualidade de Estado fracassado (SILVA & SIMIÃO, 2007).

Este é apenas um dos contextos os quais me motivam a falar sobre a construção de uma estrutura moderna de Estado, especialmente pela lente do Direito e dos mecanismos de resolução alternativas de conflitos.

Restituir todas as dimensões e circunstâncias que me levam a estudar o Estado pós-colonial em Timor Leste não é uma tarefa possível nos limites deste texto. Desde modo, ainda que de maneira incipiente, gostaria de expor e interrogar aqui, as diferentes partes que compõem essa rede que procura materializar as relações de poder pela legalidade em tempos pós-modernos e neoliberais.

O que essas dimensões poderiam nos dizer sobre o problema do Estado Nação pós-colonial? Como é que essas articulações poderiam jogar luzes sobre os sentidos do conflito e da harmonia que interessam ao Estado Nação pós-colonial? Como é que ausência de disputas se torna uma questão imperativa para o Estado? Como o sujeito liberal se configura como um elemento essencial para o Estado Nação na era do capitalismo global? O que elas podem ajudar

---

<sup>1</sup> A diversidade geográfica do território timorense com grande montanhas e áreas pouco acessíveis, as guerras internas e a conseqüente integração de subgrupos em outros grupos étnicos-linguísticos provocaram uma diversidade cultural e linguística no território.

<sup>2</sup> Até a conclusão desse artigo não obtive dados quantitativos confiáveis para demonstrar o cenário de violência da época, uma rápida pesquisa na internet possibilitará uma visão panorâmica da situação. Uma das críticas que tenho ouvido em meu campo é que praticamente pouquíssimos casos foram levados a julgamento.



## Múltiplos Olhares desde o Brasil

a desvendar sobre as relações cambiantes entre sujeitos, instituições e Estado?

Como bem mostra a antropóloga Laura Nader (1994), o conflito foi examinado em muitos ambientes e efetivamente foram desenvolvidas teorias do conflito. Não dispomos da mesma atenção sobre os significados da harmonia. Segundo a autora, as etnografias se resumiram a tomar a harmonia como fato consumado ao buscar explicar a desarmonia, deixando de perceber que os estilos de disputa são um componente das ideologias políticas de imposição ou difusão. Nader procura examinar os modelos culturalmente construídos de harmonia e controvérsia como parte de ideologias que se expressam sob um mesmo *continuum*, não necessariamente, benéficas ou adversas. Assim é preciso interrogar o interesse e as tecnologias que o Estado procura desenvolver para a construção de sentidos de harmonia. Os incentivos para processos alternativos de soluções de disputas compreendem uma destas dimensões. Em igual medida, as agências internacionais usam técnicas de solucionar disputas para promover a ordem e a estabilidade na geopolítica mundial.

Considerando que a substituição dos modelos antagônicos por modelos de harmonia não ocorreria em função de sua orientação benigna; a harmonia coercitiva das últimas décadas, como a antropóloga chama esse processo, demonstra a possibilidade de um controle poderoso devido sua aceitação geral quase sem controvérsias. Segundo a autora as condições que determinam as preferências na solução de disputas são “compromissos móveis” geralmente envolvendo desequilíbrios de poder (NADER, 1994).

Tomemos, por outro lado, outra referência, a partir de África, Jean e John L. Comaroff (2001) enunciam as relações cambiantes entre cidadania, comunidade e soberania nacional. Esses autores nos esclarecem sobremaneira que a razão do Estado se articula em variáveis pragmáticas com seus cidadãos. O sujeito político moderno, então, se afasta do relicário de uma comunidade imaginada homogeneamente de indivíduos portadores de direitos, para uma comunidade no qual as diferenças são irreduzíveis e endêmicas. Para essa análise, os sujeitos tenderiam a ser apenas condicional, parcial e situacionalmente cidadãos de estados-nação, observando-se ainda que tal elo pode ser igualmente adquirido por designação, residência, imigração e naturalização, entre outros.

Nessa mudança, o vínculo de cada pessoa com uma nação se dá por certa utilidade, cada indivíduo representaria alguém em que a nação “tem algumas fichas para apostar”. A reconfiguração do sujeito cidadão moderno derruba a homogeneidade enquanto “fantasia



## Múltiplos Olhares desde o Brasil

nacional” e coloca acento sobre a complexidade dessas relações. (COMAROFF; COMAROFF, 2001).

Os vínculos entre e as subjetividades, as comunidades e a integração nacional compõem o conjunto genealógico dos processos de subjetivação aqui observados são interrogados à luz do baluarte jurídico, mas entendo-o como também uma técnica de sujeição que não o isenta de configurar regimes de poder. Se observarmos a historicidade das políticas de cooperação e reconstrução dos Estado invariavelmente iremos perceber a centralidade e importância do campo jurídico para viabilizar uma estrutura de Estado, logo se faz necessário uma economia política de conciliação eficiente. Nesses termos, gostaria restituir como essas relações se configuram como dispositivo. Visto que os modelos conciliatórios de solução de conflitos são estimulados pelas dinâmicas cooperantes como práticas para manter a ordem e a estabilidade, e observando que as medidas alternativas de resolução de conflitos surgem nos Estados Unidos para desafogar os tribunais e tentar responder de maneira mais ágil e prática os litígios e rapidamente passam a prosperar como modelos a serem seguidos alhures. A eficiência e harmonia entendidas como ausência de disputas acaba por se configurar como o referente dominante desejado. Essa gramática chega em Timor com a administração transitória e vai desenvolvendo sua capilaridade em conjunto com a emergência do Estado timorense, o uso recorrente nas instâncias institucionais e os usos das ONGs torna difícil demonstrar quando começa e como se torna tão recorrente, borrando as fronteiras entre imposição, acomodação ou transposição de modelos.

Ainda, em caráter provisório, arrisco a argumentar que as resoluções alternativas de conflitos como um idioma utilizado por diversas instâncias governamentais e ministérios em Timor Leste acaba sendo um vigoroso dispositivo para normalização de determinados embates e conflitos.

O que se desprende das minhas observações iniciais do campo sobre a cooperação para o sistema de justiça e a consequente internacionalização do campo jurídico é uma certa coordenação entre uma pedagogia jurídica como tática de governo e a economia política dos modelos jurídicos na construção de uma sensibilidade que o Estado procura desenvolver nos indivíduos, no sentido de estimular e construir, novas economias morais e racionais que valorizam os sujeitos em sua individualidade, comprometidos nas resoluções das contentas, dos litígios, no limite, comprometidos com determinadas aspirações desejadas de Estado.





## Múltiplos Olhares desde o Brasil

De certa forma o Estado procura construir harmonias, construindo novas racionalidades. Assim procura-se a ampliação dos sentidos de justiça e harmonia através de mecanismos que regulam a governação da vida cotidiana. Nesse sentido, acesso à justiça tem uma dupla utilidade, possibilitar estratégias de engajamento dos indivíduos na resolução de conflitos ao mesmo tempo que desonera a máquina estatal da conflitualidade.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

COMAROFF, Jean and COMAROFF, John L. Naturalizando a nação: estrangeiros, apocalipse e o Estado pós-colonial. *Horiz. antropol.* [online]. 2001, vol.7, n.15, pp.57-106.

NADER, Laura. "Harmonia Coerciva: A Economia Política dos Modelos Jurídicos". *Revista Brasileira de Ciências Sociais.* 1994 N. 26: 18-29.

Kelly Cristina; Simião, Daniel Schroeder (Org.). *Timor-Leste por trás do palco: cooperação internacional e a dialética da formação do Estado.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

WACQUANT, Loïc. Três etapas para uma antropologia histórica do neoliberalismo realmente existente. *Cad. CRH* [online]. 2012, vol.25, n.66, pp.505-518. ISSN 0103-4979. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792012000300008>.



## Múltiplos Olhares desde o Brasil

### **MOVIMENTOS FEMINISTAS NAS RUAS: APONTAMENTOS SOBRE AS DISCURSIVIDADES DAS MARCHAS**

**Carolina Gallo Garcia**

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

#### **INTRODUÇÃO**

Dentre os diversos movimentos sociais contemporâneos, evidenciam-se os protestos urbanos vinculados às questões de luta por reconhecimento, como movimentos em prol de igualdade social nos âmbitos de classe, raça e gênero. É importante destacar que tais manifestações se dão no espaço onde as relações se produzem: a cidade. Deste modo, vislumbrar a cidade enquanto lócus essencial das disputas sociais torna-se central ao entendimento de que as relações sociais são sempre produzidas por e através do espaço.

Alinhamo-nos à compreensão que a organização do espaço urbano é construída com base em ideais modernistas com vista à normatização de práticas, uma vez que sua materialidade corrobora à perenização de relações de poder. Ao entendimento de que o sujeito do conhecimento produz tais normativas de organização espacial não é neutro, mas antes alinhado a valores que reproduzem ideologias burguesas e patriarcais, o artigo dedica uma abordagem crítica à suposta neutralidade da ordem inerente ao espaço urbano, sobretudo quando submetido à luz de perspectivas que reconhecem assimetrias nas relações socioespaciais da ordem de gênero.

Ao identificar a cidade enquanto uma escala espacial central a partir da qual as relações sociais se constituem e se perpetuam, uma vez que toda relação social é espacial e materialmente fundamentada, entende-se que espaço também é determinado e determinante de relações de gênero. Tendo em vista estas problematizações colocadas sobretudo pelo campo de estudos da geografia feminista que busca investigar como o espaço incide na produção de relações de poder, é possível sugerir a moderna cisão entre público e privado tem favorecido articulações que reificam tais desigualdades. McDowell (2000) afirma que, ao não considerar as relações de gênero como um aspecto estruturante dos espaços, um aspecto central acerca da constituição de nossa vida material é menosprezado.

A constituição desigual de possibilidade de apropriação da cidade – que pode ser exemplificada pela demanda por políticas públicas paliativas como o “vagão rosa” para uso exclusivo de mulheres nos transportes públicos ou mesmo pelas retóricas de culpabilização de vítimas de abusos frente aos questionamentos de códigos de vestimenta/conduita para usufruto das ruas – são elementos do senso comum que requerem enfrentamento. Tal contexto leva-nos a propor uma problematização da noção hegemônica de espaço público enquanto espaço da prática democrática das diferenças.

O artigo sugere a possibilidade de analisar os discursos produzidos pelos movimentos urbanos feministas que visam protestar contra a violência de gênero, como “*Ni Uma Menos*” e “*Marcha das Vadias*”, como potências privilegiadas para o debate público sobre o machismo institucionalizado e o direito à cidade. Deste modo, a pesquisa busca identificar discursos combativos a partir de centenas de imagens disponíveis on-line por veículos midiáticos e postagens nas páginas das redes sociais dos movimentos próprias manifestantes nas redes sociais. Partindo da hipótese de que a ocupação das ruas pelos protestos feministas não se configura ao acaso, mas antes como ponto central das possibilidades de compreensão do movimento, propõem-se analisar os discursos com base nas teorias de contra-públicos de Nancy Fraser (2013) e da supressão do feminino enquanto recurso simbólico ao espaço da arquitetura e urbanismo modernos de Diana Agrest (1988).

## **O PÚBLICO EM DISPUTA**

Fraser (2013) defende que a esfera pública da qual compreendemos como espaço para a democracia não é, em termos culturais, uma esfera neutra mas, pelo contrário, expressa discursividades hegemônicas alinhadas à uma noção ideológica masculina que serve aos modos de organização de classe necessárias à constituição de uma determinada ordem social hierárquica. Assim, de acordo com a autora, sugere-se que a vida pública em sociedades multiculturais contemporâneas não pode ser fundamentada em uma esfera pública única e totalizante, pois [isto] equivaleria a filtrar diversas normas retóricas e estilísticas através de uma única lente abrangente. Uma vez que não pode haver tal lente genuína e culturalmente neutra, isto privilegiaria as normas expressivas de um grupo cultural sobre outras, tornando assim a assimilação discursiva uma condição para a participação no debate público. (FRASER, 2013,



## Múltiplos Olhares desde o Brasil

p.69)

Deste modo, as sociedades necessitam abarcar uma multiplicidade de públicos, aos quais Fraser (2013) denomina de “contra públicos” que representam uma insurgência discursiva de enfrentamento à exclusão da esfera dominante almejando ampliar seu espaço discursivo. Assim, consideramos que os movimentos urbanos feministas podem ser vistos não apenas como discursos de resistência à opressão de gênero, mas também como reivindicações de novos olhares à cidade enquanto lócus de disputas discursivas por sua apropriação. Os cartazes evidenciam que a pauta feminista também se une às demandas por direito à cidade, trazendo a discussão sobre a noção de esfera pública como espaço do bem comum e lócus da produção de sentido de cidadania, construindo discursos dissidentes alinhados à lógica dos “contra públicos” fraserianos.

Cabe lembrar que, no decorrer da história moderna ocidental, a premissa de reclusão doméstica das mulheres operou como um estabilizador da sociedade e da reprodução de suas estruturas. Ao evidenciar “A *dissimetria* do vocabulário ilustra esses desafios: homem público é uma honra; mulher pública é uma vergonha” (PERROT, 2007, p.136, grifo da autora), a autora nos evidencia como tal construção histórica e ideológica implicaram em um apagamento das figuras femininas da esfera pública e na vida urbana.

Mas a cidade, todavia, sempre foi palco de todos movimentos de libertação feministas: na primeira onda, as ruas são tomadas pelas sufragistas; na segunda onda, as pautas de igualdade de direitos também tomam os espaços públicos evidenciando a centralidade da cidade à consolidação do movimento feminista (PERROT, 2007). Assim, com Certeau (1994) sugerimos que a apropriação tática dos espaços estratégicos, espaços estes que são impostos e não contemplam aspectos de sua alteridade, torna-se os espaços ideais à produção de dissensos discursivos sugeridos na noção de contra-público.

Na rejeição de interpretações simplistas e binárias da cidade organizada enquanto público-masculino e privado-feminino, e através do entendimento da impossibilidade de obliterar a multiplicidade de experiências que se produzem na cidade, entende-se as marchas como produção de fugas à ordem estrategicamente estabelecida. Ao trazer discursos que desestabilizam a suposta ordem urbana, sugerimos que tais movimentos resultam em linhas de fuga aos ideais dominantes que aludem ao espaço público como espaço da produção de consensos.

## BREVE ANÁLISE DOS DISCURSOS DE DISSENSO

Ao propor uma breve leitura dos cartazes sustentados em marchas feministas, compreende-se estes discursos como narrativas da ordem do dissenso, que buscam expor a inconsistência da noção de espaço público consensual. Em acordo com Orlandi (2013) opta-se pelo termo “discurso” ao invés de mensagem, uma vez que são produzidos complexos processos de significação ao invés de uma transferência de mensagens fechadas em si. Ao concordarmos com a afirmativa da autora de que a linguagem não é neutra, mas sim produtora de sentidos polissêmicos, talvez seja possível compreender estes cartazes enquanto evidências de uma realidade urbana avessa ao imaginário social democrático em decadência.

Ao lembrar da noção de “declínio do homem (*sic*) público” de Sennett (2014) pensamos na crítica produzida por Sorkin (1992) à nostalgia dominante nos discursos sobre urbanismo contemporâneo que mais parecem trazer uma busca de um tempo perdido onde a ágora grega teria representado o ideal máximo de democracia. Mas, como bem coloca Deutsche (2008), devemos nos perguntar quem eram considerados cidadãos nestes grandes cenários cívicos perdidos e para quem o espaço público já foi mais público do que na contemporaneidade? Certamente não o era para mulheres, estrangeiros e escravos como bem retrata o próprio Sennett (2008) ao relatar as dinâmicas da ágora grega.

Assim, propomos observar os cartazes enquanto sintomas da cidade como um espaço de disputas. Os cartazes foram organizados em dois grandes conjuntos:

- 1) o repúdio à violência;
- 2) a reivindicação de direitos igualitários, sobretudo de direito à cidade.

A pesquisa foi realizada a partir de imagens disponíveis na internet, sobretudo oriundas da cobertura de jornais, bem como das páginas de Facebook oficiais dos dois movimentos estudados. Dentre um universo de 50 textos, identifica-se o espaço urbano enquanto território de disputa discursiva por sua apropriação que, dadas as relações de poder, propicia a exclusão e opressão feminina sobretudo no que se refere à sua mobilidade determinados espaços, horários, bem como a imposição de códigos de conduta, vestimenta, etc. Dentre o total de



## Múltiplos Olhares desde o Brasil

cartazes, apresentamos os seguintes discursos: a) “A sociedade ensina “não seja estuprada” ao invés de “não estupe”; b) “Vivas e livres nos queremos. As ruas são nossas”; c) “Nem uma a menos, a culpa não é da vítima, é do machismo”; d) “Desculpem o incômodo, mas estão nos matando”; e) “Um dia, já não terei medo de andar na rua, já não terei medo de morrer pelo teu machismo”; f) “Meu decote não é um convite para me seguir”; g) “Deixe-me caminhar tranquila pela rua”; h) “Usar o espaço público não quer dizer que meu corpo também o seja”; i) “Eu me visto para mim, não para ti”.

Primeiramente, consideramos que tais dizeres atestam a necessidade que os movimentos sociais têm, como constatou Butler (2011), de reivindicar as condições materiais e espaciais para os protestos públicos e discursos dissidentes. Segundo a autora, ainda que estas imagens circulem no espaço virtual pelo mundo, elas são sempre produzidas através de um espaço materialmente fundamentado. Este contexto implica pensar o espaço como condição para a produção de novos discursos, bem como a possibilidade de discursos produzirem outras configurações à materialidade do espaço público.

A tomada das ruas através da linguagem emana, portanto, a reivindicação do direito à cidade como modo elementar ao exercício da prática cidadã. Na base da noção de democracia está a publicidade: o direito de falar, ouvir e ser escutado, buscando o reconhecimento político das diferenças. Como bem ilustrado no cartaz “não quero me sentir valente, quero me sentir segura” há um protesto por igualdade, que apresenta uma posição de recusa ao padrão dominante de apropriação dos espaços públicos urbanos reservados às mulheres.

Também verifica-se que a maioria das frases reclamam a situação desfavorável às mulheres para desfrutar de seus plenos direitos cidadãos na cidade. Com base novamente em Fraser (2013) é possível compreender tais protestos como a expressão de contra públicos subalternos - arenas discursivas paralelas, onde as mulheres, enquanto grupo social subordinado à ordem patriarcal, inserem seus contra discursos nos espaços públicos.

Agrest (1988) discute a arquitetura e o urbanismo como uma representação visual e material dos valores de uma sociedade, os quais desde o Renascimento alinham-se a um sistema de regras e significações que se caracteriza pela supressão do feminino na relação analógica entre corpo e arquitetura. O corpo masculino, portanto, serviria, desde o homem vitruviano, como ideal de proporcionalidades às medidas arquitetônicas. Assim, “O projeto arquitetônico clássico da cidade (como um corpo) é um reflexo perfeito de um sistema acabado, fechado e



## Múltiplos Olhares desde o Brasil

unitário”(ibid, p.595). Assim, a lógica deste sistema não pode compreender a contradição operando a eliminação do termo oposto, o feminino, da ordem simbólica dominante. A analogia entre corpo masculino e cidade operam no centro de um discurso representacional ao passo que o corpo feminino, neste sistema, estará localizado “nas brechas do sistema simbólico, é uma *outsider*” (ibid, p.595).

Ainda que consideremos esta exclusão simbólica como verdadeira, as práticas cotidianas das mulheres nas cidades persistem - práticas estas que escapam à normativa das tecnologias de ordenação do espaço. A arquitetura, bem como os discursos, são ambos sistemas que instauram realidade do espaço social no espaço material da cidade. Tais sistemas – visuais, discursivos – parecem estar em dissenso na arena pública quando lemos “Vivas e livres nos queremos. As ruas são nossas”.

No cartaz “Usar o espaço público não quer dizer que meu corpo também o seja” remetemos novamente à Bondi e Rose (2013, p.232) quando afirma que toda relação social, de poder e opressão “estão inextricavelmente ligadas aos espaços e lugares particulares dentro dos quais e em relação aos quais as pessoas vivem”. Em “Meu decote não é um convite para me seguir”, lembramos do que Listerborn (2002) constata como uma “geografia do medo feminino”, que seriam percursos táticos das mulheres para se sentirem seguras, mapas mentais desenvolvidos a fim de evitar determinadas áreas e ruas devido ao medo de se deslocar na cidade. Ou seja: a priori, a cidade apresenta-se como espaço da reprodução de opressões de gênero mais que da eliminação dos padrões opressivos. Todavia, ao pautar novas articulações e possibilidades de produção discursivas polifônicas, as marchas se tornam verdadeiras práticas políticas no campo do feminismo.

As reivindicações dos cartazes nos remete de novo a Fraser (2013) onde “uma concepção da esfera pública pretende suprimir, e não eliminar, as desigualdades sociais estruturais” (p.65). Na impossibilidade de suprimir a diferença na noção dominante de uma única esfera pública, concordamos que a vida pública deve ser composta por públicos múltiplos, mas a multiplicidade só se torna possível quando há múltiplas discursividades em manifesto, como nos cartazes apresentados.



# Múltiplos Olhares desde o Brasil

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao localizar os discursos das manifestações dentro de teorias feministas do espaço (AGREST, 1988; BONDI e ROSE, 2013) e da teoria política feminista (FRASER, 2013) procuramos compreender as implicações do espaço construído na produção e reprodução da ordem simbólica dominante. Logo, uma vez que a identidade “mulher” não encontra lugar nesta ordem, atua nos interstícios da matriz hegemônica patriarcal. Neste sentido, buscou-se igualmente evidenciar a potência dos discursos na conformação de contra-públicos para o feminismo que, como visto, ao longo de todas suas “ondas” proporcionaram a inclusão das mulheres como agentes da vida pública ao produzir presenças de modo resiliente. Assim, compreendemos o papel dos movimentos sociais, na produção de discursos dissidentes para a apropriação da cidade, forjando novos cenários, instaurando dissidências a partir de novos regimes simbólicos.

## REFERENCIAIS BIBLIOGRÁFICOS:

AGREST, Diana (1988). *À margem da arquitetura: corpo, lógica e sexo*. In: NESBITT, Kate (org.). *Uma nova agenda para a Arquitetura: Antologia Teórica 1965-1995*. São Paulo: Cosac Naify, 2008, p. 585 -599.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: Vol. 1. Artes de fazer*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

DEUTSCHE, Rosalyn. *Agorafobia*. Col. Quaderns portàtils. Barcelona: MACBA, 2008.

FRASER, Nancy. *Rethinking the public sphere. A Contribution to the Critique of Actually Existing Democracy*. In: *Social Text*, No. 25/26 (1990) 2013, pp. 56-80

LISTERBORN, Carina. “Understanding the Geography of Women’s Fear: Toward a Reconceptualization of Fear and Space,” in *Subjectivities, Knowledges and Feminist Geographies: The Subject and Ethics of Social Research*, ed. Liz Bondi et al (Lanham, MD: Rowan & Littlefield Publishers, 2002).

McDOWELL, Linda. *Género, Identidad y Lugar*. Tradução Pepa Linares. Madri: Ediciones Cátedra (Grupo Anaya, S. A.), 2000

PERROT, Michelle. *Minha história das Mulheres*. Tradução Ângela M.S. Corrêa. São Paulo:





# Múltiplos Olhares desde o Brasil

Contexto, 2007

SENNETT, Richard. 2014 [1974]. *O Declínio do Homem Público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras

SORKIN, Michael. "Introduction: Variations on a Theme Park". IN: Michael Sorkin (ed.), *Variations on a Theme Park: The New American City and the End of Public Space*, The Noonday Press, Nova York, 1992.



## Múltiplos Olhares desde o Brasil

### “E EXISTE DRAG QUEEN AQUI?”

### UM OLHAR SOBRE A CENA DRAG DE SANTA MARIA – RS

**Rafaela Borges Oliveira**

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

**Débora Krischke Leitão**

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

Esta pesquisa em andamento busca compreender a realidade de Drag Queens e Kings santamarienses. De fato, sobre as questões de gênero e sexualidade, persistem ainda, perspectivas que consideram a identidade de gênero marcada pela opção sexual. Assim, ao pensarem sexo, gênero e sexualidade numa sequência lógica, imutável e dada como natural, engendram-se a partir destes pensamentos, visões estereotipadas e processos de estigma sobre sujeitos que contrariam tal lógica. No entanto, nesta pesquisa, argumenta-se que relação lógica entre sexo, gênero e sexualidade dada como natural e imutável, limita o entendimento sobre as diversas formas de experienciar e viver os gêneros e sexualidades. Nesse sentido, parte-se do entendimento de gênero como performativo, conforme Butler (2003). Ao evidenciar discursos, normas e estruturas sociais que buscam conformar os gêneros e sexualidades dentro da matriz heterossexual, busco refletir possibilidades de agenciamento dos sujeitos tidos como “abjetos”, não os entendendo como meramente sujeitos, mas agenciadores de resistências e subversões aos entendimentos heterossexistas.

Logo, as Drags e a Cena Drag de Santa Maria - RS constituem o objeto de estudo desta pesquisa. Louro (2004) relaciona as Drags como exemplo *Queer*, permitindo uma forma de pensar e de ser desafiadoras as normas regulatórias da sociedade, pois “*Queer* é um corpo estranho, que incomoda, perturba, provoca e fascina” (ibidem, p. 8). Com efeito, ao partir de perspectivas teóricas pós-estruturalistas, relacionadas aos estudos *queer* e da crítica pós-colonial, saliento como se negociam e contestam as questões de gênero, enfocando na centralidade da relação intrínseca com raça, classe, opção sexual, nacionalidade em um contexto histórico específico. Ressalto a perspectiva crítica do sul frente às teorizações hegemônicas do eurocentro conforme Connell (2015), no intento de olhar e dar voz para as Drags, sobremaneira, TupiniQueens/Kings, atentando também, para um exercício de vigilância



## Múltiplos Olhares desde o Brasil

epistemológica.

Ademais, sobre os enfrentamentos metodológicos em relação ao objeto pesquisado, situo esta pesquisa como de natureza qualitativa, conforme Gunther (2006). Através do empreendimento etnográfico, objetivo estudar e compreender a realidade de Drags que compõem a cena Drag de Santa Maria - RS. É relevante pontuar que enquanto método, o fazer etnográfico pode ser pensado segundo Uriarte (2012, Pg. 4), como “uma forma de nos aproximarmos da realidade que nos propomos estudar e compreender.” Dessa forma, consiste “num mergulho profundo e prolongado na vida cotidiana desses Outros que queremos apreender e compreender”, interessando, sobretudo, “sua alteridade, sua singularidade, a sua outredade.” (Ibidem, Pg. 4).

Com efeito, Geertz (1989) ao romper com o paradigma antropológico que buscava por padrões unificados, e assim, o estabelecimento de leis gerais e universais sobre grupos estudados, lança seu conceito de cultura afirmando que “o homem é um animal amarrado a teias de significado que ele mesmo teceu; assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise” (ibidem, Pg. 4). Nesse sentido, na elaboração desta pesquisa o empreendimento etnográfico está sendo desenvolvido nos moldes daquilo que o autor denomina de “ciência interpretativa” (ibidem, Pg. 4). Buscando de forma contextual interpretar e descrever as particularidades e os significados imbricados naquilo que estudo.

E refletindo sobre o trabalho de campo, que nesta pesquisa encontra-se em fase inicial e exploratória, sublinho que este pode ser entendido como o ofício de etnólogo (a) por excelência. Da Matta (1978, Pg. 3), frisa que “vestir a capa de etnólogo é aprender a realizar uma dupla tarefa [...] transformar o exótico no familiar e/ou transformar o familiar em exótico.” Nesse sentido, nesta pesquisa centra-se em olhar para a nossa própria sociedade e neste caso para as Drags, e transformar o “familiar em exótico”, buscando empreender como pontua o autor, em “tirar a capa de membro de uma classe e de um grupo específico para poder, como etnólogo, estranhar alguma regra social familiar e assim descobrir [...] o exótico no que está petrificado dentro de nós pela reificação e pelos mecanismos de legitimação.” (Ibidem, Pg. 4)

Também é relevante dizer que no “mergulho” em campo há uma mediação, que conforme Da Matta (1978, Pg. 6) “é realizada por um corpo de princípios guias, as chamadas teorias antropológicas.” Assim, enfatiza Oliveira (1998, Pg. 18) “o caráter constitutivo do olhar, do ouvir e do escrever na elaboração do conhecimento”, posto que no “olhar e no ouvir

"disciplinados" - a saber, disciplinados pela disciplina - realiza-se nossa percepção, será no escrever que o nosso pensamento exercitar-se-á da forma mais cabal" (ibidem, Pg. 18). Logo, a ação de olhar, ouvir e sentir tem servido de "muletas" ao guiar a percepção da pesquisadora em campo. Ademais, entendo que as teorias proporcionam um olhar, que se pretende etnográfico, devidamente sensibilizado. Já dizia Malinowski (1984, Pg. 26), que "quanto mais esteja habituado a moldar suas teorias aos fatos e a decidir quão relevantes eles são as suas teorias, tanto mais estará bem equipado para o seu trabalho de pesquisa".

Por sua vez, segundo Louro (2004, p. 84), "a Drag é, fundamentalmente, uma figura pública, isto é, uma figura que se apresenta e surge como tal apenas no espaço público" e Vencato (2003) a partir de sua etnografia, afirma que:

*Drags são feitas de maquiagem, de texto, de modos de ser/estar no meio do público, de performances, de dublagens, de fantasias, de desejos [...] De modo geral, elas são homens que se transvestem mas sem o intuito de se vestir de mulheres, mesmo que de forma caricata [...] re-inventam um feminino exagerado em sua representação, porém sem debochar do "ser mulher." (VENCATO, 2003, p. 205,206)*

É importante destacar que a ação de montar-se Drag não configura fenômeno restrito a homens. Mulheres também se montam e constituem personagens Drags. Ademais, Vencato (2002, p. 9) aponta a "inexistência de Drag Kings" - que seriam performances que re-inventam o masculino. Hoje no Brasil e em Santa Maria - RS - campo desta pesquisa - encontram-se artistas (homens e mulheres) que se montam Drag Queen/King. Ainda, saliento que buscar conhecer e compreender Drags evoca de início, refletir que ao fabricarem seus corpos, suscitam a perspectiva de uma "paródia de gênero: ela imita e exagera, aproxima-se, legitima e, ao mesmo tempo, subverte o sujeito que copia" (LOURO, 2004, p. 85). Nesse sentido a figura da Drag:

*Permite pensar sobre os gêneros e a sexualidade: ela permite questionar a essência ou a autenticidade dessas dimensões e refletir sobre seu caráter construído. A drag-queen repete e subverte o feminino, utilizando e salientando os códigos culturais que marcam esse gênero. Ao jogar e brincar com esses códigos, ao exagerá-los e exaltá-los, ela leva a perceber sua não-naturalidade. Sua figura estranha e insólita ajuda a lembrar que as formas como nos apresentamos como sujeitos de gênero e de sexualidade, são, sempre, inventadas e sancionadas pelas circunstâncias culturais em que vivemos. (LOURO, 2004, p. 86,87)*

No entanto, afirmo que o interesse em pesquisar tal tema, parte também, de evidências



## Múltiplos Olhares desde o Brasil

como as constatadas por Carrara e Vianna (2006), posto que existe no Brasil um número que insiste em expandir-se de violências, por vezes letais, contra a população LGBTI. Carrara & Vianna (2006, p. 236), em pesquisa sobre violência contra travestis, afirmam que “os casos de execução têm como vítimas, sobretudo, travestis ou homossexuais que apresentavam indicativos externos de *cross-dressing*, como unhas pintadas, pelos do corpo raspados ou roupas femininas.” Também, Vencato (2003, p.190), argumenta sobre a invisibilidade percebida sobre as Drag Queens e está, “se dá, principalmente, por serem confundidas com outros tipos de metamorfoses de gênero ou de transgênero, principalmente com as travestis”, gerando confusões e estereótipos. Recentemente a cantora Drag Queen, Pablló Vittar, teve seu canal no site Youtub hackeado. Sua foto de perfil foi alterada por uma imagem do deputado Jair Bolsonaro, tendo sido excluído o clipe da música/hit K.O. Com seu canal recuperado escreve Pablló em seu twitter, “Me Aceita!”, e rebate: “LGTBfobia existe sim<sup>1</sup>!”. Nesse sentido, em sociedades contemporâneas com forte imposição de padrões de masculinidade e marcadas por casos de homofobia, meu interesse recai em investigar, sob o viés antropológico, sujeitos que subvertem e desestabilizam padrões e normas que por alguns, entende-se como natural.

Contudo, sublinho, por hora, alguns resultados iniciais da pesquisa. Em Santa Maria – RS, através da observação participante, ressalto que em um primeiro olhar, a cena Drag local constitui-se mais de um movimento relevante e de diferentes gerações de Drags, que participam de eventos variados. Ela vai além do conceito popularmente associado às casas noturnas com propostas de shows Drags, espaço que está sendo explorado mais recentemente. Diferente de grandes centros, a particularidade da cena Drag local se dá, principalmente, pela relação entre montar-se Drag, e ao mesmo tempo, angariar espaço, e conseqüentemente, visibilidade para a atividade drag local.

No entanto, a observação participante que vem sendo realizada, não configura como técnica definitiva e única no intento de compreender a realidade das Drags de Santa Maria. Assim, percebo este limite quando saturado, de certa maneira, os dados que a observação pode fornecer. Assim, buscando ampliar o alcance de dados concretos saliento a noção de triangulação, em que busco somar outras técnicas de pesquisa ao leque de enfrentamento metodológico. Logo, em outro momento da pesquisa pretende-se realizar entrevistas semi-

---

<sup>1</sup> Pablló Vittar recupera conta hackeada e pretende levar caso à Justiça: 'Crime'. Disponível em: <[http://www.purepeople.com.br/noticia/pablló-vittar-recupera-conta-hackeada-e-pretende-levar-casoa-justica-crime\\_a192037/1](http://www.purepeople.com.br/noticia/pablló-vittar-recupera-conta-hackeada-e-pretende-levar-casoa-justica-crime_a192037/1)> Acesso em 07-10-2017



## Múltiplos Olhares desde o Brasil

estruturadas e análise de dados digitais, conforme Hine (2004), Miskolci (2011).

É interessante ressaltar que ao ocupar espaços alternativos, como a UFSM, bares e pubs como o Espaço 42<sup>2</sup>, as Drags demonstram a busca por visibilidade e suas estratégias para isto. Organizando a pré-divulgação de suas festas e realizando, por exemplo, tutoriais de maquiagem e a “montaria”- termo nativo para o ato de montar-se - no Espaço 42, aproximam a arte Drag de um público mais amplo e diversificado, não restringindo-se ao meio LGBTI apenas, e mesmo, a casas noturnas, boates. Ademais, o “Coletivo Manifesta”, criado por Drags da cidade, com as máximas, “conhecimento, expressão, arte, união e luta”, enfatiza a busca por espaço, visibilidade, reconhecimento e o “estreitamento” de barreiras com o movimento LGBTI. Tal coletivo dialoga constantemente com outros movimentos sociais e acadêmicos, já que muitas destas Drags são estudantes universitárias (os).

Assim, a peculiaridade que busco ressaltar sobre a cena Drag local, desdobra também, em refletir sobre a noção de espaço tencionando a perspectiva do real versus virtual. Observando a prática real, pontua-se a existência de uma cena dinâmica que organiza eventos, festas em locais variados, e ao mesmo tempo, atua enquanto movimento social - “Coletivo Manifesta”. Contudo, o espaço virtual expressa significância. Os usos de redes sociais pelas Drags demonstram a articulação conforme assinalada por Miskolci (2011), entre o espaço real, *off-line* em continuidade com o espaço virtual, *on-line*. Nesse sentido, a utilização de perfis que promovem as Drags e a cena em que atuam, no Facebook e Instagram, expressa um “contínuo articulado e interdependente” conforme Miskolci (2011, p.16), que dá o tom da cena Drag local e amplifica o espaço de visibilidade que buscam consolidar.

---

<sup>2</sup> Evento: Tutorial de Maquiagem. Disponível em: <[https://www.facebook.com/events/101677630525411/?acontext=%7B%22action\\_history%22%3A\[%7B%22surface%22%3A%22dashboard%22%2C%22mechanism%22%3A%22calendar\\_tab\\_event%22%2C%22extra\\_data%22%3A%22%7B%5C%22dashboard\\_filter%5C%22%3A%5C%22upcoming%5C%22%7D%22%7D%22ref%22%3A2%22source%22%3A2%7D%22](https://www.facebook.com/events/101677630525411/?acontext=%7B%22action_history%22%3A[%7B%22surface%22%3A%22dashboard%22%2C%22mechanism%22%3A%22calendar_tab_event%22%2C%22extra_data%22%3A%22%7B%5C%22dashboard_filter%5C%22%3A%5C%22upcoming%5C%22%7D%22%7D%22ref%22%3A2%22source%22%3A2%7D%22)> Acesso em: 07-10-2017.

Evento: Pré Manifesta Halloween. Disponível em: <[https://www.facebook.com/events/349744792144496/?acontext=%7B%22ref%22%3A%2225%22%2C%22sid\\_reminder%22%3A%226474156624941225387%22%2C%22action\\_history%22%3A%22null%22%7D%22](https://www.facebook.com/events/349744792144496/?acontext=%7B%22ref%22%3A%2225%22%2C%22sid_reminder%22%3A%226474156624941225387%22%2C%22action_history%22%3A%22null%22%7D%22)> Acesso em: 07-10-2017.



## Múltiplos Olhares desde o Brasil

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BUTLER, Judith. Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CONNELL, Raewyn. PEARSE, Rebecca. Gênero: uma perspectiva global. São Paulo, nVersus, 2015.

DA MATTA, Roberto. O ofício de etnólogo ou como ter anthropological blues. In: Boletim do Museu Nacional. Rio de Janeiro: Fon Fon e Selecta. Nº 27, 1978.

GUNTHER, Hartmut. Pesquisa Qualitativa x Pesquisa Quantitativa: Esta é a questão? Psicologia: Teoria e Pesquisa Mai-Ago 2006, Vol. 22 n. 2, pp. 201- 210.

GEERTZ, Clifford. A Interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

HINE, Christine. Etnografia virtual. Barcelona: Editorial UOC, 2004.

LOURO, Guacira. Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MALINOWSKI, Bronislaw. Argonautas do Pacífico Ocidental. 3 ed. Rio de Janeiro: Abril Cultural, 1984.

MISKOLCI, Richard. Novas conexões: notas teórico-metodológicas para pesquisas sobre o uso de mídias digitais. Natal, Cronos, vol. 12, 2011.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O trabalho do antropólogo. Brasília: Unesp, 1998.

URIARTE, Urpi Montoya. O que é fazer etnografia para os antropólogos. Ponto Urbe, n. 11, 2012. Disponível em: <<http://pontourbe.revues.org/300>>. Acesso em: 25 Out. 2016.

VENCATO, Anna. Paula. Fervendo com as drags: corporalidades e performances de drag queens em territórios gays da Ilha de Santa Catarina. 2002. 124 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

VENCATO, Anna Paula. Confusões e estereótipos: o ocultamento de diferenças na ênfase de semelhanças entre transgêneros. Campinas: *Cadernos AEL*, v. 10, n. 18-19, p. 187-215, 2003.



Múltiplos Olhares  
desde o Brasil

## **CRIMINALIZAÇÃO DO CORPO FEMININO: OS DEBATES SOBRE ABORTO NO CONGRESSO NACIONAL (2011-2014)**

**Gabriela Luiz Scapini**

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

**Francine Magalhães Vaz**

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

### **INTRODUÇÃO**

A Declaração Universal de Direitos Humanos (1948) exerceu papel fundamental na defesa dos direitos individuais. Na própria carta ficou implícita a participação e o reconhecimento da igualdade em termos de direitos sendo contemplada às mulheres e meninas. (GOMES; MOREIRA, 2012). Apesar do reconhecimento e da importância da inserção das mulheres na carta dos direitos humanos, as conferências internacionais sobre a situação das mulheres foram as principais responsáveis pelo desenvolvimento real do tema. A participação ativa de militantes feministas geraram fortes pressões aos países e possibilitaram a construção de diversos temas que englobam a questão dos direitos humanos de mulheres e meninas. Reforçam-se os direitos humanos das mulheres ao longo desses compromissos assumidos. (SIMONS, 2006; PIOVESAN, 2010; PRÁ; EPPING, 2012). A criminalização do aborto como uma violação dos direitos humanos das mulheres entrou em pauta especialmente nas seguintes conferências: (a) Conferência do Cairo, em 1994. (b) Conferência de Pequim, em 1995. No qual foram debatidos o tema de direitos sexuais e reprodutivos das mulheres e a descriminalização do aborto apareceu como uma necessidade iminente para contermos violações de direitos humanos de mulheres. (BARSTED, 2007; SARMENTO; 2007; PIOVESAN, 2007; PRÁ; EPPING, 2012).

Ainda que as conferências internacionais e demais ONGs feministas internacionais e nacionais tenham apontado a necessidade de descriminalização do aborto, a sua aceitação tem sido rejeitada por segmentos religiosos do país que consideram o aborto como imoral e um atentado a vida de inocentes. Desde meados dos anos de 1970 o movimento feminista brasileiro vem buscando debater o tema do aborto e tentando inserir a sua descriminalização no país;





## Múltiplos Olhares desde o Brasil

contudo, a participação desses segmentos religiosos têm sido apontada como a principal causa da ausência de sérios debates sobre descriminalização do aborto no país. (BARSTED, 2007). Visando verificar tal tema, vamos nos concentrar nos tensionamentos e debates “pró-aborto” e “anti-aborto” emitidos na câmara dos deputados no período de 2011- 2014, correspondendo a 54º legislatura. A metodologia adotada foi a combinação de qualiquanti, com o uso de análise de conteúdo.

### **O TEMA DO ABORTO NO BRASIL: A CONCORRÊNCIA DE IDEIAS PRÓ-ABORTO E ANTI-ABORTO**

O tema do aborto surge no Brasil em meados dos anos de 1970, período de reorganização do movimento feminista à luz da segunda onda do movimento. No processo de construção da Constituição de 1988, o movimento feminista buscou apresentar a pauta do aborto e travou uma luta junto aos setores religiosos e conservadores do período: o resultado desse embate foi um empate onde nem os segmentos religiosos ou o movimento feminista saiu vitorioso. O código penal de 1940 foi mantido, com a liberação do aborto nas causas já previstas.

O Congresso exprime, assim, a moralidade média da sociedade que se manifesta no quadro das ambiguidades entre valores e práticas. Os discursos sobre o aborto, ou sobre os direitos sexuais e reprodutivos em geral, são expressões dessas ambiguidades que incluem tanto os dogmas religiosos como posições das feministas, ambas buscando influenciar a atuação legislativa do Estado laico. (BARSTED, 2007, p. 99)

#### **A justificativa de Saúde Pública: a criminalização implica em mortes de mulheres**

A justificativa de saúde pública apresenta-se como sustancial nos debates sobre aborto. Nas conferências de Cairo (1994) e de Pequim (1995) alerta-se para as consequências, em termos de saúde das mulheres, quando a prática de abortamento é criminalizada. (PIOVESAN, 2007, p. 58). Os dados apresentados nos trabalhos que versam sobre a questão de aborto e a saúde de mulheres são alarmantes: ocorrem cerca de 1 milhão de aborto nos Brasil. A morte materna por complicações no aborto (infecções ou hemorragias) são apontadas como a terceira causa de morte materna. (COSTA, 2012). O abortamento clandestino também provoca 25% dos

casos de esterilidade e cerca de 602 internações diárias por complicações. Estima-se também que esse número é mais elevado: pelo tema do aborto ainda ser um tabu na sociedade brasileira; permeado de visões moralistas e religiosas. Muitas das mortes oriundas de complicações no aborto não são notificadas no país, o que gera uma dificuldade de apresentar dados mais conclusivos sobre o tema. (MENEZES, 2009).

As mortes por complicação em abortos atingem grupo de mulheres mais vulneráveis na sociedade: as mulheres jovens, de estratos sociais mais baixos, residentes de áreas periféricas tendem a morrer mais em função dos abortos clandestinos (MENEZES, 2009). Mulheres solteiras, com baixa escolaridade e na faixa etária de 20 a 39 também morrem mais em abortamentos. (COSTA, 2012). As mulheres negras e pobres possuem cerca de três vezes mais chances de morrer por complicações em abortos. Além das mortes em função de abortos clandestinos, temos um número considerável de suicídios entre meninas jovens grávidas. (MENEZES, 2009, p. 196). Tal constatação apenas cria maior legitimidade da importância e urgência do tema de aborto no país.

### **A autonomia das Mulheres: os direitos de escolha sobre o seu próprio corpo e identidade**

Uma segunda via argumentativa em defesa da descriminalização do aborto parte da concepção liberal de direito à privacidade e à intimidade, priorizando o direito das mulheres de escolherem seus planos de vida de forma autônoma e mais livre possível. A defesa pelo direito à privacidade e à intimidade é levada a frente por feministas vinculadas a vertentes liberais e que buscam reescrever o privado como uma esfera necessária para a plena autonomia das mulheres, em especial ao tratarmos da questão dos direitos sexuais. É através de uma esfera privada e um acesso pleno a ela que as mulheres vão possuir autonomia sobre seus próprios corpos - nessa nova visão a identidade política vai ser igualitária, democrática e liberal, sendo adequadas as democracias contemporâneas. (COHEN, 2012, p. 187). O direito à privacidade defendida por Cohen (2012) nos apresenta uma visão feminista e liberal sobre o tema de direitos sexuais:

*O direito a privacidade pessoal constitucionalmente protegido e indispensável a qualquer concepção moderna de liberdade e que sem a liberdade reprodutiva, assegurada em parte por tal direito, as mulheres ficam privadas do bem para o qual*



## Múltiplos Olhares desde o Brasil

*os direitos a privacidade foram concebidos e cuja proteção deve ser assegurada para todos nos. (COHEN, 2012, 191).*

O direito à privacidade e à autonomia tornam-se fundamentais e vão ancorar a defesa da descriminalização do aborto: "For one thing, much of what is included in the idea of privacy – including the support it provides for abortion rights – can in fact be captured by an idea of autonomy or freedom, from which the requirements of privacy follow" (GOULD, 2004, p. 149).

### **OS DISCURSOS SOBRE O ABORTO**

Buscou-se no site oficial da Câmara dos Deputados os discursos e notas taquigráficas que debatessem o tema do aborto; utilizando a palavra-chave "aborto" no campo de pesquisa. O período de análise corresponde a legislatura 54<sup>o</sup> (2011-2014), período em que tivemos um aumento expressivo no número de parlamentares vinculados aos segmentos evangélicos. Foram contabilizados 112 discursos e separados em “pró-aborto” e “anti-aborto”. Apenas 11 discursos foram classificados como favoráveis à descriminalização do aborto (pró-aborto). Os demais discursos (101) defende a criminalização total do aborto no país. As questões elencadas no trabalho foram: (a) Quais os principais argumentos dos setores “pró” e “anti” aborto?; (b) A partir da centralidade dos direitos humanos das mulheres, optou-se por verificar como os mais diferentes deputados e deputadas se posicionam sobre as mulheres. As mulheres são citadas ao longo dos discursos? Se sim, de que forma elas são citadas?

#### **Os discursos na câmara: em defesa da vida de quem?**

No ano de 2011 tivemos 16 discursos sobre o aborto e todos eles foram desfavoráveis à descriminalização do aborto no país. No período em questão, temos a defesa constante dos seguintes aspectos: (a) direitos à vida do "feto", conjuntamente ao fortalecimento constante da família tradicional brasileira e dos valores fundamentais que estão envolvidos nessa família; (b) em menor grau, tivemos debates que apontaram para a necessidade de fomentar políticas públicas que evitem o abortamento através do planejamento familiar. Os outros temas que circularam no período e que buscam a maior inibição da prática de aborto correspondem ao Estatuto do Nascituro (PL n<sup>o</sup> 478/2007) onde a principal pauta era a criminalização total do



## Múltiplos Olhares desde o Brasil

aborto no país ao não incluir mais os casos de abortamento legal (por estupro ou quando a mulher corre risco eminente de vida).

Apenas duas mulheres que fizeram discursos sobre o aborto: a Deputada Federal Lauriete PSC/ES, cantora gospel, vinculada a Assembleia de Deus, e a Deputada Federal Sueli Vidigal PDT/ES, vinculada a Igreja Batista. A primeira deputada (Lauriete) apresentou um panorama geral da necessidade de combate à violência contra as mulheres e os compromissos que devemos firmar na sociedade civil para erradicar tal forma de violência e introduziu o tema do aborto e necessidade de implementação do Projeto de Lei n 797, de 2011 conhecido como "bolsa-estupro" a fim de evitar que mulheres estupradas abortem seus futuros filhos. Ela afirma que há uma "banalização do aborto em que aquela que deveria lutar pelo direito do seu filho, luta para matá-lo". (LAURIETE, 2011). Seguindo a mesma linha argumentativa a Deputada Federal Sueli Vidigal reforçou a necessidade de implementação do Estatuto do Nascituro a fim de evitar a morte de criança e também apresenta que "apenas me basta a condição de mulher e mãe para que eu seja uma defensora da vida e contra o aborto. E ressacho os que vêem esse tema como fanatismo religioso." (VIDIGAL, 2011). Os demais discursos foram emitidos por homens (14 discursos) e apenas 4 vão citar em algum momento a situação das mulheres, sempre ligando-as à maternidade.

No ano de 2012 foram 58 discursos que debateram a questão do aborto no país. Do total de discursos (58) tivemos apenas 5 discursos que apontaram para descriminalização do aborto; os demais discursos (53) apontaram para a defesa da criminalização total do aborto. Tal legislatura teve fortes debates na contrariedade da descriminalização do aborto em fetos portadores de Anencefalia e afirmando que: "Essa decisão. Sr. Presidente, fere normas jurídicas e constitucionais de proteção à vida (...) e avilta este Parlamento, que mais uma vez tem a sua competência de legislar invadida pela mais alta instância do Poder Judiciário". (LUCENA, 2012). O debate sobre a Reforma do Código Penal de 1940 também foi pauta. Por outro lado, A defesa da descriminalização do aborto constitui uma defesa em prol da autonomia de escolha das mulheres sobre os seus próprios corpos e vida; também são mobilizados argumentos de ordem da saúde e de qualidade de vida da mulher. (PORTUAL, 2012). A alusão à mulher nos discursos apareceu 27 vezes sendo que ela aparece em todos os discursos favoráveis ao aborto (5); já nos discursos desfavoráveis, ela apareceu em 22 discursos e sempre como "a mãe" que merece ser "cuidada" através de políticas públicas ou de mães que são assassinas de seus filhos



## Múltiplos Olhares desde o Brasil

que ainda não nasceram.

O período de 2013 conta com 25 discursos versando sobre a questão do aborto. Nesses discursos totalizamos 6 que defendem a sua descriminalização e outros 19 que condenam a prática no país. Os discursos abordam os temas de defesa ao direito da vida, da necessidade iminente de implementação do Estatuto do Nascituro para que as mortes dos fetos sejam evitadas e que as mães parem de abortar legalmente no país. Os discursos ainda versam sobre o tema de anencefalia e na tentativa de que ela seja revista a fim de evitar mais mortes de crianças. No período de 2013 tivemos 6 discursos que buscaram debateram a questão do aborto defendendo a sua descriminalização, em sua defesa ao aborto o Deputado Federal buscou na própria prática humanista e cristã a construção da defesa em prol da vida e da autonomia de mulheres. Quanto a representação da mulher ao longo dos discursos, destacamos que as mulheres são citadas em 4 dos 6 discursos pró-aborto, enquanto nos discursos anti-aborto elas aparecem em 11 vezes. Os discursos anti-aborto também às apresentaram como mulheres-mães. Em alguns momentos os discursos apenas mencionavam a mulher quando estavam debatendo alguma lei; dois discursos também as apresentaram como passíveis de investigação através da CPI do aborto. Apenas duas mulheres fizeram discursos sobre aborto no ano de 2013: uma a favor da descriminalização, e outra contra a descriminalização do aborto.

O último ano analisado foi o de 2014, caracterizado pelo baixo número de discursos que foram emitidos pelos parlamentares sobre a questão do aborto. Foram 13 manifestações sobre o tema, todas negativas a descriminalização do aborto no país em que pese uma das manifestações não defender nem um dos lados. Parte considerável desses discursos foi concentrada no mês de Novembro (5) a principal razão para os debates ocorreu com chamadas para a participação da VII Marcha Nacional da Cidadania pela Vida e contra o Aborto, com o tema “*Quero viver! Você me ajuda?*” que ocorreu naquele mesmo mês e conclamou a votação da PL n° 478, de 2007, o Estatuto do Nascituro, e a PEC n° 164, de 2012, a fim de garantir a vida desde a concepção. A mulher também foi retratada como uma mãe e responsável pela vida do feto. Ao todo foram 3 mulheres que se manifestaram com relação ao aborto: Liliam Sá PROS-RJ e Fátima Paleas PMDB-AP, ambas vinculadas a Assembleia de Deus, manifestaram-se de forma contrária a descriminalização e pediram pela aprovação do Estatuto do Nascituro. Rosane Ferreira PV-PR apresentou o único discurso neutro destacando os riscos da saúde de mulheres em abortamentos ilegais. As mulheres foram citadas em 6 discursos (sendo 3 dos



## Múltiplos Olhares desde o Brasil

discursos os citados acima). Novamente reforçou-se a ideia de mãe-mulher. o Estado deve proteger o feto da sua possível morte quando as mulheres ora assassinas, ora vítimas de sua situação que as leva ao aborto (falta de estruturação familiar e planejamento familiar) recorrem ao aborto. O único discurso que apresenta uma maior autonomia da mulher foi aquele classificado como neutro e que apela para dados da saúde pública em defesa da mulher.

### NOTAS CONCLUSIVAS

Os resultados da seguinte pesquisa nos apontaram para um número elevado de discursos emitidos pelos segmentos anti-aborto. Dos 112 discursos analisados, 101 foram mobilizados pelos segmentos que buscam criminalizar totalmente o aborto no país. Apenas 12 discursos emitiram uma defesa em prol da descriminalização. Constatou-se que parte majoritária dos discursos foi feita por parlamentares vinculados aos segmentos religiosos do país em que católicos e evangélicos emitiram juntos 97 discursos, e apenas um Deputado Federal católico mostrou-se favorável a descriminalização do aborto. A posição religiosa desses membros também refletiu os argumentos mobilizados na defesa da criminalização do aborto em que houve um uso constante de palavra Deus. Ao longo dos 112 discursos analisados nesta pesquisa, tivemos a participação de 43 parlamentares que se manifestaram em algum momento. Desses 43 parlamentares tivemos a participação de 23 deputados e deputadas identificados como evangélicos. Todos os discursos desses membros foram negativos à descriminalização do aborto. Os católicos contaram com 8 representantes debatendo sobre o tema; apenas um mostrou posição favorável à descriminalização. Já os demais deputados e deputadas (11) não apresentaram nenhuma vinculação, em suas biografias pessoais, a pertencimento de alguma denominação religiosa.

Contabilizamos o número de 16 partidos que emitiram discursos sobre o aborto. Os partidos PT e PCdoB foram os únicos partidos que apresentaram apenas discursos pró-aborto. Os partidos ligados ideologicamente ao centro e direita tenderam a emitir apenas discursos desfavoráveis a descriminalização do aborto e apelaram constantemente para a criminalização total e remanejamento das leis de forma a tornar a punição mais severa. As exceções foram o Deputado Sandes Júnior PP/GO que apresentou discurso favorável ao abortamento de fetos com anencefalia, e o PDT, partido ainda ligado a esquerda, que apresentou uma série de 11 discursos



## Múltiplos Olhares desde o Brasil

desfavoráveis ao abortamento.

O assunto de abortamento mostrou-se um tema masculinizado ao longo dos discursos analisados. Constatamos uma baixa representação de mulheres debatendo sobre o tema, seja em posições favoráveis ou não. Os homens dominaram os debates sobre um tema que incide diretamente na vida das mulheres e seus corpos. Ao todo contabilizamos 8 mulheres que emitiram 10 discursos do total de 112 contabilizados. Isso nos soma menos de 10% de discurso em que as mulheres se manifestaram sobre o tema.

A representação da mulher, ao longo dos discursos analisados, nos apontou uma visão de mulher enquanto mãe. Os discursos anti-aborto vão apelar para a mãe que deve proteger a vida que está sendo gerada dentro dela. Quanto a autonomia da mulher, nesses mesmos discursos apresenta-se que a mulher tem direito à autonomia, mas não tem direito de matar a vida que há nela. A mulher-mãe também deve ser cuidada através de políticas públicas de saúde materno-infantil e o abortamento não pode ser aceito por ferir os direitos dessas mulheres devido aos danos físicos e psicológicos que causam a elas. A mulher vai oscilar entre a mulher-mãe que deve ser protegida e a mulher-mãe assassina e que vai matar seus filhos abusando dos direitos de liberdade. Na contrapartida, os discursos pró-aborto apresentaram com maior recorrência o uso da palavra mulher e apelaram aos direitos da mulher de autonomia sobre o próprio corpo e vida para decidir sobre a gestação e nos cuidados de saúde pública devido a morte materna devido ao abortamento inseguro. A mulher, ao longo desse último grupo de discursos, é retratada com maior recorrência. Ao passo que nos anteriores, anti-aborto, temos uma sobreposição do feto e criança no lugar da questão, propriamente, da mulher.

Neste trabalho busquei dar conta do tema de aborto na perspectiva dos direitos humanos. Tomei como ponto de partida a visão *mainstream* dos direitos humanos e a desdobrei para analisar os discursos na Câmara dos Deputados durante a 54ª legislatura. A partir do desenvolvimento do trabalho e de seu fechamento parcial, constatei que a própria noção dos direitos humanos é um conceito em constante disputa e concorrência no campo político. As disputas dentro desse campo geram consequências que se estendem para além dele e atravessam a sociedade e o corpo das mulheres.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



## Múltiplos Olhares desde o Brasil

BARSTED, LEILA. Legalização e descriminalização do aborto no Brasil: 10 anos de luta feminista. **Estudos Feministas**, p. 104-130, 1992.

\_\_\_\_\_. Direitos humanos e descriminalização do aborto. **Nos limites da vida: aborto, clonagem e eutanásia sob a perspectiva dos direitos humanos**. SARMENTO, Daniel. PIOVESAN, Flávia, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa/Rio de Janeiro, Difel/Bertrand, 1989

BRASIL, **Decreto nº 591 de 6 de Julho de 1992**. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/d0591.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0591.htm)> Acessado em: 07 jun. 2017.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2016. Disponível em  
<<http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa>> Acessado em 03.março.2017.

COHEN, Jean L. Repensando a privacidade: autonomia, identidade e a controvérsia sobre o aborto. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 7, p. 165-203, 2012.

COSTA, Ana Maria. Política de Saúde Integral da Mulher e Direitos Sexuais e Reprodutivos. In: GIOVANELLA, Lígia et al. **Políticas e Sistemas de Saúde no Brasil**. 2a edição. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2012, pp. 979-1010.

COVA, Anne. Mulheres e associativismo em França, Itália e Portugal (1888-1939). **Itinerários. A investigação**, n. 25, p. 583-602, 2008.

DEAN, Hartley. **Social rights and human welfare**. Londres: Routledge, 2015.

DECLARAÇÃO, O. N. U. **Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher**. 1995.

DIAP, 2016. Disponível em < <http://www.diap.org.br> />Acessadoem07.março.2017.

DINIZ, Debora; MEDEIROS, Marcelo. **Aborto no Brasil: uma pesquisa domiciliar com técnica de urna**. 2010.

DONNELLY, Jack. **Human Rights**. In: JOHN S. DRYZEK BONNIE HONIG and ANNE PHILLIPS. **The oxford handbook of Political Theory**. New York: Oxford University Press, 2006.

DWYER, Susan. Entendendo o problema do aborto. In: ROSENFELD, Dênis; ZINGANO, Marco. **Filosofia Política: Nova Série**, 2. Porto Alegre: L&PM, 1998, pp. 124-150.

DWORKIN, Ronald. **Domínio da Vida: aborto, eutanásia e direitos individuais**. Tradução Jefferson Luiz Camargo. 2003.





## Múltiplos Olhares desde o Brasil

\_\_\_\_\_. **Taking rights seriously**. Harvard University Press, 1978.

ENGELMANN, Fabiano; MADEIRA, Lígia Mori. A causa e as políticas de direitos humanos no Brasil. **Caderno CRH**, v. 28, n. 75, p. 623-637, 2015.

GOMES, Carla de Marcelino; MOREIRA, Vital. **Compreender os Direitos Humanos. Dados**, 2012.

GOULD, Carol C. **Globalizing Democracy and Human Rights**. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2006

JOHN S. Dryzek Bonnie, HONIG and PHILLIPS. **The oxford handbook of Political Theory**. New York: Oxford University Press, 2006.

MACHADO, Maria das Dores Campos, **Política e religião: a participação dos evangélicos nas eleições**. FGV Editora, 2006.

MATTAR, Laura Davis et al. Reconhecimento jurídico dos direitos sexuais: uma análise comparativa com os direitos reprodutivos. **SUR. Revista Internacional de Direitos Humanos**, v. 5, n. 8, p. 60-83, 2008.

MENEZES, Greice Maria de Souza et al. **Pesquisa sobre o aborto no Brasil: avanços e desafios para o campo da saúde coletiva**. 2009.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Teoria política feminista**. 2013.

NAÇÕES UNIDAS. **Pacto internacional sobre direitos econômicos, sociais e culturais. Convenção de Nova York, 19 de dezembro de 1996**. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/>> Acessado em: 13 jun. 2017.

PIERUCCI, Antônio Flávio; PRANDI, Reginaldo. **A realidade social das religiões no Brasil: religião, sociedade e política**. Hucitec, 1996.

PIOVESAN, Flávia. **Temas de direitos humanos**. 2. ed. São Paulo: Max Limonad, 2003.

\_\_\_\_\_. **Direitos sexuais e reprodutivos: aborto inseguro como violação aos direitos humanos. Nos limites da vida: aborto, clonagem humana e eutanásia sob a perspectiva dos direitos humanos. Rio de Janeiro: Lumen Juris**, p. 53-72, 2007.

PIOVESAN, Flávia et al. Ações afirmativas da perspectiva dos direitos humanos. **Cadernos de pesquisa**, v. 35, n. 124, p. 43-55, 2005.

PRÁ, Jussara Reis; EPPING, Léa. Cidadania e feminismo no reconhecimento dos direitos humanos das mulheres. **Estudos Feministas**, p. 33-51, 2012.



## Múltiplos Olhares desde o Brasil

SARMENTO, Daniel; PIOVESAN, Flávia. **Nos limites da vida: aborto, clonagem humana e eutanásia sob a perspectiva dos direitos humanos.** 2007.

SIMMONS, Beth A. **Mobilizing for Human Rights: International Law in Domestic Politics.** Nova Iorque: Cambridge University Press, 2006.

SQUIRES, Judith. Equality and difference. **The Oxford handbook of political theory**, New York: Oxford University Press, 2006.

VENTURA, Mirian et al. **Direitos sexuais e direitos reprodutivos na perspectiva de direitos humanos.** 2003.

WILLIAMS, Andrew. Liberty, equality, and property. In: **The Oxford handbook of political theory.** New York: Oxford University Press, 2006.

## OS SIGNIFICADOS SOBRE A POLÍTICA NO ATIVISMO DE MULHERES NEGRAS NO MORRO DA POLÍCIA

Thais da Rosa Alves

UNISINOS

### INTRODUÇÃO

O presente trabalho corresponde à pesquisa que está sendo desenvolvida sobre o ativismo de mulheres de camadas populares<sup>1</sup> de Porto Alegre.

Meu interesse em pesquisar este determinado tipo de ativismo surgiu por meio dos caminhos percorridos durante minha formação acadêmica, no qual incluem experiências de estágio acadêmico e como bolsista de iniciação científica em dois projetos de pesquisa<sup>2</sup>. Ao final do curso de graduação em Ciências Sociais, realizei meu trabalho de conclusão intitulado “Entre a *faculdade* da vila e o direito: as práticas de justiça das Promotoras Legais Populares no SIM – Tudo Fácil”, que se propôs a analisar as práticas das ativistas dos direitos humanos das mulheres ligadas a uma Organização não-governamental (ONG) feminista de Porto Alegre (ALVES, 2015).

Durante esta pesquisa de campo, conheci o ativismo comunitário realizado por um grupo de mulheres no Morro da Polícia que atuam na Associação das Mulheres Unidas pela Esperança (AMUE). A Associação, que até então tem como sede a residência da atual presidenta, que também atua como PLP, tem como ações a doação de alimentos, a realização de oficinas de artesanato entre outras atividades ofertadas para mulheres, jovens e crianças da região.

Com meu ingresso no campo pude observar situações percebidas, a partir do meu ponto de vista, como políticas, visto que associações comunitárias possuem uma atuação política que se emaranham com demais elementos como igrejas, ONGs, partidos políticos, instituições do Estado, etc. (BOBADILLA, 2016).

Diante disso, a pesquisa tem como objetivo analisar os significados, de acordo com os

---

<sup>1</sup> O conceito popular refere-se a um recorte analítico com enfoque nas experiências de vida e valores culturais de grupos de baixa renda. De acordo com Fonseca (2000), corresponde a diferentes modos de vida de indivíduos situados em uma sociedade de classes demarcada pelas desigualdades sociais. Já o ativismo de mulheres de camadas populares pode ser verificado em Bonetti (2007).

<sup>2</sup> Ambos os projetos coordenados pela professora Miriam Steffen Vieira (PPGCS – Unisinos), com bolsa na modalidade Pratic/Unisinos.



## Múltiplos Olhares desde o Brasil

fazer e saber, sobre a política a partir das práticas de um grupo de mulheres negras ativistas de camadas populares do Morro da Polícia, em Porto Alegre.

Como forma de conhecer mais a fundo as práticas políticas deste ativismo, foram formuladas três questões que buscam dar conta de tal objetivo: como se dá a relação das mulheres com demais agentes políticos (movimentos sociais, associações, instituições públicas e privadas)? Como elas organizam suas pautas e engajamentos? Como diferentes eixos de poder interseccionam-se nestas práticas?

Para dar conta destas questões, realizei uma etnografia na Associação das Mulheres Unidas pela Esperança do Morro da Polícia, durante os meses de julho a setembro de 2017, como forma de apreender as dinâmicas presentes na ação destas mulheres. Neste trabalho apresento alguns pontos teórico-metodológicos bem como, algumas notas extraídas do campo etnográfico.

### **FAZENDO POLÍTICA: A ANTROPOLOGIA DA POLÍTICA**

Como forma de dar conta deste objeto, lancei mão de uma bibliografia que pudesse me auxiliar na apreensão destas práticas e acontecimentos políticos a partir das perspectivas dessas mulheres sobre a política, assim como, deste tipo de ativismo.

Para amparar os fazeres políticos das ativistas do Morro da Polícia, defini a utilização da antropologia da política caminho epistemológico para acessar os significados desde as perspectivas destas ativistas, assim como, pensar a política como constituinte de seus cotidianos (GOLDMAN, 2006).

As análises das práticas políticas a partir da antropologia da política que se distancia das representações políticas tidas como legítimas. (COMERFORD; BEZERRA, 2013). Ou seja, a análise se concentra nas práticas nativas em torno da política para além dos marcos oficiais do Estado.

Os estudos da antropologia brasileira acabaram por se desvincular da antropologia política, tal como se originou em meados do século XX, para uma antropologia *da* política. O termo, cunhado pelo antropólogo Moacir Palmeira, tem como principal objetivo [...] refletir sobre a política para além das definições legais ou modelares numa sociedade que pensa as atividades políticas como constituindo um domínio à parte de tantos outros – o econômico, o

jurídico, o artístico, etc. – envolvendo agentes sociais específicos, quando não ‘especialistas’ ou ‘profissionais’. (PALMEIRA; BARREIRA, 2004, p. 9).

Esta perspectiva pretende olhar para a política “[...] tal como definida por diferentes grupos e sociedades, com ‘olhos de antropólogo’, isto é, com olhos e todos os outros sentidos acionados na prática do pesquisador treinado de um modo singular”. (PALMEIRA; BARREIRA, 2004, p. 9).

### **A POLÍTICA NO ATIVISMO DE MULHERES DE CAMADAS POPULARES**

Durante os anos de 1960 e 1980 no cenário político e social brasileiro, houve um aumento expressivo de mobilizações de caráter popular. Estes movimentos estavam articulados com setores que eram contrários ao regime militar, como as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)<sup>3</sup>, juntamente com os movimentos tradicionais, como o sindical. (GOHN, 2011).

Entre estes movimentos, acompanhou-se o ressurgimento do feminismo brasileiro, na década de 1970, com a sua principal pauta: a luta pelos direitos das mulheres. Concomitantemente, surgiram outros tipos de mobilizações organizadas por mulheres que pautavam a garantia de direitos considerados importantes para a manutenção de suas vidas cotidianas no contexto urbano, como creches, escolas, postos de saúde, acesso à água e ao transporte público. Estas demandas eram reivindicadas por mulheres de classes populares que se organizavam, em grande parte, através dos “clubes de mães”. (SINGER, 1983).

O ativismo de mulheres de camadas populares passou a ser investigado durante a década de 1980, principalmente no período de redemocratização no Brasil. Estes estudos buscavam compreender como se dava o movimento de mulheres que diferenciava-se do movimento feminista brasileiro que havia voltado à cena. (SINGER, 1983).

Estas pesquisas buscavam, assim, categorizar analiticamente este tipo de ativismo. Uma das principais categorias analíticas que serviram de chave para pensar o tema, já na década de 1990, foi a de “maternidade militante” (ALVAREZ, 1988). Esta categoria correspondia a uma visível politização da maternidade das mulheres de classes populares ao reivindicar seus “direitos” como mães e esposas durante o período da ditadura militar, contexto histórico no qual as situações precárias aos quais estas mulheres se encontravam fora agravado pelo sistema

---

<sup>3</sup> As Comunidades Eclesiais de Base, ou CEBs, são comunidades ligadas às religiões cristãs, principalmente da Igreja Católica inspiradas pela Teologia da Libertação.



## Múltiplos Olhares desde o Brasil

econômico desenvolvimentista. Porém, esta categoria não se constituía como emancipatória ou transformadora, mesmo com atributos políticos como a participação das mulheres em espaços públicos. Além de reproduzir uma série de estereótipos femininos, tais como abnegação, altruísmo e cuidado, direcionados para as mulheres de camadas populares. (BONETTI, 2007).

Como uma alternativa para pensar estas práticas sem reforçar estes estereótipos, Bonetti (2007), utilizou a categoria nativa “mulheristas”, que corresponde, de acordo com as próprias ativistas, às mulheres que conhecem as *reais necessidades* das mulheres, ou seja, vai além da categoria empírica mulher ao significar um marcador de pertencimento social que se contrapõe a um suposto elitismo do feminismo percebido por estas mulheres como distante de suas realidades. (BONETTI, 2007).

Sendo assim, de acordo com Bonetti (2007) a categoria “mulherista” constitui um sujeito político distinto do feminismo que adentrou e ressignificou o campo político por meio de suas experiências e de suas próprias concepções de feminismo.

Dentro do campo de estudos sobre esta temática, ele é denominado como ativismo feminista/ feminino popular (ALVAREZ, 2000; BONETTI, 2007). Ao contrário destas denominações, proponho utilizar o termo mulheres negras, visto que é desta forma que as interlocutoras se autodenominam e de reconhecem a partir deste fenômeno.

Além do mais, ao lançar mão desta nomenclatura, visibiliza as interseccionalidades entre gênero, raça e classe, rompendo com uma noção heterogênea deste tipo de mobilização social que as denominações mencionadas acima costumam carregar.

Como forma de compreender este ativismo de mulheres negras, busco desde um olhar construído no feminismo negro, principalmente pelas contribuições de Patricia Hill Collins (2012) e a teoria do “ponto de vista”, no qual a autora salienta as perspectivas das mulheres negras sobre sua própria opressão como forma de produzir discussões epistemológicas a respeito deste sistema de dominação que gera um duplo posicionamento ao negar a possibilidade de um ponto de vista hegemônico ao mesmo tempo em que cria um ponto de vista coletivo.

Dado que estes fatores influenciam em diversas respostas aos desafios comuns, é importante assinalar que não existe um ponto de vista homogêneo da *mulher* negra. Não há uma mulher negra essencial ou arquetípica cujas experiências sejam ‘normais’, normativas e, portanto, autênticas. Um entendimento essencialista do ponto de vista da *mulher* negra suprime



## Múltiplos Olhares desde o Brasil

as diferenças entre as mulheres negras na busca de uma ilusória unidade grupal. No lugar disso, seria mais exato dizer que existe um ponto de vista coletivo das *mulheres* negras caracterizado pelas tensões que correspondem às diferentes respostas aos desafios comuns. (COLLINS, 2012, p. 111-112, grifos da autora, tradução nossa). Ao trazer as perspectivas das mulheres negras norte-americanas para o centro de sua análise, mas sem privilegiar tais experiências (JABARDO, 2012), Collins assume o argumento de que não existe um único ponto de vista feminista, pois o mesmo é parcial, ou seja, é produzido a partir de conhecimentos situados, ao contrário da universalidade proposta pelo feminismo hegemônico.

### **METODOLOGIA**

A pesquisa será de cunho qualitativo e consistirá em uma etnografia. De uma maneira mais geral, a etnografia, segundo Rocha e Eckert (2008), consiste em técnicas e procedimentos de coleta de dados, juntamente com uma prática de trabalho de campo resultante da convivência da pesquisadora junto ao grupo social pesquisado, no caso, as mulheres integrantes da AMUE.

A escolha da etnografia para pensar o tema e o problema propostos nesta pesquisa, de acordo com Goldman (2006b), deve-se ao fato de que a perspectiva etnográfica proporciona o diálogo entre os diferentes saberes.

No ingresso ao campo, foram realizadas observações participantes e a produção de um diário de campo. Além disso, foram realizadas duas entrevistas semi-estruturadas com a presidenta da Associação e minha principal interlocutora.

### **O CAMPO: NOTAS ETNOGRÁFICAS**

A pesquisa de campo foi realizada no Morro da Polícia, localizada na periferia de Porto Alegre, mais precisamente na Associação de Mulheres Unidas pela Esperança, a AMUE, que funciona desde 2008 na casa da presidenta e minha principal interlocutora Rosa<sup>4</sup>.

Rosa possui uma trajetória familiar marcada pelo ativismo em movimentos sociais, seu relacionando-se com os movimentos de luta pela moradia, movimento negro e, mais recentemente, movimento feminista, porém, a mesma não se reconhece como integrante de

---

<sup>4</sup> Por questões éticas de pesquisa, os nomes das interlocutoras foram trocados, porém mantenho o nome da entidade por compreender que a mesma faz parte das identidades das minhas interlocutoras



## Múltiplos Olhares desde o Brasil

nenhum destes movimentos, relacionando a sua prática e da Associação com um *movimento de mulheres do morro*.

Em outras palavras, é desde a articulação entre estes três movimentos sociais consolidados no cenário político local que emerge o ativismo das mulheres negras do Morro da Polícia a partir de uma ressignificação de suas experiências de vida em um projeto político de *resistência*. (BERNARDINO-COSTA, 2015).

O trabalho de campo implicou uma série de negociações pertinentes do fazer etnográfico. Não foram raras as situações nas quais fui incumbida de assumir uma posição diante das minhas interlocutoras, como porta voz ou educadora, ao ser apresentada como *pesquisadora* para os moradores do Morro. (ZALUAR, 2004). Porém, busquei enfatizar minha posição como observadora e ouvinte. Com poucas semanas de campo, ouvi de Lélia, outra integrante da Associação, que eu já era *parte da família e quase negra*.

Não tomei estes novos *status* com o fato de ter me tornado uma nativa, visto que nunca tive a pretensão de “virar nativa”. (GOLDMAN, 2006). Mas sim, com o fato de que as mesmas já haviam experimentado presenças “estrangeiras” por parte de universitários de fora do Morro, que após suas pesquisas e projetos, se afastaram do grupo sem qualquer retorno. Sendo assim, essa é uma forma de manter o contato entre pesquisadora e interlocutoras pós-pesquisa.

As integrantes da Associação não consideram as suas práticas como políticas, visto que as concepções sobre estas práticas são carregadas de sentidos negativos “[...] capaz de afetar e transformar mesmos as melhores pessoas.” (GOLDMAN, 2006, p. 292). Diante disso, suas práticas são concebidas como *movimento que faz luta*. Embora elas façam esta associação de suas práticas como *movimento* que se opõe à *política*, a presidenta da Associação possui em sua rede de contatos pessoas ligadas a partidos políticos.

Outro elemento significativo neste fazer movimento é a presença familiar. A Associação é formada por mulheres negras de uma família, porém, há a presença dos homens, como maridos, filhos e irmãos, na realização das atividades, como a própria presidenta fala ao descrever a formação da Associação, a sua *família vive a ONG*<sup>5</sup>, formando assim uma rede de ajuda mútua. (FONSECA, 2000).

Por fim, saliento outro componente importante no interior da Associação: o acesso ao

---

<sup>5</sup> Embora eu utilize o termo Associação, entre minhas interlocutoras, o termo ONG também é usual para se referir à entidade.





## Múltiplos Olhares desde o Brasil

Ensino Superior pelas integrantes. De acordo com Scalon (2011), o acesso à educação é vista por grande parte da sociedade brasileira, como uma oportunidade de ascensão social. Dessa forma, o ingresso por parte das integrantes através da política de cotas é concebido como um *empoderamento*<sup>6</sup> para a população negra do Morro da Polícia.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVAREZ, Sonia E. Politizando as relações de gênero e engendrando a democracia. In STEPAN, A. (Org.) *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, pp. 315-380.

ALVES, Thaís da Rosa. *Entre a faculdade da vila e o direito: as práticas de justiça das Promotoras Legais Populares no SIM-Tudo Fácil*. 2015. 58 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais). Escola de Humanidades, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2015.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. Decolonialidade e interseccionalidade emancipadora: a organização política das trabalhadoras domésticas no Brasil. *Revista Sociedade e Estado*. Brasília – DF, v. 30, n. 1, p. 147-163, jan.-abr. 2015. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/se/v30n1/0102-6992-se-30-01-00147.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2017.

BOBADILLA, Kássia B. *Nas tramas da política: uma etnografia da ação coletiva na Favela de Vila Prudente*. 2016, 212 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Guarulhos, 2016. Disponível em: < [http://www2.unifesp.br/ciencias\\_sociais/dissertacoes-defendidas-versao-final/kassia-bobadilla](http://www2.unifesp.br/ciencias_sociais/dissertacoes-defendidas-versao-final/kassia-bobadilla)>. Acesso em: 14 jul. 2017.

BONETTI, Alinne. L. *Não basta ser mulher, tem que ter coragem*. Uma etnografia sobre gênero, poder, ativismo feminino popular e o campo político feminista de Recife-PE. 2007, 261 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 2007. Disponível em: < <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?view=vtls000430418>>. Acesso em: 19 jan. 2015.

COLLINS Patricia Hill. Rasgos distintivos del pensamiento feminista negro. In: JABARDO, Mercedes (Ed.). *Feminismos Negros: una antología*. Madrid: Traficante de Sueños, 2012, p. 99-131.

COMERFORD, John C; BEZERRA, Marcos O. Etnografias da política: uma apresentação da Coleção Antropologia da Política. *Análise Social*. Lisboa, v. 48, n. 207, p. 466-489, 2013. Disponível em: < <http://www.scielo.mec.pt/pdf/aso/n207/n207a09.pdf>>. Acesso em: 17 nov. 2016.

---

<sup>6</sup> Mesmo com a existência de uma extensa bibliografia que trate da questão do empoderamento como um conceito analítico, na situação apresentada o mesmo aparece como uma expressão êmica utilizada pelas minhas interlocutoras.



## Múltiplos Olhares desde o Brasil

FONSECA, Claudia. *Família, fofoca e honra*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

GOHN, Maria G. Movimentos sociais na contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação*, Vila Isabel, v. 16, n. 47, p. 333-513, maio – ago. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf>>. Acesso em 20 out. 2016.

GOLDMAN, Marcio. *Como funciona a democracia: uma teoria etnográfica da política*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.

\_\_\_\_\_. Alteridade e experiência: antropologia e teoria etnográfica. *Etnográfica*, Lisboa, vol. 10, n. 1, p.161-173, 2006b. Disponível em: <[http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0873-65612006000100008](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0873-65612006000100008)>. Acesso em: 06 mar. 2017.

JABARDO, Mercedes. Introducción. Construyendo puentes: en diálogo desde /con el feminismo negro. In: JABARDO, Mercedes (Ed.). *Feminismos Negros: una antología*. Madrid: Traficante de Sueños, 2012, p. 27-56.

PALMEIRA, Moacir; BARREIRA, César. Introdução. In: PALMEIRA, Moacir; BARREIRA, César. (Org.). *Política no Brasil: visões de antropólogos*. Rio de Janeiro: Relume Damará: NUAP, 2004, p. 9-22. Disponível em: <[http://nuap.etc.br/content/uploads/2013/06/politica\\_no\\_brasil.pdf](http://nuap.etc.br/content/uploads/2013/06/politica_no_brasil.pdf)>. Acesso em: 21 nov. 2016.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho; ECKERT, Cornélia. Etnografia: saberes e práticas. In: PINTO, Céli Regina Jardim; GUAZZELLI, César Augusto Barcellos. (Org.). *Ciências Humanas: pesquisa e método*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

SCALON, Celi, Desigualdade, pobreza e políticas públicas: notas para um debate. *Contemporânea*. São Carlos, n. 1, p. 49-68, jan. – jun. 2011. Disponível em: <<http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/20/5>>. Acesso em: 20 set. 2017.

SINGER, Paul. O feminino e o feminismo.. In SINGER, P. e BRANT, V. (Orgs.). *São Paulo: O povo em movimento*. Petrópolis: Vozes; São Paulo: CEBRAP, 1980, pp. 109-142.

ZALUAR, Alba. Teoria e prática do trabalho de campo: alguns problemas. In: CARDOSO, Ruth (Org.). *A aventura antropológica: teoria e pesquisa*. São Paulo: Paz e Terra, 2004, p. 107- 125.

VI Seminário Discente  
Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFRGS

3, 4 e 5  
de outubro

Local: Campus do Vale - UFRGS

# Múltiplos Olhares desde o Brasil



Múltiplos Olhares  
desde o Brasil

## **SOCIOLOGIA EM “MANGAS DE CAMISA”: REPRESENTAÇÃO DO NEGRO BRASILEIRO NOS LIVROS DIDÁTICOS**

**Wellington Narde Navarro da Costa**

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

### **SOCIOLOGIA EM “MANGAS DE CAMISA”: REPRESENTAÇÃO DO NEGRO BRASILEIRO NOS LIVROS DIDÁTICOS<sup>1</sup>**

Diante do histórico de lutas da população negra brasileira por reconhecimento e justiça social e da permanência do racismo como fenômeno que opera sistematicamente na sociedade brasileira, no ano de 2012, o Supremo Tribunal Federal aprovou com unanimidade a constitucionalidade das cotas no Ensino Superior. Após iniciativas pioneiras de algumas universidades na década passada – UERJ em 2003 e UnB em 2004 –, o Estado brasileiro acolheu através de políticas públicas essa demanda histórica do movimento social negro. Se hoje as universidades públicas garantem em alguma medida o direito da população negra de cursar o Ensino Superior, isso se deve aos enfrentamentos políticos na luta por reparações inerente à militância negra organizada que logrou êxito com a conquista das ações afirmativas no campo educacional.

Nesse sentido, foi de elevada importância a articulação com fóruns internacionais, com destaque à III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial e Intolerâncias Correlatas, realizada no ano de 2001 em Durban, África do Sul. Tratando-se de um evento internacional de grande envergadura, de acordo com Matilde Ribeiro (2014), essa Conferência teve incidência no posicionamento e dinâmica nacional sobre as políticas de igualdade racial e ações afirmativas. Ainda conforme a autora, além da Declaração e Programa de Ação de Durban (DDPA), produto da própria Conferência, outros importantes instrumentos internacionais se destacaram visando ao fortalecimento global, regional e local, tendo por base a garantia da democracia. São eles: a Convenção Internacional contra Todas as Formas de Discriminação Racial (Icerd), a Convenção 111 da Organização Internacional do Trabalho e a resolução A

---

<sup>1</sup> Este trabalho apresenta um resumo da dissertação de mestrado de mesmo título, vinculada à linha de pesquisa “Universidade: Teoria e Prática” da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

*incompatibilidade entre a democracia e o racismo*, três instrumentos impulsionados pela ONU, contando com a colaboração crítica das sociedades civis e dos Estados/Governos que, após a aprovação desses instrumentos, assumiram o compromisso no sentido de contribuir para a superação de violações dos direitos humanos que resultam em racismo e discriminação étnico racial (RIBEIRO, 2014).

Partindo desses eventos, o Estado brasileiro começa a promover ações visando ao combate ao racismo, o que fica mais explícito a partir de 2003 na gestão do presidente Lula. O governo do Partido dos Trabalhadores teve sua importância no acolhimento de demandas do movimento social negro, levando à institucionalização das ações afirmativas na área da Educação, tema desse trabalho.

Nesse contexto, foi sancionada a lei 10.639/03 que tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana em todas as escolas do país, seguida pela lei 11.645/08 que incluiu também a questão indígena nos currículos escolares. De tal forma que, é importante compreendermos que “ação afirmativa” não se resume apenas às cotas nas universidades – sua modalidade mais conhecida e principal foco nos debates sobre o assunto –, mas possui um caráter mais amplo, denso e profundo, conforme a abordagem de Nilma Lino Gomes<sup>2</sup>:

*É nesse contexto que a referida lei pode ser entendida como uma medida de ação afirmativa. As ações afirmativas são políticas, projetos e práticas públicas e privadas que visam à superação de desigualdades que atingem historicamente determinados grupos sociais, a saber: negros, mulheres, homossexuais, indígenas, pessoas com deficiência, entre outros. Tais ações são passíveis de avaliação e têm caráter emergencial, sobretudo no momento em que entram em vigor. Elas podem ser realizadas por meio de cotas, projetos, leis, planos de ação, etc. (GOMES, Apud GOMES, 2001).*

A autora ainda reforça que:

*[...] A Lei nº 10.639/03 pode ser interpretada como uma medida de ação afirmativa, uma vez que tem como objetivo afirmar o direito à diversidade étnico-racial na educação escolar, romper com o silenciamento sobre a realidade africana e afro-brasileira nos currículos e práticas escolares e afirmar a história, a memória e a identidade de crianças, adolescentes, jovens e adultos negros na educação básica e de seus familiares. (GOMES, 2011).*

Ao considerarmos esse pressuposto, concebemos a lei 10.639/03 (artigo 26-A da LDB)

---

<sup>2</sup> Artigo publicado na página *A Cor da Cultura*: <http://antigo.acordacultura.org.br/artigo-25-08-2011> . Acessado pela última vez em 07/04/2017 às 18:57.



## Múltiplos Olhares desde o Brasil

como um instrumento de enfrentamento e a educação escolar um dos principais lugares de ação, a fim de construirmos gerações de jovens de todas as classes e raças/etnias comprometidos com a superação da desigualdade racial. Para fortalecer esta interpretação, temos a possibilidade de constituirmos ações político-pedagógicas a partir do ensino de Sociologia no Ensino Médio, convergindo a lei 10.639/03 com a lei 11.684/08<sup>3</sup> no que diz respeito a ações educacionais efetivas para a desconstrução do racismo. Transpor posturas etnocêntricas, desnaturalizar e problematizar os fenômenos sociais são algumas das funções da Sociologia no Ensino Médio – registradas nos documentos oficiais<sup>4</sup> que orientam a aplicação da disciplina. Isto inclui compreender o papel do racismo na formação social do Brasil, do período colonial ao estágio de capitalismo dependente no qual ainda vivemos, evidenciando que a construção da cidadania não ocorre da mesma maneira para todos os membros da população.

Nesse sentido, a escola pública torna-se, fundamentalmente, uma das principais instituições no acolhimento de políticas públicas promovidas pelo Estado Nacional para atender as demandas por reconhecimento de grupos marginalizados historicamente. Nessa circunstância, o ensino de Sociologia – que contempla também a Antropologia e a Ciência Política – ocupa um lugar privilegiado no currículo escolar para a construção de uma educação antirracista, premissa básica das ações afirmativas que se expressam através das leis já mencionadas. Na medida em que a disciplina de Sociologia oferece elementos conceituais de análise da estratificação social, como raça, classe, branquitude/branquidade, entre outros, viabiliza-se o desvelamento das forças que operam na manutenção do racismo e exercitamos uma reeducação dos nossos jovens e adultos nos bancos escolares. Além do mais, trata-se de uma oportunidade histórica para a Sociologia desconstruir alguns padrões que foram institucionalizados pelo próprio campo das Ciências Sociais e que reforçavam a inferioridade do negro e seu lugar na sociedade.

Partindo desses pressupostos, a delimitação da pesquisa neste trabalho tem como recorte a verificação dos estudos sobre o negro brasileiro representados nos livros didáticos de Sociologia do Ensino Médio. A Sociologia como componente da Educação Básica é um fato

---

<sup>3</sup> Quando o projeto desta pesquisa foi elaborado e qualificado, a referida lei ainda estava em vigor. Entretanto, em 16/02/2017 a Presidência da República sancionou a MP nº746 que diz respeito à reforma no Ensino Médio e, como consequência, a retirada da obrigatoriedade da disciplina de Sociologia no currículo escolar.

<sup>4</sup> Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (2000); Orientações Curriculares para o Ensino Médio (2006).



## Múltiplos Olhares desde o Brasil

muito recente e que, no entanto, foi institucionalizada em um momento histórico no qual o debate sobre ações afirmativas e o acolhimento estatal dessas demandas estavam em efervescência. Por isto, os livros didáticos podem nos oferecer uma amostra significativa no que concerne ao cumprimento da lei 10.639/03 no ensino de Sociologia, a despeito do retrocesso estabelecido a partir das medidas em curso no campo da Educação<sup>5</sup>.

Muito se falou, se escreveu e se pesquisou sobre o negro nas Ciências Sociais. O negro não passava de objeto de pesquisa na maioria desses trabalhos que, diga-se de passagem, eram majoritariamente executados por pesquisadores brancos munidos de referenciais teóricos eurocentrados. As políticas de ações afirmativas nos obrigam a repensar o que foi produzido no campo científico, por quem e com que finalidade. Por essa razão, esse trabalho também visa priorizar o pensamento social produzido por autores negros, mais especificamente, dois grandes autores da Sociologia brasileira: Alberto Guerreiro Ramos e Clóvis Moura. Partindo dos estudos elaborados por esses sociólogos de grande envergadura intelectual, buscamos um diálogo com o que está sendo apresentado nos livros didáticos de Sociologia selecionados pelo Programa Nacional do Livro Didático – PNLD 2015 no que concerne à representação do negro e de suas contribuições teóricas nas Ciências Sociais.

Nosso objetivo foi analisar a presença do negro como lugar de enunciação, portanto, como sujeito político nos livros didáticos de Sociologia destinados às escolas públicas. A partir da verificação da posicionalidade do negro nos estudos sociológicos como objetivo mais amplo, buscamos identificar dimensões destes estudos valorizadas pelos livros didáticos no que concerne às interpretações sobre o contexto brasileiro. De tal maneira que, pretendemos inserir nesta análise as contribuições teóricas de intelectuais negros, concatenando categorias apresentadas por esses autores às dimensões metodológicas ao verificarmos os livros didáticos. Nesse sentido, verificamos se os conteúdos apresentados nos livros didáticos corroboram ou enfrentam o imaginário racista presente na sociedade brasileira.

Alberto Guerreiro Ramos e Clóvis Moura formam uma dupla de autores que convergiram com nosso interesse de pesquisa por muitas razões. As principais: são dois autores negros;

---

<sup>5</sup> É importante lembrar que além da reforma do Ensino Médio já aprovada, está tramitando no senado o Projeto de Lei nº 193/2016, que busca incluir entre as leis e diretrizes da educação nacional o “Programa Escola sem Partido”. Esse projeto objetiva eliminar o que seus apoiadores consideram “doutrinação ideológica” nas escolas, partindo do pressuposto de que a Educação algum dia foi realizada com neutralidade. Disciplinas da área das humanas, entre elas a Sociologia, são consideradas “ideológicas” e correm ainda mais riscos de perder legitimidade diante dessas medidas.



## Múltiplos Olhares desde o Brasil

estudaram sobre o racismo e a desigualdade no Brasil; colocaram o negro como sujeito político na história e na Sociologia brasileira; criticaram sistematicamente as Ciências Sociais enquanto reprodutora dos padrões racistas institucionalizados em nossa sociedade; construíram conceitos no âmbito de uma Sociologia que pudesse autodeterminar a população negra e reeducar os brancos; seus nomes e suas obras foram ignoradas pelo campo acadêmico. Além disso, as demandas dos membros do grupo negro por justiça cultural e econômica – que acompanharam os estudos de Guerreiro e Moura – foram atualizados, em alguma medida, pela contribuição teórica da autora estadunidense e feminista Nancy Fraser.

Tão importante quanto garantir aos estudantes negros acesso ao ensino básico e superior, a elaboração e a revisão dos conteúdos apresentados nos livros didáticos são tarefas fundamentais ao encarmos as políticas de ações afirmativas com a seriedade que a mesma exige. Por esta razão, nosso problema de pesquisa diz respeito a questionamentos como: De que maneira os livros didáticos de Sociologia no Ensino Médio têm abordado os estudos e compreensões sobre a população negra brasileira? Limitam-se a apresentar o “lugar de negro” na literatura sociológica e na sociedade brasileira ou permitem ir além e evidenciam o “negro como lugar<sup>6</sup>” na Sociologia, sujeito político e integrante da nação brasileira? Percebe-se que nossa ênfase está na produção sociológica constituída a partir/junto dos negros oriundos do processo da Diáspora, ou seja, os descendentes de africanos que desenvolveram sua sociabilidade no Brasil.

A expressão “lugar de negro”, além de fazer referência ao clássico livro de Lélia Gonzalez e Carlos Hasenbalg (1982), também retoma a crítica tanto de Guerreiro Ramos quanto de Clóvis Moura a respeito dos estudos das relações raciais no Brasil, que através das Ciências Sociais – Antropologia em maior grau – contribuíram na construção de uma visão estereotipada da população afro-brasileira. Neste sentido, enfatizamos a crítica que questiona a visão antropológica que predominou nos estudos raciais:

*Essa linhagem desenvolve-se nos estudos raciais realizados por Nina Rodrigues, Gilberto Freyre, Arthur Ramos, Alfred Métraux, Donald Pierson e Roger Bastide, marcados por uma visão desinteressada do negro concebido como ‘material etnográfico’, ignorando ‘sua presente problematidade política e social’ (idem, p. 17). Guerreiro reitera, nesse caso, críticas formuladas no final dos anos 1940, ao*

---

<sup>6</sup> Negro como lugar” e “negro desde dentro” são termos referentes à Sociologia de Guerreiros Ramos e exprimem a posição do negro quando ele próprio é o lugar de onde se descreve o Brasil. Neste trecho, utilizo o “negro como lugar” para contrapor ao “lugar de negro” que faz menção à estratificação social brasileira que apresenta o negro à margem juntamente com a literatura que naturaliza esta realidade (Ramos, 1995).





## Múltiplos Olhares desde o Brasil

*considerar que as ciências sociais concebiam o negro como peça museológica, acorrentado à tradição, aos estudos afro-brasileiros (idem). (MAIO, 2015).*

Em contrapartida, a perspectiva do “negro como lugar” na Sociologia pressupõe que o próprio negro é o lugar do qual se necessita descrever o Brasil (RAMOS, 1995), valorizando a relação entre a produção do conhecimento e a posicionalidade do autor, tendo como ponto central o seu lugar de enunciação, isto é, a localização étnica, sexual, racial, de classe e de gênero do sujeito que enuncia (FUGUEIREDO; GROSGOUEL, 2007).

Por este viés, torna-se possível transpormos as abordagens antropológicas que se interessavam por investigar “sobrevivências africanas” e viam o negro “de fora” – mesmo quando se tratavam de pesquisadores brasileiros, os referenciais teóricos/conceituais utilizados eram oriundos dos países centrais – e retomarmos a perspectiva do “negro desde dentro”, sujeito político, que não pode ser reduzido à objeto de estudo dos cientistas que o enxergam como “problema”.

### **ANÁLISE DO MATERIAL EMPÍRICO**

O PNLD - 2015 apresenta seis livros<sup>7</sup> que foram previamente selecionados e avaliados pelo Ministério da Educação. Para fins deste artigo, exibiremos preliminarmente o problema fundamental e recorrente em todas as obras verificadas no que concerne à representação do negro brasileiro coletados no material empírico.

Uma característica que se apresentou em todos os livros didáticos do programa – em maior ou menor grau – foi a redução dos estudos sobre racismo no Brasil à produção sociológica de autores brancos. Mais especificamente, centralizou-se a problematização na obra de Florestan Fernandes, colocando-o como referência mais expressiva sobre o tema tanto para a academia quanto para os movimentos sociais. De tal maneira que, essa escolha pedagógica não contribui para que a Sociologia opere como instrumento de superação do racismo epistêmico/confinamento racial dos intelectuais negros. O trecho a seguir retirado do livro “Sociologia em movimento” evidencia nossa constatação:

---

<sup>7</sup> TOMAZI, N. Sociologia para o ensino médio. Editora Saraiva, 2013. BOMENY, H. *et al.* Tempos modernos, tempos de sociologia. Editora do Brasil, 2013. ARAUJO, S. *et al.* Sociologia. Editora Scipione, 2013. SILVA, A. *et al.* Sociologia em movimento. Editora Moderna, 2013. MACHADO, I. *et al.* Sociologia hoje. Editora Ática, 2013. OLIVEIRA, L. *et al.* Sociologia para jovens do século XXI. Imperial novo milênio, 2013.

*Ao longo dos anos 1960 e 1970, inspirado pelos estudos de Florestan Fernandes, o movimento negro brasileiro assumiu como bandeira política a luta contra a teoria da democracia racial. Ressalte-se ainda que esse movimento sofreu influência da luta pelos direitos civis nos Estados Unidos nos anos 1950 e 1960. O movimento, a partir de então, passou a fundamentar sua ação nas conclusões sociológicas de Fernandes sobre as condições de desigualdades sociais entre negros e brancos no Brasil. (SILVA; et al. Sociologia em movimento, p. 116).*

A forma na qual esse discurso foi elaborado pressupõe, em primeiro lugar, que o movimento negro no Brasil somente consolidou a crítica à democracia racial na sua agenda política devido à produção de Florestan Fernandes, ou seja, o protagonismo da luta antirracista à luz desta perspectiva sociológica está no intelectual branco. Nesse sentido, os próprios intelectuais negros estadunidenses que influenciaram na organização do movimento social negro brasileiro – e também os intelectuais africanos envolvidos nas experiências de independência e revolução no século XX – acabam subordinados ao legado de Florestan, de tal forma que sequer são citados no contexto deste discurso. Em segundo lugar, esse prisma ignora a produção intelectual de autores negros contemporâneos a Florestan, como se não houvesse outra voz – tampouco uma voz negra – nesse período histórico para contribuir sociologicamente a respeito da questão racial. Por este viés, a consequência mais notável é a de que os livros didáticos pesquisados, em última instância, reduziram os estudos étnico-raciais à polarização entre Gilberto Freyre e a escola paulista de Sociologia, cuja expressão máxima está em Florestan Fernandes.

Portanto, a ausência da produção sociológica de intelectuais negros brasileiros pode não somente contribuir para a reprodução do imaginário racista, mas, fundamentalmente, comprometer a qualidade da formação de jovens e adultos no Ensino Médio. De tal modo que, em alguma media, a limitação pedagógica dos livros didáticos analisados se expressa mais pelo que não é contemplado – autores negros (as) e suas obras – do que pelos conteúdos e discursos presentes (embora isso também seja problemático em certos momentos).

O “negro como lugar” na Sociologia traz a possibilidade de atualização pedagógica paralelamente ao que a legislação sobre Educação das relações étnico-raciais<sup>8</sup> indica na dimensão das políticas de ações afirmativas. Educar para a cidadania demanda um novo pacto

---

<sup>8</sup> BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. 2004; BRASIL. Ministério da Educação. Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-raciais. Brasília: SECAD, 2006.



## Múltiplos Olhares desde o Brasil

de humanidade que só é possível a partir da multiplicação das diferentes vozes que foram silenciadas ao longo da história. Uma Sociologia “em mangas de camisas” ocupa lugar estratégico no exercício dessa tarefa intelectual.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

FIGUEIREDO, Angela; GROSGOUEL, Ramón. Por que não Guerreiro Ramos? Novos desafios a serem enfrentados pelas universidades públicas brasileiras. IN: Cienc. Cult., São Paulo, v. 59, n. 2, June 2007 .

FRASER, Nancy. Reconhecimento sem ética? IN: Lua Nova, nº70. São Paulo, 2007.

MAIO, Marcos Chor. Cor, intelectuais e nação na sociologia de Guerreiro Ramos. IN: Cadernos EBAPE.BR, vol. 13. Edição Especial. Rio de Janeiro, setembro/2015.

MOURA, Clóvis. Dialética Radical do Brasil negro. São Paulo: Fundação Maurício Grabois co-edição com Anita Garibaldi, 2014.

OLIVEIRA, Fábio Nogueira de. Clóvis Moura e a Sociologia da Práxis Negra. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito. Niterói: 2009.

RAMOS, Alberto Guerreiro. Introdução crítica à sociologia brasileira. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

RIBEIRO, Matilde. Políticas de promoção da igualdade racial no Brasil (1986 – 2010). Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

ROJO, Luisa Martín. A fronteira interior – Análise crítica do discurso: um exemplo sobre “racismo”. In: Manual de análise do discurso em ciências sociais/Lupicínio Iñiguez (coordenador). Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.



## Múltiplos Olhares desde o Brasil

### **O USO DA SOCIOLOGIA DISPOSICIONAL NO ESTUDO DE JOVENS EGRESSOS DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS**

**Ana Paula Neves Lopes**

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

#### **INTRODUÇÃO**

Este trabalho resulta de reflexões teóricas e objetiva discutir o conceito sociológico Disposições de Bernard Lahire e sua operacionalização na minha pesquisa de Tese, por ora em fase exploratória. Para isso, relaciono esse conceito aos sujeitos da pesquisa, quais sejam: os jovens egressos de medidas socioeducativas, especificamente aqueles que conseguiram ressignificar seus projetos de vida, tendo como parâmetro básico o rompimento com a prática infracional e a incorporação de novas e distintas disposições capazes de distanciá-los dos contextos de conflitualidade e violência em que estavam inseridos nos seus processos de socialização passada.

Os jovens egressos de medidas socioeducativas são constituídos por sujeitos que cometeram ato infracional<sup>1</sup> e cumpriram uma ou mais das seis medidas socioeducativas estabelecidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA/Lei nº 8.069/1990), a saber: advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, inserção em regime de semiliberdade e internação em estabelecimento educacional. Estas medidas quando aplicadas ao adolescente devem considerar a capacidade do mesmo em cumpri-la, as circunstâncias e a gravidade da infração (BRASIL, 2014).

Os jovens egressos de medidas socioeducativas compreendem, em sua maioria, sujeitos pobres, não brancos, moradores da periferia, com baixa escolaridade, nascidos e crescidos em territórios extremamente vulneráveis, cujas possibilidades de viver e ascender socialmente são bastante limitadas. Com isso, não é difícil imaginar a estigmatização que perpassa esses sujeitos que, além das características descritas acima, carregam as marcas de “infratores”. Para muitos desses jovens a garantia da vida para além dos 18 anos já constitui um grande desafio, tendo

---

<sup>1</sup> Atos infracionais é a denominação para os delitos cometidos por crianças e adolescentes, pois são considerados seres inimputáveis e em condição peculiar de desenvolvimento.



## Múltiplos Olhares desde o Brasil

em vista os eventos negativos que se destacam em suas trajetórias.

Nesse sentido, parte-se do pressuposto que os jovens egressos de medidas socioeducativas, em seus processos de socialização passada, encontraram condições favoráveis para a incorporação de disposições relacionadas à violência. Pois, enquanto moradores de áreas periféricas de grandes cidades, esses jovens estão imersos em ambientes nos quais predominam as diversas formas de vulnerabilidade social, sendo uma delas a exposição à violência. Considerando que as disposições precocemente incorporadas apresentam maiores probabilidades de fixação e interiorização, questiono: o que possibilitou a inibição dessas disposições ligadas à violência? Quais as novas e distintas disposições adquiridas nesse processo? Como se caracteriza o contexto de atualização dessas disposições?

Assim, busco compreender o que propiciou aos sujeitos a incorporação de um patrimônio diferenciado e *improvável* de disposições.

O trabalho está estruturado em três seções: esta introdução, na qual apresento brevemente o objetivo do trabalho e a caracterização dos sujeitos da investigação; Na segunda seção, intitulada “A categoria Disposições e os sujeitos da pesquisa: estabelecendo conexões e diálogos”, desenvolvo, em linhas gerais, a perspectiva da teoria disposicional na concepção de Bernard Lahire e, em seguida, busco aproximações com meu objeto de pesquisa; por fim, as considerações finais, em que apresento uma síntese de aproximação entre a teoria proposta e os interlocutores do estudo.

### **A CATEGORIA DISPOSIÇÕES E OS SUJEITOS DA PESQUISA: ESTABELECENDO CONEXÕES E DIÁLOGOS**

Lahire propõe uma sociologia à escala individual. Com outras palavras, seu objetivo é estudar o mundo social por meio do indivíduo, do “social individualizado”, ou seja, “a realidade social na sua forma incorporada, interiorizada” (LAHIRE, 2005, p. 14). Esta sociologia privilegia a singularidade do indivíduo compreendendo-o como produto complexo de múltiplos processos de socialização e como portador de uma pluralidade de disposições: “o singular é necessariamente plural” (LAHIRE, 2005, p. 25).

O estudo a partir de uma sociologia à escala individual implica na noção de “disposição”. Desse modo, Lahire (2005), em seu programa científico, se dedica a traçar a origem e o

desenvolvimento dessa categoria, e afirma que esta não havia obtido até o momento um reconhecimento significativo no que se refere à interpretação do mundo social. Pois, destaca ele, embora o termo apareça com frequência em obras de teóricos como Pierre Bourdieu, esta utilização se deu de modo impreciso, uma vez em que não demonstrou como se desenvolveu, por exemplo, o processo de construção, incorporação e transmissão dessas disposições.

No processo de construção de sua teoria, Lahire tem como principal referência de análise os estudos de Pierre Bourdieu, também sociólogo francês. Podemos dizer que o conceito de *habitus*, proposto por Bourdieu e criticado por Lahire, é o fio condutor que liga esses dois autores e que se constitui como essencial para a compreensão das disposições.

*Habitus* é definido por Bourdieu, de modo geral, como um “sistema de disposições duráveis e transponíveis” (2013, p. 87). Para este autor a incorporação de disposições estaria diretamente relacionada às condições de classe do sujeito, tendo estas, portanto, um caráter mais homogêneo, pois a escala de análise é coletiva, no caso, a classe social na qual o sujeito está inserido, em que as disposições são mais regulares e frequentes.

Lahire questiona o conceito de *habitus* em toda a sua formulação. Por meio da própria conceituação apresentada acima, primeiro o autor propõe o uso de patrimônio de disposições, ao invés de sistema de disposições. Depois, observa que as disposições nem sempre são duráveis e transponíveis, podendo ainda ser plurais e, às vezes, contraditórias. Essa formulação de Lahire só foi possível porque, diferente de Bourdieu, ele observou a sociedade por uma lente distinta de percepção, pela escala individual. Isso possibilitou captar elementos diferenciais por contemplar as singularidades e complexidades do indivíduo e, conseqüentemente, do mundo social: “a mudança na escala de observação permite esboçar uma outra imagem do mundo social. [...] que não negligencia as singularidades individuais e evita a caricatura cultural dos grupos sociais” (LAHIRE, 2005, p. 29).

Mas o que são mesmo as disposições? As disposições, embora presentes internamente nos indivíduos podem ser acionadas ou desativadas pelos diversos e distintos contextos sociais em que o indivíduo transita, e se tornam observáveis na prática “a partir da identificação de traços recorrentes no comportamento dos indivíduos. Empiricamente, só existem ações, nunca disposições” (NOGUEIRA, 2013, p. 23). As disposições são, portanto, inclinações, tendências, hábitos, capacidades, competências (VANDENBERGHE, 2017), incorporadas por meio do processo de socialização e expressas pela ação consciente ou não dos indivíduos, por exemplo,

pelo modo de pensar, de sentir, de julgar, de gostar, de crer, de agir etc., como demonstra Lahire (2002):

*A ação (a prática, o comportamento...) é sempre o ponto de encontro das experiências passadas individuais que foram incorporadas sob forma de esquemas de ação (esquemas sensório-motores, esquemas de percepção, de avaliação, de apreciação etc.), de hábitos, de maneiras (de ver, de sentir, de dizer e de fazer) e de uma situação social presente. Diante de cada situação 'nova' que se apresenta a ele, o ator agirá 'mobilizando' (sem necessária consciência dessa mobilização) esquemas incorporados chamados pela situação (p. 69).*

Lahire (2005) salienta também que as disposições distinguem-se entre si de acordo com o grau de fixação e de força. Com isso, o autor classifica as disposições em fortes e fracas, destacando que sua força e sua fraqueza dependem, em parte, da frequência e da atualização. Nesse sentido, para que uma disposição seja incorporada (ativada ou reativada) pelo indivíduo ela precisa encontrar condições favoráveis no seu contexto atual de ação.

A partir das considerações expostas acima cabe nesse momento apresentar como visualizo nessa teoria um suporte teórico oportuno para a análise interpretativa do objeto de pesquisa. A própria ideia de “ator plural”, defendida por Lahire (2002) para expressar a multiplicidade de disposições que envolvem o indivíduo, dialoga com a concepção de juventudes, no plural, que utilizo para me referir aos sujeitos da pesquisa, por compreender que esta melhor contempla as diversas e distintas formas da condição juvenil.

*Um ator plural é, portanto, o produto da experiência – amiúde precoce – de socialização em contextos sociais múltiplos e heterogêneos. No curso de sua trajetória ou simultaneamente no curso de um mesmo período de tempo, participou de universos sociais variados, ocupando aí posições diferentes (LAHIRE, 2002, p. 36).*

Vale ressaltar que quando me refiro à incorporação de um patrimônio *improvável* de disposições, o uso do termo *improváveis* também parte de um embasamento teórico do autor central desse estudo, principalmente a partir de suas análises de casos “estatisticamente atípicos ou improváveis”, expressos em sua obra *Sucesso escolar nos meios populares: as razões do improvável* (LAHIRE, 1997), no qual ele investiga 27 crianças oriundas das classes populares, das quais 14 foram classificadas nos casos de “fracasso escolar” e 13 nos casos de “sucesso” escolar.

*Embora todas as crianças consideradas na pesquisa possuam uma origem semelhante do ponto de vista socioeconômico, uma série de diferenças secundárias, ligadas à composição, às práticas e às dinâmicas de suas famílias, faz com que elas passem por experiências socializadoras diferenciadas, incorporem um patrimônio de disposições distinto e, finalmente, estabeleçam uma relação particular com a escola e os processos de ensino e aprendizado (NOGUEIRA, 2013, p. 03).*

Assim como nos casos de “sucesso” estudados pelo autor, os sujeitos dessa pesquisa são oriundos de meios populares que traçaram trajetórias *improváveis* ao compará-los com seus pares, nos quais se destaca, por exemplo, o abandono escolar, o trabalho precoce e informal, a reincidência na prática infracional ou a própria morte, tendo em vista o número crescente e expressivo de homicídios que assola a juventude brasileira.

De acordo com o Atlas da violência 2017, entre 2005 e 2015 mais de 318 mil jovens foram assassinados no Brasil (CERQUEIRA *et al*, 2017). Observa-se, assim, que os jovens têm sido as principais vítimas da violência, principalmente na faixa etária dos 15 aos 29 anos de idade, registrando a maior participação no total de mortes por homicídios desde o primeiro Mapa da Violência, em 1998 (WAISELFISZ, 2016).

No que tange à apreensão das disposições, Lahire (2005) defende enfaticamente a importância do trabalho empírico, o qual deve ser acompanhado de uma análise atenta e detalhada das práticas do indivíduo. Além disso, chama a atenção para a postura sensível com a qual o pesquisador deve se portar.

Nesse contexto, Lahire (2005) ressalta que apreender as disposições presentes nos indivíduos requer adotar dispositivos metodológicos apropriados que permitam observar diretamente ou reconstruir indiretamente a variação dos comportamentos individuais nos distintos contextos sociais vivenciados.

*As ‘disposições’ físicas ou sociais (disposições a agir, sentir, avaliar, pensar, apreciar dessa ou daquela maneira) nunca são diretamente observadas pelo pesquisador. Elas são inobserváveis enquanto tais [...], mas considera-se que estão ‘no princípio’ das práticas observadas. O pesquisador, em definitivo, reconstruiu-as com base em 1) a descrição (ou reconstrução) das práticas, 2) a descrição (ou reconstrução) das situações nas quais essas práticas desenvolveram-se, e 3) a reconstrução dos elementos julgados importantes da história (itinerário, biografia, trajetória etc.) do praticante (LAHIRE, 2002, p. 54).*

Segundo Nogueira (2013), Lahire critica a Sociologia, em geral, e Bourdieu, em





## Múltiplos Olhares desde o Brasil

particular, porque ambos evocam de maneira abstrata os processos de incorporação do passado pelos indivíduos e de uso desse passado em situações práticas de ação, sem uma investigação empírica mais detalhada que envolva toda a complexidade do processo.

Desse modo, o percurso metodológico da pesquisa de Tese terá como base os pressupostos da pesquisa qualitativa por meio do método da História de Vida, a qual constitui um instrumento fundamental quando se busca “a descoberta, a exploração e a avaliação de como as pessoas compreendem seu passado, vinculam sua experiência individual a seu contexto social, interpretam-na e dão-lhes significado, a partir do momento presente” (MINAYO, 2010, p. 158).

Sobre o método da História de Vida, Weller (2014) expõe que:

*A reconstrução da perspectiva do indivíduo sobre sua biografia a partir da perspectiva atual, ou seja, do momento em que narra sua história de vida, revela percursos biográficos relacionados não só à trajetória individual, mas ao meio social, cultural e histórico do entrevistado. Nesse sentido, a história de vida, além de apontar modelos de orientação apreendidos pelo/a informante a partir de distintas experiências individuais e coletivas, também aponta transformações na estrutura social de uma forma mais ampla, bem como as consequências dessas mudanças na organização da vida cotidiana (p. 357).*

A reconstrução da história de vida dos atores investigados permite desenvolver uma sociologia à escala individual, haja vista possibilitar a apreensão de dimensões sociais identificadas nas trajetórias individuais dos sujeitos. Busca-se, assim, resgatar e registrar as diferentes experiências socializadoras, do passado ao presente, mediante o mapeamento das disposições que foram incorporadas, reativadas e/ou desativadas pelos indivíduos ao longo do tempo, levando-se em consideração o grau de coerência entre elas e sua maior ou menor intensidade, regularidade e precocidade.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma vez que os jovens egressos já passaram pelo sistema de justiça e estão vivenciando um processo de desligamento com a prática infracional, isso demonstra que eles estão mobilizados por uma multiplicidade de disposições e, também, que estas se mostram contraditórias, haja vista esses jovens estarem construindo trajetórias que se distanciam das experiências de conflitualidade vivenciadas em seus processos de socialização passada.



## Múltiplos Olhares desde o Brasil

Nessa perspectiva, é possível observar, a partir de características gerais dos sujeitos, aproximações destes com elementos apresentados pela teoria disposicional de Bernard Lahire, demonstrando, assim, se constituir um importante suporte teórico para a análise interpretativa do estudo proposto.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, Pierre. **O senso prático**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BRASIL. [Estatuto da criança e do adolescente (1990)]. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, e legislação correlata. 12. Ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/responsabilidade-social/acesibilidade/legislacao-pdf/estatuto-da-crianca-e-do-adolescente>>. Acesso em: 01 set. 2016.

CERQUEIRA, Daniel *et al.* **Atlas da violência 2017**. Rio de Janeiro: IPEA, 2017. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/2/2017>>. Acesso em: 05 jul. 2017.

LAHIRE, Bernard. Patrimônios individuais de disposições: para uma sociologia à escala individual. **Sociologia, problemas e práticas**, n. 49, 2005, pp. 11-42. Disponível em: <<http://sociologiapp.iscte-iul.pt/pdfs/49/517.pdf>>. Acesso em: 02 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. **Homem plural**: os determinantes da ação. Tradução de Jaime A. Clasen. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

\_\_\_\_\_. **Sucesso escolar nos meios populares**: as razões do improvável. Tradução de Ramon Américo Vasques e Sonia Goldfeder. São Paulo: Ática, 1997.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

NOGUEIRA, Cláudio Marques. **A abordagem de Bernard Lahire e suas contribuições para a sociologia da Educação**. Anais da 36ª Reunião Nacional da ANPED. Goiânia, 2013.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2016**: homicídios por armas de fogo no Brasil. Brasil: FLACSO, 2016. Disponível em: <<http://www.mapadaviolencia.org.br/>>. Acesso em: 01 jul. 2017.

WELLER, Wivian. Narrativas biográficas de jovens: o que seus destinos revelam? *In*: CARRANO, Paulo; FÁVERO, Osmar (orgs.). **Narrativas juvenis e espaços públicos**: olhares de pesquisas em Educação, Mídia e Ciências Sociais. Niterói: Editora da UFF, 2014.

VANDENBERGHE, Frédéric. **A sociologia na escala individual**: Margaret Archer e Bernard



# Múltiplos Olhares desde o Brasil

Lahire. Tradução de Gabriel Peters. Sociofilo, 2007. Disponível em:  
<<https://blogdosociofilo.wordpress.com/2017/06/13/a-sociologia-na-escala-individual-1-por-frederic-vandenberghe/>>. Acesso em: 13 jun. 2017.

## **O ACESSO À SAÚDE INTEGRAL DA POPULAÇÃO LGBT E SUAS FAMÍLIAS: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA**

**Vanessa Azambuja de Carvalho**

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

**Maria Amélia Medeiros Mano**

Serviço de Saúde Comunitária do Grupo Hospitalar Conceição na Unidade de Saúde da Santíssima Trindade

Com a Reforma Sanitária brasileira constrói-se uma trajetória de cuidado em saúde baseada na universalidade, integralidade e equidade. Esse processo está em ampla consolidação. A saúde coletiva no país possui diversos desafios, entre eles fazer valer as reivindicações da sociedade através das efetivações das propostas originárias nos espaços de debates, como aqueles do Controle Social do Sistema Único de Saúde (SUS). Propostas construídas com escuta e participação de diversos atores sociais: comunidades, movimentos sociais, academia, trabalhadores da saúde, instâncias governamentais, etc. Nesses espaços como as Conferências e Conselhos de Saúde, grupos sociais apresentam suas realidades e demandas sobre acesso à saúde e atenção qualificada, baseadas na especificidade de cada sujeito. A luta pela garantia dos direitos da população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) surge nessas conversas e propositivas, ao encarar a saúde como um conceito amplo, algo para além da ausência de doença e sim resultado de um contexto, baseado nos determinantes sociais de saúde. Atualmente, considera-se a orientação sexual e a identidade de gênero como situações complexas e que são fatores de vulnerabilidade para a saúde. Esse reconhecimento é construído não apenas pelas práticas sexuais específicas desse grupo, mas porque a população LGBT está exposta a processos de discriminação que violam seus direitos humanos, entre os quais, o direito à saúde.

O Brasil constituiu a partir de 2000 um conjunto de compreensões e Políticas Públicas voltadas para essa população no que abrange o Ministério da Saúde, Ministério da Justiça e a Secretária de Direitos Humanos da Presidência da República. Destaca-se aqui: o Programa Brasil sem Homofobia (Brasil, 2004), o 2º Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (BRASIL, 2008) e a Política Nacional de Saúde Integral de LGBT (BRASIL, 2013). O SUS é a nossa maior Política Pública em vigência, e atualmente todas as informações acerca dessa

população foi construída com uma parceria entre poderes públicos, academia e sociedade civil (ALBURQUEQUE et al., 2013). Portanto, o presente trabalho teve como o objetivo evidenciar, através das produções científicas presentes no Brasil, o acesso à saúde integral da população LGBT e sua família à rede de atenção de saúde. Logo, a presente revisão busca reunir os principais pontos desse contexto, possibilitando à população em geral e, principalmente, aos profissionais de saúde a visão e a reflexão acerca da atual conjuntura da saúde LGBT, sinalizando aspectos necessários de mudança. Para isso faz um recorte na pesquisa científica publicada atualmente e busca refletir sobre o que a literatura científica propõe de ações concretas no cotidiano dos serviços de saúde para uma acolhimento mais amplo, integral e qualificado desses sujeito.

Esse trabalho trata-se de uma revisão integrativa (RI) da literatura, segundo Cooper, que sintetiza e analisa resultados de pesquisas primárias para desenvolver uma explicação mais abrangente de um fenômeno específico (COOPER, 1982). A coleta de dados, deu-se a partir da escolha das bases de dados eletrônicas para a busca dos artigos científicos. Foram elas: a Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciência e Saúde (LILACS), a Scientific Electronic Library Online (SCIELO), indexados na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), devido à atualização e à confiabilidade das bases de dados. Os critérios de inclusão escolhidos para a seleção dos artigos científicos que constituíram a amostra deste estudo foram: artigos publicados em periódicos de saúde que abordassem a temática referente ao acesso à saúde da População LGBT; publicados no período entre 2011 e 2015; idioma português; estudos realizados no Brasil. Desse modo, foram localizados na base de dados ScIELO 551 artigos. Na base de dados LILACS encontrou-se 1021 publicações. Assim a população desta RI constituiu-se de 1572 artigos. Ao aplicarem-se, através da ferramenta de filtro das bases de dados, os critérios de inclusão de período, idioma, local de realização do estudo e disponibilidade online sem custos nestas 1572 publicações foram descartados 1511 artigos. Por meio da leitura do título e dos resumos, desses 61, foram descartados mais 48 artigos por não abordarem a temática do acesso à saúde integral da População LGBT e suas famílias. Portanto, a amostra desta RI compreendeu treze artigos científicos que restaram.

Os estudos analisados neste trabalho apresentaram como participantes usuários dos serviços de saúde, profissionais de saúde, gestores, ativistas pela garantia de direitos da população LGBT. Compôs a amostra também dois estudos de revisão sistemática. Aqui destaca-se duas categorias de análise da RI mais ampla: Sobre conceitos e definições sobre a

temática da saúde integral da população LGBT; e Sobre a saúde integral da população LGBT e suas famílias.

## **SOBRE CONCEITOS E DEFINIÇÕES SOBRE A TEMÁTICA DA SAÚDE INTEGRAL DA POPULAÇÃO LGBT**

No SUS estamos pautados nos princípios da universalidade, integralidade, equidade e descentralização. Outros princípios, como acolhimento e humanização, buscam sensibilizar os trabalhadores de saúde e os cidadãos do país a fim de buscar a universalização dos cuidados em saúde (BRASIL, 2009). O acolhimento configura-se como o estabelecimento de uma relação de confiança e solidariedade entre profissionais e usuários. Nesse sentido, destacam-se “os direitos dos grupos minoritários entre eles, o dos grupos de pessoas que tem orientações sexuais diversas da heterossexual” (CERQUEIRA-SANTOS et al., 2010, p. 237). Portanto, na questão acerca do direito à saúde, o grupo da população LGBT tem o direito de ter uma atenção à saúde de acordo com o que precisa. Destaca-se a preocupação de não associar a atenção à saúde da população LGBT apenas com a saúde sexual – relacionada à AIDS e às DST –, mas também com diversos outros problemas de saúde. Conforme Mello e colaboradores (2011), as primeiras ações do Governo Federal direcionadas à população LGBT que se tem notícia foram iniciadas em meados dos anos 1980 e construídas no âmbito do enfrentamento da epidemia de HIV/AIDS. Mas hoje em dia muitas outras informações sobre saúde dessa população foi adquirida, principalmente referente ao agravos de saúde decorrentes da discriminação e preconceito que esses sujeitos sofrem cotidianamente.

No setor saúde, uma das primeiras iniciativas que contemplou a população LGBT foi a Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde, na qual está explicitado o direito ao cuidado, ao tratamento e ao atendimento no âmbito do SUS, livre de discriminação por orientação sexual e identidade de gênero. Na carta também há a obrigatoriedade do respeito ao uso do nome social para as pessoas trans (BRASIL, 2007). Algo que amplia o acesso aos serviços de saúde, garante cidadania e diminui os efeitos da vulnerabilidade em saúde a que estão expostas, pela desinformação e exclusão decorrentes do preconceito e discriminação (MELLO et al., 2011; ALBURQUEQUE, et al., 2013).

Nesse contexto, uma política nacional de saúde que contemple as especificidades LGBT começou a se materializar, em 2008, com o lançamento da versão preliminar do documento

Política Nacional de Saúde Integral de LGBT, cuja versão final foi divulgada em 2010, com revisão em 2013 (MELLO et al., 2011). Destaca-se que há uma limitação importante para a efetivação dos programas e políticas LGBT: a ausência de previsão orçamentária para a execução das ações previstas nos planos, e complementam afirmando que a escassez e, até mesmo, a ausência de recursos revelam as ações como difíceis de serem alcançadas (MELLO et al., 2011; ALBURQUEQUE, et al., 2013). Albuquerque e colaboradores (2013) evidenciam um contexto no qual há a necessidade de as reformulações dos espaços de saúde para a inclusão da população LGBT. Essa inclusão depende das transformações no modo de pensar e de agir dos profissionais e da instituição como um todo. Para os autores “as questões culturais advindas do padrão heteronormativo influenciam, de modo subjetivo, o atendimento dos profissionais da saúde” (ALBURQUEQUE, et al., 2013, p.523).

O padrão heteronormativo ou ainda o modelo da heteronormatividade explica as invisibilidades da população LGBT nos serviços de saúde. Reflete-se que “heteronormatividade age aliada a outras formas de violência estrutural gerando um ambiente hostil e desacolhedor” (CERQUEIRA-SANTOS et al., 2010, p. 241). Tais noções podem fazer com que nos serviços de saúde, de um lado, haja um despreparo em se lidar com a pluralidade da orientação sexual e a pluralidade das identidades de gênero e, de outro, produzam-se dificuldades dos sujeitos de revelarem sua sexualidade e gênero não heterossexual ou não cis-gênero a esses profissionais (VALADÃO; GOMES, 2011; CARVALHO, 2013; ARAUJO; PENNA, 2014; TAQUETTE; RODRIGUES, 2015). A reflexão sobre diversidade sexual e identidade de gênero nos leva a considerar a construção social e cultural do gênero. O mundo social constrói e determina uma representação acerca dos órgãos sexuais, masculino e feminino, e essa representação, sendo incorporada como algo natural e esperado, se torna o fundamento da diferença social entre homens e mulheres (ARAUJO; PENNA, 2014). As diferenças sociais pensadas a partir da dicotomia sexual são uma interpretação, uma modificação e uma ampliação das diferenças biológicas. O gênero e a sexualidade são elementos constitutivos das relações sociais entre os sujeitos, sendo construções sociais, históricas, políticas e econômicas (ALBURQUEQUE, et al., 2013; ARAUJO; PENNA, 2014; BORBA, 2014; SAMPAIO; COELHO, 2015). A discussão de conceitos, como identidade de gênero e identidade sexual, denota a abordagem de conceitualizações mutáveis e dinâmicos. Nesse sentido, conceber a identidade heterossexual como a normal e natural é negar que toda e qualquer identidade (sexual, étnica, de classe ou de gênero) seja uma construção social, que toda identidade culmine em um processo dinâmico,

portanto, nunca acabado, pronto ou fixo, mas sempre remodelado (ARAUJO; PENNA, 2014).

Outras noções que precisam estar definidas aqui são: a orientação sexual e a identidade de gênero. O conceito de orientação sexual refere-se à capacidade de cada pessoa de ter interesse emocional, afetivo ou sexual por pessoas de sexo diferente (heterossexual), do mesmo sexo (homossexual/lésbica/gay) ou de ambos os sexos (bissexual), essas definições podem ser identificadas como a identidade sexual do sujeito quando ele escolhe se auto declarar/autonominar de acordo com essas categoriais (BRASIL, 2013; ARAUJO; PENNA, 2014). Já o conceito identidade de gênero baseia-se na profunda experiência interna e individual do gênero de cada pessoa, que pode ou não corresponder ao sexo atribuído no nascimento, incluindo desde senso pessoal do corpo, que pode envolver, por livre escolha, modificação da aparência ou função corporal por meios médicos, cirúrgicos ou outros, e outras expressões de gênero, inclusive vestimenta, modo de falar e maneirismos (BRASIL, 2010). Em relação a identidade de gênero corresponder ao sexo biológico fala-se de Identidade de gênero cis, ou seja, sua vivência interna de gênero corresponderia ao gênero atribuído no nascimento - pessoa cis-gênero, diferente de pessoa trans. Transexual é o termo utilizado para designar mulheres transexuais e homens transexuais são mulheres e homens (como atestado no seu nascimento) que não se identificam com seus genitais biológicos, nem com suas atribuições sócio-culturais e exercem a identidade de gênero a qual sentem que pertencem em consonância com seu bem estar bio-psico-social.

Ao pensarmos as categorias do gênero falamos também das travestis. Travestis é o termo utilizado para designar pessoas que sustentam em sua identidade de gênero a referência tanto à masculinidade quanto à feminilidade, tendo como característica marcante a reivindicação da androginia (mistura das características femininas e masculinas), e não apenas o reconhecimento social no gênero feminino, distinto daquele atribuído no nascimento. As travestis se relacionam com o mundo e os outros como mulher, no que diz respeito às formas assumidas por meio do uso de hormônios feminilizantes e/ou aplicações de silicone (BRASIL, 2010, 2013; SOUZA, et al, 2014). Vale ressaltar, que esse marcos identitários estão baseados na nomenclatura utilizada pela Política de Atenção Integral a Saúde da População LGBT (BRASIL, 2013), e utilizados pelos autores dos artigos científicos aqui analisados. Porém as categorias de identidade sexual e de gênero que os sujeitos atribuem a si pode variar, e possuem conceitos particulares e subjetivos.

Como citado acima, os documentos das políticas públicas referente a população LGBT



aborda uma visão de categorias baseadas no binarismo feminino/masculino e heterossexual/não-heterossexual. Araujo e Penna (2014, p.135) ressaltam que para construir essa ideia de oposição entre homens e mulheres são utilizados “esquemas de pensamento, de aplicação universal, que determinam que mulheres sejam constituídas como uma entidade negativa, definida apenas pelo que lhe falta em relação ao homem, cabendo a ele a melhor parte”. A noção da construção social do gênero, defendida pelos autores dessa RI propõe, que essas pressuposições delimitaram as pessoas a seguirem expressões e possibilidades de vida baseado em seu gênero desde o nascimento. De acordo com Segundo Valadão e Gomes (2011, p. 1462), “a reificação desses modelos tanto pode produzir violência contra aquelas pessoas que a eles não aderem, como podem contribuir para a invisibilidade da própria violência”. Mas como essas suposições de heterossexualidade e identidade de gênero cis podem agravar a

saúde desses sujeitos? Ao pensarmos que esses pressupostos pautam uma relação de exclusão e discriminação com esses sujeitos, e suas identidades sexuais e de gênero são determinantes sociais, devido as consequências dessas violências gerada com a discriminação. Violências presentes em todas as esferas sociais, destacamos aqui elas no acesso à saúde e na noção de família.

## **SOBRE A SAÚDE INTEGRAL DA POPULAÇÃO LGBT E SUAS FAMÍLIAS**

Ao pensar a saúde integral pensamos no princípio da integralidade do SUS. A integralidade leva em conta a dinâmica do processo saúde-doença de forma ampliada, no conceito amplo de saúde, na construção de políticas em saúde e no cotidiano de práticas de cuidado nos serviços de saúde, devem ser consideradas, além das questões biológicas, as dimensões sociais, relacionais e subjetivas do adoecimento (GUARANHA, 2014). A literatura investigada mostra a família como espaço no qual a discriminação é vivenciada ou como espaço de novas possibilidades de vínculo. Os autores apresentam a distinção entre a família nuclear desses sujeitos, famílias de origem onde eles se encontram em posição de filhas e filhos, irmãs e irmãos e a nova família, aquela formada através de vínculos de afeto de parceria conjugal ou de parceria de fraternidade e amizade. As experiências familiares são marcadas por violências e sofrimento a partir da revelação ou elucidação da orientação sexual ou identidade de gênero diversa da heterossexualidade e identificação cis gênero. Nesse momento da declaração ou descoberta da identidade há relatos de homofobia, podendo haver violências simbólicas,

violência psicológica, violência verbal e até mesmo violência física (PERUCCHI, BRANDÃO e VIEIRA, 2014; SOUZA et al., 2014, CUNHA e GOMES, 2014; TAQUETTE e RODRIGUES, 2015).

Constitui-se em homofobia o ato do preconceito pautado pela discriminação que não ocorre isoladamente de outras formas de discriminação social. Para os fins da presente pesquisa, entende-se homofobia como o preconceito ou a discriminação (e demais violências daí decorrentes) contra pessoas em função de sua orientação sexual e/ou identidade de gênero presumidas. Nessa definição aqui, estão incluídas a lesbofobia, a homofobia, a transfobia e a bifobia (ou seja, a LGBTfobia em geral). Conforme Perucchi, Brandão e Vieira (2014, p. 68) a homofobia, como qualquer outra forma de intolerância, “se articula em torno de emoções, condutas e dispositivos ideológicos e institucionais, configurando-se como um instrumento que cria e reproduz um sistema de diferenças”, ela justifica a dominação de um grupo sobre outro. A homofobia instiga na subjetividade sentimentos de vergonha, silêncio, repressão, censura, discriminação e preconceito. Taquette e Rodrigues (2015) conversaram com jovens que relataram prática com pessoas do mesmo sexo ao longo da vida, e todos expuseram episódios de violência exercidos no ambiente familiar. Aqueles com identidade homossexual autodeclarada afirmavam que após as primeiras experiências sentiam-se mal em não seguir o que era esperado pela família, resultando em sentimentos de culpa percebidos pela internalização da homofobia.

A homofobia internalizada são pensamentos negativos sobre a sua orientação sexual, os quais resultam dos mecanismos de opressão social a que o sujeito foi exposto. Esse fenômeno se constitui na exposição contínua à homofobia social e cultural, de forma direta ou indireta. À medida que a pessoa for tendo consciência mais clara da sua natureza afetivosexual, seus sentimentos podem ser de que há algo errado com ela, provocando medo, vergonha e culpa (BORGES, 2009; BRITTO; CUNHA, 2014; TAQUETTE; RODRIGUES, 2015). Esse conceito pode ser pensado na vivência de transexuais e travestis, experimentando a transfobia internalizada. Tais sentimentos são baseados na reação das pessoas percebidas ao darem pistas de sua identidade, reações de ofensa ou repreensão e não devido ao sentimento de anormalidade. Sampaio e Coelho (2012) ao entrevistarem homens e mulheres transexuais relatam dos sentimentos de solidão, de medo da revelação de sua transexualidade, de rejeição social. O início do conflito familiar ocorre com a “saída do armário”, ou seja, com a revelação da orientação do desejo voltada para alguém do mesmo sexo, ou ainda a publicitação da identidade

de pessoa trans ou travesti (PERUCCHI, BRANDÃO e VIEIRA, 2014; CUNHA; GOMES, 2014; TARQUETTE; RODRIGUES, 2015).

Nos achados, aqueles que citavam família de origem falavam dessa violência e refletiam que a família não está isenta ao funcionamento da heteronormatividade, infelizmente atua como um eficiente dispositivo de reprodução e reiteração da norma e da repetição das formas de discriminação e violência que podem ser visualizadas em contextos mais amplos da sociedade em geral (PERUCCHI, BRANDÃO e VIEIRA, 2014; CUNHA; GOMES, 2014; TARQUETTE; RODRIGUES, 2015). Mas quando essa convivência fica insustentável os sujeitos precisam achar novos espaços de moradia e viver. Em estudo de acompanhamento de travestis Souza e colaboradores (2014) afirmaram que a maioria das entrevistadas tinha vivência de violência nas famílias de origens, sendo assim elas buscavam nas novas famílias criações de laços de irmandade, quando dividiam a casa com outras travestis, em pensões na qual se ajudavam, trocavam experiência e se protegiam. Além disso, Machin e Couto (2014) destacam a importância da família que se escolhe ao falar sobre os cuidados e valores que casais de mulheres cis-gênero identificadas como lésbicas atribuíam à experiência de ter filhos. Machin e Couto (2014) ponderam que nesses arranjos de vida reprodutiva e expressão de parentalidade de casais homossexuais, ainda está subjungado efeitos hegemônicos presentes na ordem de gênero e na ordem heteronormativa, mesmo que ao mesmo tempo também desafia, esses modelos de gênero e de relações parentais.

Assim as famílias da população LGBT tem todos esses formatos, de locais de violência e exclusão, a locais de novas parcerias, conexões e inclusão, vivendo a complexidade de experienciar outras possibilidades em um contexto brasileiro, heterocentrado, machista, sexista, binário e muitas vezes reacionário.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, G. A.; et al. Homossexualidade e o direito à saúde: um desafio para as políticas públicas de saúde no Brasil. **Saúde em Debate**, v. 37, n 98, jul/set, p. 516-524, 2013.

ARAÚJO, L. M.; PENNA, L. H. G.; A relação entre sexo, identidades sexual e de gênero no campo da saúde da mulher. **Revista de enfermagem UERJ**, v. 22, n. 1, pp. 134-138, 2014.

BORBA, R. Sobre os obstáculos discursivos para a atenção integral e humanizada à saúde de pessoas transexuais. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, n.17, pp.66—97, 2014.

BRASIL. **Brasil Sem Homofobia**: Programa de Combate à Violência e à Discriminação

contra GLTB e Promoção da Cidadania Homossexual. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

\_\_\_\_\_. **Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2007.

\_\_\_\_\_. **Cadernos de Atenção Básica 26: Saúde Sexual e Saúde Reprodutiva**. Brasília: Ministério da Saúde, 2010

\_\_\_\_\_. **O SUS de A a Z : garantindo saúde nos municípios**. 3ª ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

\_\_\_\_\_. **Política Nacional da Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT**. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: <[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_nacional\\_saude\\_lesbicas\\_gays.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf)> Acesso em: 25 set 2015.

CARVALHO, V. A. **As representações sociais de mulheres lésbicas sobre atenção à sua saúde**. Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em saúde Pública. Porto Alegre, UFRGS: 2013. Disponível em:

<<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/78455/000899795.pdf?sequence=1> >.

Acesso em: 25 set 2015.

CERQUEIRA-SANTOS, E. et al. Percepção de Usuários Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros, Transexuais e Travestis do Sistema Único de Saúde. **Revista Interamericana de Psicologia/Interamerican Journal of Psychology**, v. 44, n. 2, p. 235-245, 2010.

COOPER, H. M. Scientific guidelines for conducting integrative research reviews. **Review of Educational Research**, Washington, v.52, p.291-302, 1982.

CUNHA, R. B. B.; GOMES, R. Os jovens homossexuais masculinos e sua saúde: uma revisão sistemática. **Interface - Comunic., Saude, Educ.**, v.19, n.52, pp. 57-70,2014.

GUARANHA, C. **O Desafio da Equidade e da Integralidade: Travestilidades e Transexualidades no Sistema Único de Saúde**. Porto Alegre: UFRGS, 2014. Disponível em:

<<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/115052/000956446.pdf?sequence=1>>.

Acesso em: 4 jan 2016.

MACHIN, R; COUTO, M.T.; "**Fazendo a escolha certa**": tecnologias reprodutivas, práticas lésbicas e uso de bancos de sêmen. **Physis – Revista de Saúde Coletiva**, v.24, n.4, pp. 1255-1274, 2014..

MELLO, L; PERILO, M; BRAZ, C.A.; PEDROSA, C. Política de saúde para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no Brasil: em busca de universalidade integralidade e equidade. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, n.9, pp. 7-28, 2011.

PERUCCHI, J.; BRANDÃO, B.C.; VIEIRA, H. I. S. Aspectos psicossociais da homofobia intrafamiliar e saúde de jovens lésbicas e gays. **Estudos de Psicologia**, v. 19, n 1, jan/mar, p. 1-88, 2014.

SAMPAIO, L.L.P.; COELHO, M.T.Á.D. Transexualidade: aspectos psicológicos e novas demandas ao setor saúde. **Interface - Comunic., Saude, Educ.**, v.16, n.42, p.637-49, 2012.

SOUZA, M. H. T; SIGNORELLI, M.C.; COVIELLO, D.M.; PEREIRA, P.P.G.;. Itinerários terapêuticos de travestis da região central do Rio Grande do Sul, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.19, n.7, pp. 2277-2286, 2014.

TAQUETTE, S.R.; RODRIGUES, A.O.; Experiências homossexuais de adolescentes: considerações para o atendimento em saúde. **Interface - Comunic., Saude, Educ.**, v. 19, n. 55, pp.1181-1191, 2015.

VALADÃO, R. de C.; GOMES, R. A homossexualidade feminina no campo da saúde: da invisibilidade à violência. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, v. 21, n. 4, p.1451-1467, 2011.



## Múltiplos Olhares desde o Brasil

### **HISTÓRIA, MIGRAÇÃO, RACISMO E XENOFOBIA BRASILEIRA: DIÁLOGO SOBRE OS HAITIANOS NO BRASIL DESDE 2010**

**Fritznel Alphonse**

Programa de Pós-Graduação em História/UFRGS

#### **INTRODUÇÃO**

Neste artigo pretende-se analisar a história, migração, racismo e xenofobia brasileira dialogando com os haitianos no Brasil nos anos de 2010 a 2016. Para isso, analisaremos: a história da escravidão do Brasil (1822-1888) e a da imigração seletiva no Brasil de 1870 a 1934 para compreender a trajetória histórica de negros brasileiros no Brasil desde 1870; bem como a política migratória humanitária brasileira para o Haiti desde 2010 para melhor compreender este diálogo histórico da sociedade brasileira com os trabalhadores imigrantes haitianos nessa sociedade neste período estudado. No dia 12 de janeiro de 2010, o Haiti foi abalado por um sismo de magnitude de 7,3 na escala Richter que deixou um balanço dos mais horrorosos<sup>1</sup>. Diante de tal quadro, as inúmeras promessas de ajuda feitas ao Haiti têm-se multiplicado como ervas no mato, deixando os mais ingênuos sonhando com um Haiti reconstruído e recuperado. Mas, à medida que o tempo foi passado, o véu foi caindo e a realidade voltou à tona. Os primeiros migrantes não demoraram a se espalhar pelo mundo, sobretudo em direção não habitual o Brasil, por exemplo. Conhecendo a história geral do Brasil no que diz respeito aos problemas ligados as relações raciais desde 1888, este trabalho procura saber como se deu o diálogo da sociedade brasileira com os haitianos que se espalham no Brasil desde 2010? Temos como hipótese neste artigo o racismo e a xenofobia como principais instrumentos usados para dialogar com os haitianos na sociedade brasileira por meio do processo migratório no Brasil

---

<sup>1</sup>Mais de 300, 000 pessoas mortas e 300, 000 feridas entre os quais 5, 000 amputados e mais 1, 5 000 000 desabrigados na região metropolitana de porto principe e mais de 600 000,00 pessoas as regiões abaladas para se abrigar no resto do país. Os danos materiais foram avaliados nas seguintes formas:“105 000 residência foram destruídas, mais de 208 000 irreversivelmente danificadas, mais 1.300 estabelecimentos de educação, mais 50 hospitais e centros de saúde desabaram ou inutilizáveis (...). [HAITI, 2010, p.7]



## Múltiplos Olhares desde o Brasil

desde 2010. Trata-se de uma pesquisa documental que se opera numa perspectiva sócio-histórica com fontes documentais, produções acadêmicas e dados oficiais do governo brasileiro, bem como dados e documentos não oficiais.

### **BREVE HISTÓRIO DA ESCRAVIDÃO MODERNA DE 1822 A 1888**

De ponto de vista histórico, a história da sociedade brasileira foi marcada pela implementação de um sistema de escravidão a mais longa na história do mundo moderno nos anos de 1530-1888 baseado na exploração de trabalhadores escravos vindo do Continente Africano e de índios. Este período foi subdividido em dois períodos sendo:

1º) 1530-1822 – Brasil colônial; 2º) 1822-1889 – Brasil imperial sobre o comando do imperador Dom Pedro I (1822-1831); Filho do imperador (1831-1840) Dom Pedro II (1840-1889). Para Bethel (1976) afirma que essa migração forçada de africanos, com aconivência de alguns de seus conterrâneos, para trabalhar como escravos nas plantações e minas do Brasil foi realizada legalmente até 1850, em quantidade cada vez mais ampliada pelos traficantes da Europa Ocidental (BETHEL, 1976, p.7).

Observa-se que nos anos de 1850 a 1888, foram implementadas uma série de políticas de imigração seletiva no objetivo de criação de núcleos coloniais no Brasil com finalidade de colonizar. Durante a Regência (1831-1840), a política imigratória subvencionada pelos cofres públicos, baseava-se na implantação de núcleos coloniais, foi abandonada, assim como as colônias fundadas durante o Primeiro Reinado (1822-1831). No orçamento a questão de terras e das colônias foram revistas pelo legislativo. Mas no período de 1874 e 1889, ocorreu um processo de fortalecimento do fluxo imigratório de italianos para o Brasil. Este período foi marcado também pela promulgação de diversos atos legislativos, “dando autorizações e facilidades para a imigração e a colonização. Os resultados parecem ter sido positivos: nos anos de 1867 a 1887, a média anual da entrada de imigrantes foi de 30.000, e com a falsa abolição de sistema de escravidão em 1888, mas este sistema que estava em crise desde o ano de 1883 no Brasil e entre os anos de 1888 a 1900 essa média situou-se em torno de 100.000 (MANFROI, 1975). De 1850 a 1889 foram criadas 250 colônias no Brasil, sendo que destas 197 (78,8%) eram particulares, 50 (20%) imperiais e 3 (1,2%) provinciais. E, diversos foram os decretos



## Múltiplos Olhares desde o Brasil

promulgados depois de 1850, autorizando o funcionamento de sociedades colonizadoras e aprovando contratos celebrados entre o governo e particulares para venda e colonização de terras devolutas<sup>2</sup>.

### **POLITICA MIGRATÓRIA BRASILEIRA NOS ANOS DE 1888 A 1930.**

A política de colonização com imigrantes implantada após a independência visava o povoamento do território, num processo de motivações geopolíticas, de interesse econômico ao qual se impõe a sinonímia da civilização branca europeia. O Decreto 537, de 1850, que aprovou o contrato com a Sociedade Colonizadora de Hamburgo, autorizando a fundação da colônia de D. Francisca no Estado de Santa Catarina. [...] A colonização, portanto, recomeçou no período de ampla discussão sobre as reformas necessárias para transformar o Brasil num país de imigração-distanciada do escravismo e, pelo menos até o início da década de 1870<sup>3</sup>, associada ao agenciamento de alemães. Em relação ao período republicano (1889-1914), observa-se que as políticas de imigração e de colonização anterior foram mantidas quase sem alterações pelo governo federal e este pode ser dividida em três fases distintas.

1º) de 1889 a 1891, quando a recém instalada República deu continuidade apolítica imperial, mantendo algumas concessões para o transporte e instalação de imigrantes. 2º) de 1891 a 1907, quando o poder público transferiu para o estados a tutela dos negócios ligados à imigração e à colonização. 3º) de 1907 a 1914, quando a União voltou a intervir no processo de atrair imigrantes e de criação de núcleos coloniais, promulgando uma série de medidas[...] (PETRONE, 1997:99).

---

<sup>2</sup> Entre eles, destacam-se: o Decreto n.º 537 de 15 de maio de 1850, aprovando o contrato celebrado com a Sociedade Colonizadora de Hamburgo, [...]; o Decreto n.º 813 de 16 de agosto de 1851 autorizando “a incorporação da Associação Auxiliadora da Colonização do Município da Cidade de Pelotas e aprova os respectivos estatutos”; o Decreto n.º 1584 de 02 de abril de 1855, autorizando “a incorporação e aprova os estatutos da companhia: Associação Central da Colonização”. Todos encontram-se publicados no livro *Imigração & Colonização: legislação de 1747 a 1915*.

<sup>3</sup> A intensificação do processo ocorreu nessa década, quando começou a imigração italiana na Serra Gaúcha, e no sul de Santa Catarina. (SEYFERTH, 2002).





## Múltiplos Olhares desde o Brasil

O decreto nº 528, de 28 de junho de 1890<sup>4</sup> que visava a regularizar a introdução de imigrantes no país contemplava, de fato e de direito, o desejo de se importar europeus, uma vez que o decreto se refere ao pagamento de passagens somente a estes (art.7º), e também proíbe a entrada de negros e amarelos no país, como vê nos artigos 1º, 2º e 3º. Também o decreto que criou a Diretoria Geral de Povoamento em 1907, pouco antes de iniciarse a imigração japonesa. De acordo com Skidmore (2012, p.206-207), cerca de 56.000 imigrantes chegaram no país em 1887, reduzindo-se o número de imigrantes ano a ano, totalizando, em 1914, cerca de 2,7 milhões de imigrantes que teriam adentrado o Brasil. Na verdade, a imigração europeia está naturalizada no debate sobre a colonização<sup>5</sup> e nele, negros e mestiços, livres ou escravos, só eventualmente aparecem como atores sociais descartáveis sob um argumento simplista - o do indireto restabelecimento do tráfico<sup>6</sup>. A política restritiva está no Decreto-Lei 406, de 04/05/1938, cujo artigo 2º reserva ao governo federal o direito de limitar a entrada de “indivíduos de determinadas raças ou origens, ouvido o Conselho de Imigração e Colonização”. No regime do Decreto-Lei no 406, de 1938, do Decreto-Lei no 2009, de 1940, a colonização por elementos estrangeiros é preferencialmente feita em núcleos oficiais ou particular mistos. [...] A política imigratória, a própria legislação do Estado Novo permite esse formato de seleção - caso do Decreto n.7969, de 18/9/1945, que, mais uma vez, dispõe sobre a imigração e colonização. O artigo 3º do mesmo decreto-lei mantém o regime de cotas e no capítulo II a colonização é considerada de utilidade pública, reafirmando, portanto, os preceitos de povoamento e colonização como prioritários no âmbito da imigração. No governo Vargas, a política migratória seguia sendo tratada na perspectiva do aperfeiçoamento eugênico e visava acelerar o progresso nacional<sup>7</sup>.

<sup>4</sup> [...] Há que destacar que a “política de branqueamento” da população brasileira levava em conta a assimilação dos estrangeiros aqui instalados, algo quase impossível de ocorrer, sobretudo para as primeiras gerações. LESSER (1994, p.90-91)

<sup>5</sup> A colonização continuou recebendo prioridade, ainda vinculada à imigração, mesmo após as mudanças do regime político em 1930 e 1937, apesar da maior intolerância com os indígenas diante do recrudescimento do nacionalismo assimilacionista.

<sup>6</sup> Negros e mestiços, categorizados como “bárbaros”, deviam desempenhar apenas um papel coadjuvante na colonização [...], caso do relatório apresentado ao Ministério da Agricultura pelo conselheiro Menezes e Souza em 1875.

<sup>7</sup> Com a implementação da Lei dos 2/3, em 1930, que estabelecia uma reserva de mercado nas empresas para os trabalhadores brasileiros; o estabelecimento de cotas na Constituinte de 1934, que impunha um percentual de 2%



## Múltiplos Olhares desde o Brasil

### XENOFOBIA BRASILEIRA CONTRA OS ESTRANGEIROS

O termo xenofobia se originou na psicologia e é utilizado para designar uma doença: o medo patológico de estrangeiros<sup>8</sup>. Embora o Brasil seja signatário dos principais tratados internacionais de direitos humanos e é parte da Convenção das Nações Unidas de 1951 sobre o Estatuto dos Refugiados e do seu Protocolo de 1967. O país promulgou, em julho de 1997, a sua lei de refúgio (nº 9.474/97)<sup>9</sup>, contemplando os principais instrumentos regionais e internacionais sobre o tema. No Brasil, de acordo com os dados do CONARE, do Ministério da Justiça e Segurança Pública publicados no final do ano de 2016 afirmaram que houve aumento de 12% no número total de refugiados reconhecidos no país. O Brasil reconheceu um total de 9.552 refugiados<sup>10</sup> de 82 nacionalidades<sup>11</sup>. De acordo Marciel (2016) afirma que

Em 2015, o número de casos de xenofobia no Brasil teve um aumento gritante. Nesse ano, o salto foi de 633% em relação ao ano 2014, de acordo com dados da Secretaria Especial de Direitos Humanos. [...] Nesses casos, o autor afirma de que de 1% viram processos.[...]<sup>12</sup>.

Segundo ele as denúncias de xenofobia em todo o Brasil cresceram 633% naquele ano em relação a 2014. Foram 330 casos registrados recebidos pela Secretaria Especial de Direitos Humanos, pela plataforma Disque 100. Em 2014, foram 45 denúncias. Nos dois anos anteriores

---

relativos [...]; e na Constituinte de 1937, que também estabelecia cotas para a entrada de estrangeiros. (KOIFMAN e SANTOS, 2013, BERNASCONI e TRUZZI, 2002, VAINER, 2000).

<sup>8</sup> Enquanto patologia, a xenofobia se constitui em um medo ou aversão irracional, sem motivos justificáveis.

<sup>9</sup> A lei adota a definição ampliada de refugiado estabelecida na Declaração de Cartagena de 1984, que considera a “violação generalizada de direitos humanos” como uma das causas de reconhecimento da condição de refugiado. Em maio de 2002, o país ratificou a Convenção das Nações Unidas de 1954 sobre o Estatuto dos Apátridas e, em outubro de 2007, iniciou seu processo de adesão à Convenção da ONU de 1961 para Redução dos Casos de Apatridia. [...]

<sup>10</sup> Desses, 8.522 foram reconhecidos por vias tradicionais de elegibilidade, 713 chegaram ao Brasil por meio de reassentamento e a 317 foram estendidos os efeitos da condição de refugiado de algum familiar.

<sup>11</sup> Os países com maior número de refugiados reconhecidos no Brasil em 2016 foram Síria (326), República Democrática do Congo (189), Paquistão (98), Palestina (57) e Angola (26).

<sup>12</sup> MACIEL, E.. Chegada de refugiados faz xenofobia crescer mais de 600% no Brasil, mas nem 1% dos casos chega à Justiça. HuffPost Brasil. São Paulo, 20 jun. 2016. Disponível em: <[http://www.brasilpost.com.br/2016/06/20/xenofobia-brasil\\_justica\\_n\\_10558742.html](http://www.brasilpost.com.br/2016/06/20/xenofobia-brasil_justica_n_10558742.html)>. Acesso em 31 out. 2016.



## Múltiplos Olhares desde o Brasil

2012 e 2013, o governo federal tinha o registro de apenas dois casos. O Humaniza Redes, que recebe denúncias online de xenofobia, registrou no mesmo período 269 crimes. Os dados não podem ser analisados de maneira integrada, mas, caso somados, seriam 599 denúncias em 2015<sup>13</sup>. De acordo com levantamento realizado pelo *HuffPostBrasil* nos 26 judiciários estaduais e no Distrito Federal e identificou apenas três casos de preconceito<sup>14</sup> e xenofóbico foram registrados nos respectivos Estados: São Paulo, Rio Grande do Sul e Paraíba.

### HISTÓRIA DA MIGRAÇÃO HAITIANA NO MUNDO

Nesta perspectiva, dialogamos com algumas pesquisas desenvolvidas sobre essa temática da imigração haitiana no contexto mundial de modo geral desde os anos de 1990 até os dias atuais. Os processos de mobilidade internacional haitiana podem ser resumidos em quatro (4) grandes fluxos migratórios em períodos diferentes. Desde então, vimos que os haitianos iam à República Dominicana e logo se espalharam rapidamente pelo mundo<sup>15</sup>. Os quatro grandes fluxos migratórios haitianos no mundo podem ser resumidos das seguintes formas:

1º) fluxo de mobilidade de haitianos para o exterior constituiu-se no período no qual as forças armadas americanas ocuparam Haiti (1915-1934) e República Dominicana (1912-1924) simultaneamente. [...]; 2º) fluxo de migração haitiana inaugura-se quando os Estados Unidos se tornaram mais familiar no universo haitiano nos anos de 1941-1946 conhecidos como o governo de Presidente Élie Lescot. [...] 3º) fluxo de mobilidade haitiana iniciou-se na primeira metade da década de 1990. No contexto dos golpes do Estado e de depostos do então ex-presidente Jean-Bertrand Aristide, [...]; 4º) o novo fluxo de mobilidade haitiana iniciou-se em 2010 para o Brasil depois da passagem do terremoto no dia 12 de janeiro de 2010. E agora, como foi a

<sup>13</sup> Nessas denúncias, descobrimos que o Estado paulista ocupou o primeiro lugar com 23% seguindo os Estados Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio grande do Sul, Bahia com 11%; 8%; 7,5%; 6,39% respectivamente e 37,6% atribuídos aos outros 22 Estados, de acordo com Marciel Edgar (2016) Apud André Murched& HuffPostBrasil, S.D. & Secretaria Especial de Direitos Humanos/Ministério da Justiça e Cidadania

<sup>14</sup> Devidamente ao medo, a ausência da justiça no Brasil e o desconhecimento das vítimas sobre seus direitos tornam o crime cada dia mais silencioso.

<sup>15</sup> Por exemplo na América do Norte, Europa e também na América Central em algumas ilhas Caribenhas como a Guiana Francesa, Bahamas, Guadalupe, Martinica, Cuba e Turks e Caicos sem esquecer as comunidades de haitianos presentes no México, na África e na Ásia que têm uma permanência importante nessas diferentes configurações da mobilidade, de acordo com HANDERSON, 2015; WOODING & MOSELEY-WILLIAMS, 2005 & 2009; AUDEBERT, 2004; 2006 & 2012; ERMITTEST.JACQUES, 2011; BASTIDE, MORIN & RAVEAU, 1974; DELACHET- GUILLON, 1996; STEPICK, 1992; LITTLE, 1997; HAITIAN DIÁSPO, 2011; DUBOIS, 1998; ICART, 2004; MARTÍNEZ, 2011; ANGLADE, 1982 & 2005) entre outros autores.



## Múltiplos Olhares desde o Brasil

experiência dos imigrantes haitianos no Brasil desde 2010 até os dias atuais?  
Essa pergunta será respondida à seguir:

### **IMIGRAÇÃO HAITIANA NO BRASIL 2010-2016.**

A vinda dos haitianos para o Brasil deu início em fevereiro de 2010, saindo do Haiti por via terrestre vindo da República Dominicana para o Equador<sup>16</sup> de lá pela Tríplice Fronteira brasileira com Colômbia e Peru e Bolívia, particularmente em Tabatinga, é um pouco anterior ao registro de Mato Grosso do Sul. Segundo Handerson (2015) Lá os haitianos fizeram entrevistas, receberam o “protocolo” documento legalizador da situação estrangeira no país, no qual se mencionava solicitação <sup>17</sup> de refúgio. De 2010 à 2011 havia indicações da presença de mais de 4.000 haitianos no Brasil (COSTA, 2012; SILVA, 2013; ANDRADE; MARAES; MATTOS, 2013). Nessa perspectiva, o Governo brasileiro, por meio do Conselho Nacional de Imigração-CNIg, divulgou, no dia de 12 de janeiro, a RN nº 97/2012<sup>18</sup>. Em 2010, foram concedidas autorizações de permanência apenas para 4 haitianos; em 2011, o número subiu para 709. Em 2012, este número passou para 4.856. As solicitações de refúgio, que abrem o processo de concessão de CPF e abertura de Protocolo para o Registro de Estrangeiro, essenciais para a obtenção de Visto Humanitário, passam de 453 (2010), para 2.472 (2011), 3.275 (2012), 11.763 (2013) e 16.924 (2014), totalizando, no período, 34.887 solicitações de refúgio somente de haitianos. Desses, 27.383 representaram 78,49% do total são de solicitantes do sexo masculino; 6.888 (19,74%). Dentre os solicitantes haitianos que pedem refúgio no

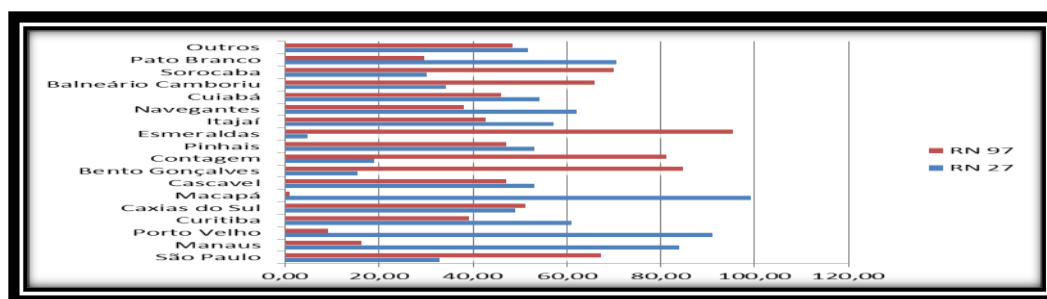
---

<sup>16</sup>[...] Selon des chiffres du gouvernement équatorien, 11.072 personnes haïtiennes sont entrées en Équateur pendant 2013 (PROECUADOR, 2013) en comparaison aux 1.681 entrées en 2010.

<sup>17</sup> Depois de terem recebido o documento, os coordenadores da Pastoral da Mobilidade Humana em Tabatinga ligaram para os membros da Pastoral da Migração em Manaus, particularmente para os Padres da Igreja São Geraldo e os encaminharam de barco. Os religiosos esperaram para ajudá-los.

<sup>18</sup> Esta resolução foi alteração a RN nº 97 pela RN nº 102, em abril de 2013, quanto a o seu prazo de vigência, que encerraria em janeiro de 2014, foi prorrogado por mais um ano e também foi prorrogado em 2014 para 2015 e 2015 para outubro de 2016. Também essa RN foi prorrogada em 2016 para outubro de 2017, de acordo com a informação do Ministério da Justiça do Brasil em 2016. Nessas alterações, vale a pena destacar a RN nº 117 12 de agosto de 2015, publicada no DOU em 17/08/15 há, por parte da Embaixada e corpos consulares brasileiros, a meta de emissão de 500 vistos de ajuda humanitária apenas no Haiti [...]

Brasil estão, sobretudo, de idade<sup>19</sup> situada entre 20<sup>20</sup> a 34 anos, seguido de 35 a 49 anos. Os que obtiveram o visto por meio da RN nº 97 são mais representativos nas cidades de Esmeraldas (95,2%), Bento Gonçalves (84,6%) e Contagem (81,1%). A figura abaixo indica para as 18 cidades as resoluções aplicadas na concessão dos vistos. Figura 8 - Resolução utilizada para a concessão de vistos aos haitianos, segundo local de residência, cidades selecionadas. Janeiro 2010 a março de 2014.



Fonte: SINCRE - Sistema Nacional de Cadastramento e Registro de Estrangeiros/DPF

Mas entre os anos de 2014 e 2015, o salto de número de imigrantes de haitianos que ingressou pela triplice fronteiras brasileiras entre a Colômbia, Peru e Bolívia quando o Presidente do CONARE autorizou o Diretor de Departamento de Estrangeiro da Secretária

<sup>19</sup> É útil observar que, entre 2010 e 2014, cresce a participação relativa do grupo etário de 20 a 34 anos, que passa de 51,87% do total em 2010 para 67,42% em 2014. Por sua vez, o grupo etário de 35 a 49 anos passa de 41,5% em 2010 para 27,15%, [...]. (CNIG, 2016)

<sup>20</sup> No entanto, é o crescimento do grupo de idade inferior a 20 anos, que passa de 0,66% em 2010 para 3,03% do total em 2014. (CNIG, 2016) A RN nº 27 foi mais utilizada para a concessão de vistos aos residentes em Macapá (99,1%), Porto Velho (90,9%) e Manaus (83,9%).



## Múltiplos Olhares desde o Brasil

nacional da Justiça concedeu a permanência aos 43.871,000<sup>21</sup> dentre os milhares de imigrantes haitianos presentes na sociedades sem documento e que estão esperando seus documentos definitivos. [BRASIL,11/2015]

### **INSERÇÃO OU EXCLUSÃO DE IMIGRANTES HAITIANOS NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO**

O trabalho de trabalhadores de imigrantes haitianos no mercado de trabalho brasileiro aconteceu para 67,1% dos entrevistados pouco após sua chegada ao Brasil. A maior parte deles, em seu primeiro emprego, atuou na construção civil (59,7%), seguida pelo setor de serviços gerais (13,8%), indústria (11,2%) e serviços ligados ao setor de alimentação (7,3%). Para encontrar o primeiro emprego, 60,2% dos entrevistados que responderam a essa questão tiveram ajuda de amigos e parentes, 16,3% conseguiu por conta própria, 15,3% por meio de contato direto com a empresa, e 8,2% por intermédio de uma agência. De acordo com a pesquisa realizada, 47,3% dos entrevistados<sup>22</sup> que responderam a essa questão não haviam mudado de trabalho [...] A construção civil aparece como o setor que mais absorve a mão de obra dos imigrantes haitianos (30,3%), seguida pela indústria de alimentos (12,6%). Os serviços gerais (7,9%) e o comércio (5,6%) são os setores que absorvem outra importante parcela da mão de obra desses imigrantes. [FERNADES & CASTRO, 2014, pp.62-63]

---

<sup>21</sup> [www.justica.gov.br/estrangeiros/lista1](http://www.justica.gov.br/estrangeiros/lista1). Acesso em 17 de jun. de 2016. Estes foram ingressados no Brasil com a “ajuda” de coíotes e outros aliciadores que já lucraram 60 milhões de dólares com o negócio para receber cedúlas de identidade de estrangeiros no Brasil. [...] [SEGUY, 2015].

<sup>22</sup> Dos que trabalhavam no momento da entrevista, 71,9% tinham carteira assinada, (...). (FERNADES & CASTRO, 2014, IDEM)

Quadro 1 - Setor de ocupação dos haitianos no momento da entrevista/2013

Setor	Nº absolute	%
<b>Construção civil</b>	103	<b>30,3</b>
<b>Indústria de alimentos</b>	43	<b>12,6</b>
<b>Comércio</b>	19	<b>5,6</b>
<b>Serviços domésticos</b>	7	<b>2,1</b>
<b>Serviços gerais</b>	27	<b>7,9</b>
<b>Indústria em geral</b>	8	<b>2,4</b>
<b>Hotelaria</b>	2	<b>0,6</b>
<b>Informática e automação</b>	4	<b>1,2</b>
<b>Sem trabalho</b>	89	<b>26,2</b>
<b>Não responderam</b>	38	<b>11,2</b>
<b>Total</b>	<b>340</b>	<b>100,0</b>

Fonte: FERNANDES & CASTRO, 2014.

Embora de todos os sacrifícios e muitas despesas que eles fizeram durante todo o percurso migratório desses sujeitos desde o Haiti até o Brasil, Silva (2012) apontam que a maioria deles se encaixa numa faixa etária que vai dos 20 aos 45 anos de idade [...]. Contudo, parte deles apresenta uma formação de nível técnico e curso universitário completo (FERNANDES & CASTRO, 2014). Segundo Oliveira (2015) afirma do ponto de vista da inserção laboral dos haitianos, em grande medida, aqueles que conseguem sair da tríplice fronteira conseguem fazê-lo de forma precária<sup>23</sup> no mercado de trabalho brasileiro. São pessoas que, em muitos dos casos, têm formação de nível médio ou universitário.

## **DIALOGO HISTÓRICO DA INDÚSTRIA RACIAL BRASILEIRA COM OS HAITIANOS NO BRASIL NOS ANOS DE 2010-2016.**

Com o crescimento da chegada de imigrantes ao Brasil, assim como os casos discriminatórios, preconceitos e xenofobias em face deles. No entanto, a “aversão dirigida ao estrangeiro” se mostra seletiva, sendo perpetrado principalmente contra imigrantes negros, os

<sup>23</sup> [...] recebendo salários que variam em média de R\$ 600,00 a 800,00 reais por mês sendo 8 a 10 horas de trabalho por dia.



## Múltiplos Olhares desde o Brasil

quais são duplamente vulneráveis, pois mais que devido à sua nacionalidade e suas condições socioeconômicas- xenofobia - sofrem preconceito, discriminação múltipla devido à cor da sua pele - racismo<sup>24</sup>, sua pobreza e de pais de origem. O diálogo feito pela a sociedade brasileira com os haitianos no Brasil nesse período estudado por meios de discussões realizadas por vários setores de atividades da sociedade brasileiras sobre esse processo migratório no Brasil nesse período. Entre esses discursos, merece de destacar o da imprensa nacional e regionais que se configurou como uma das maiores opositoras a esse processo migratório. Dessa forma, é interessante de dizer que este diálogo foi muito duro pelo povo haitiano por que há vários testemunhos que confirmam que os haitianos foram vítimas de muitas situações constrangedoras no Brasil<sup>25</sup>. Desde o início desse processo migratório, vimos que os haitianos eram ou são vistos dessa forma cruel<sup>26</sup>. O mesmo incômodo é perceptível em setores da sociedade local que veem nesta “invasão” de refugiados uma possível ameaça<sup>27</sup> a seus empregos e à sua “tranquilidade” urbana.

Em 2013, em duas operações diferentes, [121 haitianos foram libertados da escravidão no Brasil](#) em 2013. A maior parte deles, em que 100 pessoas foram resgatadas, o auditor fiscal Marcelo Gonçalves Campos, que acompanhou ação de fiscalização pelo Ministério do Trabalho e Emprego, comparou a situação em que um grupo estava alojado com a da escravidão do passado.<sup>28</sup> O principal caso envolvendo a libertação de haitianos no Brasil [...]. O flagrante de escravidão aconteceu em uma obra da mineradora Anglo American no município mineiro de Conceição do Mato Dentro de Belo Horizonte, Capital do Estado de Minas Gerais. Doze haitianos<sup>29</sup> foram resgatados de condições análogas às de escravos em uma oficina têxtil na região

<sup>24</sup> De acordo com Oliveira (2015) afirma que na prática a postura da mídia busca criar no seio da sociedade um sentimento contrário aos imigrantes, à medida que dissemina preconceitos e gera discriminação, ao mesmo tempo em que reivindica/aciona que a questão seja tratada pelo viés da segurança.

<sup>25</sup> No Brasil, existe uma parcela elitista da sociedade que tão bem a representa, tratam a chegada desses migrantes como uma ameaça, como se o país tivesse sendo invadido por uma horda de desocupados, baderneiros que vêm para cá para pressionar o tão combatido sistema de proteção social e o mercado de trabalho (OLIVEIRA, 2015, p.147).

<sup>26</sup> [...] eles foram acusados de trazer AIDS, Malaria e a cólera, doenças já existentes na Região Amazônica tanto na área de trabalho. (...) SILVA, 2012, p.320.

<sup>27</sup> De acordo com Silva (2015) afirma que tais reações revelam, na verdade, que a retórica da “invasão” veiculada pela mídia local e nacional é a tentativa de se construir um estigma contra um determinado grupo de imigrantes para responsabilizá-los das mazelas já existentes na sociedade local, [...] cuja atitude anti-imigrante é denominada de xenofobia.

<sup>28</sup> <http://reporterbrasil.org.br/2014/01/imigrantes-haitianos-sao-escravizados-no-brasil/>

<sup>29</sup> [...] As vítimas trabalhavam no local há dois meses produzindo peças para a confecção as Marias, mas nunca receberam salários e passavam fome.





## Múltiplos Olhares desde o Brasil

central de São Paulo. O caso é inédito. [...] <sup>30</sup>; Outro caso de libertação envolvendo haitianos aconteceu em junho de 2013 na capital do Mato Grosso, Cuiabá.

De acordo com essas notícias divulgadas pela imprensa brasileira desde 2010. Podemos dizer sem nenhuma dúvida de que há indícios que esses casos se multiplicam no país e que há violações que não chegam ao conhecimento público das autoridades. Em resposta aos inúmeros casos de violências, homicídios, racismo, discriminação racial, xenofobia e preconceito sempre eles foram vítimas no Brasil desde 2010, os levaram a criar associações, igrejas, webserie para poder combater esses problemas no Brasil.[...] E nessa perspectiva, podemos dizer sem nenhuma dúvida que os haitianos em buscar uma vida melhor acabam frustrados e às vezes encontram com a morte na maioria das vezes vítimas de homicídios no Brasil. Em resumo, buscando a vida ao mesmo tempo destruindo a vida.

### CONSIDERAÇÃO FINAL

Considerando as situações que os haitianos estão vivenciando no Brasil desde 2010 por que na verdade, eles foram tratados com maior rigor que possível sejam por negros, pobres e vindo de país mais pobre nas Americas e afinal de conta eles ficam mais pobres do que antes por que eles trabalham bastante para receber apenas um salário mínimo talvez menos do que isso que nem dá para se manter no Brasil e muito mais ajudar seus familiares no Haiti. De acordo Odilon dos Santos Braga, Conselheiro do CNIg representante da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) defendeu a necessidade de que sejam preservados exclusivamente “o interesses do trabalhador brasileiro e o impacto dessa necessidade nas medidas que por ventura venham a ser adotadas.”(ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CNIG 12/01/2012, p.3). Assim, ele expõe a importancia de que o Estado favorece a inserção desses imigrantes no mercado de trabalho brasileiro, mas sem trazer qualquer dano social e profissional aos trabalhadores brasileiros. Partindo dessa defesa e conclusão dele como um dos chefes do setor da imigração brasileira, concluindo deste trabalho

---

<sup>30</sup><http://www.ihu.unisinos.br/noticias/534588-fiscalizacao-resgata-haitianos-escravizados-em-oficina-de-costura-em-sao-paulo>. Acesso em 17 de jun. de 2016



## Múltiplos Olhares desde o Brasil

para dizer que o diálogo da sociedade brasileira com os haitianos estão sendo feito por meio de uso do sistema de segregação racial brasileiro que os levaram ou levam a viver um drama histórico no Brasil desde 2010.

### REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

ARRUDA, A.M.T. Migração e refúgio: uma breve problematização sobre os direcionamentos governamentais para recepção a haitianos no Brasil e na República Dominicana. 2013.

BETHEL, L.. A abolição do tráfico de escravos no Brasil. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1976.

BETHEL, L.. A abolição do tráfico de escravos no Brasil. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1976.

BRASIL. (1997), Lei no 9.474, de 22 de julho de 1997. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9474.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9474.htm). Acesso em 1/4/2014.

FERNANDES, D. CASTRO, M.C.G. Projeto: Estudos sobre a migração haitiana ao Brasil e diálogo bilateral. Belo Horizonte, 2014.

FURET, François. (1978), Penser la Révolution Française. Paris, Gallimard/Folio Histoire.

KOIFMAN, F. SANTOS, R. A. A política migratória do primeiro governo Vargas. Movimentos Migratórios. São Paulo: Pré-UNIVESP, nº 27, dez 2012 – jan 2013.

MANFROI, O. A colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais. Porto Alegre: Grafosul, Instituto Estadual do Livro, 1975.

OLIVEIRA, A. T. R. de. Os invasores: as ameaças que representam as migrações subsaariana na Espanha e haitiana no Brasil. REMHU - Rev. Interdiscip. Mobil. Hum., Brasília, Ano XXIII, n. 44, p.135-155, jan./jun.2015.

PETRONE, M. T. Imigração. IN: FAUSTO, Boris (org.). O Brasil republicano, sociedades e instituições (1889-1930). 5.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, v.2, p.95-133.

SEYFERTH, G.. A Imigração Alemã no Vale do Itajaí-Mirim. Porto Alegre, Movimento, 1974.

SEYFERTH, G. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. Revista USP, São Paulo, v. 53, p. 117-149, 2002.

SEYFERTH, G. “Colonização e Política Migratória no Brasil Imperial”. Trabalho apresentado no Seminário Internacional “Políticas Migratórias”, Idesp, 2000a.

SILVA, S. A. Aqui começa o Brasil: haitianos na Tríplice Fronteira e Manaus. In SILVA, Sidney A. (org.). Migrações na Pan-Amazônia – fluxos, fronteiras e processos socioculturais. São Paulo: Hucitec/FAPEAM, 2012, p. 300-322.

SILVA, S. A. da. FRONTEIRA AMAZÔNICA: Passagem obrigatória para haitianos?. REMHU - Rev. Interdiscip. Mobil. Hum., Brasília, Ano XXIII, n. 44, p. 119-134, jan./jun. 2015.



## Múltiplos Olhares desde o Brasil

SILVA, S. A. De refugiados a imigrantes: Desafios a inserção sociocultural dos haitianos em Manaus. In: *Vidas em transito: conhecer e refletir na perspectiva da mobilidade humana*. 2014. pp. 188-202.

SKIDMORE, T. E. *Preto no Branco. Raça e Nacionalidade no Pensamento Brasileiro*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

SKIDMORE, T. E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930)*; tradução Donaldson M. Garschagen. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

TAMER, A. S. dos. POZZETTI, V. C. A imigração haitiana e a criminalidade no município de Manaus. *Revista do Direito Público*, v. 8, n. 3, p. 55-76, set./dez.2013.

VAINER, C. B. Estado e migrações no Brasil: anotações para uma história de políticas migratórias. São Paulo: *Revista Travessia*, nº 36, jan-abr 2000, p.15-32.

VERAN, J.-F. ; NOAL, D. da S.; FAINSTAT, T. ; *Nem Refugiados, nem Migrantes: A Chegada dos Haitianos à Cidade de Tabatinga (Amazonas)*. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 57, no 4, 2014.

WELLISCH, M. *Legislação sobre estrangeiros: anotada e atualizada*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941

VI Seminário Discente  
Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFRGS

3, 4 e 5  
de outubro

Local: Campus do Vale - UFRGS

# Múltiplos Olhares desde o Brasil

**GRUPO DE TRABALHO  
SOCIEDADE E CONHECIMENTO**

## **A SOCIOLOGIA NA MIRA DECOLONIAL: LIMITES NA CRÍTICA AO ENSINO E CURRÍCULO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

**Guilherme Rodrigues Soares**

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Para descolonizar a Universidade, no contexto da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), um grupo de discentes teve a ideia de ministrar uma disciplina com essa temática, intitulada de “Descolonização e Outras<sup>1</sup> formas de aprendizagem” no segundo semestre do ano de 2015. A compreensão da necessidade de reflexão e proposição desta temática em uma atividade de ensino ofertada pela própria Universidade foi construída a partir da formação de um Grupo de Trabalho constituído e vinculado ao Centro de Estudantes de Ciências Sociais (CECS), denominado de Grupo de Trabalho – Ensino, Currículo e Extensão Popular<sup>2</sup> (GT-ECEP), que inicialmente formou-se com a finalidade de inteirar-se das discussões de currículo, acolher demandas da licenciatura e incentivar projetos de extensão no curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande Sul (CS/UFRGS). Após a iniciativa e compreensão dessas demandas, tornou-se viável a proposição de atividades como essa disciplina, por meio do oferecimento de um Seminário Livre em Sociologia, que fomentou reflexões acerca do currículo, seus conteúdos e metodologias de ensino no curso de CS/UFRGS.

Analiso essa experiência a partir de dois eixos: epistemológico e pedagógico (SOARES, 2016). Partindo desse ponto, levantam-se questões pertinentes tanto ao currículo do curso, profundamente colonizado, como ao próprio debate decolonial, que fundamenta uma crítica necessária. Entretanto, é possível que teorias decoloniais tenham divergências entre si além de correr o risco de carregar um denunciamento que nos direciona para algumas limitações – teóricas e analíticas.

Em termos epistemológicos partiu-se de problematizações sobre a perspectiva eurocêntrica na análise de sociedades latino-americanas. O aporte teórico desenvolvido esteve inspirado em teorias decoloniais, a partir de autores como Santiago Castro-Gómez, Ramón

---

<sup>1</sup> “Outras”, aqui apresentado com letra maiúscula, refere-se a relação assimétrica e ao processo de marginalização dessas formas de ensino, tidas pelo ponto de vista hegemônico/ocidental como outras, diferentes, exóticas

<sup>2</sup> O GT-ECEP se refere a um grupo institucional vinculado ao CECS, diferente do Grupo de Trabalho discente que remete aos colegas realizando o processo – planejando, pensando, atuando e construindo a disciplina

Grosfoguel e Sérgio Costa. O eixo pedagógico lidou com métodos de ensino-aprendizagem ancorados em pedagogia dialógica e menos assimétricas frente a práticas tradicionais. A inspiração esteve apoiada em Paulo Freire (2011) e no projeto “Encontro de Saberes”, coordenado por José Jorge Carvalho.

Tendo em vista que o currículo é a seleção dos conhecimentos considerados válidos pelas instituições de ensino, é possível avaliar as prioridades na formação de cientistas sociais da UFRGS. Trata-se, portanto, de observar o currículo e destacar os conteúdos obrigatórios considerados prioritários em comparação com os conteúdos eletivos, tidos como de importância secundária, e a partir dessa análise concluir, dentre eles, quais tem legitimidade no curso de CS/UFRGS. As habilitações bacharelado e licenciatura possuem disciplinas teóricas em comum durante as três primeiras etapas do curso. As bases teóricas que formam o curso – Ciência Política, Antropologia e Sociologia – oferecem as disciplinas ilustradas na tabela abaixo:

**Tabela – Apresentação das três primeiras etapas referentes à Ciência Política, Antropologia e Sociologia no currículo das CS/UFRGS**

ETAPAS	CIÊNCIA POLÍTICA	ANTROPOLOGIA	SOCIOLOGIA
	HUM06029		HUM04049
1	POLÍTICA I: FUNDAMENTOS DA TEORIA POLÍTICA	HUM05020 ANTROPOLOGIA: FUNDAMENTOS	SOCIOLOGIA I: SOCIOLOGIA HOJE
2	HUM06829 POLÍTICA II: TEORIA POLÍTICA CONTEMPORÂNEA	HUM05021 ANTROPOLOGIA: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS	HUM04050 SOCIOLOGIA II: TEORIAS SOCIOLÓGICAS
3	HUM06830 POLÍTICA III: INSTITUIÇÕES POLÍTICAS BRASILEIRAS	HUM05022 CULTURA E SOCIEDADE NO BRASIL	HUM04051 SOCIOLOGIA III: NOVAS SÍNTESES TEÓRICAS

Fonte: portal da UFRGS<sup>3</sup>

Através da tabela, demonstrada acima, podemos observar que, das áreas que estruturam o curso de CS/UFRGS, a Antropologia e a Ciência Política contém, na terceira etapa, uma disciplina obrigatória que aborda autoras, autores e teorias formuladas no contexto brasileiro.

<sup>3</sup> Disponível em: [http://www.ufrgs.br/ufrgs/ensino/graduacao/cursos/exibeCurso?cod\\_curso=312](http://www.ufrgs.br/ufrgs/ensino/graduacao/cursos/exibeCurso?cod_curso=312)

São disciplinas que trabalham a formação cultural e social da nação brasileira assim como o surgimento das instituições políticas brasileiras e sua evolução histórica. Por outro lado, a Sociologia parece não ter interesse em valorizar sua produção científica nacional e latino-americana, pois não oferece nenhuma disciplina obrigatória que contemple essas características. As correntes sociológicas contemporâneas, abordadas na terceira etapa do curso, através da disciplina “Sociologia III: novas sínteses teóricas”, são importadas do norte, mais especificamente da França, Reino Unido e Alemanha<sup>4</sup>. Não existe no currículo nenhuma disciplina obrigatória voltada especificamente para o pensamento sociológico latino americano ou brasileiro. A disciplina “Sociologia no Brasil”<sup>5</sup> é oferecida a cada dois semestres e tem caráter eletivo, o que dá margem para que discentes de CS/UFRGS concluam o curso sem que tenham estudado importantes produções sociológicas nacionais.

No que se refere ao Brasil, Sérgio Costa (2010) evidencia o quanto a Sociologia brasileira reproduz conhecimentos produzidos no exterior. Essas teorias e autores – como mostra através de publicações na Revista Brasileira de Ciências Sociais<sup>6</sup> - são importadas e aplicadas à realidade nacional. Dessa forma, “os sociólogos brasileiros assumem resignadamente uma posição subordinada na geopolítica mundial do conhecimento sociológico, limitando-se a aplicar teorias e técnicas de investigação surgidas na Europa e Estados Unidos” (COSTA, Sérgio. 2010, p. 45). Como se fossem software, teorias sociológicas estrangeiras são aplicadas (e ensinadas) em nosso contexto particular. Nesse sentido, a crítica decolonial ganha relevância ao desnaturalizar conhecimentos universais.

O sociólogo Ramón Grosfoguel (2016) parte do argumento de que as universidades – europeias ou não – são ocidentalizadas. Essas instituições privilegiaram desde sempre um perfil: pessoas do gênero masculino, brancas, heterossexuais e europeias. Através de quatro genocídios/epistemicídios<sup>7</sup>, constituíram-se instituições que produzem racismo e sexismo epistêmico, não autorizando nenhuma outra forma de conhecimento nessas instituições. O

---

<sup>4</sup> Em Sociologia III, a bibliografia básica essencial é composta por três sociólogos: Pierre Bourdieu, Anthony Giddens e Norbert Elias.

<sup>5</sup> HUM04067 – Sociologia no Brasil.

<sup>6</sup> Revista Brasileira de Ciências Sociais entre 1998 a 2009.

<sup>7</sup> Epistemicídio significa a destruição de conhecimentos ligada à destruição de seres humanos. Os quatro epistemicídios ocorreram contra (1) muçulmanos e judeus na conquista de Al-Andalus; (2) povos nativos das Américas; (3) povos africanos escravizados na África e trazidos para as Américas; e (4) mulheres europeias acusadas de bruxaria.

monopólio do conhecimento válido (cartesiano) estruturou-se, ao longo do século XVI, partindo apenas de cinco países: França, Alemanha, Itália, Inglaterra e Estados Unidos. Nas universidades ocidentalizadas, todo conhecimento em Ciências Sociais está fundamentado pra produção de poucos homens desses cinco países. Na mesma linha, o filósofo Santiago Castro-Gomez (2007) expõe o conhecimento cartesiano como uma filosofia do ponto zero. Em outras palavras, é um ponto de vista que não se coloca e que não admite ser um ponto de vista. Essa negação do lugar permite que as universidades ocidentalizadas se auto intitulem como produtoras de um conhecimento supostamente universal.

É importante ressaltar, porém, que a crítica decolonial aos conhecimentos eurocêntricos produzidos nas universidades encontra, até esse ponto, certa convergência entre seus principais nomes. A partir da denúncia, surge uma grande questão: defender uma ruptura com teorias formuladas no eixo Europa-EUA ou propor um diálogo teórico tendo as especificidades locais referenciadas? As limitações teóricas e analíticas mencionadas acima dizem respeito a essa questão. Fazer sociologia defendendo uma ruptura com a Europa é uma contradição na medida em que a mesma nasceu no velho mundo. Reproduzir a lógica de exclusão de saberes e conhecimentos não fornece um caminho aceitável para se fazer investigações, que demandam, por outro lado, uma superação do conhecimento imediato. Em outras palavras, fazer a mesma crítica de um lugar diferente é cair no beco sem saída do denunciismo, que atua como um mero jornalismo sem potencial de proposições e avanços.

Ainda criticando a lógica eurocêntrica, mas propondo diálogos interculturais, José Jorge Carvalho e Juliana Flórez (2014) trabalham na tentativa de inserir na universidade docentes de lugares distintos e produtores de diferentes tipos de conhecimentos: indígenas, afrodescendentes e de outras comunidades tradicionais. O objetivo é contemplar “a inclusão de distintos elementos pedagógicos dentro de um espaço epistemicamente diverso e ancorado aos saberes tradicionais locais” (CARVALHO; FLÓREZ. 2014, p. 131). Dar ênfase noutras formas de ensino e aprendizagem é importante no sentido de diversificar a produção acadêmica e proporcionar um espaço acessível para outros sujeitos, detentores desses outros saberes e paradigmas que foram, desde sempre, excluídos do espaço universitário.

Propor um alargamento das práticas de ensino e do currículo de Ciências Sociais acarretará em benefícios para o campo científico. Entretanto, uma proposição de ruptura entre diferentes lógicas não parece fornecer ferramentas teóricas e analíticas de fôlego.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARVALHO, José Jorge; FLÓREZ, Juliana. Encuentro de saberes: proyecto para decolonizar el conocimiento universitario eurocéntrico. **Nómadas**. Universidad Central: Colombia, 2014.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Decolonizar la universidad: la hybris del punto cero y el diálogo de saberes. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFUGUEL, Ramón (orgs.). **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Iesco-Pensar-Siglo del Hombre Editores, 2007.

COSTA, Sérgio. Teoria por adição. In: MARTINS, Carlos Benedito (org.). **Horizontes das Ciências Sociais no Brasil**: Sociologia. São Paulo: ANPOCS, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GROSFUGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado**. Vol. 31, nº1. Brasília, 2016.

SOARES, Guilherme de Oliveira. Descolonização e Outras formas de aprendizagem. Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais. UFRGS: Porto Alegre, 2016.

## **VIVENDO ENTRE HÍBRIDOS: AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NO CONTEXTO DO ANTROPOCENO**

**Luciana Brandão**

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

### **Introdução: desafios em estudar as mudanças climáticas**

Quando falamos em mudanças climáticas, geralmente localizamos o surgimento da questão a partir da década de 1970, quando diversos temas ambientais de efeitos globais começaram a ter proeminência na agenda de discussões internacional. A descoberta do buraco na camada de ozônio e o debate em torno dos "limites do crescimento" suscitou uma preocupação generalizada, levando à construção de um regime ambiental internacional, com a organização de conferências e a instauração de novas organizações e fóruns políticos para se debater os problemas ambientais e buscar soluções (ALMEIDA, JALCIONE; PREMEBIDA, 2014, p. 24; MEADOWS; CLUB OF ROME, 1972). Não cabe aqui discutir como se deu a evolução dos debates em torno destas questões. Ainda assim, é importante situar que a preocupação com o aquecimento global e as mudanças climáticas globais emergem neste contexto mais amplo, e não como um questionamento isolado e excepcional. Contudo, geralmente é deixado de lado nessa narrativa o fato de que as pesquisas sobre os efeitos dos gases estufa na atmosfera iniciaram muito antes disso.

De fato, a primeira menção ao chamado "efeito estufa" acontece em 1824, quando o matemático francês Joseph Fourier desenvolve uma teoria para explicar a manutenção da temperatura terrestre segundo a qual "a terra recebe os raios de sol (...) e estes são convertidos em calor não-luminoso" (FLEMING, 2005, p. 55). Algumas décadas depois, em 1859, John Tyndall, um físico britânico, desenvolve outras explicações mais específicas, identificando que gases como vapor d'água, dióxido de carbono e gás metano seriam responsáveis por absorver esta radiação e bloquear a saída de calor radiante da atmosfera. Em 1896, o químico sueco Svante Arrhenius calcula as mudanças de temperatura que ocorreriam no caso de mudanças no nível de dióxido de carbono. Arrhenius associa a elevação da temperatura à queima do carvão mineral, o que geraria um "efeito estufa criado pela ação humana", e dimensiona um incremento de alguns graus Celsius para o dobro de aumento de gás carbônico. Esta proporção é a mesma

utilizada ainda hoje em diversos modelos climáticos. Em 1938, Guy Callendar, engenheiro britânico atuante com motores a vapor, divulga seus cálculos sobre o efeito das emissões de dióxido de carbono, nos quais associa as emissões recentes com o aumento da temperatura e estabelece previsões para o futuro (HULME, 2009). Desde então e, principalmente, desde a década de 1980, multiplicaram-se os estudos científicos sobre o fenômeno, com o desenvolvimento de novas técnicas, em especial os chamados Modelos Climáticos Globais, utilizados para simular efeitos diversos do aumento de gases não só na temperatura da terra, mas também nos seus vários processos, como correntes marítimas e eventos meteorológicos (LEVER-TRACY; PITTOCK, 2010).

De acordo com esta breve descrição histórica, as pesquisas científicas sobre o que hoje se convencionou chamar de "mudanças climáticas" iniciaram há cerca de duzentos anos. Retraçar esse percurso histórico é importante porque, na maioria das vezes que as ciências sociais estudam o fenômeno, o fazem partindo das bases fornecidas pelos estudos das ciências naturais, deixando de lado o fato de que mesmo a ciência possui uma historicidade, e que a maneira como o conhecimento científico é produzido acerca de determinado fato importa para compreender as representações que dele se faz.

Neste ponto, surge um desafio: como dizer que a ciência constrói uma representação acerca do fenômeno – e estabelecer uma simetria com outras formas de representação – sem cair no relativismo do discurso negacionista dos céticos? Aqueles que buscam negar a existência das mudanças climáticas, o fazem tentando minar a sua base material e biofísica. E a forma que encontram de por em dúvida a objetividade do fenômeno é justamente desacreditando os seus principais porta-vozes, no caso, cientistas, climatologistas e demais pesquisadores considerados pela maior parte da opinião pública como legítimos representantes dos fenômenos naturais, conhecedores dos fatos e capazes de evidenciar a verdade por trás das coisas.

O problema teórico com o qual me defronto aqui é como conceber que as mudanças climáticas por uma ótica que não fique presa à discussão entre objetivismo e subjetivismo, realismo e construtivismo. Se o fenômeno existe, e é dotado de bases materiais e biofísicas que o sustentam, ele também é ao mesmo tempo uma construção social, na qual diferentes atores em diversos espaços disputam seus significados, explicações, desdobramentos, etc. No entanto, diferentemente de outros fenômenos, as mudanças climáticas carregam características específicas, talvez similar a de algumas outras questões ambientais como a questão nuclear ou

o buraco na camada de ozônio. Grosso modo, não é possível *enxergar* o fenômeno, pelo menos não como enxergamos um rio poluído ou a fumaça expelida por uma usina. Quase toda forma de visualização que temos são mediadas pelas representações desenvolvidas nos laboratórios científicos e, ainda que possamos associar determinados acontecimentos meteorológicos ao aquecimento global, *o fenômeno em si* é imperceptível “a olho nu” (MORTON, 2013, p. 3).

Além disso, as mudanças climáticas carregam um duplo caráter que é ao mesmo tempo global e local. Se o aquecimento global é causado pelo aumento das emissões antrópicas de gases do efeito estufa, ainda não é possível traçar o caminho, digamos, de uma molécula de gás carbônico emitida por uma usina termoeletrica na Inglaterra do século XIX, seu alojamento na atmosfera, e a relação específica que esta molécula desempenha no derretimento das calotas polares. Analogamente, seus desdobramentos afetariam o mundo inteiro – de forma desigual, sim, mas ainda com um alcance global. No entanto, ele é também localizado, pois é no microcosmo das mais diversas comunidades, sociedades e indivíduos que se faz sentir, e é no nível local que suas causas antropocêntricas são gerenciadas.

### **Discussão sobre o Antropoceno**

O recente campo de pesquisa das Ciências do Sistema Terrestre (*Earth System Science*), no qual se desenvolvem as pesquisas sobre mudanças climáticas, está baseado na premissa de que a ação humana - no contexto da modernidade industrializada - é uma das principais forças afetando o funcionamento climático global. No entanto, "a ideia de que o homem modifica o clima da Terra não caiu do céu direto para a Rio-92" (GRINEVALD, 2012, p. 10). Semelhante ao desenvolvimento histórico das mudanças climáticas, a história em torno deste termo controverso é uma bem mais antiga e complexa do que aparenta em uma primeira vista.

A terminologia do "Antropoceno", ou seja, a compreensão de que os seres humanos são uma força geológica, toma aqui uma posição central como nova terminologia de periodização biogeológica. A ideia em si, no entanto, não é tão recente: em 1864, George P. Marsh publica o livro "O Homem e a Natureza", depois reimpresso sob o título "A Terra modificada pela Ação Humana", no qual busca "indicar o caráter e, de certa forma, o alcance das mudanças produzidas pela ação humana sobre as condições físicas do planeta que habitamos" (MARSH, 1907, cap. introdução). Na mesma época, o geólogo italiano Antonio Stoppani já vinha trabalhando com um conceito similar, o de "era antropozóica" (TURPIN; FEDERIGHI, 2012), segundo o qual

"as atividades da humanidade são uma nova força planetária que pode ser comparada tanto em poder quanto em universalidade às grandes forças geológicas" (CRUTZEN; STOERMER, 2000, p. 17). No entanto, o termo Antropoceno ganhou enorme popularidade já neste século, após a publicação de um breve artigo na revista *Nature* escrito por Paul Crutzen (2002) e intitulado "a geologia da humanidade" (*Geology of Mankind*). Esta recente "retomada" da ideia e difusão do conceito ocorre juntamente com o processo que foi batizado de "A Grande Aceleração", segundo o qual se admite que os humanos sempre influenciaram no meio ambiente em que viveram, mas argumenta-se que, até certo tempo atrás, os impactos eram restritos aos níveis locais e regionais. No Antropoceno, por contraste, os impactos são não apenas globais, mas profundos, capazes de modificar a própria estrutura de composição do planeta Terra – como, por exemplo, as camadas altas da atmosfera pela emissão de gases do efeito estufa ou a estrutura química das rochas pelos depósitos de rejeitos nucleares.

Segundo Crutzen, o início do Antropoceno poderia ser identificado na segunda metade do século 18, por ser este o momento em que as amostras de gelo glacial passam a indicar um aumento na concentração atmosférica de diversos "gases do efeito estufa", particularmente gás carbônico e metano, mesma época em que James Watt inaugura sua invenção do motor a vapor (CRUTZEN; STOERMER, 2000; STEFFEN, WILL; CRUTZEN; MCNEILL, 2007). A partir desta perspectiva "geológica", o período geológico chamado de Holoceno<sup>1</sup>, que teria iniciado há 11.700 anos vinha sendo uma época relativamente estável do ponto de vista climático (CRUTZEN, 2002). Com o desenvolvimento das máquinas a vapor e, posteriormente, dos motores a combustão interna, o uso de combustíveis fósseis - inicialmente carvão, depois petróleo e gás - cresceu exponencialmente, até esses se tornarem hoje responsáveis pela maior parte da energia que utilizamos. Isso levou ao aumento da concentração atmosférica de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>), que passou de cerca de 280 ppm (partes por milhão), na Era pré-industrial, para uma concentração média de 399 ppm, em 2015. Concentrações deste nível não teriam sido observadas nenhuma vez ao longo dos últimos 800 mil anos, pelo menos.

No entanto, o indicador dos gases de efeito estufa relacionados às mudanças climáticas é apenas um dos vários elementos que estariam compondo o Antropoceno, ainda que geralmente destacado como o principal. Outros são também: mudanças no uso do solo, como a alteração

---

<sup>1</sup> Cabe lembrar que o termo Holoceno, por sua vez, foi ele próprio cunhado em 1885 durante o Congresso Internacional de Geologia de Bolonha, alguns anos após os estudos de Marsh e Stoppani.

do albedo<sup>2</sup>, mudanças na composição de ozônio da estratosfera, lançamento de novas partículas no ar e no oceano. Tal conjunto de transformações ambientais estão relacionados ao que se convencionou denominar de *limites planetários*, em diálogo com o trabalho desenvolvido por Steffen, Rockström e colegas (2015), segundo o qual haveria certos limiares ou pontos de não retorno que ultrapassados acarretariam em grande risco de mudanças ambientais abruptas e irreversíveis.

Partindo de outra perspectiva que não aquela ancorada na incontestabilidade da universalização do pensamento científico, e propondo uma série de reflexões filosóficas sobre as implicações ontológicas de se pensar e viver em um mundo de transformações ecológicas em curso, autoras como Anna Tsing (SWANSON; BUBANDT; TSING, 2015; TSING, 2016) e Donna Haraway (HARAWAY, DONNA, 2015; HARAWAY, DONNA J., 2016) propõem abordagens alternativas para se pensar o – controverso – termo Antropoceno. Para Tsing, o ponto de inflexão entre o Holoceno e o Antropoceno seria o extermínio da maior parte dos *locais de refúgio* onde as mais diversas espécies, humanas ou não, podiam ser reconstituídas após grandes. O Holoceno teria sido este longo período em que lugares de refúgio ainda existiam, eram abundantes, e permitiam sustentar um repovoamento de culturas ricas e biologicamente diversas. Já o Antropoceno seria caracterizado pela destruição destes lugares e momentos de refúgio, tanto para as pessoas quanto para outros seres.

Para Haraway, o Antropoceno se constitui mais como um "evento fronteiro" do que como uma época. Repleto de discontinuidades e carregado de uma certa imprevisibilidade, de modo que não é possível *prever* as possibilidades de acontecimentos futuros a partir do que já ocorreu no passado, a concepção de um Antropoceno implica um novo horizonte normativo. Impõem-se a necessidade de fazer com que este momento de fronteira seja o mais curto e fino possível, cultivando novas épocas que possam resgatar o refúgio. "O Antropoceno, está cheio de refugiados, humanos ou não, sem um refúgio" (HARAWAY, DONNA, 2015, p. 160).

Em conjunto com colegas e outras/os pesquisadoras/es, Haraway sugere a utilização de outros dois termos, de modo a complexificar a discussão e apresentar facetas das ditas crises ecológicas que acabam muitas vezes invisibilizadas pelas teorias geológicas do Antropoceno. Estes termos são o *Plantationoceno* e o *Capitaloceno*. O primeiro se refere ao papel que o

---

<sup>2</sup> O albedo se refere ao poder de reflexão determinada superfície em relação à incidência de luz solar. Em termos genéricos, quanto mais escura for uma superfície menor é sua capacidade de reflexão e maior é a conversão da luz em calor, de modo que áreas cobertas por gelo refletem grande parte da luz, aquecendo pouco o ambiente enquanto áreas cobertas por terra ou asfalto, por exemplo, refletem pouco e aquecem muito o ambiente.

sistema de plantações (*plantations*) - monocultura de exportação mediante a utilização de latifúndios e trabalho escravo -, baseado em uma forma de emprego enclausurado, exerceram como base e motor para o sistema industrial de grande intensidade em carbono que geralmente é referido como o ponto de inflexão para o início do Antropoceno. Daí também se deriva o segundo.

A autora sugere também a utilização do termo Chthulucene a fim de destacar o envolvimento de todos os *terrenos*, de uma multiplicidade de temporalidades e espacialidades e uma miríade de entidades-em-agrupamentos intra-ativos, incluindo os diversos termos utilizados para fazer referência aos seres-outros-que-humanos. Este conceito estaria em conexão com outros termos como: Naga, Gaia, Terra, Pachamama, etc. buscando significar a "diversidade de poderes e forças tentaculares coletivas que abarcam toda a terra" (HARAWAY, DONNA, 2015, p. 161). Parece aqui que a proposta de reflexão e nomeação de Haraway se afasta da proposta "antropocêntrica" de conceituação do Antropoceno conforme proposta por Crutzen. A ideia que emerge é a de pensar como este novo período - ou momento fronteiro - significa e é significado para as muitas *coisas* (INGOLD, 2012), criaturas e suas redes que habitam a Terra, e não apenas para os humanos: "a fronteira do Antropoceno/Capitaloceno significa muitas coisas, incluindo a imensa e irreversível destruição que está em curso, não apenas para as 11 bilhões de pessoas que estarão na terra no final do século 21, mas para as miríades de outras criaturas também" (HARAWAY, DONNA, 2015, p. 161).

### **Os híbridos na modernidade**

Para tentar melhor trabalhar essa complexidade toda que circula e perpassa a questão das mudanças climáticas no contexto do Antropoceno, busquei no conceito de *híbridos*, conforme apresentado por Bruno Latour, alguns elementos que pudessem auxiliar nesta empreitada. Mas, o que seriam os tais híbridos? Uma primeira resposta, um tanto quanto simplista, é que os híbridos são todas as coisas que fazem parte do nosso mundo, desde o computador no qual escrevo este trabalho, a roldana que me permite levantar o varal de roupas, a ideia de "discurso", os grãos de soja, e todo o resto. Mas para compreender o que eles significam enquanto conceito teórico é necessário dar um passo atrás e tentar alocá-los no contexto mais amplo do pensamento de Latour, com os questionamentos que ele se depara e o modelo que desenvolve para respondê-los.

Um dos pontos chave que Latour investiga, central em seu pensamento, é a modernidade, mais especificamente, a modernidade enquanto uma excepcionalidade universalizada do mundo ocidental. O que nos diferencia (nós, os modernos) de todos os outros dos quais tentamos nos diferenciar (os pré-modernos)? Como chegamos até aqui? Ao se deparar com uma realidade complexa, misturada, em que assuntos das mais diversas ordens se interlaçam, Latour questiona: o que aconteceu com a modernidade, aquela erguida sobre a certeza absoluta de uma separação entre sociedade e natureza? O que aconteceu com aquela modernidade que, entre tantas outras coisas, permitiu a fundação da sociologia enquanto disciplina específica, separada, legitimada para estudar *as sociedades* – em uma esfera outra da biologia, da química e da física? O que aconteceu com a pessoa moderna, aquela que tinha na leitura do jornal a sua reza diária e hoje, ao abri-lo, se depara com uma multiplicidade de artigos híbridos que misturam ciência, política, economia, direito, religião, técnica, ficção? Ele mesmo enquanto homem moderno se surpreende com a proliferação dos híbridos:

Na página quatro do jornal, leio que as campanhas de medidas sobre a Antártida vão mal este ano: o buraco na camada de ozônio aumenta perigosamente. Lendo um pouco mais adiante, passo dos químicos que lidam com a alta atmosfera para os executivos da Atochem e Monsanto, que estão modificando suas linhas de produção para substituir os inocentes clorofluorcarbonetos, acusados de crimes contra a ecosfera. Alguns parágrafos à frente, é a vez dos chefes de Estado dos grandes países industrializados se meterem com química, refrigeradores, aerossóis e gases inertes (LATOURE, BRUNO, 1994, p. 7).

Para tentar responder a algumas destas perguntas, Latour parte anteriormente das suas “etnografias de laboratório”, ou seja, estudos de observação que realizou ao longo de anos junto a cientistas em seu ambiente de trabalho, durante o exercício de produção da ciência (ALMEIDA, FELIPE VIANNA MOURÃO, 2016; LATOUR, B.; WOOLGAR, 1997). A partir destas observações, Latour estabelece o que considera os dois processos principais sobre os quais a modernidade se construiu: a purificação e a hibridização. Entendo que a purificação seria este trabalho da ciência de separar o que é “natural” do resto, ou seja, de isolar a natureza, despi-la de agência, transferi-la para um ambiente esterilizado, quase hermético no qual, por meio de uma série de processos, os humanos seriam capazes de analisá-la, decifrá-la, compreendê-la em suas minúcias. Este exercício de purificação das coisas naturais realizado pelo trabalho científico é o que confere aos cientistas a possibilidade de se apresentarem como porta-vozes da natureza, os únicos capazes de entender realmente os processos por trás das coisas, a verdade intrínseca a elas.



No entanto, o processo de purificação não teria nada de puro, pelo contrário. É através dele que os humanos transformam a natureza, que se cria um contato, uma *mediação* entre humanos e não-humanos. Daí que os objetos construídos em laboratório não são nem natureza pura e nem um mero desdobramento da subjetividade humana. Eles são mediadores entre os dois, uma combinação mesclada dos dois polos (sociedade e natureza) que a modernidade afirma ter separado. Eles são *híbridos*.

Os modernos, no entanto, escondem estes híbridos – pois evidenciá-los não só colocaria em xeque toda a ideia de purificação que sustenta a legitimidade do trabalho científico, como também, argumenta Latour, desaceleraria o processo de modernização. Assim, o que os modernos afirmam é apenas metade do que o mundo moderno é. Eles afirmam apenas a parte do trabalho de *purificação* enquanto não mencionam, deixam de lado, até mesmo escondem o trabalho de *hibridização*, de proliferação destes híbridos, mistos de natureza e cultura, o qual passa despercebido, mas que é fundamental para a Constituição da modernidade (LATOUR, BRUNO, 1994, p. 65). A ciência – e em última instância a própria modernidade – seria na verdade a grande fusão de natureza e cultura disfarçada de Grande Divisão. E esta seria uma das características que sustenta a excepcionalidade moderna.

A partir deste ponto, Latour busca desenvolver uma metodologia própria para estudar estes híbridos e, portanto, estudar a própria modernidade. Interpreto que sua metodologia se sustenta por dois principais pilares: a antropologia simétrica e a análise das redes. Não vem ao caso adentrar aqui nos pormenores da Teoria Ator-Rede, com a qual Latour contribui e que orienta os estudos sociais em ciência e tecnologia na investigação dos híbridos. O que eu quero é ressaltar outro importante aspecto dos híbridos que sustenta a ideia de rede: os híbridos são quase-objetos, mistos de natureza e cultura, dotados de *agência*.

Eles não são meros intermediários que carregam em si algumas características retiradas da caixinha da natureza e outras que escaparam dos recursos do mundo social cujo papel é simplesmente criar uma conexão entre estes dois polos. Os híbridos fazem muito mais do que transportar elementos naturais e culturais. Eles são propriamente seres que compõem a história, “atores dotados da capacidade de traduzir aquilo que transportam, de redefini-lo, desdobrá-lo, traí-lo” (LATOUR, BRUNO, 1994, p. 84). Portanto, são eles próprios que traçam as redes, são ao mesmo tempo quase-objetos e quase-sujeitos, reais, com capacidade de agirem sobre o mundo, e não apenas constructos representativos da subjetividade humana. E são também coletivos, pois são eles que nos ligam uns aos outros – não só através do espaço, mas também

através do tempo – são eles que circulam por nossas mãos e assim nos definem. Segundo a Teoria do Ator-Rede se diria aos investigadores: “Sigam os híbridos! Sigam as redes que eles traçam! Compreendam os nós e os espaços, como se interlaçam e como são preenchidos”.

Para melhor exemplificar as particularidades desta agência que caracteriza os híbridos como tais, posso citar o exemplo da aplicação do sistema de polias compostas, conforme trazido por Latour (1994, p. 107–109). Em seu texto, o autor narra como Arquimedes, matemático e “inventor” grego, aplica a sua teoria mecânica para a construção de um sistema de roldanas capaz de levantar objetos que seriam pesados demais para serem movidos de outra forma, tais como navios de guerra. No entanto, ao criar um sistema como este e torná-lo disponível para que seja utilizado na sociedade grega, Arquimedes destrava uma série de transformações sociais que vão muito além do âmbito meramente tecnológico. Segundo Latour “através da polia composta, Arquimedes inverte não apenas as relações de força como também as relações políticas, oferecendo ao rei um mecanismo real para tornar um homem mais forte que uma multidão” (p. 107). Assim, mais do que uma simples ferramenta ou tecnologia, a roldana criada por Arquimedes e que inverte o jogo de forças políticas em favor de seu rei, constitui um verdadeiro híbrido, dotado de uma agência sobre a ordem das coisas ao seu redor e capaz de inverter a correlação de forças sociais, fazendo os mais fracos tornarem-se os mais fortes. De maneira similar, outros inventos científicos, geralmente mascarados e apresentados ao mundo como “descobertas”, poderiam ser mobilizados: o motor à combustão, a pólvora, a bomba de ar, a gravidade, etc. Os híbridos, assim, continuam a proliferar ao longo da modernidade, “monstros da primeira, da segunda, da terceira revolução industrial, fatos socializados e humanos que se tornaram mundo natural” (LATOUR, BRUNO, 1994, p. 57).

Cabe alertar que não se trata aqui de cair em um determinismo tecnológico, segundo o qual “a tecnologia é vista como um poderoso e autônomo agente capaz de ditar os padrões da vida social e cultural” (PFAFFENBERGER, 1988, p. 239). A relação entre ciência, tecnologia e sociedade é muito mais complexa e dinâmica do que uma simples proposição linear de causalidade determinística permite abarcar. Admitir um caráter intrinsecamente social para qualquer tecnologia requer que se vá além do raciocínio reducionista que busca identificar possíveis “impactos” desta sobre a sociedade, ou vice-versa. A tecnologia seria assim a “natureza humanizada”, a forma pela qual sociedade e natureza se constroem, originando novas relações e significados, uma nova forma de vida que é ao mesmo tempo social, política e simbólica (MONTEIRO, 2012, p. 146).

Os híbridos, no entanto, não se restringem ao que geralmente entendemos no senso comum por artigos tecnológicos. O que define um híbrido não é o quão “avançado” ou “de ponta” é o conhecimento tecnológico incorporado em si. Pelo contrário, o ponto que Latour levanta é justamente que qualquer quase-objeto, qualquer criação mediadora dos humanos e dos não-humanos atuam como híbridos. Seja uma simples roldana ou uma sonda espacial, seja o conceito abstrato de “poder” ou a ideia de “gravidade”, seja uma espiga de milho geneticamente modificada ou um pé de alface orgânico. Todos estes não-humanos se multiplicam no contexto da modernidade ocidental enquanto constroem o nosso coletivo e tornam cada vez mais íntima a nossa relação com eles (LATOURE, BRUNO, 1994, p. 106). O que torna a ciência e a técnica notáveis é justamente o papel que cumprem nesta construção: por meio das funções de purificação e hibridização mencionadas anteriormente, permitem que esta multiplicação de híbridos ocorra, tornando mais extensa e mais larga a espiral do mundo moderno no qual vivemos.

As mudanças climáticas – ou, aqui, o aquecimento global -, por sua vez, constituem um exemplo de *híbrido*, conforme apresentado pelo próprio autor:

Mas como classificar o buraco de ozônio, o aquecimento global do planeta? Onde colocar estes híbridos? Eles são humanos? Sim, humanos pois são nossa obra. São naturais? Sim, naturais porque não foram feitos por nós. São locais ou globais? Os dois. [...] Em que mundo abrigar estas multidões? Estamos no campo da biologia, da sociologia, da história natural, da sócio-biologia? É nossa obra, e no entanto as leis da demografia e da economia nos ultrapassam infinitamente.” (LATOURE, BRUNO, 1994, p. 53–54)

Neste trecho, o autor reforça as dificuldades de estudar um fenômeno tão complexo a partir das óticas limitadas que as subdisciplinas trazem consigo. Mais do que um trabalho interdisciplinar, parece ser necessário o desenvolvimento de uma teoria que dê conta de tratar do fenômeno considerando estes múltiplos e conflitantes aspectos. Afinal de contas, as mudanças climáticas são uma construção social ou um fenômeno biofísico? Seu escopo é majoritariamente de ordem global ou local? Seus efeitos são contornáveis ou são disruptivos e, neste caso, teríamos chegado ao fim da modernidade conforme a conhecemos? Não existem respostas fáceis para estas perguntas e para as muitas outras que emergem ao longo do estudo. No entanto, o conceito de híbrido parece fornecer alguns dispositivos para traçar reflexões acerca do fenômeno que não fiquem circunscritas ao impasse promovido pela divisão entre materialismo e construtivismo.

### Considerações finais

Pensar que o fenômeno – biofísico, político, econômico, simbólico – das mudanças climáticas pertence à ordem dos não-humanos, que constitui um quase-objeto dotado de agência, que interage moldando e sendo moldado pelos nossos coletivos modernos, parece iluminar uma série de novos caminhos os quais, ainda que não levem diretamente a novas perguntas, pelo menos apontam na direção de novos questionamentos. Pensar as mudanças climáticas como um híbrido implica questionar como se deu o processo histórico de construção acerca de seu conhecimento. Mais do que isso, abre espaço para que se busque representações alternativas ao discurso dominante da ciência e às falas negacionistas dos céticos. Utilizar os princípios da Teoria do Ator-Rede para pesquisar as mudanças climáticas permite que se trace outra rota de descobertas, que se investigue como se formam estas conexões interpretativas sobre o fenômeno e seus entrelaces com o âmbito das políticas.

Tal esforço de caracterização implica que também se questione o significado de Antropoceno, conceito – e contexto – colado aos estudos sobre mudanças climáticas. Seria o Antropoceno apenas uma atualização, levada ao limite, da ideia social cristã de que o homem ocupa o lugar central de "senhor da Terra", ou do antropocentrismo? (GRINEVALD, 2012, p. 6) Ou será que tal conceito traz consigo um, potencial de transformação epistemológica que permita à sociologia avançar o pensamento para além da divisão moderna entre sociedade e natureza, ou, dito de outra forma, seria o Antropoceno uma alternativa à modernização? (LATOURE, BRUNO, 2014). Ou uma ameaça à própria “cultura” moderna? (LATOURE, BRUNO, 2015). Se a cultura moderna é fundada na separação entre natureza e sociedade, e a percepção do Antropoceno aponta para uma quebra desta divisão, então a tomada de conhecimento sobre o Antropoceno, ou sobre a força geológica das ações humanas, abre espaço para que se questione a nossa própria existência enquanto “natureza” – bem como os desdobramentos políticos e culturais desta outra tradicional natureza. Latour aponta que o Antropoceno exacerba o “sentimento de convivência”, quiçá de empatia, entre os humanos e os não-humanos, e entre modernos e não-modernos devido a uma mudança de olhar:

E eis aí o suficiente para mudar o olhar sobre os tempos antigos. Se podíamos olhar com uma nostalgia divertida os traços daqueles que tinham medo de que o céu caísse sobre suas cabeças, observamos, a partir de agora, com uma espécie de humildade compartilhada, os futuros traços destes que sabem que podem, com efeito, fazer o céu cair sobre as cabeças... (LATOURE, BRUNO, 2015)

O Antropoceno em si é um termo híbrido – ele mistura geologia, filosofia, teologia e ciência social em um conceito só. No entanto o que o define, o que o caracteriza? Ou, melhor dizendo, quais são as consequências de ter os humanos como força geológica – e, cabe dizer, intermediada pelas mudanças climáticas? Para Latour, um desses traços definidores é a existência em um constante estado de conflito, de guerra (LATOURE, BRUNO, 2014). No entanto, é certo dizer que os conflitos por territórios e seus recursos são tão antigos quanto a raça humana e que os alertas sobre as consequências desta apropriação de recursos pelos seres humanos vêm pelo menos desde a Revolução Industrial. O que haveria exatamente de novo neste Antropoceno? Fora o seu caráter de híbrido, que mistura múltiplas disciplinas e agenciadores, para Latour o destaque é que “é que ele modifica simultaneamente os quadros espaciais e temporais nos quais a ação está sendo situada; é que, além disso, este quadro modificou os dois principais pilares sobre os quais a metafísica da Ciência foi estabelecida desde a “Bifurcação da Natureza”:

Agora, por meio de uma inversão totalmente inesperada das respectivas posições de todo campo de investigação, as muitas disciplinas da história natural estão reivindicando um retorno às condições espaciais da Terra e a uma sensação urgente de que “os tempos estão cumpridos” [...] Não há mais fronteira modernizadora. Em vez disso, há tantas novas linhas de conflitos que uma Gaia-polí-tica totalmente diferente passa agora a redesenhar todos os mapas. Ao recombinar todos os ingredientes do que costumava a pertencer aos diferentes domínios da subjetividade e da objetividade, a própria noção de Antropoceno torna-se realmente uma imensa fonte de confusão – porém, uma fonte bem-vinda. (LATOURE, BRUNO, 2014, p. 28)

Assim, a questão do Antropoceno demandaria uma nova forma de ocupar a Terra – uma forma desacelerada, utilizando a terminologia de Stengers - diferente desta empregada pelos modernos, para que este deixe de ser um alerta desesperador para ser o início da composição de novos caminhos possíveis. Mais do que isso, a proposta de pensar as mudanças climáticas *no contexto* do Antropoceno vai além de ter esta segunda categoria como um pano de fundo inegociável e objetivo contra o qual o fenômeno das mudanças climáticas está localizado. A justaposição de ambas categorias, levando em consideração a sua constituição histórico-científica, implica pensá-las *em com-texto*, como ambos fenômenos se atualizam e retroalimentam, nos campos filosófico, científico e geológico, feito fios trançados que se entrecruzam e se mesclam formando uma série de nós a tal ponto que não é mais possível distinguir um fio do outro, não é possível textualizar uma das redes sem a outra.

Conforme a interpelação feita por Stengers (2009) em seu livro-ensaio *No tempo das catástrofes*, nos deparamos com a intrusão de Gaia, um movimento que nos invoca a repensar e reformular não apenas nossas formas de fazer política e de fazer ciência, mas até mesmo os pressupostos ontológicos básicos que sustentam nossas concepções de Política e de Ciência. Deste modo, entender que as mudanças climáticas constituem um quase-objeto dotado de agência abre espaço para que se tente superar a forma como o fenômeno vem sendo estudado, em que por um lado se busca evidenciar seu “impacto” sobre as sociedades e, por outro, se busca identificar a origem de suas “causas”. As mudanças climáticas, este híbrido moderno com múltiplas faces, incorporam, em uma mesma mediação, origens e desdobramentos, o que é tido como social e o que é tido como natural, de modo que requer – e abre espaço para que se construa – uma sociologia igualmente híbrida para sua compreensão.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Felipe Vianna Mourão. A construção dos relatórios circunstanciados de identificação e delimitação de terras indígenas sob a perspectiva da Socioantropologia da Tradução. In: ALMEIDA, JALCIONE (Org.). . *Conflitos Ambientais e Controvérsias em Ciência e Tecnologia*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

ALMEIDA, Jalcione; PREMEBIDA, Adriano. History, relevance and ontological explorations of the environmental issues. *Sociologias*, v. 16, n. 35, p. 14–33, abr. 2014.  
CRUTZEN, Paul J. Geology of mankind. *Nature*, v. 415, n. 6867, p. 23–23, 2002.

CRUTZEN, Paul J.; STOERMER, Eugene F. The Anthropocene. *Global Change Newsletters*, v. 41, maio 2000. Disponível em:  
<<http://www.igbp.net/download/18.316f18321323470177580001401/1376383088452/NL41.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2017.

FLEMING, James Rodger. *Historical Perspectives on Climate Change*. [S.l.]: OUP USA, 2005.

GRINEVALD, Jacques. *Le concept d'Anthropocène et son contexte historique et scientifique*. . [S.l.: s.n.]. Disponível em: <<http://www.institutmomentum.org/wp-content/uploads/2013/12/Le-concept-d%E2%80%99Anthropoc%C3%A8ne-et-son-contexte-historique-et-scientifique.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2017. , 5 nov. 2012

HARAWAY, Donna. Anthropocene, capitalocene, plantationocene, chthulucene: Making kin. *Environmental Humanities*, v. 6, n. 1, p. 159–165, 2015.

HARAWAY, Donna J. *Staying with the trouble: Making kin in the Chthulucene*. [S.l.]: Duke University Press, 2016.

HULME, Mike. On the origin of “the greenhouse effect”: John Tyndall’s 1859 interrogation of nature. *Weather*, v. 64, n. 5, p. 121–123, 1 maio 2009.

INGOLD, Tim. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. *Horizontes Antropológicos*, v. 18, n. 37, p. 25–44, jun. 2012.

LATOUR, B.; WOOLGAR, S. *A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997.

LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994. . Acesso em: 25 maio 2017.

LATOUR, Bruno. La civilisation mise au défi par l’anthropocène. *Le Monde Science et Techno*, 3 set. 2015. Disponível em: <[http://www.lemonde.fr/sciences/article/2015/03/09/la-civilisation-mise-au-defi-par-l-anthropocene\\_4590185\\_1650684.html](http://www.lemonde.fr/sciences/article/2015/03/09/la-civilisation-mise-au-defi-par-l-anthropocene_4590185_1650684.html)>.

LATOUR, Bruno. Para distinguir amigos e inimigos no tempo do Antropoceno. *Revista de Antropologia*, v. 57, n. 1, p. 11–31, 2014.

LEVER-TRACY, Constance; PITTOCK, Barrie. Climate change and society: an introduction. In: LEVER-TRACY, CONSTANCE (Org.). *Routledge handbook of climate change and society*. London, New York: Routledge, 2010.

MARSH, George Perkins. *The earth as modified by human action : a last revision of “Man and nature”*. [S.l.]: New York : Charles Scribner’s Sons, 1907. Disponível em: <<http://archive.org/details/earthasmodifiedb00mars>>.

MEADOWS, Donella H.; CLUB OF ROME (Org.). *The Limits to growth; a report for the Club of Rome’s project on the predicament of mankind*. New York: Universe Books, 1972.

MONTEIRO, Marko Synésio Alves. Reconsidering the ethnography of science and technology: tehnoscience in practice. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 27, n. 79, p. 139–151, 2012.

MORTON, Timothy. *Hyperobjects: philosophy and ecology after the end of the world*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2013. (Posthumanities, 27).

PAFFENBERGER, Bryan. Fetishised Objects and Humanised Nature: Towards an Anthropology of Technology. *Man*, v. 23, n. 2, p. 236, jun. 1988.

STEFFEN, W. *et al.* Planetary boundaries: Guiding human development on a changing planet. *Science*, v. 347, n. 6223, p. 1259855–1259855, 13 fev. 2015.

STEFFEN, Will; CRUTZEN, J.; MCNEILL, John R. The Anthropocene: are humans now overwhelming the great forces of Nature? *Ambio*, v. 36, n. 8, p. 614–621, dez. 2007.

STENGERS, Isabelle. *Au temps des catastrophes: résister à la barbarie qui vient*. Paris: La Découverte, 2009.

SWANSON, Heather Anne; BUBANDT, Nils; TSING, Anna. Less Than One But More Than Many: Anthropocene as Science Fiction and Scholarship-in-the-Making. *Environment and Society*, v. 6, n. 1, 1 jan. 2015. Disponível em:

<<http://berghahnjournals.com/view/journals/environment-and-society/6/1/air-es060109.xml>>. Acesso em: 8 dez. 2017.

TSING, Anna. Earth Stalked by Man. *The Cambridge Journal of Anthropology*, v. 34, n. 1, 1 jan. 2016. Disponível em:

<<http://berghahnjournals.com/view/journals/cja/34/1/ca340102.xml>>. Acesso em: 8 dez. 2017.

TURPIN, Etienne; FEDERIGHI, Valeria. A new element, a new force, a new input: Antonio Stoppani's Anthropozoic. 2012.



## **CULTURA E INSTITUIÇÕES NA CIÊNCIA POLÍTICA: A RELAÇÃO INDIVÍDUO E SOCIEDADE REVISITADA**

**Thais Marques de Santo**

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

**Douglas M. R. Porto**

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

### **Introdução**

A relação indivíduo e sociedade é o ponto arquimediano sobre o qual levantam-se todos os edifícios teóricos da antropologia, da sociologia e da ciência política. Norbert Elias (1999) afirma que “el lector avisado de la literatura sociológica clásica constatará por todas partes la presencia de las huellas de este intrincado problema de las relaciones entre individuo y sociedad”. Trata-se, portanto, de uma questão nunca esgotada. É discutida e refletida, teórico e empiricamente, desde a fundação das ciências sociais até a contemporaneidade. Afinal, é o posicionamento epistemológico do pesquisador nessa relação que define o foco de sua investigação.

Nesse sentido, é sensato, do ponto de vista da produção do conhecimento, que o pesquisador faça a si mesmo algumas indagações: as instituições sociais determinam o comportamento e a existência subjetiva dos indivíduos? Ou são os indivíduos que determinam o modo de ser e operar das instituições sociais? Ou ainda, há uma relação de interinfluência entre os indivíduos e a sociedade?

Tendo em conta a importância dessa discussão, no presente trabalho propomo-nos realizar uma análise sociológica da ciência política, buscando identificar quais entendimentos da relação indivíduo e sociedade são mobilizados nesse campo e, também, atentando para as implicações que estes entendimentos engendram para a produção de conhecimento no interior dessa área.

Na primeira parte fazemos um breve resgate do debate clássico travado a partir das postulações de Marx, Durkheim e Weber. No segundo momento apresentamos o surgimento da ciência política enquanto ciência e os princípios que orientaram sua fundação. Na terceira e quarta partes apresentamos, respectivamente, o institucionalismo e a cultura política atentando

para o modo como a dicotomia indivíduo e sociedade se particulariza em cada uma dessas correntes da ciência política. No quinto momento relativizamos o aparente antagonismo entre as duas perspectivas. E nas considerações finais propomos uma reflexão sobre caminhos possíveis para a superação do dualismo entre ação e estrutura no interior da ciência política.

### **Relação indivíduo e sociedade: o debate clássico**

Durkheim foi o primeiro a desenvolver um método científico de investigação sociológica. Segundo a orientação funcionalista, o *fato social* é o objeto de estudo da sociologia, sendo este “toda a maneira de agir, fixa ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior; que é geral na extensão de uma sociedade dada, apresentando uma existência própria, independente das manifestações individuais que possa ter” (Durkheim apud Lakatos, 1976). Para Durkheim, portanto, a sociedade condiciona o comportamento dos indivíduos, determinando-os “não enquanto uma vaga abstração, mas precisamente enquanto um indivíduo em alguma situação estrutural em relação aos outros indivíduos” (Collins, 2009). Embora considere que exista subjetividade, o autor busca apreender a dimensão estrutural da sociedade, suas instituições e a concepção que o grupo de indivíduos formula delas: “somente esta concepção é socialmente eficaz” (Durkheim, 1987).

No materialismo histórico, fundamentado por Marx, o que se estabelece é uma relação de interinfluência ou relação dialética entre indivíduo e sociedade. É atribuída certa primazia à sociedade que condiciona o indivíduo, mas não o determina. A primazia não é atribuída à sociedade enquanto um ente abstrato e a-histórico, mas sim ao contexto sócio-histórico ao qual o indivíduo pertence. Para Marx é inconcebível a ideia de um indivíduo abstrato desconectado de uma temporalidade e de um espaço, o indivíduo pressuposto é social e historicamente localizado, pertencente a uma determinada sociedade e não a qualquer uma. O sujeito possui agência, porém uma agência relativa e intimamente ligada ao seu contexto histórico-existencial.

Max Weber distancia-se de seus predecessores na medida em que atribui ao indivíduo agência, racionalidade e autodeterminação. Seu método é compreensivo, pois postula que “não se deve explicar os processos sociais mediante a proposição de leis abstratas, mas é preciso penetrar no ponto de vista subjetivo do ator, para ver o mundo como ele ou ela o vê, de modo a compreender suas motivações” (Collins, 2009). Então, as relações sociais entre os indivíduos (ou grupos) se dão a partir da expectativa que se tem frente ao comportamento do outro, devido

ao sentido, socialmente partilhado, de determinada ação. A partir dessa perspectiva, os sociólogos devem buscar o sentido das ações sociais, ou seja, compreender o significado de uma “ação que, quando a seu sentido visado pelo agente ou os agentes, se refere ao comportamento de *outros*, orientando-se por este em seu curso” (Weber, 2012).

Embora nas formulações teóricas de Durkheim, Marx e Weber ação e estrutura ocupem lugares distintos, o que se mantém nas três abordagens clássicas da sociologia é a separação rígida entre as dimensões do indivíduo e da sociedade. Voltaremos nesse ponto mais adiante.

### **A ciência política enquanto campo científico**

Duverger na obra *Ciência Política: teoria e método* situa a disciplina geográfica e historicamente, indicando que é necessário atentar para a noção de poder, tendo em vista que essa “é a ciência do poder sob todas as suas formas” (Duverger, 1976). Essa noção, segundo o autor, é metodologicamente superior à ideia de uma “ciência do Estado”, pois propicia o estudo do Estado, mas não se encerra nisso. Por outro lado, o Estado segue gozando de centralidade nos estudos da ciência política, tendo em vista que possui o “poder mais bem organizado e mais aperfeiçoado” (Duverger, 1976), uma instituição crucial para a integração humana. A grande contribuição do autor foi a delimitação de um objeto de estudos próprio da disciplina. Situando-a definitivamente enquanto um campo científico autônomo.

### **O institucionalismo na ciência política e a primazia das estruturas**

Com o desenvolvimento dos estudos no campo da ciência política, a perspectiva institucionalista desdobrou-se em três principais correntes analíticas: 1) teoria da escolha racional; 2) institucionalismo sociológico; 3) institucionalismo histórico. O que essas diferenciações não suprimiram foi a ênfase no funcionamento das instituições. Portanto, no presente trabalho utilizaremos apenas o termo institucionalismo.

Para dar conta dos fenômenos que se propõe estudar, o institucionalismo invariavelmente deriva suas explicações da análise de instituições políticas. Exemplificamos tal postura a partir da apresentação que Douglass North faz de sua obra, onde traça um paralelo entre o desenvolvimento econômico e as mudanças institucionais:

Neste estudo eu examino a natureza das instituições e as consequências de instituições para o desempenho econômico (ou social). Eu, então, delinheiro uma teoria da mudança institucional, não só para fornecer um quadro para o desenvolvimento econômico (e outros) da história, mas também para explicar como o passado influencia o presente e o futuro, a forma como a mudança institucional periódica afeta o conjunto de escolhas em um dado momento (North, 1990).

São as instituições políticas e suas dinâmicas o que importa para as construções explicativas dessa corrente. Inclusive estudos sobre trajetórias políticas individuais são contrastadas com as instituições. Ao investigar trajetórias das elites políticas da Arena durante o regime militar no Brasil, Madeira e Gerardi (2014) tornam patente esse posicionamento metodológico: “mais que o mercado eleitoral, será o regime que exercerá o papel de recrutador e selecionador de lideranças político-partidárias”. O pressuposto é de que biografias somente são corretamente entendidas caso se tenha em conta a influência ou o condicionamento decisivo exercido pelas instituições sobre elas. Assim, elementos culturais ou ligados à subjetividade dos indivíduos não são considerados nas análises e construções explicativas.

Como anteriormente apresentado, é Durkheim quem estabelece as bases teórico-epistemológicas das tradições que se desenvolveram no seio das ciências sociais atribuindo primazia às estruturas sociais ante os indivíduos. Queremos destacar com isso que, do ponto de vista epistemológico, o institucionalismo, ao atribuir ênfase analítica às instituições (estruturas), alinha-se ao legado estruturalista durkheimiano.

## **A cultura na ciência política e a primazia da ação**

Por certo tempo o institucionalismo predominou no campo da ciência política enquanto corrente única de pensamento. Não haviam perspectivas explicativas que rivalizassem, até que Almond e Verba publicaram a obra *The civic culture*, originando uma nova corrente de pensamento, a cultura política. “O termo ‘cultura política’ refere-se, assim, às orientações especificamente políticas – atitudes em relação ao sistema político e às suas diversas partes, e atitudes em direção ao papel do eu no sistema” (Almond; Verba, 1989).

Esta corrente situa-se epistemologicamente no oposto do institucionalismo. O foco analítico-metodológico desloca-se das instituições e centra-se na produção cultural das subjetividades individuais. Os indivíduos e a carga cultural sedimentada em suas subjetividades passam a ocupar o centro das investigações. Conforme sintetiza Rennó (2001), “a cultura

política é definida classicamente como o conjunto de orientações subjetivas de cidadãos, inclusive valores, crenças e conhecimento sobre o sistema político”.

Opera-se um deslocamento analítico com relação ao institucionalismo, pois para a cultura política as explicações acerca da dinâmica da política institucional devem ser buscadas no comportamento dos indivíduos culturalmente motivados. “O objetivo das análises [...] é contribuir para a explicação do comportamento político dos indivíduos, destacando a forma como os valores culturais são componentes endógenos da tomada de decisão” (Borba, 2005). A cultura política, a rigor, opera uma virada paradigmática no campo da ciência política. Do ponto de vista sociológico amplo, o foco é deslocado da estrutura para a ação.

Nesse sentido, é possível afirmar que a cultura política faz da herança weberiana seu ponto arquimédico-epistemológico. É no bojo do compreensivismo, do individualismo metodológico, que são formuladas as justificações que possibilitam tomar o indivíduo como o ponto de partida, como o elemento privilegiado para a compreensão dos fenômenos sociais. Isso contribui para entender a predominância de *surveys* no interior dessa corrente.

### **Institucionalismo e cultura política: percepções de fato antagônicas?**

Embora institucionalismo e cultura política, do ponto de vista da relação entre ação e estrutura, situem-se em polos antagônicos, há dois pontos de convergência entre as perspectivas: a centralidade das instituições político-estatais e os pressupostos positivistas.

Se por um lado, ao focar no indivíduo e na cultura a cultura política distingue-se diametralmente do institucionalismo, por outro lado, as instituições seguem sendo centrais nesta corrente, pois, o foco no indivíduo tem como objetivo explicar a forma de ser das instituições.

Para ambas, portanto, as instituições são absolutamente centrais, o que muda é o caminho percorrido por cada uma das correntes para chegar até elas. A cultura política recorre à análise da cultura e das subjetividades individuais para compreender as dinâmicas institucionais, enquanto o institucionalismo foca nas próprias instituições e no quanto elas influenciam os indivíduos.

O outro ponto de convergência entre as duas correntes diz respeito ao compartilhamento de alguns pressupostos epistemológicos positivistas. Para compreender adequadamente essa influência é necessário retomar Weber e Durkheim. Ambos se diferenciam radicalmente em

diversos aspectos, principalmente pelo primeiro ser herdeiro de uma tradição historicista cultural e focar na ação e o segundo herdeiro de uma tradição logicista derivada das ciências da natureza e focar na estrutura. No entanto, os dois compartilham certas premissas positivistas.

Durkheim vale-se da totalidade dos pressupostos positivistas para a produção científica, já Weber reclama somente uma parte. Para Weber, os valores portados pelo investigador impregnam vários níveis da investigação (Löwy, 1987), no entanto, na etapa da análise, o tratamento oferecido pelo pesquisador aos dados deve estar livre de pré-noções, ou seja, regido pela *neutralidade axiológica*. É nessa problemática que Weber se alinha ao positivismo, pois o investigador deve submeter rigorosamente seu objeto a “regras objetivas e universais, a um tipo de conhecimento de validade absoluta” (Löwy, 1987).

Já a tradição durkheimiana, abertamente herdeira da ciência positiva, postula que as ciências sociais devem primar pela objetividade, neutralidade, e buscar as leis gerais que regem a vida social. Conforme Durkheim, “é preciso portanto considerar os fenômenos sociais em si mesmos, separados dos sujeitos conscientes que os concebem; é preciso estudá-los de fora, como coisas exteriores, pois é nessa qualidade que eles se apresentam a nós” (Durkheim, 2014). Para esse autor, a tarefa do sociólogo é desvelar os *atos sociais* (leis sociais), porém para tanto necessário que o estudioso se dispa das pré-noções que funcionam como “um véu que se interpõe entre as coisas e nós” encobrendo “as leis da realidade” (Durkheim, 2014).

Com esse breve resgate das postulações de Weber e Durkheim acerca das condições para a produção de conhecimento sociológico válido, queremos chamar a atenção para o quanto o institucionalismo e a cultura política são animadas por ideias positivistas.

Os pressupostos positivistas estão gravados no interior desse campo científico desde sua fundação. E isso expressa-se em qualquer uma das correntes de pensamento da ciência política principalmente na preocupação pela busca de padrões, regras, leis. E, por outro lado, a crescente matematização do campo busca fortalecer o *status* de validade e objetividade dos conhecimentos produzidos. Em síntese, onde Weber encontra Durkheim é exatamente onde a cultura política encontra o institucionalismo.

Não por acaso a preocupação com a objetividade é encontrada em Duverger, na gênese da ciência política: “A ciência é sempre objetiva. O objetivismo é uma condição essencial da ciência; afastá-lo seria retornar à infância, de onde elas só puderam começar a sair no dia em que se separaram da moral e da subjetividade” (Duverger, 1976).

Embora Duverger relativize a possibilidade real da produção de conhecimento científico objetivo, o fato é que o que interessa-lhe é preservar e prescrever a busca pelo objetivismo, apesar de reconhecer as dificuldades implicadas nisso. E tal posicionamento epistemológico faz com que a ciência política advogue até os dias atuais que somente constata fatos sem emitir juízos de valor e realizar prescrições.

Em realidade, tal entendimento deriva diretamente das ciências da natureza (herança conscientemente apropriada pelo estruturalismo durkheimiano e em partes pelo compreensivismo weberiano) que possuem uma relação de completa externalidade com seu objeto de estudos, o que torna possível a descrição “objetiva”. Esse procedimento é literalmente transplantado para as ciências sociais, alimentando a crença de que isso é possível de ser reproduzido para os fenômenos da vida social.

Em seu estudo sobre a mensuração da democracia através de *surveys*, Rose indica que as teorias culturais e a teoria da escolha racional (variante do institucionalismo) “disputam a primazia na explicação de porque as pessoas apoiam ou rejeitam o governo democrático” (Rose, 2002), ou seja, o autor ilustra a querela existente no interior da ciência política em torno da corrente que detém a melhor ou mais legítima explicação sobre os temas pertinentes à área.

O que nos importa na afirmação de Rose não é o que está dito e sim o pressuposto epistemológico implícito que lhe sustenta. Trata-se de uma concepção científica que crê na possibilidade de produção de conhecimento exato, que crê que a ciência é produtora de verdade inequívoca. A rigor é um pressuposto típico das ciências exatas e naturais. Nestes dois campos predomina o entendimento de ciência cumulativa, onde os conhecimentos produzidos sobre um determinado objeto se sucedem e se excluem. Ou seja, existe sempre uma única explicação válida sobre um determinado fenômeno. Nesse caso, e somente nesse, é possível se pensar em termos de *verdade e conhecimento mais legítimo*. E é esse o espírito que anima as disputas entre cultura política e institucionalismo. Porém, a produção de conhecimento inequívoco pode ter validade no campo das ciências naturais e exatas, mas não no das ciências sociais. Nesse sentido, valemo-nos do argumento sustentado por Agnes Heller (1991):

Las ciencias sociales pueden crear su propia esfera independiente (después de su divorcio de las ciencias naturales), y pueden renunciar a la pretensión de conocimiento cumulativo y exactitud. Sin embargo, hay una pretensión a la que no pueden renunciar: la pretensión de que pueden proporcionar un *conocimiento verdadero* acerca de la sociedad, en especial acerca de nuestra propia sociedad moderna.

A autora defende que as ciências sociais não devem ter a presunção de produzir verdade. E sim que, a partir de sua natureza científica peculiar e distinta, reconheça os seus limites e, conseqüentemente, suas possibilidades para a produção de conhecimento. A implicação central desse posicionamento é o entendimento de que as ciências sociais não produzem verdades, mas sim *conhecimentos verdadeiros*. Isso significa que há possibilidades, e é desejável, de se produzir diferentes estudos sobre um mesmo objeto, todos legítimos, mesmo cada um chegando a um resultado distinto. Outra implicação significativa desse posicionamento é aceitar que qualquer conhecimento sempre será parcial.

## **Considerações finais**

Atentar apenas para a ação ou apenas para a estrutura pode ser um recurso metodológico profícuo, e de fato tem sido no campo da ciência política. No entanto, é importante, ao adotar essa postura teórico-metodológica, ter em conta que ela necessariamente estará partindo do encobrimento de uma dimensão importante da realidade social. Isto é, ao centrar a análise exclusivamente na ação dos indivíduos, oculta-se a dimensão estrutural da sociedade, por outro lado, ao analisar estritamente a estrutura, encobre-se a dimensão da subjetividade e das motivações dos sujeitos.

Esse posicionamento metodológico contribui para a reprodução de lacunas já identificadas no interior do campo sociológico. A superação dessa lacuna produzida pela separação forçada entre indivíduo e sociedade (ação e estrutura) tem orientado a produção de alguns autores, por exemplo, Habermas (2012) e Castoriadis (2010) no campo da teoria social, Giddens (2000) e Bourdieu (1989) no campo das teorias sociológicas.

Para o interesse desse trabalho, destacamos o esforço de Bourdieu que, ao romper com a separação entre indivíduo e sociedade – através dos conceitos de campo e *habitus* –, rompe também com outras falsas dicotomias, as oposições entre ciência e sociedade e entre ciência e indivíduo. Tanto o cientista social quanto sua produção acadêmica não estão alheios à lógica de funcionamento da sociedade de modo amplo. Da mesma forma como a relação indivíduo e sociedade, a relação entre a produção científica, a subjetividade do cientista e o meio social estão ligados por uma relação dialética, onde não há determinação de uma parte sobre as



demais, mas um processo de interinfluência entre todas. E esta relação se dá no interior de um campo, onde o que está jogo “é o poder sobre um uso particular de uma categoria particular de sinais e, deste modo, sobre a visão e o sentido de mundo natural e social” (Bourdieu, 1989), colocando em destaque a luta por legitimidade frente ao desenvolvimento das ciências sociais como campo de produção de conhecimento.

Talvez um caminho profícuo para a ciência política seja o borramento da fronteira entre institucionalismo e cultura política, a partir do entendimento de que são abordagens complementares e herdeiras de uma mesma tradição epistemológica. Este autoesclarecimento possibilitaria a realização de mais trabalhos colaborativos e, especialmente, a emergência, no campo da ciência política, de novas correntes e abordagens epistemológicas, capazes de romper com a dualidade ação e estrutura.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. **The civic culture**: political attitudes and democracy in five nations. USA: Sage Publications, 1989.

BORBA, Julian. Cultura política, ideologia e comportamento eleitoral: alguns apontamentos teóricos sobre o caso brasileiro. **Opinião pública**, Campinas, vol. XI, 2005, p. 147-168.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

\_\_\_\_\_. Os campos como microcosmos relativamente autônomos. In: \_\_\_\_\_. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora Unesp, 2004. p. 18-29.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

COLLINS, Randall. **Quatro tradições sociológicas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

DURKHEIM, Émile. Prefácio da segunda edição. In: \_\_\_\_\_. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1987. p. XIX-XXXIII.

\_\_\_\_\_. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

DUVERGER, Maurice. A noção de Ciência Política. In: \_\_\_\_\_. **Ciência Política: teoria e método**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976. p. 9-63.

ELIAS, Norbert. **Sociología fundamental**. Barcelona: Gedisa, 1999.

GIDDENS, Anthony. **Dualidade da estrutura**: agência e estrutura. Oeiras, Portugal: Celta, 2000.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria do agir comunicativo**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012. vols. 1 e 2.

HELLER, Agnes. De la hermenéutica en las ciencias sociales a la hermenéutica de las ciencias sociales. In: \_\_\_\_\_. **Historia y futuro**: sobrevivirá la modernidad. Barcelona: Península, 1991. p. 19-58.

LAKATOS, Eva Maria. Objeto da sociologia. In: \_\_\_\_\_. **Sociologia geral**. São Paulo: Atlas, 1976. p. 49-62.

LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen**: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. São Paulo: Busca Vida, 1987.

MADEIRA, Rafael Machado; GERARDI, Dirceu André. O regime civil-militar e a política local: uma proposta de tipologia para análise de recrutamento e padrões de carreira de prefeitos nomeados no Rio Grande do Sul. **Teoria e pesquisa: Revista de Ciência Política**. v.23, n.2, 2014. p. 150-177.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

NORTH, Douglass C. **Institutions, institutional change and economic performance**. USA: Cambridge University Press, 1990.

QUINTANEIRO, Tania; BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira; OLIVEIRA, Márcia Gardênia de. **Um toque de clássicos**: Durkheim, Marx e Weber. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1995.

RENNÓ, Lúcio. Confiança interpessoal e comportamento político: microfundamentos da teoria do capital social na América Latina. **Opinião pública**, Campinas, v.7, n.1, 2001, p. 33-59.

ROSE, Richard. Medidas de democracia em *surveys*. **Opinião pública**, Campinas, v.8, n.1, 2002, p. 1-29.

WEBER, Max. Conceitos sociológicos fundamentais. In: \_\_\_\_\_. **Economia e sociedade**. v.1. Brasília: Editora UnB, 2012. p. 3-35.

## **CULTURA ESCOLAR E HABITUS DE CLASSE: MECANISMOS DE DOMINAÇÃO NO ÂMBITO ESCOLAR**

**Elias Festa Paludo**

## Introdução

O sociólogo francês Pierre Bourdieu, ao longo de sua obra, sobretudo no que diz respeito aos cuidados metodológicos e epistemológicos da pesquisa, sempre elucidou a importância das abstrações conceituais, enquanto ferramentas para pensar a realidade. Porém, além disto, o autor sempre atentou para os frequentes problemas que o emprego de conceitos trazia às pesquisas. Pois, enquanto abstrações, corriqueiramente, estes conceitos acabam por ter um fim em si mesmo, estranhando, então, as relações existentes e, até mesmo, formadoras do conceito.

Tal problema é usual no que diz respeito à Sociologia da Educação e, sobretudo, no emprego do conceito de Cultura Escolar, ao qual o presente trabalho pretende ater-se. Isto é, tal conceito surge em alguns casos como um conjunto de normas e práticas próprias à instituição escolar, ou seja, cultura escolar enquanto “*normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação destes comportamentos*” (JULIA, D. 2001). Esta ideia é importante, fundamentalmente, em duas situações, sendo a primeira quando o pesquisador depara-se com uma ampla gama de variáveis e, o conceito em questão, apresenta-se como fator explicativo de um dos processos que ocorre no interior da escola, oportunizando que o pesquisador dedique-se a questões dadas como mais importantes. Outra situação é quando o objeto de estudo são as relações internas da escola, isto é, por exemplo, numa análise que visa apreender as formas pedagógicas da construção e ou transmissão de conhecimento em determinada instituição escolar, o pesquisador pode encontrar e classificar as normas e práticas particulares àquela escola, explicitando decorrentes destas características.

Deste modo, estas duas formas de apreensão e uso do conceito de cultura escolar podem ser problematizadas pelo viés epistemológico. Assim sendo, no primeiro caso, o pesquisador tende a considerar as normas e práticas como um conjunto dado, de certa forma parte da estrutura escolar. No segundo caso, o pesquisador que visa debruçar-se com maior empenho na composição destas normas e práticas, irá recair numa análise fenomenológica, de como a cultura escolar é construída ou vivenciada em tal espaço. Ambas as formas de apreensão recaem em extremos, ou por demasiado objetivismo ou subjetivismo, aparente dicotomia a qual Bourdieu visa superar, conforme o seguimento da presente dissertação.

Neste caminho, deve-se buscar localizar em que medida uma utilização do conceito de cultura escolar, conferindo-lhe um caráter por demais objetivo, carregado numa forma pronta e autoexplicativa, ou como um fenômeno próprio do seio escolar e desconectado dos demais campos e relações sociais, pode ou não comprometer a análise sociológica ou, ainda, implicar num modelo explicativo falho. Por estas razões, propõe-se a revisão epistemológica de um conceito – de cultura escolar – que pode vir a ganhar relevância nas análises sociológicas, sobretudo ao pensar a educação no Brasil, onde é crucial compreender a relação existente entre os diversos mecanismos sociais que garantem a reprodução e legitimação da dominação, seja em maior ou menor grau.

Contudo, tal debate e tensionamento teórico, como já fora elencado de forma breve, será observado a partir da realidade do Centro Educacional Marista Lúcia Mayvorne, escola de gestão privada, mas de caráter e espaço público, fruto de uma parceria entre a Secretaria Estadual de Educação de SC (SED), onde acordou-se que a Rede Marista de Solidariedade (RMS) assumisse a gestão da escola – que encontrava-se em vias de fechamento pela falta de profissionais, alunos e condições de ordem física e pedagógica – a partir do ano de 2012. Tal qual situa-se numa comunidade periférica de Florianópolis, de população majoritariamente negra e que apresenta um quadro de vulnerabilidade social, devido à baixa renda, presença do narcotráfico, baixas condições de habitação e vivência, etc.

Contudo, o processo de escolarização desta comunidade possui ainda mais particularidades que devem ser apontadas. Um destes fatores foi um aparente estranhamento por parte dos educandos ao processo escolar. Isto é, para além de todos os problemas estruturais, orçamentários e afins que corroboraram para que o Estado abandonasse e negligenciasse aquela comunidade e a então escola estadual em 2011, a aversão dos alunos às normas escolares também inviabilizava a construção do processo pedagógico. Questões simples, como aponta a educadora Rosemeire, ao reconstruir o cenário do primeiro ano de trabalho naquela instituição e as dificuldades mais flagrantes, “*Para quem pegou aqui no ano de 2012 lembra que os alunos não tinham nem lápis, caderno. Mochila nem pensar, eles vinham para escola sem nada. E isso uma turma inteira, não era um que não trazia*”<sup>1</sup>. Ou seja, era evidente de que havia uma forte diferença entre as projeções da escola e dos discente sobre a escolarização. É justamente neste ponto onde reside a problemática deste artigo, pois, ao tensionar a cultura escolar enquanto normas e práticas geradas a partir de um princípio unificador de práticas, isto é, a partir do

---

<sup>1</sup> SANTOS, Rosemeire. Entrevista concedida a Elias Festa Paludo, Florianópolis, 2016.

*habitus* e, fundamentalmente, sobre o *habitus de classe dominante*, poderá ser visualizado, então, relações externas à escola, mas que são interiorizadas pela escolarização como mecanismos de dominação.

## Metodologia

Portanto, este estudo, que possui objetivo de uma revisão epistemológica, é construído, então, em um duplo processo. O primeiro é a continua revisão bibliográfica, desde um resgate histórico do processo de escolarização nacional e as formas de compreensão do mesmo, até uma forte tensão teórica. Porém, todo este primeiro processo se faz com base no segundo aspecto, que caracteriza-se pela análise empírica do processo de escolarização do Centro Educacional Marista Lúcia Mayvorne.

Deste modo, a partir de uma série de entrevistas semiestruturadas com docentes desta escola buscar-se-á analisar com profundidade o conceito de cultura escolar, afim de explicitar as complexas relações que o compõe a partir da teoria de *habitus* e *campo*. As entrevistas semiestruturadas, realizadas com docentes, as quais acompanharam a gestão marista desde o princípio (de 2012 até 2016, quando fora realizado o trabalho empírico), buscaram compreender a forma de construção do processo escolar naquela instituição, levando em conta todo o contexto social

Tal movimento, dar-se-á em três etapas: a supracitada pesquisa bibliográfica do conceito de cultura escolar e do referencial teórico, análise dos dados (entrevistas semiestruturadas e demais levantamentos bibliográficos) presentes no Trabalho de Conclusão de Curso de quem vos escreve e, finalmente, análise dos conceitos utilizados, sobretudo na apreensão da cultura escolar enquanto *habitus de classe*, referenciada e observada no levantamento empírico.

Contudo, é de grande importância indicar que a problemática, a qual concebeu-se a partir de uma análise epistemológica, segue os cuidados metodológicos, também no campo estrito do tensionamento teórico, propostos pelo próprio Bourdieu. Ou seja trata-se de olhar sociologicamente para um problema e, então, transforma-lo dentro do arcabouço teórico na problemática sociológica, que caracteriza-se na projeção de desnaturalizar um processo ao levar em conta as tensões existentes em seu interior e na relação dele com a exterioridade, bem como a projeção e a ação do indivíduo dentro do campo de possibilidades.

## Questões de Pesquisa

Pierre Bourdieu, ao longo de sua obra, utilizou-se dos conceitos de *habitus* e *campos*, compreendendo sua proposta de superação da dicotomia entre indivíduo e sociedade. Sendo que o conceito de *habitus*, o qual será fundamental neste trabalho, é entendido como uma disposição de determinadas práticas de algum grupo ou classe, ou seja, sobretudo, as ações comuns ao espaço que são interiorizadas pelos indivíduos. Além disto, o *habitus* é, sobretudo, de classe. Isto é, o *habitus* é a interiorização da exterioridade e exteriorização da interioridade. Com isso, o compreendemos como um princípio gerador e, fundamentalmente, diferenciador de práticas.

Logo, o conceito de *habitus* é a forma de compreender, sentir e julgar o mundo, sendo estendido e construído a partir de outros três conceitos, a ser: 1) *Ethos*, um sistema de valores implícito e profundamente interiorizado que é compreendido dentro de determinados *campos*; 2) *Hexis* que compreende os princípios interiorizados pelo corpo, geradora de certa aptidão que não é natural mas adquirida; 3) *Eidos*, um modo de pensar específico, a “apreensão intelectual da realidade [...] que é princípio de uma construção da realidade fundada em uma crença pré-reflexiva no valor indiscutível nos instrumentos de construção e nos objetos construídos” (THIRY-CHERQUES, 2006, p. 33). Desta forma “o corpo está no mundo social, mas o mundo social está no corpo (sob forma de *hexis* e *eidos*)” (BOURDIEU, 2001, p. 185)

É justamente neste ponto, na concepção de *habitus* enquanto um princípio fundador e diferenciador de práticas, baseado na relação do indivíduo com o meio, é que poderemos compreender o conceito de cultura escolar. Isto é, já vimos a compreensão deste último conceito como normas e práticas que possibilitam a transmissão de conhecimentos e comportamentos. Mas, afinal, quais são estes conhecimentos e comportamentos? A hipótese para responder isto é o *habitus de classe dominante*. Ou seja, a escola não gera simplesmente práticas próprias daquele espaço, mas faz uso de práticas existentes no mundo social e, principalmente, valoriza não apenas as práticas e normas que lhe são convenientes, mas valoriza aquelas as quais são tidas como modelos, aquelas as quais o processo de escolarização que se conhece – sobretudo no nível de escola básica pública brasileira – fora construído sobre.

### **Considerações finais**

Nota-se a importância de aprofundar o debate teórico acerca da escolarização, pois, ao pensar as formas de estruturação da escola num país como o Brasil, é fundamental e necessário explorar as diversas variáveis que atingem tal processo. Para tanto, deve-se analisar cuidadosamente toda teoria social que incorpora-se aos mais variados discursos existentes nesta nação, sendo de cunho pedagógico, acadêmico, político e ou social.

Deste modo, uma análise crítica que faz uso de abstrações para buscar compreender e ou explicar determinados aspectos, deve ter todo cuidado epistemológico ao empregar um aparato conceitual, afim de que haja uma clareza de cunho ontológico naquela explicação. Por isso, no que tange à escolarização brasileira, o conceito de cultura escolar, desde que compreendido, explicitado e relacionalmente empregado, mostra-se uma ferramenta útil e necessária. Isto é, ao ponto em que se possa compreender que de fato há um conjunto de normas e práticas particulares à instituição escolar, onde servem aos fins da mesma, mas que fundamentalmente tem origem nas relações do espaço social, em outras palavras, estão e são oriundas das disputas dos mais variados níveis, contudo, em especial a estrutura social de classes.

Como será visto no decorrer de algumas entrevistas, é explícito que o processo de escolarização valoriza comportamentos que são típicos das classes dominantes, o que se dá por um processo histórico de dominação. Pois, qual escola pública não leva em conta o tal do “comportamento” (aquele conjunto de ações típicas do aluno quieto, atencioso, sobretudo de fala educada e não violenta, que tem contato com obras culturais, mas claro, a cultura europeia, ocidental, a qual, pelo arbitrário cultural se faz valorizada em detrimento das demais) como nota, fator de distinção entre alunos e, até mesmo, como critério para reprovação? Isto é, pesquisar sobre a educação e, especificamente, a escolarização, não é viável sem compreender as demais relações de dominação existentes na sociedade. Portanto, o debate sociológico brasileiro acerca da escola deverá mobilizar conceitos e abstrações que possam, então, relacionar o espaço escolar não somente com o aluno de forma restrita, mas pensar a relação da escola e do aluno, antes de tudo, com as dinâmicas sociais, enquanto agentes produtores e reprodutores. Pois, a sociologia da educação, em última instância, é uma sociologia das desigualdades sociais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, Pierre, & PASSERON, Jean-Claude. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Petrópolis-RJ. Vozes, 2008.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo, Editora Perspectiva, 7ª edição, 2013.

\_\_\_\_\_. *O poder simbólico*. Tradução Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

\_\_\_\_\_. *Meditações pascalianas*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2001.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto historiográfico. *Revista Brasileira de História da Educação*, São Paulo, nº1, 2001.

NOGUEIRA, Maria Alice, & NOGUEIRA, Carlos Marques Martins. A Sociologia da Educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições. *Educação e Sociedade*, 2002.

SANTOS, Rosemeire. Entrevista concedida a Elias Festa Paludo. 2016.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. Pierre Bourdieu: uma teoria da prática. In: *Rev. Adm. Pública* vol.40 no.1 Rio de Janeiro Jan./Feb. 2006.



## AS POSSIBILIDADES DE OPERAÇÃO DO DISPOSITIVO DE ESCOLARIZAÇÃO NA MODERNIDADE LÍQUIDA

**João Henrique Kramer De Aguiar**

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

### O dispositivo na teoria foucaultiana

O conceito de dispositivo nos escritos de Michel Foucault não possui uma definição explícita, mas emerge a partir de suas análises como importante instrumento analítico. O autor começa a utilizar o termo com mais frequência em meados dos anos setenta, em seu momento genealógico, substituindo o inicialmente escolhido termo “positividades” (AGAMBEM, 2005). A noção de dispositivo apresenta uma potência analítica ao permitir compreender não apenas as práticas discursivas que condicionam as subjetividades, ou seja, não apenas o que os homens *dizem* através dos diferentes espaços de enunciação, da linguagem, da cultura, da arte, mas também permite compreender o que os homens *fazem*. Dessa forma o dispositivo incorpora a agência humana e suas práticas não-discursivas ao corpo teórico da obra foucaultiana. Nesse sentido, um dispositivo, que compreende o dito e o não-dito, corresponde a uma estratégia, uma tática que emerge a partir de uma urgência histórica.

Gilles Deleuze foi um dos autores que buscaram esquematizar de forma mais clara o que Foucault compreendia como dispositivo, além de buscar novas operacionalizações teóricas para o conceito. O autor entende o dispositivo como uma rede e destaca sua operação como um novelo de linhas de força, curvas de condicionamento e regimes de determinações. Segundo o autor:

[O dispositivo] É composto por linhas de natureza diferente e essas linhas do dispositivo não abarcam nem delimitam sistemas homogêneos por sua própria conta (o objeto, o sujeito, a linguagem), mas seguem direções diferentes, formam processos sempre em desequilíbrio, e essas linhas tanto se aproximam como se afastam uma das outras. Cada está quebrada e submetida a variações de direção (bifurcada, enforquilhada), submetida a derivações. Os objetos visíveis, as enunciações formuláveis, as forças em exercício, os sujeitos numa determinada posição, são como que vetores ou tensores. (DELEUZE, 1996)

Apesar de reconhecer a heterogeneidade dessa noção, ele mostra como todo dispositivo

dispõe de algumas dimensões particulares: linhas, curvas e regimes que buscarei analisar mais a fundo. Primeiramente, o dispositivo apresenta curvas de visibilidade, configurando um “regime de luz” que possibilita a formação de figuras e representações específicas daquele dispositivo. Esse “regime de luz” configura o visível e o invisível, as representações que devem ser iluminadas para emergirem e as que devem permanecer às sombras para o esquecimento. Não só permitem a sua visibilização, mas que sejam visíveis de uma forma específica. “Não é apenas pintura, mas arquitetura também” (DELEUZE, 1996). Deleuze exemplifica essas curvas de visibilidade através do dispositivo prisional, que apresenta um regime de luz estilo panóptico, projetado para ver sem ser visto, estimulando a constante vigilância de si mesmo por parte do vigiado.

A segunda dimensão fundamental do dispositivo são as curvas de enunciação. Apesar do termo utilizado por Deleuze, não devemos interpretá-lo em seu sentido literal, visto que isto corresponderia a curvas que delimitam o que é ou não falado. Como já apontado por Marcello (2005), talvez o mais adequado, neste caso, seria trabalharmos com a noção de curvas de enunciabilidade, que delimitam o que é possível de ser falado ou não falado. Essas curvas condicionam aquilo que o dispositivo possibilita ser enunciado e o que busca apagar das possibilidades de enunciação, ou seja, configuram um regime de dizibilidade. Todo dispositivo possui esse regime que permite a existência de alguns enunciados e suprime a circulação de outros.

A terceira dimensão trabalhada por Deleuze é a das linhas de força, que compreendem as relações de poder nesse dispositivo e condicionam e interpelam transversalmente todo esse novo, essa rede que representa um dispositivo. As linhas de força e as relações de poder imbricadas nessa rede condicionam os regimes de visibilidade e dizibilidade:

Pareceria que estas (linhas de força) foram situadas nas linhas precedentes de um ponto singular a outro; de alguma maneira, elas “retificam” as curvas anteriores, traçam tangentes, envolvem os trajetos de uma linha com outra linha, operam idas e vindas entre o ver e o dizer e inversamente, agindo como setas que não cessam de penetrar as coisas e as palavras, que não cessam de conduzir à batalha. A linha de forças produz-se “em toda a relação de um ponto a outro” e passa por todos os lugares de um dispositivo. (DELEUZE, 1996)

Tudo o que se pode dizer e ver em um dispositivo é perpassado por jogos de poder, as linhas de força não cessam de atravessar os enunciados e as coisas, produzindo as subjetividades. As circunstâncias de produção das subjetividades são compreendidas e abarcadas pela quarta dimensão descrita por Deleuze, que são as linhas de subjetivação. As

linhas de subjetivação são um efeito de todos os atravessamentos que se dão na rede que é o dispositivo. Os jogos de poder, as relações de força, o que é possível de ser visto, dito, enunciado, o que é invisibilizado, silenciado e deixado às escuras, todos esses fatores condicionam as linhas de subjetivação que produzem as subjetividades. Nesse sentido, as linhas de subjetivação delimitam a fronteira de atuação de um dispositivo na sua capacidade de subjetivar e produz, dessa forma, linhas de fratura, linhas de fuga que permitem possíveis redefinições da operação do dispositivo.

### **A constituição do dispositivo de escolarização brasileiro**

Como observado na primeira seção deste artigo, todo dispositivo corresponde a um tipo de estratégia ou tática que emerge a partir de uma necessidade de seu tempo. O surgimento do dispositivo de escolarização não é uma exceção. A necessidade de instaurar tal dispositivo surge mais fortemente com a proclamação da república brasileira e as inúmeras transformações sociais da época. A passagem do século XIX para o XX foi período de grande turbulência social. A proclamação sucedeu a promulgação da lei áurea, que promoveu a alteração da mão-de-obra escrava para a assalariada e estimulou a chegada de imigrantes. Em meio a esse processo, ocorria a passagem da sociedade rural para a sociedade eminentemente urbana, trazendo consigo todos os problemas comuns das transformações das cidades: desemprego, pobreza, falta de estrutura, problemas sanitários, etc.

O ideário republicano que buscava legitimação no período possuía forte caráter positivista, com os preceitos da ordem e do progresso que estampam nossa bandeira pautando esta repaginação do país. A dimensão da ordem contemplava a civilidade e o respeito à autoridade, projetos que juntos buscavam a constituição de uma identidade brasileira. A dimensão do progresso foi estimulada principalmente através do âmbito da saúde, com a implementação das ideias sanitaristas, e da educação, propiciando a composição do dispositivo de escolarização.

O dispositivo de escolarização irá emergir em um contexto em que as cidades estão sendo remodeladas em busca da concretização e materialização de um Brasil civil e republicano para a concepção positivista. Os prédios escolares suntuosos serão uma marca desse processo, junto com um reordenamento das práticas escolares. Aqui já entramos na primeira dimensão de análise, a partir de Deleuze, que compreende as curvas de visibilidade desse dispositivo. A

primeira escola construída no período, em 1894, e que inaugura os traços desse emergente dispositivo de escolarização é a Escola Normal Caetano de Campos, em São Paulo. A arquitetura desse prédio escolar (que seria o referencial padrão para todas as escolas posteriormente instaladas em todas as capitais durante o final do século XIX e início do XX) é própria da sociedade disciplinar tão estudada por Foucault, voltada para o disciplinamento dos corpos. Pelos registros fotográficos desta escola (GREGOLIN, 2016) podemos observar as disposições das carteiras escolares de modo a limitar extremamente o olhar dos alunos, que deveriam atentar somente para o professor (em lugar destacado e elevado sobre o estrado). A divisão espacial era rigorosa entre os meninos e as meninas, que possuíam alas separadas e disciplinas curriculares completamente opostas, condicionando modos de subjetivação distintos. Os meninos realizavam aulas militares, por exemplo, e as meninas aprendiam sobre economia doméstica e desenvolvendo habilidades artísticas no balé (GREGOLIN, 2016). Este dispositivo, no modo como se configurou neste período, está voltado para visibilizar e dar voz a algumas práticas e apagar e silenciar outras. A ideia que está imbricada nesses regimes de visibilidade e dizibilidade é a de que o dispositivo de escolarização é o espaço da ordem, do disciplinamento dos corpos, da supressão das vontades, do adiamento do prazer em prol da seguridade no futuro, é o espaço em que um professor que possui determinados conhecimentos o transmite para os alunos, que estão sendo moldados para representarem o futuro cidadão brasileiro republicano. Além disso, esses regimes estipulam comportamentos semelhantes, regrados, restritos e bem-definidos, de modo que suprimem o aparecimento da diferença e da alteridade.

Podemos observar as linhas de subjetividade desse recém constituído dispositivo de escolarização republicano (GREGOLIN, 2016) voltado para produzir alguns modos de subjetivação principais. O primeiro é, em um sentido mais geral e como já descrito anteriormente, o sujeito adaptado para o ideário republicano positivista. O segundo principal modo de subjetivação é a constituição das identidades de gênero masculino e feminino. Tanto a separação espacial das alas masculinas e femininas como as práticas escolares radicalmente diferentes para alunos e alunas indicam o condicionamento para a formação de identidades que marquem a diferença entre os gêneros, que delimitem os papéis sociais que devem ser exercidos por homens e mulheres e que haja pouco espaço para maleabilidades nessas posições de gênero. O terceiro modo de subjetivação que destaco se dá como uma linha de subjetivação transversal aos dois primeiros, quase como uma consequência de suas produções, que é a

subjetivação para a invisibilização da alteridade.

### **O dispositivo de escolarização e a modernidade líquida**

A maioria das técnicas de disciplinamento dos corpos se mantém no dispositivo de escolarização atual, com a mesma disposição das carteiras escolares, a posição em evidência do professor, as estruturas arquitetônicas em forma encarcerada e retangular. Apesar dessa manutenção de muitas características do regimes de visibilidade do dispositivo de escolarização republicano, o regime de dizibilidade passou por algumas alterações. Foucault discorreu, em entrevistas e obras, sobre três principais frentes de luta social que começaram a ganhar forma em torno da década de 60 e que provocariam algumas alterações no quadro de análise das relações sociais. A primeira é a luta que afirma o direito à diferença, fazendo frente às formas de dominação étnica, de gênero, religiosa, etc. A segunda são as lutas contra os privilégios do saber, que contestam as formas de exploração que separam os indivíduos daquilo que eles produzem. A terceira são as lutas contra a sujeição, contra as formas de subjetivação e submissão que confrontam tudo aquilo que liga um indivíduo a si mesmo e o submete aos outros, ou seja, as lutas que giram em torno da identidade. Essas lutas são lutas de resistência, não tem como objetivo atacar uma instituição em si, um governo ou um grupo determinado, mas se opõem a uma forma de poder que subjetiva os indivíduos de um modo específico (FOUCAULT, 1995). São lutas contra um modo de subjetivação particular.

Essas lutas afetaram de alguma forma as práticas de subjetivação e puderam reforçar as pautas que já se formavam nas linhas de fuga do dispositivo de escolarização. Influenciado por todos esses movimentos, o dispositivo de escolarização contemporâneo possui uma configuração diferente de suas curvas enunciabilidade. O seu regime de dizibilidade abrange muito mais possibilidades do que o republicano, permitindo uma circulação maior de enunciados relacionados à alteridade, a questões de gênero, superação de preconceitos, etc.

Zygmunt Bauman discorre sobre o processo de transição da sociedade dos produtores para a sociedade dos consumidores e demonstra algumas consequências dessa mudança paradigmática. A modernidade sólida, para o autor, era caracterizada por um foco na produção e tinha como base o modelo fordista, caracterizado por uma grande racionalização e mecanização do trabalho e pela divisão sistemática das tarefas. Os projetos eram desenvolvidos

e impostos de modo vertical para a aplicação prática dos trabalhadores, que eram constantemente controlados de acordo com a hierarquia administrativa. Neste momento da modernidade sólida, o capital e o trabalho estavam fatalmente ligados e o mundo era das autoridades:

“O capitalismo pesado, no estilo fordista, era o mundo dos que ditavam as leis, dos projetistas de rotinas e dos supervisores; o mundo de homens e mulheres dirigidos por outros, buscando fins determinados por outros, do modo determinado por outros. Por essa razão era também o mundo das autoridades: de líderes que sabiam mais e de professores que ensinavam a proceder melhor.” (BAUMAN, 2001)

Podemos observar que a configuração do dispositivo de escolarização republicano estava alinhada com as características da modernidade sólida. Temos espaços em que o professor é o grande portador do conhecimento e o transmite aos alunos e um regime de visibilidade que permite total controle sobre os corpos dos alunos. Assim como nas relações de produção clássicas do capitalismo industrial, as determinações sobre o que deve ser ensinado e quais potencialidades devem ser desenvolvidas pelos alunos é decidida de cima para baixo e imposta sobre o corpo discente, a partir da figura central de autoridade do professor. Além disso, diretores, supervisores e todo o corpo docente são auxiliados pela arquitetura escolar na tarefa de vigilância e disciplinarização dos corpos.

A partir principalmente do último quarto do século XX, a fluidez e a incerteza passam a definir as relações líquidas e o rumo a se tomar não é mais certo, a única certeza é de que é preciso estar em movimento. A troca de mercadorias deixa de ser a tônica e dá lugar à competição, de modo que o foco passa a ser no consumo característico do neoliberalismo. Projetos de longo prazo dão lugar ao cumprimento de metas pontuais; o projeto de vida dá lugar ao pragmatismo de curto prazo; a segurança dá lugar à incerteza. O conhecimento, antes concentrado e localizado, agora se atomiza e se dilui nas mais diversas instâncias. O professor perde a sua centralidade única na posição de portador do conhecimento. A informação passa a ser abundante, nos atinge a todo momento e a capacidade de armazenamento de informações na internet supera qualquer memória invejável de um bom professor. Esse processo não se traduz em uma facilitação da formação cognitiva, visto que a disponibilidade de informações ainda requer o desenvolvimento das habilidades de interpretá-las, instrumentalizá-las e refletir sobre elas de forma adequada.

### **Considerações finais**

Lazzarato (2006) contribui com Bauman ao mostrar que consumir não significa mais comprar e destruir, mas pertencer a um mundo. A empresa não reproduz artigos manufaturados, mas produz novos mundos - catalisadora da inovação, da invenção (marketing, desenvolvimento, pesquisa, concepção, comunicação, design). Primeiramente, as empresas vendem um mundo, uma ideia de pertencimento a determinado grupo, conceito ou ideia, e aí sim esse mundo, essa concepção, é materializada na forma de produtos e serviços vendáveis ao consumidor. A vigilância dos corpos característica da solidez dá lugar a uma ênfase no controle sobre a almas. (SARAIVA, VEIGA-NETO, 2009).

Como afirmam Saraiva e Veiga-Neto (2009), temos a incorporação de novos elementos (dispositivos de controle) na governamentalidade que deslocam a primazia do dispositivo de escolarização na produção das subjetividades. Na época de operação do dispositivo escolarização republicano, os seus modos de subjetivação eram centrais na produção dos sujeitos. O que Lazzarato nos ajuda a perceber é que em uma sociedade de controle onde o biopoder e o poder disciplinar passam a ter a seu lado dispositivos de controle como fator condicionador das almas e produtor de públicos, as estratégias e práticas escolares também podem ser redefinidas para se adequarem a esta realidade. O dispositivo de escolarização contemporâneo conserva características do dispositivo de escolarização republicano, alinhado com aspectos e modos de subjetivação da modernidade sólida, como a configuração arquitetônica e estrutural muito semelhante. Com a modernidade líquida são incorporados novos elementos que tensionam e produzem as linhas de fuga do dispositivo de escolarização contemporâneo e conduzem a possíveis futuras reconfigurações desse dispositivo. Temos a inserção das tecnologias digitais na aprendizagem, com a incorporação de novas formas de aprender que deslocam a centralidade do professor. Também podemos observar a alteração do foco nos conteúdos que devem ser aprendidos, como acontecia até o final do século XX, para o foco atual nas competências e habilidades que os alunos devem desenvolver. Essa alteração também parece ser uma realidade que fraturou e remodelou o dispositivo de escolarização contemporâneo. A busca por desenvolver competências e habilidades se adequa ao mundo líquido, visto que o trabalhador ideal não é mais o das tarefas rotineiras, repetitivas e mecânicas, mas o profissional adaptado às mudanças e novidades características de uma relação onde o capital e o trabalho não estão mais visceralmente associados. Este novo foco condiciona um

modo de subjetivação que vai além dos mecanismos disciplinares e produz o controle atomizado que busca o alcance de metas. As possibilidades de reconfiguração do dispositivo de escolarização elencadas neste trabalho continuarão a ser estudadas e analisadas mais profundamente em futuros estudos, de modo a compreender as transformações pelas quais passa o processo de escolarização na modernidade líquida e na incorporação dos dispositivos de controle aos dispositivos de segurança (ancorados no poder disciplinar e no biopoder) já estudados por Foucault.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo? outra travessia, Florianópolis, n. 5, p. 9-16, jan. 2005.

BAUMAN, Zygmunt. Modernidade Líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

DELEUZE, Gilles. Foucault. São Paulo: Brasiliense, 1988.

DELUZE, Gilles. O que é um dispositivo? In: O mistério de Ariana. Lisboa: Vega/Passagens, 1996, p. 83-96.

FOUCAULT, Michel. A arqueologia do saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.

\_\_\_\_\_. História da Sexualidade I: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

\_\_\_\_\_. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. Michel Foucault, uma trajetória filosófica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p.231-249.

GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. O dispositivo escolar republicano na paisagem das cidades brasileiras: enunciados, visibilidades, subjetividades. MOARA – Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Letras, n. 43, p. 06-25, 2016

LAZZARATO, Maurizio. As revoluções do capitalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MARCELLO, Fabiana de Amorim. Dispositivo da maternidade: mídia e a produção pedagógica de sujeitos, práticas e normas. Educ. rev. [online]. 2005, n.26, p.01-18.

SARAIVA, Karla e VEIGA-NETO, Alfredo. Modernidade líquida, capitalismo cognitivo e educação contemporânea. Educação e realidade [online]. 2009, v. 34, n. 2



## CATOLICISMO POPULAR BRASILEIRO E PORTUGUÊS: OLHARES CRUZADOS

Ana Carine Cerva

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

### Introdução

Esta pesquisa propõe um estudo comparativo acerca da religiosidade popular católica no Brasil Meridional e em Portugal Central e sua relação com a contemporaneidade da Teoria da Religião e da Moral *durkheimiana*. Ademais, discute-se a presença da *religiosidade popular* em contextos sociais de *modernidades múltiplas*<sup>2</sup>. Empiricamente investiga-se há cerca de cinco anos o envolvimento de comunidades brasileiras e portuguesas na recriação constantes das celebrações ritualísticas do culto ao Divino Espírito Santo e do Culto à Rainha Santa Isabel.

Nos estudos realizados no Mestrado<sup>3</sup>, entre os anos de 2012 a 2014, investigou-se a *identidade étnica, memória coletiva e religiosidade* da população distrital de Vila Seca, a qual se localiza numa zona de transição entre a colônia italiana e os Campos de Cima de Serra da Encosta Superior do Nordeste do Rio Grande do Sul, município de Caxias do Sul. No período do Doutorado, a partir de 2015, ampliam-se as investigações acerca do culto ao Divino Espírito Santo em Portugal Continental e, inicia-se o estudo em relação à concretização de *valores plenos* a partir da exemplaridade da Rainha Santa Isabel<sup>4</sup>, em populações praticantes do rito à santa.

Em *História Ecclesiastica da Igreja de Lisboa*, Dom Rodrigo Cunha, um dos hagiógrafos oficiais da Rainha Santa Isabel, relata que “Ela e o Rei Dom Dinis foram os autores da festa que se chama do Espírito Santo, cuja solenidade foi tão célebre por todo o reino”. O principal

---

<sup>2</sup> Para a análise do conceito de *modernidades múltiplas* ver o artigo de Shmuel Noah Eisenstadt . Disponível em: <<http://sociologiapp.iscte-iul.pt/pdfs/5/57.pdf>> Acesso em: 10 out. 2017.

<sup>3</sup> CERVA, Ana Carine. **Construção, Reconstrução e Disputa pela Memória e Identidade Étnica nos Campos de Cima da Serra do Rio Grande do Sul**: distrito caxiense da Vila Seca. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/102204>>. Acesso em: 10 set. 2017.

<sup>4</sup> A rainha Dona Isabel morreu em 04 de julho de 1336, a partir deste momento começa o culto pós-morte à rainha, mesmo três séculos antes de sua canonização, que ocorreria em 25 de maio de 1625.

momento das celebrações transcorria na Procissão do Espírito Santo, no sábado, véspera de Pentecostes, “como ouvimos contar aos antigos” [...] (CUNHA, 1642, p. 122). Possivelmente este cronista quando se refere a um tempo pretérito reporta-se a biografia de Dona Isabel, a *Lenda*, escrita logo após a sua morte em 1336.

Para dialogar com as principais ideias deste artigo percorre-se a subsequente estrutura, no primeiro item discute-se um estudo de caso sobre o catolicismo popular, no Brasil Meridional, na qual se analisa o fenômeno da religiosidade como um dos componentes da identidade étnica de uma comunidade. Na segunda seção faz-se um estudo de uma remanescente festa do Divino em Portugal Continental. No terceiro segmento discorrerá acerca da realização de valores plenos pela prática de rituais à exemplaridade da Rainha Santa Isabel e o conceito habermasiano de pós-secularismo.

### **Catolicismo popular brasileiro: um estudo de caso**

Diante da complexidade dos debates atuais acerca do fenômeno religioso promove-se uma investigação das manifestações do catolicismo popular no espaço público de uma microssociedade. Destarte, analisa-se o caso empírico das recriações das Festas do Divino na comunidade distrital de Vila Seca, com intuito de apreender de que maneira o ritual põe em prática todo um sistema de representações sociais, o qual reforça os laços solidários entre os membros dessa comunidade.

Conforme Emile Poulat, a noção de religiosidade popular pressupõe a compreensão da alma de um povo, da vida de uma sociedade em sua forma mais profunda e contínua, entretanto, este fenômeno está interligado numa trama de conflitos que o envolvem.

A religião popular não está exclusivamente associada a uma classe social, econômica e culturalmente pobre; ela liga-se, sim, a um tipo de cultura que se transmite nas relações de vizinhança e na memória colectiva. [...] a religião popular é espontânea, de criação colectiva e pertencente ao fundo cultural da comunidade ou de uma classe popular homogênea, enquanto a religião católica e dominante obedece a esquemas intelectuais cuja trama é uma dogmática rígida e erudita (POULAT apud SANTO, 1984, p. 15).

O trecho em epígrafe demonstra que a religiosidade popular relaciona-se a memória coletiva de comunidades homogêneas, que através de suas relações de vizinhança constroem um repertório de práticas que organizam seu calendário anual, como é o caso das Festas do Divino Espírito Santo. Quando se estuda a constante recriação dos rituais da religiosidade

popular manifestos nestas aldeias, logo, visualiza-se todo um conjunto de práticas coletivas que se perfazem num espaço social de lutas simbólicas.

Diante deste contexto, as Festa do Divino na comunidade de aproximadamente 2000 habitantes (IBGE, 2010), além de manter a interação e coesão do grupo, também produz a sua visibilidade em âmbito regional em um campo de disputas simbólicas:

Vila Seca realiza as festividades desde a década de 1930; ali a festa do *Divino* é precedida de uma cavalgada de quase 50 quilômetros, desde o santuário de Nossa Senhora do Caravaggio, passando por Farroupilha e Ana Rech. No Rio Grande do Sul a celebração das Festas ao Divino incorporou hábitos e tradições dos gaúchos (bombacha, bota, música...), sendo os foliões chamados de “tropeiros” (CERON, 2013, p. 78).

O capital simbólico <sup>5</sup>que abrange as festas nada mais é que o capital econômico e cultural, uma vez que as festas impulsionam a economia do distrito, reforçam os sinais diacríticos e os laços de solidariedade desta comunidade que se reconhece e é reconhecida como campeira, tropeira e devota do Divino Espírito Santo.

Faz-se, ainda, uma leitura das Festas do *Divino* a partir da análise do fenômeno religioso como um fenômeno moral. Segundo Durkheim, a eficácia do ritual consiste em recriar periodicamente um ser moral que, além de sermos dependentes, também depende de nós, este ser nada mais é do que a sociedade. Para o sociólogo, a aproximação entre os indivíduos nos dias de cerimônias religiosas mobilizam as comunidades, sobretudo, aproximam os indivíduos, modificam o conteúdo de suas consciências (DURKHEIM, 2009, p. 375).

O Senhor Lindomar Alves Mendes, ministro da Igreja Católica local e idealizador da *Revista Vila Seca*, na edição alusiva ao Centenário do Distrito de Vila Seca, relata o depoimento dos festeiros de honra da festa do *Divino* em 2011:

Festeiros do Divino nós já havíamos sido em 1996 [...] foi uma grata surpresa quando o grupo de festeiros amigos nos convidou para sermos seus festeiros de honra em 2011. [...] Nos tornamos um grupo de Irmãos com os festeiros, o nosso Espiritual e todo o Grupo de Louvação, terminar a festa e ficarmos longe uns dos outros foi a parte pior. Ficou a saudade e o grande carinho para o resto de nossas vidas para com este grupo, diante da grandiosa festa que se realizou sentimos nosso dever cumprido. Obrigado Vila Seca, obrigado Divino Espírito Santo, e que ele abençoe a todos que convivemos e ilumine, sempre! (MENDES, 2012).

---

<sup>5</sup> BOURDIEU, Pierre, 2002, p. 163.

A exposição acima proporciona uma reflexão acerca da importância das representações rituais nas análises de Durkheim. Para o sociólogo o rito, após ser consumado, ocasiona um sentimento de reconforto, uma vez que os elementos *recreativo* e *estático* proporcionam um estado de *restabelecimento moral* presente no culto positivo<sup>6</sup>: Conforme o fragmento abaixo, inscrito nas *Formas Elementares da Vida Religiosa*:

Assim que cumprimos nossos deveres rituais, retornamos à vida profana com mais coragem e ardor, não somente porque nos pusemos em contato com uma fonte superior de energia, mas também porque nossas forças se revigoram ao viver, por alguns instantes, uma vida menos tensa, mais agradável e mais livre. Por isso a religião tem um encanto que não é um dos seus menores atrativos (DURKHEIM, 2009, p. 417).

A partir da leitura supra, reflete-se quanto uma das características mais elementares de toda a espécie de religião, sua virtude *dinamogênica*<sup>7</sup>, ou seja, o aumento de energia que o ritual proporciona aos fiéis (WEISS, 2013, p. 167). Em *As Formas Elementares da Vida Religiosa*, Durkheim explica que a vida religiosa das sociedades australianas alterna-se em duas fases, uma de completo estado de aporia e outra, oposta, de hiperexcitação. Quando os indivíduos estão reunidos, esta aproximação libera uma espécie de eletricidade que os conduzem a um nível extraordinário de exaltação. Estes estados ocorrem em meios sociais efervescentes quando são convocadas assembleias em celebrações de cerimônias religiosas (DURKHEIM, 2009, p. 221-226).

Reflete-se, então, como a leitura *durkheimiana* dos rituais religiosos australianos pode ser transposta para as análises das Festas do *Divino*, na contemporaneidade, em países Ocidentais?

Ao examinar algumas sociedades contemporâneas que organizam suas práticas sociais a partir da vinculação a um grupo religioso pondera-se sobre a relação existente entre o fenômeno religioso popular e o fenômeno moral. Em *A Educação Moral*, Durkheim demonstra que um dos elementos da moralidade é a adesão aos grupos sociais. As comunidades que possuem uma fisionomia e uma personalidade própria têm uma conduta moral, uma espécie de força centrípeta, voltada para questões internas da vida destas comunidades e comungam de um mesmo fim (DURKHEIM, 2012, p. 87-89).

<sup>6</sup> Para compreender o conceito de *culto positivo* ver Durkheim (2009, p. 403-423).

<sup>7</sup> Para a explicação do conceito de *dinamogenia* ver o artigo *Efervescência, Dinamogenia e a Ontogênese Social do Sagrado* (WEISS, 2013). Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-93132013000100006](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132013000100006)> Acesso em: 05 de out. 2017.

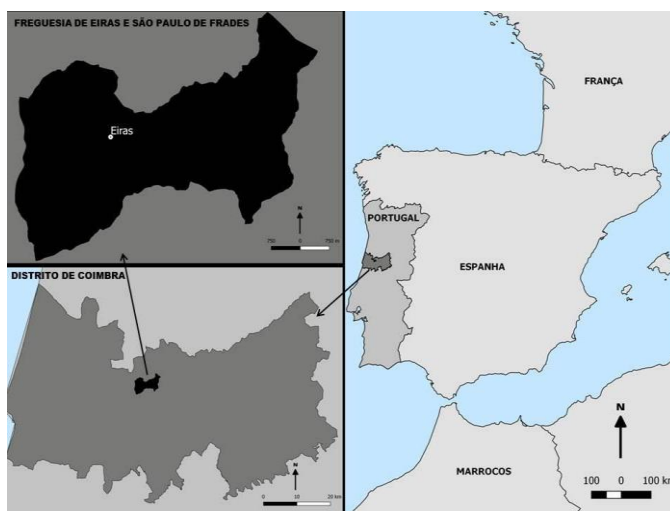
Destarte, vislumbra-se nas recriações das festas religiosas populares, revivificadas pelas práticas do rito, uma forma de proporcionar força e confiança às pessoas as quais estão vinculadas a uma comunidade de sentimentos (CERVA, 2014, p. 24).

Far-se-á, logo após, um estudo acerca dos rituais remanescentes do Divino Espírito Santo em uma microssociedade praticante de tal culto em Portugal.

## Festas do Divino Espírito Santo em Portugal Continental

Em 2017 depara-se em Portugal com uma festa remanescente do *Divino* em uma localidade integrada à União das Freguesias de Eiras e São Paulo de Frades, no Distrito de Coimbra, chamada local de Eiras.

Figura 1 – Localização espacial de Eiras em relação ao distrito de Coimbra e à Península Ibérica.



Fonte: <[www.dgterritorio.pt/cartografia\\_e\\_geodesia/...de\\_portugal.../caop\\_em\\_vigor/](http://www.dgterritorio.pt/cartografia_e_geodesia/...de_portugal.../caop_em_vigor/)>

Elaboração: Tielle Soares Dias.

As manifestações elementares destas festas, no entanto, experimentam adaptações no rearranjo de sua configuração que ocorrem com o passar dos tempos. Segundo o etnólogo e sociólogo português Moisés Espírito Santo, a origem de formação das aldeias, seus nomes, suas localizações, suas paisagens geralmente envolvem mitos que integram o universo de significação de suas crenças e práticas (SANTO, 1984, p. 21).

No local de Eiras, a gênese da fé e dos ritos ao Divino Espírito Santo denota a um tempo remoto. Em *Freguesia de Eiras: a sua história (do século décimo ao séc. XXI)*, o autor João Carlos Santos Pinho relata que o povo possui entendimento da origem das festas igual ao

registro que o Padre Fabião Soares de Paredes apresentou, por volta de 1734. Segundo o pároco, uma peste teria acometido toda a Comarca de Coimbra. Todavia, o clamor dos moradores e do pároco local ao Divino Espírito Santo fez com que a peste não atingisse a localidade. Por esta razão construíram-se quatro cruzeiros para demarcar o “perímetro de proteção sagrada” de Eiras (PAREDES *apud* PINHO, 2008. P. 422).

Desde esta ocasião a festa do Espírito Santo é comemorada na localidade, na qualidade de ser a principal celebração religiosa no sítio de Eiras. Segundo o presidente da comissão das Festas do Divino de Eiras do ano de 2017, a tradição destes ritos permitia que apenas homens casados<sup>8</sup> participassem do grupo organizador da Festa de Eiras. Todavia, com a escassez de pessoas, com este perfil, dispostas a candidatar-se houve um período em que a delegação compôs-se por mulheres, entre os anos de 2005 e 2006.

As Festas do *Divino* de Eiras ocorrem sete semanas após a Páscoa, no final do período de Pentecostes. No primeiro domingo acontecem as celebrações religiosas, as quais começam com a missa solene. No período da tarde as mulheres reúnem-se na Igreja Matriz de Santiago para rezar o terço e, logo depois, a comunidade agrupa-se no largo de Eiras para saída da procissão principal. O Mordomo excelso – o juiz da festa – conduz o estandarte do Divino, de aproximadamente cinco metros, com a ajuda de seus dois pajens. O cortejo do Espírito Santo constitui-se, ainda, pelos demais Mordomos, o pároco, os moradores da localidade e a banda filarmônica, os quais percorrem as principais ruas do local de Eiras. Na segunda-feira subsequente ocorre a procissão menor. De acordo com o presidente da comissão das Festas de Eiras de 2016/2017, esta procissão perfaz-se somente pela participação comunitária:

[...] na pequena procissão não há elementos da igreja, nós [os Mordomos] levamos a bandeira, uma mais pequenina e a população vai atrás. Em seguida vai uma banda filarmônica mais pequena, percorremos a freguesia à procura de Mordomos para o próximo ano, alguém que queira assumir a responsabilidade de ser o festeiro. Quando chegamos aqui ao largo, a nova comissão entra na capela do Espírito Santo e o senhor Padre, dentro da igreja, aceita ou não a comissão, normalmente aceita porque não há muita gente disposta a assumir, não é muito racional não aceitar (Entrevista concedida pelo Presente da Comissão das Festas de Eiras, 2017).

O trecho acima expressa a participação predominantemente popular na pequena procissão, momento em que se dá a escolha da comissão organizadora das festas do ano

---

<sup>8</sup> Essa tradição viria de sua origem lendária, quando o Espírito Santo livrou à população do contágio, fizeram votos ou promessa que todos os anos, no período de Pentecostes, elegeriam um homem entre aqueles que mais pudessem ofertar mais dinheiro, trigo e vinho à comunidade (PINHO, 2008. p. 422).

seguinte. Cabe ressaltar que, segundo a manifestação do presidente, enfrentam-se dificuldades em relação às candidaturas de pessoas dispostas a compor o novo grupo de festeiros. Em Eiras a comitiva das festas formam-se por um Juiz (presidente), um tesoureiro, um secretário, dois pajens e quantas pessoas estiverem dispostas a participar da organização dos festejos. Todos os membros do grupo são considerados Mordomos da festa, que este ano constituiu-se por quinze homens.

Por fim, este artigo trará um breve relato sobre as investigações de Doutorado acerca de a realização de *valores plenos*<sup>9</sup> através das práticas rituais de *exemplares*, tais como o culto à Rainha Santa Isabel nas comunidades portuguesas e de diáspora.

### **A exemplaridade da Rainha Santa Isabel e o pós-secularismo**

Este capítulo mostra um breve panorama das investigações de Doutorado, as quais objetivam compreender a figura de Dona Isabel de Aragão como um modelo de rainha, de mulher de sua época, assim como a imagem de uma santa, que possui uma *força do exemplo*<sup>10</sup> capaz de realizar *valores plenos* nas sociedades contemporâneas. Quando se observa o respeito de grupos religiosos e laicos à memória da Rainha Santa Isabel pode-se argumentar que as suas atitudes foram condizentes com os ideais universais da caridade, da solidariedade e da fraternidade.

Nos debates sobre o fenômeno da laicidade e da secularização nas sociedades Ocidentais, na contemporaneidade, pensa-se como este artigo pode contribuir com os estudos acerca da noção de *pós-secularização* em países como o Brasil e Portugal. Em *Defining the Postsecular*, Kristina Stoeckl (2011)<sup>11</sup> oferece uma explicação ao termo *postsecular*, a qual nem se remete à *des-secularização*, isto é, o recuo a pré-modernidade; nem à *pós-secularidade*, ou seja, o retorno da religião à sociedade. Segundo Stoeckl, o conceito de *postsecular* mostra-se uma condição da contemporaneidade, na qual coexistem em complementaridade tanto o pensamento secular quanto o pensamento religioso.

---

<sup>9</sup> Segundo Robbins, “há ações ou produto de ações que realizam valores importantes em suas formas mais plenas” (ROBBINS, 2015, p. 176).

<sup>10</sup> Para o conceito de *força do exemplo* ver Ferrara (2008).

<sup>11</sup> Disponível em: [http://synergia-isa.ru/wp-content/uploads/2012/02/stoeckl\\_en.pdf](http://synergia-isa.ru/wp-content/uploads/2012/02/stoeckl_en.pdf). Acesso em 16 de nov. 2017.

No período de Doutorado Sanduíche em Portugal<sup>12</sup> houve conversas com a historiadora medievalista e escritora da obra *Isabel de Aragão: Rainha Santa, Mãe Exemplar*, Maria Filomena Andrade, as quais auxiliaram na reconstrução de aspectos da personalidade de Dona Isabel. Estas análises resultam da leitura de cartas da Rainha Isabel escritas a seu irmão, o Rei de Aragão Dom Jaime<sup>13</sup>, bem como de outros materiais documentais e bibliográficos.

Ao estudar como ocorre a realização de *valores plenos*, nas sociedades atuais, pela manifestação de ritos *à exemplaridade* de uma rainha medieval canonizada há quase três séculos após sua morte. Propõe-se, logo, a compreensão da expressão *pós-secular*, a qual surge de um debate acerca da razão e da religião estabelecido entre o filósofo Habermas e o cardeal Joseph Ratzinger (HABERMAS, 2007).

## Conclusão

A partir desta breve exposição procura-se demonstrar que o fenômeno religioso não precisa ser procurado para além, mas sim dentro da modernidade (DIX, 2010). Portanto, analisam-se nas festas do *Divino* e nas manifestações contemporâneas da *força do exemplo* de uma rainha medieval a compreensão do fenômeno religioso e sua relação com as forças morais. Destarte, a partir do espetáculo do ritual emanam-se forças morais capazes de realizar *valores plenos* em microssociedades, tais como as citadas neste estudo. Pela manifestação anual de tais ritos realizam-se e reforçam-se os valores da boa vizinhança, da solidariedade, da caridade e do envolvimento comunitário.

Ao longo dos anos de investigação de tais celebrações comunitárias observam-se transformações e conflitos no que concerne ao comprometimento das populações na organização das festas do *Divino* e no culto à Rainha Santa Isabel, tanto pela dificuldade de organização das populações locais, quanto nas relações estabelecidas entre as comunidades as Igrejas locais. Tais mudanças podem suscitar o enfraquecimento das forças morais responsáveis pela vinculação destes indivíduos ao grupo religioso. A análise do fenômeno moral e sua relação com o fenômeno religioso no contexto das investigações de Doutorado não se esgotam

---

<sup>12</sup> Entre os meses de abril a julho de 2017 realizou-se Doutorado Sanduíche em Portugal no Centro de Estudos Sociais - Laboratório Associado da Universidade de Coimbra, como bolsista da CAPES, cujo estágio teve a supervisão do professor Dr. Tiago Pires Marques.

<sup>13</sup> RODRIGUES, Sebastião Antunes. **Rainha Isabel**: Cartas inéditas e outros documentos. Coimbra Editora Limitada, 1958.



nestas breves linhas. Este tema será debatido em congressos no Brasil e na Europa<sup>14</sup> no ano de 2018, ainda, prosseguirão as análises dos materiais documentais e bibliográficos e, novas incursões ao campo de pesquisa empírica.

---

<sup>14</sup> Será apresentada uma comunicação acerca do tema em investigação no *56º Congresso de Americanistas* na Universidade de Salamanca, Espanha, em Julho de 2018. Grupo de trabalho: *Religiosidades, crenças e migrações num mundo transnacional*, sob a coordenação de Eduardo Guilherme de Moura Paegle – Instituto Federal de Roraima – IFRR – Brasil e Helena Vilaça – Universidade do Porto – UP – Portugal.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Maria Filomena. **Isabel de Aragão: Rainha Santa, Mãe Exemplar**. Lisboa: Temas e Debates, 2014.

BOURDIEU, Pierre. Espaço social e poder simbólico. In: \_\_\_\_\_. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2011.

CERON, Ida Tereza. **Devoção ao Divino Espírito Santo: folias e bandeira**. Santa Maria: Associação Franciscana Madalena Damen, 2013.

CERVA, Ana Carine. **Construção, Reconstrução e Disputa pela Memória e Identidade Étnica nos Campos de Cima da Serra do Rio Grande do Sul: distrito caxiense da Vila Seca**. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/102204>>. Acesso em: 10 set. 2017.

CUNHA, Rodrigo da. *Historia ecclesiastica da Igreja de Lisboa : vida e açoens de seus prelados, e varões eminentes em santidade, que nella florecerão*. Lisboa: Manoel da Sylua, 1642. Disponível em: <<http://purl.pt/12033>>. Acesso em: 28 out. 2017.

DIX, S. (2010). **As esferas seculares e religiosas na sociedade portuguesa**. *Análise Social*, XLV (194), 5-27. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1268306960Y6kEE8vd8Li59CA4.pdf>> Acesso em: 03 out. 2017.

DURKHEIM, Émile. **As Formas Elementares da Vida Religiosa: o sistema totêmico na Austrália**. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

\_\_\_\_\_. **A educação Moral**. Tradução de Raquel Weiss. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

EISENSTADT, Shmuel Noah. Múltiplas Modernidades. **Sociologia, Problemas e Práticas**, n. 35, 2001, pp. 139-163. Disponível em: <<http://sociologiapp.iscte-iul.pt/pdfs/5/57.pdf>> Acesso em: 10 out. 2017.

FERRARA, Alessandro. **The Force of the Exemple: Explorations in the Paradigm of judgment**. New York: Columbia University Press, 2008.

GIUMBELLI, Emerson. **Símbolos Religiosos em controvérsias**. São Paulo: Terceiro Nome, 2014.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos; CONTINS, Marcia. **Entre o Divino e os Homens: a arte nas Festas do Divino Espírito Santo**. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 14, n. 29, p. 67-94, jan./jun. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ha/v14n29/a04v14n29>> Acesso em: 25 de set. 2017.

HABERMAS, Jürgen; RATZINGER, Joseph. **Dialética da Secularização**: sobre razão e religião. Organização e prefácio de Florian Schuller. Tradução Alfred J. Keller. Aparecida, São Paulo: Ideia & Letras, 2007, p. 21-57.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2010. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/cd/cd2010sp.asp>> Acesso em: 09 maio 2011.

MENDES, Lindomar Alves. **Revista Festa do Divino Espírito Santo**: Vila Seca 100 anos. Vila Seca, 2012.

PAREDES, Fabião Soares de. Memórias d' Eyra, 1728-1741, fl. 32. Arquivo Familiar do Professor Manuel Albuquerque Matos.

PINHO, João Carlos Santos. **Freguesia de Eiras**: a sua história (do século décimo ao séc. XXI). Coimbra: Junta da Freguesia de Eiras, 2008.

POULAT, Émile. Prefácio. In: SANTO, Moisés Espírito. **A Religião Popular Portuguesa**. Lisboa: A Regra do Jogo, 1984.

ROBBINS, Joel. Onde no mundo estão os valores? Exemplaridade, Moralidade e Processo Social. In: **SOCIOLOGIAS**. PPGS/UFRGS, nº 39, ano 17, maio/ago, 2015.

RODRIGUES, Sebastião Antunes. Rainha Isabel: Cartas inéditas e outros documentos. Coimbra Editora Limitada, 1958.

SANTO, Moisés Espírito. **A Religião Popular Portuguesa**. Lisboa: A Regra do Jogo, 1984.

STOECKL, Kristina. **Defining the Postsecular**. In: Document Collection of the Italian-Russian Workshop "Politics, Religion and Culture in Postsecular World" (Faenza, 13-14 May 2011). PECOB - Portal of East Central and Balkan Europe. Disponível em:

<<http://www.pecob.eu/flex/cm/pages/ServeBLOB.php/L/EN/IDPagina/3100>> Acesso em: 15 jan. 2017.

WEISS, Raquel Andrade. Efervescência, Dinamogenia e a Ontogênese Social do Sagrado. **Mana**, Rio de Janeiro, vol.19 n.1, abr. 2013. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-93132013000100006](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132013000100006)> Acesso em: 05 de out. 2017.

Entrevista Narrativa

Presidente da Comissão das Festas de Eiras de 2017, Ricardo Marques. Projeto de Tese **O Culto à Rainha Santa Isabel**: reflexões sobre Catolicismo, secularização e pós-secularização em Portugal. Coimbra – Eiras, jul. 2017. 1 arquivo em mp3 (30 min). Entrevista concedida a Ana Carine Cerva

## **PRÁTICAS POLICIAIS E MOVIMENTOS SOCIAIS: CONSTRUINDO FERRAMENTAS PARA UMA RECONSTRUÇÃO GENEALÓGICA**

**James William Santos**

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

### **Introdução, questionamentos e tema**

Primeiramente, é necessária a ressalva sobre o estágio da presente pesquisa. O desafio de buscar confluir os estudos da teoria crítica com o olhar genealógico sem perder de vista as práticas sociais encontradas na empiria ainda está apenas começando. A intenção é trazer ao debate as questões levantadas no projeto de doutorado que iniciou esse ano. A escolha pelo estudo das práticas policiais se deu pela observação ainda prévia de um possível padrão de atuação em certos conflitos. Principalmente, no que se referem aos conflitos envolvendo questionamentos sobre a institucionalidade.

Os protestos e manifestações públicas de descontentamento com a classe política, com a condução das políticas públicas e de estado se tornaram parte do cotidiano da sociedade brasileira. Esta nova realidade tem causado nós de tensão entre a sociedade civil e o aparato policial. A situação é limítrofe. O estado como representante da institucionalidade tem o dever de intermediar as relações com os movimentos sociais que representam a sociedade civil. O diálogo entre estas esferas é o centro do projeto democrático. Todavia, as fricções ocorridas durante os protestos e manifestações são recorrentes. Sem dúvida, os eventos que trouxeram a luz do grande público esta conflitualidade entre institucionalidade e sociedade civil foi o chamado ciclo de protestos de junho de 2013.

A interpretação é de Angela Alonso ao aproximar os ocorridos em junho de 2013 à categoria ciclo de protestos da sociologia política. A autora afirma não se tratar de um único movimento social, mas de vários, em mobilização consecutiva. Estas manifestações (em ciclo) possuem um grau de frequência e intensidade superiores ao rotineiro, e que tendem a se espalhar por diferentes setores da sociedade e recorrer a formas novas de protesto e organização (ALONSO, 2013).

O ciclo de protestos de junho de 2013 como manifestações de ampla cidadania (SCHERER-WARREN, 2014) possuía uma gama diversa de reivindicações conjunturais com pautas políticas heterogêneas que, inclusive, poderiam ser antagônicas implícita ou

explicitamente. Deste modo estavam presentes movimentos sociais organizados, como o Movimento Passe Livre, um dos movimentos que deu início as manifestações, ocupado com uma agenda social definida, como também cidadãos dispersos “indignados” com a conjuntura política atual.

As manifestações ocorridas no curso do mês de junho de 2013 constituem um fenômeno recente e complexo, ainda a ser compreendido de forma extensiva pela literatura (DOWBOR; SZWAKO, 2013). Todavia, já existem pesquisas publicadas sobre o fenômeno abordando diversos temas. Alguns exemplos são dignos de nota; caracterizar os processos de engajamento e organização dos atores das manifestações (SILVA, 2014), a conjuntura socioeconômica que permitiu a eclosão dos protestos (ZIZEK, 2013), comentários sobre os conflitos violentos ocorridos entre manifestantes e policiais (TAVARES DOS SANTOS; TEIXEIRA, 2014), o papel desempenhado pelas mídias na cobertura aos atos e as disputas pela narrativa dos ocorridos pelos meios de comunicação (GEORJÃO FERNANDES, 2016).

Os registros de violência durante o ciclo foram amplos e reportados, depoimentos, reportagens, vídeos e etc. Entre os manifestantes, os atos violentos se mantinham no espectro do que a mídia na época nomeou como "vandalismo", dentro desta nomenclatura estão a depredação de alguns comércios e principalmente de caixas eletrônicos de bancos privados. Por outro lado, as demonstrações de violência não ficaram cingidas aos atos de alguns manifestantes. Os casos de violência policial foram recorrentes em várias cidades brasileiras.

A câmara de Vereadores de Porto Alegre, por intermédio da Comissão de Direitos Humanos, chegou a registrar os depoimentos de pelo menos 20 jovens que reportaram terem sofrido com a atuação violenta da polícia militar. Além dos relatos das agressões que sofreram, os jovens denunciaram que presenciaram agressões a outras pessoas detidas, especialmente na sede do 9º BPM, no Centro. Segundo eles, um homem foi espancado atrás de um balcão até ter o rosto desfigurado pelos ferimentos. O fato, disseram, está registrado inclusive em vídeo que circula pela Internet<sup>1</sup>. Recentemente, a Justiça de São Paulo condenou o Estado a indenizar a família de um jovem que foi morto durante o ciclo de protestos em 2013<sup>2</sup>. A soma de 8 milhões de reais foi determinada pelo magistrado paulista em caráter de danos morais e sociais.

Os danos patrimoniais causados pelos manifestantes em nenhuma hipótese justificam a violência policial causada. A relação da polícia com os manifestantes não está condizendo com

---

<sup>1</sup> Manifestantes relatam agressões de policiais durante protestos  
[http://www2.camarapoa.rs.gov.br/default.php?reg=19733&p\\_secao=56&di=2013-07-03](http://www2.camarapoa.rs.gov.br/default.php?reg=19733&p_secao=56&di=2013-07-03).

<sup>2</sup> Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/politica/justica-condena-sp-por-violencia-policial-em-protestos-de-2013>

o papel que um Estado Democrático de Direito reserva para o seu aparato policial. Não há como fechar os olhos para esta questão. A atuação do aparato policial perante manifestações e protestos surge como janela para que algumas questões possam ser investigadas.

Daí surge o tema proposto: estudar a polícia que está sendo posta para mediar estas ações políticas para então repensar a categoria de polícia repressiva/ostensiva dentro de um projeto democrático contemporâneo. Uma questão será perene durante o trabalho a polícia que temos é a polícia que queremos? Obviamente, que dentro desta que questão estão imbricadas outras questões suplementares, qual a polícia que temos? E qual é a polícia que queremos? Para trilhar esse caminho recuperaremos os caminhos de transformação da polícia ostensiva no Brasil (mais especificamente trabalharemos com a Polícia Militar do RS), questionando quais são os discursos que informam suas práticas? Qual é o esquema axiológico de validação destes discursos? Para reconstruirmos um padrão de instituição polícia iremos espelhar os resultados destes questionamentos com os demais. Qual é a relação entre a prática da polícia brasileira e os padrões normativos de um Estado Democrático de Direito ocidental? E quais são os rumos para uma polícia nova dentro dos padrões brasileiros e possíveis?

Para responder tais perguntas é necessário então recuperar historicamente os eventos de transformação das práticas policiais e focar nos pontos de contato entre a polícia, protestos e manifestações públicas histórica e contemporaneamente. O meio pelo qual será conduzida essa empreitada ainda está sendo moldado e no tópico seguinte ilustraremos o início deste trabalho.

### **Teoria Crítica e Genealogia**

A última década viu surgir inúmeros debates sobre a atualidade da Teoria Crítica e o papel atual dessa tradição teórica. Nesses debates valiosos, no entanto, uma questão tem sido de certa forma negligenciada: o lugar da pesquisa social no desenvolvimento efetivo da Teoria Crítica. Em comparação com a importância dada à pesquisa social nos primeiros projetos da Teoria Crítica (VOIROL, 2012).

O fato de a Teoria Crítica não progredir no campo da hoje da economia, da sociologia ou da psicanálise, como um dia progrediu, é um sintoma significativo dessa nova tendência puramente filosófica, sem grande consideração pela pesquisa social e pela empiria. Tal mudança contradiz os ideais do projeto de teórico crítico que busca a aliança entre teoria e política (VOIROL, 2012).

Honneth (1991), na década de 80, já destacava que o problema central para a teoria social crítica é determinar como uma análise conceitual deve ser construída para que seja capaz de englobar as estruturas de dominação social e os insumos para uma superação prática. Nesta obra, Honneth tentava travar um debate entre Habermas e Foucault, referia que reconhecia algo como uma teoria do poder na obra deste último e que seria extremamente produtivo o diálogo entre a análise de poder e subjetivação e a teoria da comunicação de Habermas. Atualmente, as questões ainda envolvem o ponto central que fundou a crítica à teoria, a produção de conhecimento: como descrever e justificar um ponto de vista a partir do qual sociedade e suas práticas institucionais podem ser criticadas teoricamente de maneira significativa? Será que estaríamos presos à conclusão de que apenas uma forma de crítica social "fraca", contextualmente localizada representa um estudo legitimamente político e filosófico, enquanto qualquer forma "forte", que transcende o contexto da crítica social traz necessariamente o risco de paternalismo ou mesmo de despotismo? (HONNETH, 2009).

Tais questões surgem a partir da produção dos mais recentes críticos à Escola de Frankfurt. Os críticos afirmam que os textos clássicos representam uma forma de crítica social "forte" que já não possui mais lugar no espaço social e que os textos centrais contemporâneos dão a impressão de que a Escola se distanciou tanto da ordem institucional das sociedades que sua crítica perdeu todos os pontos de referência normativos e, portanto, deve ser suspeita de possuir um objetivo totalizador (HONNETH, 2009).

Honneth (2009, p.45) afirma que sua defesa do modo clássico de crítica da Escola de Frankfurt depende de alguns pressupostos, o primeiro é a busca por reconstruir a forma ideal da crítica clássica e não se ater à sua execução nos escritos em específico e o segundo é que sua defesa não está de maneira alguma ratificando os conteúdos materiais da própria teoria social. Pois, em sua opinião, os conceitos básicos histórico-filosóficos e sociológicos da Escola de Frankfurt não podem mais ser defendidos.

Sua reconstrução passa pela inclusão do modelo genealógico não apenas como um *surplus* ao exercício da crítica. Honneth encontra na genealogia mais um método de produção de conhecimento e uma fonte epistemológica na busca de uma nova fundação para o modelo clássico de crítica.

Em um primeiro momento, Honneth (2009) modifica o esquema tripartite de crítica social proposto por Walzer. O esquema é constituído pelos procedimentos de revelação, invenção e interpretação. O autor se distancia do procedimento chamado por Walzer de revelação, o qual está intimamente conectado com certa experiência religiosa ou metafísica que substanciam as

condições para a crítica. Honneth não acredita que tal crítica social oriunda de tais condições seja suficientemente relevante em termos filosóficos. Os demais procedimentos são reclassificados pelo autor, a invenção, procedimento que toma como ponto de partida uma construção geral real ou fictícia para a produção de normatividade, se torna construção. A interpretação, procedimento em que o próprio Walzer se identifica e no qual ele localiza o que antes já foi chamado de crítica imanente, é chamada de reconstrução. Estes dois procedimentos de crítica social estão amplamente difundidos e aparentemente possuem certa legitimação. A fundamental diferença entre os dois modelos é que o segundo (a reconstrução) somente pode usar como fonte legítima de crítica social os princípios e ideais que, de alguma forma, já brotaram em dada sociedade (HONNETH, 2009).

Honneth (2009) acredita que a diferenciação entre construtivismo e reconstrução não é suficiente para exaurir todos os modelos de crítica social contemporâneos. É neste ponto que o autor traz a visão de Michel Foucault como exemplo de escritos que exprimem um procedimento crítico e social. O autor é enfático em ressaltar os méritos de Foucault em mostrar como um ideal normativo se torna prática social. Nos escritos do autor francês não encontramos a crítica do confronto entre ideologia, ideia e realidade, mas sim a exposição da sociedade como um acontecimento social que há muito tempo não possui nenhuma justificativa normativa informada por ideais dignos.

É a partir da avaliação de Honneth da relevância deste tipo de crítica que ele extrai um terceiro modo de crítica. A genealogia, e por este conceito se refere a tentativa de criticar a ordem social demonstrando historicamente a extensão de quanto dos ideais e normas que definem certa sociedade já legitimam práticas repressivas. O autor afirma que, provavelmente, foi a essencialmente devastadora experiência do nacional socialismo alemão que possibilitou a ascensão de dúvidas entre os membros da Escola de Frankfurt sobre se os ideais criados por suas teorias sociais de fato ainda possuíam o significado com o qual eles originalmente se desenvolveram (2009, p. 52).

Segue o autor (2009) referindo que o significado dos ideais e princípios normativos revelou-se muito mais poroso, aberto, até vulnerável do que o previsto pelo programa crítico original. A norma moral não prescreve a si mesma, não regula sua própria aplicação no espaço social. Pelo contrário, seu conteúdo pode ser transformado como resultado de mudanças imperceptíveis de significado, de modo que, ao fim, o núcleo normativo que inicialmente justificou seu desenvolvimento se perde.



No fim em toda tentativa de realizar uma crítica imanente da sociedade sob os pré-requisitos da racionalização social, afirma Honneth (2009), não deve faltar a presença do projeto genealógico com o fim de estudar o contexto real de aplicação das normas morais. Nesta breve introdução ao *leitmotiv* do projeto de pesquisa apresentado buscou-se ilustrar os desafios que este estudo se propõe a enfrentar.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALONSO, Angela. Anatomia dos protestos. 2013. Disponível em <http://www.antp.org.br/website/noticias/show.asp?npgCode=086D3F79-DA71-482A-8030-325E6F8CCD58> Acesso em 30. nov. 2015

DOWBOR, M.; SZWAKO, J. Respeitável Público: Performance e organização dos movimentos antes dos protestos de 2013. Revista Novos Estudos, ed. 97, nov. 2013.

GEORJÃO FERNANDES, Eduardo. Campos de batalha jornalística: os enquadramentos construídos por Zero Hora, Diário Gaúcho e Sul 21 na luta pela (i)legitimidade do ciclo de manifestações de 2013, em Porto Alegre. Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Rio do Grande do Sul - UFRGS, 2016

HONNETH, Axel. Pathologies of reason: on the legacy of critical theory. Columbia University Press. New York. 2009

ROLNIK, R. As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações. In: MARICATO Ermínia [et al.]. Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

SCHERER-WARREN, Ilse. Dos movimentos sociais às manifestações de rua: o ativismo brasileiro no século XXI. Política e Sociedade, Florianópolis. Vol. 13 – N. 28 Set/Dez de 2014.

SILVA, M. K.. #vemprarua: o ciclo de protestos de 2013 como expressão de um novo padrão de mobilização contestatória? In: CATTANI, Antônio David (org.). #protestos: análises das ciências sociais. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2014.

TAVARES DOS SANTOS, J. V.; TEIXEIRA, A. N. Atores sociais jovens nos protestos de 2013. In: CATTANI, Antonio David (org.). #protestos análises das ciências sociais. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2014.

VOIROL, Olivier. Teoria Crítica e pesquisa social: da dialética à reconstrução. Tradução de Bruno Simões. Novos estud. – CEBRAP. no.93 São Paulo Julho 2012

ZIZEK, Slavoj. Problemas no Paraíso. In: MARICATO, E. [et al.]. Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

# **UMA ABORDAGEM MULTIPERSPECTÍVICA E MULTICULTURAL DA MÍDIA: AS CONTRIBUIÇÕES DOS ESTUDOS CULTURAIS DE DOUGLAS KELLNER PARA A ANÁLISE DA ATUAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO**

**Luis Alexandre Da Silva Alves**

Universidade Federal de Pelotas (UFPel)

## **Introdução**

O olhar analítico sobre as sociedades e as relações que são estabelecidas em seus mais diferentes aspectos e contextos passa, imprescindivelmente, pela relevância que os meios de comunicação têm no cotidiano dos indivíduos. Não há que se negar a centralidade que a mídia tem na construção das identidades sociais, porém há um questionamento importante que perpassa por todo o texto apresentado: como analisar as influências entre a mídia e a sociedade, sobretudo diante de realidades complexas que envolvem diferentes agentes sociais, realidades e meios de comunicação, que não são únicos tampouco estáticos em suas ações?

Ao buscar possibilidades e alternativas de propostas analíticas que deem conta de diferentes objetivos ao observarmos a atuação dos meios de comunicação, apresentamos a abordagem multiperspectívica e multicultural da mídia, proposta pelo filósofo norte-americano Douglas Kellner, na obra intitulada “A cultura da mídia” (2001), que adota a tradição dos estudos culturais, com críticas aos limites das teorias constituídas pela Escola de Frankfurt (1930) e pelos Estudos Culturais Britânicos (1960), ressaltando suas principais contribuições e trazendo ainda para a abordagem os debates acerca da Pós-Modernidade e do Multiculturalismo (1960).

Kellner (2001) tem uma visão bastante definida sobre as teorias em geral. De acordo com o autor “teorias são, entre outras coisas, modos de ver, ópticas; são perspectivas que elucidam fenômenos específicos e que têm certos pontos cegos e limitações que lhes restringem o foco” (KELLNER, 2001, p. 37). Podemos definir a proposta teórica de Kellner (2001) como uma abordagem aberta e combinada, que contempla diferentes teorias, principalmente da comunicação e social, que sejam capazes de prover a base de análise necessária para investigar

as problemáticas de pesquisas acerca da observação da cultura proveniente da atuação midiática.

A seguir, abordaremos a visão e a proposta de Kellner (2001), inicialmente, apresentando o conceito de cultura da mídia, suas principais características e o porquê é relevante compreendê-lo; em seguida, trataremos dos principais debates teóricos que interessam a sua proposta, com suas contribuições e limites, que se iniciam no marco inaugural dos estudos críticos em comunicação da Escola de Frankfurt (1930), passando pelos Estudos Culturais Britânicos (1960) e pelas questões advindas do Multiculturalismo (1960), até as discussões e influências acerca da possível vivência de uma Pós-Modernidade; posteriormente, abordaremos o modelo crítico, multicultural e multiperspectívico dos estudos de Kellner (2001), apresentando suas principais categorias de análise.

## **A Cultura da Mídia**

Não é por acaso que a “cultura de mídia” tem destaque na abordagem de Kellner (2001), sendo o título de sua obra, pois o seu conceito é central na análise da atuação dos meios de comunicação. O autor não diverge do fato de que a cultura, por si só, é um fator influente na regulação das sociedades e na constituição de identidades, assim como diferentes abordagens do campo das ciências sociais, porém, para ele, a mídia possui uma cultura própria – a cultura da mídia - que se constitui a partir dos produtos e dos conteúdos dos meios de comunicação, assumindo o domínio cultural das sociedades pela presença que tem no cotidiano das pessoas, destacando-se a centralidade da televisão (KELLNER, 2001, p. 9).

Assim, Kellner (2001) define a cultura da mídia como “um terreno de disputa<sup>1</sup> no qual grupos sociais importantes e ideologias políticas rivais lutam pelo domínio (da mídia e da sociedade), e que os indivíduos vivenciam essas lutas por meio de imagens, discursos, mitos e espetáculos veiculados pela mídia” (p. 10-11). Compreender a mídia como espaço de disputa constante entre diferentes interesses, culturas e agentes sociais, tem uma consequência teórica relevante: não há, em regra, unilateridade, binarismos teóricos ou dominações pré-determinadas na cultura da mídia. Embora alguns interesses tendam a prevalecer, por diferentes circunstâncias, na cultura da mídia, suas mensagens são, ao mesmo tempo, possibilidades de dominação e de resistência.

---

<sup>1</sup> A teoria da hegemonia de Antonio Gramsci (1971), que expõe a cultura, a sociedade e a política como terrenos de disputas entre grupos e classes, tem contribuições diretas na formulação de Kellner (2001).

Evidentemente, os monopólios de mídia – ou os oligopólios, caracterizados pela concentração de maior parte da totalidade dos veículos de comunicação sob o domínio de poucas pessoas e/ou grupos econômicos, como é o caso brasileiro (AZEVEDO, 2006) – não são agentes neutros nos processos de disputa pela cultura da mídia, participando com os interesses próprios ainda que não garantam, em regra, a prevalência destes. Para Kellner (2001), a cultura mídia é um fenômeno histórico recente. Embora, desde a década de 1940, Adorno e Horkheimer (1972) tenham observado a produção e a circulação midiática da cultura no cinema, nas revistas, no rádio e afins, a televisão é o que confere o status de dominação a cultura da mídia nos sistemas democráticos liberais.

Desde então, a cultura da mídia é a cultura dominante, sobressaindo-se inclusive a instituições tradicionais da sociedade, como a família, a igreja e a escola. Contudo, não deve ser compreendida apenas como a promotora de um interesse único, devendo ser interpretada e contextualizada a partir das disputas em jogo e dos conflitos sociais existentes (KELLNER, 2001). Os interesses econômicos, de mercado – que envolvem a comercialização da própria cultura e a busca pelo lucro - e de atração do grande público, que têm relações de influências recíprocas, em última circunstância atuam como determinantes essenciais acerca da cultura que é produzida e veiculada pela mídia.

É interessante ressaltar que Kellner (2001) demonstra que os Estudos Culturais Britânicos rejeitavam, terminologicamente, o termo “cultura de massa”, por compreendê-lo como monolítico, homogêneo e neutralizador das contradições sociais (p. 50). E o mesmo faz o autor com a expressão “cultura popular”, justificando que a denominação apresenta uma concepção classista e verticaliza a noção de cultura no âmbito da estrutura social. Para Kellner (2001) a utilização do termo “cultura da mídia”, além de identificar a procedência deste tipo específico de cultura (que é da mídia), “tem a vantagem de designar tanto a natureza quanto a forma das produções da indústria cultural (ou seja, a cultura) e seu modo de produção e distribuição (ou seja, tecnologias, e indústrias da mídia)” (KELLNER, 2001, p. 52).

A cultura da mídia, por natureza, é política e ideológica<sup>2</sup>, portanto deve ser interpretada politicamente – sobretudo porque a proposta de leitura das produções midiáticas de Kellner (2001) é política – para que seja possível compreender “como ela incorpora posições políticas e exerce efeitos políticos” (KELLNER, 2001, p. 76), pois ela é um dos espaços “onde se travam batalhas pelo controle da sociedade” (KELLNER, 2001, p. 53). Para o autor, a compreensão acerca da cultura criada e propagada pela mídia também pode ser auxiliar na investigação de outros fenômenos sociais, políticos e culturais. “Na cultura da mídia há uma luta entre

representações que reproduzem as lutas sociais existentes e transcodificam os discursos políticos da época” (KELLNER, 2001, p. 77).

### **Pressupostos Teóricos**

A cultura da mídia está inserida no campo dos estudos culturais em comunicação, abrindo uma perspectiva dialógica com as teorias sociais. Kellner (2001) apresenta seus pressupostos teóricos, demonstrando que não há teoria útil ou inútil por completo, havendo diferentes contribuições, limitações e complementações<sup>3</sup> entre os diferentes aportes teóricos. Nessa perspectiva, o autor apresenta teorizações que estão envolvidas no que o próprio denomina como “guerra entre teorias” (KELLNER, 2001, p. 21), para referir-se as diferentes visões que surgiram e disputaram o foco analítico das sociedades, principalmente entre as décadas de 1950 e de 1990, influenciadas pelos contextos históricos de cada período.

Sobre os estudos culturais, propriamente ditos, Kellner (2001) retoma as contribuições da Escola de Frankfurt<sup>4</sup> (1930), que “fez sua análise no âmbito da teoria crítica da sociedade, integrando assim estudos de comunicação e cultura no contexto da sociedade capitalista e dos modos como as comunicações e a cultura se davam nessa ordem” (p. 47), demarcando o início dos estudos críticos em comunicação e da cultura de massa. Contudo, Kellner (2001) identifica alguns problemas teóricos nas construções destes estudos, dentre eles: a necessidade de investigações mais empíricas e de estudos de recepção; a percepção da cultura de massa como instrumento exclusivo de dominação; e a dicotomia entre cultura superior e cultura inferior, entre outros (p. 44-45).

Os Estudos Culturais Britânicos, projetados principalmente pelo *Birmingham Centre for Contemporary Cultural Studies*<sup>5</sup>, em 1964, na Inglaterra, “situam a cultura no âmbito de uma teoria da produção e reprodução social, especificando os modos como as formas culturais serviam para aumentar a dominação social ou para possibilitar a resistência e a luta contra a dominação” (KELLNER, 2001, p. 47-48), preenchendo ainda a lacuna acerca da relação entre a mídia e outras instituições sociais e superando teoricamente a necessidade de dar mais foco as observações da cultura considerada como inferior, que havia sido ignorada anteriormente, com abordagens sobre questões de raça, sexo e classe. Porém, ao propor essa virada os Estudos Culturais Britânicos, na avaliação de Kellner (2001, p. 50), desconsideraram por completo a cultura superior, tendo-a como elitista.

Sobre o debate acerca da vivência ou não de uma pós-modernidade está, fundamentalmente, a validade das teorias consideradas como modernas, que seriam consideradas como esgotadas, no campo dos estudos culturais (KELLNER, 2001, p. 66). O autor amplia a discussão, trazendo diferentes autores e perspectivas sobre o tema. Kellner (2001) conclui, basicamente, que a pós-modernidade é um significante vazio para os estudos culturais, pois não delimita rupturas, elementos e características suficientes para uma possível transição no campo teórico. Contudo, Kellner (2001) ressalta que o debate, apesar de não estar suficientemente constituído, existe e precisa ser “compreendido e teorizado” (p. 69).

Kellner (2001) afirma que, nos últimos tempos, as principais contribuições aos estudos culturais vêm das “teorias feministas e multiculturalistas de raça, etnia, nacionalidade, subalternidade e preferência sexual, nas quais se encontram teorias de resistência e críticas específicas à opressão” (p. 76), que surgiram a partir dos anos de 1960 e 1970 com o advento de novos movimentos sociais, ampliando também o conceito de crítica à ideologia com a inclusão destas dimensões, ignoradas por muitas décadas. Na visão do autor, diferentes intersecções de classe, gênero, raça e sexo, entre outras, são determinantes fundamentais na compreensão da cultura e das identidades, sobretudo acerca da atuação da cultura da mídia.

### **Estudos Críticos, Multiculturais E Multiperspectivos**

Podemos definir essa seção do artigo como a continuação direta da anterior, pois a justificativa da necessidade de uma abordagem crítica, multicultural e multiperspectiva dos estudos culturais pode ser considerada como a conclusão a que Kellner (2001) chega ao adotar os pressupostos teóricos apresentados, dada a importância para as relações sociais e para a análise da cultura da mídia das diferentes escolas dos estudos em comunicação e cultura, os debates acerca da modernidade e da pós-modernidade e a diversidade das demandas sociais que advém do multiculturalismo, constituindo, assim, um modelo crítico de análise que seja capaz de elucidar os fenômenos inseridos na cultura da mídia.

Kellner (2001) utiliza “a expressão ‘estudos da cultura da mídia’ para descrever o projeto de análise das complexas relações entre textos públicos, indústrias da mídia, política e contexto sócio-histórico em determinadas conjunturas” (p. 56). O autor critica o surgimento de uma série de teorias, sobretudo entre as décadas de 1970 e 1980, que disputaram a hegemonia teórica, apresentando-se como as novas respostas para impasses e paradigmas existentes, cada uma a sua época. Kellner (2001) defende que é preciso aproximar cada teoria e seus propósitos dos

objetivos desejados e que “é erro grave acreditar que há uma superteoria mestra que forneça as chaves de interpretação ou da explicação a todos os problemas intelectuais e políticos” (KELLNER, 2001, p. 39-40).

O autor propõe uma abordagem multicultural por compreender que é preciso investigar os objetos de estudo utilizando teorias que sejam capazes de observar as múltiplas interseccionalidades nos processos de opressões sociais e na própria constituição das identidades sociais, contemplando a relevância que as questões de gênero, sexo, raça e nacionalidade, entre outras, têm para descodificar a cultura da mídia. A noção de “perspectiva” Kellner (2001) toma emprestada de Friedrich Nietzsche, afirmando que “quanto mais perspectivas incidirem sobre um fenômeno, melhor poderá ser a percepção ou o entendimento deste” (p. 41). Ou seja, essa característica central para os estudos culturais da cultura da mídia “implica que, quanto mais teorias se têm à disposição, mais tarefas poderão ser cumpridas e mais específicos serão os objetos e temas que poderão” (KELLNER, 2001, p. 40).

Assim, para Kellner (2001, p. 41) o estudo cultural deve superar as fragmentações e divisões de diferentes campos da ciência, inclusive entre a mídia e a cultura, operando “com uma concepção interdisciplinar que utiliza teoria social, econômica, política, comunicação, teoria literária e cultural, filosofia e outros discursos teóricos” (p. 41). De acordo com o autor essa concepção “implica a ultrapassagem entre disciplinas na ida do texto ao contexto, portanto dos textos à cultura e à sociedade” (KELLNER, 2001, p. 42). A partir desta visão, Kellner (2001) lança mão de três categorias centrais – horizonte social, campo discursivo e ação figural – que são os eixos de análise da cultura da mídia, apresentados sempre em perspectiva aberta e dialógica com possíveis complementações teóricas.

O **horizonte social** refere-se às experiências e aos elementos de determinado recorte da realidade apresentada que contextualizam o campo social. Essa contextualização também influencia e contribui com a inserção da cultura da mídia e de sua própria recepção junto ao fato apresentado. A realidade apresentada caracteriza o cenário onde as lutas em suas formas multiculturais são travadas. O horizonte social constituído pode ser influente na fomentação das necessidades, buscando moldar também visões e comportamentos. Este contexto também é fundamental para a identificação da cultura apresentada mídia para repercutir a realidade do receptor contemplando sua realidade, e conseqüentemente, sua audiência.

Já o **campo discursivo** trata-se da transcodificação do horizonte social e da mediação dos fatos apresentados. É no campo discursivo que ambos são articulados com a cultura da mídia. Conforme foi explicitado, essa cultura não se vale de um discurso único e produz também

formas de contra-cultura, portanto, no campo discursivo estão os elementos hegemônicos e contra-hegemônicos. Essas representações podem ser explicitadas por meio de práticas apresentadas dentro do campo social que mediam ideologias da cultura da mídia, como, por exemplo, a utilização de personagens ou situações que transmitam determinadas ideias.

E a **ação figural** é a demonstração de como os fatos, a partir do horizonte social apresentado e dos discursos articulados, implicam na realidade. A partir do contexto e das lutas sociais travadas são apresentadas as formas hegemônicas de cultura, e pela contradição detectada na própria produção da cultura da mídia, também é possível identificar formas de resistência. Trata-se, resumidamente, dos desdobramentos dos fatos. Assim, ao mesmo tempo em que defende uma abordagem aberta e combinada com diferentes teorias, Kellner (2001) alicerça categorias relevantes para a compreensão e a investigação da cultura da mídia, que nada mais são do que a garantia da centralidade dos diferentes contextos, agentes sociais, discursos, disputas e interesses no processo de montagem e realização da pesquisa.

### **Considerações Finais**

Como apontam Miguel e Biroli (2010) o Brasil combina duas características controversas, se observarmos os países ditos de primeiro e terceiro mundos, tendo, respectivamente, “grande penetração da mídia eletrônica de massa” e uma “precária cobertura da escola, que muitas vezes cumpre mal sua tarefa de socialização de conhecimentos e ainda exclui um largo contingente da população” (p. 13). Neste sentido, reconhecemos que a “importação” de teorias pode dificultar a análise de diferentes aspectos complexos da realidade brasileira, justificada pela não ocorrência de similaridades contextuais. Contudo, a abordagem de Kellner (2001) beneficia as especificidades dos olhares lançados sobre os objetos de estudo e contempla a possibilidade de abertura a teorias sociais complementares.

Kellner (2001) define o campo de estudos culturais como algo em aberto e em constante construção, que não pode ser encerrado ou fechado, sendo capaz de acompanhar as diferentes perspectivas de teorias sociais que surgem para analisar a sociedade e seus contextos em determinado tempo e espaço. Ou seja, se os objetos de análise dos estudos culturais, que são a sociedade, a cultura e a comunicação, estão em processos constantes de transformação, portanto os instrumentos de observação dessas realidades devem ser revistos constantemente, mantendo “aberto, flexível e crítico o projeto dos estudos culturais, recusando-nos a fixar ortodoxias ou dar essa área de estudos por encerrada de qualquer modo prematuro” (KELLNER, 2001, p. 75).



A fim de apresentar uma possibilidade prática de observação da aplicabilidade da abordagem de Kellner (2001) no contexto brasileiro, especificamente, citamos a tese de CRUZ<sup>6</sup> (2006), que utiliza o autor e sua proposta como referenciais teóricos para analisar as relações entre o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e a mídia do Rio Grande do Sul (RS), tendo como objeto de estudo o Jornal do Almoço, da Rede Brasil Sul de Comunicação (RBS TV), mais especificamente, por meio da análise das abordagens acerca da veiculação do “Abril Vermelho”, que contempla diferentes manifestações do MST, em 2004.

A partir da apresentação da proposta de Kellner (2001) e dos elementos essenciais envolvidos na sua abordagem, podemos concluir que o principal desafio teórico para as pesquisas e os pesquisadores que adotarem suas perspectivas é avançar na combinação de teorias sociais que contemplem os objetos analisados, como, por exemplo, as abordagens sociológicas que tratam das dimensões simbólicas das relações sociais, as teorias que tratam das questões multiculturais, como as teorizações sobre raça, gênero e sexo, e as visões pós-estruturalistas de análises da sociedade, que têm espaço de destaque nas observações teóricas de Kellner (2001), bem como a reformulação de teorias clássicas, como as próprias concepções marxistas de classe, para que dialoguem com os diversos contextos e análises.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Fernando Antônio. **Mídia e democracia no Brasil: relações entre o sistema de mídia e o sistema político.** Opinião Pública, Campinas, vol. 12, nº 1, Abril./Maio, 2006, p. 88-113.

CRUZ, Fábio Souza da. **A cultura da mídia no Rio Grande do Sul: o caso MST e Jornal do Almoço.** Porto Alegre, 2006.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia: estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno.** Bauri, SP: EDUSC, 2001.

MATTERLART, Armand; MATTELART, Michèle. **História das teorias da comunicação.** São Paulo: Edições Loyola, 1999.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Comunicação e política: um campo de estudos e seus desdobramentos no Brasil.** In \_\_\_\_ Mídia, representação e democracia. São Paulo: HUCITEC, 2010.

SILVA, Tadeu da Silva (org.); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

## **CORPO ELEVADO: UM ENSAIO SOBRE A SUSPENSÃO CORPORAL**

**Clara Maduell Gómez**

Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)

Na sociologia e na antropologia, Marcel Mauss (2003) foi o primeiro a tratar do corpo e suas percepções. O autor afirma que há uma construção social do corpo, mas como cada sociedade tem seus hábitos próprios, ele passa também por uma variabilidade cultural, fazendo com que haja, para cada comunidade, um corpo típico (*Ibidem*, 2003). Então, o corpo é produzido historicamente e não um dado da natureza, está inscrito social e culturalmente e é significado através de práticas e atos (FOUCAULT, 2014). Culturas diferentes enfatizam e definem os significados dos órgãos e faculdades de formas distintas; sempre encontraremos diferenças se compararmos as sociedades.

É por meio da educação corporal que a estrutura social é impressa nos indivíduos. Então, os valores culturais da sociedade que o sujeito pertence estão refletidos no corpo, que é uma representação da construção da pessoa. É através do corpo que expressamos tanto nossa identidade, quanto a identidade da comunidade a que pertencemos, pois há um investimento dado a ele que o adequa aos modos do grupo. As identidades são produzidas e moldadas por meio de uma referência corporal.

Dessa forma, corpo é representação da sociedade, não há processos exclusivamente biológicos, ou seja, não pode haver um modo natural de considerar o corpo que não implique também uma dimensão social. Então, ele não é universal, mas sim provisório, mutável e suscetível as intervenções do seu meio.

O estudo das possibilidades expressivas da corporeidade tem tomado uma dimensão importante, pois, como já visto, é uma condição existencial da vida cultural. Através do corpo, homens e mulheres se relacionam simbolicamente; ele é uma forma de comunicação onde o diálogo se dá através de gestos e posturas. O sentido mais desenvolvido em nossa sociedade é o da visão, então, é por meio da imagem que um indivíduo percebe o outro. Assim, as formas de construção corporal aparecem como opção de nossa “sociedade visual”, especialmente quando surgem meios de remodelagem do corpo.

Faz-se necessário lembrar que, na história humana, o corpo sempre passou por processos de modificação (SOARES, 2015). O termo *body modification* se refere a uma lista de práticas de modificações corporais feitas por uma razão cultural, ou seja, não médica e nos apresenta

uma nova realidade, na qual o corpo passa por transformações.

A *body modification* é um espelho de uma cultura que predominou no passado e hoje retorna com força total, uma mistura entre o primitivo e o moderno. A artista plástica Beatriz Pires (2005) que aborda o corpo como suporte da arte, diz que, para além do medo e da dor, o que choca, o que incomoda ou fascina, na visão de corpos modificados, é a postura e a coragem de brincar, de experimentar, de vivenciar o inconsciente que os seguidores se permitem a todo tempo.

Neste trabalho, pretendi investigar a suspensão corporal, uma prática desse universo, analisando algumas das motivações dos adeptos, através da análise dos discursos dos praticantes. É notório o crescente o número de pessoas, dentro do mundo das modificações corporais, que apresenta vontade de se suspender. Torna-se importante tentar entender essa linguagem e saber o porquê dos homens estarem em busca dessa prática e o que ela representa.

A suspensão é uma prática milenar feita por índios americanos e também por *Sadhus* - hindus considerados “santos” -, que dava ênfase para experiência espiritual e aprendizado proporcionado ao suspenso (ABREU, SOARES, 2012). Para a antropóloga Kênia Kemp (2005), a suspensão é um exemplo dessa apropriação de costumes de grupos tradicionais pelo movimento de Modificação Corporal. O psicólogo e psicanalista Daniel Lírio (2010) relata como a técnica era feita nessas sociedades:

Alguns antecedentes da prática hoje conhecida como suspensão corporal podem ser encontrados entre os *Sadhus*, na Índia, e entre as tribos *Sioux* e *Mandans*, nos Estados Unidos. Uma cerimônia típica dos *Mandans* é a dança do sol (*Sun dance*). Na versão descrita por Musafar na revista *RE/Search* (1989), ganchos ou garras de águias eram prendidos por corda a uma árvore sagrada para serem cravados na pele de um índio, que juraria dançar até conseguir que os ganchos extirpassem sua pele, ficando, então, livre. (LÍRIO, 2010).

Fakir Musafar – que cria, em 1967, o termo e o movimento *modern primitives*, ou *primitivos modernos*, descrito por Le Breton (2003) como: “todas as pessoas não tribais que reagem a uma urgência primal e que fazem alguma coisa com seu corpo”- retoma e divulga a prática a partir da cerimônia da Dança do Sol da tribo *Mandan*. Kemp define o estilo de vida do grupo:

Os ‘primitivos modernos’ se apropriam dos rituais de modificação corporal a partir do referencial individualista de propriedade sobre um corpo que é único, insubstituível, passível, portanto, de interferências ditadas pela vontade pessoal. (KEMP, 2005)

Sendo assim, os *primitivos modernos* são ativos na transformação de seus corpos,

dispostos a encontrar novos sentidos para sua corporeidade, reformular os valores de beleza, identidade e dor. Para esses, as modificações são feitas de forma contínua como forma de superação dos limites. O desejo de ultrapassar barreiras como forma de afirmar e fortalecer o caráter é constante em suas intervenções.

Atualmente, a suspensão corporal é considerada uma modificação corporal temporária; consiste na inserção de ganchos de aço cirúrgico em diversas zonas do corpo para elevação no ar, na vertical ou na horizontal, usando um sistema de cordas como meio de içagem. Segundo André Meyer (2011), *body piercer* que trouxe a técnica para o Brasil:

Os ganchos para suspensão medem cerca de 4 centímetros e são cravados como *piercings*, mas numa profundidade bem maior, para impedir que a pele se rasgue ao suportar o peso do corpo (MEYER, 2011)

Após a inserção dos ganchos, estes são plugados a cordas com mosquetões que são puxadas para elevar o sujeito do chão na horizontal, ou verticalmente – há inúmeras posições. As mudanças no fluxo sanguíneo e os hormônios liberados na prática geram estados estáticos nos suspensos. Por isso, se recomenda uma preparação não só física, mas também mental antes de se iniciar nessa experiência.

Lírio (2010) afirma que os objetivos da pessoa que se suspende são: descobrir o sentido mais profundo de si, desafiar um sistema de crenças, buscar iluminação espiritual, transcender, participar de um rito de passagem, ter sensação de liberdade, obter prazer com as sensações estéticas, fazer amigos, sentir o *rush* de adrenalina e endorfina, ter a possibilidade de dominar o medo, ter controle sobre seu próprio corpo, ser mais do que o corpo, explorar o desconhecido, provar ser capaz e, ainda, ganhar dinheiro e fama com rituais performáticos.

O objetivo do trabalho é compreender as práticas de corpo e suas diferentes concepções entre os praticantes da suspensão corporal. Para dar conta do tema proposto, fiz uma pesquisa qualitativa, uma etnografia auxiliada por seu principal instrumento: a observação participante. Através da pesquisa de campo, proposta por Malinowski (1984), e tendo contato direto com o universo estudado recolhi depoimentos e narrativas.

Participei de três eventos de suspensão: um em Florianópolis, um em Esteio e o último em Porto Alegre. O “olhar, ouvir e escrever” (OLIVEIRA, 1998) me ajudou a captar as informações de campo. Nessas oportunidades, não fiz entrevistas, preferi focar nas conversas informais. Com alguns adeptos e profissionais mantive o contato, e me responderam posteriormente através de formulário no *Google Drive*<sup>1</sup>. Enviei o formulário também para grupos de modificação corporal na rede social *Facebook*, para alcançar o público de outros

estados.

Fiz entrevistas presenciais em profundidade com quatro adeptos da suspensão. Auxiliada por um roteiro, formulei perguntas com propósito de obter dados que servissem à investigação. As entrevistas foram gravadas em vídeo nos estúdios em que eles trabalham. As conversas possibilitaram a obtenção de dados dos diversos aspectos da vida social e do comportamento desses adeptos.

Pesquisei também na literatura antropológica disponível e fiz bastante uso de fontes secundárias, como *blogs*. Não poderia deixar de explorar o site *frrrkguys* – o principal portal brasileiro de modificação corporal, que recentemente divulgou o Primeiro Censo Brasileiro de Suspensão Corporal – 2017<sup>2</sup>, no qual foram questionadas 88 pessoas e forneceu dados bastante interessantes. Além disso, consultei o mais conhecido *site* destinado a esse público: o BME (*body modification ezine*). Canadense, criado em 1994 por Shannon Larrat, é uma referência para todas as pessoas interessadas nesta área. Com a finalidade de construir uma “comunidade”, a partir dele pode-se ter acesso a fotos (para ver as mais extremas é necessária uma senha), entrevistas, depoimentos, novidades, *chats*, endereços de lojas, estúdios e clínicas relacionadas às modificações corporais.

Dessa forma, auxiliada pela teoria antropológica, pretendo refletir - por meio da observação participante em eventos e de análise de discursos - como a prática da suspensão corporal é percebida no presente entre meus interlocutores, sondando o posicionamento de quem opta pela intervenção no corpo.

Assim, conforme meus estudos, notei que as suspensões contemporâneas são feitas por *crews* ou equipes, grupos de amigos profissionais da *body modification* que se encarregam de fazer as pessoas voarem<sup>3</sup>. Há cerca de dez equipes no Brasil cujos membros se conhecem e, às vezes, até trabalham juntos. Segundo relatos, cria-se uma cumplicidade entre os profissionais e entre as *crews* e os clientes.

A maioria das suspensões ocorre em lugares fechados, o que facilita a prática em termos técnicos, mas muitos preferem a céu aberto, pois propicia o contato com a natureza. Normalmente, é necessário pagar para se suspender, como qualquer serviço prestado e os valores variam conforme as posições.

A partir de meu universo de pesquisa, pode-se tirar uma base do público adepto. A maioria é branca, cisgênera, heterossexual, jovem de 18 a 37 anos e pertence à classe média. Os meus interlocutores dizem ver seus corpos como templos e telas passíveis de decoração. Assim, a maior parte tem também outros tipos de modificação corporal. Parece que só tem coragem de

participar de uma sessão de suspensão quem já experimentou outras intervenções no corpo. A maioria dos casos analisados diz ter se suspenso mais de uma vez e os recém iniciados confessaram a intenção de fazer novamente. Por ter variadas e grandes modificações, muitos dizem ter dificuldades de arrumar emprego fora da área da *body modification*. Assim, alto número de adeptos da suspensão é profissional do setor e forma-se um grupo social de “modificados”, com rotinas e circuitos parecidos dentro da cidade.

Todas as pessoas com as quais conversei dizem existir preconceito com quem faz suspensão corporal, acreditam que o principal motivo é a falta de conhecimento sobre a prática. Os dados do censo confirmam esse tabu. Segundo o estudo, 92% das pessoas entrevistadas afirmam ter preconceito social com a prática da suspensão e 32% relatam ter enfrentado problemas sociais por realizar suspensão corporal como, por exemplo, a expulsão de casa pela família.

De fato, é através do corpo que o indivíduo é julgado. A suspensão corporal, para quem não é iniciado, choca. O sangue escorrendo e os ganchos cravados na pele evidenciam a dor, sugerindo uma figura errônea de sadomasoquismo ou “primitivismo”. A cultura institui o que está dentro dos parâmetros do saudável e do belo, o que é normal e anormal (GOELLNER, 2003). Assim, cria-se o estigma, conceito que define qualquer sinal corporal com o qual se procura evidenciar alguma coisa de mau sobre o status moral de quem o apresenta (GOFFMAN, 1975). Consequentemente, a pessoa que mostra pertencer a uma categoria com particularidades diferentes, como é o caso de quem se suspende, é pouco aceita pelo grupo social.

Apesar da desconfiança social com a prática, pude constatar, em minha pesquisa, que o perfil dos profissionais com que conversei é de pessoas qualificadas e preocupadas com a biosegurança e o bem-estar dos clientes. Todos eles afirmaram que nunca alguém se machucou fazendo suspensão corporal e frisaram a importância do trabalho em equipe para evitar acidentes. Segundo o censo nacional, 98% dos praticantes alegam nunca ter se ferido ao se suspender.

Em minhas entrevistas, dei ênfase às principais sensações experimentadas pelos participantes nas três etapas: antes, durante e depois da sessão. Majoritariamente as respostas foram: antes, ansiedade e, para quem faz pela primeira vez, medo; durante, varia conforme a posição escolhida, mas versam entre euforia, prazer, liberdade e leveza; depois, relaxamento e satisfação. Ao estranhar a ausência da sensação de dor, questionei-os sobre ela e todos me responderam que é suportável. A dor é, então, compreendida por eles como parte do procedimento para chegar ao resultado. Eles se suspendem apesar da dor e não por ela. Também,

segundo o censo, em uma escala de dor de 0 a 10, um maior número apontou o “nível” 5.

Percebi que, conforme já havia afirmado Lírio, cada indivíduo que opta pela técnica tem seus objetivos, que podem ser bastante variados e/ou combinados. Em minha investigação, consegui perceber as seguintes motivações: autoconhecimento – superação de limites, ênfase para a transcendência do *self*; ritual – ritual de passagem, a pessoa muda após se suspender; esporte - sentir o *rush* de adrenalina; lazer – juntar-se com amigos para sessões de suspensão; sexualidade – prazer em estar suspenso; arte – performance, usam o corpo como meio de passar mensagens.

Minha intenção foi trazer o discurso dos adeptos da suspensão corporal sobre vários enfoques e suas percepções sobre diversos aspectos ligados ao tema, para refletir e provocar um debate sobre essa prática ainda pouco conhecida no Brasil.

Os depoimentos afirmam que, ao se submeter a uma dessas sessões, o praticante se percebe como outra pessoa, diferente daquela que iniciou o processo, muito mais capaz e ativo. Nota-se, também, que a suspensão é uma atividade de pertencimento que integra uma comunidade com a qual se partilha valores expressos pelas marcas corporais adquiridas. De forma geral, percebi que a suspensão contemporânea gira em torno do hedonismo, sem ligação com práticas sadomasoquistas.

Essa técnica, resumidamente, parece marcar um desejo de ir em direção oposta à disciplina social imposta e a padrões pré-estabelecidos, além de indicar a dominação do homem sobre seu próprio corpo que com o avanço da tecnologia torna-se flexível e sujeito à vontade do indivíduo. É, então, uma busca do indivíduo por liberdade e singularidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Nathalia Cristinne Braga de. **Diabos Mutantes: uma análise do ritual urbano de suspensão corporal em São Paulo**. São Paulo, 2013. Monografia (Pós- Graduação). Fundação Armando Álvares Penteado. FAAP Pós-Graduação.

ABREU, Nathalia; SOARES, Priscila. **Corpo ao Extremo: a nova face de uma cultura modificada**. Jundiaí, SP: Editora In House, 2012.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 2**. O uso dos prazeres. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

GOELLNER, Silvana Vilodre. A produção cultural do corpo. In: LOURO, Guacira Lopes; NECKEL, Jane Felipe; GOELLNER, Silvana Vilodre (Orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade: Um debate contemporâneo na educação**. Petrópolis: Vozes, 2003, p. 28- 40.

GOFFMAN, Erving. **Estigma- Notas Sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada**. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.

KEMP, Kênia. **Corpo modificado: corpo livre?** São Paulo: Paulus, 2005.

LE BRETON, David. **Adeus ao Corpo**. Antropologia e Sociedade. Campinas, SP: Papiрус, 2003.

LE BRETON, David. **La Sociología del Cuerpo**. Buenos Aires: Nueva Visión, 2011.

LIRIO, Daniel Rodrigues. **Suspensão corporal e as três dimensões da intercorporeidade**. Revista Brasileira de Psicanálise. Volume 42, n. 2, 58-67, 2008

LIRIO, Daniel Rodrigues. **Suspensão corporal: Novas facetas da alteridade na cultura contemporânea**. São Paulo: Annablume, 2010.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Editora Abril, 1984.

MAUSS, Marcel. As técnicas do corpo. In: **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

MEYER, André. **Lindo de doer: piercings, viagens estéticas, eróticas e esotéricas**. São Paulo: Gaia, 2011.

OLIVEIRA, Michelle. Elevação da Alma. In: **Prazer e Dor. Revista Primeira Impressão**. Nº 45, julho de 2016.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. **O Trabalho do Antropólogo**. Brasília/São Paulo: Paralelo Quinze/Editora da Unesp 1998.

PIRES, Beatriz Ferreira. **O Corpo como suporte da arte: *piercing*, implante, escarificação, tatuagem**. São Paulo: SENAC, 2005.

Documento eletrônico:

SOARES, Thiago Ricardo (T. Angel). **Manifesto *Freak***. Osasco, São Paulo. 27 de Dezembro de 2015. Documento eletrônico disponível em:

<https://xtangelx.wordpress.com/2015/12/28/manifesto-freak/>. Acessado 23 de outubro de 2017.



## **A TECNOLOGIA E O SURGIMENTO DE NOVOS MEIOS DE HOSPEDAGENS: REFLEXÕES E APONTAMENTOS ACERCA DO TURISMO E DA HOSPITALIDADE**

**Gabriel Godoi**

Universidade de Caxias do Sul

**Rodrigo Lages lakman**

Universidade Federal do Pampa

### **Introdução**

O presente trabalho se dedicou acerca das influências de tais redes no turismo e na hospitalidade, buscando primeiramente apresentá-las e por considerar estas redes uma inovação na forma de praticar turismo, repercutindo assim sobre as esferas de hospitalidade e acolhimento em se tratar do *couchsurfing*, e sobre os novos ramos de economia criativa no turismo ao falar sobre a rede *airbnb*.

Este estudo poderá ainda que minimamente contribuir de forma introdutória para aqueles que pretenderem aprofundar seus estudos sobre estas novas redes de hospedagem no turismo, assunto este pouco abordado academicamente, bem como poderá contribuir aos que por algum motivo se interessem em saber um pouco mais sobre o funcionamento destas.

A construção referencial deste trabalho se deu através de revisão bibliográfica e será apresentada em dois capítulos, o primeiro se dedicará em apresentar e explicar o funcionamento das plataformas de hospedagem escolhidas e o segundo trará uma breve contextualização sobre turismo e hospitalidade, buscando então estabelecer a conexão destes com o *couchsurfing* e o *airbnb*, objetivando assim o alcance dos debates aqui propostos.

### **Novos meios de hospedagem: *couchsurfing* e o *airbnb***

O *couchsurfing* segundo Stern (2009) surge quando o professor Casey Fenton, resolve realizar uma viagem pela Islândia, resolve enviar e-mail para mais de 1500 alunos, pedindo a eles hospedagem e recebendo como retorno um número significativo de respostas positivas.

Por sua vez o *airbnb*, surge segundo Goidanich (2016) O *Airbnb* surge em 2008 quando dois jovens tem a ideia de oferecerem o aluguel de colchões de ar em seu apartamento, em um

momento em que a ocupação hoteleira da cidade estava superlotada, com o intuito de conseguirem uma renda extra para pagarem o aluguel.

As redes já mostram desde a matriz de seu surgimento suas indicações e enquadramentos dentro do cenário do turismo e da hospitalidade. Onde o *couchsurfing* (2017) diz “carregar a missão de conectar viajantes que pretendam compartilhar de forma profunda suas experiências”. O site do *airbnb* (2017), diz que:

Não importa se você precisa de um apartamento por uma noite, um castelo por uma semana ou um condomínio por um mês: o Airbnb conecta as pessoas à experiências de viagem únicas, preços variados, em mais de 65.000 cidades e 191 países. Com um serviço de atendimento ao consumidor de nível internacional e uma comunidade de usuários em crescimento constante, o Airbnb é a maneira mais fácil de transformar seu espaço extra em dinheiro e mostrá-lo para milhões de pessoas.

Neste sentido, pode-se estabelecer uma conexão entre o *airbnb* e o parâmetro econômico do turismo e do *couchsurfing* com o lado mais social e solidário na realização turismo, ainda que de forma inovadora e fora dos “padrões” já pré-estabelecidos na realização do turismo enquanto pratica social com seus fins econômicos.

Muitas vezes o turismo acaba por se apropriar de uma localidade, preenche seus espaços com suas atividades, construções e adaptações e a comunidade que ali reside, além de sufocada e sofrendo com os malefícios trazidos pelo turismo, acaba sendo excluída dos benefícios que o mesmo pode gerar, pois então, ao invés de se oferecer qualificação e oportunidade de emprego a quem vive na localidade, se busca trazer mão de obra “qualificada” de outros lugares; se criam estabelecimentos que por vezes não podem ser frequentados pela comunidade por exigirem um alto padrão econômico e além de que muitas vezes o morador local se quer teve oportunidade de uma educação que o permita comunicar-se com o estrangeiro que perambula por seus espaços cotidianos.

As redes aqui apresentadas podem contribuir na diminuição destes malefícios, pois o *couchsurfing* pode vir a estabelecer relações de valorização cultural, uma vez que o nativo da localidade é procurado por um turista que busca uma hospedagem com o interesse único em conhece-lo e o *airbnb* que pode ser uma forma de o morador local ter parte nos lucros trazidos pelo turismo.

O *couchsurfing* como aponta Dutra (2010) já está sendo utilizado em 236 países e possui mais de 1,7 milhões de usuários e tem ao longo dos anos revolucionado a forma de viajar de muitas pessoas. Da mesma forma o *airbnb* não foge dos altos números, pois como aponta o site Airbnb (2017) há 9 anos da criação do *airbnb*, ele já conta com 3 milhões de anúncios, 65 mil

idades em mais de 191 países possuem imóveis registrados na rede e aproximadamente 200 milhões de pessoas já viajaram utilizando o serviço.

É possível após a exposição destes autos números, mensurar ainda que em partes a grande proporção destas redes de hospedagem para o turismo, elas expressam as diversificações nas formas de viajar e até mesmo nos tipos de turistas que podemos encontrar nos dias atuais, desde pessoas que realizam viagens de alto custo, até o turista “*backpacker*” que vem a ser o turista independente ou denominado mochileiro.

O avanço da tecnologia traz a alguns anos muitas contribuições e interferências para o turismo, um exemplo clássico vem a ser o das agências de viagem que precisaram se reinventar ao terem que lidar com o fato de que seus clientes poderiam realizar de forma autônoma alguns serviços que anteriormente somente elas prestavam.

## Hospitalidade

Abordaremos a hospitalidade, que é um dos fatores necessários para o bom aporte turístico e sua manutenção, sem um grande aprofundamento sobre os seus conceitos tão divergentes, mas dando um sentido de hospitalidade em prisma social e comercial. Sem a relação que acontece entre o viajante, ou recebido, com o local/localidade ou receptor, não existe base para o funcionamento não só do turismo, mas também para o entendimento desse estudo das redes de *couchsurfing* e *airbnb*. Visto que elas são basicamente uma plataforma funcional de receptividade que proporciona acolhimento e por sua vez, um modelo de hospitalidade.

Hospitalidade pode ser encontrada nas relações humanas, dentro de diversos parâmetros, sendo os mais abrangentes o social e o econômico/comercial e, por se tratar de uma prática antiga e que vem ao longo do tempo se aprimorando e sendo apropriada por outras atividades sociais como o turismo, está tem sido um foco latente de muitos estudos acadêmico no decorrer do tempo.

Existem, duas linhas consolidadas de estudos da hospitalidade, a linha francesa que se dedica aos estudos da hospitalidade em um âmbito relacional e social e a americana que trata da hospitalidade apropriada e incorporada nas relações e comerciais, como na hotelaria, por exemplo.

Para tanto o presente trabalho que visa as tratar das relações estabelecidas a partir do surgimento destes novos meios de hospedagem, se identifica mais com os estudos acadêmicos da hospitalidade que tratem das relações de hospitalidade, acolhimento, mas não ignora o caráter econômico e inovador apresentado pela rede *airbnb*.

Como define Brotherton (1999), o autor propõe a seguinte definição para hospitalidade: “uma troca humana contemporânea, assumida voluntariamente e concebida para aumentar o bem-estar mútuo das partes envolvidas”. Essa definição trazida por Brotherton, apresenta inclinações mais humanas e suas relações entre entes, tendo um viés mais social.

A hospitalidade em sua aplicabilidade, nos remete mais do que ao bem receber, também nos insere em âmbitos das inter-relações de trocas culturais. Dentro dos seguimentos turísticos, a hospitalidade é base de manutenção e continuidade turística, e também social e cultural. Esses atos partem de um ser para o outro e carregam consigo suas vivências, as transmitem e por sua vez acabam por receber, nessa relação de trocas culturais no meio turístico de hospedagem, como apontado por Quadros (2011) O domínio social da hospitalidade representa o conjunto de comportamentos da vida privada, exercida dentro de um limitado círculo de amizade ou relacionamento, ou seja, nasce no contexto da vida familiar e se expande para as outras esferas das relações humanas.

Já a hospitalidade quando mergulhada no campo comercial traça um caminho de lucratividade, segundo Lashley (2004), “[...] depende da reciprocidade com base na troca monetária e de limites da concessão de satisfação ao hóspede [...]”. Temos assim movimentos de satisfação do cliente, o que nem sempre ocorre com tranquilidade, essa troca simbólica entre cliente e prestador de – serviço -, traz as características sociais reduzidas dentro da área comercial da hospitalidade, não há uma inclinação mais humanizada, e sim uma ação, que diremos aqui, quase que mecânica de atuação engessada, de fazeres de fins que visem a captação de recursos financeiros, tendo como retorno a satisfação do cliente, o seu feedback positivo. Campos (2008) diz que a percepção do indivíduo quanto à hospitalidade é, portanto, algo de caráter pessoal e, ao relacioná-la com os cinco sentidos, é uma maneira de tentar entendê-la melhor, mas não generalizá-la.

Quando tratamos de hospitalidade dentro das redes de *couchsurfing* e *airbnb*, levando em consideração as novas tecnologias, entendemos que exista uma nova relação estabelecida entre os envolvidos, assim como as contribuições que se dão nessas relações que por serem ainda muito pouco estudadas, e não terem muitas pesquisas acerca desses desdobramentos, esse estudo se limita a ser um balizador para futuros estudos, que tragam dados mais específicos sobre essas relações.

Ainda assim, a hospitalidade dentro das redes de *couchsurfing* e *airbnb*, se faz única e singular, visto que as plataformas citadas, inserem o turista em um ambiente exclusivo, esse turista

e só esse turista poderá trazer a luz, do que é hospitalidade nesse meio, como aponta Campos (2008):

A hospitalidade e toda a complexidade que a cerca a torna de caráter único ao englobar o indivíduo como elemento central de sua conceituação. É o hóspede que define se considera algo hospitaleiro ou não, utilizando a percepção como medidor dessa definição. Uma experiência só será bem percebida, bem vivida se o indivíduo for capaz de interagir de forma direta com o local, com as pessoas, com o espaço e com a cultura do lugar visitado. Ao se sentir parte desse espaço e usufruí-lo, o turista se torna mais sensível e vulnerável para filtrar o que ele julga agradável ou não. Campos (2008 p. 14).

Dessa forma, colocamos as maneiras ou meios mais frequentes dentro do campo dessa pesquisa, que se evidenciam, na hospitalidade para a prática turística ligadas as redes de *couchsurfing*, e *airbnb*. As proximidades entre as redes, incluem objetivos diferentes, mas que se comunicam com o turista, funcionando enquanto uma opção por meio tecnológico que desencadeia na hospitalidade.

### **Considerações finais**

Neste sentido, o presente trabalho apresentou brevemente duas redes sociais de hospedagens e falar um pouco sobre sua vinculação ao campo do turismo e da hospitalidade, sendo elas redes de funcionamento parecido, porém com suas diferenciações, desde sua matriz e surgimento até a atualidade em seus objetivos principais.

O turismo hoje no mundo movimenta grandes números, não necessariamente falando em valores monetários, mas movimenta pessoas, culturas e vivências, bem como estas duas redes, nos dias atuais contam muitos usuários e proporcionam um grande número de hospedagens. Ao pensar que no *couchsurfing* o principal objetivo é o convívio aproximado na relação entre turista e anfitrião e o *airbnb* pode ser visto como um modelo alternativo no mercado das hospedagens é onde se dá a relevância deste estudo, visto que estas redes já possuem uma dimensão significativa e são pouco estudadas.

As redes de *couchsurfing* e *airbnb*, hoje, são meios de hospedagens amplamente utilizadas dentro da contemporaneidade. Trazem dentro de suas singularidades experiências únicas enquanto ponto de inter-relação pessoal hospede e anfitrião. Como esse trabalho não tem como objetivo maior trazer um grande aprofundamento sobre as ramificações das redes, mas sim uma breve introdução a elas, apontamos as diferenciações mais implícitas entre o *couchsurfing* e o *airbnb*. Reforçamos a dita que são áreas poucos estudadas ainda e não se encontra pesquisas.

Também apontaremos a capacidade de promoção de interação social entre os usuários das redes, e deixar registrados a capacidade existente das redes de *couchsurfing* e *airbnb* de promover não só o turismo cultural/social como um sentido de reativação de práticas sociais já um pouco fragmentada e com perda de um sentido mais humano. Mesmo esse aporte se fazendo necessário, essas pesquisas ainda estão em fase de conclusão e não poderão aparecer aqui, mas já trazem apontamentos para uma ressignificação na própria prática de movimento turístico e de hospitalidade.

Quando o turismo se desenvolve de uma maneira ou deveria se desenvolver, de uma maneira equilibrada, o que nem sempre se dá, temos sempre o critério do quanto se gira economicamente em torno do turismo, e quem são os seus beneficiados, temos então geralmente a população do local onde o turismo se desenvolve, sendo as primeiras a não usufruir do que o turismo faz surgir, ou ficando a margem do que é gerado e não muito raro sendo excluída do contexto progressista do desenvolvimento turístico.

Seja nos empreendimentos que surgem, seja no investimento em atrativos, sempre existe uma parcela de turistas ou potenciais turistas que buscam meios alternativos de se inserirem nos locais, podendo ser através das redes de *couchsurfing* e *airbnb*, por que as redes e sistemas de turismo convencionais não atende as demandas desses turistas e suas particularidades. Esses sistemas proporcionam ainda movimentação cultural, impulsionam relações em prol do “conhecer” e podem também favorecer economicamente muitas pessoas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BROTHERTON, Bob.; WOOD, Roy. C.. **Hospitalidade e administração da hospitalidade.** In: LASHLEY, Conrad e MORRISON, Alison (orgs.). **Em busca da hospitalidade: perspectivas de um mundo globalizado.** São Paulo: Manole, 2004.

CAMPOS, Sinara Rafaela. Os cinco sentidos da hospitalidade. **Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo**, v. 3, n. 1, 2008.

GOIDANICH, Maria Elisabeth. **Airbnb e Seus Anfitriões: Empreendedorismo, Comércio e Colaboração na Economia de Compartilhamento.**

LASHLEY, Conrad. Para um entendimento teórico. In: LASHLEY, Conrad e MORRISON, Alison (orgs.). **Em busca da hospitalidade: perspectivas de um mundo globalizado.** São Paulo: Manole, 2004.

DUTRA, Mariana. **Um estudo de perfil de usuários da rede Couchsurfing.** 2010. 80 f. Tese (Doutorado) - Curso de Habilitação Relações Públicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

QUADROS, Alexandre Henrique de. **A hospitalidade e o diferencial competitivo das empresas prestadoras de serviço**. Revista Hospitalidade. São Paulo, v. VIII, n. 1, p. 43-57, jan.-jun. 2011.

COUCHSURFING. (s.d.). Couchsurfing. Acesso em 28 de NOVEMBRO de 2017, disponível em Couchsurfing.com: <http://www.couchsurfing.com/about/about-us>

AIRBNB. (s.d.). Airbnb. Acesso em 28 de NOVEMBRO de 2017, disponível em Couchsurfing.com: <http://www.airbnb.com/about/about-us>

## **O PODER RACIONAL SOBRE A VIDA: UM ESTUDO INTRODUTÓRIO**

**Rosana Daniela Ames**

Universidade Federal de Pelotas

### **Introdução**

O tema de pesquisa desse trabalho se insere no quadro teórico da sociologia da saúde e, mais estritamente, na sociologia médica, cujo objeto de pesquisa é a percepção de médicos do Hospital Escola da Universidade Federal de Pelotas acerca da humanização em saúde.

A sociologia médica compreende o conhecimento das estruturas organizacionais hospitalares, relações entre papéis, sistemas de valores e o entendimento da sociedade como um fator de influência na medicina. A sociologia médica lança as primeiras bases para o aparecimento da sociologia da saúde – esta última abrange aspectos mais alargados de análise social (MONTAGNER, 2008).

Identificar os fatores que facilitam e dificultam uma prática humanizada em saúde na perspectiva médica e quais são os principais motivos que a conduzem na sua adoção é um passo estratégico no entendimento de uma prática humanizada em saúde no âmbito do serviço público. A escolha do campo empírico deveu-se ao fato de que é considerado um Hospital Universitário que adota uma prática humanizada, tanto em relação aos cuidados quanto em relação à formação acadêmica.

Os hospitais públicos apresentam hoje no Brasil problemas variados, tais como: falta de médicos, medicamentos, tecnologias, leitos, recursos financeiros, excesso de trabalho dos médicos, enfim, problemas práticos que clamam por uma resposta social rápida.

### **Marco Teórico**

A abordagem impessoal do médico é consequência da visão profissional da prestação do serviço burocrático, em que o envolvimento com os pacientes é impedido pela impessoalidade que impera. Esta dinâmica se dá em razão da alta demanda existente nos serviços de saúde, em que o tempo destinado ao tratamento de cada pessoa é pequeno (GONÇALVES, 2001).

No processo de formação de médicos existe o discurso de distanciamento médico em relação aos pacientes, ou seja, das vivências e sentimentos que significam encarar a morte e o sofrimento para



que possam ajudá-los. Assim, os médicos deixam de lado o universo subjetivo do sofrer supervalorizando os aspectos objetiváveis ao referirem-se somente ao papel condicionante das teorias correntes acerca das doenças (CAMARGO, 1990). Por outro lado, o médico iniciante ouve tantas vezes que deve preocupar-se com o paciente e ter uma visão dele como um todo que acaba por esquecer-se de que, ao final, o que existe em sua causa são somente células com mau funcionamento, e que efetivamente a preocupação com a “humanização” da medicina acaba na teoria (TESSER, 2009).

A visão sistêmica - característica dos discursos de humanização na medicina - do profissional de saúde também é comprometida por meio da compartimentalização das tarefas. Dessa forma, a visão sistêmica entra em choque com o principal elemento que constrói toda a dinâmica de trabalho médico, isto é, a fragmentação característica do paradigma da ciência moderna e a especialização das tarefas fruto da organização burocrática (FILIZOLA; FERREIRA, 1997).

O discurso humanista está ligado à forma ampla de olhar o doente, considerando a sua subjetividade emocional, aliando um tratamento invasivo de forma secundária e uma busca por comunicação e qualidade de atendimento. Já o discurso tecnicista emprega a fragmentação da doença e do atendimento, com um processo intervencionista estabelecido de forma prioritária, com menos foco na comunicação e na abordagem sistêmica. Dessa forma, existem dois tipos de discursos médicos: humanista e tecnicista (CARAPINHEIRO, 1990).

Entende-se aqui o conceito de saúde, dado pela Organização Mundial de Saúde, com uma abordagem mais ampla do que simplesmente a ausência de doenças físicas, mas também emocionais. Se considerarmos a concepção de saúde de um ponto de vista puramente de bem-estar físico as doenças emocionais ficariam apartadas desta concepção de doenças e não teríamos os aviltantes casos de suicídio cujas causas, de um ponto de vista médico, são psicológicas. Embora essa definição seja irrealista, pois nunca será um perfeito bem-estar ela revela a concepção holística que está arraigada ao fenômeno (KAPRA, 1982).

A humanização em saúde remete à superação de noções de fragmentação e de isolamento, tão centrais para a implementação do trabalho médico na organização. O conceito insere-se na perspectiva de que, após a introdução do paradigma cartesiano, a prática biomédica se torna racional, como se a dimensão pessoal e emocional tivesse que ser resgatada do passado.

O modelo cartesiano – que pressupõe a fragmentação do objeto em quantas partes forem necessárias para estudá-lo – é fruto do paradigma positivista, e ainda permanece estruturando o trabalho médico, uma vez que se desenvolve segundo uma forma de perceber o corpo como uma

máquina, a doença como efeito de um problema na máquina e o trabalho médico como o seu possível concerto (CAPRA, 1982). O modelo biomédico, pautado no viés cartesiano, tem estruturado historicamente todas as ações em saúde e seu modo de abordagem já aponta para o falimento, uma vez que permanece com uma abordagem impessoal, mecanicista, intervencionista e restrita aos sintomas, cuja dinâmica acarreta acusações à prática médica, caracterizando-a como desumana (TESSER, 2009).

A visão parcial e individual do médico em relação ao doente tem raízes epistemológicas muito profundas – desde o surgimento da ciência moderna – e é fruto de um paradigma do conhecimento moderno. Segundo Camargo (1990), a ciência permitiu maior controle sobre seu objeto, ao mesmo tempo em que se distancia dele. O paradigma do conhecimento moderno foi cunhado inicialmente por Bacon e Descartes, no século XVI, na passagem do período Feudal para o período Renascentista, em que a ciência é fundada excluindo-se o sujeito como central no seu conhecimento, com o abandono da noção de humano. Iniciaram-se, com o Renascentismo, técnicas médicas como a dissecação de cadáveres, experimentação de novas drogas e cirurgia, o que significou enorme progresso (AUGUSTO, 1989).

O século XX, os problemas da abordagem biomédica se tornam evidentes, tanto para pessoas de dentro da área da saúde quanto fora dele, e conduz as concepções de saúde ao debate público e a considerações de que os seus problemas estão emaranhados no próprio sistema cultural. A abordagem cartesiana, assim como fragmenta, trouxe avanços no que consiste ao detalhamento dos mecanismos moleculares e desenvolveu enormemente as pesquisas (KAPRA, 1982).

O não envolvimento com os pacientes faz parte de uma dimensão do trabalho que deve ser profissional, ou seja, tanto mais o médico se afasta emocionalmente do doente, mais eficaz serão as suas técnicas e o cuidado (FILIZOLA, 1997). A emergência do racionalismo - que significa a capacidade de raciocinar logicamente e controlar as paixões, de modo que as emoções não emerjam – remete às noções de separação entre objetividade e subjetividade, corpo e mente, razão e emoção (SOUZA E MOREIRA, 2008). A fragmentação nos processos médicos é uma tentativa de eliminar a subjetividade do fazer médico de modo que o médico não se comunique mais com o paciente através do sofrimento que este apresenta, mas a sua comunicação se dá com a semiologia, método de classificação das doenças em sintomas e signos (FOUCAULT, 1977). Quando a ciência biomédica se funda através do método cartesiano, se torna cada vez mais difícil a abordagem de cura por meio da interdependência entre corpo e mente, dado que os estudos se transferem dos órgãos para as células, isto é, para entidades cada vez menores. Ademais, a difusão de que a doença é causada por um único fator também é fruto da concepção cartesiana. Descartes estava ciente das implicações de

sua teoria na medicina, mas ele mesmo considerava a interação dos outros elementos com o corpo um aspecto essencial (KAPRA, 1982).

A episteme é entendida como a ruptura de um modo de produzir conhecimento, isto é, culminando em um novo terreno cujos saberes que florescem possuem o mesmo fundamento de concepção, atendendo à uma mesma racionalidade, que os faz tornarem-se parecidos. O aparecimento da clínica marca a introdução de uma nova episteme na ciência médica, que rompe com seu passado por meio da permutação de um saber e experiência que se torna positivo, com o corpo figurando como objeto médico. A medicina se desvincula da metafísica e da religião, do mal que antes estava empregada. A prática de saúde se associava, antes da clínica, à ordem religiosa, que lutava contra o mal que causava a doença no corpo, isto é, o tratamento se dirigia à alma, não ao corpo. Na clínica modificam-se os nomes das doenças e os sintomas, os códigos do corpo e os objetos se dirigem para a observação. Antes da clínica as relações se davam mais no âmbito do instinto e da sensibilidade, isto é, todo mundo era sujeito e objeto, de modo que o conhecimento era passado, até mesmo, de pai para filho (FOUCAULT, 1977).

### **Programa Nacional de Humanização em Saúde**

A legitimidade da temática humanização ganha novos contornos quando é implementado o Programa Nacional de Humanização em Saúde, que teve duração de 2000 a 2002. O Programa Nacional de Humanização consistiu em um direcionamento conjunto de ações públicas, proposto pela Secretaria de Assistência à saúde, do Ministério da Saúde. Nele a humanização está relacionada com a prática mais estreita através da comunicação médica com o paciente, a abordagem intervencionista da doença como uma estratégia secundária, a ideia de levar em consideração o sofrimento das pessoas, bem como condições de trabalho. Para alcançar esta perspectiva humanista seria necessário considerar a medicina apartada do paradigma das ciências naturais, configurada no âmbito da ciência moderna (DESLANDES, 2004).

O Programa Nacional de Humanização é fruto da tentativa de melhoria da qualidade no atendimento dos serviços públicos de saúde, levando em consideração seu princípio de integralização. A primeira etapa consistiu na realização de um projeto em dez hospitais públicos do país, com realidades de gestão, socioculturais e portes muito diferentes e perceber como eles implementavam a iniciativa. Segundo algumas pesquisas referentes à qualidade no atendimento ao paciente dos serviços públicos, a falta de recursos materiais e de médicos aparecem como um

problema secundário para o usuário, que considera o atendimento médico como a dimensão mais importante ao adentrar nos hospitais públicos.

Levando em conta a necessidade de uma atenção à saúde de boa qualidade, preconizada pelo Programa Nacional de Humanização, o SUS entende que uma abordagem em saúde que leve em conta as múltiplas dimensões levará a resolução dos problemas. Segundo o Sistema Único de Saúde, a atenção ao usuário está pautada pelo princípio da integralidade. A visão parcializada do saber médico, pautada no paradigma cartesiano de abordagem, bloqueia a visão sistêmica do doente. E tanto mais especializado o ambiente hospitalar menor a integralidade e a abordagem sistêmica.

O princípio da integralidade fundamenta as ações do Estado Brasileiro para a saúde. Pode adquirir o sentido de permear as práticas em saúde bem como das respostas que o Estado dará a problemas específicos de saúde.

## **Hipóteses**

Existem duas categorias de médicos:

- 1) **Tecnicistas racionais:** preocupados com uma visão objetiva dos pacientes e suas doenças, desvinculados do discurso biomédico de humanização, por entenderem que aspectos subjetivos, tais como a emoção, interferem no “profissionalismo”, isto é, na eficácia do trabalho realizado.
- 2) **Humanistas:** preocupados em estabelecer uma relação humana e estreita com os indivíduos através da comunicação, porém esbarram em dificuldades de rotina, tais como excesso de demanda hospitalar para um tratamento mais humanizado.

## **Objetivos**

### **Objetivo geral**

Compreender a perspectiva de médicos vinculados ao Hospital Escola da Universidade Federal de Pelotas em relação à humanização em saúde, considerando a perspectiva biomédica de uma prática cada vez mais voltada para a humanização em saúde. Assim, buscará um entendimento da

humanização do ponto de vista discursivo dos médicos, isto é, como concebem um projeto de humanização em saúde.

### **Objetivos específicos**

- A) Identificar quais fatores dificultam ou facilitam a humanização em saúde na perspectiva dos médicos do Hospital Escola da Universidade Federal de Pelotas.
- B) Entender como o princípio da integralidade – preconizado pelo SUS – é abordado nas práticas hospitalares e o que os médicos pensam sobre ela.

### **Metodologia**

Após a fase de revisão da literatura, a segunda fase da pesquisa será a coleta de dados, por meio de uma metodologia qualitativa, constituída por entrevistas com médicos, bem como observações no hospital. Posteriormente, será realizado o tratamento analítico dos dados por meio da análise de conteúdo.

A entrevista será do tipo semiestruturada, de modo a conduzir as respostas dos entrevistados para questões interessantes para o entrevistador, ao mesmo tempo em que deixa o entrevistado livre para formular respostas às perguntas (MAY, 2004). A amostra se constituirá a partir do método de saturação teórica, em que o entrevistador verifica a repetição dos pontos de vista dos entrevistados, a partir deste ponto ele “sente” que os temas se esgotaram, dado que nenhuma informação nova parece emergir. Assim, a amostra será definida a partir da entrada no campo empírico.

A observação e a entrevista semiestruturada serão desenvolvidas para responder ao primeiro e segundo objetivos de pesquisa, que são: a) identificar quais fatores dificultam ou facilitam a humanização em saúde na perspectiva dos médicos e b) entender como o princípio da integralidade é abordado no hospital e qual a percepção dos médicos a respeito. A observação será feita pelo acompanhamento por parte do pesquisador, das pessoas e suas relações, por meio da descrição e interpretação do que é observado. O instrumento para coleta de dados nessa fase da pesquisa é o diário de campo.

Por fim, o material coletado será estudado por meio de uma análise de conteúdo. A análise de conteúdo apresenta-se como método mais adequado quando o que está sendo considerado são interpretações da realidade social.

A pesquisa será submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa da UFPel, ao qual todas as pesquisas sérias envolvendo seres humanos devem ser submetidas. A submissão do protocolo de pesquisa é feita primeiro via Plataforma Brasil, para análise ética. A autorização é indispensável nesta pesquisa, uma vez que qualquer pesquisa que adentre o Hospital Escola necessita do parecer do Comitê de Ética em Pesquisa.

Após a aceitação, na integralidade, dos protocolos de pesquisa via Plataforma Brasil, o Comitê de Ética em Pesquisas da UFPel tem 30 dias para emitir parecer final sobre os protocolos submetidos via Plataforma Brasil.

### **Hospital Escola da Universidade Federal de Pelotas**

A Empresa Brasileira de Administração de Serviços Hospitalares presta serviços ao Hospital Escola da Universidade Federal de Pelotas, surgindo com uma tentativa de implementação de melhorias nos serviços dos hospitais universitários do país.

A EBSEH é uma empresa pública com regime jurídico de direito privado. Sendo assim, continua sendo um hospital administrado pelo serviço público, porém com uma nova roupagem jurídica. O objetivo da empresa é prestar serviços no âmbito dos hospitais universitários públicos ou instituições similares de apoio ao ensino, pesquisa e extensão no campo da saúde pública.

Nas pesquisas, o Hospital Escola constitui-se em um lugar de excelência dos cursos de graduação e pós-graduação da área da saúde da Universidade Federal de Pelotas. Atualmente, sua estrutura engloba assistência em saúde de alta e média complexidade, em que estão inseridos nove cursos da área da saúde, dentre eles: medicina, enfermagem, nutrição, terapia ocupacional, psicologia, farmácia, odontologia, educação física e medicina veterinária.

Trata-se de um hospital de ensino desde 2004, ano ao qual recebeu esta titulação por possuir requisitos tais como: atendimento à população 100% SUS, abrigo permanente e contínuo de atividades de ensino de cursos de graduação e de programas de residência médica e multiprofissional.

Atualmente, o Hospital Escola presta atendimento a 22 municípios da região sul pelo SUS, sendo referência nesta região em diversas especialidades. O HE adota agenda mínima de 3 consultas por hora para cada profissional em um turno de trabalho.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- AUGUSTO, M. H. O. **Natural, racional e social: discussão de uma sociabilidade.** São Paulo, 1989.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Assistência à saúde. **Programa Nacional de Humanização da Assistência Hospitalar.** Brasília, 2001.
- CAMARGO, K. R. **(Ir)racionalidade médica: os paradoxos da clínica.** Rio de Janeiro, 1990.
- CAPRA, F. **O ponto de mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente.** São Paulo, 1982.
- CARAPINHEIRO, G. **Médicos e representações da medicina: humanismo e tecnicismo nas práticas hospitalares.** Lisboa, 1990.
- DESLANDES, S. **Análise do discurso oficial sobre a humanização da assistência hospitalar.** Rio de Janeiro, 2004.
- ESPIRIDIANO, E. MUNARI, D. B. **Holismo só na teoria.** São Paulo 2004.
- FILIZOLA, C. L. FERREIRA, **O envolvimento emocional para a equipe de enfermagem: realidade ou mito.** Ribeirão Preto, 1997.
- FOUCAULT, M. **O nascimento da clínica.** Rio de Janeiro, 1977.
- GONÇALVES, E. L. **Estrutura organizacional do hospital moderno.** São Paulo, 1998.
- KAPRA, F. **O ponto de mutação.** São Paulo, 1982.
- MONTAGNER, M. Â. **Sociologia médica, sociologia da saúde ou medicina social: um esforço comparativo entre França e Brasil.** São Paulo, 2008.
- PELOTAS. **Hospital Escola da Universidade Federal de Pelotas.** Relatório de gestão. Brasília, 2014.
- SOUZA, V. S. MOREIRA, M. C. N. **A temática da humanização na saúde: alguns apontamentos para debate.** Rio de Janeiro, 2008.
- SPADARI, M. J. **Procurando o lado humano da medicina. Existe outro?** Porto Alegre, 2004.
- THEMES, T. L. F. **Racionalidades médicas e integralidade.** Rio de Janeiro, 2007.
- TESSER, C. D. **Práticas complementares, racionalidades médicas e promoção da saúde: contribuições pouco exploradas.** Rio de Janeiro, 2009.

## **IDENTIDADE E CONSUMO: UM OLHAR ANTROPOLÓGICO SOBRE O USO DA CAMISETA DE BANDA NA METRÓPOLE PAULISTANA**

**Jessica Rodrigues Araujo Cunha**  
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

### **INTRODUÇÃO**

O trabalho tem o objetivo de demonstrar como ocorrem e surgem as interações entre determinados indivíduos e grupos no meio urbano e quais os artifícios ou objetos que agem como mediadores dessa relação, sendo assim a camiseta de banda se constitui como o principal objeto a ser analisado durante os rituais de interação. Dessa forma o estudo tem ligação direta com a discussão do consumo, no que diz respeito ao uso da camiseta que ao mesmo tempo irá nos mostrar e demonstrar o caráter identitário que a mesma carrega para os indivíduos que a vestem, indivíduos esses que se encontram principalmente em grupos urbanos. O resultado busca trazer a discussão da interação e da identidade em torno de grupos que não são comumente debatidos, mas que fazem parte de uma rede de relações que constituem a dinâmica de um centro urbano.

### **APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO**

O consumo e o uso de camisetas de bandas (com estampas do logotipo de uma banda ou a sua formação) possuem um sentido que ultrapassa o uso comumente designado a uma camiseta. Ao consumir ou vestir a camiseta, o sujeito está envolto em uma rede de significados e relações, que ocorrem desde o momento da compra, quando a veste, quando a guarda como lembrança e até o momento em que se encontra no local em que o uso da camiseta será percebido como algo que o distingue, ou em um local onde o seu uso dará início a interações e o indivíduo será percebido como um daqueles que compõe esse ambiente.

Quando um indivíduo veste uma camiseta relacionada a uma banda, coloca também nessa peça de roupa um significado relacionado à sua identidade, que pode ser uma forma de interação ou laço com outros indivíduos que tenham o mesmo tipo de bem. O objeto camiseta



adquire aqui um caráter de demarcação de uma identidade coletiva e os indivíduos passam a interagir de acordo com esse jogo de significados que o objeto carrega.

A partir disso, é possível trazer para esse debate o trabalho de Goffman (2010) sobre as formas de interação e regulação que orientam os comportamentos dos indivíduos. Sob essa perspectiva, considera-se que na interação há uma ordenação social, ou seja, os comportamentos sociais possuem certas normas de conduta e dentro deste contexto a regra que se tem é a busca pela interação, porém os atores podem incorporar ou modificar essas informações e interações que a camiseta irá produzir.

Embora existam inúmeros subgêneros dentro do rock e heavy metal que acabam se diferenciando através da musicalidade, temática e outros aspectos, os simpatizantes desse gênero e subgêneros possuem uma semelhança, que é a camiseta de banda como composição visual. No universo dos headbanger<sup>1</sup>, roqueiros e simpatizantes do estilo a camiseta não representa simplesmente um modismo, mas é percebida como maneira de autoafirmação e identificação. Além disso, a camiseta se caracteriza por ser um objeto relativamente “barato”, o que permite que seja usado com uma maior frequência nesse cenário. Outro ponto que merece destaque a respeito da camiseta é que a maioria delas possui um corte reto, sem muito requinte, o que a leva a não ter apenas um gênero destinado ao seu uso, ou seja, ela não se caracteriza com masculina ou feminina, ela não é uma roupa que possui uma demarcação no que diz respeito ao gênero, o que permite um então uma mesma camiseta ser usada tanto por homens quanto por mulheres.

O movimento e o estilo musical ligado ao rock/metal e seus subgêneros estão presentes em um movimento de contracultura que não é recente, tendo sua origem em meados dos anos 1960. A contracultura é considerada como uma forma de opor-se à cultura dominante em determinado momento ou época, na qual o rock esteve presente desde seu início (PEREIRA, 1986). O movimento se posicionava contrário ao que considerava imposições, criando novas maneiras de relacionar-se com o mundo e a sociedade. Além de manifestar esses desacordos em suas músicas, o grupo também manifestava sua insatisfação através das roupas que usava. É assim que a camiseta é introduzida, como anteriormente dito, como uma forma de autoafirmação.

Um dos espaços abordados por Goffman (2010) na análise de interações sociais são os espaços públicos, que podem proporcionar o encontro de pessoas que, mesmo que não se conheçam, partilham de determinados elementos que podem influenciar suas ações. Nessas

---

<sup>1</sup> São conhecidos como Headbangers ou Metal heads os fãs de heavy metal. As duas palavras têm origem na língua inglesa, significando respectivamente “batedores de cabeça” e “cabeças de metal”, expressões que estão ligadas ao comportamento dos fãs em shows e ao ouvirem o estilo musical.

interações, os sujeitos buscam demonstrar o seu envolvimento social, assim como “provar” que há uma orientação para os atos realizados, como se expressa no uso de determinadas roupas e não outras.

As regras e padrões de comportamento são construídos pelos grupos sociais de diferentes maneiras e nesse processo situações e ajuntamentos, ou seja, acontecimentos sociais de compartilhamento entre sujeitos formam-se e modificam-se e o que é considerado adequado para cada situação e grupo é variável (GOFFMAN, 2010).

A camiseta de banda, principalmente em um lugar público, como a Galeria do Rock<sup>2</sup>, onde não apenas pessoas convidadas fazem parte da interação que ali ocorre, mas também de pessoas que não se conhecem, porém que compartilham de um mesmo gosto constitui-se como parte de um ritual de interação, em que a camiseta cumpre um papel introdutório ou mediador. Introdutório no sentido em que pode levar os sujeitos a um primeiro contato e mediador na medida em que pode mediar o contato no interior de um grupo já existente. Porém deve-se frisar que a camiseta não faz nada sozinha, ou seja, para que exista a interação se faz necessária que a ação parta do indivíduo, ou seja, o indivíduo tem a camiseta como instrumento de uma determinada ação.

De certa forma, nesse contexto a camiseta possui um valor social que faz parte de um ritual interacional e relacional, ela não se constitui como um simples produto dentro de um sistema que visa apenas sua função útil (vestir) ou o lucro obtido ao vendê-la. Nesse sentido, também é possível citar Lima (2010), que aponta justamente para essa mediação dos objetos, ao indicar que, para além de suas propriedades físicas, os objetos comunicam sentidos e formas de diferenciação ou identificação, reiterados no consumo.

Além de atribuir caráter interacional à camiseta, temos também a camiseta como parte da história do sujeito, ou seja, os valores referentes à camiseta vão transformando-se durante o tempo, durante sua trajetória junto ao sujeito. A camiseta possui, nesse sentido, um valor que conta algo da trajetória do indivíduo. As roupas guardam memórias, são como arquivos (ROCHE, 2007). Dessa forma as camisetas se caracterizam como documentos que contam a história de um grupo ou indivíduo em busca de autoafirmação, além de possibilitar outros movimentos que possam ser expressos mediante o visual. A camiseta como documento ou arquivo, tem destaque principalmente em movimentos e subgêneros, como o punk, que se

---

<sup>2</sup> Localizada na cidade de São Paulo, o Centro Comercial Grandes Galerias, mais conhecido como Galeria do Rock foi inaugurado em 1963.

identifica muito fortemente com questões políticas e que usam da vestimenta (camiseta, principalmente), de toda sua composição visual e da música como uma forma de expressar seus pensamentos e ideologias. O rock tem ligação direta com um caráter questionador.

Muitos shows de rock/heavy metal possuem o estande em que são comercializados os produtos oficiais das bandas. As camisetas adquiridas nos shows possuem um caráter que extrapola o que foi anteriormente apontado, carregando uma gama de emoções e lembranças. É assim que uma camiseta pode mesmo perder seu caráter de vestimenta para tornar-se uma lembrança, deixando de ser usada, de modo a ser preservada. A camiseta se torna uma peça na história de alguém.

## **RITUAL E SOCIAL**

Após entender o sentido da camiseta na perspectiva do grupo que a reivindica, se faz necessária uma explicação a respeito do que pretendo dizer com ritualístico. O ritual é por muitas vezes visto na nossa sociedade como eventos que pertencem a comunidades e grupos místicos, indígenas, a povos antigos, ou seja, distante de nós enquanto sujeitos urbanos. O ritual não deve ser encarado como algo simples ou de menor importância, mas sim como uma prática que todos nós convivemos (PEIRANO, 2003). Além disso, é importante destacar, que o ritual por muitas vezes não é visto como algo presente na nossa sociedade, pela antiga ideia dicotômica de *racionalidade x irracionalidade*, ou seja, para muitos de nós ainda se tem a ideia de que o ritual pertence ao campo da irracionalidade, e por isso não seria viável na nossa dinâmica de sociedade. Porém esse argumento vai ser negado por Victor Turner e Mariza Peirano.

O ritual é social, assim como a possibilidade do sujeito atribuir um significado diferente do esperado a um determinado objeto, como acontece com a camiseta de banda. Os bens (camiseta, por exemplo) adquirem significados diferentes para os indivíduos a partir das escolhas, estilo de vida, cultura, ideologia e interações que ocorrem no contexto que acontecem suas vidas. A significação e os códigos usados para a interação e comunicação são tão sociais quanto o ritual.

## **DIREITO A CAMISETA**

Para refletir criticamente sobre o uso da camiseta e sobre os grupos que a reivindicam como parte de sua identidade, trago para a discussão um caso recente sobre o assunto. As irmãs Jenner<sup>3</sup>, famosas por transformarem qualquer produto que levam seu nome em tendência, resolveram no mês de junho de 2017, lançar uma linha de camisetas com seus rostos sobrepondo logos de bandas e artistas icônicos. O lançamento das camisetas foi um sucesso, entre seu público, mas causou grande debate por parte dos familiares dos artistas e bandas e também seus fãs. As irmãs logo pediram desculpas e retiraram as camisetas do site, onde ocorriam as vendas.

Em certo *site* noticiavam que as irmãs haviam mexido em um “vespeiro” ao tentarem lucrar com as estampas de artistas e bandas, que na sua maioria eram pertencentes ao *rock*<sup>4</sup>. Mas por que esse campo se caracteriza como um “vespeiro”? Primeiro precisamos entender qual o significado ou caráter que a camiseta tem para o público que a reivindica enquanto ritualístico. Para isso devemos primeiro entender o que pretendo dizer quando falo em ritual ou ritualístico:

(...) partindo do princípio de que uma sociedade possui um repertório relativamente definido (embora flexível), compartilhado e público de categorias, classificações, formas, valores etc., o que se encontra no ritual também está presente no dia-a-dia — e vice-versa. Consideramos o ritual um fenômeno especial da sociedade, que nos aponta e revela representações e valores de uma sociedade, mas o ritual expande, ilumina e ressalta o que já é comum a um determinado grupo. Como venho enfatizando, ao invés de nos fixarmos nos critérios (ocidentais) de racionalidade, procuraremos seguir critérios de criatividade e eficácia. Rituais são bons para transmitir valores e conhecimentos e também próprios para resolver conflitos e reproduzir as relações sociais;

- finalmente, como vivemos em sociedade, tudo aquilo que fazemos tem um elemento comunicativo implícito. Ao nos vestirmos de determinada forma, ao assumirmos determinadas maneiras à mesa, ao escolhermos determinados lugares para freqüentar, estamos comunicando preferências, status, opções. Da mesma forma, falar também é uma forma de agir, como qualquer outro tipo de fenômeno: falar e fazer têm, cada um, sua própria eficácia e propósito, mas ambos são ações sociais. (PEIRANO, p.9, 2003)

O ritual possui então um caráter também de comunicação, é um sistema cultural de comunicação simbólica (TAMBIAH, 1985). A comunicação aqui caracteriza-se a partir do uso da camiseta, e o problema que se tem, como no caso das irmãs Jenner, é a forma inapropriada,

---

<sup>3</sup> Kendall e Kylie Jenner, junto de suas irmãs Kourtney, Khloé e Kim Kardashian, são estrelas do *reality show* “*Keeping up with the Kardashians*” do canal pago E!. O reality show já está na sua décima terceira temporada e conta com diversos *spin-offs*. Além das irmãs estrelas, temos a figura de Kris Jenner, a matriarca da família que lançou as filhas ao estrelato. Com o enorme sucesso do *reality show* as irmãs tornaram-se ícones de moda, o que as fazem faturar quantidades exorbitantes de dinheiro.

<sup>4</sup> Disponíveis em: <https://g1.globo.com/pop-arte/noticia/kendall-e-kylie-jenner-suspendem-venda-de-suas-camisetas-de-bandas-apos-criticas.ghtml> e <https://estilo.uol.com.br/moda/noticias/redacao/2017/06/29/kendall-e-kylie-jenner-repaginam-camisetas-de-bandas-e-mexem-em-vespeiro.htm>

segundo os que reivindicam, desse uso. Ao sobrepor seus rostos nessas camisetas, elas estariam “profanando” esses significados e símbolos, que para o grupo que possui a “legalidade” do uso, significa muito mais que um estilo ou moda, mas admiração e identidade.

Os significados e a comunicação simbólica tornam-se então banais, pois são usados de maneira imprópria por pessoas que não enxergam esses símbolos da mesma forma que o grupo que pratica essa comunicação simbólica.

## O CARÁTER RITUALÍSTICO DA AUTOAFIRMAÇÃO

Seguindo a tentativa de entender o caráter simbólico que carrega o uso da camiseta, chegamos ao ponto onde o ritual é também uma forma de autoafirmação, isso a partir do que é proposto por Edmund Leach (1996). Quando Leach estuda os Kachin<sup>5</sup>, ele fala sobre a quantidade de idiomas que esses sujeitos são fluentes, e que o uso de cada idioma por parte deles, se caracteriza como uma forma (simbólica) de afirmar seu status.

Partindo disso, ele aponta três tipos de comportamento da comunicação no caráter ritual:

(...) 1) o racional técnico, dirigido a fins específicos que, julgados por nossos padrões de verificação, produzem resultados de maneira mecânica; 2) o comunicativo, que faz parte de um sistema que serve para transmitir informações por meio de um código cultural; e finalmente 3), o mágico, que é eficaz em termos de convenções culturais. Exemplos desses três tipos de comportamento são (1) o corte de uma árvore; (2) um aperto de mão; (3) um juramento. Leach enfatiza que a antropologia até então considerava ritual apenas a classe de comportamentos do terceiro tipo, chamando o segundo de etiqueta ou cerimonial. Para Leach, “ritual” seria um termo aplicável tanto ao segundo quanto ao terceiro tipo de comportamento. (PEIRANO apud LEACH)

Assim como os *Kachin* possuem formas de se auto afirmar, os grupos que reivindicam o uso legal da camiseta também. Esses sujeitos utilizam a camiseta não em todos os ambientes que frequentam, por exemplo, muitos deles não a vestem no trabalho ou no seu dia-a-dia, em atividades rotineiras, mas quando escolhem vesti-la num determinado local, como na Galeria do Rock, junto de mais sujeitos que compartilham desse gosto, ou seja, que são capazes de decifrar esse código, eles estão buscando se afirmar enquanto apreciadores daquele estilo ou identidade.

---

<sup>5</sup> População *kachin* e *chan* que vivem na parte nordeste da Birmânia.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caráter ritualístico utilizado para o debate, demonstra que os códigos vão muito além da imagem que a camiseta possui, além de desmitificar a ideia de que o ritual está presente apenas em grupos e comunidades afastadas do meio urbano e das práticas da cidade. O ritual aparece para a camiseta e o grupo que a utiliza, respeitando seus códigos, como uma possibilidade de dinâmica entre os sujeitos, além de proporcionar os mais diversos tipos de interação social.

A intenção não foi em momento algum criar algum tipo de juízo de valor, onde se defende quem deve ou não usar, mas sim de trazer um olhar crítico ao assunto, decifrando alguns dos motivos que levam um grupo ou outro a reivindicar a legalidade do uso da camiseta.

A partir do que foi dito anteriormente, a camiseta possui uma dimensão que compreende uma gama de significados, que vão desde o vestir, o identificar-se, o relacionar-se, para assim se transformar em parte da história de alguém. Ela carrega ideologia, identidade, diferença, emoção e é um canal importante de interação e identificação entre sujeitos. O processo de interação pode ser facilitado a partir do momento em que se tem um mediador, facilitando as trocas entre os sujeitos. No contexto apresentado, a camiseta de banda tem como um de seus significados o papel de mediação.

O consumo de camisetas não está apenas relacionado ao valor de troca ou à função do bem, mas também alcança uma subjetividade e significados compartilhados por aqueles que fazem parte desse universo. Sendo assim, o uso da camiseta pode ser interpretado a partir da proposição de Douglas e Isherwood (2004), que apontam que os bens podem ser usados como cercas ou pontes, dependendo do significado atribuído a eles.

## REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. Gostos de classe e estilos de vida. In: ORTIZ, Renato (Org.). **Pierre Bourdieu: sociologia**. São Paulo: Ática, 1983. p.82-121.

DOUGLAS, Mary; ISHERWOOD, Baron. Os usos dos bens. In: **O mundo dos bens: para uma antropologia do consumo**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2004, p.101-118. GENNEP, Arnold Van. **Os ritos de passagem**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2013.

GOFFMAN, Erving. **Comportamentos em lugares públicos**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2010.

LEACH, Edmund. “Introdução” & “Conclusão” In: **Sistemas Políticos da Alta Birmânia**. São Paulo: Edusp, 1996.

LIMA, Diana Nogueira de Oliveira. **Consumo**: uma perspectiva antropológica. Petrópolis: Vozes, 2010

PEIRANO, Mariza. **Rituais. Ontem e hoje**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003

PEREIRA, Carlos Alberto M. **O que é contracultura** – Coleção primeiros passos. São Paulo: Brasiliense, 1986.

ROCHA, Everardo. Os bens como cultura: Mary Douglas e a Antropologia do Consumo. In: DOUGLAS, Mary; ISHERWOOD, Baron. **O mundo dos bens**: para uma antropologia do consumo. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2004, p.7-18.

TAMBIAH, Stanley. **Culture, Thought and Social Action**. Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1985.

TURNER, Victor. “Betwix and between: o período liminar nos ritos de passagem”. In: **Floresta de Símbolos. Aspectos do Ritual Ndembu**. Niterói: Ed. UFF, 2005.

TURNER, Victor. “Liminaridade e communitas”. In: **O processo ritual: estrutura e antiestrutura**. 2.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

## **AS BELAS IMAGENS: ARTE E CIDADE FRAGMENTADA MANIPULAÇÕES DO ESPAÇO E FRAGMENTOS DE RESISTÊNCIA**

**Manuela Franco Lopes da Costa**

Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional UFRGS

### **Introdução**

O artigo a seguir é parte de um trabalho de pesquisa maior, que começou a ser desenvolvido, na disciplina de Sociologia do Território do Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional da UFRGS. A motivação para esta proposição se dá, principalmente, em razão do Inventário de Monumentos e Obras de Arte Públicas de Porto Alegre<sup>6</sup> realizado, entre 2014 e 2015, pela Secretaria Municipal da Cultura de Porto Alegre (SMC)<sup>7</sup>. A Arte Pública como conformadora do espaço urbano e como parte imanente das práticas sociais é o tema deste trabalho. O objetivo é evidenciar a força simbólica que as representações utilizadas na arte pública exercem na constituição dos lugares e nas relações do cotidiano. Pretende-se assim delinear uma reflexão sobre a conservação de nossos monumentos públicos a partir de uma abordagem que considere principalmente aspectos simbólicos e sociais.

Assim, na primeira parte desse artigo, se abordará a relação entre arte e cidade e a forma como alguns artefatos constituem os lugares. Serão feitas algumas ponderações a partir do pensamento dos autores Giulio Carlo Argan e Michael de Certeau, a fim de conjugar visões que possam vir a se complementar. Na segunda parte, se retomará a história do primeiro monumento de Porto Alegre - Afluentes do Guaíba - seu processo de esquecimento e de perda de força semântica. Finalizando o artigo, se apresentará a relação entre os conceitos teóricos investigados e o exemplo empírico apresentado.

### **Primeira Parte – A Arte e a Cidade**

---

<sup>6</sup> (Relatório Monumentos Públicos CMC/SMC, 2017).

<sup>7</sup> A gestão dos monumentos públicos fazia parte da estrutura da Supervisão de Parques, Praças e Jardins da SMAM.

Em 2013, devido à crescente demanda técnica relativa a esses bens, foi acordada entre os titulares da SMAM e SMC a transferência definitiva da responsabilidade para esta última. (Relatório Monumentos CMC/SMC, 2017).



Quando referimo-nos a monumentos e obras de arte instaladas, no espaço público, estamos tratando de Arte Pública. Conceito que abrange uma série de objetos, de diferentes períodos, estilos, motivações e técnicas. A arte pública, durante períodos mais antigos, era a principal forma de apreensão da arte. (ALVES, 2004). O que se observa hoje, todavia, é a desintegração desse entendimento e a destituição de valores outrora caros para a organização social. Realidade que nos impele a buscar conceitos visando à compreensão dos fenômenos que hoje constituem a cidade. Retomando o pensamento do historiador Giulio Carlo Argan e seu entendimento da história da arte como história da cidade, percebemos que a arte deve ser encarada como uma atividade tipicamente urbana e como determinante do espaço urbano:

Centro visível e símbolo de um espaço geográfico-social, a cúpula de Santa Maria Del Fiore é significativa não apenas para a cidade propriamente dita, mas também para aquilo que hoje chamamos de território, do qual Alberti, na metade do século passado, dará uma definição urbanística como regio, zona muito mais extensa do que a área da cidade – uma entidade que poderíamos dizer geopolítica, porque é toda a extensão em que se faz sentir a influência política e econômica do núcleo urbano, a ação do Estado. (ARGAN, 2005. p. 102).

Argan salienta as diferenças hierárquicas entre objetos e obras de arte ao pontuar que são os produtos artísticos que qualificam a cidade enquanto tal. O autor vê uma associação positiva entre o indivíduo e o ambiente, quando o contexto é qualificado pela presença de uma obra de arte. Alerta ainda que destituir os espaços de suas presenças artísticas tradicionais pode acarretar em neuroses sociais que irão se exprimir, mais tarde, em atos de rejeição da civilização histórica – a exemplo o vandalismo:

Na história da interpretação da cidade e, depois, do urbanismo como disciplina autônoma, o tema do “sublime” está sempre presente e determinante. Não se explicariam de outra forma as catedrais góticas, nem a arquitetura de Michelangelo ou a de Borromini. Sem as poéticas do “sublime” – dessa vez em sentido histórico - não se explicariam o geometrismo de Ledoux, o ascetismo tecnológico de Gaudí, o expressionismo de Mendelsohn, as fantasias alpinas de Taut e do Grupo de Novembro. Digamo-lo, contudo: o componente utópico do urbanismo, que ainda hoje devemos considerar uma constante, nada mais é do que a extrema ramificação da poética romântica do “sublime”. Com o acréscimo, porém, de que hoje o “sublime” ou o transcendente é dado como subjugado pelo esforço tecnológico do homem.” (ARGAN, 2005. p. 213)

## **Os Lugares e as Práticas Sociais**

As práticas urbanas entendidas, na maioria das vezes, como banais e rotineiras, revelam, na verdade, uma lógica que lhe é própria, fruto do protagonismo de uma multiplicidade de atores

e do entendimento destes sobre a sua realidade. As operações do dia-a-dia devem ser entendidas como sendo mais do que meros acontecimentos, e sim como suporte dos grandes fatos da vida política, econômica, social e cultural das cidades – os grandes feitos históricos.

Nesse sentido, Michel de Certeau, ao discorrer sobre o cotidiano, irá tratar sobre a apropriação do espaço urbano de forma a caracterizar tensões decorrentes de interesses diversos, sejam estes impostos por camadas sociais que detêm poder político e econômico, sejam estes provenientes de estratos sociais fragilizados que tentam subverter aquilo que aqueles primeiros lhe impõem. Comparando a prática do lugar a uma estrutura narrativa, ao afirmar que “o espaço estaria para o lugar como a palavra quando falada”, coloca assim o espaço como “um lugar praticado”. (CERTEAU, 2012. p. 184) Portanto, primeiramente, devemos compreender a distinção entre lugar e espaço que o autor propõe:

Um lugar é a ordem (seja qual for) segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência. Aí se acha portanto excluída a possibilidade para duas coisas de ocuparem o mesmo lugar. Aí impera a lei do ‘próprio’: os elementos considerados se acham uns ao lado dos outros, cada um situado num lugar ‘próprio’ e distinto que define. Um lugar é, portanto, uma configuração instantânea de posições. Implica uma indicação de estabilidade. (CERTEAU, 2012. p. 184).

Existe espaço sempre que se tomam em conta vetores de direção, quantidades de velocidade e a variável tempo. O espaço é um cruzamento de móveis. É de certo modo animado pelo conjunto de movimentos que aí se desdobram. Espaço é o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais. O espaço estaria para o lugar como a palavra quando falada, isto é, quando é percebida na ambiguidade de termo que depende de múltiplas. (CERTEAU, 2012. p. 184)

Logo, seguindo a analogia proposta, se o espaço é a fala e o lugar, a palavra; os objetos dispostos no lugar podem ser entendidos como sinais (gráficos), caracteres. Ainda, dessa analogia, podemos depreender que tais objetos, enquanto sinais, podem ainda vir a serem símbolos.

Todo símbolo<sup>8</sup> é um sinal<sup>9</sup>, mas nem todo o sinal é símbolo. Logo, nos deparamos com duas categorias: objetos que são sinais e objetos especiais que simbolizam algo – símbolos. Nessa

---

<sup>8</sup> Símbolo. [Do gr. *sybolon*, pelo lat. *symbolu*.] S. m. 1. Aquilo que, por um princípio de analogia, representa ou substitui outra coisa: A balança é o símbolo da justiça. 2. Aquilo que por sua forma ou natureza evoca, representa ou substitui - num determinado contexto - algo abstrato ou ausente: O sol é o símbolo da vida. 3. Aquilo que tem valor evocativo, mágico ou místico. 4. Objeto material que, por convenção arbitrária, representa ou designa uma realidade complexa. (FERREIRA, 1986. p. 1586)

<sup>9</sup> Sinal [Do lat. vulg. *signale*.] S. m. 2. Expediente convencionado para transmitir à distância, por meios visíveis

ou auditivos, ordens, notícias ou avisos. 5. V. símbolo. (FERREIRA, 1986. p. 1588)

segunda categoria podemos incluir as obras artísticas ou os artefatos<sup>10</sup>.

Nesse ponto, precisamos articular o que foi anteriormente tratado em relação à identidade existente entre arte e cidade com a abordagem sobre as práticas dos lugares. Se, conforme Certeau, são as vivências diárias dos lugares que produzirão o espaço; e se, conforme Argan, os monumentos reverberam a partir de seu contexto, então os espaços poderão ser mais ou menos qualificados, dependendo da existência ou não de alguma obra artística e de seu valor semântico e estético.

Como valor semântico da obra artística, podemos entender o discurso ou a narrativa proposta a partir das representações – símbolos - utilizadas, e sua relação com o sítio escolhido – o lugar determinado para sua instalação. Mais uma vez, podemos recorrer ao pensamento de Certeau no que tange a produção do espaço e suas demarcações:

Chamo de ‘estratégia’ o cálculo das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolável de um ‘ambiente’. Ela postula um lugar capaz de ser circunscrito como um próprio e, portanto, capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta. (CERTEAU, 2012. p. 45)

### **Segunda Parte – Os Afluentes do Guaíba**

O monumento intitulado Afluentes do Guaíba foi originalmente instalado, no centro da Praça da Matriz<sup>11</sup>, em 1866, destinando-se não só ao embelezamento do lugar, mas também à distribuição de água potável para a população de Porto Alegre. (MENEGAT, 1999. P. 25) Trata-se de um chafariz hidráulico e simultaneamente de uma escultura pública em homenagem ao Rio Guaíba<sup>12</sup> e seus afluentes, os rios: Jacuí, Caí, Sinos e Gravataí. (ALVES, 2004. p. 100) Foi projetado pelo arquiteto italiano João Obino<sup>13</sup>, o qual importou suas peças (esculturas) da Itália. De acordo com José Francisco Alves, consiste no primeiro monumento público de Porto Alegre<sup>14</sup>: Preito este bastante significativo, visto que o Guaíba consistiu no principal motivo para o estabelecimento do núcleo urbano que originou Porto Alegre.

<sup>10</sup> Artefato. [Do lat. arte factu, ‘feito com arte’; Var. de artefacto.] (FERREIRA, 1986. p. 176)

<sup>11</sup> Praça Marechal Deodoro, (Praça da Matriz) em razão da antiga Igreja Matriz da Mãe de Deus, construída em 1779 demolida na década de 1920 para construção da atual Catedral Metropolitana. (MACEDO, 1999)

<sup>12</sup> “Rio” aparece como figura de linguagem, já que o termo foi associado ao Lago Guaíba, por muitos anos. O Guaíba, conforme dados constantes no Atlas Ambiental de Porto Alegre, é um lago. (MENEGAT, 1999. P. 37)

<sup>13</sup> José Obino (Ilha de S. Pietro, Itália, 1835 – Porto Alegre, 1872) mentor da homenagem. (ALVES, 2004, pág. 236)

<sup>14</sup> Alguns autores atribuíam à escultura do Conde de Porto Alegre, instalada em 1885 também na Praça da Matriz,

o título de primeiro monumento da cidade.

Figura 01: Afluentes do Guaíba - Praça da Matriz, s/data



Fonte: Museu José Joaquim Felizardo

A obra - Afluentes do Guaíba - era composta por cinco esculturas: uma principal, destacada das demais, ao centro e no alto, a qual representava o Guaíba e de onde jorrava a água; e outras quatro, dispostas em torno da base, sendo que cada uma simbolizava um dos afluentes diretos do Guaíba. Representando o Guaíba foi utilizada uma alegoria alusiva à liberdade<sup>15</sup> e, para simbolizar seus afluentes, utilizaram-se quatro figuras mitológicas, sendo duas femininas - ninfas<sup>16</sup> e duas masculinas - netunos<sup>17</sup>. Por volta de 1910, o chafariz hidráulico foi removido de seu sítio para dar lugar ao Monumento a Júlio de Castilhos. (ALVES, 2004. p. 100). Em 1936, o que havia sobrado do chafariz é reinstalado, junto a Praça Dom Sebastião (Bairro Independência). A imagem do Guaíba se perdera, restando os quatro afluentes, os quais foram dispostos em linha, em uma configuração que em nada remetia a sua ideia original.

O novo monumento, inaugurado em 1913, na Praça da Matriz, tratava de uma honraria ao primeiro governante republicano constitucional do Rio Grande do Sul, Júlio de Castilhos (Cruz Alta, 1860 – Porto Alegre, 1903). O monumento ilustra o pensamento do homenageado (ALVES, 2004. p. 101), o qual disseminou o ideário do Positivismo no Brasil:

“Essa obra é um marco de uma época do Rio Grande do Sul e atua como um

---

<sup>15</sup> “Em plena monarquia uma fonte pública utilizava uma alegoria da liberdade, representada à moda de Delacroix, com a figura tendo à cabeça um barrete frígio – símbolo da liberdade”. (ALVES, 2004. P. 17)

<sup>16</sup> Ninfas são divindades secundárias da mitologia grega (não habitam o Olimpo) e se relacionam ao espírito da terra e da água. Divindades femininas que representam a natureza, a fecundidade e o nascimento. Simbolizam também aspectos femininos do inconsciente. (BRANDÃO, 2014. p. 449)

<sup>17</sup> Netunos são representações do deus romano do mar, inspiradas no deus grego Poseidon. Na mitologia grega, Poseidon é um deus-cavalo, filho de Crono e Reia, irmão de Zeus e Hades, seu reino é o mar. A ele também se atribui o governo das águas correntes, fontes, nascentes, lagos e rios. (BRANDÃO, 2014. P. 531)

verdadeiro discurso político dos ideais de Júlio de Castilhos – que, à sua maneira, interpretou Auguste Comte – e de grande parte das elites governantes gaúchas entre o final do Império e a Revolução de 1930. Trata-se de um documento da história do país que, embora de ultrapassada mensagem política, revela que as ideias internacionalmente em ebulição aqui também tiveram receptividade” (ALVES, 2004. p. 55)

Figura 02: Monumento a Júlio de Castilhos, 2014.



Fonte: Flávia Boni Licht

## A Vênus Expulsa<sup>18</sup>

A remoção do monumento Afluentes do Guaíba significa a perda de sua representatividade enquanto símbolo. Os Afluentes cedem lugar (e espaço) ao obelisco positivista, denotando a perda de valores anteriormente reconhecidos pela comunidade, fato que, por sua vez, implica (como bem colocou Certeau) na modificação da ordem do lugar. Onde antes, tínhamos a fruição e o contato direto com a água que literalmente e metaforicamente nos nutria – a água do Guaíba – figuram agora alegorias alusivas ao progresso técnico e científico, ao desenvolvimento econômico e material. Curioso constatar que o descaso com o monumento dedicado ao Guaíba também se estende ao próprio Lago Guaíba, o qual hoje se encontra praticamente morto – não fossem os dispendiosos e constantes serviços de tratamento.

Atualmente, os remanescentes do antigo chafariz estão instalados, junto a Hidráulica Moinhos de Vento, fato que garantiu sua preservação. Constata-se, contudo, que a obra hoje compõe a paisagem de um bairro nobre da capital, o Moinhos de Vento. No que concerne a conservação do monumento, o sítio é adequado, pois se relaciona com a história da distribuição

---

<sup>18</sup> Referência ao prefácio da coletânea de artigos de Giulio Carlo Argan A História da Arte como História da Cidade, escrito por Bruno Contardi, que utiliza uma oportuna metáfora, retomando o Mito de Venusberg.

de água potável no Município. Mas, de certa forma, não teríamos aí outra metáfora?

O desalojamento de um monumento relevante pode ter como resultado a privação de alguns entendimentos importantes. A arte pública figurativa emana valores simbólicos, os quais, se fossem corretamente interpretados, teriam uma importante contribuição para a percepção que temos dos lugares e para a compreensão da nossa história.



Figuras

03 a 06: Os quatro afluentes: Jacuí, Caí, Sinos e Gravataí – Hidráulica Moinhos de Vento, 2016.  
Fonte: Manuela Costa

## Bibliografia

- ALVES, José Francisco. A Escultura Pública em Porto Alegre – História, contexto e significado. Artífólio. Brasil, 2004.
- ALVES, José Francisco. Fontes D'Art no Rio Grande do Sul – Cidades de Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande. Obra bilíngue: português, francês. Artífólio. Brasil, 2009.
- ARGAN, Giulio Carlo. História da Arte como História da Cidade. Tradução de Pier Luigi Cabra. Martins Fontes. 5ª Ed. São Paulo, 2005.
- BEAUVOIR, Simone. As Belas Imagens. Tradução Claude Gomes de Souza. Editora Nova Fronteira. Rio de Janeiro, 1989.
- BRANDÃO, Junito de Souza. Dicionário Mítico-Etimológico. Ed. Vozes. Petrópolis, RJ. 2014.
- CERTEAU, Michel de. A Invenção do Cotidiano - Artes de Fazer. Tradução Ephraim Ferreira Alves. 19ª Ed. Vozes. Petrópolis, RJ. 2012.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa. Editora Nova Fronteira. 2ª Ed. Rio de Janeiro, RJ. 1986.
- MENEGAT, Rualdo (Coord.). Atlas Ambiental de Porto Alegre. 1ª Ed. Editora UFRGS. Porto Alegre, 1998

VI Seminário Discente  
Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFRGS

3, 4 e 5  
de outubro

Local: Campus do Vale - UFRGS

# Múltiplos Olhares desde o Brasil

**GRUPO DE TRABALHO  
SOCIEDADE E ECONOMIA**



## Múltiplos Olhares desde o Brasil

### **ECONOMIA CRIATIVA E SUAS IMPLICAÇÕES NO DESENVOLVIMENTO FRENTE À CRISE ECONÔMICA BRASILEIRA**

**Rafael Barbosa de Aguiar**

Mestrando em Políticas Públicas  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

**Diego Souza Silva**

Mestrando em Engenharia de Produção  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

**Vinícius Soares de Azambuja**

Mestrando em Políticas Públicas  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

#### **INTRODUÇÃO**

A virada do século trouxe sinais visíveis de mudanças estruturais e conjunturais apontando certas tendências que estão reorientando o rumo das políticas de desenvolvimento do mundo contemporâneo. As mudanças de ordem econômica, tecnológica, social e cultural transformaram a sociedade de forma irreversível (SANTOS-DUISENBERG, 2011). O fracasso de um modelo, cujos resultados somente reforçaram o abismo entre ricos e pobres, vem incitando os estados contemporâneos a incentivar comunidades, tomadores de decisão públicos e privados, ONGs e outros agentes territoriais a construir uma ação coletiva, a partir de suas próprias capacidades e potenciais locais. A perspectiva de desenvolvimento local contemporânea é multidimensional e abarca o crescimento econômico, pois este possibilita a (re)distribuição econômica entre as diversas áreas e se for orientado por práticas que visam a redução de disparidades socioeconômicas pode implicar diretamente na melhora de vida de determinada população. Desenvolvimento deve significar, sobretudo, qualidade de vida e ampliação de escolhas (BRASIL, 2011; SEN, 2010). Diante disso, a economia criativa emergiu





## Múltiplos Olhares desde o Brasil

se destacando como um dos setores mais dinâmicos da economia mundial, tornando-se uma opção viável de estratégia alternativa de desenvolvimento sustentável e não predatório no século XXI. De acordo com o Ministério da Cultura (BRASIL, 2011), a economia criativa pode ser entendida por setores “cujas atividades produtivas têm como processo principal um ato criativo gerador de um produto, bem ou serviço e cuja dimensão simbólica é determinante do seu valor, resultando em produção de riqueza cultural, econômica e social”.

O conceito de economia criativa e seu estabelecimento como uma disciplina de estudo ganhou expressão e relevância a partir da década de 2000. Seu conceito se estende em uma ampla gama de áreas de responsabilidade política e administração pública. Alguns governos criaram ministérios, departamentos ou unidades especializadas em cuidar de indústrias criativas – o que é o caso do Brasil, que conta com uma Secretaria de Economia Criativa no Ministério da Cultura (OLIVEIRA et al. 2013). Apesar de ser um tema recente, muito tem sido feito no sentido de pesquisar, analisar e promover ações internacionais a fim de sensibilizar os governos sobre a importância do setor cultural e criativo para a redefinição de políticas públicas que ajudem os países em desenvolvimento a diversificar suas economias ao mesmo tempo em que promovem criatividade, conhecimento, inclusão social e diversidade cultural (DÖRRY et al., 2016; RELATÓRIO UNCTAD, 2010; ZHENG, 2011; YUSUF & NABESHIMA, 2015).

A crise internacional de 2008/2009 representou uma quebra nos rumos e comportamentos da economia global. Ainda que seus efeitos tenham sido mais intensos no mundo desenvolvido, reverberou por todos os países. Inicialmente, a economia brasileira conseguiu se proteger: desacelerando a atividade em 2009, porém logo houve um crescimento excepcional em 2010, o que fez com que o país conseguisse manter os níveis de emprego e renda. Após longos anos de incerteza, o ano de 2010 levou a acreditar que um futuro pródigo aguardava. A realidade, no entanto, foi outra. A partir de 2011, ocorreu um processo de desaceleração econômica, que resultou, a partir de 2014, em uma intensificação ainda mais consistente dessa perda de vigor econômico nacional (CERVO & LESSA, 2014; FIRJAN, 2016).

A economia brasileira entrou em prolongada e intensa contração da produção, com elevação da inflação, explosão do endividamento público, colapso do investimento e perda do poder de compra da nossa moeda. Indicadores de emprego, renda e consumo entraram em espiral negativa. Some-se a isso um longo período de crise institucional e política, nas mais distintas esferas de governo. A tônica do biênio 2014/2015 foi a incerteza, o fim da prosperidade acalentada no início da década (CERVA & LESSA, 2014). Diante deste contexto, a presente

pesquisa desenvolveu-se em torno do problema “qual o comportamento da economia criativa frente à crise econômica brasileira?”. Teve por objetivo “Identificar as implicações da economia criativa para o desenvolvimento frente à crise econômica brasileira”.

## MATERIAIS E MÉTODOS

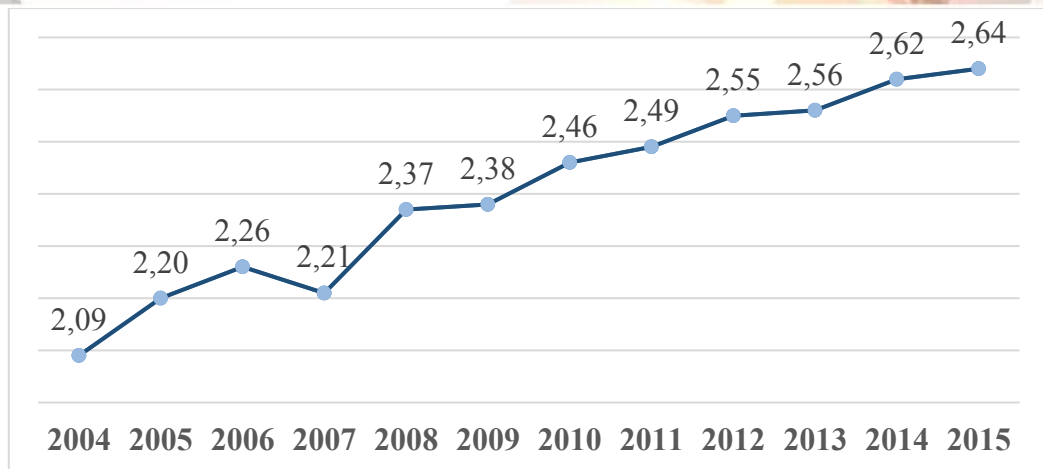
O presente artigo baseia-se no método de procedimento comparativo, pois por meio de dados da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, agruparam-se as informações para a análise e comparações. Segundo Marconi (2001) este método realiza comparações com a finalidade de verificar semelhanças e explicar divergências.

É também uma pesquisa bibliográfica, documental e *ex-post facto*. Bibliográfica e documental por utilizar fontes primárias e secundárias publicadas e não publicadas. É classificada como *ex-post facto*, sendo utilizados dados da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, portanto, os dados trabalhados foram secundários e coletados mediante uma Pesquisa de Informações, denominada “Mapeamento da Indústria Criativa no Brasil”. Para Rodrigues (2007) a pesquisa *ex-post facto* é um tipo de investigação que tenta compreender, explicar ou descrever fatos passados onde não se controla as variáveis envolvidas.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como principais resultados, a área criativa se mostrou menos impactada ante o cenário econômico adverso do período 2013-2015, quando comparada à totalidade da economia nacional: a participação do PIB Criativo estimado no PIB Brasileiro cresceu quase 1% indo 2,56% para 2,64% (FIGURA 1). Como resultado, a área criativa gerou uma riqueza de R\$ 155,6 bilhões para a economia brasileira em 2015.

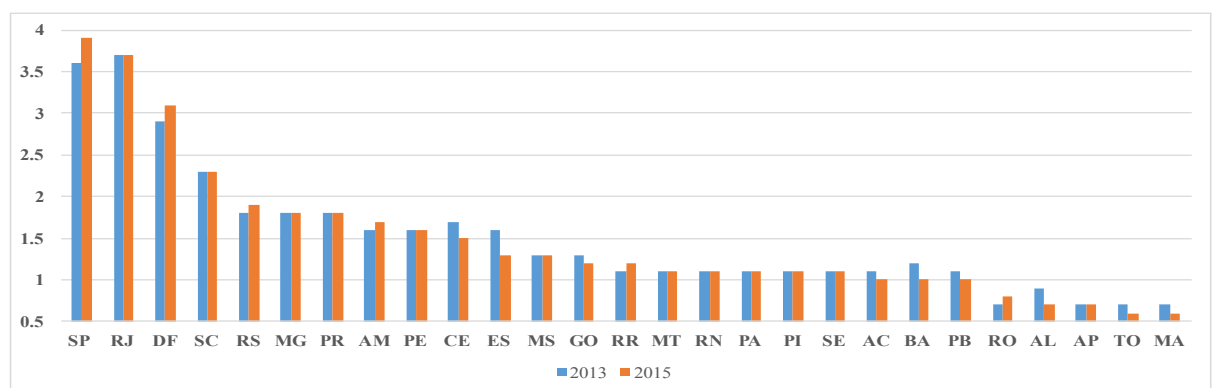
**Figura 1.** Gráfico PIB criativo estimado



Fonte: FIRJAN, 2016

Entre os estados, estima-se que as maiores participações da Indústria Criativa nos PIBs estaduais foram em São Paulo (3,9%), Rio de Janeiro (3,7%) e Distrito Federal (3,1%), todos com participação acima da média nacional (2,64%) e apresentando manutenção ou expansão de participação no período. Dentre as 27 unidades da Federação, 18 mantiveram ou aumentaram a participação do PIB Criativo no período 2013-2015, o que consolida a Indústria Criativa como área estratégica, com visão disseminada por todo o país (FIGURA 2).

**Figura 2.** Participação estimada do PIB criativo por UFs



Fonte: FIRJAN, 2016

Em 2015, o Brasil tinha aproximadamente 851 mil profissionais criativos formalmente empregados, frente aos 850,4 mil em 2013, registrando um crescimento de quase 0,1%, aparentemente um número pequeno já que foram gerados menos de mil empregos em dois anos (TABELA 1). No entanto, é importante ressaltar os desafios enfrentados pela economia

brasileira no mesmo período, quando foram extintos 900 mil postos de trabalho, o que representa redução de 1,8% no estoque total de trabalhadores formais (BRASIL, 2015). Mais uma vez, fica evidente o papel estratégico dos profissionais criativos na atividade produtiva (FIRJAN, 2016).

Como consequência desses movimentos, o mercado de trabalho criativo avançou não somente em termos absolutos, mas também em termos relativos: a participação da classe criativa alcançou 1,8% do total de trabalhadores formais brasileiros em 2015, ante 1,7%, observado em 2013. Entre as quatro grandes áreas criativas, Consumo e Tecnologia respondem por mais de 80% dos trabalhadores criativos na economia em 2015, em grande medida mantendo os resultados observados em 2013. Na Tecnologia, manteve-se a tendência de crescimento observada nos últimos anos e expandiu 2,4% entre 2013-2015, apesar da moderada redução no número de trabalhadores empregados em Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) no período. Cultura também apresentou aumento dos empregos formais entre 2013 e 2015. Destaca-se o segmento de Expressões Culturais – que apresentou a maior expansão entre todos os segmentos criativos, sobrepondo-se à redução do número de profissionais em segmentos mais dependentes de financiamento público, como, por exemplo, Música e Patrimônio e Artes. Mais especificamente, a consolidação da gastronomia como expressão cultural e área de interesse da sociedade foi o principal fator por trás desse resultado (FIRJAN, 2016).

Em sentido contrário, as áreas de Mídias e Consumo registraram recuo no número de trabalhadores formais entre 2013 e 2015: -6,2% e -1,2% respectivamente. Apesar disso, também foram observadas mudanças nas ocupações dos profissionais que compõem essas áreas criativas: no segmento Editorial, por exemplo, parece estar em curso uma transformação do jornalismo, vinculada à ascensão de novos formatos de consumo e transmissão de conteúdo, com destaque especial para as mídias eletrônicas (FIRJAN, 2016).

**Tabela 1.** Variação de Empregos para os anos de 2013 e 2015

SEGMENTO	EMPREGOS		
	2013	2015	VAR. %

Total mercado de trabalho	48.948.433	48.060.807	-1,80%
<b>Indústria Criativa</b>	<b>850.404</b>	<b>851.244</b>	<b>0,10%</b>
<b>Consumo</b>	<b>380.797</b>	<b>376.275</b>	<b>-1,20%</b>
Publicidade	112.667	131.717	16,90%
Arquitetura	124.470	113.499	-8,80%
Design	86.984	81.863	-5,60%
Moda	56.676	49.196	-13,20%
<b>Cultura</b>	<b>62.115</b>	<b>66.527</b>	<b>7,10%</b>
Expressões Culturais	22.491	26.815	19,20%
Patrimônio e Artes	16.423	16.005	-2,50%
Música	12.022	11.989	-0,30%
Artes Cênicas	11.179	11.718	4,80%
<b>Mídias</b>	<b>101.388</b>	<b>95.099</b>	<b>-6,20%</b>
Editorial	50.816	48.930	-3,70%
Audiovisual	50.572	46.169	-8,70%
<b>Tecnologia</b>	<b>306.104</b>	<b>313.343</b>	<b>2,40%</b>
P&D	166.300	164.346	-1,20%
TIC	112.942	120.601	6,80%
Biotecnologia	26.862	28.396	5,70%

Fonte: FIRJAN, 2016

## CONCLUSÃO

Iniciativas culturais de base que promovem a inclusão social podem ser potencializadas a partir da abordagem da economia criativa, e a ampliação de certas indústrias criativas pode reduzir disparidades de gênero, uma vez que muitas mulheres trabalham na produção de artesanato, moda e áreas afins. Pode também promover a inclusão de minorias por meio da geração de trabalho e renda, reduzindo a desigualdade e riscos sociais e fomentando o desenvolvimento local sustentável. Dada a sua característica multidisciplinar, fica latente que a economia criativa gera crescimento econômico, empregos e divisas.

A Indústria Criativa tem um evidente caráter estratégico, em especial, em um cenário de crise econômica. A velha máxima que vincula a ideia de que a criatividade é um bem etéreo, inalcançável e privilégio de poucos não faz sentido. A criação de novos processos produtivos dentro das fábricas, o desenvolvimento de novas formas de escoamento da produção e a



## Múltiplos Olhares desde o Brasil

implantação de novos modelos de negócio constituem exemplos saudáveis de inovação criativa (FIRJAN, 2016).

Iniciativas de institucionalização, formulação e implementação de políticas voltadas para a valorização e apoio das atividades produtivas intensivas em cultura são mais do que oportunas. Hoje se reconhece que quanto mais denso, diverso e rico o conteúdo cultural de uma sociedade, maiores as suas possibilidades de desenvolvimento. O vigor das manifestações culturais mais enraizadas permite sua preservação e difusão e pode representar uma significativa alternativa de inclusão produtiva, seja pelas oportunidades de criação de emprego e renda, seja pela ampliação do acesso e da qualificação desses serviços (BRASIL, 2011).

Portanto, é importante que haja um processo participativo e esquemas flexíveis com parcerias em todos os níveis, bem como articulações políticas, desde o nível comunitário, municipal, estadual até o âmbito federal. Isto facilitará a elaboração e implementação de um plano de ação pragmático para reforçar a economia criativa gerando transformações nas formas de produção, consumo e convivência social nas sociedades modernas sendo o conhecimento e a criatividade seus basilares dinamizados. Por isso, estes atributos constituem fator de altíssima relevância no desenvolvimento social, econômico e político de um país.

Para o presente artigo houve o entendimento de que o crescimento econômico é o propulsor do desenvolvimento, ou seja, quando há crescimento do PIB, a riqueza gerada pode ser mais bem distribuídas pelas diversas áreas, possibilitando maiores investimentos em saúde, educação, saneamento, cultura e etc. Tendo em vista a limitação de dados, optou-se pelo recorte da economia criativa e sua na implicação apenas em termos de PIB e geração de empregos, ficando como sugestão para trabalhos futuros a análise do perfil socioeconômico, escolaridade e outras variáveis determinantes para o estabelecimento de uma relação entre economia criativa e melhora na condição de vida de população de excluídos e marginalizados.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Cultura. *Plano da Secretaria da Economia Criativa: Políticas, Diretrizes e Ações, 2011 – 2014*. Brasília, Ministério da Cultura, 2011.



## Múltiplos Olhares desde o Brasil

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *RAIS 2015*. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br>>. Acesso em: 20 de agosto de 2017.

CERVO, A. L.; LESSA, A. C. O Declínio: Inserção Internacional o Brasil (2011-2014). *Rev. Bras. Polít. Int.* 57 (2): 133-151, 2014.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O COMÉRCIO O DESENVOLVIMENTO (UNCTAD). *Relatório de Economia Criativa 2010 – Economia Criativa: Uma Opção de Desenvolvimento Viável*. São Paulo, 2010.

DÖRRY, S; ROSOL, M; THISEN, F. The significance of creative industry policy narratives for Zurich's transformation toward a post-industrial city. *Cities*, v. 58, p.137–142, 2016.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (FIRJAN). *Mapeamento da Indústria Criativa no Brasil*. Rio de Janeiro: Sistema FIRJAN, 2016<sup>a</sup>.

MARCONI, M. A. *Metodologia Científica para o curso de direito* (2<sup>a</sup> ed.). São Paulo: Atlas, 2001.

REIS, A. C. F. *Economia Criativa: Como Estratégia de Desenvolvimento: Uma Visão dos Países em Desenvolvimento* / Organização Ana Carla Fonseca Reis. – São Paulo: Itaú Cultural, 2008. 267 p.

RODRIGUES, R. M. *Pesquisa acadêmica: como facilitar o processo de preparação de etapas*. São Paulo: Atlas, 2007.

SANTOS-DUISENBERG, E. Secretaria da Economia Criativa no Brasil. In: *Plano da Secretaria da Economia Criativa: Políticas, Diretrizes e Ações, 2011-2014*. Brasília, Ministério da Cultura, 2011.

SEN, A. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Companhia as Letras, 2010. 461 p.

YUSUF, S; NABESHIMA, K. Creative Industries in East Asia. *Cities*, Vol. 22, No. 2, p. 109–122, 2015.

ZHENG, Z. Creative Industry Clusters and the Entrepreneurial City of Shanghai. *Urban Studies Journal*, 2011.

## FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA ECONOMIA DA CULTURA

**Alison Ribeiro Centeno**

Mestrando em Ciências Sociais

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

### INTRODUÇÃO

O presente artigo objetiva compreender os embasamentos que permitem teorizar sobre a economia da cultura (tanto do aspecto do segmento cultural na atividade econômica, quanto da demanda por produtos e serviços culturais), através de uma abordagem multidisciplinar que envolve perspectivas econômica, sociológica e filosófica. Dividido em quatro subseções, inicialmente haverá uma apreciação das palavras de Jimmy Carter em um célebre pronunciamento do ex-Presidente dos Estados Unidos que alertava para as mudanças sociais em processamento.

Assim, Bell (1977), Bourdieu (2002), Ianni (1976;2003) e Keynes (1930) terão pontos de suas respectivas amplas teorias, colocados em comparação para explicar os aspectos de inflexão nos padrões de consumo e como a cultura é inicialmente tratada dentro da visão de produção da atividade econômica. Assim feito, a penúltima parte dessa escrita estará elaborada numa interpretação da interpelação de como o abstrato assume papel relevante no debate teórico socioeconômico, podendo assim concluir o principal objetivo desse artigo que é estabelecer as diretrizes epistemológicas que embasam a economia da cultura.

É importante, sobretudo, não esquecer do princípio weberiano de que o tipo ideal construído deve ser uma mera abstração para compreender a vasta realidade, teoricamente impossível de se dar conta analiticamente, devido a sua própria imensidão. Quando se trata de economia da cultura, múltiplos aspectos definem o modo de produção e as relações comerciais de produtos e serviços culturais. O ideal de uma economia embasada na cultura deve servir única e exclusivamente para sua análise, construindo um diagnóstico e uma investigação de seu impacto na economia como um todo, mas jamais, em tempo algum, para definir irreduzivelmente o que é cultura e as relações econômicas que nela se alicerçam.



## SIMBOLISMO DO CONSUMO EM UMA SOCIEDADE EM EBULIÇÃO

Em encontro com representantes de diversos segmentos sociais na base militar de *Camp David* em Thurmont, Maryland, Estados Unidos – Jimmy Carter ouviu críticas a seu governo, em especial, quanto a incapacidade do então líder estadunidense de representar a população. Diante de um cenário de incertezas alimentado pela inflação e corroborado pela crise no setor energético, em 15 de julho de 1979 – Carter falou de problemas muito maiores que administrativos e econômicos, irremediáveis quaisquer fossem os projetos de lei ou medidas administrativas tomadas; o Presidente falou de problemas sociais assentados na crise de confiança.

Quase quarenta anos depois, a sociedade da segunda década do século XXI tem como muitas características as apontadas por Jimmy Carter, como transformação nos valores humanos, consumismo, crise de confiança, dentre tantos outros que emanam das transformações socioeconômicas abordadas antes ou depois do famoso pronunciamento do líder norte americano, por teóricos como Keynes (1930), Bell (1977) e Ianni (1976;2003), que servem como embasamento dessa análise.

Para Carter (1979), ao passo que cada vez menos se falava “das esperanças de [...] nação, [...] sonhos e [...] visão do futuro”, os problemas sociais deixavam de ser puramente econômicos, consequentemente, sequer os meios legislativos seriam capazes de “consertar [...] a América”. A “crise de confiança” advinha do “crescimento da dúvida quanto ao significado” da vida. Os valores humanos anteriormente embasados na fé religiosa e na família, aos olhos do Presidente, mudavam para o consumismo, onde a auto identificação migrava do que “o indivíduo faz, [para] [...] o que o indivíduo tem” como bem material: “Mas nós descobrimos que possuir coisas e consumir não satisfaz nosso anseio por sentido. Aprendemos que acumular bens materiais não preenche o vazio de nossas vidas que não têm confiança ou propósito (*idem*, tradução própria)”.

Na exposição **Economic Possibilities for our Grandchildren**, Keynes (1930) abordou a temática do consumo diante da Crise de 1929, tangenciando a questão cultural na demanda. Certamente a preocupação de Keynes (1930) quanto a capacidade do crescimento econômico durante o século após sua conferência, pode ser melhor explicado por economistas que tratem da história da economia mundial: contudo, a preocupação do pensador inglês com o

“desemprego tecnológico” (*idem*, p. 3) e a necessidade de descobrir novos meios de utilizar a força de trabalho ainda no início da década de 1930, anteviram o fenômeno posteriormente estudado por Daniel Bell (1977) da sociedade pós-industrial.

Ainda que as escritas de Ianni (1976) estejam antiquadas para a segunda década do século XXI, seu empenho em pensar as transformações culturais locais pelo avanço do capitalismo financeiro internacional ainda nas primeiras décadas da segunda metade do século XX, o tornam indispensável para compreender, mesmo com sua visão crítica do capitalismo, o modo como as fronteiras geográficas inexistem para a cultura. A visão imperialista da cultura adotada pelo pensador brasileiro, denota que a reprodução material está entrelaçada com a cultural, não havendo uma sem a outra.

Sua visão marxista da produção econômica e das relações culturais que se expandem conjuntamente as relações sociopolíticas que caracterizam a economia, o qualificam por sua visão diferenciada da construção de um ideal de mercado cultural que vem a se desenvolver pela sobreposição dos princípios capitalistas na economia, avançando até o “amplo processo de comercialização de mercadorias culturais” (*idem*, p. 26).

Uma das melhores perspectivas para compreender a economia da cultura é utilizar o conceito de “campo” de Bourdieu (2002); segundo o intelectual francês, os ‘campos’ são espaços restritos, relativamente independentes e constituídos por uma hierarquia simbólica, essa última pela qual indivíduos permanecem em confronto constante – seja para manutenção ou para alteração da ordem das posições. Em um mesmo campo, há o compartilhamento de interesses comuns e dada a sua parcial independência, esse interage com outros campos. No caso do campo cultural, para Bourdieu (1996), esse é “relativamente autônomo ([...] também [...] relativamente dependente, sobretudo perante o campo econômico e o campo político)” (*idem*, p. 168).

Como apontado em Centeno, Falcetta (2015), dentro do ramo de produção em massa de bens e serviços culturais, essa se volta para uma demanda distinta de outros bens e serviços, longe do mero conceito de utilidade, mas em busca de “interpretação ou significado que seus artefatos ou serviços têm para quem os consome” (*idem*, p. 32). Essa interpretação está em sintonia com as escritas de Bourdieu (1996) sobre a produção cultural, mais especificamente no que o autor francês descreve como uma produção singular, particular e peculiar que não destoa de sua futura demanda, buscando mensurar o sucesso na propagação e no alastramento,



## Múltiplos Olhares desde o Brasil

no impacto gerado e não apenas no lucro meramente contábil. Há assim uma conquista simbólica (reforçando princípio tão caro do simbolismo para o autor), tão importante quanto a pecuniária.

Keynes (1930) fez afirmações que harmonizam com esses princípios, ainda no mesmo pronunciamento o autor discerne a acumulação monetária como valor social, princípio o qual descreve como “qualidade desagradável do ser humano” (*idem*, p. 5) ao ver o dinheiro como bem acumulativo e não como meio de se obter coisas que proporcionem melhor qualidade de vida. Para ele, os bens de “segunda classe”, que trazem sensações de “superioridade” tinham além do valor meramente econômico, a dedicação do indivíduo em obter e desfrutar da própria insaciedade desses produtos.

Retomando a lógica do ‘campo’, se de um lado a observação e a apreciação estão abertas a todos, adentrar o campo da cultura e o impactar, segue uma lógica extremamente oposta. Como bem exposto por Bourdieu (1996), os “recém-chegados não podem deixar de remeter continuamente para o passado” (*idem*, p. 187), num respeito as normas do jogo, quem penetra o meio cultural segue padrões, pois o *modus operandi* do campo da cultura é como de qualquer campo, antecede até mesmo aqueles que estão em destaque no centro do campo. Inverter essa lógica, inovar e se tornar relevante, requer galgar posições dentro do campo a ponto que possa ser considerado como um dos *players* que geram influência.

Há “posições do espaço hierarquizado do campo de produção” (*idem*, p. 189) que correspondem a manutenção da demanda por esse tipo de produto pelo *status* econômico. Como alertado anteriormente, os campos estão inter-relacionados e os grandes demandadores são o suporte da estabilidade do *status* cultural. Assim, Bourdieu (1996) difere o domínio político-econômico da cultura – “a arte burguesa” – como em Keynes (1930), do “princípio autônomo [...] a arte pela arte” (*idem*, p. 249). A produção cultural se dá em diferentes escalas, produzir bens e serviços dentro desse campo não é impedido a ninguém; o que os difere é a capacidade de impacto no meio, o reconhecimento e conseqüentemente a rentabilidade.

### **ECONOMIA DA CULTURA COMO FRUTO DA GLOBALIZAÇÃO**

A abordagem da cultura na economia, inicialmente, deu-se pelo aspecto da cultura da atividade econômica (vinda de um período marcado pelo fim da Guerra Fria, que sucede a

derrocada da indústria e a majoração do setor terciário) e não de uma economia da cultura. Como apontado por De Masi (1999), eventos que ocorrem após a Segunda Guerra Mundial trazem consigo “modelos de vida [...] valores e culturas centradas no lazer” (*idem*, p. 48). Para o sociólogo italiano, esses são os pontos de partida para que o conhecimento e a pesquisa passem a assumir um papel cada vez mais relevante na sociedade, em sintonia com essa inflexão nos padrões de vida do indivíduo.

Para Ianni (2003), a sociedade global é fruto das movimentações históricas que desencadeiam também transformações sociais. Valendo-se de semelhante premissa, há espaço para uma atualização mais do que necessária de descrições de construções sociais que são constantemente impactadas pelas mudanças moldadas pelos conjuntos políticos e sociais. As transações comerciais e financeiras, com o fluxo mundial de capitais e outros fatores de produção, as multinacionais, etc., podem ser analisadas por múltiplas ópticas (que vão desde o neoimperialismo ao neoliberalismo), mas não podem deixar de denotar as transformações culturais por essas geradas.

O autor peca por descrever o avanço da cultura na economia meramente como o modo ‘cultural’ de produção, como se a *expertise* econômico-produtiva englobasse a economia da cultura, a confundindo com cultura da economia. Esses traços ficam mais elucidados pelo próprio, onde aponta o modo de “produção intelectual” e a “ideologia da classe dominante” (*idem*, p. 14) como resultados da expansão do capitalismo. Logo, sua preocupação central está em descrever o conflito entre o capitalismo e o socialismo (este último em derrocada) onde a imposição cultural produtiva e imaterial que o mundo veio a conhecer entre as décadas de 1990 e 2000, ainda estava longe de ser uma realidade.

Em *O Advento da Sociedade Pós-Industrial*, Daniel Bell (1977) descreve as transformações socioculturais consequentes das mudanças no perfil do crescimento econômico, que migra de uma economia baseada na produção industrial para a ascensão estruturada pelo setor de serviços. O sociólogo marxista estadunidense se preocupa em apresentar o surgimento da nova classe trabalhadora inserida no mercado de trabalho dos países desenvolvidos, fenômeno que prevê como iminente para os demais países que adentrassem o ciclo de desenvolvimento, tornando-o figura central no debate do pós-industrialismo. Seu prognóstico estava embasado nas mudanças sociais que como bom sociólogo, compreendia como constantes e intermináveis, capazes de assumir distintos caminhos por mínimos fatores: isso reforça o



## Múltiplos Olhares desde o Brasil

protagonismo de Bell (1977) que em uma reflexão pautada pelas metamorfoses do perfil social do trabalho, diagnosticou o ganho de relevância da inteligência humana como capital e matriz da nova atividade econômica.

Uma das bases da teoria da pós-modernidade e certamente a de maior implicância na presente análise, em consonância também a sociedade pós-industrial, é o modo como desestrutura a compreensão de realidade baseada no físico material e transfere esse entendimento para o sentido do indivíduo em suas relações intersubjetivas. Harvey (2002) melhor sintetiza a pós-modernidade, centrado na avaliação histórica social e política da transformação de ideais e valores do indivíduo, bem como esses mudam os processos sociais, que emanam de “práticas sociais, econômicas e políticas da sociedade” e por assim ser “apresenta-se com aparências bem variadas” (*idem*, p. 109). Logo, através da pós-modernidade múltiplos fatores e diversos saberes se entrelaçam, diminuindo a perspectiva universalizante (abrindo espaço para compreender uma economia do setor cultural), no que se opõe “a todas as formas de metanarrativa” estendendo seu olhar a “outros mundos”, “outras vozes” que dispõe de “sua história própria” (*idem*, p. 47), valorizando sua “aceitação do efêmero, do fragmentário” (*idem*, p. 49).

Para Lyotard (2002) a pós-modernidade começa quando “a ciência entra em conflito com os relatos” (*idem*, p. XVI) diante da “incredulidade em relação aos metarrelatos” (*idem*, p. XVI), pois o conhecimento e a cultura mudam com o fenômeno da economia pós-industrial, indo ao encontro com Bell (1977) quanto ao papel da inteligência humana na economia: o “saber é e será produzido para ser vendido [...] consumido para ser valorizado numa nova produção. [...] principal força de produção” (LYOTARD, 2002, p. 05) com capacidade de discernir nações desenvolvidas e subdesenvolvidas assim como a própria industrialização outrora as discerniu.

Porém, como alerta Harvey (2002), ao mesmo ponto que a pós-modernidade valoriza as “novas possibilidades da informação e da produção, análise e transferência do conhecimento”, há a possibilidade desse conhecimento “ser codificado de todas as maneiras, algumas das quais mais acessíveis que outras” (*idem*, p. 53), ou seja, que cultura e conhecimento, valendo-se da noção de Bell (1977) – como novas formas de capital, se elitizem e exerçam segregação pelo viés econômico (quando um bem ou serviço cultural fica acessível pelo seu valor de mercado a um pequeno segmento social).

Intrincar os pensamentos de Bell (1977) e Harvey (2002) requer, contudo, fazer um alerta,

não apenas pela disparidade de suas teorias, mas pelo modo como o segundo classifica Bell (1977) como neoconservador tradicional, que lamenta o “colapso dos valores burgueses” (HARVEY, 2002, p. 109). Por certo, é necessário sem qualquer julgamento ou priorização de um ou outro desses teóricos, apontar que ambos descrevem de distintas maneiras fenômenos de transformações sociais. Compreende-se que a crítica enfática de Harvey (2002) se dá pelo modo como Bell (1977) centra sua análise no aspecto econômico e na ascensão de um novo perfil da classe trabalhadora sem tangenciar os aspectos culturais que são de significativa contribuição nessa própria inflexão econômica.

Giddens (1991) melhor retrata essa distinção, para o qual por mais que “a ideia de sociedade pós-industrial, como desenvolvida por Daniel Bell, pelo menos, seja bem explicada” (*idem*, p. 51), a própria ideia de pós-modernidade é um conceito em processo de definição, que antes de tudo não pode ser confundido com pós-modernismo. Para Giddens (1991), “pós-modernismo, se é que significa alguma coisa” estaria ligado a “reflexão estética sobre a natureza da modernidade”, “estilos ou movimentos no interior da literatura, artes plásticas e arquitetura”, um mero aspecto dentro da dita pós-modernidade, uma profunda reflexão que “se refere a algo diferente [...] a trajetória do desenvolvimento social [...] rumo a um novo e diferente tipo de ordem social”, no que reforça a narrativa de Bell (1977), Harvey (2002) Lyotard (2002) de que “os fundamentos preexistentes da epistemologia se revelaram sem credibilidade” (*idem*, p. 52). Tudo isso oriundo de um crítico do próprio conceito de pós-modernidade, que buscou desqualificar o que designou como um melhor entendimento da própria modernidade “ao invés da superação da modernidade enquanto tal” (*idem*, p. 54).

Em ocasiões novas concepções de produtos ou serviços também requerem que “os capitalistas a[s] explorem [...] obrigados a redobrar seus esforços para criar novas necessidades nos outros”, leia-se atizar o desejo da demanda do indivíduo por produtos que não são de primeira ordem e podem ser tratados até mesmo como supérfluos, “ênfatisando o cultivo de apetites imaginários e o papel da fantasia, do capricho e do impulso” (HARVEY, 2002, p. 103).

Esse analisa “os muitos desenvolvimentos da arena do consumo” tão quão volátil, que massificaram a demanda “da moda [...] não somente em termos de roupas [...] mas também numa ampla gama de estilo de vida e atividades de recreação”, bem como de “consumo de serviços [...] não apenas pessoais [...] como também de diversão, de espetáculos, eventos e distrações”. O geógrafo marxista não aborda essa como demanda cultural, mas cultura do

consumo em resposta a “aceleração generalizada dos tempos de giro do capital”, contrapartida dos investimentos em “serviços bastante efêmeros” visando lucratividade (*idem*, p. 258), na “indústria da produção de imagens [...] em que reputações são feitas e perdidas da noite para o dia, onde o grande capital fala sem rodeios e onde há um fermento de criatividade intensa” (*idem*, p. 262).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar os princípios observados pelo Presidente Carter de “fragmentação e auto interesse” requerem uma abordagem de transformação de valores sociais, que altamente influenciáveis pela cultura, como apontado por Ianni (1976;2003), também se transformaram no período da globalização; todavia, a analogia utilizada por Carter (1979) do consumismo que substitui princípios e valores sociais e humanos, é um excelente embasamento para buscar compreender a ascensão do consumo de bens e serviços culturais, justamente pelo diferencial desse tipo de consumo, que visa justamente obter sentido, sentimento, interpretação, ligação e envolvimento. Longe do debate puramente ético e moral da substituição da intersubjetividade entre indivíduos, pela relação humano e material, indivíduo e consumo, o aumento da demandacultural, querendo ou não suprir alguma deficiência moral ou sentimental, longe de ser plenamente compreendida, advém da transformação das relações sociais transpostas pelas mudanças socioeconômicas do final do século XX e do início do século XXI.

A fala de Carter (1979) não é uma expressão irreduzível e incorrigível da realidade. Seu pronunciamento não foge do interesse político, esperado por uma figura política de sua envergadura, então Presidente da Nação mais poderosa do mundo. Essa é de fato uma expressão da visão de Sua Excelência dos fatos por ele observados, que vão ao encontro com as abordagens analítico-sociais de Bell (1977), e Ianni (1976;2003), dentre outros – a sociedade em transformação a pleno vapor, fato em continuidade constante.

A produção cultural segue um regramento que destoa da economia clássica, não assentada puramente na oferta e na demanda, seu valor é imensurável, sua utilidade está no intangenciável, é a expressão de seu ofertante e produtor (e um campo de incerteza dadas as múltiplas interpretações de quem esses bens e serviços podem ter). A apreciação cultural de fato difere entre indivíduos a partir da formação cultural e da inserção no meio. Um dos maiores



## Múltiplos Olhares desde o Brasil

benefícios que a atividade cultural proporciona é que independente de renda, características sociais, localização geográfica, etc., o desfrute da cultura é aberto a todos.

Não por acaso há o empenho do Estado em proporcionar museus, encontros, eventos públicos, coletivos e a céu aberto... A cultura é uma questão de entrosamento com o campo. Indiscutivelmente, sabe-se que há uma tendência de que indivíduos que não tenham experimentado a satisfação pessoal de bens de primeira ordem, tenham maiores dificuldades de chegarem a desfrutar desse meio. Todavia, isso é um obstáculo e não uma barreira. A cultura está no todo e como se pretende aqui mensurar, o valor simbólico é capaz de gerar emprego e atender a uma das preocupações centrais de economistas clássicos, como previamente exposto no pronunciamento de Keynes na década de 1930.

Estudar economia da cultura é analisar os aspectos que além de manterem vivos e constantes formas de apreciação, costumes e tradições, também os levam a serem comercializados, ativando demanda pelo desfrutar simbólico e significativo. Seu estudo não deve almejar apenas apresentar números referentes a empregabilidade ou as relações de trocas do ramo cultural, mas seguir atualizando esse novo fenômeno, cujo campo de estudo está ainda em delimitação, enfrentando as dificuldades do seu escopo teórico e de mensuração da atividade. Não se pode tentar entender economia da cultura sem antes entender cultura e seus fenômenos, assim como o simbolismo do consumo.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELL, Daniel. **O advento da sociedade pós-industrial**: uma tentativa de previsão social. São Paulo: Cultrix, 1977.

BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte**: Gênese e estrutura do campo literário. Lisboa: Editorial Presença, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Bertrand Brasil: Rio de Janeiro, 5ª edição, 2002.

CENTENO, Alison Ribeiro; FALCETTA, Flávio Paim. **Economia Criativa e Indústrias Culturais**: Histórico e propriedades. Revista da Graduação, v. 8, n. 2, 2015. Acesso em: 28 mar. 2017. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/graduacao/article/view/22130>





# Múltiplos Olhares desde o Brasil

CARTER, Jimmy. **Energy and the National Goals - A Crisis of Confidence**. Disponível em: <http://www.americanrhetoric.com/speeches/jimmycartercrisisofconfidence.htm>. Acesso em: 04 abr. 2017.

DE MASI, Domenico. **A sociedade pós-industrial**. São Paulo: Editora SENAC, 2ª edição, 1999.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 11ª edição, 2002.

IANNI, Octavio. **A sociedade global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 11ª edição, 2003.

IANNI, Octavio. **Imperialismo e cultura**. Petrópolis: Editora Vozes, 1976.

KEYNES, John Maynard. **Economic possibilities for our grandchildren**. In: Essays in persuasion. Palgrave Macmillan UK, 2010. p. 321-332. Acesso em: 31 mar. 2017. Disponível em: <http://www.econ.yale.edu/smith/econ116a/keynes1.pdf>

LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna**. Rio de Janeiro: José Olympio, 7ª edição, 2002.

## **AÇÃO ECONÔMICA NO PLANO LOCAL: OS CASOS DO DISTRITO INDUSTRIAL DA RESTINGA E DO PROGRAMA PORTO ALEGRE TECNÓPOLE NO PERÍODO 1989 – 2004**

**Rodrigo Campos Dilelio**

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

### **Caracterização do objeto de pesquisa e relação espaço x tempo**

Apresenta-se como objeto de pesquisa a ação socialmente produzida pelo poder público na esfera municipal para fins de desenvolvimento econômico na cidade de Porto Alegre. Esta *ação* é visualizada em duas iniciativas distintas que refletem sua finalidade a criação do Distrito Industrial da Restinga, e o Programa Porto Alegre Tecnópolis. O Projeto do Distrito Industrial, esteve previsto desde 1957 no Plano Diretor da cidade (SOSTER, 2001); o (ainda *projeto*) Porto Alegre Tecnópolis, concebido a partir de 1993 e tornando-se operacional desde 1996 (MOREIRA, 1999).

No período que vai de 1989 a 2004, sucederam-se governos municipais liderados pelo mesmo grupo político, o Partido dos Trabalhadores. Esse período é utilizado como referência para localizar no tempo e no espaço o alcance das medidas que as respectivas equipes técnicas e coordenação política traçaram para desempenhar esta ação econômica de caráter multifuncional, sabendo-se que, no caso do Distrito Industrial, ela dirigiu-se pela sua efetivação em território específico, ao passo que no programa Tecnópolis, deu-se pela concepção e institucionalização como estratégia de desenvolvimento.

Segundo a contribuição de Augusto Faria (2002) sobre o período em questão, a execução de projetos como esses referidos fora possível em razão da descentralização administrativa das unidades federativas, especialmente no que diz respeito ao papel dos municípios. Tal revisão no ordenamento do estado brasileiro, viabilizou condições institucionais das prefeituras em geral e de Porto Alegre em particular, em receber recursos compulsórios do Orçamento da União, processo decorrente das mudanças constitucionais promovidas no contexto da Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988. É a partir de então que ocorre a



## Múltiplos Olhares desde o Brasil

descentralização da execução do orçamento nacional, ampliando o papel dos municípios, especialmente nos temas da saúde, da educação fundamental e da assistência.

O período é marcado por forte crise do estado e das chamadas políticas heterodoxas, com implicações importantes na forma da governabilidade e na pactuação entre as distintas organizações políticas que emergiram na esteira da redemocratização. A consequente limitação para planejar o desenvolvimento econômico e social no nível nacional decorrente, abre espaço às estratégias de superação da crise com base em acordos construídos entre segmentos importantes do empresariado interessados na modernização da economia brasileira.

O contexto da reestruturação do estado nacional, se por um lado expôs a fragilidade do pacto político da constituição de 1988, limitado pela falta de recursos para garantir ao mesmo tempo as políticas públicas, os investimentos em infraestrutura e aperfeiçoamento do aparelho estatal (recursos humanos e físicos), de forma aparentemente contraditória, na Nova República, ocorreu uma forte concentração de poder político no âmbito dos governos, fazendo do poder executivo um espaço potencialmente mais sensível às demandas da sociedade civil organizada.

Apresentando o objeto e contexto social em que foram desenvolvidos, em termos institucionais, é interessante do ponto de vista sociológico analisar como fora possível implementar em Porto Alegre duas iniciativas distintas para promoção do desenvolvimento econômico local num cenário onde os recursos econômico financeiros eram bastante escassos.

Ainda sim é necessário ressaltar o caráter multifuncional da concepção de ação econômica protagonizada nos dois casos em questão, pois são projetos distintos em seus fins e objetivos específicos, mas com motivações comuns: evitar transferência de empresas e indústrias para outras cidades, pois ele diz respeito contexto de fechamento de postos de trabalho, desvalorização do mobiliário urbano, aumento da violência, aumento da criminalidade, migrações forçadas e não forçadas (exemplificadas pelo “fuga de cérebros”), dentre outras manifestações características de períodos de crise econômica.

### **Referências para definição do objeto de pesquisa**

Porto Alegre desempenha um papel importante na rede urbana brasileira, notadamente como centro de gestão econômica e territorial e de serviços para a região sul do Brasil (SOARES, 2016). Há uma lógica de subcentros de produção, especialmente ponteadas por empreendimentos vinculados às tecnologias informacionais, o que, desde a contribuição seminal de Castells (1999), dissemina a ideia de uma nova economia, baseada num novo paradigma de desenvolvimento, viabilizado em grande medida pelo ferramental informacional.

O tema não se constitui propriamente como *novo*, tendo sido documentado em termos aproximados com o ante projeto hora exposto, em trabalho assinado pelos professores José Alonso e Pedro Bandeira (1988). O estudo consta em ensaio publicado pela Fundação de Economia e Estatística (FEE) e se propôs a examinar a *desindustrialização* das atividades econômicas da cidade de Porto Alegre a partir de uma perspectiva mais ampla, evitando entendimentos apressados que à época redundavam no receio de “desaparecimento da indústria” instalada na cidade, situados especialmente entre os dirigentes do poder público municipal de então.

A dramaticidade da questão embasou-se então numa queda de 26,30% para 17,92% na participação das riquezas produzidas pela indústria porto alegreense no PIB gaúcho no período 1939-1980. Perante os dados, Alonso e Bandeira ainda lembram do estudo de Paul Singer datado de 1968, por meio do qual os autores se valeram da oportunidade para lembrar que setores expressivos do campo heterodoxo da economia supunham à época que o destino das cidades estaria vinculado ao desenvolvimento industrial das incipientes metrópoles brasileiras.

Sumariamente, Alonso e Bandeira (1988) afirmam que o fenômeno mais geral da desindustrialização em questão responderia por melhoras na infraestrutura, facilitando o acesso à região metropolitana e interior do estado do Rio Grande do Sul, abrindo espaço para uma ação competitiva entre as entidades subnacionais (estados e municípios). Assim, o fator da mão de obra qualificada para o trabalho em manufaturas passaria a estar acompanhado de políticas de atração de empresas e indústrias por meio de benefícios fiscais e concessão de lotes urbanos, dentre outros mecanismos de favorecimento à implementação de atividades industriais em seus respectivos territórios.

Alonso e Bandeira também entendem que, embora a cidade tenha perdido participação na produção industrial, a capital ganhou na participação da renda, isso porque as perdas foram compensadas por ganhos obtidos nos setores terciários. Os dados relativos a renda no período

entre 1939 – 1980, demonstram aumento de renda acumulada perante os dados do Rio Grande do Sul, passando de 17,57% para 22,08% no período.

Na conclusão dos autores, a hipótese explicativa por eles levantada sustenta-se no entendimento de que apesar da contínua queda, não se pode presumir que a indústria porto alegreense esteja em vias de desaparecimento, mas tão pouco nutrir expectativas por um processo de reindustrialização artificializado.

Sem entrar nos méritos da usual superestimação do potencial desenvolvido no plano das relações sociais virtuais e sua conexão com projetos de desenvolvimento econômico em bases não industriais, o aporte teórico e metodológico que a consubstancia permite uma compreensão mais atualizada sobre os arranjos produtivos e suas diferenças com a ideia de aglomerações industriais. Assim, ressalta-se o papel dos parques tecnológicos da chamada *terceira geração* (LAHORGUE; GUIMARÃES, 2012), os quais teriam como atores as organizações empreendedoras (*start-ups*), iniciativas habitualmente abrigadas em incubadoras empresariais de arranjos universidade-empresa, ou ainda, financiadas por entes privados ou públicos. Os arranjos universidade empresa, são vinculados geralmente à ação governamental mediante benefícios, refletindo um tipo de ação econômica onde o estado está presente, por meio de instituições educacionais onde o conhecimento adquire a centralidade na produção de cadeias de valor.

Sandro Garcia (2012) discorre sobre esse processo a partir de estudo dedicado a analisar as relações entre o uso de recursos econômico financeiros governamentais, além da dinâmica de acesso de empresas inovadoras localizadas em arranjos universidade-empresa na região Sul do Brasil a esses recursos.

O autor buscou identificar os tipos de recursos mobilizados pelos agentes empresariais descrevendo as diferenças no comportamento inovativo e no desempenho entre empresas que utilizam apenas recursos de fontes financeiras governamentais (“grupo experimental”) e os que utilizavam somente recursos próprios (“grupo de controle”), por meio de um *survey* aplicado numa amostra de 80 empresas do Rio Grande do Sul e Santa Catarina (2010). A hipótese que orientou a pesquisa é que os recursos interferem favoravelmente nesses arranjos, especialmente porque tem mais chance de produzir inovação, além de alcançar melhor desempenho dos recursos humanos empregados, maior flexibilidade organizativa com ganhos de produção e

maior propensão a interação com outros agentes, substituindo um ambiente de competitividade pela colaboração.

A conclusão de Garcia (2012) é que o ambiente institucional capaz de agir como força motriz para o desenvolvimento destes setores ainda tem pouca superfície de contato com a capacidade das pequenas e médias empresas, mas que no Brasil esse tipo de construção ainda era muito recente (o *survey* foi aplicado em 2009/2010). Assim, o autor identificou atitude pró ativa do estado para fins de estimular os agentes no plano local, possibilitando os primeiros passos à superação de entraves particulares a um desempenho econômico capaz de gerar empregos de qualidade, ainda que não situados nos marcos da indústria tradicional, visto suas características positivas seriam a de garantir empregos estáveis e de boa remuneração.

### **Elaborando o problema de pesquisa**

O que se busca, é identificar os desdobramentos institucionais, dos mecanismos desenvolvidos em cada um dos projetos referidos. Que tipo de consequências socioeconômicas podem ser admitidas a partir do exame da ação do governo municipal (Prefeitura) e demais agentes econômicos da cidade de Porto Alegre nos casos do Distrito Industrial da Restinga e do Programa Tecnópole, pois, o que explicaria as diferenças de resultados e implicações dos dois projetos voltados ao desenvolvimento? Em auxílio a esta primeira questão, surgem outras questões relevantes acerca do mesmo processo: i) quais as instituições criadas, desenvolvidas e/ou utilizadas? ii) qual o caráter da intervenção no domínio econômico da cidade e seus agentes e quais eram os alinhamentos no campo da articulação entre os agentes? iii) O que estava em jogo sobre isso?

### **Hipótese**

Apesar de buscar o desenvolvimento econômico, os dois projetos a analisados são de naturezas distintas, e em função das atividades eleitas em cada um deles, têm efeitos diferentes.

A hipótese geral a ser discutida é que o Programa Tecnópole gerou mais resultados porque focou em setores de expansão do setor de serviços dependentes de produção e inovação tecnológica. Enquanto o Projeto do Distrito Industrial concentrou-se em setores declinantes, o



## Múltiplos Olhares desde o Brasil

que pode ser um indicativo de que a ação pública municipal, em matéria econômica, é um fator relevante para os resultados do desenvolvimento, não obstante ser determinada pela eleição dos setores a serem priorizados.

Analisando o caso da ação econômica orientada pelo poder público municipal e outros agentes econômicos, esse processo esteve vinculado à expansão de atividades intensivas em conhecimento, com incremento no nível de emprego e diversificação de atividades produtivas, pois disso dependeria a posição competitiva da cidade numa etapa da globalização econômica em que concorreriam orientações econômicas de ordens idealmente distintas, sobretudo no que diz respeito ao papel do mercado.

Por um lado, há orientação de caráter neocolonizador, com efeitos na valorização especulativa de espaços urbanos e ênfase na acumulação de poder e prestígio concentrada em agentes situados próximos do vértice da pirâmide social porto alegreense. De outro, concorre uma orientação destinada a ampliação das capacitações dos agentes com efeitos difusos no tecido social, exceto quando instituídos a partir de arranjos produtivos locais ou arranjos universidade – empresas (incubadoras), onde o domínio público pode estabelecer limites a entronização do mercado, especialmente quando este é fundamentado na busca por vantagens comparativas ou como “espaço/ambiente” de concorrência perfeita.

### **Marco teórico metodológico**

Considerando o tema, objeto e justificativa da pesquisa, o projeto busca referenciar distintos marcos teóricos que dialogam com as problemáticas características dos estudos das instituições e da ação socioeconômica das ciências sociais.

Para Augusto Farias (2002), o que está em questão são pelo menos dois tipos de conceitos básicos para uma imersão teórica, a governabilidade e *governance*. A governabilidade seria definida como condição sistêmica do exercício de poder, organizado em três dimensões: capacidade de identificar os problemas e responde-los por meio de formulação de políticas, capacidade de mobilizar os recursos e capacidade de liderar. A *governance* responderia pela

capacidade de governo em comandar a direção do estado, capacidade de coordenação em relação aos interesses em jogo e a capacidade de implementação das propostas escolhidas.

O autor situa o exemplo de Porto Alegre como exemplo de caso que fez uso da chamada “autonomia inserida” pois os resultados de seu estudo configuram o governo local de Porto Alegre (1989-2004) como aquele com capacidade de ter iniciativa para propor mudanças políticas e condições de viabilizá-las, aliada a sua decisão estabelecer relações com setores sociais interessados através de um regime democrático de participação popular (FARIA, 2002).

A diferença dos casos originais do leste asiático onde esta abordagem tem origem, é o protagonismo dos segmentos empresariais alinhados ao estado (no caso dos chamados *Tigres Asiáticos*). Por seu turno, em Porto Alegre haveria um padrão de autonomia inserida onde o protagonismo não é restrito às elites empresariais, mas pela organização das “classes populares”. Nesse sentido, o caso porto alegreense escapou à dicotomia usual presente nas discussões sobre o tamanho do estado, que geralmente opõem o mercado e participação popular.

Considerando a formação de identidades coletivas como primeira etapa no processo organizativo dos segmentos empresariais para fins de incidência no debate sobre desenvolvimento econômico, a institucionalização constituir-se-ia na segunda etapa. Nela, as regras passam de combinações não oficiais, abstrações, à organização de padrões de interação nos diferentes campos de atuação e entre os agentes. Os empreendedores de ideias, em grande medida, são os responsáveis por essas iniciativas.

Em suma a teoria serve para encontrar os “empreendedores” e examinar suas táticas, como eles divulgam suas ideias, como constroem coalizões políticas e como persuadem os outros a admitir novas identidades.

### **Procedimentos para pesquisa exploratória**

O relatório desta etapa da pesquisa, terá como objetivo aprimorar a abordagem da problemática e hipótese já ensaiados, além de permitir uma definição mais próxima de variáveis e indicadores que possam demonstrar os resultados de cada um dos projetos executados pelo poder público. Assim, até o exame de qualificação do projeto, pretende-se submeter a exame crítico os procedimentos metodológicos divididos nas seguintes etapas:



1. Levantamento sobre as instituições envolvidas na estratégia local de desenvolvimento, com base em entrevistas abertas;
2. Análise dos níveis de emprego nos setores correspondentes a ação econômica em questão, com base nas tabelas da Classificação Nacional de Empregos – CNAE);
3. Identificar dados a respeito do recolhimento de taxas e impostos nestes segmentos junto ao sistema de administração da Fazenda Municipal, especialmente as informações referentes a arrecadação de impostos sobre serviços (ISS).
4. Analisar publicações de acesso público, como o “Anuário do Trabalho, produzido pelo Serviço Brasileiro de Apoio à Empresa (SEBRAE); as séries históricas do PIB da cidade de porto Alegre.
5. Estudar os planos plurianuais enviados pelo Governo Municipal em 1990, 1993, 1997 e 2000, examinados, debatidos e aprovados pela Câmara Municipal de Vereadores.

Desse modo, o protocolo de pesquisa envolve a identificação dos agentes públicos no período, posicionados no primeiro e segundo escalão dos governos compreendidos entre 1989 e 2004. Recorreremos ainda a fontes bibliográficas sobre o tema produzidas no período, dando ênfase na articulação de domínios públicos para adesão/discussão execução da estratégia de desenvolvimento no plano local.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALONSO, José Antônio Fialho; BANDEIRA, Pedro Silveira. **A “desindustrialização” de Porto Alegre: Causas e Perspectivas**. Ensaios FEE, Porto Alegre, 9 (1): 3 -28, 1988.

BECATTINI, Giacomo, **Del distrito industrial marshalliano a la «teoría del distrito» contemporânea: una breve reconstrucción crítica**. Revista: Investigaciones Regionales - Journal of Regional Research 2002.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em rede**. In: A era da informação: Economia, Sociedade e Cultura. Volume 1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CECILIA, Manzo; RAMELLA, Francesco. **Fab Labs in Italy: colective goods in the sharing economy**. Stato e mercato / n. 105. Dicembre, 2015.



## Múltiplos Olhares desde o Brasil

CHANG, Há- Joon; EVANS, Peter (1999). **The role of institutions in economic change**. Paper prepared for the meeting of the “Other Canon” group Venice, Italy, January 13 - 14, 2000.

CHANG, Ha – Joon. **Políticas de desenvolvimento econômico: perspectiva histórica das políticas industrial, comercial e tecnológica**. In: Chutando a escada – a estratégia de desenvolvimento em perspectiva histórica. UNESP, São Paulo, 2004.

\_\_\_\_\_. **How to “do” a Developmental State**: political, organization and human resource requirements for the developmental state. In EDIGHEGI, O. (Ed). 2010.

FARIA, Luiz Augusto Estrella. **Administração Popular em Porto Alegre: uma experiência alternativa de Reforma do Estado na América Latina**. Rev, econ, contemp, 6 (2): 51-83, jul./dez, 2002.

FONSECA, Pedro Dutra. **Desenvolvimento não é sinônimo de intervencionismo**. Jornal Folha de São Paulo em 06/03/2016.  
<http://www1.folha.uol.com.br/paywall/login.shtml?http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2016/03/1746425-desenvolvimentismo-nao-e-sinonimo-de-intervencionismo.shtml> (Acesso em: 30 de Outubro de 20016).

\_\_\_\_\_. **Gênese e precursores do Desenvolvimentismo no Brasil**. In: A Era Vargas - Desenvolvimentismo, Economia e Sociedade. Org. FONSECA, Pedro; BASTOS, Pedro Paulo. Unesp, São Paulo, 2012/a.

\_\_\_\_\_. **Do Progresso ao Desenvolvimento: Vargas na Primeira República**. In: A Era Vargas - Desenvolvimentismo, Economia e Sociedade. Org. FONSECA, Pedro; BASTOS, Pedro Paulo. Unesp, São Paulo, 2012/b.

GARCIA, Sandro. **Arranjos universidade-empresa e governo: Evidências de um survey no Sul do Brasil**. In: Inovação, Território e arranjos cooperativos. Org. PECQUEUR, Bernard; e GUIMARÃES, Sônia. Open Edition Press (Ministério da Educação – Governo Federal). Brasília, 2012.

GORDON, White. **Constructing a Democratic Developmental State**. Oxford University Press, 1998.

GOMES, Luciano Costa. **Uma cidade negra: escravidão, estrutura econômico-demográfica e diferenciação social na formação de Porto Alegre, 1772 - 1882**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História / UFRGS. Porto Alegre, 2012.

GUIMARÃES, Sônia Karam. **Desenvolvimento econômico-social e instituições no Brasil**. *Civitas*, Porto Alegre, v16, n. 2, p.259-284, abr.-jun. 2016.

HERRLEIN Jr., Ronaldo. **A construção de um Estado democrático para o desenvolvimento no século XXI. Texto para Discussão IPEA**, n. 1935. Brasília: IPEA, 2014.



## Múltiplos Olhares desde o Brasil

LAHORGUE, Maria Alice; GUIMARÃES, Sônia Karam. A promoção dos APL's, parques tecnológicos e incubadoras de empresas: construção de uma nova geração de política pública no Brasil. *In: Inovação, Território e arranjos cooperativos*. Org. PECQUEUR, Bernard; e GUIMARÃES, Sônia. Open Edition Press (Ministério da Educação – Governo Federal). Brasília, 2012.

FLIGSTEIN, Neil. Habilidade Social e a Teoria dos Campos. *In: Martes, Ana Cristina Braga (Org.) Redes e Sociologia Econômica*. São Carlos. Edufscar, 2009. P 69- 106.

LARA, Fernando Maccari. Desindustrialização: aspectos conceituais e evidências empíricas recentes sobre a economia brasileira. *Indicadores Econômicos FEE*. Porto Alegre, v. 39, n. 1, p. 7-18, 2011.

LOPES, Herton Castiglione. Instituições e crescimento econômico: os modelos teóricos de Thorstein Veblen e Douglass North. *Rev. Econ. Polit.* vol.33 no.4 São Paulo Oct./Dec. 2013

MOREIRA, Cássio Silva. **Porto Alegre Tecnópole: Uma estratégia de desenvolvimento**. Monografia apresentada como requisito à obtenção de título de Bacharel em Ciências Econômicas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Departamento de Ciências Econômicas. Agosto de 1999.

PAIVA, Ricardo Alexandre. **Sobre a relação indústria e urbanização**. *E-metropolis* nº 27, ano 7, dezembro de 2016.

SOSTER, Ana Regina de Moraes. **Porto Alegre: a cidade se reconfigura com as transformações dos bairros**. Dissertação de Mestrado. PPG de História/PUCRS, Porto Alegre, 2001.

SILVA, José Alderir. Desindustrialização e doença holandesa: o caso brasileiro. *Indicadores Econômicos FEE*. Porto Alegre, v. 41, n. 3, p. 67-82, 2014.

SOARES, Paulo Alberto Rodrigues. **A Região Metropolitana de Porto Alegre nos (des) caminhos da metropolização brasileira**. *In: Porto Alegre: Transformações na ordem Urbana*. Org. FEDOZZI, Luciano; SOARES, Paulo Alberto Rodrigues. Observatório das Metrôpoles - Letra capital: Rio de Janeiro, 2016.

STIGLITZ, Joseph. **A globalização e seus Malefícios: a promessa não-cumprida de benefícios globais**. São Paulo: Futura, 2002.

WEBER, Max. **1. Conceitos sociológicos fundamentais; 2. Categorias sociológicas fundamentais da gestão econômica**. *In: Economia e Sociedade*. Ed. 5ª. *In: Economia e Sociedade*. Brasília, UNB, 2009, p.1-138.

YIN, Robert. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Ed. 2ª, Porto Alegre, Bookman, 196 p. 2001.

VI Seminário Discente  
Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFRGS

**3, 4 e 5**  
de outubro

Local: Campus do Vale - UFRGS

# Múltiplos Olhares desde o Brasil

## SEGURANÇA PRIVADA E VIDA COTIDIANA: ANÁLISE DAS PRÁTICAS DE CONSUMO E DOS SERVIÇOS OFERECIDOS EM PELOTAS E RIO GRANDE/RS

**Alejandro R. Maldonado Fermin**

Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Universidade Federal de Pelotas

Este texto analisa a relação entre as práticas de consumo de *objetos da segurança* incorporados à paisagem urbana e as mudanças que acontecem no dia a dia das pessoas, nas cidades de Pelotas e Rio Grande – RS. Essa relação nutre-se dos *imaginários da insegurança* e é constitutiva do *âmbito da segurança privada*. Assim, partindo de uma abordagem sociológica que pretende dar conta dos aspectos socioculturais que dizem respeito àquela relação, neste texto oferece elementos que permitem compreender como em Pelotas e Rio Grande a insegurança tem se convertido no elemento justificador e moralizador do desenvolvimento do âmbito da segurança privada e, ao mesmo tempo, das mudanças na vida cotidiana.

Existe um estudo que diz respeito do desenvolvimento do mercado da segurança privada na Argentina, que tem me servido de base para analisar os casos das cidades de Pelotas e Rio Grande. Assim, Lorenc Valcarce (2014; 2012) trabalha a segurança privada como um campo no qual são trocadas mercadorias que visam vigiar, resguardar e proteger às pessoas e os seus patrimônios. Para ele, é um fenômeno espalhado nas sociedades contemporâneas, que se nutre especialmente das situações vinculadas à insegurança, que lhe são funcionais ao ponto da insegurança ser uma categoria “[...] utilizada para explicar tudo e justificar tudo”, permitindo “às pessoas darem sentido a sua vida diária”, constituindo, pela sua vez, “o fundamento e a racionalização da mudança das suas práticas. Não sair à noite, evitar determinados lugares ou escolher uma moradia determinada pelo temor à insegurança passaram a serem fatos corriqueiros” (LORENC VALCARCE, 2014, p. 20, tradução nossa). No entanto, a insegurança não é apenas uma justificativa, mas uma materialidade que se expressa na paisagem urbana na forma de *objetos da segurança*<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Esses objetos também podem ser considerados como *dispositivos* no sentido dado por Steiner (2012).

A nova arquitetura dos grandes conjuntos imobiliários das cidades inclui agora uma piscina, um solarium e um jardim de inverno, ao mesmo tempo do que videocâmeras, guaritas para os zeladores e cercas perimetrais. Os alarmes proliferam nos locais comerciais e nas casas individuais dos bairros residenciais. As grades se generalizam nas moradias de todos os grupos sociais. [...] As ruas comerciais dos bairros entregam parte da sua vitalidade aos shoppings minuciosamente vigiados que oferecem aos visitantes um meio tranquilo e protegido. Eis aí um conjunto de novas rotinas da vida diária – e de novas disposições dos objetos no espaço – que revelam transformações do laço social, bem como nos esquemas de percepção e sistemas de práticas de certos grupos sociais (LORENC VALCARCE, 2014, p. 19-20, grifos no original, tradução nossa).

Tomando como base as explorações feitas por Lorenc Valcarce (2012; 2014) para o caso argentino, resultam identificáveis dois eixos do âmbito da segurança privada que se entrelaçam de forma tal que não é possível mais analisá-los separadamente. Por um lado, o das materializações que são observáveis tanto na paisagem urbana dessas cidades quanto nas significações que as informam; e, por outro, o da própria ressignificação de práticas que justifica-se pela consolidação de uma “cultura”. Vale notar que essa cultura está profundamente enraizada tanto no *medo* como valor (FUREDI, 2002; KESSLER, 2014 REGUILLO, 2000), quanto na *vigilância* como prática cotidiana de si mesmo e de outrem.

Desta maneira, a ideia da insegurança passa a ser fundamental para justificar e racionalizar parte dessas mudanças, ao ponto que: “a extensão dos dispositivos privados de proteção deve considerar-se no quadro das novas configurações dos vínculos sociais e sistemas de crenças mais elementares” (LORENC VALCARCE, 2014, p. 20, grifos no original, tradução nossa); criando assim o que Ballard (2014, p. 71-72) tem identificado para o caso sul-africano a partir da ideia de “comunidades cercadas” como *zonas de conforto*. Esses vínculos sociais e sistemas de crenças que passam a estar sob influência dessa noção ampla de insegurança, modelam moralidades, que são entendidas como aquelas exigências da sociedade que são interiorizadas pelos indivíduos de tal maneira que elas sejam as legitimadoras de suas atividades cotidianas (HELLER, 1994, p. 134). Além disso, essas moralidades estão vinculadas ao saber cotidiano que enquanto é entendido como as atitudes práticas cotidianas, definem o *verdadeiro* e o *errôneo*, o *correto* e o *incorreto* (HELLER, 1994, p. 337).

Essa dimensão moral passa a estar fundada na questão insegurança, que opera como princípio ordenador, como uma exigência da sociedade que é interiorizada pelos indivíduos e que gera atitudes práticas. Isto é, segundo HELLER (1994), que na vida cotidiana os indivíduos

vão desenvolvendo suas atividades a partir de um conjunto de valorações intersubjetivamente construídas que permitem ter uma “cotidianidade bem sucedida”, moralmente aceitável. O que não é mais do que o surgimento e consolidação de novas sociabilidades.

Destarte, a partir de resultados ainda parciais obtidos na pesquisa de campo, apresentamos uma análise sucinta de como moradores e pequenos comerciantes das cidades de Pelotas e Rio Grande estão justificando mudanças na sua cotidianeidade, isto é, consumindo *objetos da segurança* que não apenas transformam a paisagem urbana quanto a cotidianeidade, as rotinas, e que são alimentadas a partir das ressignificações que elaboram dos imaginários sociais que dizem respeito à insegurança.

Quando é aceito que a vigilância, o medo e o risco pautam a cotidianeidade dos indivíduos, também se concorda com que esses elementos têm manifestações objetivas que “carimbam” a paisagem urbana, através da materialidade daqueles imaginários. Essas marcas são objetos, ou, seguindo Steiner (2012), cada uma dela é um dispositivo na medida em que se comportam como um “[...] agenciamento de elementos heterogêneos”, que, pela sua vez, é “um dispositivo político no sentido em que ele define um modo de ser dos indivíduos em uma sociedade, um modo geral e generalizável de interações, de hierarquia e de legitimidade” (p. 111).

Também esses objetos são portadores de valor – no sentido usado por Stark partindo da expressão inglesa *worth* – quando eles carregam tanto a dimensão do *valor* como *preço*, quanto dele como *prêmio*, o que remete precisamente aos *processos de precificação e de apreciação*, respectivamente (STARK, 2017, p. 10-11). Ou seja, as materialidades do dispositivo expressar-se-ão tanto no valor dos imóveis quanto na valoração do nível de proteção que ele pode garantir.

Partindo das observações feitas nas cidades de Pelotas e Rio Grande é possível indicar dois tipos de achados. O primeiro deles indica a existência de “marcas” associadas ao consumo dos dispositivos de securitização, principalmente, da *placa* que não apenas identifica ao prestador de serviços, mas que ela é o objeto mais emblemático e que mais significações tem, a partir das quais pode se dar conta tanto das transformações na paisagem urbana quanto das ressignificações dos imaginários da insegurança. Das antigas placas que apenas tinham o nome da empresa, o serviço oferecido e um telefone de contato, as mais novas empregam imagens que condensam medo e proteção, vigilância e violência, como dispositivo para coibir possíveis atuações contra o patrimônio que “marcam”, que dizem proteger. As imagens de medo e violência – propriamente ditas – são mais usadas nas placas dos prestadores de serviços em

Pelotas. Isso não quer dizer que medo e violência seja uma questão exclusiva daquela cidade, apenas uma característica saliente; enquanto em Rio Grande, as associações que podem ser feitas a partir das imagens das placas remetem mais à ideia de vigilância (cfr. Figuras 1 a 4).

Figura 1. Placa - Pelotas, Centro. Fotografia própria.     
 Figura 2. Placa - Pelotas, Centro. Fotografia própria.     
 Figura 3. Placa - Rio Grande, Centro. Fotografia própria.     
 Figura 3. Placa - Rio Grande, Centro. Fotografia própria.



Por outro lado, de acordo com as respostas obtidas num questionário aplicado principalmente a comerciantes de algumas zonas das cidades, a insegurança é associada à falta de liberdade para se movimentar na cidade, à falta de policiamento, ao medo, à impunidade e ao tráfico de drogas, o que concorda com o fato de as pessoas terem cada vez menos confiança na segurança pública, na medida em que ela deixa de cumprir seu cometido. Porém, isso não significa que as pessoas confiem na segurança privada, apenas reconhecem que ele passa a ser uma necessidade que “ameniza” a situação da insegurança, mas não resolve.

Essas expressões são coincidentes com as dos entrevistados, que também tem-se manifestados preocupados pela falta de segurança e como isso lhes gera medo a perder sua vida e seu patrimônio. São cientes da crise da segurança pública no estado, mas mesmo assim não se consideram dependentes desse tipo de segurança, acreditando que os prestadores de serviços de segurança privada fornecem soluções mais ajustadas às necessidades da sua atividade comercial. Nesse sentido, os dispositivos de securitização que consomem caracterizam-se pela eficácia: ronda móvel permanente, escolta na hora do fechamento da loja, televigilância, e não manifestam preocupação pelos métodos empregados contanto garantam sua proteção. Reconhecem que esses serviços não resolvem a questão da criminalidade, mas oferecem garantias de maior proteção. Também consideram como “normal” a proliferação dos objetos da segurança junto à necessidade de mudar suas rotinas para se proteger, independentemente do





## Múltiplos Olhares desde o Brasil

que aconteça com outrem. Porém, não manifestam muita confiança nos prestadores de serviços de segurança privada.

Talvez isso explique, parcialmente, como as formas de consumo dos objetos da segurança não estão sujeitas a contratos muito rigorosos, sendo que esse mercado é bastante volátil e dinâmico no sentido tanto da quantidade de prestadores de serviços que consegui registrar quanto da flexibilidade dos relacionamentos usuários-prestadores de serviços. No primeiro caso, nas áreas observadas em Pelotas – principalmente a grande área central da cidade – consegui identificar umas 39 placas de prestadores de serviços, enquanto que em Rio Grande a quantidade foi de 24. No que diz respeito à flexibilidade vem dado pela inexistência de contratos – o quando existem não são muito exaustivos – e pela facilidade com a que podem ser contratados – ou trocados – múltiplos prestadores de serviços por um mesmo cliente.

É plausível dizer que as cidades de Pelotas e Rio Grande tem mudado sua paisagem urbana, passando a ter nela incorporados um conjunto de dispositivos de securitização. Isto gerará uma normalização deles no espaço. Esses objetos são também as materialidades dos imaginários da insegurança, na medida em que eles expressam e geram efeitos associados ao medo, à vigilância, até à violência, como pode ser visto nas placas. Esses dispositivos estão normalizados e são compreendidos como necessários. Isto é, é o certo consumi-los e exibi-los, pois eles representam uma resposta à “guerra não declarada” que se livra contra a criminalidade. Neste ponto, estamos diante uma moralidade, pois é a sociedade a que está pautando a nossa cotidianidade, devido às mudanças que tem operado nos padrões que organizavam e guiavam a vida cotidiana. Isso tem se manifestado nas alterações nas esferas pública e privada, gerando outras formas de sociabilidade mais restringidas à esfera privada, quando não à íntima propriamente dita.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALLARD, R. *Bunkers* para a psique: como comunidades cercadas têm permitido a privatização do *apartheid* na África do Sul democrática. In: MACHADO, L. Z.; BORGES, A. M.; PATRIOTA DE MOURA, C. (Orgs.). **A cidade e o medo**. Brasília: Verbena/Francis Editora, p. 69-84, 2014.



## Múltiplos Olhares desde o Brasil

FUREDÌ, F. **Culture of fear**: risk-taking and the morality of low expectation. London: Continuum, 2002.

HELLER, A. **Sociología de la vida cotidiana**. Barcelona: Península, 1994.

KESSLER, G. O sentimento da insegurança e o medo na Argentina. In: MACHADO, L. Z.; BORGES, A. M; PATRIOTA DE MOURA, C. (Orgs.). **A cidade e o medo**. Brasília: Verbena/Francis Editora, p. 55-67, 2014.

LORENC VALCARCE, F. **Seguridad privada**: la mercantilización de la vigilancia y la protección en la Argentina contemporánea. Buenos Aires: Miño y Dávila Editores, 2014.

LORENC VALCARCE, F. Vendendo segurança: a construção social dos mercados de vigilância e proteção na Argentina. **REDD – Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, Araraquara, v. 4, n. 2, on-line, 2012.

REGUILLO, R. La construcción social del miedo: narrativas y prácticas urbanas. In: ROTKER, S. (Org.). **Ciudadanías del miedo**. Caracas: Nueva Sociedad/The State University of New Jersey.

STARK, D. For what it's worth. Working paper. 2017.

STEINER, Phillippe. Mercado, transação e laços sociais: a abordagem da sociologia econômica. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, v. 20, n. 42, p. 111-120, 2012.

## **GOVERNANÇA DA INOVAÇÃO: ANÁLISE DO PAPEL DO BNDES NA GOVERNANÇA DO SETOR DE SOFTWARE AO LONGO DAS GESTÕES PETISTAS (2003 - 2014)**

**Robson Rocha de Souza Júnior**

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

### **Resumo Expandido:**

Embora o fenômeno do desenvolvimento econômico seja complexo e multifacetado, com traços fundamentais compostos por aspectos econômicos e extraeconômicos, é possível admitir que seu fenômeno crucial consiste na transformação disruptiva e qualitativa da produção econômica (SCHUMPETER, 1997), fenômeno esse que está intimamente vinculado ao processo social, econômico e político da inovação e ao incremento da produtividade garantido por essa ruptura. Apesar da apropriação muitas vezes enviesada do fenômeno, a inovação econômica é um fenômeno complexo que conta com a participação de uma multiplicidade de atores e organizações sociais que estabelecem entre si laços com traços colaborativos, hierárquicos e conflituosos. Sendo assim, se o fenômeno da inovação econômica representa um ponto de inflexão da capacidade produtiva de uma economia, o conjunto complexo e articulado das múltiplas relações dinâmicas que o circunscrevem e o atravessam constitui a condição de possibilidade de sua emergência, por um lado, e é profundamente afetado por essas transformações, por outro. A própria inovação não é simplesmente um fenômeno singular que institui uma ruptura no ciclo econômico, mas sim uma série de inovações incrementais articuladas entre si numa trajetória, histórica e socialmente construída, as quais eventualmente podem ser recombinações de modo inovador e com isso provocar mudanças realmente disruptivas no processo produtivo e nas relações sociais de produção que lhe são correlatas. (FREEMAN, SOETE, 2008).

Apesar da multiplicidade de relações sociais de produção que subjazem o processo produtivo, de maneira geral, e o processo inovativo, mais especificamente, releva-se o papel do Estado na regulação e fomento à iniciativas de inovação econômica, o que tem sido enfatizado

por uma vasta literatura sociológica, no interior da qual se destacam as contribuições de Mazzucato (2014), Evans (1995) e Block (2008). Posto isso, o objetivo mais geral da análise aqui projetada é compreender qual é papel das agências estatais no fomento à inovação econômica e, por consequência, a determinação do modo como o Estado pode atuar na condução de uma política de desenvolvimento econômico voltada ao incremento da produtividade. Essa análise se inscreve, portanto, no campo mais amplo dos *Innovation Studies*, tendo como propósito central analisar o papel do Estado no processo social, político e econômico associado à inovação econômica.

Esse problema teórico mais geral deverá ser desenvolvido por meio de um estudo de caso que simbolize de modo paradigmático o processo de relação entre atores do mercado e e agências estatais no processo de inovação, estratégia epistemológica e metodológica que visa se valer de um confronto com um contexto empírico específico que possua uma simbologia capaz de revelar os meandros e os detalhes que tendem a se ocultar em uma análise que se encerre no âmbito teórico. A unidade teórica que servirá de base para a análise aqui aventada é a atuação do BNDES na governança do empreendimento capitalista no setor de *software* ao longo das gestões petistas (2003 – 2014), recorte analítico que se justifica tanto pela importância histórica do BNDES para o desenvolvimento industrial no Brasil, como pelas características estruturais e posicionais desse setor industrial no processo produtivo no capitalismo contemporâneo.

Desde sua fundação, a atuação do BNDES foi crucial para o processo de desenvolvimento da indústria nacional, a qual assumiu as características que a definem, nos diversos momentos históricos, muito em função do modo como o governo federal se valeu desse mecanismo institucional para intervir na sua dinâmica. O que se verifica é que a utilização do BNDES por cada governo, tendo em vista o caráter estratégico de sua posição e a importância de sua atividade para o funcionamento da economia nacional, está orientada pelos principais objetivos de uma política econômica. Entretanto, isso não quer dizer que a atuação do BNDES tenha sido planejada da mesma forma por cada governo, uma vez que, ainda que seja possível verificar a consolidação de uma trajetória história peculiar na mobilização estratégica desse mecanismo institucional no Brasil, cada governo orientou a atuação do BNDES de maneira muito específica, seja pelas diferentes relações que foram estabelecidas com os setores empresariais, seja por conta das distintas estratégias formuladas. Isso significa que a análise do planejamento

de sua atuação num período histórico determinado deve partir de uma reconstrução histórica que destaque tanto o modo como esse processo se encaixa na trajetória histórica do BNDES, bem como sua especificidade frente aos acontecimentos que o antecederam e o sucederam. É com base nesse enquadramento histórico que se pretende realizar a análise da atuação do BNDES ao longo das gestões petistas entre os anos de 2003 e 2014.

Fruto da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos de 1950, o Banco Nacional de Desenvolvimento brasileiro (inicialmente apenas BNDE) foi criado pela Lei 1628/1952 com o objetivo de formular e implementar a política de desenvolvimento econômico no Brasil e se tornou, a partir de então, o instrumento principal de execução da política de desenvolvimento nacional e a principal instituição provedora de crédito de longo prazo no país. Por isso, o banco passou a ser mobilizado pelo governo federal como um mecanismo institucional crucial para a realização de suas políticas de desenvolvimento, o que o levou a assumir uma posição pivotal na organização e no planejamento estratégico da expansão da economia brasileira.

Ao longo da história do BNDES, o que se verifica é que sua principal função foi oferecer financiamento de longo e médio prazo e com juros baixos para investimentos considerados estratégicos pelo governo federal, demanda essa que nunca foi suficientemente atendida pelo mercado financeiro privado, seja por conta da elevada taxa de juros historicamente praticada no Brasil, seja por conta do alto risco associado aos investimentos de médio e longo prazo. Essa centralidade do BNDES, ademais, não é casual, já que, em uma economia capitalista, os bancos assumem a função central de gestor do capital excedente, atividade que consiste no deslocamento do capital superavitário em um setor da economia para outro setor onde haja insuficiência de capital e rentabilidade. Isso justifica a posição pivotal do BNDES na economia brasileira, na medida em que tal instituição, ao financiar investimentos de longo prazo e com juros baixos, assumiu a função de intermediador institucional das relações entre interesses privados e ações governamentais, de um lado, e o setor financeiro e o setor produtivo, de outro.

Em seus primeiros anos, no governo de Getúlio Vargas, o BNDES foi utilizado em financiamentos de projetos de infraestrutura, como no reaparelhamento de portos e ferrovias e na expansão da siderurgia, mas principalmente no financiamento do setor de energia elétrica, considerado estratégico pelo governo Vargas. O financiamento à expansão do setor industrial só ganharia relevo a partir da gestão de Juscelino Kubitschek, quando o BNDES fora mobilizado como instituição central para a gestão do Plano de Metas, cujas principais metas

eram a manutenção de investimentos em infraestrutura, principalmente para superar pontos de estrangulamento da expansão industrial nos setores de transporte e energia; a expansão da Indústria de Base; a instalação da indústria de bens de capital, sobretudo nos setores automobilístico, mecânico e de materiais pesados; e, por fim, a meta extraordinária de construção da nova sede administrativa (BUGIATO, 2016).

Após o golpe de 1964, o BNDES foi inicialmente menosprezado pelos governos militares, em função da ligação histórica da instituição com os projetos populistas de Vargas e JK (BUGIATO, 2016), condição que só seria alterada a partir da década de 70, quando, além de ter sido criado o PIS-PASEP, imposto deduzido do salário dos trabalhadores formais que se tornou uma fonte de recursos permanente à atuação do BNDES, também foi implementada a primeira política anticíclica do banco, o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), que fora elaborado no contexto da primeira crise do petróleo em 1973. O objetivo do II PND foi manter o crescimento da economia brasileira mesmo no contexto de crise, o que só se tornou possível por conta da criação daquela fonte permanente de recursos do BNDES (BUGIATO, 2016). Novamente, as Indústrias de Base, as Indústrias de Bens de Capital e os projetos de infraestrutura no setor elétrico e de petróleo foram privilegiados, mas dessa vez o banco priorizou o financiamento do setor privado, o que alterou a tradição do banco de investir no desenvolvimento das indústrias estatais.

Quando, já na década de 1980, o sistema de endividamento externo entrou em colapso, sobretudo por conta da moratória do México em 1982 e da conseqüente crise da dívida na América Latina, o BNDES teve que alterar drasticamente sua atuação e passou a privilegiar políticas de investimento que visavam a estabilização da economia através de ajustes de curto prazo (BUGIATO, 2016). É nesse contexto que o banco passa a atuar também no saneamento financeiro de empresas públicas e privadas endividadas, atuação que capacitaria a instituição a assumir o processo de privatização das empresas públicas que marcaria a década de 1990 no Brasil. É também em função dessa nova atuação do BNDES que seriam criados seus projetos de participação acionária por meio do BNDESPar, já que o processo de saneamento das empresas consistia em uma reestruturação financeira seguida de privatização mediante participação acionária majoritária do governo federal.

Com essa nova atuação do BNDES, entrava em colapso também o modelo do nacional-desenvolvimentismo que marcou a atuação do banco desde sua fundação. Após esse



## Múltiplos Olhares desde o Brasil

esgotamento, uma nova estratégia de desenvolvimento, focada na integração competitiva da indústria nacional, foi desenvolvida, o que caracterizou a atuação do banco na década de 1990, sobretudo por conta de sua participação crucial nos programas de privatização que caracterizam a economia brasileira nesse período (BUGIATO, 2016). Não é nenhum exagero, portanto, destacar o papel do BNDES na consolidação do modelo neoliberal de condução da economia no Brasil, que tinha como norte o estímulo à privatização como meio de reorganizar a atuação do Estado na economia, e a abertura comercial para aumentar a exposição da indústria nacional à concorrência externa e promover seu desenvolvimento tecnológico. A convicção de todos os governos da década de 1990, desde Collor até Fernando Henrique Cardoso, é que essa abertura comercial elevaria a competitividade e a produtividade do sistema industrial brasileiro espontaneamente e em função da atuação das forças de mercado, o que dispensaria uma política industrial setorial que só seria retomada nos anos 2000 com o primeiro mandato do governo Lula (ARBIX, 2016).

Como demonstra Arbix (2016), além de retomar as políticas de financiamento estratégico de setores indústrias após mais de 25 anos de hiato, a política de desenvolvimento levada a cabo pela equipe econômica do primeiro governo Lula inovou ao formular e executar a primeira política de incentivo à inovação científica e tecnológica no Brasil. Ademais, a ideia que orientava a formulação dessa nova política industrial baseava-se na necessidade de associar o processo de inovação e de criação de novas tecnologias à cadeia produtiva como forma de sustentar uma estratégia de desenvolvimento sustentável e afinada com as práticas em voga nas economias mais avançadas do globo. Além disso, a formulação dessa política de desenvolvimento partia do diagnóstico de que a economia brasileira mantinha um problema estrutural crônico relacionado ao baixo desempenho da indústria de transformação, em função da sua incapacidade de incorporar inovações tecnológicas ao processo produtivo de modo a transformá-las em ganhos de eficiência.

Com base nesse diagnóstico e nessa ideia de política de desenvolvimento, a equipe econômica do governo Lula lançou as bases de uma estratégia de desenvolvimento que buscava o equilíbrio entre a atuação do Estado e setores estratégicos do empresariado, uma vez que lhes parecia claro naquele momento que nem o mercado, nem o Estado poderiam, por meio de uma iniciativa solitária, resolver o problema estrutural de baixa produtividade e reduzida competitividade da indústria nacional, o que apontava para a necessidade de construir uma



## Múltiplos Olhares desde o Brasil

sinergia entre o setor público e a iniciativa privada com o objetivo de superar a discrepância do desenvolvimento tecnológico da indústria brasileira em relação às economias mais avançadas do planeta (ARBIX, 2016). Para tanto, seria necessário estabelecer novos marcos regulatórios mais propícios ao desenvolvimento tecnológico e aproveitar a competência institucional de agências públicas no fomento a políticas industriais, dentre as quais se destaca o papel do BNDES.

É nesse contexto, mais especificamente no ano de 2004, que a equipe econômica do governo de Lula lançou a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), cujo principal mérito foi ter colocado a inovação no centro dos desafios da indústria brasileira. Segundo documento publicado pelo próprio BNDES, suas principais motivações eram a possibilidade de aumentar a eficiência da estrutura produtiva da economia brasileira, desenvolver e difundir tecnologias que incrementassem a competitividade de setores indústrias estratégicos no comércio internacional e, conseqüentemente, expandir a exportação de produtos com maior valor agregado (CARVALHO JÚNIOR, 2005), o que deveria ser alcançado por meio do aumento do comércio internacional de produtos de alta tecnologia, da internacionalização de indústrias nacionais com potencial de inovação e estrategicamente situadas na cadeia produtiva, do aumento do investimento privado em Pesquisa e Desenvolvimento (P & D) e da atração de centros de excelência na formulação de pesquisas voltadas à inovação (ARBIX, 2016).

Apesar de não ter alcançado a efetividade que se esperava e de ter revelado a inadequação das instituições responsáveis pelo desenvolvimento tecnológico nacional e as lacunas do marco regulatório-legal (ARBIX, 2016), a PITCE se tornou um ponto de inflexão no processo histórico das políticas de desenvolvimento nacionais, o que foi fundamental para o estabelecimento de um novo marco regulatório (Lei do Bem e Lei da Inovação) e para a criação de instituições (CNDI e ABDI) que se tornaram legados importantes para as futuras políticas de desenvolvimento no país. Essa ruptura foi decisiva para a mudança do curso da trajetória histórica das políticas de desenvolvimento econômico no país, processo que se consolidaria no Programa Inova Empresa, lançado pela Presidente Dilma Rousseff já no ano de 2013, iniciativa que retomaria e aprofundaria a ênfase dada ao incentivo à inovação e à estratégia de intervenção setorial, o que havia sido assumido como prioridades fundamentais da PITCE e parcialmente abandonado pelas políticas anticíclicas encabeçados pelo BNDES após a crise financeira





## Múltiplos Olhares desde o Brasil

mundial de 2008 (ARBIX, 2016). Logo, parece ser possível admitir a hipótese de que se constituiu uma trajetória de incentivo público a inovações econômicas em setores estratégicos da economia ao longo das gestões petistas, embora não seja desprezível a interferência de desequilíbrios econômicos e de decisões políticas correlatas na alteração das diretrizes e das prioridades definidas nos programas de desenvolvimento econômico implementadas entre 2003 e 2014, o que, por consequência, deve ter imprimido uma configuração específica a essa trajetória e a seus principais resultados.

Assim se justifica o enfoque na atuação do BNDES nesse momento histórico específico, restando o esclarecimento acerca do enfoque setorial. Primeiramente, é importante frisar a pertinência epistemológica de um recorte setorial. Como argumenta Evans (1995), os diversos setores industriais não devem ser encarados apenas como arenas para a observação de tipos específicos de envolvimento estatal, mas sim como formas de organização industrial, técnicas de produção e modos de governança com grande variedade. Consequentemente, cada setor apresenta constrangimentos e oportunidades específicos para cada tipo de intervenção do Estado. Não obstante, como cada setor se transforma ao longo do tempo, as formas de envolvimento do Estado devem se transformar de forma correspondente, o que significa que as mudanças nas características gerais da ordem industrial global, refletidas de forma mais concreta na mudança de estratégia do capital transnacional, também afetam a eficiência da atuação do Estado em um dado setor industrial. O que se percebe, portanto, é que a intervenção do Estado varia sistematicamente em função da diferença de cada setor, de tal forma que, ainda que a estrutura estatal e sua capacidade de intervenção façam diferença, a transformação setorial depende também da interação do Estado com as firmas locais, bem como dos constrangimentos que as estratégias do capital transnacional impõem a ambos em determinados setores, o que implica na necessidade de focar a análise na construção de políticas de desenvolvimento em setores industriais específicos.

Além disso, como defendem os teóricos dos Sistemas de Inovação, cada setor industrial apresenta características próprias que modelam as transformações tecnológicas, o que justifica o critério técnico-industrial na delimitação do objeto empírico. De acordo com os termos de Ramela (2013), com esse enfoque sistêmico-setorial o que se destaca é a necessidade de analisar a constituição de regimes tecnológicos específicos a cada setor, o que necessariamente redundará em modelos de inovação correlatos. O regime tecnológico consiste no ambiente tecnológico no



## Múltiplos Olhares desde o Brasil

qual opera um conjunto de empresas de um mesmo setor industrial, o qual se diferencia em função das condições em que advém a transformação tecnológica e do conhecimento em que está baseado a produção de novas tecnologias. No que se refere às condições, destacam-se as condições de oportunidade (incentivo ou não à produção de inovações), as condições de apropriação (grau de implementação das inovações em ativos de mercado) e as condições cumulativas (grau de conhecimento acumulado em determinado setor industrial). Já o conhecimento de base se refere ao *know-how* que varia de acordo com a natureza (especificidade, formalidade, complexidade e independência) e os meios de transmissão (formal e informal) do conhecimento.

O foco nesse setor industrial específico tem duas motivações básicas. Primeiramente, parece interessante analisar a viabilidade da construção de políticas de desenvolvimento setoriais em um setor industrial que é fortemente concentrado em grandes corporações transnacionais, com destaque para empresas norte-americanas, asiáticas e europeias. Não obstante, também merece destaque a importância desse setor para o desenvolvimento do restante da economia, em virtude da aplicação de novos *softwares* para o incremento da produtividade em outros segmentos industriais, o que torna ainda mais desafiadora a tarefa de construir políticas de desenvolvimento que visem alterar o padrão de competitividade dessa indústria, em específico, mas também de toda a economia, por consequência.

Posto isso, o que se almeja com essa pesquisa é desenvolver uma análise do modo como o BNDES foi mobilizado, ao longo das gestões petistas, como instrumento institucional de fomento a inovações econômicas em um setor específico da economia, o setor de *software*, este que, em função de sua importância estratégica para o restante da economia, contou com um subprograma específico, o Prosoft. Apesar de ter sido criado em 1997 pela gestão de FHC, o Prosoft passou por uma completa reformulação em 2004, transformação que se consolidou em 2007, quando os resultados, potencialidades e limitações desse subprograma foram discutidos entre os agentes governamentais e os diversos estratos industriais desse setor da economia com o intuito de aperfeiçoá-lo.

Sendo assim, a questão que orienta essa pesquisa é: *De que forma a estratégia de atuação do BNDES no setor de software ao longo das gestões petistas afetou a configuração da estrutura produtiva deste setor e a governança interna das empresas que receberam algum incentivo?* A construção dessa questão parte do pressuposto da esterilidade do questionamento



## Múltiplos Olhares desde o Brasil

acerca do “quanto” o Estado pode intervir na economia, o qual deve ser substituído, segundo Evans (1995), pela problematização dos variados tipos de intervenção estatal, do modo como eles foram historicamente formulados e executados e dos seus principais efeitos em cada contexto específico. Logo, a análise deve se orientar pelo questionamento das características que definem o arranjo de governança do fomento à inovação econômica no setor de *software*, processo inaugurado com o lançamento e implementação da PITCE em 2004 e consolidado com o Programa Inova Empresa de 2013.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

ARBIX, G. “2002 – 2014: Trajetória da Inovação no Brasil: avanços, indefinições e instabilidade nas políticas públicas de fomento à inovação e tecnologia” In: Friedrich Ebert Stiftung, nº 17, 2016.

BLOCK, F. “Swimming Against the Current: the Rise of a Hidden Developmental State in the United States”. In: *Politics & Society*, vol. 36, nº 02, Jun. 2008.

BUGIATO, C. A Política de Financiamento do BNDES e a Burguesia Brasileira. Tese (Doutorado em Ciência Política). Campinas/SP: IFCH-Unicamp., 2016.

CARVALHO JÚNIOR, A. “A Política industrial e o BNDES”. In: *Revista do BNDES*, v. 12, nº 23, 2005. EVANS, P. *Embedded Autonomy: States and Industrial Transformation*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1995.

FREEMAN, C. & SOETE, L.. *A economia da inovação industrial*. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

MAZZUCATO, Mariana. *O Estado Empreendedor*. São Paulo: Portfólio-Pinguim, 2014.

RAMELLA, Francesco. *Sociologia dell’innovazione econômica*. Bologna: Ed. Mulino, 2013.

SCHUMPETER, J. A.. *Teoria do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1997.

VI Seminário Discente  
Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFRGS

3, 4 e 5  
de outubro

Local: Campus do Vale - UFRGS

# Múltiplos Olhares desde o Brasil

**GRUPO DE TRABALHO  
SOCIEDADE, RURALIDADE E AMBIENTE**

## **A INTERNET COMO POTENCIALIZADORA DO DESENVOLVIMENTO RURAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DA ABORDAGEM DAS CAPACITAÇÕES DO AMARTYA SEN**

**Jhose Iale Camelo da Cunha**

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

**Sergio Schneider**

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

### **INTRODUÇÃO**

Segundo dados apresentado no Relatório de Desenvolvimento Mundial, publicado em 2016 pelo Banco Mundial, as tecnologias digitais – internet, telefones celulares e todas as outras ferramentas para colidir, armazenar, analisar e compartilhar informações digitalmente – tiveram uma grande disseminação. Um maior número de países em desenvolvimento possuem mais celulares do que acesso à eletricidade e água potável. “O número de usuários da internet quase que triplicou em uma década – de um bilhão em 2005, para cerca de 3,2 bilhões em 2015.” (WDR, 2016, p.2)

Nas últimas décadas, as alterações nos processos de desenvolvimento convergiram para uma Sociedade de Informação e Conhecimento, no qual destaca, conforme Pereira e Silva (2010), uma capacidade constante de inovação. Com o processo de globalização e conseqüentemente as inovações tecnológicas, no qual ele está atrelado, é possível observar

inúmeras transformações que até então não se podia imaginar no que tange as relações sociais, econômicas, empresariais, políticas e institucionais como destaca Castells em seu livro *Sociedade em Rede*. Entretanto, cabe ressaltar que, os impactos das Tecnologias de Informação e Comunicação – TIC, não se limita ao contexto urbano. No meio rural, a inserção das TIC vem possibilitando mudanças variadas, tais como a acesso a novos mercados, mudanças na sociabilidades, melhoramento no gerenciamento da produção, etc.

Embora a ampliação da infraestrutura de informação e comunicação seja difundir e viabilizar o aproveitamento do potencial que as TIC pode oferecer, Albagli (2006) observa que

isso não é condição suficiente para garantir benefícios ao conjunto dos seguimentos sociais, países e regiões. Isso porque, na medida em que as TIC abre novas possibilidades de inclusão digital, possibilita também, as condições de agravamento das desigualdades sociais e territoriais.

O presente trabalho busca refletir sobre a internet no meio rural a partir da abordagem das capacitações desenvolvida pelo economista indiano, Amartya Sen, compreendendo de que maneira a internet pode atuar como um canal de inovação que potencializa a ampliação das capacidades e dos intitamentos dos indivíduos podendo ser entendido como um elemento facilitador da vida do agricultor, possibilitando que ele busque melhoria na qualidade de vida no meio rural. Tais reflexões são fruto da fase exploratória do projeto de tese bem como diálogos de orientações bem como reflexões acerca da temática durante debates em diversos ambientes acadêmicos.

O texto está estruturado em três momentos, inicialmente será apresentado uma breve contextualização sobre a globalização e as transformações no mundo rural pensando a relação rural-urbano e a relação das TIC no meio rural. Em seguida, será exposto as ideias de desenvolvimento em Amartya Sen, bem como a sua abordagem das capacitações; e por fim, será refletido acerca da internet no meio rural enquanto potencializadora do desenvolvimento na perspectiva estudada.

## **A GLOBALIZAÇÃO E AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO RURAL**

Segundo McDonagh, Woods e Nienaber (2015) a globalização é a força dominante que remodela economias e sociedades rurais no início do século XXI. Coletivamente a globalização tem um impacto transformador nas regiões rurais. Estes incluem a integração dos sistemas econômicos e o aumento da mobilidade dos bens e do capital através das fronteiras nacionais, bem como a concentração da influência econômica nas empresas

transnacionais com uma abordagem adotada para a acumulação de capital; mas também o aumento da mobilidade das pessoas, a intensificação das redes de comunicação, o alongamento das relações sociais e a circulação e hibridização da cultura e dos sistemas de conhecimento (MCDONAGH; WOODS; NIENABER, 2015).

A frase "é um mundo pequeno" é considerada por McDonagh, Woods e Nienaber (2015) como sendo mais relevante do que nunca, uma vez que é possível compreender que

encapsulando a maneira pela qual nosso mundo se tornou mais integrado, interdependente e conectado em toda uma série de escalas - individual, comunitária, nacional e internacional.

Segundo Bezerra e Barcelar (2013), as bases conceituais sobre as concepções contemporâneas de ruralidade e suas singularidades, foram pensadas pelos autores Wanderley e Favareto, no qual ressaltam que o rural se apresenta enquanto forma territorial da vida social, rompendo assim com a visão economicista do rural como território da produção agropecuária. A visão mencionada apresenta três implicações: “a interdependência entre os espaços rurais e as cidades; os traços distintivos dos espaços rurais são variáveis; e o desenvolvimento rural é um projeto de sociedade.” (BEZERRA; BARCELAR, 2013, p. 72)

A relação entre rural e urbano é tratada por vários autores seja na literatura internacional ou nacional. Schaeffer<sup>1</sup>, Loveridge e Weiler (2015) destacam não haver mais oposição entre rural e urbano, com as mudanças na base econômica rural, de agricultura para fabricação e serviços, os locais rurais tornaram-se mais semelhantes. Favareto (2006, 2010) destaca que não faz mais sentido tratar o rural como sendo sinônimo de agrário, o rural deve ser entendido por sua natureza territorial.

Favareto (2006) destaca que um traço marcante da ruralidade contemporânea é o crescente processo de desencantamento e racionalização da vida rural. O rural, segundo o autor, não obedece mais os signos de isolamento ou de raízes agrárias mas sim há uma maior aproximação entre rural e urbano. Fairbairn et al (2014) aponta também esse debate destacando a importância de se compreender tal continuidade entre os dois espaços.

Ao analisar as mudanças, continuidades e desafios das mudanças agrárias e camponesas, Borrás Jr. (2009), destaca que a globalização neoliberal resultou no aumento das desigualdades dentro e entre os países do mundo. As famílias rurais diversificaram cada vez mais as suas formas de ganhar a vida, e o trabalho tornou-se mais móvel, na medida em que a migração trabalhista tomou múltiplas direções e caráter.

Os corredores dos fluxos de mão de obra também trouxeram mudanças multidimensionais, socioculturais, incluindo os que envolvem as TIC. Várias comunidades rurais antes isoladas hoje tem acesso a diversos conteúdos. Borrás Jr (2009) destaca ainda que as tecnologias agrícolas continuam a abrir novos caminhos. Hoje se fala de uma nova revolução verde, principalmente para a África.

Há esforços para aproveitar o potencial das TIC na criação e melhoria dos meios de subsistência rurais. No entanto, o mesmo pacote tecnológico permanece geralmente fora do

alcançe dos camponeses pobres e controlados por algumas empresas transnacionais. É necessário pensar em mecanismos para se combater a manutenção ou reprodução de tais estruturas sociais desiguais.

Segundo o Relatório de Desenvolvimento Mundial (2016) 60% da população mundial ainda não estão on-line e não podem participar da economia digital de modo significativo. O crescimento das desigualdades é um traço presente nesse contexto de inserção das tecnologias. O acesso a internet é crucial porém não é suficiente para a promoção do desenvolvimento.

Para Vieoro e Silveira (2011), a internet é uma ferramenta poderosa, porém é basicamente uma ferramenta. Como tal, sua utilização depende de como, quem e para quem se utiliza e dos interesses que representa para os usuários. Assim, o simples fato de estar conectado a rede, não gera mudanças significativas na vida dos indivíduos, ou nas empresas, comunidades ou país.

Entretanto não podemos negar que as TIC, quando bem utilizadas podem se apresentar como um fator de competitividade no meio rural como destacam Assad e Pancetti (2009). Esse novo contexto exige práticas gerenciais eficientes do agricultor, seja ele pequeno ou grande, bem como dos demais integrantes da cadeia produtiva. As TIC têm influenciado nas operações das organizações e nos resultados econômico-financeiros, se mostrando como viabilizadora de negócios (MENDES; BUAINAIN; FASIABEN, 2013).

Pensar a internet nesse contexto, é pensar que ela exerce um papel vital na criação de um ambiente democrático, uma vez que, por meio dela é possível se obter acesso a informações e conhecimentos que são condições necessárias para a ampliação de capacidades individuais gerando assim desenvolvimento econômico, político e social.

## **A IDEIA DE DESENVOLVIMENTO EM AMARTYAN SEN E A SUA ABORDAGEM DAS CAPACITAÇÕES**

Durante muitos anos, o desenvolvimento foi entendido como, sinônimo de crescimento econômico. Quando analisava se um país ou região era desenvolvida buscava-se observar os valores referentes ao Produto Interno Bruto (PIB) ou a renda da *per capita* da

referida população. A noção desenvolvimento, na década de 1950, estava atrelada a um regime de acumulação capitalista baseada na industrialização, no crescimento econômico, progresso técnico e elevação do padrão de vida da população de um país (IVO, 2014).



Essa ideia de desenvolvimento como sinônimo de crescimento, tendo como parâmetro de mensuração o PIB é uma das respostas para a definição de desenvolvimento apresentado por Veiga (2006), em seu livro, *Desenvolvimento Sustentável*. O autor apresenta mais duas respostas para tal inquietação, em uma delas desenvolvimento está ligado a algo que não passa de uma ilusão, um mito, a partir da ótica de Celso Furtado; e a outra, aponta para o fato de pensar o desenvolvimento na perspectiva de Amartya Sen, que pensa no desenvolvimento como liberdade, que vai além do fator econômico.

Hoje não é mais possível pensar na noção de desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico da forma como perdurou ao longo dos anos. Mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais trouxeram a necessidade de se pensar a ideia de desenvolvimento de maneira mais ampla, em grande medida, atrelada a qualidade de vida dos indivíduos (TROIAN; KLEIN; SILVA, 2013).

Sen (2010) parte da premissa do desenvolvimento como liberdade a partir da ampliação das capacidades individuais. Liberdade, para ele, se conecta à ideia de oportunidade de escolha, pois em uma situação onde não se é capaz de decidir, ou escolher, não há liberdade, desta forma, ele introduz a ideia de capacidade vinculada aos conceitos de liberdade e escolha.

Assim, a ideia de desenvolvimento apresentada pelo autor se vincula a melhoria na qualidade de vida do indivíduo na medida em que possibilita uma ampliação nas capacidades de fazer escolhas e tomar decisões, indo muito além do fator renda ou indicadores econômicos. Para Sen (2010) a liberdade não é só o meio, mas sim o fim do desenvolvimento.

O bem-estar efetivamente alcançado pela pessoa e a liberdade para alcançar bem-estar são elementos essenciais do desenvolvimento. É essa distinção que está por trás dos conceitos centrais da teoria de Sen: capacitações e funcionamentos. O primeiro pode ser definido como um conjunto de possibilidades que o indivíduo tem para realizar algo, estando ligado as habilidades de realizar, ou seja, compreende o que a pessoa é capaz de fazer ou ser.

Já o segundo, os funcionamentos, são as potencialidades dos indivíduos quanto o que pode ser ou fazer. Os funcionamentos são as realizações, enquanto que as capacitações são os conjuntos de vetores de funcionamentos, que refletem a liberdade de uma pessoa para escolher entre diferentes tipos de vida.

Desenvolvimento para Sen (2010, p. 10) consiste na “eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente”. A liberdade para Sen (2010), é analisada sob dois aspectos: a) como

meio de desenvolvimento (papel instrumental); e b) de oportunidades reais ou do fim primordial (papel constitutivo), decorrente de circunstâncias pessoais e sociais; da possibilidade da pessoa fazer escolhas e exercer a cidadania.

Sen (2010) destaca cinco liberdades instrumentais principais, apontando algumas características de cada uma delas: *Liberdades políticas* (Liberdade de expressão, imprensa sem censura, liberdade de escolha de partido político, direito a voto); *Facilidades econômicas* (Recursos disponíveis, condições de mercado, acesso a financiamento); *Oportunidades sociais* (Saúde, educação); *Garantias de transparência* (Direito à revelação e transparência de conta pública); e *Segurança protetora* (Benefícios a desempregados, rendas, suplementares para indigentes, distribuição de alimentos em crises de fome).

Sen (2010) chama a atenção para o fato de normalmente existir interligações entre tais liberdades. Ele exemplifica que o crescimento econômico pode elevar a renda das pessoas, mas também possibilita ao Estado financiar a seguridade social, que de um modo geral, tem efeito no aumento da qualidade dos serviços sociais, como educação e saúde pública, podendo contribuir para a diminuição das taxas de mortalidade.

Por outro lado, a redução das taxas de natalidade é influenciada por exemplo pelo nível de informação e educação uma vez que a ampliação das liberdades das mulheres significa sua inclusão nas oportunidades sociais. Assim, Sen (2010) elucida que ainda que a industrialização por si não conduza ao desenvolvimento, dificilmente ocorrerá desenvolvimento (em sentido amplo) se não houver oportunidades sociais que possam ampliar os níveis educacionais da população.

## **A INTERNET ENQUANTO POTENCIALIZADORA DO DESENVOLVIMENTO NO MEIO RURAL**

Partindo da ideia de capacitações de Sen (2010), que apresenta o desenvolvimento como liberdade, conforme exposto anteriormente, é interessante argumentar que a internet no contexto rural, exerce um papel vital na criação de um ambiente democrático, uma vez que por meio dela é possível se obter acesso a informações e conhecimentos que proporcionam a ampliação de capacidades individuais provocando consequentemente desenvolvimento econômico e social.

Com base na abordagem das capacitações proposta por Sen, a internet é vista como um dispositivo, (meio) para a construção de capacidades com base no acesso a informação. Segundo Conceição (2016) em pesquisa realizada sobre a internet no contexto rural a partir da abordagem das capacitações, o acesso a informação possibilita uma maior autonomia do indivíduo, influenciando nas tomadas de decisões, ajudando na gestão da propriedade, bem como acesso a novos mercados.

No que se refere a categoria econômica, resalta-se fatores como a organização da produção, inserção de mercados institucionais, bem como acesso a canais de comercialização, que permite a criação de vínculos tanto virtual como físico. Na perspectiva social é possível observar, por meio dos resultados que a internet possibilita socialização, entretenimento, contatos para além da porteiras da fazenda, com amigos e familiares, como também. contato com clientes e parceiros (CONCEIÇÃO, 2016). É possível perceber, no contexto que aborda a categoria cognitiva, que a internet permite uma melhor qualificação profissional, pessoal, e para a produção. A internet tem possibilitado um maior acesso a informação, conhecimentos, bem como novas técnicas de produção e cursos diversos (CONCEIÇÃO, 2016).

As informações hoje se apresentam em fluxos e em rede, estabelecendo conectividade aumentando assim os processos de participação na vida econômica e possibilitando uma maior interação entre as pessoas, compartilhando bens comuns (RIFKIN, 2016). Desta forma, a internet pode possibilitar um aumento das oportunidades e capacidades das pessoas de exercerem condição de agentes econômicos, atingindo o que desejam e promovendo a expansão interligada das liberdades humanas, no emprego da expressão “condição de agente”, onde o termo agente refere-se a “aquele que age e ocasiona mudança”. (SEN, 2010, p. 34). Ou seja, a internet pode, em certa medida, dar “poder” da informação e conhecimento a fim de permitir que ele se torne agente da sua própria história.

Segundo Sen (2010) ampliar as condições de oportunidade acaba capacitando o indivíduo a se inserir no mundo da economia bem como fazer parte das atividades conjuntas nas esferas públicas e privadas. Hoje o acesso crescente à tecnologia da informação e comunicação tem entregado às pessoas condições necessárias para colaborar, competir e criar riqueza em cada setor da economia.

Entretanto, como já foi destacado, o acesso a rede por si não resulta no desenvolvimento ou permite a inclusão. A redução da exclusão digital no meio rural não se

restringe a um equipamento conectado, mas abrange uma série de esforços e serviços fundamentais para o desenvolvimento humano nesse contexto digital.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível observar no decorrer do texto que o meio rural vem passando por diversas transformações nos mais diferentes aspectos, sejam eles econômicos, sociais, culturais e políticos. Com o processo de globalização e inserção das tecnologias digitais no meio rural, a internet se apresenta como um meio potencializador do desenvolvimento rural. “Para que ocorra desenvolvimento é necessário dar meios para as pessoas exercerem a plenitude de suas capacidades. Sendo assim, a informação tratada como um intitlamento o qual as pessoas precisam para exercer suas capacidades.” (CONCEIÇÃO, 2016, p. 4)

O desenvolvimento, nessa perspectiva, consiste portanto em um processo que visa expandir as liberdades substantivas dos cidadãos. A internet amplia a comunicação e permite novos processos de interações sociais. Segundo Conceição (2016), a comunicação, potencializada pelas TIC, torna-se uma importante aliada na construção de dispositivos de capacidades para o meio rural, que visam o desenvolvimento rural, na medida em que permite que os indivíduos tenham oportunidade de realizar escolhas, se tornando agentes do seu próprio desenvolvimento.

A chegada da internet no meio rural é compreendido com um elemento facilitador da vida do homem do campo, uma vez que permite que se estabeleça novas relações sociais com fornecedores, produtores, permite uma maior gestão nas atividades produtivas, de entretenimento e lazer, levando conseqüentemente, a ampliação das capacidades em termos econômicos, sociais e cognitivos. Assim, as TIC permitem que o indivíduo busque uma melhor qualidade de vida, o que vai acarretar conseqüentemente no processo de desenvolvimento rural na medida em que os indivíduos estão se colocando enquanto agente impulsionador da mudança.

Por fim, observa-se que a internet permite um fluxo de informações no espaço rural que reconfigurando valores e significados, potencializando configurações territoriais tornando o meio rural cada vez mais próximo do contexto urbano, minimizando com o processo de globalização essa relação entre rural versus urbano.

Um desafio ainda presente nesse contexto é destacado por Viero e Silveira (2011) no que se refere a ausência de políticas públicas dirigidas a inclusão digital para o meio rural brasileiro, apresenta-se como principal lacuna na medida em que a iniciativa privada ainda não reconhece a importância de que o incremento da população rural à inclusão digital é estratégia para o desenvolvimento e manutenção dos jovens no meio rural.

## REFERÊNCIAS

- ALBAGLI, Sarita. Conhecimento, inclusão social e desenvolvimento local. In: *Inclusão Social*. Vol. 1, n. 2, 2006
- ASSAD, L.; PANCETTI, A. A silenciosa revolução das TIC na agricultura. *Com Ciência*, n. 110, 2009. Disponível em: <<http://comciencia.scielo.br/pdf/cci/n110/a05n110.pdf>> Acesso em: abr. 2017
- BEZERRA, M. L.; BACELAR, T. Introdução: As concepções contemporâneas de ruralidade e suas singularidades no Brasil. In: MIRANDA, C. e SILVA, H. (Organizadores da Série). *Concepções da ruralidade contemporânea: as singularidades brasileiras*. Brasília: IICA, 2013, v. 21.
- BORRAS, JR. S. M. Agrarian Change and Peasant Studies: Changes, Continuities and Challenges – an Introduction. *The Journal of Peasant Studies*, vol. 36, n. 1, p. 5–31, jan. 2009.
- CASTELLS, M. *A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- CASTELLS, M. *A sociedade em rede: A era da informação: economia, sociedade e política*. 10. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007. 698p.
- CENTRO REGIONAL DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO ( Cetic.br ). *Indicadores e estatísticas TIC para o desenvolvimento*. São Paulo: UNESCO; CGI.BR, 2013.
- COMITÊ GESTOR DE INTERNET. *Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação no Brasil*, 2016. Disponível em: <<http://www.cetic.br>>. Acesso em: 02 abr. 2017.
- CONCEIÇÃO, A. F. *Internet pra quê?: a construção de capacidades e as TIC no processo de desenvolvimento rural*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Tese de Doutorado. Porto Alegre, 2016. 206 f.
- CONCEIÇÃO, A. F. “*Quem está online?*” : *um estudo de caso sobre o uso e apropriação da internet no meio rural de Estrela/RS*. 2012. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Programa de Pós - Graduação em Extensão Rural, Centro de Ciências Rurais, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria , 2012.

- FAIRBAIRN, M.; FOX, J.; ISAKSON, S.R.; LEVIEN, M.; PELUSO, N.; RAZAVI, S.; SCOONES, I. & K. SIVARAMAKRISHNAN (2014) Introduction: New directions in agrarian political economy, *The Journal of Peasant Studies*, 41:5, 653-666
- FAVARETO, A. A abordagem territorial do desenvolvimento rural – mudança institucional ou “inovação por adição”? *Estudos Avançados* 24 (68), 2010;
- FAVARETO, Arilson da Silva . A racionalização da vida rural. *Estudos Sociedade e Agricultura* (UFRRJ) , v. 14, p. 9-48, 2006.
- IVO, A.B.L. Estado da arte da sociologia nos estudos sobre o desenvolvimento. In: MONTEIRO NETO, A. *Sociedade, política e desenvolvimento*. Brasília: Ipea, 2014, p. 19-91.
- MCDONAGH, J., NIENABER, B. AND WOODS, M. (eds.). *Globalization and Europe's Rural Regions*. Farnham: Ashgate., 2015.
- MENDES, C. I. C. ; BUAINAIN, A. M. ; FASIABEN, M. C. R. . Acesso ao computador e à internet na agricultura brasileira: uma análise a partir do Censo Agropecuário. In: *51 Congresso da SOBER - Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural*, 2013, Belém. Anais, 2013
- PEREIRA, D. M.; SILVA, G. S. As Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) como aliadas para o desenvolvimento. *Caderno de Ciências Sociais Aplicadas*. Bahia, n. 10, 2010.
- RIBEIRO, L. C. de Q. et al. Desigualdades digitais: Acesso e uso da internet, posição socioeconômica e segmentação espacial nas metrópoles brasileiras. *Análise Social*, Lisboa, v. 207, XLVIII, p.288 - 320, 2013.
- RIFKIN, J. *Sociedade Com Custo Marginal Zero: A internet das coisas, os bens comuns colaborativos e o eclipse do capitalismo*. São Paulo: M. Books: 2016.
- SCHAEFFER P, LOVERIDGE S, WEILER S. *Urban and Rural: Opposites No More!*. *Economic Development Quarterly* vol. 28 no. 1, 2014, p. 3- 4
- SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade* . São Paulo: Companhia das Letras, 2010. SEN, A. *Desigualdade reexaminada* . Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SILVA PONCHIO, Ana Paula. *Comunicação e desenvolvimento de agricultores familiares de Teodoro Sampaio-SP*. Campinas, SP: [s.n.], 2011.
- TROIAN, A.; KLEIN, A.L.; SILVA, L.X. A abordagem das capacitações e suas aplicações no desenvolvimento rural, *Revista De Extensão e Estudos Rurais* V. 2, N. 1, P. 7-43, 2013
- VEIGA, J.E. O que é desenvolvimento? In: *Desenvolvimento sustentável. O desafio do Século XXI* São Paulo. Garamond, 2006, Cap 1.
- VIERO, V. C.; SILVEIRA, A. C. Apropriação de Tecnologias de Informação e Comunicação no meio rural brasileiro. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, v.28, n.1, p.257 - 277, 2011.
- WANDERLEY, M. N. B. A ruralidade no Brasil moderno: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: GIARRACA, N. (Org.). *Una nueva ruralidad em America Latina?* Buenos Aires: CLACSO-ASDI, 2001. p. 31-44.

## **OS *SEM-TERRA* E OS *ASSENTADOS* NA REGIÃO ESTANCIEIRA DO RIO GRANDE DO SUL: POR UMA SOCIODINÂMICA DA ESTIGMATIZAÇÃO**

**Francis Casagranda Zanella**  
Universidade Federal de Santa Maria

**Marcos Botton Piccin**  
Universidade Federal de Santa Maria

### **Introdução**

O objetivo colocado neste trabalho é o de visualizar condições que se apresentam como limites e possibilidades para a afirmação das categorias *sem-terra* e *assentados* na configuração social estabelecida pelo processo de assentamento rural no município de Santa Margarida do Sul, RS. É objeto de atenção a forma de vinculação que se estabelece com os agentes socializados no município, os que aqui serão chamados como *municípes*. Destaca-se que as dualidades *sem-terra* e *municípes* ou *assentados* e *municípes*, aqui utilizadas como modelo de análise, tendem a ocultar certa diversidade interna das condições sociais de cada uma dessas categorias. Porém, para o momento, o intuito é fazer uso da dualidade enquanto ferramenta heurística, a fim de desvendar particularidades do processo social que envolve tais grupos e tende a hierarquizar os indivíduos em termos de relações de poder.

Supõe-se que os agentes que aqui denominamos como *municípes* estão dotados de condições para avaliar a presença e as formas de agir dos assentados conforme longos processos de socialização no espaço social estancieiro. A chegada dos assentados através das estratégias de *luta* e *conquista* da terra tende a colocar em suspensão os modos como, tradicionalmente, os *municípes* estavam habituados a legitimar o acesso à posse e uso da terra. Nesse sentido, considera-se que não só os enfrentamentos entre os *produtores rurais* e os *sem-terra* são geradores de estigmas, mas as diferenciadas visões de mundo incorporadas no conjunto de posições sociais interdependentes do espaço estancieiro tendem a conformar marcas de baixo prestígio social aos assentados. Com isso, baseado no estudo de Elias e Scotson (2000) sobre a segregação social transcorrida em um bairro de trabalhadores ingleses

na década de 1950, pode-se dizer que se constitui uma típica configuração onde há grupos „estabelecidos e *outsiders*“ bem demarcados, em que a antiguidade de um processo de socialização grupal confere sentimento de superioridade frente a novos ingressantes que não portam o mesmo estoque de disposições, relações e lembranças.

Nesse sentido, trata-se do estudo de caso de Elias e Scotson (2000) enquanto modelo para operar analogias, entendidas como princípio de construção de hipóteses em sociologia (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 2010, p. 64-8). No que pesa ao caso estudado – da dualidade que se denominou como de *assentados* e de *municípios* – considera-se que o fator de estranhamento entre grupos antigos e grupos novos é agravado pelos condicionantes da reconfiguração no espaço social estancieiro. Argumenta-se, como proposto por Piccin (2012, p. 365-8), que a emergência dos *sem-terra* nessa região não seria um acontecimento isolado, mas um dos indicadores de decadência estancieira e de reconfiguração de posições e capitais na estrutura do espaço social. Os *sem-terra* ingressam nas lutas simbólicas da região estancieira em um momento de acentuada crise dos grupos dominantes de proprietários, quando estes encontram dificuldades para se legitimar enquanto provedores das classes subalternas no espaço social. Portanto, além do „receio de contaminação“ pelos desconhecidos (ELIAS; SCOTSON, 2000), os estigmas e reações exacerbadas no embate entre grandes proprietários e *sem-terra* devem ser visualizados no conjunto de processos que têm reconfigurado poderes na região. Em outras palavras, o ingresso dos *sem-terra* acionou o estopim da inconformidade estancieira perante sua decadência enquanto *senhores de terras*.

A elaboração deste trabalho foi baseada, prioritariamente, em entrevistas com *municípios*, tendo em vista os que ocupavam as posições de agentes do serviço público, comerciantes e outros antigos moradores. Procurou-se enfatizar as condições de produção de significados pelo grupo socializado no espaço social que abarcou o assentamento como novidade. Entrevistas com *assentados* também são acionadas na medida em que permitem acumular elementos para reflexão do conjunto de significações em jogo<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Este estudo teve como principal espaço de reflexão e trabalho de campo o município de Santa Margarida do Sul, RS, localizado na chamada região da Campanha no estado, o qual pode ser considerado como um pequeno município em termos populacionais, já que possui aproximadamente 2 mil habitantes. Em 2008 se inicia no município a implementação do processo de assentamento rural denominado Novo Horizonte II, o qual se dá em meio a um cenário polarizado de disputas no campo dos conflitos agrários no RS, com foco na região da Campanha e centralidade de tensões no município de São Gabriel, RS (município vizinho).



### As tensões entre novos e antigos moradores

Durante o processo de tensionamento das mobilizações de *sem-terra* e *produtores rurais* entre 2001 e 2008 na região estancieira, duas tendências anexas foram estruturantes para a construção de um estereótipo dos *sem-terra* em mentes *municipes*. Por um lado recorreu-se à explicitação da identificação como antigos moradores, em uma crescente afirmação como um grupo coeso, onde se reforça a ideia de existência de um “nós”, ou seja, a unidade como antigos moradores que supera desavenças internas quando se trata de se diferenciar dos *sem-terra*. Por outro lado, e, adicionalmente, o processo de aglutinação como grupo coeso teve como consequência a construção de estigmas que marcam os novos ocupantes de posições no espaço social. Delimitaram-se marcas distintivas de baixo prestígio social aos assentados de modo a afirmar as próprias características positivadas. Com isso se quer dizer que o processo de diferenciação entre estabelecidos e *outsiders*, tal como proposto por Elias e Scotson (2000), assumiu um formato bem demarcado neste espaço social. A seguir apresentam-se algumas declarações de exaltação do que os *municipes* entendem como qualidades positivas de Santa Margarida do Sul:

Pessoal aqui é tudo gente simples, mas **gente boa** [risos]. Muito boa em Santa Margarida. **Não tem violência**, graças a deus. Muito **bom de se viver** aqui, bah. Aqui, por morar na beira de uma faixa [rodovia federal], ainda mora num **paraíso** (Maristela, comerciante; entrevista concedida em 07 de junho de 2016).

\* \* \*

**Mas aqui é muito bom**, acho que o pessoal que vem pra cá não vai embora mais [refere-se aos assentados]. **É muito desenvolvida nossa região** aqui, todas microrregiões têm seu time de futebol, tem seus PTGs [Piquete de Tradições Gaúchas], seus CTG [Centro de Tradições Gaúchas], em termos de tradição. [...] E a gente gosta, **tradicionalismo é lugar sadio e forte**. (Miguel, descendente de *médio proprietário*, presidente de associação; entrevista concedida em 04 de julho de 2016)

\* \* \*

Temos uma saúde, pra mim **uma das melhores**, regionalmente não tem igual. Uma educação fora de série [...] Já tinha saúde **de primeiro mundo** e queríamos educação também (Maurício, membro do Poder Público Municipal de Santa Margarida do Sul; entrevista concedida em 02 de junho de 2016).

Aqui se denotam algumas características exaltadas, sendo que os agentes têm em comum as trajetórias no espaço estancieiro, gostos pela tradição institucionalizada, satisfação

com serviços públicos, desejos para o futuro de seus filhos, enfim, um conjunto de elementos conhecidos e qualificados como válidos entre semelhantes. Os moradores se sentiam dotados de disposições sociais legitimadas para ocupar aquele espaço e não tinham maiores preocupações com a estabilidade das condições de reprodução de seus sucessores. Elias e Scotson (2000) aportam nesse sentido, na medida em que as afirmações do ideal de nós e da coesão grupal do grupo estabelecido se baseiam na generalização das *melhores* características, enquanto a desqualificação do grupo estranho ou *outsider* parte da generalização das *piores* características, as quais se transformam em „marcas de inferioridade“. Seguem algumas declarações de munícipes tidas como lembranças do período de chegada dos assentados:

Eu era muito pequena, mas **ainda lembro de muitas coisas**. Quando falaram que os assentamentos viriam pra nossa região aqui Santa Margarida e São Gabriel teve uma... os, os pecuaristas fizeram um acampamento aqui [...] não queriam deixar, teve todo aquele confronto, aquela briga. Logo em seguida veio pra Santa Margarida e **toda comunidade** ficou apavorada: “nossa, o assentamento **vai vir pra dentro de Santa Margarida!**”, porque é dentro do perímetro urbano né. “Como é que a gente vai viver?”, “agora ninguém mais vai poder sair de casa”. Porque tem aquela visão né: “ah, porque vai aumentar os **roubos**”, tudo de ruim é neles. Aí, “ah a gente não vai ter mais paz!”, “como é que a gente vai sair e deixar nossas casas?”, “não vai dar mais pra viajar”, “não vai dar pra viver em paz, como é que vamos conviver todos juntos?”, porque **a gente não sabe de onde eles vieram**. Era todo mundo perplexo assim com a história [...] **agora todo mundo convive em harmonia**, desde o início sabe, se apaziguaram (Maiara, funcionária da Prefeitura; entrevista concedida em 03 de junho de 2016).

\* \* \*

**Eu estou me abrindo contigo** o que eu acho, assim, tipo, hoje... **todo mundo se conhecia aqui**, daí aqui a pouco **vem um pessoal de fora, estranho, envergonhado** pela situação que estava de **lona, pobreza, sujeira** e falta de condições de banho, alimentação e coisa, e se **misturar com os nossos**. Foi bem uma coisa assim. Aí deles mesmo existia um certo **repúdio** assim de início, queriam uma escola deles, coisas assim. Mas **hoje já estão bem, se integrando melhor** (Michel, comerciante; entrevista concedida em 07 de junho de 2016).

\* \* \*

No início era assim olha, que eles iriam terminar com a **nossa cidade**, que era o sem-terra que a gente chamava, **não chamava de assentados**. Até a gente. **Eu estou te falando abertamente aqui**, não é “coisas”, assim. **A gente chamava sem-terra** (Manuela, professora; entrevista concedida em 15 de junho de 2016).

Conforme os episódios do embate se desenrolavam, são nítidos os elementos de agregação do grupo antigo, expressos em termos como “nossa região”, “nossa cidade”, “toda comunidade”, “todo mundo”, “a gente”, “os nossos”, o que vem a reforçar o apego à estrutura

de relações em que os agentes foram socializados. Note-se que descendentes de categorias como a de *migrantes* descendentes de imigrantes europeus não-ibéricos, os quais ali ocuparam no passado uma condição de novos ingressantes, atualmente se utilizam do mesmo sentimento de grupo para se referir aos *assentados*. O uso recorrente do pronome “nós” (ELIAS, 1980) é o principal indicativo de ponto de referência seguro no grupo. Ao mesmo tempo se forjou o baixo prestígio aos *sem-terra*, onde o receio foi se construindo a partir das tensões na “briga” com os “pecuaristas” e se materializou com a ideia de “sujeira”. Palavras como “roubos”, “estranho”, “lona”, “pobreza” e “sujeira” fazem menção ao risco percebido em se “misturar”. O fato de os *sem-terra* chegarem “pra dentro” de Santa Margarida foi elemento agravante das incertezas, no sentido de que poderiam “acabar” com a cidade, ou seja, colocar em jogo a manutenção de certo estado das posições e da distribuição dos recursos. A professora reconhece um posicionamento de contrariedade que vinha de setores como o escolar, onde a forma como se usava o termo *sem-terra* é reconhecida como algo a deixar para o passado.

O modo como se deu a *luta* dos sem-terra, através de *ocupações* e de *acampamentos*, e, especialmente, como ela foi vivenciada de modo indireto pelos munícipes, parece ter impregnado de imagens negativas a ideia que se fez deles como *outsiders*. Processo similar foi identificado por Moura (2010) no sul do Espírito Santo, onde os moradores da cidade associaram a imagem dos acampamentos de *lonas* de sem-terra, dispostos nas margens de rodovias, com os estigmas de “baderneiros” e “invasores”, o que se constituiu em símbolo da aversão e da desconfiança com os assentados. Tanto nesse caso citado como em Santa Margarida do Sul, a ideia de que os assentados são formados por “estranhos” e que “não se sabe de onde vieram” é fator levantado para justificar uma distinção. Nesse sentido, se conforma um estereótipo de como os *sem-terra* se pareceriam visualmente, ou seja, há uma imagem associada às *lonas* e a uma condição de restrições econômicas, lembrada pela noção de *sujeira*. A chegada dos *sem-terra* e o seu posicionamento como *assentados* no espaço físico, relativamente próximos da sede municipal, gerou a convivência direta com as imagens das *lonas* e da *pobreza* e sua carga de estigmas. As primeiras moradias de *lona* dos assentados se constituem no entendimento de um „risco de contaminação“ da relação comunitária positivada pelos munícipes como um lugar onde “todo mundo se conhecia”. Tal estereótipo dos *sem-terra* é construído desde uma vinculação tensa, forjada nas disputas do campo dos conflitos agrários (DA ROS, 2006), e acaba impondo estigmas ao conjunto daqueles identificados pela

categoria.

Porém, os agentes sociais identificados em torno da denominação *sem-terra* vivenciaram processo de aproximação ao se designar como grupo de modo comparável ao ocorrido com os munícipes. Características positivas do grupo são reforçadas enquanto se relativizam as negativas. Nisso, a noção de *sem-terra* pode ser ativada de modo a reivindicar reconhecimento. Seu uso situa-se entre a resignação pelo estigma e a afirmação pela *luta*, tendo em vista que emerge de um grupo com processo relativamente mais curto de socialização e na posição *outsider*. Para Elias e Scotson (2000, p. 24) o discurso que parte dos estabelecidos como grupo mais poderoso tende a “penetrar na auto-imagem” dos *outsiders* e enfraquecer sua capacidade de reação. Ou seja, seu grau de retaliação é relativamente restrito frente ao grau de afirmação dos munícipes como grupo estabelecido. Seguem-se algumas expressões de retaliação e de resignação dos *sem-terra*:

Pessoal [munícipe] **estava refugando nós** nos primeiros dias. Lembro que no ônibus né, quantas vezes eu escutava os caras fofocando, **falando mal de nós**, sabe. Daí um dia eu sentei do lado de uma mulher, e ela nem olhava pra minha cara, e eu bem tranquilo assim, e ela desconfiada comigo. Aí ela não se aguentou: “você é ali que está morando na fazenda do finado [estancieiro]?”. **Nem chamou de assentamento** né. Eu disse “estou, sou assentado ali”. Já começou me especular na estrada de lá pra cá, fez umas mil perguntas. E como é, e coisa, eu falei: “**o nosso pessoal são tudo gente como vocês**”. Digo: “**só somos sem-terra porque somos sem-terra mesmo**, não tinha terra, e não temos. Nós temos uma concessão de uso do Incra”. Entende? Porque agora, **atualmente, a gente diz que é sem-terra**. Os caras dizem que não, que nós temos terra. Eu digo não, sou sem-terra sim, estou numa concessão de uso. Eu vou ser sem-terra sempre. Só foi concedido pra usar. [...] Eles [munícipes] acham que a vida do sem-terra é outra, eles acham que o cara é como um bicho. **Eles olham na TV o sem-terra ocupando fazenda e sai muita coisa distorcida, que o cara é baderneiro**. Mas isso [baderneiro] **tem em toda parte!** [...] Tu nunca vai reunir um grupão de gente e vai ser tudo da melhor qualidade. (César, *assentado*; entrevista concedida em 21 de junho de 2016).

\* \* \*

Porque vi muitas mães daqui dentro [assentamento] que **não foram dar a cara à tapa**. Elas [algumas professoras] humilhavam [filhos de assentados], mas daí: “ah, vamos ali na secretaria, vou te dar um casquinho”. Aí [as mães] não transferiam [os filhos] da escola. O filho está sendo humilhado, mas tu ganha um casaco, uma calça, entendeu? Tipo **pra manter quieta** [...] (Renata, *assentada*; entrevista concedida em 28 de junho de 2016).

Em oposição à classificação negativa de categorias como *sujeira* e *baderna*, é notável que a condição de *sem-terra* não só é correlata às privações materiais dos acampados bem como é positivada no âmbito das mobilizações, de modo a constituir elemento afirmativo da

*luta* pela terra. As privações materiais não são vivenciadas unicamente como sinais de vergonha, mas se tornam símbolos de afirmação, de ser “gente como vocês”. Nesse sentido, se torna efetiva a diferença de disposições sociais entre assentados e munícipes, em que uma condição objetivada de *sujeira* é reconhecida como estigma, por um lado, e sinal de orgulho, por outro. Em outras palavras, as regras de jogo não são totalmente equivalentes entre os espaços sociais, já que se atribui valor diferente aos capitais acumulados na *luta*. Por outro lado, isso não quer dizer que certas parcelas de assentados não se sintam atingidos e resignados pelos estigmas em outras situações. O relato de inconformidade de uma mãe assentada que reagiu a uma situação que considerou inaceitável e recorrente de relação professor-aluno na escola demonstra o balanço entre resignação e retaliação. “Dar a cara a tapa” exige uma situação de enfrentamento, enquanto se “manter quieta” pode gerar o acesso restringido a certas benesses. Os diferenciais de poder e de acesso a recursos pesam negativamente aos assentados nesse tipo de situação, o que também foi percebido por Ferrante (2003) como determinante para reproduzir uma „cultura da dádiva“ no processo inicial de estruturação de assentamentos de Araraquara, SP.

Passado um período inicial de tensões mais acirradas, a relação entre assentados e munícipes carrega elementos de diferenciação que ainda vão se expressar na linguagem. Enquanto que a denominação *sem-terra* continua carregada de elementos depreciativos, a denominação *assentados* se coloca em um patamar mais positivo. Seguem algumas declarações de modo a exemplificar os usos e desusos das denominações *assentados* e *sem-terras*:

Toda essa parte aí dos sem-terra, dos assentados, **não sei como que chamam**, era do campo do Seu [estancieiro] [...]. (Margarida, *moradora*; entrevista concedida em 28 de junho de 2016).

\* \* \*

Aí primeira coisa **quando querem te ofender é: “ô sem-terra!”**, “ô pobre!”, ô isso e aquilo. (Roberto, *assentado*; entrevista concedida em 29 de junho de 2016).

\* \* \*

Mas o **sem-terra hoje tem mais terra do que eu**, porque eu não tenho terra. Eu moro dentro de uma propriedade que é do meu pai, que é assim que a gente fez uma casa e tudo. (Manuela, *professora*; entrevista concedida em 15 de junho de 2016).

Partindo dessas declarações de *munícipes* como exemplificação, visualiza-se que a situação do uso da denominação *sem-terra* pode ser permeada por certo desconforto, “não sei como que chamam”. Em outros casos, tende a ser usada enquanto ofensa ou xingamento.

Já a denominação *assentados* se expressa em situações relativamente mais harmônicas de menção ao grupo. Enquanto a primeira era preferencialmente evitada em frente ao pesquisador, a segunda se mostrava como ajustada para uma relação formal. Ainda na relação de munitípes com o pesquisador, em específico, a denominação *sem-terra* foi usada, certas vezes, em *brincadeiras*<sup>2</sup>, como nas entrevistas com a professora e com um representante de cooperativa, onde ambos afirmaram, de modo similar, que “os sem-terra hoje tem mais terra do que eu!”. Ou seja, permanece certo nível de tensão no uso das palavras, visto que são estrategicamente selecionadas para usos específicos em situações propositalmente redutoras de tensões, como nas formalidades e brincadeiras. Já no caso de um dos assentados entrevistados, o qual explicitou a permanência de tensões no uso do termo, a denominação *sem-terra* teria o mesmo peso de outras denominações depreciativas direcionadas a outros grupos desprestigiados. Para ele, quando alguém quer “ofender” um assentado, logo lhe chama de “sem-terra!”.

### Algumas considerações

Um dos aspectos visíveis no primeiro conjunto de declarações dos *munitípes* trazidas para o texto é que a atribuição de estigmas aos assentados articula-se discursivamente como memória, ou seja, acontecimento do passado, restrito ao “início”, das quais “ainda lembra-se de algumas coisas”. Nesse sentido, falar da relação atual entre assentados e munitípes parece sempre evocar alguma afirmação de “harmonia”, “paz”, “respeito” e “integração”. Aquele alto nível de tensão inicial realmente parece controlado após oito anos de chegada dos *sem-terra*. A ideia de que a presença daqueles que seriam “estranhos” exigiria o “fim” de Santa Margarida parece distante. Qualitativamente, evidencia-se uma redução dos níveis de tensão entre os grupos que estavam praticamente „em pé de guerra“. No caso-gabarito de Winston Parva, estudado por Elias e Scotson (2000), a chegada dos „de fora“ a partir de um loteamento anexo a um antigo bairro de trabalhadores ingleses foi tão rápida quanto a instalação do assentamento nas adjacências da sede municipal e de pequenas localidades de Santa Margarida do Sul. No

---

<sup>2</sup> Comerford (1999, p. 81-92) toma como objeto de estudo o uso da categoria nativa *brincadeiras* (piadas, charadas, etc.) enquanto forma de relação entre assentados, na medida em que a objetivação de seu uso “contextual e estratégico” permite situar relações de poder, posições de enunciação e disputas simbólicas entre agentes diferentemente situados no espaço social. Portanto, quando aqui usado, o sentido do termo será baseado no estudo desse autor.

entanto, naquele caso os estigmas foram construídos conforme elementos progressivamente pinçados das “piores” características ou situações encontradas nos crescentes contatos entre os grupos. Já no caso dos assentamentos rurais na *região estancieira* do Rio Grande do Sul, há um processo prévio de acúmulo de tensões e formação de estereótipo negativo que pode ser contado em até mais de oito anos. Essa carga de preconceitos conduz ao erguimento de fortes barreiras frente ao ingresso dos *sem-terra*, mesmo antes dos primeiros contatos diretos com os antigos moradores.

Enquanto que em Winston Parva a distinção de grupos decorre do acúmulo de estigmas principalmente após a chegada dos „de fora“, o que se percebeu em Santa Margarida do Sul é que ocorreu uma redução relativa de tensões desde a chegada dos “estranhos” até se atingir um novo patamar, ainda distintivo. Em outras palavras, o posicionamento dos *sem-terra* no espaço social passou por uma reconfiguração relativa desde seu ingresso. Existem espaços sociais relativamente autônomos – o assentamento e o município – em que os grupos identificados como assentados e munícipes hegemonomizam, separadamente, as principais posições e capitais legítimos. Em outras palavras, existem disposições sociais acumuladas em processos de socialização diferentes que vão constituir posições legítimas no assentamento e no município. Nesse sentido, a posição *outsider* perante a estrutura de posições sociais dos munícipes é uma condição tanto de *sem-terra* como de *assentados* em função das condições de formação dos grupos. Ressalta-se que a ocupação de espaços físicos próximos não se constitui em uma integração automática de espaços sociais e de assimilação dos *habitus*. Tal proximidade não pode ser naturalmente assimilada como tendência linear de redução das diferenças, ou o que Bourdieu (2013), chamou de „dessegregação“. Nesse sentido, Rosa (2000) visualizou que nas „situações sociais“ originadas no embate entre beneficiários da política de assentamentos rurais e “comunidades políticas anteriormente estruturadas” decorre uma tendência de redimensionamento das “percepções de direitos e conseqüentemente de pertencimento” (p. 208) para ambos os grupos implicados. Nesse sentido, consideramos que a lenta mudança no patamar das tensões entre um período de *sem-terra* e *munícipes* para um de *assentados* e *munícipes* se torna importante objeto de reflexão em estudos sobre assentamentos rurais, a fim de entender como se constroem certas redes de relações entre os grupos e como se dão ou não certos redimensionamento dos diferenciais de poder.

## Bibliografia

BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J.; PASSERON, J. **Ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia**. Tradução de Guilherme J. de F. Teixeira. 7 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

BOURDIEU, Pierre. Espaço físico, espaço social e espaço físico apropriado. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 27, n. 79, p. 133-144, 2013.

COMERFORD, John Cunha. **Fazendo a Luta: sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas**. Rio de Janeiro: Relumê Dumará, 1999.

DA ROS, César Augusto. **As políticas agrárias durante o governo Olívio Dutra e os embates sociais em torno da questão agrária gaúcha (1999-2002)**. 2006. 477 f. Tese (Doutorado de Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade) – CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro, 2006.

ELIAS, Norbert. **Introdução à sociologia**. Braga (Portugal): Editora Pax/Edições 70, 1980.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

FERRANTE, Vera Lúcia S. Botta. Assentamentos rurais: entre a cultura da dádiva e novas perspectivas de participação. In: XI Congresso Brasileiro de Sociologia. 2003. Campinas, SP. **Anais...**  
Disponível  
em:

<[www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com\\_docman&task=download&gid=846&Itemid=170+&cd=1&hl=ptBR&ct=clnk&gl=b](http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=download&gid=846&Itemid=170+&cd=1&hl=ptBR&ct=clnk&gl=b)>.  
Acesso em: 08 jun. 2017.

MOURA, Roseni Aparecida de. **"Imagem de nós": relações de estabelecidos e outsiders entre população urbana e assentados de reforma agrária do sul do Espírito Santo**. 2010. 103 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, 2010.

PICCIN, Marcos Botton. **Os senhores da terra e da guerra do Rio Grande do Sul: um estudo sobre as estratégias de reprodução social do patronato rural estancieiro**. 2012. 457 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2012.

ROSA, Marcelo Carvalho. Assentados e munícipes: o conflito entre beneficiários e população local na reforma agrária brasileira. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, Portugal, n. 57/58, p. 207-229, jun./nov., 2000.



## **OS REFLEXOS DA CONSTRUÇÃO DE UMA HIDRELÉTRICA NA POPULAÇÃO RIBEIRINHA DE SÃO CARLOS DO JAMARI, PORTO VELHO – RO**

**Anelise Fabiana Paiva Schierholt**  
Mestranda em Ciências Sociais – PPGCS Unisinos

### **Introdução**

Este trabalho visa discutir algumas implicações de políticas de desenvolvimento numa comunidade ribeirinha, distrito de Porto Velho – RO. A construção recente de duas hidrelétricas no rio Madeira, trecho de Porto Velho é um exemplo com o qual podemos pensar os usos por parte do Estado dos bens naturais. Neste contexto, a região Amazônica tem sido espaço de intensa disputa por seus recursos naturais e a construção das Hidrelétricas Santo Antônio e Jirau ambos projetos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal mostra as consequências da “capitalización de la naturaleza” (ESCOBAR, 2007, p. 342) sentidas pelos moradores da comunidade São Carlos.

Como veremos, neste caso, a construção da hidrelétrica Santo Antônio e a enchente histórica<sup>1</sup> de 2014, enfatizada pelos interlocutores (as) como uma das consequências desta obra é interpretada não como “desenvolvimento” e sim sinônimo de precariedade e aumento de dificuldades na aquisição de alimentos, especialmente peixes, antes abundantes, morte de alguns tipos de palmeiras e castanheiras. Em outro sentido, a relação dos moradores com a natureza da região, fortemente representada pelo rio Madeira e alguns fenômenos naturais deste rio como o estouro do boto, a piracema na cachoeira de Teotônio mudou. O “antes” da hidrelétrica e da enchente e o “depois” foram referências constantes nas entrevistas e conversas informais.

Para o desenvolvimento deste estudo, apresento a descrição de algumas observações

---

<sup>1</sup>Sobre a enchente histórica ver a matéria publicada no Portal Globo.com. Disponível em <<http://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2014/03/maior-cheia-do-rio-madeira-completa-um-mes-e-rio-continua-subir-em-ro.html>>. Acesso em 10.09.16.

realizadas na comunidade ribeirinha de São Carlos do Jamari<sup>2</sup>, mais conhecida por apenas São Carlos. Esta incursão é parte de minha pesquisa de mestrado com a Cooperativa Açaí e foi incorporada ao estudo devido às referências de seus associados a respeito de um projeto idealizado por esta cooperativa em comprar as sementes diretamente das comunidades ribeirinhas e não mais de atravessadores como é feito atualmente. A escolha por São Carlos se deu por conta da maior facilidade de acesso ao local em comparação com outras localidades ou distritos que podem levar até 14 horas de barco, única forma de acesso. A estadia nesta comunidade teve a duração 3 dias sendo eles: sexta-feira, sábado e domingo dia de segundo turno das eleições municipais de 2016.

### **Contexto de pesquisa e atores sociais**

O distrito de São Carlos do Jamari está localizado às margens do rio Madeira, mais precisamente na região denominado Baixo Madeira, na zona rural de Porto Velho. É composto pela Reserva Extrativista do Cuniã (RESEX) e diversas comunidades menores denominadas “colocação”, este termo era utilizado na época da extração da borracha para identificar os locais onde eram “colocadas” as famílias de seringueiros. A região central de São Carlos era o ponto de concentração da borracha vinda das localidades ou colocações da região, ali “passava o navio pra levar a borracha”, na década de 80 se tornou Distrito de Porto Velho. No distrito os principais produtos de extrativismo são a pesca, castanha e açaí.

Os moradores mais antigos do local com quem conversei relataram ter vindo ainda pequenos para a localidade acompanhados de seus pais que trabalhavam com a extração da borracha, após o fim do ciclo da borracha, passaram a trabalhar na pesca e extração da castanha e açaí. A pesca para consumo próprio é prática comum também para aqueles e aquelas que trabalham em outras atividades. Entre as moradoras e moradores ouvidos, nenhum possui o título do terreno onde moram ou do local no qual extraem castanhas e açaí. Como acontece em muitas localidades do interior do país, a paróquia da igreja católica local Nossa Senhora Aparecida é proprietária de boa parte da área.

---

<sup>2</sup> Pela Resolução n.o 122, de 21-11-1985, é criado o distrito de São Carlos e anexado ao município de Porto Velho. Disponível em <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?codmun=110020>> Acesso em 05.03.2017.

Márcio, pescador e participante do MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), relata que em São Carlos existem 5 donos de terra, os “patrões”. Onde mora, por exemplo, o terreno é da Igreja Católica porque foi doação de um de seus membros e por esse motivo, a maior parte dos moradores destes terrenos são da família deste doador. Na localidade de Itapirema, por exemplo, região onde o senhor Pedrinho, antigo seringueiro e hoje castanheiro mora, é menos povoada justamente porque o dono tem título e é necessário pedir permissão para construir. Pedrinho relata que onde mora a terra era de senhor Menezes, depois que ele morreu os filhos foram vendendo a terra com as pessoas em cima, mas em sua opinião isso “também não tem problema não [...] que o pessoal vai ficando”, no caso de os moradores se mudarem, desmancham suas casas e as levam consigo.

### **A população ribeirinha de São Carlos**

Para descrever população ribeirinha, Márcio a diferencia da população da cidade, “o ribeirinho é do interior nas margens dos rios que se alimenta da sua própria produção do peixe, da mandioca, do açaí [...] o ribeirinho tradicional nunca deixa de comer um peixe pra comer um frango congelado e isso tá mudando nas novas gerações”. Na mesma direção, Nunes enfatiza a importância do rio para a essa população: “Sem o rio São Carlos não existe”.

Os saberes apreendidos durante as atividades para seu sustento, sejam elas na pesca, ou coleta de castanha, colheita do açaí ou plantação de mandioca, proporcionaram uma relação diferenciada de uma relação de posse com a terra, com o rio, com a mata. Quando Márcio vai explicar que a diminuição de peixes no rio foi em consequência das construções de hidrelétricas a narra a partir da trajetória que o peixe faz no rio: O peixe sabe o percurso que tem que fazer pra acasalamento e eles constroem as barragem em cima das cachoeiras. As cachoeiras são o lugar de descanso do peixe, eles precisam se movimentar para a gordura se transformar em ovos e aí o peixe não tem mais como subir o rio, antes ele entrava no Amazonas ele sabia que tinha uma cachoeira pra ele descansar.

Para aproveitar ao máximo os alimentos cultivados ou extraídos da mata ou para não perder o plantio no período de alagamentos como acontece com a mandioca, fazem farinha e tapioca para consumo próprio e venda. Raimunda diz que parentes vizinhos e amigos ajudam na execução dos trabalhos e “é uma festa!”.

As mudanças afetaram hábitos do dia a dia. Antes escolhiam o peixe que queriam

comer, hoje come o que tem. A especulação de terra para a monocultura da soja e eucalipto que derrubam áreas de mata essenciais para a sobrevivência dessas populações causa preocupação no distrito porque “tá cada vez mais perto”. Grandes áreas de terras foram compradas por pessoas nacionalmente conhecidas como Suzana Vieira, Zezé di Camargo e Luciano, Amado Batista.

A falta de oportunidades de emprego é uma das principais dificuldades encontradas em São Carlos, principalmente para os mais jovens, mas mesmo assim é ainda um bom lugar para morar na opinião de Nunes. Ele mesmo saiu de São Carlos aos 16 anos em busca de melhores oportunidades e retornou poucos anos depois. Após seu retorno, na ocasião de uma capacitação que participou em Porto Velho vivenciou uma situação na qual sentiu-se discriminado por ser ribeirinho. Segundo ele, os demais participantes consideravam os ribeirinhos como pessoas “sem valor” e quando tinham a intenção de ofender os chamavam de “beradeiro”. Atualmente Nunes e a esposa estão desempregados e diz que na situação que se encontram se morassem em Porto Velho estariam na rua e sem comida.

### **Hidrelétricas**

As hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, ambos projetos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), são referidas pelos entrevistados como as responsáveis pela diminuição dos peixes no rio e pela enchente de 2014. As duas hidrelétricas estão localizadas no rio Madeira na cidade de Porto Velho com distância entre elas de cerca de 110 km. Ainda na mesma região, no rio Jamari, foi construída na década de 80 a hidrelétrica de Samuel a pouco mais de 50 km de distância da zona urbana de Porto Velho através da rodovia 364.

Os moradores expressam em diversos relatos as implicações que estas construções trouxeram para seu dia a dia. Essas implicações vão desde as belezas naturais extintas como a cachoeira que “era a coisa mais linda, que virou só pedra!” e o estouro do boto na boca do rio Jamari até a explicação sobre escassez e morte de peixes, além de muitas árvores e palmeiras está na “química do rio”. Para o senhor Pedrinho e Márcio esta química foi produzida porque na natureza muitas plantas contêm algum tipo de “veneno”. Márcio relata o que foi observado na construção da hidrelétrica Samuel, que após interromper a vazão de água do rio Jamari por 3 meses para represar, a matéria orgânica que se formou no espaço que ficou alagado fermentou e quando a água foi liberada os peixes “foram morrendo [...] as praias do Jamari era tudo peixe

podre”. Na ocasião da construção das hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau o MAB orientou tirar todas as madeiras da área onde seria o reservatório e colocar as raízes e árvores em locais onde chegasse a água, contudo, a água cobriu todo esse material e quando soltaram a água veio com toda essa química e quando a água baixou ficou o sedimento contaminado e o que era adubo virou veneno.

Os relatos afirmam que a pesca antes das barragens “não tinha coisa melhor, tirava R\$ 1.200,00 no mês, hoje tem meses que dá só pra alimentação”. Conta que todos aqueles que estão trabalhando como “bandeirinhas”, como são chamados quem faz a travessia do rio, eram pescadores, no entanto, quando construíram a hidrelétrica acabou o peixe e com a construção da estrada compraram os barcos através de financiamentos.

A energia elétrica no distrito é feita por geradores e a partir de 2015 os valores pagos são considerados abusivos. Isso se deve, de acordo com os interlocutores porque até 2015 era uma empresa estadual que operava os geradores e para tal utilizava diesel, atualmente é uma empresa privada que utiliza biodiesel. A mudança ocasionou a troca de todos os relógios e máquinas e “aí quem pagava R\$ 80,00, hoje paga R\$ 200,00, mas tem quem paga R\$ 500,00” mesmo com o desconto para zona rural à que tem direito. Ainda há aqueles que foram deslocados de suas terras para a construção da hidrelétrica e até “hoje” não possuem energia elétrica em suas casas.

## **Enchente**

A enchente histórica foi de fevereiro a junho de 2014 e causou muita destruição em todo Porto Velho, entretanto, as populações ribeirinhas foram as mais afetadas. Para a evacuação a força nacional de São Paulo “chegou aqui amedrontando as pessoas”. Muitas famílias foram levadas em dragas para Porto Velho numa viagem que dura 3 dias, “sendo que tinha 3 barcos aqui que fariam o trecho em 6 horas”.

Devido a enchente, segundo Márcio 60% das seringueiras devido aos resíduos químicos existentes na água e da mesma forma o paxiubão. “Ficou uma mata deserta, seca que até pássaro é difícil de encontrar”. “O Baixo Madeira tinha uma variedade de sementes muito grande que se estima que levará 10 anos para recuperar”.

No distrito encontram-se muitos montes de terra e muitas casas que aos poucos estão sendo limpas. A prefeitura tirou somente terra das ruas e de alguns quintais, o restante da

limpeza foi feita pelos próprios moradores que puderam voltar para casa somente cerca de 5 meses depois. Receberam, distribuídos em parcelas, uma indenização de R\$ 7.000,00, utilizados no conserto e construção das residências.

Na observação do entrevistado Almério, subdelegado da comunidade, São Carlos antes da enchente era um lugar de desenvolvimento e refere a enchente como responsável inclusive pelos roubos e a entrada das drogas na comunidade. Para ele, a difícil situação que os moradores enfrentavam somado ao “desespero de não ter as coisas” porque “antes da enchente tinha de tudo” ocasionou o aumento da violência no distrito. Diz que o pouco tempo que as famílias passaram na cidade influenciou o consumo de drogas e hoje muitos adolescentes e crianças estão consumindo maconha, cocaína e loló e os chamados “aviãozinho”.

## Discussão

Nos limites desta apresentação é possível destacar que o Estado é provedor de um desenvolvimento viabilizado a partir de pressupostos que não contemplam todos os envolvidos direta e indiretamente por tais projetos. Para Escobar (2007)

El desarrollo era, y sigue siendo en gran parte, un enfoque de arriba abajo, etnocéntrico y tecnocrático que trataba a la gente y a las culturas como conceptos abstractos, como cifras estadísticas que se podían mover de un lado a otro en las gráficas del “progreso”. El desarrollo nunca fue concebido como proceso cultural (la cultura era una variable residual, que desaparecería con el avance de la modernización) sino más bien como un sistema de intervenciones técnicas aplicables más o menos universalmente con el objeto de llevar algunos bienes “indispensables” a una población “objetivo”. (ESCOBAR, 2007, p. 85-86).

A concepção de desenvolvimento dos mais afetados está no outro extremo da concepção de desenvolvimento do Estado. A população ribeirinha de São Carlos possui suas próprias formas “características e especificidades socioculturais no que se refere à forte identidade com o local que habitam, às formas de apropriação e de usos do território e de seus recursos naturais”. A apropriação do território se dá na estreita relação de “usos mediados por códigos morais” (LASCHEFSKI, 2011, p. 30) destes recursos naturais os quais foram apreendidos nas experiências individuais e sociais, objetiva e subjetiva com a natureza do lugar. Neste sentido,

A socialização específica das comunidades com as características naturais se reflete também na concepção do espaço no entendimento da territorialidade nas referidas concepções abstratas do Estado. Consequentemente, os projetos desenvolvimentistas são vistos como invasão no seu território [...]. Destaca-se a forte identidade dos moradores com o lugar [...] os moradores percebem o lugar como único, devido às qualidades específicas que atribuem ao mesmo



[...](LASCHEFSKI, 2011, p. 39).

Como visto na descrição, outros elementos exóginos aparecem com ameaça a condição de vida dos moradores. Essas ameaças exemplificadas pela soja, gado, eucalipto e grandes proprietários de terra não estão desvinculadas das ações dos governos e seus projetos de modernização e desenvolvimento. Diante destes projetos, a população ribeirinha de São Carlos, que foi criada e desenvolvida durante um processo de ocupação da área para extração da borracha.

Em todo este processo “la capitalización de la naturaleza está em gran parte mediada por el Estado. De hecho, el Estado debe considerarse uma interfase entre el capital y la naturaleza, los seres humanos y el espacio (ESCOBAR 2007, p. 336). Os interesses dos governos “satisfacer las necesidades de la mayoría de la población” (ESCOBAR, 2007, p. 84) não deixaram espaço para outras experiências mais específicas de uso dos bens naturais. A produção de energia para as grandes indústrias e centros urbanos, os grandes latifúndios que não produzem alimento e promove a derrubada de mata e o mesmo para criação de gado. Como foi possível observar nas narrativas dos interlocutores “muchos aspectos de la destrucción de las condiciones de producción – surgidas, por ejemplo, de la deforestación y el represamiento de ríos y reflejadas en las crecientes dificultades de acceso a los alimentos, el agua y el combustible” (ESCOBAR, 2007, p. 337)

Sobre o uso dos rios, Laschefski (2011, p. 40) explica que de acordo com a legislação brasileira, os rios são declarados como públicos. Contudo, a construção de hidrelétricas inibe o uso comum de determinadas áreas por populações específicas, como no caso discutido aqui, uma comunidade tradicional. Nestes casos, segundo a legislação, o Estado justifica

a sua apropriação para a produção de energia. Na praxe do processo de licenciamento, a energia produzida é considerada um bem comum necessário para o desenvolvimento da sociedade como um todo, e, dessa forma, segundo a opinião hegemônica, há uma utilidade pública mais importante do que o uso do rio pelos moradores locais (LASCHEFSKI, 2011, p. 40).

## **Conclusão**

O objetivo deste texto era o de descrever, mesmo que resumidamente, aspectos e consequências da construção da hidrelétrica Santo Antônio, no rio Madeira em Porto Velho – RO. O texto traz algumas narrativas dos interlocutores e observações feitas durante uma pesquisa de campo na comunidade ribeirinha de São Carlos do Jamari.

Vimos que as trajetórias dessas pessoas são perpassadas e se dão numa estreita relação de convivência/experiência e uso dos recursos naturais do bioma amazônico a mata e o rio. Para esta população,

Ao vivenciar a imensidão da floresta, [...] cria e recria modos únicos de uma vida ribeirinha, no momento em que explica situações a partir do seu imaginário sonhador com elementos presentes no seu mundo.

Assim, o rio e a mata ultrapassam o limite da materialização e ganham representações culturais para o grupo, como consequência podemos perceber que essa apreensão não homogeneizada do espaço vivido é percebida pela naturalidade como o pescador vivencia o rio [...] (RIBEIRO, 2010, p. 51).

Pudemos observar que a população ribeirinha tem seu próprio “modo de ser e estar no mundo”, “uma possibilidade singular de ser e existir” (GERBER, p. 147). As consequências sofridas em seu território espaço/corpo afetaram diretamente esses modos de ser e estar no mundo. O rompimento parcial desta relação ocasionado pela hidrelétrica e posteriormente pela enchente enfatizada como consequência da construção desta hidrelétrica e exclusão de participação desta população nas formulações de políticas e ações que amenizem os danos e ainda, garantam as outras formas de uso do território por essas populações.

Como afirma Escobar (2007) a capitalização da natureza visa, em detrimento de alguns povos, atender necessidades da maioria das populações. O bem comum e público se converte em bens para “outros” Assim, parece que a única base cogitada que orienta esses projetos é numérica e homogeneia. A “pior tragédia” para alguns é numericamente ignorada e invisibilizada. O “beiradeiro sem valor” foi mencionado como uma referência da situação marginal em que se encontram essas populações e sua representatividade nas decisões governamentais que lhes afetam diretamente, estranhos e distantes daquela realidade vivenciada cotidianamente pelo ribeirinho.

## REFERÊNCIAS

ESCOBAR, Arturo. La invención del Tercer Mundo: Construcción y deconstrucción del desarrollo. Tradução de Diana Ochoa. 1ª edição Fundación Editorial el perro y la rana, 2007.

GERBER, Rose Mary. Pescadoras artesanais no litoral de Santa Catarina, Brasil: algumas reflexões sobre o reconhecimento e (in) visibilidades. LANGDON, Esther J.; GRISOTTI, Márcia (Orgs.). Políticas Públicas. Reflexões antropológicas. Florianópolis: Editora UFSC, 2016, 147-160.

LASCHEFSKI, Klemens. As tensões do lugar: Hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental. ZHOURI, Andréa (Org.). Licenciamento e equidade ambiental: As racionalidades





## Múltiplos Olhares desde o Brasil

distintas de apropriação do ambiente por grupos subalternos. Belo Horizonte: Editora UFMG 2011, p. 22-59.

RIBEIRO, Marcela Arantes. No espelho das águas: Um lugar Ribeirinho no Rio Madeira. Dissertação de Mestrado em Geografia do Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal de Rondônia-PPGG/UNIR, 2010. Disponível em <[http://www.mestradogeografia.unir.br/downloads/3376\\_marcela\\_arantes\\_2008.pdf](http://www.mestradogeografia.unir.br/downloads/3376_marcela_arantes_2008.pdf)> Acesso em 17.07.2017.

## MERCANTILIZAÇÃO E SINGULARIZAÇÃO NO CONTEXTO DOS PRODUTOS ORGÂNICOS

**Jéssica Maria Rosa Lucion**

Universidade Federal do Rio Grande do Sul<sup>3</sup>

### Introdução

Nas últimas duas décadas, a produção de orgânicos vem passando por constantes processos de regulamentação. O universo dos orgânicos transformou-se de redes locais de produção e consumo, em um sistema de comércio global regulado e formal que liga locais distantes de produção, comercialização e consumo. Essa formalização buscaria atender as exigências do público consumidor em relação à conformidade orgânica, a produção e a comercialização passam, nesse sentido, por uma construção jurídica que envolve o reconhecimento de critérios de “qualidade” orgânica.

Esses processos ocorreram, em primeiro lugar, através da internacionalização das normas da produção orgânica a partir da criação da IFOAM em 1972. Em segundo lugar, essa regulamentação deslocou-se para normativas nacionais. Nesse ponto é importante considerar que as regulamentações europeia e norte-americana passaram a ser tomadas como modelo em outras regiões, deslocando as normativas novamente para parâmetros internacionais e culminando na formação de um sistema de comércio globalizado e na ascensão dos processos de certificação.

No Brasil, a agricultura orgânica se desenvolveu, até o final da década de 1990, a partir das iniciativas de incentivo e promoção levadas a cabo por ONGs e associações envolvidas com a produção orgânica e cuja produção era escoada nas feiras. Das feiras locais que começam a se proliferar na década de 1980 protagonizadas por pequenos agricultores familiares, os produtos orgânicos passam a experimentar novos e incontáveis nichos de mercado, das lojas especializadas às exportações, passando pelas grandes redes de supermercado que já abriram

---

<sup>3</sup> Bacharela e Mestra em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Profª do Instituto Federal Farroupilha. E-mail: jessicalucion@hotmail.com



gôndolas exclusivas para receber esses produtos.

Com a entrada desses novos atores no cenário orgânico impulsionou-se no país um processo de regulamentação da produção de “orgânicos” e a definição da “qualidade” dos produtos. Passados dez anos do Decreto que regulamenta a Lei dos orgânicos, essa qualificação ainda é objeto de críticas, no entanto, cabe considerar o esforço do Estado brasileiro em reconhecer outros mecanismos de controle da qualidade orgânica, além dos processos de certificações tradicionais, por auditoria, conforme as regulamentações internacionais.

O que gostaria de salientar, no entanto, é que a regulamentação da produção de orgânicos e a imposição da necessidade da certificação dos produtos trazem à tona novas construções sobre o que é um produto orgânico e essas entram em choque com concepções já estabelecidas e que circulavam pelas redes informais. Nesse sentido, esse trabalho tem como objetivos tecer alguns apontamentos iniciais sobre onde e por quem o “orgânico” é construído, desconstruído e/ou reconstruído, quais trajetórias, que significações têm para os próprios indivíduos envolvidos com a cadeia de produção, processamento e comercialização de produtos orgânicos, questões essas que surgiram ao longo da pesquisa exploratória e que me colocaram em confronto com a literatura então consultada.

### **Mercados e singularidades no universo dos orgânicos**

Do ponto de vista da construção de mercados singulares, a partir da década de 1990, o cenário do regime agroalimentar passa por mudanças significativas que apontam para o esgotamento do “paradigma da quantidade”. O que se poderia chamar de “padrão fordista” de produção agrícola, caracterizado pelo uso das tecnologias da chamada revolução verde, começa a ser questionado e abre espaço para novos discursos que trazem em seu bojo o apelo à qualidade. Recentemente, a crescente valorização de atributos relacionados à origem dos alimentos vem se colocando como uma nova dinâmica nos mercados alimentares, o que mostra que a questão alimentar não se restringe a oferta de matérias-primas e alimentos ou aos processos de organização produtiva<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> [Obs:] De acordo com Portilho (2009), os consumidores querem saber o que estão comendo, mas também quem produziu tais alimentos e sob quais condições socioambientais, autoatribuindo-se deveres e responsabilidades com relação a problemas sociais e ambientais. Uma “politização e ambientalização” do consumo que a autora considera como “novos movimentos sociais e econômicos” em que a cultura da ação política é recriada visando uma reapropriação da economia. Nesse sentido, redes alternativas de comercialização seriam organizadas visando

Assim, falo aqui não de uma qualidade objetiva ou percebida, mas de uma qualidade associada, a qual faz alusão a outros elementos como às tradições culinárias, à vinculação a uma paisagem e ao respeito ao meio ambiente, entre outros. Nesse sentido, os produtos alimentares têm sido cada vez mais o resultado de narrativas elaboradas a propósito de alguns traços ou virtudes de regiões geográficas ou modos de fazer.

Para Karpik (2007) esse constante aumento da diferenciação dos produtos permite o desenvolvimento da economia das singularidades onde a produção de massa dá lugar a sistemas produtivos especificados em diferentes linhas, constantemente renovadas, apoiadas na identificação da variedade dos gostos dos consumidores. Para Karpik (2007), um produto é singular quando existem bases de diferenciação suficientes entre este e outro produto. Essas “bases de diferenciação” portam certas características dos produtos, suas particularidades expressas por uma embalagem, um rótulo ou um selo de certificação que informam aos consumidores a reputação do produtor e da mercadoria. O autor considera que a singularização se constrói tanto por um processo de transformações sócio históricas, como por processos de interpretações simbólicas que transformam produtos idênticos em produtos incomparáveis. A transformação da qualificação dos produtos é, portanto efeito de mudanças nos gostos e nos valores simbólicos dos consumidores.

Essa compreensão combina com o entendimento de Callon et al. (2002) que caracteriza um produto como um processo e um bem como um estado, um resultado, ou seja, um momento de um processo que está em constante renovação. Com isso os autores enfatizam que o processo que qualificação e singularização dos produtos é constante, na medida em que todos são produtos, mas que em determinados momentos e/ou contextos se tornam bens (goods) a partir da combinação de uma série de características que os tornam singulares, “defining a good means positioning it in a space of goods, in a system of differences and similarities, of distinct yet connected categories” (Ibid., p. 198)<sup>5</sup>.

Se o processo de qualificação é constante, isto quer dizer que suas características se

---

diferentes formas de rotulagem, campanhas de compras (como boicotes ou buycots) e novas regras para os mercados convencionais, “economia Solidária, Comércio Justo, Produtos Orgânicos, Indicação geográfica e Slow Food têm sido apontados como exemplos de movimentos sociais econômicos” (Ibid., p. 205).

<sup>5</sup> Considerando a importância do processo de qualificação-requalificação para o andamento dos mercados, para os autores, a singularidade de um produto deve ser considerada uma importante variável na análise dos produtos, assim como o preço, porque ela também influencia a política de oferta e demanda na medida em que pode formar um nicho de mercado atraindo consumidores, como é o caso dos produtos orgânicos que experimentam uma busca cada vez mais frequente. Percebe-se, portanto, que para os autores a singularidade dos produtos é caráter basilar da economia das qualidades.

modificam conforme os produtos se desenvolvem e mudam. Nesse sentido, a proposta de Appadurai (2008) é de que as coisas, assim como as pessoas, tem uma vida social. Apoiado em Simmel, o autor considera que os objetos econômicos não têm um valor absoluto, seu valor é fruto da demanda que lhe confere valor, a troca, portanto, é fonte de valor. Nesse sentido, a compreensão sobre os processos de singularização, qualificação e re-qualificação, a transubstancialização simbólica dos objetos, pressupõe segui-los, seguir seus usos e suas trajetórias. É somente pela análise das trajetórias que é possível interpretar as transações e cálculos que dão sentido às coisas. No caso deste trabalho, estou interessada em compreender como o “orgânico” é construído e reconstruído, como é qualificado, tornado singular, como o mesmo produto é significado e ressignificado de acordo com os atores e locais pelos quais circula, adquirindo novos significados que podem ser agregados ou não.

Quais são as implicações de um produto agroecológico certificado pela Rede Ecovida, Ecocert ou Instituto Biodinâmico ser comercializado em uma feira local, em uma grande rede varejista, ou ainda, em programas de compras governamentais? Não raro, a trajetória social deste produto começa na mesma unidade familiar de produção e, partir dela, desdobra-se em diferentes redes (mercados), com intermediários e destinos distintos. Ao longo do caminho que o produto percorre, os valores que ele porta são redefinidos. [...] Quando um alimento agroecológico movimenta-se entre diferentes mercados, suas qualidades são redefinidas. Assim, um produto não pode ser exatamente igual se for comercializado em uma feira-livre, em um supermercado ou por algum programa de compras governamentais (NIEDERLE; ALMEIDA, 2013, p. 38 – 39).

O “orgânico” por si só passou por sucessivas transformações, em especial, sua entrada no mercado como um produto. De uma concepção filosófica, passando pelas pequenas redes informais, o cenário dos orgânicos é hoje caracterizado por uma rede de atores globais. Nesse sentido, a própria concepção do produto orgânico enquanto uma “mercadoria” é significada e ressignificada de acordos com os atores e os contextos pelos quais circula, vide o exemplo de um dos agricultores que mencionou não vender produtos, mas sim alimentos.

Como Kopytoff (2008) argumenta, nas sociedades complexas a mercantilização opera juntamente com esquemas de valorização e singularização, o que parece representar o cenários dos produtos orgânicos no Brasil. Esse poder de “fetiche” que não se liga ao seu valor real, mas é construído ao longo da cadeia, ocorre por meio de um processo cognitivo e cultural de singularização. E, nesse sentido, essas singularizações estariam associadas a diferentes processos de mercantilização: ao mesmo tempo em que os produtos orgânicos, enquanto singulares, mobilizam diferentes mercantilizações (que variam de acordo com os diferentes atores, locais e até mesmo certificações), os processos de mercantilizações dos mercados

alimentares recentes, que aponta para novos gostos, como a ênfase nos produtos orgânicos, lights, diets, entre outros, também promovem diferentes singularizações em relação aos próprios produtos orgânicos, que perdem alguns significados e adquirem outros.

Em geral, os produtos orgânicos processados não são apenas orgânicos, assumem em conjunto outras características: sem glúten, sem lactose, sugar free. Nesse sentido, o elemento “orgânico” torna-se um entre todos os sentidos que o produto adquire. A primeira vista, seria possível perceber que, ao longo da sua cadeia (da produção, passando pelo processamento, até o consumo) os produtos vão perdendo o sentido de “orgânicos” e assumindo outros sentidos. Talvez porque os produtores “ecológicos” insistam na sua relação com a natureza e fiquem na expectativa de que os produtores reconheçam essa relação. Os atores da cadeia secundária, por outro lado, podem estar correndo atrás de outros atributos para esses produtos pela necessidade de inovação que o mercado exige. Se no início da cadeia, o elemento ecológico é visto como um modo de vida, ao final da cadeia ele é apenas um elemento entre outros.

Portanto, para compreender como o “orgânico” é construído e reconstruído, como é qualificado, tornado singular, como o mesmo produto é significado e ressignificado de acordo com os atores e locais pelos quais circula, procuro analisar a cadeia da banana orgânica no Brasil. Do ponto de vista metodológico, trata-se de apreender a vida social desses produtos, sua biografia cultural (KOPYTOFF, 2008). Não se trata de compreender sobre a vida de um produto em si, mas de acompanhar a rota de produção e comercialização de um tipo de bem, ou como Pinheiro-Machado (2009) denomina, uma “perseguição às mercadorias”, no caso em tela, uma perseguição às bananas. Não compreendo a trajetória de uma banana em si, mas a trajetórias de suas transformações seja do ponto de vista material (etapas de processamento) seja do ponto de vista simbólico (as diferentes singularizações assumidas na sua rota de produção e circularização).

No mundo todo, a banana é uma das frutas mais apreciadas, figurando como um importante componente alimentar e econômico em diversas sociedades. Apesar de não ser uma fruta natural do Brasil, seu cultivo se espalhou pelo país e hoje se destaca como uma das frutas mais consumidas que pode ser ingerida crua ou processada. Foi através dos navegantes portugueses e espanhóis no século XV que as bananeiras rapidamente se espalharam pela América Latina e no Brasil passou, rapidamente, a ser integrante de muitos pratos tradicionais e matéria-prima de artefatos, como cestos. Além da sua popularidade, a agroindústria oferece outras oportunidades de comercialização do fruto, além da forma in natura, como banana-

passa, chips, farinha, doces e geleias, barras de cereais, aguardente e licor. Nesse sentido, considerando as questões teóricas que são pertinentes a investigação, a trajetória da banana orgânica que se torna interessante levando em conta (I) que é um fruto de baixo custo e acessível a todas as classes, (II) que pode ser processada de diversas formas e em vários produtos o que aumenta o número de atores envolvidos com a sua cadeia e, conseqüentemente, a sua trajetória.

Para dar conta do primeiro objetivo da pesquisa, identificar as transformações recentes do mercado da banana que levaram o segmento a mudanças qualitativas (cadeia da banana orgânica), será realizada pesquisa bibliográfica sobre o tema, bem como entrevistas com atore-chave da cadeia (representantes de associações, grandes distribuidores, etc). A identificação e compreensão sobre os processos de mercantilização pertinentes as diferentes etapas dessa cadeia, bem como a compreensão sobre as singularidades assumidas pela banana orgânica ao longo da sua cadeia, se dará através de entrevistas em profundidade e semi- estruturadas, bem como observações não participantes, com os atores que compõem a cadeia da banana orgânica.

### **Considerações finais**

De redes locais de produção e consumo o universo dos orgânicos se transformou em um sistema de comércio global regulado e formal, mudanças estas que vem se acentuando com o interesse das grandes empresas no setor. Os diversos atores que compõem este universo estão, portanto, construindo e reconstruindo a “qualidade orgânica”. O advento das certificações também complexifica ainda mais o processo, pois entra em jogo a discussão sobre quem define o que é “orgânico” e que rotas esses produtos assumem após essa classificação.

Ao passo que as grandes empresas entram neste cenário, os produtos orgânicos passam a não ser mais apenas isso, mas também diets, sem glúten, sugar free, etc. Ou seja, são construções de bases de singularização constantes em torno de um mesmo produto. Trata-se de processos de “alquimia social”, qualificação e re-qualificação (CALLON et al, 2002) e construção de bases de diferenciação (KARPIK, 2007). Nesse sentido, os orgânicos deixaram “de ser parte apenas de um nicho” e estão se espalhando para um rol maior de consumidores preocupados com saúde, preservação do meio ambiente e em busca de um estilo de vida menos baseado em uma alimentação industrializada. Assim, se no início da cadeia, o elemento ecológico é visto como um modo de vida, ao final da cadeia ele é apenas um elemento entre outros, “os alimentos orgânicos se diluem numa oferta de produtos diversos associados com



## Múltiplos Olhares desde o Brasil

bem-estar, saúde e qualidade de vida” (GUIVANT, 2003, p. 79).

Pensando na sua trajetória, tratar-se-ia de compreender como o mesmo produto é significado e ressignificado de acordo com os atores e locais pelos quais circula, adquirindo novos referenciais de qualidade que podem ser agregados uns aos outros ou não, e quais seriam são as diferentes singularidades assumidas pelos produtos orgânicos ao longo da sua cadeia de produção, certificação, comercialização e consumo. E, nesse sentido, considerar o papel que diferentes atores e elementos, como as certificações dos produtos e a entrada de grandes corporações nesse setor tem influenciado sua dinâmica.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APPADURAI, A. Introdução: Mercadorias e a política de valor. In: APPADURAI, A. (Org.) *A vida social das coisas. As mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008.

CALLON, M.; MÉADEL, C.; RABEHARISOA, V. **The economia of qualities. *Economy and Society***. V. 31, N. 2, Maio de 2002. p. 194–217

GUIVANT, J. Os supermercados na oferta de alimentos orgânicos: Apelo ao estilo de vida ego-trip. *Ambiente & Sociedade*. Vol. 6, no. 2. jul./dez. 2003. p. 64 – 81.

KARPIK, L. **L'économie des singularités**. Paris: Éditions Gallimard, 2007.

KOPYTOFF, I. A biografia cultural das coisas: A mercantilização como processo. In: APPADURAI, A. (Org.) *A vida social das coisas. As mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008.

NIEDERLE, P.; ALMEIDA, L. A nova arquitetura dos mercados para produtos orgânicos: O debate da convencionalização. NIEDERLE, P.; ALMEIDA, L.; VEZANNI, F. (Orgs.). **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. Curitiba: Kairós, 2013.

PINHEIRO-MACHADO, R. **Made in China: Produção e circulação de mercadorias no circuito China-Paraguai-Brasil**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (Tese de doutorado). Porto Alegre, 2009.

PORTILHO, F. Novos atores no mercado: Movimentos sociais econômicos e consumidores politizados. **Política e Sociedade**. v. 8, n. 15, 2009. p. 200 – 224.





## Múltiplos Olhares desde o Brasil

# **CULTIVANDO ALIMENTOS E LAÇOS: AS PRÁTICAS AGRÍCOLAS QUILOMBOLAS ENQUANTO FOMENTADORAS DOS SEUS ELOS COMUNITÁRIOS E DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

**Jefferson Soares Galvão**  
Universidade Federal de Pelotas

**Nathércia Pedott**  
Universidade Federal de Pelotas

### **Introdução**

A agricultura passou a se postar no mercado enquanto um dos seus principais pilares, uma vez que a produção industrial depende de matéria prima para produzir seus artigos. Assim, a rentabilidade no negócio agrícola passou a atrair o interesse de grandes donos de terra que acabaram por dominar o mercado, passando assim a surgir uma nova alcunha, o agronegócio. Apesar de os pequenos produtores se veem excluídos desse método de abordagem mercantil, eles tem encontrado novas perspectivas de participação social, cultural e comercial utilizando-se da agricultura.

Dentre esses grupos que resistem ao modelo do agronegócio, podem-se destacar as comunidades quilombolas. Essa coletividade mantém suas práticas e seus saberes tradicionais relacionados ao manuseio da terra ainda vivos, passando esses conhecimentos através das gerações por meio da oralidade. Suas práticas agrícolas prezam pelo trato natural e orgânico da terra, evitando sementes geneticamente modificadas e desvencilhando-se de remédios e insumos químicos agropecuários, prezando sempre pela utilização de adubos orgânicos em harmonia com diversas outras práticas culturais, sociais e religiosas. Além disso, dessa lide na terra que abstrai também uma fonte de manutenção dos elos comunitários que se fortalece por meio do labor no campo e na permuta dos conhecimentos.

## Metodologia

O trabalho utiliza-se do método indutivo e da pesquisa etnográfica, analisando entrevistas semiestruturadas realizadas em comunidades quilombolas da cidade de Piratini/RS e conceitos doutrinários para a compreensão do tema proposto.

## Resultados e discussões

O trabalho agrícola se apresenta historicamente como um fator gerador de transformações intensas nas estruturas sociais. No campo da economia, essa atividade se firmou como essencial para a manutenção dos mercados e do processo consumista. A matéria prima vegetal, enquanto objeto de importação e exportação, se mostra como um dos sustentáculos da economia mundial. Assim, o comércio agrícola se estabelece como importante suporte do atual modelo capitalista.

Sob a perspectiva social, o labor agrícola também gerou profundas alterações. Todo o processo da lavoura, desde o preparo do solo até a colheita, é árduo e longo. Em face disso, sempre se mostrou mais vantajoso que se realizassem essas tarefas de forma conjunta, compartilhando entre os entes da família e da comunidade as obrigações decorrentes dessa atividade. Toda esta empreitada, além do escopo econômico e de subsistência, garantia a criação de laços comunitários entre os participantes desse trabalho conjunto. Esses vínculos são primordiais para uma formação e integração cultural da coletividade. É nessa perspectiva que se pode falar, em um primeiro momento, sobre cultura agrícola. Carlos Walter Porto-Gonçalves (2006, p. 208) evoca a origem da palavra cultura, proveniente do termo latino *colere*, remetendo a ideia de culto, cultivo, o que vem sistematicamente sendo esquecido pela maior parte dos agrônomos e técnicos em agricultura quando tratam da cultura do campo. Ainda, concede-nos esclarecimento sobre esse aspecto cultural Daniele Canedo (2009, s/n), quando afirma que

até o século XVI, o termo [cultura] era geralmente utilizado para se referir a uma ação e a processos, no sentido de ter “cuidado com algo”, seja com os animais ou com o crescimento da colheita, e também para designar o estado de algo que fora cultivado, como uma parcela de terra cultivada. A partir do final do século passado ganha destaque um sentido mais figurado de cultura e, numa metáfora ao cuidado para o desenvolvimento agrícola, a palavra passa a designar também o esforço despendido para o desenvolvimento das faculdades humanas.

De toda forma, a técnica agrícola, assim como os diversos segmentos sociais, passou por um grande desenvolvimento no decorrer das décadas, especialmente motivado pela evolução tecnológica. Conquanto, nem todo esse progresso pode ser celebrado. O trabalho, que anteriormente era realizado pela mão de obra humana, passa por um processo de maquinização, no qual se busca a celeridade e o aumento do lucro, transformando profundamente todos os procedimentos do trato da lavoura. Em detrimento dessas mudanças, a realidade do trabalhador rural se modifica, uma vez que perde sua fonte de renda primária para o trabalho maquinal. Porto-Gonçalves (2006, p.249) acredita que a expansão das fronteiras comerciais, baseada em uma complexa logística de transportes que contribui com a diminuição do preço dos produtos agrícolas, deixa de beneficiar uma importante parcela da população, uma vez que se baseia em uma estrutura socialmente injusta. As regiões dominadas pelo agronegócio empregam pouca mão de obra e possuem uma grande concentração latifundiária, o que acaba tornando os ganhos econômicos unilaterais. No Brasil, essas mudanças causadas pelo maquinário rural impactam tanto na economia quando nas bases culturais do país, podendo ser exemplo disso

Talvez a própria mudança de nomes de agricultura para agronegócio. Como gostam de chamar o setor os seus próprios protagonistas, indique onde está o problema. No Brasil, durante o mês de junho, ocorrem festas religiosas geralmente associadas à colheita, sobretudo de milho. A expansão do agronegócio pela região Centro-Oeste do país, ocupando suas chapadas, tem feito dessa região a maior produtora de milho do Brasil. [...] Ao que se sabe, nenhuma festa está associada às colheitas feitas com grandes máquinas e com tão poucos empregos no Centro-Oeste brasileiro, onde se vem jogando todas as fichas de um modelo de desenvolvimento no mais tradicional estilo moderno. (Porto-Gonçalves, 2006, p. 282)

Em contrapartida a lógica do agronegócio e na perspectiva de renovar vínculos sociais e culturais, pode-se conceber como núcleo de resistência as comunidades quilombolas. A Secretaria Nacional de Políticas de promoção da Igualdade Racial (SEPIR) aduz sobre o território e a origem das comunidades quilombolas que

comunidades quilombolas são grupos com trajetória histórica própria, cuja origem se refere a diferentes situações, a exemplo de doações de terras realizadas a partir da desagregação de monoculturas; compra de terras pelos próprios sujeitos, com o fim do sistema escravista; terras obtidas em troca da prestação de serviços; ou áreas ocupadas no processo de resistência ao sistema escravista. (Brasil, 2015)

As entrevistas etnográficas que dão aporte a esse trabalho foram realizadas junto às comunidades quilombolas da cidade de Piratini/RS, com o objetivo de identificar seus saberes

tradicionais e como eles trabalham em conjunto com a formação dos elos comunitários e na manutenção de um meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Esse grupo, que mantém conexão contígua com seu território, encontra na agricultura a primeira forma de relacionar-se com esse. O trabalho agrícola, tanto no passado como atualmente, se apresenta com importante fonte de renda dessas famílias, além da produção para consumo familiar. Contudo, a aquisição de terras próprias ainda é historicamente recente, o que acarretava em um trabalho realizado de forma cooperativa entre as famílias negras que viviam na mesma região nas terras de algum grande proprietário, como narrado pela interlocutora da comunidade Nicanor da Luz:

Pesquisadora: Ah, olha só! Então, lá onde a senhora morava tinham várias famílias negras então.

Interlocutora: Quantia. Quase tudo era negro, no sacrifício, que a gente trabalhava todo mundo junto. A gente trabalhava na lavoura. Porque a gente só tinha a casa pra morar. A gente vivia plantando na lavoura dos outros que tinha mais, né? E a gente sempre foi uma comunidade que sempre se ajudava na lavoura. Capinava, plantar feijão, colher feijão, cortar trigo, cortar aveia, fazer carvão, assim, entendeu?

Pesquisadora: Faziam os trabalhos juntos, então? Interlocutora: tudo junto, tudo junto.

Pesquisadora: Eram todos parentes ou não?

Interlocutora: Não, não tinha tudo parente não. Tinha uns quantos parentes, tu entendeu? Mas geralmente os que supriam nós, não eram nada nosso. Eram dos de Ávila. Eram os que tinham mais terra.

[...]

Interlocutora: Isso mesmo, eles eram tudo junto, são Farias também. Eles tinham mais terra, então davam pra gente. Tu derrubava a roça, tu aproveitava a lenha, tu fazia o carvão, e aproveitava a terra. Às vezes um ano tu passava por esse trabalho, né? E era maravilhoso. E a gente se reunia no fim de semana e ia uns quatro ou cinco pra lavoura e fazia isso.

Em outra passagem se reitera a utilização comunitária da terra, muito embora se chame a atenção para o fato de que as famílias compostas por pessoas negras eram as que tornavam as terras dos proprietários produtivas, uma vez que faziam toda a limpeza e deixavam a terra pronta para novas plantações, muitas vezes até mesmo sendo cobrada parte da colheita

Pesquisadora 1: E essa terra que vocês plantavam era de todos ou cada um tinha seu pedaço?

Interlocutora: Não, a gente ia limpar. Eles davam mato, como esse mato aqui.

Pesquisadora 1: Quem dava?

Interlocutora: O compadre do vizinho tinha esse mato pra limpar, daí o que ele fazia. Ele ia lá e dizia “Marcelino, quem sabe não manda as gurias limpar aquele mato ali, tu aproveita a lenha, faz carvão e depois tu planta feijão, planta milho, planta o que tu quiser”. Mas aquilo é só pra um ano.

Pesquisadora 1: E essa colheita, vocês repartiam? Interlocutora: Repartia com o dono da terra.

Pesquisadora 1: E entre vocês que trabalhavam na terra?

Interlocutora: Mas nós era só pra comer, minha, filha. Era dali que saia o sustento.

Pesquisadora 1: Mas era tudo repartido entre as pessoas que trabalhavam na terra? Interlocutora: Sim, dai sim, as vezes, um caso: esse guri ia pra lá com nós, né, dai ele dizia “bá, eu podia plantar uma máquina de milho ali pra mim, né?” Ai o pai dava “não, pode plantar uma máquina de milho ali pra tí”. Ai ele colhia pra ele. Ai se ela disser assim “bá, vou te ajudar a colher, tu me divide aquele milho?” Ai ele diz “se der 4 sacos, dos é meu e 2 é teu”.

Pesquisadora 1: E por que era só um ano?

Interlocutora: Ah, minha filha, aquele tempo era muito rígido, tu entende? É quase agora, se tu fica 3 ou 4 anos numa terra tu entrega se quer, né? E eles tinham muito medo dos negros se apossar [risos]

Pesquisadora 2: Também tem o seguinte, era mato, né? Vocês limpavam tudo, tiravam o mato. Tu tá entendendo a lógica? Os negros que transformavam a terra em terra produtiva. Transformada em terra produtiva, vai pra outro lugar transformar outra. Tu não pode usufruir daquela terra em termos de produção também.

Em outra passagem, chama-se a atenção para os efeitos naturais decorrentes da grande diminuição das lavouras nas redondezas da comunidade, fato que pode ter como uma das causas o atual abandono do campo pelas novas gerações, que se acredita ser decorrentes das crenças coloniais de que o trabalho campestre seria menos valoroso

Pesquisadora: [...] mas assim oh, do tempo de antigamente pra agora, o senhor acha que tem mais praga ou menos praga?

Interlocutor: Tem mais, porque, olha, não vou dizer que tenha mais, porque o que representa o mais é que ninguém planta, então eu planto uma lavoura ali e vem tudo que é praga pra minha lavoura, que lá no vizinho não tem. Antigamente era tudo virado em lavoura, um pouquinho na lavoura dum e doutro não aparecia. Hoje é uns canteiro, não é lavoura, é uns canteiro que planta, então a praga acumula ali onde tem o que comer.

O interlocutor chama a atenção, ainda, para a atual diminuição do trabalho agrícola nas redondezas de onde reside, observando um desinteresse no manejo da terra

Nesse miolo das duas estradas aqui, entre a faixa, por aqui abaixo, que eu sei só dois plantam feijão. Daqui a ponte, só eu e outro rapaz ali. Pra nós, pro nosso consumo. O resto tudo a lavoura e lá na prateleira do supermercado. E todo mundo tem terra, não planta porque não quer. O que que acontece só Deus sabe. Batata doce que é uma coisa tão boa e que tu planta num cantinho daqui ali dá um monte. Ninguém planta. Sei lá, num sei se o pessoal desacostumou, num sei.

Assim, o que se pode apreciar dos relatos coletados é que a manutenção dos elos comunitários através do labor agrícola é uma realidade que está ficando no passado, uma vez que as gerações atuais, de modo geral, não apresentam interesse por recepcionar os conhecimentos tradicionais de suas comunidades, principalmente no que diz respeito à



## Múltiplos Olhares desde o Brasil

atividade do campo.

### Considerações Finais

O conhecimento e reconhecimento das comunidades tradicionais e de seus saberes locais, seus modos de interação cultural e suas práticas sustentáveis são fundamentais para que se possam desenvolver novas perspectivas para o manejo dos recursos naturais em harmonia com as exigências do mercado, uma vez que a prática mercadológica atual voltada para a agricultura tem mostrado claros sinais de ineficiência tanto na preservação do meio ambiente quando na conservação das redes sociais e culturais do meio rural.

As comunidades quilombolas, tanto no passado quanto no presente, mantem vivas suas práticas agrícolas tradicionais, que se passam pela oralidade através das gerações, num processo que não envolve pesquisas científicas nos moldes formais utilizados pela sociedade acadêmica, e sim por um processo manual de trato com o solo, o manejo dos recursos da natureza que se encontram disponíveis aos seus arredores, a utilização desses recursos através de tentativas para que se chegue a uma definição de suas utilidades. Contudo, mostra-se necessário uma reavaliação da maneira como as novas gerações se relacionam no âmbito comunitário local e com os conhecimentos que lhes são transmitidos, uma vez que sua integração com a comunidade por esse meio e a manutenção dos saberes pode ser prejudicada.

### Referências Bibliográficas

BRASIL. **Secretaria Nacional de Políticas de Promoção de Igualdade Racial**, 2015. Disponível em: <<http://www.seppir.gov.br/comunidades-tradicionais/programa-brasil-quilombola>>. Acesso em: 13 de outubro de 2017.

CANEDO, Daniele Pereira, “Cultura é o que?” – Reflexões Sobre o Conceito de Cultura e a Atuação dos Poderes Públicos. **In: V ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura**, Faculdade de Comunicação/UFBa, Salvo-Bahia-Brasil. Disponível em < <http://www.cult.ufba.br/enecult2009/19353.pdf>> Acesso em 16 de outubro de 2017.



VI Seminário Discente  
Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFRGS

3, 4 e 5  
de outubro

Local: Campus do Vale - UFRGS

# Múltiplos Olhares desde o Brasil

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter, **A Globalização da Natureza e a natureza da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

## **UM MAPEAMENTO SOBRE A PRODUÇÃO CIENTÍFICA DO “DESASTRE DE MARIANA<sup>1</sup>”/MG: APROXIMAÇÕES INICIAIS DA PROBLEMÁTICA NO CAMPO AMBIENTAL**

**Elenice Coutinho**  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

### **INTRODUÇÃO**

Este ensaio objetiva mapear e analisar as produções da literatura acadêmica sobre rompimento da barragem de rejeitos de minério de ferro da Samarco ocorrido em 05 de novembro de 2015 em Minas Gerais, a partir de uma análise crítica. Considerado o maior desastre ambiental já causado pelo homem no Brasil e apontado como um dos maiores no mundo, o “desastre de Mariana” gerou comoção nacional e internacional devido às proporções dos danos físico-ecológicos e sociais ocorridos. Com efeito, a problemática se insere no seio de uma discussão interdisciplinar importante e abarca um conjunto de elementos que afirmam o cruzamento entre disciplinas diversas como saúde pública, impactos ambientais, economia, justiça ambiental, direito, desenvolvimento, movimento sociais, crime e legislação ambiental, etc., razão pela qual diversas áreas do conhecimento se interessam em debater o ocorrido. Diante da diversidade de áreas que se interessam sobre o tema esta proposta busca identificar quais questões têm se destacado na produção de conhecimento no campo ambiental no que se refere ao rompimento da barragem. Para isso apresentam-se algumas questões iniciais: Quais áreas do conhecimento têm se interessado pelo desastre? Quais são as palavras predominantes nos artigos? Como o ocorrido alimenta reflexões sobre a problemática ambiental no Brasil?

A compreensão de ambiente é tomada aqui como um campo de domínio sociológico com múltiplos desdobramentos. Ainda que apenas recentemente eleito tema de interesse da Sociologia, o ambiente é um objeto epistemológico que vem progressivamente ganhado espaço

---

<sup>1</sup> Tragédia de Mariana vem entre aspas, porque o rompimento da barragem gerou consequências para além das fronteiras municipais e estaduais de Minas Gerais, portanto o termo tragédia de Mariana é usado aqui apenas para sinalizar a localidade do epicentro do objeto estudado.



no seio da chamada Sociologia Ambiental que intensamente tem sido fomentada por debates públicos nesse sentido. De maneira generalizada é comum que as abordagens sobre ambiente seja permeada por uma separação entre o homem enquanto um elemento social e um elemento biológico e o mesmo ocorre com o ambiente partindo-o em elementos natureza e sociedade. A Sociologia, mas especificamente a Ambiental, entende as questões ambientais enquanto uma particularidade do social, evitando portanto a dicotomia. Assim, o ambiente é um constructo resultante de um processo dinâmico e em constante reestruturação da cultura local, mediante a incorporação de novos valores, hábitos e técnicas. (FLEURY, ALMEIDA e PREMEBIDA, 2014).

Na relação entre sociedade e natureza, o ambiente é trazido para fora da sociedade e usado em noções muito particulares, baseado em um conjunto de sentidos e crenças, fazendo emergir conflitos de ordem epistemológica e ontológica. (FLEURY, ALMEIDA, PREMEBIDA, 2014). O “desastre de Mariana” contribui não só para um debate público ampliado como também demonstra que a complexidade do ocorrido pleiteia aportes de várias áreas para sua análise. Trata-se ainda de um objeto que atrai e demanda investimento multianalítico, pois reflete contestações diversas de nível científico, político, econômico e social.

Diante do desabamento da barragem, além dos problemas técnicos de recuperação da área e de reparação das pessoas atingidas, suscita uma série de questões referentes às distintas práticas de apropriação social, técnica e cultural do mundo material. Diferentes formas de interpretar o ocorrido configuram formas variadas de utilização do espaço e planejamento de ações para a região. Assim interessa identificar como a “tragédia de Mariana” vem sendo problematizada nas publicações expondo como a temática tem sido mobilizada.

## **PERCURSO METODOLÓGICO**

O mapeamento da produção do conhecimento sobre o rompimento da Barragem de Fundão não teve enfoque numa área específica. Optou-se por identificar de uma maneira geral o que vem sendo publicado no período de novembro de 2015 a julho de 2017, sendo artigo científico a fonte de análise escolhida. Para isso, durante o mês de julho de 2017, foram realizados levantamentos dos artigos disponíveis no sítio do Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES/Brasil), que integra



## Múltiplos Olhares desde o Brasil

diversas bases de dados, a partir dos seguintes descritores: “Desastre Mariana, Rompimento Barragem Fundão, Desastre Samarco. Nesta plataforma foram encontrados 57 artigos, sendo considerados 9. Foram excluídos publicações: 1) que continham a palavra Mariana como autora, 2) artigos com publicação duplicada em eventos e revistas.

Devido ao baixo número de artigos, a busca foi expandida também para a Plataforma Google Scholars a partir do descritor “barragem Mariana/MG”. Foram consultadas até a décima sexta aba do Google sendo analisadas 964 publicações e selecionados 60 artigos. A eleição dos resultados excluiu os trabalhos com critérios 1 e 2 realizados para a Capes e também devido a limitação de tempo e viabilidade da análise excluiu: 3) teses, dissertações e livros, 4) editoriais de revistas, ou seja aqueles que não se encaixavam no padrão do escopo desejado. Em ambas as plataformas as buscas foram realizadas no idioma português, sendo encontrado e analisado apenas um artigo em língua inglesa. Para a busca nos sites foi utilizado o modo “pesquisa avançada” e selecionado o campo “assunto” com faixa temporal entre 2015 e 2017. Por isso no que se refere ao acesso às fontes de dados, deve se considerar as limitações do trabalho em analisar artigos publicados até julho de 2017 e evitar generalizações. Trata-se de um levantamento inicial com publicações acadêmicas recentes, e justifica-se por buscar compreender o que a academia tem produzido sobre a temática, visto que boa parte de informações referentes ao assunto tem sido veiculada por mídias jornalísticas. De forma evidente, o conhecimento científico sobre o ocorrido segue produzindo resultados dado que o desabamento da represa ocorreu a apenas dois anos. Contudo, devido às proporções do ocorrido, ainda existem muitas lacunas para as quais a ciência deve contribuir nas próximas décadas.

O delineamento total apresentou um montante de 1021 publicações sendo que após visualização e seleção individual foram filtrados e contemplados neste estudo 69 artigos. Optou-se por encerrar a busca quando as temáticas dos artigos começaram a se repetir e ainda quando os resultados provenientes do Google exibiam trabalhos não acadêmicos, ou seja, a busca foi encerrada por considerar que já possuía a amostra necessária segundo critérios estabelecidos a priori). Os artigos selecionados foram analisados a partir da leitura do título, palavras chave, resumo e referência. A amostra foi organizada no Excel com a identificação do estudo, periódico ou evento publicado, ano da publicação e categorização temática. Posteriormente

também foram importados para o *software QSR Nvivo* <sup>2</sup>11.0<sup>3</sup> que ampliou a manipulação e análise. Há que se destacar ainda que as fontes jornalísticas, produções independentes de organizações não governamentais (ONGs) e publicações de livros não contemplaram este levantamento, no entanto sabe-se de sua relevância e contribuição na discussão da temática.

A partir do Nvivo foi possível categorizar o título, o resumo, as palavras chaves e a origem de cada produção. Isto permitiu a contagem e análise de palavras mais frequentes, a construção de nuvem de palavras<sup>4</sup> e a categorização das grandes áreas de publicação. Em síntese, o trabalho foi feito a partir do levantamento de bases referenciais disponíveis on-line totalizando em 1021 publicações e 69 analisados. Também se utilizou do Excel para tabular os títulos, palavras chaves, e conclusões, porque como as produções são de áreas diversas áreas do conhecimento algumas delas, possuem regras próprias de publicação. Por isso, os dados textuais foram tabulados e analisados individualmente com leitura e classificação dos artigos a partir do título, resumo e principais resultados. Trata-se de uma pesquisa de caráter inventariante e descritivo que compõe um mapeamento inicial útil para entender quais questões vindo sendo problematizadas em torno do “desastre”.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

No que concerne ao ano das publicações, a maioria (quanto?) dos artigos esteve concentrada em 2016, pois como a “tragédia” aconteceu em novembro de 2015 não houve tempo para que as publicações fossem produzidas, analisadas e divulgadas, o mesmo se dá para o ano de 2017 ainda com menor número. Embora o rompimento da barragem complete dois anos em 2017, cabe ressaltar que as ações de indenização, reparação, reconstrução da área e das comunidades atingidas e ameaçadas ainda estão em fase de discussão e negociação. Este cenário pode ser analisado como um fértil terreno para os conflitos ambientais. Ascelrald (2004) expõe que as formas sociais de apropriação do mundo material é base da produção diferencial

---

<sup>2</sup> Este *software* constitui numa das mais recentes versões de programas voltados para a análise qualitativa de dados facilitando a organização, análise e até a encontrar informações em dados não estruturados ou qualitativos como entrevistas, respostas abertas de pesquisa, artigos, mídia social e conteúdo web. (Guia rápido do NVivo, 2017).

<sup>3</sup> A licença do software NVIVO 11 foi adquirida pela *proxy* da UFRGS que paga a licença para o uso de seus discentes e servidores.

<sup>4</sup> É uma representação gráfica de informações dadas pelo reconhecimento de palavras importantes como neste caso, palavras que mais frequentes.

e da desigual distribuição de poder. Esta diferenciação do campo social em campos de forças é em maior ou menor grau visualmente expresso nos artigos analisados.

Ao aglutinar as publicações optou-se por agrupá-las em proximidade em grandes áreas. Como resultado foi possível congregar as áreas de conhecimento de direito, direito administrativo, ciências contábeis e administração pública representando 32% dos artigos; eventos e revistas interdisciplinar e multidisciplinar somaram 31%; comunicação, letras e jornalismo 18%; geografia 8%; economia 4%; engenharias 5%; psicologia 1% e saúde também 1%.

Por meio do Nvivo foi possível pesquisar a partir das categorias título, resumo e palavras-chaves a frequência das palavras a qual representamos a seguir sob a forma de uma nuvem de palavras. Trata-se de uma forma gráfica que permite a visualização de dados linguísticos destacando as palavras mais recorrentes nas categorias investigados.

## Nuvem de Palavras



Fonte: Dados da pesquisa 2017.

As palavras maiores são as que apresentaram maior frequência referente às três categorias títulos, resumo e palavras-chave. A da nuvem de palavras expressa em tamanho e cores aquilo que possui maior frequência nas categorias utilizadas. Assim, pode-se inferir que a maioria das publicações ocorreu no ano de 2016. O Nvivo por também contabiliza as palavras presentes na nuvem: a palavra direito é a mais recorrente (29%), seguida de ambiental (26%), Samarco (25%), Mariana (23%), barragem (22%), Brasil (18%), empresa (18%), desastre

(18%), minas (16%), ambiente (16%). É nítido o destaque recebido pela palavra direito que se sobressai de forma bastante interessante. Entende-se que a maior ocorrência desse vocábulo advém do grande interesse das áreas de direito, mas também de administração pública e contabilidade sobre o assunto.

O resultado anterior aponta que a literatura especializada na temática tem mobilizado o direito nos estudos sobre o rompimento da barragem. Baseado-se na análise do título, palavras chaves, resumo e conclusões acredita-se que o direito tem sido problematizado como pauta cada vez mais presente no campo ambiental sendo mais comum a judicialização como instância de resolução das contendas. Zhouri e Lachevski (2010) apontaram que na estratégia de desenvolvimento sustentável ocorreu um aumento nas implementações de sistemas regulatórios e institucionais e posteriormente práticas de “esverdeamento” do empresariado a partir de técnicas e gestão ambiental. Todavia isto não implicou em diminuição dos problemas e disputas no campo ambiental conformando no desenvolvimento de novas mercadorias “ecologicamente corretas”. Ascelrald (2004) diz que a incorporação de técnicas e da eficiência industrial construída por meio da modernização ecológica também pode ser vista “como uma reação discursiva que preserva a distribuição de poder sobre os recursos ambientais em disputa” (p.22). Ademais, o uso do termo direito pode representar denúncia de desigualdades ambientais, significa segundo Losekann (2013) uma forma de crítica às instituições que produzem decisões muito distantes daquilo que a sociedade civil está demandando, fato que também reflete no conhecimento acadêmico produzido.

Com o intuito de entender melhor como as produções acadêmicas têm mobilizado a palavra direito a partir do Nvivo foi feita uma nova análise consulta da palavra direito através das categorias título, resumo e palavra chave. O resultado da análise mostrou que do total de artigos que adotam a palavra direito, três o fazem diretamente no título do artigo; três nas palavras-chaves e cinco mobilizam a palavra no resumo. Visto que a palavra direito não aparece em volume nos “Nós” pesquisados realizou-se uma uso do recurso árvore de palavras do NVivo, para identificar a que direito está vinculado.

### **Tabela 1: Árvore de Palavras Ligadas ao Direito**

---

	À água	a constituição CRFB/88
	a informação	é dever do Estado
	a sirene	é fundamental
Direito	a comunicação	a ser garantido
	ao meio ambiente	seja concretizado
	a reputação	a eventos futuros

---

Fonte: Dados da pesquisa, 2017. Elaboração autora.

O resultado da árvore de palavras expõe principalmente a falta do Direito, isto é as publicações carregam um sentimento amplo de denúncia da falta dos direitos da população atingida e serve de alerta a situações similares onde os direitos não têm sido respeitado pelas companhias e tampouco assegurado pelo Estado.

Considerando que o mapeamento sobre a produção científica da temática aqui trazida congrega diversos campos do saber tornou-se profícuo entender a intersecção com as questões produzidas nas publicações. Assim, a partir da leitura dos títulos, resumos e palavras chave, os estudos foram categorizados nas seguintes dimensões temáticas: *tragédia e os direitos dos atingidos*; *tragédia e memória do drama*; *tragédia e abordagens da mídia e da Samarco*; *tragédia e modelo de desenvolvimento*; *tragédia e responsabilização pelos danos*. Ainda que os artigos tragam temáticas distintas em seu conjunto, os trabalhos refletem um campo ambiental em disputa construído socialmente mediante uma variedade ampla de experiências e possibilidades decorrentes da complexidade sociológica que envolve o ocorrido e suas consequências. Uma análise mais detalhada dessas cinco grandes dimensões temáticas em relação a como elas nos permitem problematizar as contendas ambientais criadas a partir do desmoronamento da barragem será oferecida no item a seguir.

## **TRAGÉDIA E OS DIREITOS DOS ATINGIDOS**

Dos 69 artigos analisados, 12 (8%) traziam diretamente análises referentes aos direitos básicos das comunidades atingidas tais como: o direito à informação sobre as atividades minerárias no entorno de suas moradias, e o direito à um sistema de comunicação auditivo mais efetivo, como uma sirene por exemplo, de forma que a informação de acidentes alcançasse os moradores do entorno de forma mais rápida. Também há exploração sobre as consequências da

tragédia ao longo da bacia do Rio Doce prejudicando o uso e abastecimento de água de comunidades ribeirinhas, indígenas e de cidades inteiras. Problemas levantados sobre a perda de biodiversidade e até mesmo da ignorância brasileira com relação ao conhecimento aprofundado da biota da região.

Os artigos apresentam denúncias de violação aos direitos dos atingidos e fazem ainda referência aos aspectos legais e sociais ligados as perdas causadas pela “tragédia” (estou em dúvida se nessa frase não se repete informações). Devido a não participação da população atingida na negociação entre Estado e Empresa e da não aprovação das práticas advindas dessas negociações, alguns artigos produzem denúncias feitas na internet (mídias sociais), cartas políticas e o jornais como A Sirene. O jornal surgiu para buscar garantir o direito à comunicação dos atingidos, o qual não se vê corretamente representado pela farta cobertura jornalística da tragédia e seus desdobramentos.

Há também reflexões críticas acerca do movimento “Justiça sim, desemprego não! #FicaSamarco” criado em defesa do trabalho e “progresso” da cidade de Mariana que constroem pessoas atingidas em Bento Rodrigues e arredores. A noção de direito aparece ainda ligada a falta de participação da população atingida ao longo da bacia do Rio Doce no processo de gestão da água, quando uma gestão compartilhada entre Estado e sociedade civil aparece como algo desejável pela população.

## **TRAGÉDIA E MEMÓRIA DO DRAMA**

A tragédia é discutida por oito artigos (12%) como um capítulo dramático no campo ambiental brasileiro, com implicações imensuráveis para a população atingida quando analisadas sob a ótica das perdas de vidas, mas também de bens materiais e imateriais. . Trabalhos desta dimensão questionam os valores da sociedade atual e acumulam narrativas e depoimentos dos atingidos em relação às experiências vivenciadas antes, durante e depois do ocorrido. Tais discursos expressam ainda as perdas, dramas pessoais, lutos, memórias e expectativas em relação ao futuro.

As publicações trazem ainda discussões do drama vivenciado pelos atingidos por meio de análises da transformação da paisagem, possível graças a registros fotográficos do local, análise de discursos em mídias como o jornal “A Sirene” e o caderno especial do jornal Estado de Minas intitulado “Vozes de Mariana: a dor em primeira pessoa”. De tal modo, por meio de

registros dos sobreviventes, constroem-se em aforizações das vítimas da tragédia lembranças e histórias das pessoas que lá viviam sobreposto pelo vazio social, o silêncio e os traços de lama. Sendo assim, como alguns autores analisados chamam a atenção estes estudos além de compreender como a “tragédia” tem refletido na vida dos atingidos e ainda “se o acidente e suas repercussões parecem perder força, este estudo faz um convite para não esquecer!”.

## TRAGÉDIA E ABORDAGENS DA MÍDIA E DA SAMARCO

Nesta dimensão 9 (13%) dos artigos analisados investiga a relação da tragédia com a cobertura da mídia e notas divulgadas pela empresa Samarco. Há nesta subtemática uma preocupação em problematizar a cobertura jornalística realizada em catástrofes ambientais e das temáticas que tocam o “meio ambiente” como um todo, pois a mídia exerce grande influência sobre a opinião pública. Alguns artigos promoveram análises bastante específicas como, por exemplo, sobre a cobertura feita por algumas mídias como o Jornal Nacional da Rede Globo de Televisão, do jornal A Sirene, o jornal *New York Times*, mas também do espaço oferecido no canal de televisão americano *CNN* e das notas realizadas pela Samarco em seu site e redes sociais.

Existem nos artigos certo ar de denúncia das práticas sensacionalistas da imprensa no intuito de aumentar a audiência com a divulgação abusiva da tragédia primando pela espetacularização da notícia e não pelo ato informativo em si. Além disso, os artigos abordam a percepção do risco como algo subjetivo apontando, portanto, para necessidade de uma abordagem mais cuidadosa da no ato de expor as notícias. É explícita a falta de cuidado no uso dos termos na mídia e na academia com relação a palavra desastre ambiental em decorrência do rompimento não se tratar de um evento natural. Nesse sentido, estaca-se a necessidade de abordagens teóricas mais coerentes com a realidade e politicamente engajadas.

Mídias como o jornal A Sirene, produzido pelos atingidos e colaboradores e suas formas de veiculação para além do jornal como #UmMinutoDeSirene, representam o empoderamento e a voz dos atingidos expressos em ferramentas da comunicação e mobilização. Quanto a Samarco, é nítido nos artigos a mensagem de que a empresa estaria mais preocupada com sua reputação do que realmente com a população (citar).



## TRAGÉDIA E MODELO DE DESENVOLVIMENTO

Esta dimensão contou com um total de 16 estudos (23%) que retratam direta ou indiretamente o empobrecimento de minorias étnicas, saqueadas e violadas pelo modelo de desenvolvimento mineiro-brasileiro que permite altos lucros para empresas do setor de exportação de minérios através da expropriação de territórios dos povos tradicionais e comunidades rurais e, mas também da população urbana. E destacado ainda o despreparado das comunidades carentes para o usufruto de possíveis vantagens da implantação de grandes investimentos decorrentes da exploração mineral em seus territórios. Para essas populações, as compensações pela a presença do empreendimento, quando ocorrem, são mínimas.

Questionamentos gerais são feitos com relação a um modelo de desenvolvimento do qual a sociedade não conhece os riscos aos quais estão expostas, promovendo assim na distribuição de riscos sistêmicos, que não distinguem limites temporais, geracionais ou territoriais e que ocasionam tragédias ambientais com consequências preocupantes. A partir do conhecimento crítico desse modelo, entende-se que seja possível de forma individual e coletiva uma organização em prol do enfrentamento desses riscos. Assim, há uma crise iminente sobre a forma de gestão nada democrática dos bens de natureza, mas também dos riscos envolvidos.

A título de exemplo, artigos apontam que Minas Gerais possui um conjunto de obrigações legais quanto a fiscalização desses empreendimentos, as quais o estado não consegue cumprir. No momento atual, Minas Gerais se encontra em uma situação constante de vulnerabilidade considerando a existência de 754 barragens em território mineiro, sendo 317 delas barragens de rejeitos minerais.

O rompimento da barragem em Bento Rodrigues gerou consequências para toda jusante da bacia do Rio Doce e a contaminação com os rejeitos ultrapassa os limites permitidos por lei, bem como as fronteiras do estado de Minas Gerais. Todo este cenário denuncia que para além de soluções tecnológicas e “sustentáveis” urge debater o modelo de desenvolvimento econômico e os impactos ambientais da mineração. Assim,

Debater sobre o modelo exploratório da mineração subentende refletir sobre participação popular no planejamento territorial, sendo necessária uma leitura crítica sobre o refreamento da autonomia dos atingidos, buscando reconhecer o conflito como motor na construção de cidadania e justiça social e ambiental nas cidades. (PASSOS, COELHO E DIAS. p.1; 2017).

De tal modo, não somente o modelo é questionado, mas também o conjunto dos atores sociais detentores do direito de participar desse debate.

## **TRAGÉDIA E RESPONSABILIZAÇÃO PELOS DANOS**

As discussões contempladas nesta dimensão tiveram maior representatividade contabilizando vinte e quatro artigos (40%) analisados. Muito provavelmente o maior número de trabalhos que se interessaram pela problemática a partir desse ponto de vista se deve ao fato de a população atingida pelo rompimento não ter participado das negociações e do acordo assinado entre o estado de Minas Gerais e a Samarco, o chamando “Termo de Ajustamento de Conduta”. Também por este motivo, o próprio Ministério Público processou o Estado, incorrendo o Termo no risco de ser revisto ou cancelado. Os segmentos atingidos com restrito poder político-econômico são desprovidos de capacidade de se fazer ouvir, razão pela qual mobilizações em que a população sai as ruas tem sido organizadas pela responsabilização dos responsáveis.

Este subtema sobre a responsabilização pelos danos causados além de ter apresentado maior número de publicações é também o que apresenta maior volume de problematizações do tema incorporando indiretamente as demais dimensões descritas anteriormente. Como não se trata da primeira barragem a se romper no estado de Minas Gerais, a “tragédia de Mariana” não foi um evento isolado fazendo parte de uma sequencia de problemas que demonstram a ineficácia do poder de fiscalização dos empreendimentos privados pelos órgãos de meio ambiente e ainda de atuar no cumprimento das leis. Isto aumenta as denúncias de responsabilidade do estado com relação ao caso do desmoronamento da barragem da Samarco e corrobora com o debate do tópico anterior sobre o modelo de desenvolvimento minerário brasileiro.

Discussões que questionam a legitimidade da empresa Samarco e suas ações está presente em quase todos os artigos deste subtema. A “tragédia de Mariana” é considerada “o episódio mais emblemático em vista de seu multifacetado, extenso e duradouro caráter destrutivo e reforça a progressiva desconfiança da sociedade na capacidade de ação preventiva das instituições públicas” (VALENCIO; p.44 2016). Conforme se observa é nítido o caráter marcado pelo conflito vivenciado em disputas por representações e legitimidade diante das ações tomadas a partir do dia 5 de novembro de 2015.

Em síntese as publicações se pautam na responsabilização pelos danos sofridos pelas cidades que tiveram o abastecimento de água comprometido e a captação da água da bacia do Rio Doce continua sendo feita ainda que sua água possa estar contaminada com resíduos tóxicos. Há também imprecisões com relação à legitimidade das ações da Fundação Renova, do acordo com o Estado, da não participação dos atingidos, do histórico que o estado possui em rompimentos, dos descasos das empresas minerárias com relação a população de entorno e as práticas intrínsecas a mineração. Existe ainda um “buraco” com relação as in(ações) para com as pessoas que perderam suas principais fontes de sustento e sobrevivência, como solos férteis, nascentes, áreas de pastagens, além do próprio rio Doce para atividades como a pesca e o abastecimento local de água, do qual dependiam diretamente. Apesar de estar próximo de completar dois anos da tragédia prevalece um cenário de insegurança sobre a real responsabilização dos culpados pelo ocorrido

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo realizar um mapeamento inicial sobre a produção científica no campo ambiental brasileiro acerca da “tragédia de Mariana” visando identificar quais questões as publicações têm produzido. O estudo demonstrou como as relações sociedade-natureza têm no âmbito do rompimento da barragem mobiliza um debate público ampliado em diversas áreas do conhecimento acadêmico e impõe uma gama de problematizações que tem se desdobrado e ampliado com o passar do tempo.

Optou-se pela realização de um estudo com a demarcação temporal (11/2015 – 07/2017) no sítio Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e no Google Scholars de forma ampla e não específica. A seleção gerou um total de 1021 publicações, dos quais 69 artigos foram selecionados e analisados os títulos, palavras-chaves, resumos e referências. Utilizou-se da tabulação dos dados no Excel e análise pelo *software* Nvivo. Os resultados apontaram que as áreas de direito, administração pública, interdisciplinares e multidisciplinares se destacam em relação ao número de publicações. Além disso, de maneira geral a palavra direito tem sido intensamente mobilizada nos artigos refletindo um enorme desafio perante a sociedade brasileira na resolução dos conflitos latentes no campo ambiental e na responsabilização civil pelos danos causados.

As produções analisadas foram tipificadas de acordo com os objetivos e principais resultados sendo perceptíveis as cinco dimensões principais: tragédia e os direitos dos atingidos;

tragédia e memória do drama; tragédia e abordagens da mídia e da Samarco; tragédia e modelo de desenvolvimento; tragédia e responsabilização pelos danos. De maneira geral avalia-se que o campo ambiental ganha novos desafios de análises perante as consequências do rompimento da barragem na biodiversidade; nas cidades atingidas; nos sobreviventes; na produção jornalística; na (in) ação do Estado; na atuação da Empresa e na “reparação” dos danos feita pela Fundação Renova. Por fim, os estudos sobre a “tragédia”, envolvem ainda um olhar que demanda da contribuição de diversas áreas do conhecimento que merecem se acompanhadas nos próximos anos. A cinco dimensões apontadas são inicialmente pontos que fazem jus às problematizações realizadas imersas em relações de poder a nível local e mundial.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, Henri. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, Henri. (org.). Conflitos ambientais no Brasil. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 2004. p. 13-35.

FLEURY, Lorena Cândido; ALMEIDA, Jalcione; PREMEBIDA, Adriano. O ambiente como questão sociológica: conflitos ambientais em perspectiva. Sociologias, Porto Alegre, v. 16, n. 35, p. 34-82, Apr. 2014.

LOSEKANN, Cristiana. Mobilização do Direito como Repertório de Ação Coletiva e Crítica Institucional no Campo Ambiental Brasileiro Dados - Revista de Ciências Sociais, vol. 56, núm. 2, 2013, pp. 311-349

PASSOS, Flora Lopes; COELHO Polyana; DIAS, Adelaide. Cad. Metrop., São Paulo, v. 19, n. 38, pp. 269-297, jan/abr 2017.

VALENCIO, Norma. Elementos constitutivos de um desastre catastrófico: os problemas científicos por detrás dos contextos críticos. Cienc. Cult. vol.68 no.3 São Paulo July/Sept. 2016.

ZHOURI; Andréa; LASCHEFSKI, Klemens. Desenvolvimento e conflitos ambientais: um novo campo de investigação. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens (orgs.). Desenvolvimento e conflitos ambientais. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2010. p. 11-33.

VI Seminário Discente  
Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFRGS

**3, 4 e 5**  
de outubro

Local: Campus do Vale - UFRGS

# Múltiplos Olhares desde o Brasil

**GRUPO DE TRABALHO  
TRABALHO E SOCIEDADE**



# Múltiplos Olhares desde o Brasil

## **COTIDIANO E EXCLUSÃO NA CIDADE DE PELOTAS/RS**

**Joanna Munhoz Sevaio**  
Universidade Federal de Pelotas

### **INTRODUÇÃO**

O estudo aqui exposto é fruto das investigações que estão sendo desenvolvidas no âmbito do Projeto de pesquisa “Sociologia e História em Henri Lefebvre”, vinculado ao Departamento de Sociologia e Política da Universidade Federal de Pelotas, cujo intuito é articular as proposições teóricas do sociólogo francês – e também de outros autores que dialogam com sua obra, como José de Souza Martins, por exemplo – com a observação dos fenômenos urbanos cotidianos na cidade de Pelotas.

Mais especificamente, o objetivo deste trabalho é tecer reflexões sociológicas a respeito da natureza das relações que os sujeitos, vindos de outras partes da cidade, estabelecem com o centro da cidade de Pelotas/RS. Com isso, pretende-se refletir sobre as práticas cotidianas dos sujeitos que circulam nos espaços centrais da cidade, mas que, de certa forma, não pertencem a eles.

Para tanto, faz-se necessário recorrer à perspectiva lefebvriana sobre a produção social do espaço. O autor indica que o espaço urbano tem sua configuração intrinsecamente relacionada com o modo de produção vigente, assim “O modo de produção organiza – produz – ao mesmo tempo que certas relações sociais, seu espaço (e seu tempo)” (LEFEBVRE, 2006, p. 8).

O espaço urbano é, sob tal perspectiva, espaço social em que se expressam as contradições essenciais à lógica capitalista. A cidade manifesta, então, o padrão de experiência pautada pelo sentido imposto pelo capitalismo, a partir do que é possível afirmar que se observa neste trabalho aquilo que é “a projeção da sociedade sobre um local” (LEFEBVRE, 2001, p. 56)

Nessa mesma lógica, é nos espaços urbanos em que se localizam as práticas cotidianas dos sujeitos citadinos. Entende-se, portanto, que para compreender as relações estabelecidas pelos sujeitos com os espaços da cidade que ocupam e vivenciam a perspectiva adotada deve encontrar no cotidiano – ou nas experiências triviais dos sujeitos - um campo para a reflexão sociológica por excelência. Martins (2017) em interlocução com a obra de Lefebvre destaca

as potencialidades da reflexão sociológica construída por meio da observação do repetitivo na vida de homens e mulheres que constroem a História, assim “não ignorar a vida cotidiana é o ponto de partida para decifrar sociologicamente o possível” (MARTINS, 2017, p. 12)

Sob o ponto de vista apresentado, cabe ao olhar sociológico, portanto, científico, decifrar os sentidos do que parece ser insignificante e banal.

É nesses momentos e situações de protagonismo do oculto e mutilado dos simples, das pessoas comuns, dos que foram postos à margem da História, do homem sem qualidade, que a sociedade propõe ao sociólogo suas indagações mais complexas, seus problemas mais ricos, sua diversidade mais teoricamente desafiadora. (MARTINS, 2017, p. 12)

A sociologia de Martins ressalta ainda que a recorrência da categoria analítica exclusão para explicar a condição dos sujeitos na dinâmica capitalista redundante, na verdade, em um falso problema sociológico, uma vez que deixa de lado a investigação e o questionamento de processos experimentados pelos sujeitos em suas relações cotidianas mais concretas e representativas

temos de admitir que a ideia de exclusão é pobre e insuficiente. Ela nos lança na cilada de discutir o que não está acontecendo exatamente como sugerimos, impedindo-nos, portanto, de discutir o que de fato acontece: discutimos a exclusão e por isso, deixamos de discutir as formas pobres, insuficientes e, às vezes, até indecentes de inclusão (MARTINS, 1997, p. 21).

Admite-se, dessa maneira, que a exclusão enquanto categoria perde a capacidade explicativa diante da análise do que é vivenciado no cotidiano dos sujeitos que circulam na cidade. “Por isso, rigorosamente falando, não existe exclusão: existe contradição, existem vítimas de processos sociais, políticos e econômicos excludentes...” (MARTINS, 1997, p. 14)

Posto isso, o problema que circunda este trabalho é justamente revelar os sentidos de cidade impressos pelos sujeitos nos quais incidem tais processos excludentes, revelando, dessa maneira aquilo que parece invisível no cotidiano em diferentes espaços sociais da cidade de Pelotas.

## ASPECTOS METODOLÓGICOS

A discussão metodológica que atravessa o desenvolvimento do estudo aqui apresentado

fundamenta-se no “artesanato intelectual”, que estimula a inventividade do processo de construção de conhecimento sociológico. Mais uma vez recorrendo à Martins, admite-se que “o artesanato intelectual envolve a invenção de técnicas de pesquisa e de abordagem ajustadas à natureza do tema e do objeto.” (MARTINS, 2014, p. 28)

A perspectiva metodológica adotada fundamenta-se também na obra do norte-americano Charles Wright Mills, que em sua obra *Sobre o Artesanato Intelectual e Outros Ensaios* (2009) propõe uma reflexão sobre o fazer sociológico considerando a conexão com o vivencial, opondo-se à sociologia de caráter positivista e fechada em seus pressupostos de investigação. Ainda conforme o mesmo autor, instiga-se os elementos criativos e inventivos do processo de produção de conhecimento sociológico, seguindo a perspectiva do que Mills (1969) chama de imaginação sociológica.

A pergunta metodológica norteadora da investigação é a seguinte: como revelar os sentidos que os sujeitos – vindos de lugares fora do centro – atribuem às suas experiências urbanas do cotidiano? A arte reflexiva do fazer sociológico permitiu chegar à noção de que tais sujeitos acessam o acesso por meio de transporte público, e no caso específico de Pelotas, via ônibus. Dessa maneira, a partir de pesquisa exploratória realizada em duas das paradas de ônibus mais centrais da cidade, localizadas nas Avenidas Cel. Pedro Osório e Deodoro da Fonseca, chegou-se à conclusão de que o recurso metodológico mais plausível para atingir os resultados esperados seria a aplicação de questionários semi-estruturados. É necessário frisar que tal alternativa pareceu ser a mais satisfatória considerando o caráter inicial da pesquisa, portanto, conforme o andamento da pesquisa serão ainda testadas outras possibilidades metodológicas. Foram, então, aplicados vinte (20) questionários semi-estruturados nos locais acima indicados.

Os questionários aplicados continham as seguintes questões: 1) Defina em uma palavra o motivo pelo qual frequenta o centro de Pelotas. 2) Com que frequência? Em que foram indicadas as respostas diariamente, às vezes, ou raramente. 3) Você tem mais afinidade com o centro ou com o bairro em que mora? 4) Em que bairro você mora? 5) Você desenvolve algum tipo de atividade em seu bairro? Qual?

## **ALGUNS RESULTADOS**

Dos vinte (20) entrevistados, treze (13) responderam que frequentam o centro de Pelotas/RS



por razões referentes ao mundo do trabalho. Entre os motivos citados pelos entrevistados para seu comparecimento ao centro estão os termos “serviço”, “trabalho”, “SINE” e “currículo”. A ocorrência dos dois últimos termos demonstra que dos treze (13), cinco (5) estão desempregados.

Além disso, quanto às respostas situadas fora do âmbito do mundo do trabalho, dois (02) entrevistados responderam que frequentam o centro para compras, quatro (4) para ir à faculdade/escola e um (01) para ir a uma consulta médica.

Dos vinte (20) entrevistados, dezesseis (16) frequentam o centro de Pelotas diariamente, os quatro (4) entrevistados responderam a opção “às vezes”. A opção “raramente”, por sua vez, não foi marcada por nenhum dos entrevistados. Assim, é possível dizer que a incidência das respostas expressa o fato de que frequentar o centro faz parte das experiências cotidianas dos sujeitos da cidade, que se repetem frequentemente e que sociologicamente podem revelar as condições da produção do espaço urbano e como esse processo torna-se determinante na configuração da vivência sujeito-cidade.

Dos vinte (20) entrevistados, dezessete (17) disseram ter mais afinidade com seu bairro do que com o centro. Uma possível interpretação de tal incidência é a de que a sociabilidade contida nos espaços dos bairros tem maior relevância na constituição subjetiva dos entrevistados com os espaços urbanos.

De acordo com a Prefeitura Municipal de Pelotas, a cidade tem 40 bairros ou localidades, dos quais sete (7) apareceram como resposta nos questionários. O bairro Fragata teve quatro (4) respostas, os bairros Areal, Santa Terezinha e Arco-Íris tiveram três (3) respostas cada um, e os bairros Laranjal, Jardim América e Umuarama tiveram duas (2) respostas cada um.

Já a última das questões revela mais precisamente a natureza das atividades realizadas, e, portanto, da sociabilidade cotidiana contida nos bairros. Somente três (3) pessoas responderam que não costumam desenvolver atividades nos bairros onde moram e que têm suas rotinas focadas no centro, a justificativa para todos é a falta de tempo devido ao trabalho. Outras três (3) pessoas responderam que trabalham nos bairros onde eu moram, e por isso suas vidas cotidianas inserem-se de forma integral na dinâmica do bairro.

O restante das respostas expressa uma sociabilidade cotidiana permeada de interação significativa com o espaço urbanos dos bairros, denotando também aspectos subjetivos das experiências dos sujeitos na cidade. Apareceram respostas que podem ser enquadrados dentro da categoria “lazer”, tais como: tomar chimarrão ou cerveja com vizinhos e amigos, jogar vide-

game ou futebol, ou também apenas conversar e interagir com os moradores do bairro. Outra resposta com bastante incidência foi o termo “Igreja”, o que manifesta a importância dos encontros ligados à religiosidade dos sujeitos na dimensão do pertencer a determinado espaço social. Ainda apareceu a resposta “caminhada”, sobretudo entre os moradores do bairro Laranjal, no qual a beira da praia parece ser um espaço propício para o estabelecimento de conexões com o sentido de cidade contruído pelos sujeitos.

A partir dos resultados apresentados, é possível dizer que a dimensão do trabalho aparece descolada de outros padrões de experiências cotidianas, ressaltando uma visão sobre o mundo do trabalho focada em sua natureza estritamente utilitária. A cidade, para um número expressivo dos entrevistados, manifesta um sentido pleno de vivência quando apresenta elementos situados no plano de experiências dotadas de sentido subjetivo.

Dessa forma, o centro aparece como espaço marcado por transitoriedade, enquanto nos bairros são exercidas atividades cotidianas de caráter mais perene, portanto, que adquirem sentido para os sujeitos e constituem suas narrativas sobre a cidade. A ideia de exclusão desenvolvida neste estudo é relativa à experiência urbana do centro, o que, portanto, demonstra um caráter de inclusão precária dos sujeitos que ali circulam.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme as reflexões expostas, pode-se considerar que a mobilidade cotidiana entre as diferentes expressões do espaço urbano configura-se de forma a incluir precária e marginalmente alguns dos sujeitos citadinos. Ou seja, entende-se que nem todos os sujeitos têm direito de ocupar ou pertencer aos mesmos espaços urbanos. Mais precisamente, no caso analisado o acesso ao centro via relações com o trabalho é significativo tão-somente na dimensão econômica e corrobora com a imposição e com a manutenção da lógica capitalista de habitar a cidade, a saber: existe contradição, o que se espraia cotidianamente na vida dos sujeitos.

Por fim, visualiza-se que na cidade os mecanismos da relação capital x trabalho orientam também a dimensão dos espaços habitados e vivenciados.

## REFERÊNCIAS

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.



## Múltiplos Olhares desde o Brasil

\_\_\_\_\_. **A produção do espaço.** Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: fev.2006. Disponível em:  
[http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/arq\\_interface/1a\\_aula/A\\_producao\\_do\\_espaco.pdf](http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/arq_interface/1a_aula/A_producao_do_espaco.pdf).  
Acesso em: 26 jul. 2017

MARTINS, José de Souza. **Exclusão Social e a nova desigualdade.** 3.ed. São Paulo: Paulus, 1997.

\_\_\_\_\_. **A Sociabilidade do Homem Simples.** 3º ed. São Paulo: Contexto, 2017.

\_\_\_\_\_. **Uma sociologia da Vida Cotidiana:** ensaios na perspectiva de Florestan Fernandes, de Wright Mills e de Henri Lefebvre. São Paulo: Contexto, 2014.

MILLS, Charless Wright. **Sobre o Artesanato Intelectual e Outros Ensaios.** Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

\_\_\_\_\_. **A imaginação sociológica.** 2º ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.



# Múltiplos Olhares desde o Brasil

## **RISCOS ERGONÔMICOS NO AMBIENTE DE TRABALHO**

**Rosane Barcelos Souza  
Gisele Fernandes Cardoso, Everton  
Lopes e René Esquia,  
Cíntia Balhedo Rostirolla**  
*(In memoriam)*

### **INTRODUÇÃO**

A Ergonomia adapta o trabalho ao homem e não o contrário, trazendo vantagens, conforto, saúde e segurança para os trabalhadores e um custo-benefício satisfatório na sua implantação nas empresas em razão de trazer maior produtividade com a satisfação plena de seus empregados que não se expõem a riscos desnecessários. A palavra Ergonomia deriva do grego ERGOS (trabalho) e NOMOS (normas, regras, leis).

A Ergonomia é normatizada pela NR 17<sup>1</sup> que visa “estabelecer parâmetros que permitam a adaptação das condições de trabalho às condições psicofisiológicas dos trabalhadores, de modo a proporcionar um máximo de conforto, segurança e desempenho eficiente”.

Se você sente dor e desconforto com frequência no trabalho, isso quer dizer que é um mal sinal.

### **COMO SURTIU A ERGONOMIA**

Oficialmente, a Ergonomia nasceu de maneira sistematizada durante a 2ª Guerra Mundial, mediante a organização de um grupo de pessoas preparadas para solucionar problemas do homem-máquina em relação ao projeto e a operação e manutenção de equipamentos militares. Durante a guerra, a elevada frequência de acidentes verificada no uso de determinados aparelhos, fizeram com que se organizassem equipes de médicos, psicólogos e engenheiros para que o design desses aparelhos fosse então repensado, com a finalidade desses produtos se adaptarem melhor ao ser humano.

Esses aparelhos excediam ou não se adaptavam às características humanas, ou seja, essas

equipes se organizaram para adequarem operacionalmente equipamentos, ambientes e tarefas aos aspectos neuropsicológicos da percepção sensorial, aos limites da memória, atenção e processamento de informações, à capacidade fisiológica de esforço, adaptação ao frio ou ao calor e de resistência às mudanças de pressão, temperatura e biorritmo.

Terminada a guerra, alguns desses especialistas permaneceram unidos e constataram a possibilidade de aplicar na área industrial os conhecimentos e experiências adquiridos, reunindo-se em 1949, em Oxford-Inglaterra, fundando em seguida a Ergonomics Research Society.

Já, no Brasil, a Ergonomia foi introduzida no início dos anos 60 pelo Professor Sérgio Augusto Penna Kehl, no curso de Engenharia de Produção da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, sendo normatizada pelo Ministério do Trabalho pela NR 17 – Ergonomia, que “visa estabelecer parâmetros que permitam a adaptação das condições de trabalho às condições psicofisiológicas dos trabalhadores, de modo a proporcionar um máximo de conforto, segurança e desempenho eficiente”<sup>1</sup>.

## **RISCOS ERGONÔMICOS NO AMBIENTE DE TRABALHO**

O estudo da Ergonomia se tornou fundamental após as doenças provocadas pelo uso inadequado e excessivo do sistema que agrupa ossos, nervos, músculos e tendões como a LER – Lesões por Esforços Repetitivos e DORT – Doenças Osteomusculares Relacionadas ao Trabalho, ganhando embasamento através dos conhecimentos de outras ciências, tais como: anatomia – antropometria (dimensões do corpo), biomecânica (aplicações de forças pelo indivíduo) - e fisiologia (consumo de energia e esforço físico - efeitos sobre o corpo).

A LER – Lesões por Esforço Repetitivo é uma doença muito comum que atinge a maioria dos usuários de computador. Os fatores de risco estão associados aos fatores biomecânicos e psicossociais, tais como: fadiga no trabalho, postura inadequada e desconfortável, competitividade e jornadas prolongadas de trabalho sem pausa para descanso. As principais partes do corpo afetadas são: ombros, pescoço, coluna e mãos. O primeiro surto de LER aconteceu entre digitadores.

Com o tempo, os médicos notaram também o surgimento de lesões semelhantes em

---

<sup>1</sup> MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. NR 17 ERGONOMIA, publicada no D.O.U. de 06/07/1978, com redação dada pela Portaria MTPS nº 3.751, de 23 de novembro de 1990.

empregados não submetidos a repetições. A partir daí, surgiu um segundo termo, o DORT (Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho).

Nessa segunda definição, estão englobadas tanto as doenças causadas por repetição quanto lesões provocadas por má postura, tensão excessiva em determinada região do corpo ou sobrecarga de esforço.

As doenças mais frequentes relacionadas a LER/DORT são:

BURSITE – inflamação da bursa, bolsa que contém um líquido que envolve os tendões e serve como amortecedor entre o músculo e o osso. Normalmente ocorre nos ombros, local onde existe a maior quantidade de bursa<sup>2</sup>.

TENDINITE – inflamação dos músculos flexores, bastante comum nos punhos.

TENOSSINOVITE – bem semelhante à tendinite. A única diferença é o local da inflamação, que é na bainha sinovial<sup>3</sup> que envolve o tendão, sua localização é perto do osso, é mais comum nos dedos das mãos.

STRESS – causado pelo acúmulo de problemas de diversas naturezas, é uma das doenças que atinge também os usuários de computador.

CVS – síndrome da visão do computador.

SEDENTARISMO – é o baixo gasto de calorias durante a semana, esse é um problema que atinge grande parte dos usuários de computador.

Para evitarmos tais problemas, devemos seguir algumas dicas, tais como: exercícios de alongamento; orientação no trabalho; postura correta, ambiente de trabalho organizado e mobiliado de forma adequada, bem como a união com os colegas.

O processo usado pela Ergonomia para detectar esses problemas é a Análise Ergonômica. Essa ferramenta é um processo construtivo e participativo para a resolução de um problema complexo que exige o conhecimento das tarefas, da atividade desenvolvida para efetivá-las e das dificuldades enfrentadas para se atingir o desempenho e a produtividade exigidos, valorizando o

---

<sup>2</sup> Bursas ou bolsas sinoviais - São fendas no tecido conjuntivo entre os músculos, tendões, ligamentos e ossos. São constituídas por sacos fechados de revestimento sinovial. Facilitam o deslizamento de músculos ou de tendões sobre proeminências ósseas ou ligamentosas.

<sup>3</sup> Bainha Sinovial - Facilitam o deslizamento de tendões que passam através de túneis fibrosos e ósseos (retináculo dos flexores de punho).

conforto e bem-estar de quem vai executá-las.

## FASES DA ERGONOMIA

A Ergonomia se baseia em três fases:

Ergonomia Física – Avalia tanto o aspecto físico do local de trabalho, quando o aspecto físico do trabalhador. Este ramo da ergonomia estuda a postura dos trabalhadores, manuseio de objetos, outros movimentos repetitivos e força dispensada para realização do trabalho. Está relacionada às características da anatomia humana, antropometria, fisiologia e biomecânica e sua relação com a atividade física como postura, manuseio de materiais, movimentos repetitivos, distúrbios músculo-esqueléticos relacionados ao trabalho, projeto de posto de trabalho, segurança e saúde.

Ergonomia Cognitiva – Está relacionada com os aspectos psicológicos que envolvem o processo de trabalho, tais aspectos são a memória, controle motor, raciocínio e atenção, entre outros que possam interferir no desempenho do trabalhador. Refere-se aos processos mentais como a percepção, memória, raciocínio e resposta motora conforme afetem as interações entre seres humanos e outros elementos de um sistema.

Ergonomia organizacional – Também denominada macroergonomia, diz respeito à estrutura organizacional do trabalho e das equipes, distribuição de atividades e supervisão do trabalho, abrangendo também aspectos como motivação do trabalhador e valores éticos da empresa. Otimiza os sistemas sócio-técnicos, incluindo suas estruturas organizacionais, políticas e de processos como comunicações, gerenciamento de recursos de tripulações.

## TIPOS DE ERGONOMIA

Conforme Kroemer; Grandjean (2005, p. 280), a Ergonomia possui alguns tipos diferenciados, tais como:

*Ergonomia de Concepção: é implantada juntamente com o posto de trabalho e interfere nos instrumentos e máquinas de trabalho, na produção e na organização, bem como no treinamento dos trabalhadores que ocuparão tal posto.*

*Ergonomia de Conscientização: tem papel importante na educação do trabalhador para o uso dos meios necessários para o desenvolvimento de suas atividades de forma saudável.*

*Ergonomia de Correção: modifica as características do posto de trabalho, alterando o ambiente, corrigindo iluminação, ruídos, temperaturas e dimensões, de forma a melhorar o ambiente de trabalho e evitar riscos decorrentes de um ambiente inapto.*

*Ergonomia Participativa: consiste na formação de um Comitê Interno*

*de Ergonomia (CIE), composto por funcionários e representantes da empresa, que utilizam a ergonomia de conscientização para tornar eficaz o projeto ergonômico implantado pela ergonomia de concepção ou pela ergonomia de correção.*

*Ergonomia Rural: instrui os riscos ergonômicos nas atividades desenvolvidas no meio rural.*

*Postura ao Dirigir: preserva a qualidade de vida dos profissionais que trabalham na direção de veículos automotores.*

Os fatores de risco estão associados aos fatores biomecânicos e psicossociais, tais como: fadiga no trabalho, postura inadequada e desconfortável, competitividade, jornadas prolongadas de trabalho e sem pausa para descanso.

Para evitarmos problemas, devemos seguir alguns passos em nossa jornada de trabalho, quais sejam:

- exercícios de alongamento;
- orientação no trabalho;
- postura correta;
- ambiente de trabalho (organizado, com mobiliário adequado e de forma unida com nossos colegas).

O trabalhador deve escutar seu corpo prestando atenção quando ele fala para você mudar de posição, respirar profundamente, relaxar, esticar as pernas, mexer o pescoço, ou seja, fazer uma pausa no trabalho. O corpo humano precisa sempre de movimento, de mudança, de



expressão.

Portanto, a Ergonomia estuda a ocupação, a fim de determinar o que o operador ou usuário de um determinado equipamento terá de fazer e considera como principal relação com o homem, o que ele tem que ver e ouvir.

## CONSEQUÊNCIAS DOS RISCOS OCUPACIONAIS

a) Acidente do Trabalho (art. 19, Lei 8213/91):

*Acidente do Trabalho é o que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço da empresa ou pelo exercício do trabalho dos segurados referidos no inciso VII, do art. 11 desta Lei, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte ou a perda ou a redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho.*

b) Equiparação – os acidentes de trajeto, as doenças profissionais e as doenças ocupacionais também equiparam-se a acidente de trabalho.

c) Acidente de Trajeto – é o acidente que ocorre no caminho que o trabalhador percorre da casa para o trabalho e do trabalho para casa, também abrange o percurso usado para fazer suas refeições na própria casa.

d) Doença Profissional – tem origem relacionada com o trabalho, tais doenças são aquelas que constam na lista de doenças profissionais desenvolvidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego e que relaciona o fator de risco e a doença.

e) Doença do Trabalho – é desenvolvida em razão de uma condição relacionada com o ambiente de trabalho, como por exemplo, o caso de trabalho desenvolvido em local com excesso de ruído.

f) Incidente – são os acidentes que não resultam em lesão física, a análise desses acidentes serve como forma de descobrir as causas e adotar medidas para prevenção.

Os fatores de riscos ocupacionais englobam os riscos ambientais, riscos operacionais e os riscos ergonômicos, quais sejam:

Riscos ambientais:

- Agentes nocivos físicos – ruídos, vibrações, calor, umidade, radiação, etc.
- Agentes químicos – são produtos e substâncias químicas e tóxicas, como poeiras, neblinas, vapor, etc.
- Agentes biológicos – são os fungos, bactérias, vírus, parasitas, etc. Normalmente são associados aos trabalhadores da saúde e agricultura.

#### Riscos Operacionais:

- Risco mecânico – abrange os riscos de quedas, cortes, amputações, etc.
- Risco ergonômico – se refere à má postura, movimentos repetitivos e monotonia ou ritmo acelerado.

#### Riscos Ergonômicos:

Podem ser provocados por atividade desenvolvida no trabalho, tendo como principais causas a má postura, stress, movimentos forçados ou repetitivos, vibrações e instalações inadequadas.

Como se pode observar, os riscos podem acarretar distúrbios osteomusculares e lesões repetitivas. Como exemplo, usaremos a Síndrome do Túnel do Carpo.

A síndrome do túnel carpal é uma pressão no nervo médio - o nervo do punho que fornece sensação e movimento para partes da mão. Ela pode levar a dormência, formigamento, fraqueza ou danos musculares na mão e nos dedos.

Essa síndrome é causada através do nervo mediano que fornece sensação e movimento ao lado da mão onde está o polegar (a palma, o polegar, o indicador, o dedo médio e para o lado do dedo anular mais próximo do polegar).

A região do punho por onde os nervos chegam até a mão é chamada de túnel carpal. Esse túnel normalmente é estreito, de modo que qualquer edema pode pinçar o nervo e causar dor, dormência, formigamento ou fraqueza. Isso é chamado de síndrome do túnel carpal. A doença ocorre com maior frequência em pessoas entre 30 e 60 anos, sendo mais comum em mulheres do que em homens.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como podemos ver, as causas de haver tantos riscos no ambiente de trabalho estão ligadas a causas humanas e técnicas. São causas de natureza humana, os comportamentos de cada trabalhador e a forma como ele desenvolve o seu trabalho. Para a sua prevenção é importante conhecer quais os riscos de cada atividade e ambiente para que possam ser controlados com maior



# Múltiplos Olhares desde o Brasil

eficiência.

A Análise Ergonômica é a ferramenta usada pela Ergonomia de forma construtiva e participativa para a resolução de um problema complexo que exige o conhecimento das tarefas, da atividade desenvolvida para efetivá-las e das dificuldades enfrentadas para se atingir o desempenho e a produtividade exigidos, valorizando o conforto e bem-estar de quem vai executá-las.

## REFERÊNCIAS

KROEMER, K.H.E., GRANDJEAN, E. **Manual de Ergonomia**. Adaptando o trabalho ao homem. 5 ed., Artmed, 2005, 328 p.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **NR 17 ERGONOMIA**. Publicada no D.O.U. de 06/07/1978, com redação dada pela Portaria MTPS nº 3.751m de 23 de novembro de 1990.

<http://www.minhavidacom.br/saude/temas/sindrome-do-tunel-do-carpo>

## DESIGUALDADES E ESTRATÉGIAS DA DUPLA JORNADA DE TRABALHADORAS AUTÔNOMAS<sup>1</sup>

**Ana Karina Bratti Porto**  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

### Considerações iniciais

A transversalidade entre a conciliação da dupla jornada e o pertencimento a classes populares gera uma situação em que múltiplos fenômenos coexistem, aliando assimetrias causadas pela estrutura patriarcal à responsabilidade do trabalho reprodutivo como uma condição feminina. Soma-se à fragilidade do contexto a instabilidade do trabalho autônomo, mas que se pretende flexível em tempo e espaço, e que apresenta a facilidade de ser exercido no domicílio. A investigação esteve centrada nesse jogo entre a autonomia e a instabilidade das mães trabalhadoras autônomas, e explorou as estratégias das trabalhadoras autônomas para conciliação da dupla jornada (PORTO, 2017). No primeiro momento deste artigo é apresentado um breve panorama sobre as desigualdades de gênero, fundamental para a discussão que se segue sobre as estratégias do objeto empírico e sobre como a agência dos sujeitos mobiliza recursos que podem colocar em tensionamento as restrições sociais.

Em que pese as assimetrias no mercado de trabalho, as desigualdades que restringem a participação como igual na vida social ampliam também contextos de fragilidades e vulnerabilidades sociais, de modo que tornam inacessíveis oportunidades de trabalho para sujeitos que já se encontram em situação de desassistência e pouca proteção social. Conquistar espaço neste mercado de trabalho que mantém a exigência de dinamismo e prioridade ao trabalho produtivo, não só dificulta a entrada para as trabalhadoras-mães no mercado de trabalho, como limita também a compatibilidade com o trabalho reprodutivo, que é a realidade da maioria das mulheres brasileiras que são responsáveis pela sobrevivência de sua família (MÉNDEZ, 2011 p.53), ou ao menos parte complementar

---

<sup>1</sup> Este artigo é um prolongamento da pesquisa intitulada “Trabalho produtivo e trabalho reprodutivo: conciliações e conflitos das trabalhadoras autônomas” que tratou sobre os conflitos inerentes ao mundo do trabalho e da maternidade.

importante do sustento familiar. As mulheres enfrentam assimetrias diversas, quando considerado os trabalhos produtivos e reprodutivos: as diferenças nas oportunidades de trabalho, assimetrias salariais, assimetria de carga horária no trabalho doméstico, assimetria na responsabilização dos papéis de gênero, e a desconfiança do mercado de trabalho para com as mães com filhos pequenos.

Hirata (2009) considera que há uma forte precarização do trabalho ligado ao gênero: devido ao lugar subordinado da mulher nos processos de decisão, às formas instáveis de emprego, à baixa qualificação etc. Então, apesar da expansão das mulheres no mercado de trabalho, o acesso não foi necessariamente acompanhado de melhores condições de trabalho. O argumento defendido por Hirata (*Ibid.*, p.30) é que a estrutura desigual no âmbito público também tem continuidade na divisão de tarefas no âmbito privado, formando assim uma bipolarização entre os postos das mulheres, e que pelo forte antagonismo exacerba desigualdades já existentes: as mulheres se inserem entre o polo dos cargos superiores e bem remunerados, e o polo de trabalho historicamente feminino da saúde, educação, *home care* etc.

A desigualdade de gênero do mundo do trabalho permanece significativa na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA): as mulheres recebem 79,8%<sup>2</sup> em relação aos rendimentos masculinos. Esse quadro é resultante tanto da hierarquização – das mulheres receberem remuneração menor que os homens realizando a mesma função, quanto da divisão do trabalho que separa às mulheres trabalhos mais precários. Esse princípio universal, segundo Hirata & Kergoat (2007), é encontrado em todas as sociedades: de separação de trabalhos de homens e mulheres; e da hierarquização que um trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de mulher. Esse princípio de separação no mercado de trabalho opera também na família hierarquizando as atividades de acordo com o gênero.

A discussão sobre a sobreposição das restrições sociais sobre os corpos femininos, requer pensar no papel da reprodução da vida e da cultura, que é predominantemente feminino, e que faz parte de uma economia permanentemente invisível. A consciência da opressão – da responsabilização do trabalho reprodutivo e de cuidado às mulheres apenas por ser continuidade de condições biologizantes – foi o que impulsionou a origem do movimento feminista e a luta pelo reconhecimento desse trabalho invisível e inclusão dele

---

<sup>2</sup> Dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego. FEE: A inserção da mulher no mercado de Trabalho da RMPA. Março de 2016. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/wpcontent/uploads/2016/03/20160303ped-mulher-e- trabalho-2016.pdf>>.

dentro da categoria trabalho:

(...) torna-se então coletivamente “evidente” que uma enorme massa de trabalho é efetuada gratuitamente pelas mulheres, que esse trabalho é invisível, que é realizado não para elas mesmas, mas para outros, e sempre em nome da natureza, do amor e do dever materno (HIRATA & KERGOAT, *Ibid.*, p.597).

Para as mulheres é especialmente dificultoso, pois a articulação entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo implica sempre a combinação dessas duas esferas, seja pelo entrosamento, seja pela superposição (BRUSCHINI, 2006). As desigualdades fundamentadas na condição feminina, que podem se somar às desigualdades de classe e raça, são naturalizadas dentro da estrutura socialmente hierarquizada, e impelem os sujeitos a mobilizarem suas estratégias e redes, visto que a proteção promovida pelo Estado não alcança as demandas das franjas da sociedade. Nesse sentido, Kergoat (2010) trabalha o conceito de interseccionalidade entre gênero, classe e raça que propõe pensar as desigualdades de uma forma una, e não isolada das relações sociais. O caráter dinâmico dessa interseccionalidade se materializa no trabalho do *care*, exemplo de impossibilidade de separação entre o processo de racialização dos de gênero e classe nessa nova classe servil (*Ibid.*, p.102).

Dado que estas assimetrias no mercado de trabalho dificultam e limitam a participação das mulheres no mundo do trabalho, o modo como está estruturada as relações sociais, sob a perspectiva da hierarquização (HIRATA & KERGOAT, 2007): a sobrevalorização do trabalho masculino e a desvalorização do trabalho feminino e do trabalho de cuidado, é mister desenvolver a discussão pensando também que as desigualdades de gênero são atravessadas pela violência de gênero. Saffioti (2001) entende que a máquina patriarcal mesmo sem a presença masculina mantém o estado-de-coisas (*Ibid.*, p.116), por isso a autora procura unificar o processo de subjugação de gênero como um processo que une exploração-dominação, o primeiro situado no campo político e o segundo no econômico. Esta dominação simbólica masculina pode ser compreendida também como uma violência de gênero, e Saffioti retoma o pensamento de Pierre Bourdieu para demonstrar a naturalização desse processo de dominação (BOURDIEU, 1998 apud SAFFIOTI, 2001, p.118). A ideia de que o cuidado e da reprodução da vida – que abrange tarefas direcionadas às mulheres universalmente e não apenas as que são mães – são características femininas ligadas à natureza e personalidade das mulheres, é algo imposto e cristalizado de tal forma que tornou-se uma dominação naturalizada culturalmente reproduzida.

O caráter flexível de um trabalho é uma questão cara às mulheres que vivem a

conciliar a dupla jornada, pois permite a autonomia para organizar e se dividir entre os trabalhos produtivos e reprodutivos. Desse modo, optar por ser autônoma ou empreender seu próprio negócio tem se mostrado, recentemente, como estratégia de algumas mulheres face às desigualdades. Embora esse tipo de trabalho possa acarretar outros conflitos, o trabalho autônomo é uma alternativa – muitas vezes a única para mulheres pouco qualificadas e de classes populares – à impossibilidade de entrada no mercado de trabalho, como também à rigidez dos trabalhos assalariados que não possibilitam a conciliação da dupla jornada. Dessa maneira é importante perceber que o processo de flexibilização não se estende a todas as classes como um potencial de dinamismo e experimentação profissional, e que os riscos originados desse tipo de trabalho são percebidos de formas distintas.

Contudo, as restrições e desigualdades sociais não são recebidas passivamente, pois a agência dos sujeitos e o exercício de reflexividade se relacionam com as circunstâncias sociais em que os sujeitos estão inseridos e nos recursos que têm acesso, e apesar da existência dessas assimetrias, a capacidade de agência pode influenciar as condições externas em que são realizadas as ações (PENNA, 2012, p.199). Alicia Gutiérrez (2005) não exclui a possibilidade de escolhas racionalizadas pelos agentes sociais em contextos de vulnerabilidades sociais: as estratégias estão relacionadas à exploração e manutenção de recursos e às redes de agrupamento e mobilização de “relações interpessoais capazes de captar recursos estratégicos, incluindo informação” (*Ibid.*, p.21), a fim de acessar recursos para reduzir insegurança e melhorar a situação periférica. A análise desenvolvida percebe as estratégias das trabalhadoras autônomas como uma reação à estrutura patriarcal hierarquizada que tende a posicionar e engessar os sujeitos dentro da estrutura social, e como uma reação às restrições por elas experienciadas.

Este estudo centra-se no processo de enfraquecimento da inserção pelo trabalho pensando sob a perspectiva de gênero, associando as mudanças do paradigma flexível e sua consequente instabilidade, com os papéis do trabalho reprodutivo. Nesse sentido procura-se demonstrar que os processos de desfiliação social e precarização do trabalho são somados às desigualdades de gênero e classe.

## Procedimentos metodológicos e resultados

A hipótese da pesquisa parte da ideia de que a flexibilidade do trabalho de tipo autônomo apresenta singularidades positivas quando considerada a conciliação trabalho-família, mas que em algumas trajetórias o trabalho autônomo pode aprofundar vulnerabilidades já existentes, devido à instabilidade econômica. Entendendo, também, que o desempenho de “dar conta” da dupla jornada é complexo, pois a flexibilidade pode ser insuficiente para a mulher que está sozinha exercendo as tarefas do trabalho produtivo e reprodutivo, implicando assim a mobilização de estratégias de conciliação.

O objeto empírico contemplou mulheres entre 24 e 48 anos que são mães de crianças de até 10 anos de idade, e que combinam o trabalho autônomo com o pertencimento a classes populares na Região Metropolitana de Porto Alegre. Os procedimentos metodológicos se referem a sete entrevistas semiestruturadas, realizadas entre dezembro de 2016 e junho de 2017. Para operacionalizar a pesquisa, buscou-se explorar nos discursos do objeto empírico quais são as estratégias mobilizadas para melhor conciliação do trabalho produtivo e reprodutivo, e quais são os significados que permeiam a dupla jornada. Para interpretar os discursos do objeto empírico, utilizei duas categorias criadas da divisão das características do processo de flexibilização e que apontam as gradações de fragilidades das mulheres entrevistadas: a flexibilidade positiva, definida pela margem de autonomia de horários, de espaço de trabalho, ritmo da produção (ou prestação do serviço), ou seja as características do trabalho autônomo que fariam a mulher conciliar seu trabalho com questões privadas; e a flexibilidade negativa, definida pelos prejuízos de ser “dona de si”, que tanto se refere à perda da proteção social e o não acesso aos direitos sociais, quanto pela instabilidade da demanda.

A análise das entrevistas foi agrupada em três principais eixos: as configurações sobre o trabalho autônomo, os sentidos da maternidade, e as estratégias e suas significações. Sobre as configurações do trabalho autônomo duas variáveis emergiram do campo empírico, a identificação das trabalhadoras com seu saber-fazer, e a existência de distinção se o trabalho autônomo é do tipo aleatório de bicos temporários, ou algo permanente que faz parte da trajetória de vida, como no caso das entrevistadas artesãs que investiram tempo e qualificação nesta ocupação; e a questão de permanecer sozinha no sustento da família, o que pressupõe a necessidade de manter uma renda minimamente estável, ou se possuem companheiro para



dividir despesas e preocupações. Entre as trabalhadoras que significam o trabalho produtivo como uma parte da identidade, a dupla jornada mesmo que conflituosa é mais coerente, pois tem uma atribuição de sentido sobre sua contribuição social; as mulheres que não possuem relação tão estreita com seu trabalho, significam mais o papel da maternidade, pois não julgam o trabalho de “bicos” como um trabalho de referência.

As mulheres entrevistadas relataram perceber o sentido da maternidade misturado com outras esferas da vida. O que o campo empírico define como maternidade perpassa a relação mãe-filho, mas não só: como a dinâmica familiar acolhe a chegada dessa criança, como estava a situação econômica neste momento, e principalmente, as limitações das trajetórias que estavam sendo criadas. A dificuldade de não trabalhar na mesma intensidade como antes da maternidade, as rupturas nas carreiras ou a impossibilidade de seguir uma devido à maternidade aparecem como sendo o lado negativo da maternidade.

As estratégias para conciliação prática da dupla jornada foram: trabalhar enquanto as crianças estão na creche ou escola, trabalhar por encomendas, dividir as tarefas do trabalho reprodutivo com alguma pessoa próxima delegando parcial ou permanentemente os cuidados dos filhos. Mobilizar pessoas e apoio na dupla jornada parece ser o mecanismo que perpassa a todas entrevistadas, tanto para as trabalhadoras que percebem no trabalho autônomo uma estratégia de conciliação, quanto como forma de sobrevivência. Por esse caminho, os laços que as trabalhadoras mobilizam na dupla jornada são fundamentais para contornar as condições frágeis de não acessar direitos sociais e pela instabilidade do trabalho autônomo, ou para dividir a carga do trabalho reprodutivo.

### **Considerações finais**

O que se pode apontar de relevante, que reforça a hipótese construída, é que para suavizar e conter os traços negativos da dupla jornada as trabalhadoras têm estratégias de delegação parcial, geralmente para outras mulheres, e buscam uma estabilidade da demanda, para ter uma mínima condição de manutenção de vida. Os laços femininos do cuidado, relação baseada na confiança para que possibilitasse a delegação das crianças, foram fundamentais para que as mulheres que constituíram o objeto empírico permanecessem ativamente trabalhando, pois há um compartilhamento das restrições que a maternidade firma sobre suas trajetórias e a tentativa de diminuir a carga de responsabilidade, depositada principalmente na trabalhadora-mãe.



## Múltiplos Olhares desde o Brasil

As desigualdades de gênero se intensificam quando combinadas às desigualdades de classe e raça, portanto a mobilização de redes femininas de cuidado e delegação – que é o que viabiliza o trabalho autônomo, a busca por recursos e renda para sustento da família – pode indicar que as mulheres estão buscando formas alternativas de proteção social e integração social, visto que o Estado não auxilia em suas demandas. Do mesmo modo, indica a falta de acesso de direitos básicos sociais que poderiam dirimir as assimetrias sociais acumuladas nas vivências das trabalhadoras do objeto empírico, ou seja, o contexto de fragilidade da maternidade de trabalhadoras autônomas de classes populares.

### Referências

BRUSCHINI, Cristina. Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não-remunerado? **Revista brasileira de estudos de população**, São Paulo , v. 23, n. 2, p. 331-353, Dezembro 2006 .

GUTIÉRREZ, Alicia B. Estratégias, capitais e redes: elementos para a análise da pobreza urbana. In.: CATTANI, Antônio D.; DIAZ, Laura M.(Orgs). **Desigualdades na America Latina: novas perspectivas analíticas**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, p.13-49, 2005.

HIRATA, Helena. A precarização e a divisão internacional e sexual do trabalho. **Sociologias**, Porto Alegre, ano11, n. 21, jan./jun. 2009, p.24-41.

\_\_\_\_\_; KERGOAT, Danièle. Novas Configurações da divisão sexual do Trabalho. **Cadernos de pesquisa**, v. 37,n. 132, p. 595-609, Dez. 2007. Disponível em: <<http://scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132>>. Acesso em 06 de setembro de 2015.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos estud. - CEBRAP**, São Paulo , n. 86, p. 93-103, Mar. 2010 . Disponível em: <<http://ref.scielo.org/w4vdsq>>. Acesso em 08 de novembro de 2017.

MÉNDEZ, Natália Pietra. Do lar para as ruas: capitalismo, trabalho e feminismo. **Mulher e Trabalho**, Porto Alegre, v.5, p.51-63, 2011. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/mulheretrabalho/article/viewFile/2712/3035>>.

o em 02 novembro de 2017. Access

PENNA, Camila. Reflexividade e agência na teoria sociológica contemporânea. **Ciências**



## Múltiplos Olhares desde o Brasil

**Sociais Unisinos**, v. 48, n. 3, p. 192-204, 2012. Disponível em:

<[http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias\\_sociais/article/view/2348](http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/2348)>. Acesso em 15 de novembro de 2016.

PORTO, Ana K. B. **Trabalho produtivo e trabalho reprodutivo: conciliações e conflitos das trabalhadoras autônomas**. 2017. 60 f. Trabalho de conclusão de curso em Ciências Sociais. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS, 2017.

SAFFIOTI, Heleieth. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**, n. 16, p. 115-136, 2001.

## **OS CARROCEIROS E OS CONFLITOS EM TORNO DA ATIVIDADE: O CASO DE PELOTAS, RS**

**Eric Silveira Batista Barreto**  
Universidade Federal de Pelotas

### **CONTEXTUALIZANDO O PROBLEMA**

Pelotas - RS, passa atualmente por um processo de proibição do trânsito de veículos de tração animal (VTAs) no centro urbano, juntamente com a tentativa de substituição desses veículos por uma alternativa motorizada, cujo protótipo está sendo avaliado pela municipalidade (MENGUE, 2016). Tal processo impacta diretamente a vida de milhares de famílias (VELHO et al., 2007) que têm as carroças como única ou principal via de acesso à renda, e conformam, juntamente com seu animal de tração, o que se pode chamar de família multiespécie (INGOLD, 1995). Neste processo estão envolvidos diversos atores, e dentro dessa polifonia, os carroceiros representam a minoria social (MORENO, 2009). Entendo que passam por um processo de estigmatização diretamente relacionado aos conflitos envolvendo as diferentes classificações animais na sociedade contemporânea (LEWGOY et al., 2015). Aliado a casos reais de maus-tratos, dificuldade de conciliação com um trânsito automotivo intenso e problemáticas relacionadas ao lixo, o estigma de torturadores/escravizadores de cavalos concorre para que carroceiros se encontrem com reduzida capacidade de buscar reconhecimento intersubjetivo (HONNETH, 2009).

### **RETROSPECTO**

Em abril de 2010 foi sancionada, em Pelotas, a lei municipal 5.678, de iniciativa da bancada do Partido dos Trabalhadores (PT), que determinava o registro dos VTAs e uma série de outras medidas visando garantir o bem-estar dos animais e a segurança no trânsito. Um dos artigos no projeto de lei dizia que a prefeitura ficava obrigada a elaborar um programa de substituição de todos os VTAs por outro tipo de tração, no prazo de 4 anos da publicação da lei; no entanto esse artigo foi suprimido na versão final (PELOTAS, Lei 5.678,

2010). Já em janeiro de 2016 foi instituído o Programa de Proteção Animal, pela lei nº 6.321, iniciativa do vereador Ivan Duarte (PT). Desta vez a lei dispôs que a Prefeitura ficaria obrigada a promover a substituição da tração animal dentro do prazo de 4 anos (PELOTAS, Lei 6.321, 2016, art. 26, par. VIII). Em julho de 2016, a Prefeitura Municipal de Pelotas anunciou o lançamento de um edital para a apresentação de protótipos de veículos de tração humana, para a substituição gradual dos VTAs (MENGUE, 2016).

## ENTRE A ÁGUA E O ASFALTO

As famílias que utilizam VTAs dependem de áreas livres e com pastagens para manter seus animais, frequentemente terrenos particulares, alvos de empreendimentos imobiliários, ou áreas pertencentes ao município, como as margens do Canal São Gonçalo. Amiúde fazem uso de zonas sob a mira da “higienização” da cidade, consideradas nobres ou em pontos estratégicos para o que o poder público e setores empresariais entendem por desenvolvimento. De maneira geral, essas pessoas e seus animais estão instalados em condições bastante precárias, em regiões sujeitas a alagamentos e longe dos serviços básicos. Em sua maioria, por trabalharem com a coleta de materiais recicláveis e armazená-los junto às residências, acumulam detritos que aumentam o risco de proliferação de diversas zoonoses. Devido a isso, os cavalos ingerem resíduos plásticos e outras matérias prejudiciais, adoecendo e interferindo no rendimento econômico das famílias, que dependem da saúde dos equinos para trabalhar (ARAÚJO et al, 2015). Grande parte da zona urbana é situada em região alagadiça, que sempre sofreu com enchentes, sendo célebres as de 1898, 1914 (NASCIMENTO, 1989) e 1977, esta última contabilizando mais de 5.000 flagelados (RODRIGUES, 2012). No final da década de 1970, centenas de famílias foram deslocadas das proximidades da ponte que leva a Rio Grande, e durante a gestão de então, a reocupação não foi permitida (RODRIGUES, 2012). Não sendo, porém, uma política permanente do município, as mesmas áreas acabaram sendo novamente ocupadas.

Uma das comunidades localizadas próximas ao Canal São Gonçalo é o Loteamento Ceval, no bairro Simões Lopes. Leva o nome de uma antiga indústria com sede na área, comprada posteriormente pela Prefeitura Municipal (JANSEN, 2014). Beneficiando principalmente as famílias das proximidades, mas não somente, a “Ação de atenção a



## Múltiplos Olhares desde o Brasil

carroceiros e catadores de lixo de Pelotas, RS”, programa implantado em 2006, atende atualmente cerca de 700 famílias. Como parte da ação, a faculdade de Medicina Veterinária da Universidade Federal de Pelotas mantém um ambulatório que presta atendimento gratuito aos cavalos, cães e outros animais, como bovinos, ovinos, suínos e mesmo aves. A iniciativa serve, a um tempo, para a formação dos estudantes e benefício das famílias em questão, atendendo ao princípio de indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão na Universidade Pública. O cadastramento foi feito em parceria com o curso de Serviço Social da UFPel. O cadastro sócio-econômico constatou que as famílias possuem características comuns que podem ser observadas entre a maioria delas: muitos filhos, lideradas por pessoas com menos de 40 anos de idade, baixa escolaridade e pouco vínculo com direitos sociais básicos. A análise da renda das famílias situa a maioria abaixo da linha da pobreza. Mais de 75% encontra-se entre o analfabetismo e a 5ª série do ensino fundamental (ARAÚJO et al, 2015).

A iminente proibição da atividade dos carroceiros no centro da cidade é uma parcela de fenômeno mais amplo que os atinge. A criação de animais de grande porte demanda razoável espaço físico, o que costuma levar muitas famílias para áreas consideradas de risco. As constantes remoções e a expansiva gentrificação das cidades-pólo, como Pelotas, representam desafios para a manutenção de animais de tração, independente da pressão para restringir sua circulação. O uso dos espaços urbanos por essas comunidades marginalizadas dá ensejo a uma proposta metodológica transdisciplinar, como o proposto por Little (2006). Para o autor, a pesquisa ecológica trabalha costurando os lados supostamente opostos - o mundo da natureza e o mundo da cultura, sendo que somente a eliminação da distinção entre ambos poderia conduzir a uma ciência verdadeiramente ecológica. A metodologia etnográfica pode contribuir nos conflitos socioambientais na medida em que vai além das questões políticas e econômicas, abrangendo elementos cosmológicos, rituais, identitários e morais, nem sempre claros para outras disciplinas (LITTLE, 2006).

Como esforço teórico-prático de inserção e entendimento em locais onde o trabalho com VTAs é marcante, além das atividades junto a veterinários e carroceiros, são importantes também as saídas de campo no projeto “Narrativas do Passo dos Negros: um exercício de etnografia coletiva para antropólogas (os) em formação”. O Passo dos Negros margeia o São Gonçalo, mais a leste do loteamento Ceval, e possui grande número de cavalos e carroças. Passo é como são chamados os pontos mais rasos nos cursos d’água, e que por isso facilitam

a passagem de uma margem à outra. Nos séculos XVIII e XIX, devido ao intenso fluxo de rebanhos destinados às charqueadas, que se situavam em ambas as margens do Arroio Pelotas e do Canal São Gonçalo, os passos tinham importância fundamental. Só entre a Charqueada da Graça e a foz do Arroio Pelotas eram cinco. Nesses locais também era feita a travessia das pequenas embarcações de couro, chamadas pelotas, que acabaram por batizar o arroio e depois a cidade (GUTIERREZ, 2011). Em 1812 o primeiro loteamento urbano foi feito no Passo dos Negros, reconhecido pelo príncipe regente Dom João. A cidade quase começou ali, com a proposta de seis quarteirões, mas a ideia foi inviabilizada pelos argumentos de mau cheiro dos dejetos da produção de charque, perigo pela grande quantidade de trabalhadores escravizados – que acabaram por batizar o passo, já que por ali chegavam, desde o porto de Rio Grande – e pelo interesse e força política de proprietários de terrenos mais ao norte, onde o núcleo urbano acabou tendo início (GUTIERREZ, 2011).

Em 1889 começou a florescer, ali, o empreendimento de Pedro Luís da Rocha Osório, natural de Caçapava do Sul. Através da compra de uma charqueada, fundou a Pedro Osório & Cia., em sociedade com coronel Alberto Rosa. A partir de 1907 começou a orizicultura, e após um início difícil e de poucas colheitas, o negócio foi crescendo a ponto de ter ficado conhecido como o Rei do Arroz, e sua empresa considerada a primeira do mundo nessa cultura (OSORIO, 1962). Hoje, as ruínas do antigo engenho do coronel Pedro Osório são a marca material mais proeminente na paisagem, e o elo mais forte dos moradores com o passado, aparecendo com grande frequência em suas falas (ALFONSO et al., 2015).

Pensar o passado contribui para pensar o presente do espaço, além de fornecer subsídios para a compreensão das narrativas dos moradores, que frequentemente se remetem aos tempos de outrora. A interação com projetos de extensão, como o “Narrativas do Passo dos Negros: um exercício de etnografia coletiva para antropólogas (os) em formação”, contribui para pensar o ambiente a partir dos relatos de quem nele vive. Este projeto propicia a reflexão para além das carroças em si, ou do seu impacto no trânsito ou, ainda, sobre questões econômicas. Parte essencial da equação é o entorno que abriga e permite o modo de vida das pessoas em questão. Refletir sobre as margens do canal São Gonçalo contribui como ponto de partida para pensar as periferias pelotenses de forma mais abrangente, algo essencial, já que nelas se concentra a maior parte das pessoas que utilizam carroças para fins laborais. Para isto é imprescindível pensar junto com os moradores, ouvir suas narrativas e memórias e dialogar com a teoria antropológica.

## HÍBRIDISMO SOBRE QUATRO PATAS

Bruno Latour (1994) problematiza a dicotomia natureza/cultura, dizendo que o projeto da Modernidade criou um afastamento entre esses dois mundos. Ou melhor, criou esses mundos e depois afastou-os, enunciando uma suposta impossibilidade de simetria entre eles.

A noção de cultura surge do afastamento moderno do mundo natural, entendido como o mundo pouco ou não manipulado pela humanidade. O projeto da Modernidade supõe a separação entre humanos e não-humanos. A falibilidade disso manifesta-se no que o autor chama de híbridos (quase-sujeitos, quase-objetos), que se proliferam, subvertendo a prática de purificação, ou seja, de separação da natureza e da cultura. Para Latour, jamais fomos modernos porque a "constituição moderna" jamais se efetivou. A Modernidade declarou distinção ontológica entre humanidade e animalidade, natureza e cultura, sujeito e objeto, no entanto é caracterizada pela "hibridização" dessas distinções. A integração de humanos, outros animais e artefatos compõe o que Tim Ingold (2012) chama de malha. A malha de Ingold é pensada como uma intrincada teia de agentes que se interferem mutuamente, à revelia de arbitrárias distinções ontológicas estabelecidas por humanos.

Assim, um/a carroceiro/a representa um híbrido, situado entre o rural e o urbano, praticando uma atividade típica do campo nas ruas da cidade. Usa um animal de grande porte, animal de fazenda, para puxar um veículo com pneus aptos ao asfalto. Habita a cidade, mas em suas áreas mais próximas às árvores, córregos, terra e lodo. Seu cavalo é animal de trabalho, mas também de estimação. Confunde as temporalidades, em sua prática considerada arcaica e incompatível com a atualidade, ao mesmo tempo em que é vanguarda ao coletar materiais recicláveis. É, para o senso comum, "vítima" e "vilão": um exemplo acabado dos frutos da injustiça social que persiste em nosso país, por isso objeto de atenção pública e de programas sociais; paralelamente é algoz contumaz de animais débeis e subnutridos que padecem entre os automóveis.

O acompanhamento das atividades no ambulatório da comunidade Ceval e o constante diálogo com veterinários e carroceiros, durante etnografia, apontam para a riqueza nas relações entre essas pessoas e seus cavalos, formando um modo de vida muito mais complexo do que a mera instrumentalização visando o trabalho. Na maior parte dos casos é mesmo



possível falar em família multiespécie (INGOLD, 1995). A metodologia fundamenta-se nas técnicas de observação flutuante (PETONNET, 2008) e observação participante (FOOTE-WHYTE, 1975; MALINOWSKI, 1984). As pessoas que utilizam VTAs estão, em sua maioria, em situação de vulnerabilidade social. A coleta de materiais recicláveis e os fretes costumam ser suas únicas ou principais fontes de renda, e a pressão para que se elimine o uso de cavalos deve vir acompanhada de alternativas consistentes para essas famílias. Tais veículos são mal vistos por um número crescente de cidadãos, que encaram seus condutores como sinônimos de agressores.

A ONG Bem-Estar Cavalos é muito atuante em Pelotas, e uma voz importante na reivindicação de ações do poder público. Em atividade desde 2009, promove a conscientização da população, estimula as denúncias de maus-tratos e tem como objetivo principal o fim da circulação de carroças na cidade. Dentre suas conquistas estão a mudança das instalações da hospedaria de grandes animais da Zona do Porto para o Distrito Industrial, além da permanência de um veterinário no local e de um caminhão para o transporte dos animais<sup>1</sup>. Embora contrária à tração animal, a organização procura compatibilizar seus objetivos com alternativas para as famílias de carroceiros. Em diálogo com uma das dirigentes, foi colocado que a impressão da ONG mudou com o passar do tempo, com crescente conscientização sobre a importância do cavalo para os trabalhadores e o zelo da maioria dos proprietários pelos animais.

## **SAINDO DO CAMPO, MAS NEM TANTO**

Balanço feito entre 250 famílias do Projeto Ceval (ação interdisciplinar de auxílio a charreteiros e seus animais, promovido em parceria entre UFPel e Ecosul), em 2006, apontou que 80% tinha renda menor que um salário mínimo, 75% era fruto do êxodo rural, 85% não possuía a documentação básica e 30% das crianças em idade escolar estavam fora das salas de aula. Essas famílias subsistem da reciclagem e habitam as proximidades do canal São Gonçalo (POSSA, 2007). Como apresentado por Liza da Silva (2014), o êxodo rural dá ensejo a práticas que recriam no ambiente urbano certas vivências que os ex-campeiros experimentaram anteriormente. A vinda do campo para a cidade muitas vezes joga trabalhadores e trabalhadoras em situações de subemprego ou de trabalhos sazonais,

populares bicos, ou changas, no linguajar meridional sul-rio-grandense. O uso de tração animal não reflete, necessariamente, ausência de outras opções, mas uma preferência que leva em conta a preservação de um elo com o antigo modo de vida rural. Nesse cenário, trabalhos que dispensem o uso dos cavalos são preteridos por muitas pessoas. Em determinadas situações, existe a opção por outras fontes de renda, mas aliada a um esforço pela manutenção do cavalo como companheiro, junto a cães e gatos. Isso explica a resistência de muitas famílias em deixar áreas marginais, propensas a inundações, lodo e infestações de parasitas. Fora dali, teriam de abrir mão de seus cavalos, que muitas vezes são partes do que Digard (1999) chama de família estendia.

Ao estudar os domadores de cavalos, Lima (2015) enfatiza a relação complexa que existe entre esses e os artefatos utilizados. Uma ampla gama de objetos contribui para o ofício do domador, expondo a agência não-humana no processo. Além disso, um conjunto de saberes e observações sobre os equinos, os fenômenos meteorológicos e outros fatores acabam por adensar a simetria entre humanos e não-humanos. Para os carroceiros frutos do êxodo rural se impõe a mudança e a ressignificação de suas práticas e saberes. Em contexto de precariedade habitacional e laboral (comum no campo, mas diferente da existente na cidade), todo o processo de doma e de construção e manutenção de charretes acaba por sofrer modificações, desafiando essas pessoas a se adaptarem às especificidades urbanas.

## CONCLUSÕES

Cumprida a lei 6.321, Pelotas acabará gradativamente com a tração animal, ao menos na área central. A problemática de garantir a tantas famílias uma alternativa segura de renda é agravada pela baixa escolarização da quase totalidade delas. A não ocupação de postos de trabalho formais pelos carroceiros se deve, em grande parte, ao precário acesso ao ensino. (OLIVEIRA et al, 2007). A circulação de VTAs, com seus eventuais conflitos com o trânsito e pontuais casos de maus-tratos aos cavalos, é apenas a expressão mais visível de um problema muito profundo, que não pode ser enfrentado com a simples ocultação. A análise antropológica poderá, talvez, contribuir com alguns elementos para uma visão mais abrangente do tema.



## Múltiplos Olhares desde o Brasil

### REFERÊNCIAS

- ALFONSO, Louise Prado et al. Passo dos Negros: significados, conflitos e modos de habitar de uma região que impulsionou o desenvolvimento e acabou se tornando periférica.. In: **IX Reunión de Antropología del Mercosur**, 2015, Montevideo. Anais da IX Reunión de Antropología del Mercosur. Montevideo, 2015
- ARAÚJO, Luciana Oliveira de et al. Ação integral a carroceiros e catadores de lixo de Pelotas, RS. **Expressa Extensão**. Pelotas, v.20, n.1, p. 113-123, 2015.
- DIGARD, Jean Pierre. L'homme et Les Animaux Domestiques: Anthropologie d'une passion. Paris, Fayard, Les temps des sciences, 1999.
- FONTEQUE, Joandes Henrique et al. Programa Amigo do Carroceiro. UDESC em Ação, 40. Florianópolis: 2010. PP 1-8. Disponível em <[http://www.revistas.udesc.br/index.php/udescemacao/article/viewFile/4718/pdf\\_121](http://www.revistas.udesc.br/index.php/udescemacao/article/viewFile/4718/pdf_121)> Acesso em 24 de nov. 2016.
- FOOTE-WHYTE, William. Treinando a observação participante. In: GUIMARÃES, Alba Zaluar (Org.). Desvendando as máscaras sociais. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.
- GUTIERREZ, Ester J. B. Negros, charqueadas & olarias: um estudo sobre o espaço pelotense. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2011.
- HONNETH, Axel. Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2009.
- INGOLD, T. Humanidade e animalidade. In: ANPOCS. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo, vol. 10, n. 28, 1995.
- \_\_\_\_\_. Trazendo as coisas de volta à vida: Emaranhados criativos num mundo de materiais. Horizontes antropológicos, Porto Alegre, ano 18, n.37, p. 25-44, jan./jun. 2012.
- JANSEN, Gilciane Soares. A formação do território do Loteamento Ceval - Pelotas /RS. In: VI Congreso Iberoamericano de Estudios Territoriales e Ambientales, 2014, São Paulo- SP. VI Congreso Iberoamericano de Estudios Territoriales e Ambientales, 2014. p. 964-978.
- LATOUR, Bruno. Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica. São Paulo: Editora 34, 1994.
- LEWGOY, Bernardo; SORDI, Caetano; PINTO, Leandra Oliveira. Domesticando o Humano: para uma antropologia moral da proteção animal. Ilha Revista de Antropologia, Florianópolis, v. 17, n. 2, p. 075-100, dez. 2015. ISSN 2175-8034. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/2175-8034.2015v17n2p75/31056>>. Acesso em: 05 dez. 2017. doi:<http://dx.doi.org/10.5007/2175-8034.2015v17n2p75>.
- LIMA, Daniel Vaz. **Cada doma é um livro**: A relação entre humanos e cavalos no pampa



## Múltiplos Olhares desde o Brasil

sul-rio-grandense. 2015, 146f, Dissertação (Mestrado em Antropologia), ICH, UFPel, Pelotas.

LITTLE, P. E. Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico. In: Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 85-103, jan./jun. 2006.

MALINOWSKI, B. Argonautas do Pacífico ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia. 3. Ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MENGUE, Angelica. Prefeitura quer adotar "veículo" para substituição de carroças. Disponível em <<http://www.pelotas.rs.gov.br/noticias/detalhe.php?controle=MjAxNi0wNi0wMw==&codnoticia=42122>> Acesso em: 25 de nov. 2016.

MORENO, Jamile Coelho. Conceito de minorias e discriminação. Revista USCS, Direito, ano X, n. 17, p. 141-156 – jul./dez. 2009.

NASCIMENTO, Heloísa Assumpção. Nossa cidade era assim. Pelotas: Livraria Mundial, 1989.

OLIVEIRA, L. M. et.al. Carroceiros e Equídeos de Tração: Um Problema Socioambiental. In: Caminhos da Geografia, Uberlândia, v. 8, n. 24, p. 204-216, dez. 2007. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/viewFile/15695/8877>> Acesso em 25 de nov. 2016.

OSORIO, Fernando Luis. A cidade de Pelotas. Porto Alegre: Editora Globo, 1962.

PELOTAS, Lei nº 5.678, de 08 de abril de 2010. Dispõe sobre o registro, o licenciamento e a concessão de autorização para conduzir veículos de tração animal, de acordo com o que determina o Código de Trânsito Brasileiro, e dá outras providências. Disponível em <[http://www.pelotas.rs.gov.br/interesse\\_legislacao/leis/2010/lei\\_5678.pdf](http://www.pelotas.rs.gov.br/interesse_legislacao/leis/2010/lei_5678.pdf)> Acesso em 24 de nov. 2016.

PELOTAS, Lei nº 6.321, de 14 de janeiro de 2016. Institui o Programa de Proteção Animal no Município de Pelotas e dá outras providências. Disponível em <[http://www.pelotas.rs.gov.br/interesse\\_legislacao/leis/2016/Lei6321.pdf](http://www.pelotas.rs.gov.br/interesse_legislacao/leis/2016/Lei6321.pdf)> Acesso em: 24 de nov. 2016.

PETONNET, Colette. A observação flutuante: o exemplo de um cemitério parisiense. Antropolítica, Niterói, n. 25, p. 99-111, 2008.

POSSA, André Dala. Cidade: Projeto Ceval leva auxílio aos charreteiros. Disponível em: <[http://srv-net.diariopopular.com.br/03\\_09\\_07/p0301.html](http://srv-net.diariopopular.com.br/03_09_07/p0301.html)> Acesso em: 25 de nov. 2016.

RODRIGUES, Irajá Andara. Uma revolução urbana em Pelotas. Pelotas: edição do autor, 2012.

SILVA, Liza Bilhalva Martins da. Entre lidas: Um estudo de masculinidades e trabalho



## Múltiplos Olhares desde o Brasil

campeiro na cidade. Trabalho de conclusão de curso (Dissertação de mestrado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia – Mestrado (PPGA). Universidade Federal de Pelotas (UFPel), 2014.

VELHO, Janáina. Inserção do Médico Veterinário nas Comunidades Carentes de Pelotas/RS, 2º Salão de Extensão e Cultura - 2º SEC, Anais..., Pelotas: UFPel, 2007



Múltiplos Olhares  
desde o Brasil

## **A TERCEIRIZAÇÃO DO SETOR DE LIMPEZA: LÓCUS DO TRABALHO FEMININO E DA PRECARIZAÇÃO**

**Rachel Loureiro Andreta**

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

**Rosana Soares Campos**

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

### **INTRODUÇÃO**

No contexto dos anos 2000, o Brasil apresentou geração expressiva de empregos formais, sobretudo, se comparado à década imediatamente anterior, de 1990, marcada pela expansão da economia informal. Entretanto, apesar do significativo aumento do trabalho no mercado formal, o país, em função da reestruturação produtiva e do modelo de desenvolvimento, produziu empregos precários - e um dos exemplos de emprego precário, que emerge nesse momento, é a terceirização. No último relatório sobre o tema, do ano de 2017, o DIEESE apontou que o número de empregados terceirizados no Brasil, em 2014, era de 12,7 milhões, equivalente a aproximadamente um quarto (26,8%) das ocupações formais do país, de acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2014/DIEESE 2017).

Ressalta-se que a maioria dos trabalhadores terceirizados é do sexo masculino (64%, conforme SINDEEPRES, 2014), contudo, em setores como o de conservação e limpeza, há ampla predominância feminina. Pode-se pensar que a razão para isso reside no fato de que o trabalho na limpeza representa a externalização do trabalho doméstico, (ainda) permeado por um aspecto servil e subalterno (SOUZA, 2011). Tendo em vista a acentuação das clivagens objetivas entre as mulheres, as trabalhadoras desse setor encontram-se em um âmbito do trabalho feminino que não deixou de crescer, que é o das mulheres trabalhadoras em situação precária – mais suscetíveis, inclusive, a flexibilização e ao desemprego (HIRATA E KERGOAT, 2007).

Nessa direção, este trabalho busca compreender se este tipo de labor permitiu crescimento econômico e social às mulheres ou se retroalimentou sua condição de vulnerabilidade. Para atingir tal objetivo, foram realizadas 10 (dez) entrevistas com mulheres, trabalhadoras do setor de limpeza, contratadas por diferentes empresas de terceirização de serviços que atuam na cidade de Santa Maria/RS, com o objetivo de analisar suas condições de trabalho e vida.

Salienta-se, ainda, que este trabalho é parte da pesquisa de dissertação intitulada “O trabalho terceirizado no Brasil: uma representação da precarização? Da caracterização geral à especificidade do setor de limpeza em Santa Maria/RS no contexto dos anos 2000”, defendida em 2016, de autoria de Rachel Loureiro Andreta, sob supervisão de Rosana Soares Campos<sup>1</sup>. No ínterim aqui selecionado, expõe-se, primeiramente, a situação da terceirização em Santa Maria/RS, de forma geral, para então, apresentar a terceirização no setor de limpeza na referida cidade, através da voz das suas protagonistas, ou seja, das trabalhadoras terceirizadas.

## **A TERCEIRIZAÇÃO EM SANTA MARIA/RS: A “INVISIBILIDADE” DOS DADOS**

No que diz respeito à terceirização em Santa Maria/RS, se lida com uma “invisibilidade de dados”, o que quer dizer que, assim como acontece a nível nacional, as bases de dados não diferenciam entre terceirizados e diretamente contratados e, os números do trabalho terceirizado continuam da mesma forma, camuflados dentro de inúmeras categorias de trabalhos formais.

O mais próximo que se consegue chegar desses dados é através de referências fornecidas pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano da Prefeitura Municipal de Santa Maria e, também, pelo *Sindicato de Trabalhadores em Serviços Terceirizados, Empresas de Asseio e Conservação, Limpeza Urbana, Ambiental e Áreas Verdes de Santa Maria* (SINTEPS), conhecido, popularmente, somente como “Sindicato dos Trabalhadores Terceirizados”. Diante do fornecimento da listagem das empresas de prestação de serviços

---

<sup>1</sup> Link para acesso ao trabalho citado:  
[http://w3.ufsm.br/ppgcsociais/images/dissertacoes/2014/Rachel%20Loureiro%20Andreta\\_Dissertao%20de%20Mestrado.pdf](http://w3.ufsm.br/ppgcsociais/images/dissertacoes/2014/Rachel%20Loureiro%20Andreta_Dissertao%20de%20Mestrado.pdf)

de Santa Maria, optou-se por selecionar, nesse rol, os setores tipicamente terceirizados<sup>2</sup>, visando obter uma noção estimada dos números da terceirização na cidade.

À vista disso, os setores tipicamente terceirizados, encontrados na Relação de Empresas por Atividade, do ano de 2015, fornecidos pela Prefeitura Municipal de Santa Maria e seus respectivos números, estão expressos no gráfico 1.

Gráfico 1 – Setores tipicamente terceirizados em Santa Maria/RS



FONTE: Prefeitura Municipal de Santa Maria, 2015. Elaboração própria.

Como é possível verificar, tendo como base os setores tipicamente terceirizados definidos por Pochmann (2008) e os especializados, definidos pelo Sindeprestem (2013), Santa Maria possui aproximadamente 654 empresas de terceirização de serviços. Sobressaem- se largamente os serviços de distribuição e de limpezas em geral (com 308

<sup>2</sup> Os setores tipicamente terceirizados foram selecionados tendo como orientação os setores tipicamente terceirizados definidos por Pochmann (2008) na pesquisa “A superterceirização do trabalho” (serviços não especializados prestados à empresas especializadas; empresas de asseio e conservação; mão-de-obra temporária; serviços de segurança e vigilância; ocupados em empresas individuais) e os serviços definidos como “terceirização especializada” pelo Sindeprestem (trabalho temporário; bombeiro civil; consultoria em RH; controle de acesso; leitura e entrega de documentos; logística; promoção e merchandising; serviços auxiliares; serviços a bancos)



e 144 empresas, respectivamente). Na sequência destacam-se Apoio Administrativo (64); Vigilância e Monitoramento (46); Portaria e Zeladoria (33) e Promoções, Propaganda e Merchandising (23). Por fim, os serviços com menor expressão são Serviços Gerais (12); Monitoramento (11); Depósito/Armazenamento de Produtos (9) e Segurança (4).

Pelo caminho utilizado para obter os dados, é possível observar que o referido município apresenta um número significativo de empresas de terceirização de serviços. E, de maneira geral, destacam-se os serviços concentrados na atividade meio do interior do circuito da produção de bens e serviços.

Cabe mencionar que as informações quantitativas disponibilizadas pelo SINTEPS (Sindicato dos Trabalhadores Terceirizados, Empresas de Asseio e Conservação, Limpeza Urbana, Ambiental e Áreas Verdes de Santa Maria) acabam indo ao encontro dos dados fornecidos pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano. O SINTEPS estima que, atualmente, Santa Maria tem em média 150 empresas atuantes de terceirização de serviços nas áreas de asseio e conservação, limpeza urbana, ambiental e áreas verdes – mas o sindicato explica que é difícil precisar o número de empresas: “*Atuantes, hoje em dia, são umas 150. Mas das atuantes, né? Porque tem aquelas que não são atuantes e aquelas de fundo de quintal, que muitas vezes nem são regulamentadas*” (Aldeci, Presidente do SINTEPS, 2015)<sup>3</sup>.

## **TRABALHO TERCEIRIZADO DO SETOR DE LIMPEZA EM SANTA MARIA: A FACE DO TRABALHO FEMININO E PRECARIZADO**

Antes de discorrer acerca das condições de trabalho e vida das trabalhadoras terceirizadas do setor da limpeza em Santa Maria, faz-se necessário traçar o seu perfil socioeconômico. Trata-se, aqui, especificamente, do perfil das *dez* participantes dessa pesquisa, de forma que não cabem generalizações – ainda que as informações estejam em ressonância com os dados nacionais.

As entrevistadas são mulheres entre 21 e 55 anos de idade (a maioria, a saber, cinco, na faixa etária entre 45 e 59 anos). Seis dessas trabalhadoras autodeclaram-se

---

<sup>3</sup> Entrevista realizada com a presidente do sindicato SINTEPS, Sra. Aldeci Moreira Garcia em 08/01/2016.

como negras ou pardas. No que tange ao estado civil, a maioria (6) é casada, todas são mães e a quantidade de filhos varia entre 1 e 7. A escolaridade é centrada no Ensino Fundamental. No que se refere às experiências profissionais anteriores, grande parte das participantes (7) tem histórico progresso de trabalho no setor de limpeza – e, nesse rol, apenas duas trabalhavam com carteira assinada.

### **Baixas remunerações**

Com o respaldo da Convenção Coletiva e da Campanha Salarial 2015, aprovadas pelo sindicato dos trabalhadores (SINTEPS/SM) e pelo sindicato patronal (SINDIASSEIO/RS), o salário normativo da função permaneceu baixo, sobretudo se comparado ao salário mínimo nacional (R\$ 788,00), ao salário mínimo regional (R\$ 1.030,06) e, até mesmo, se comparado com o salário médio do setor de serviços da cidade de Santa Maria/RS (R\$ 912,27).

De forma geral, as trabalhadoras entrevistadas reconhecem seus baixos salários, inclusive, porque a maioria recebe menos de um salário mínimo mensal. Muitas relacionam a remuneração ao tipo de atividade exercida, o que as faz perceber uma discrepância entre ambos. A fala de S<sup>4</sup> retrata isso:

Eu acho pouco. Pelo que a gente faz eu acho pouco. A gente tem que limpar todos os dias, tem que pegar um escovão que te dói muito muito os braços no outro dia, depois que tu usou o escovão, é muito puxado... eu acho pouco. [...] O meu salário não chega a 600, com a insalubridade. É... e tem os descontos também (S.; contratada da empresa de grande porte Alfa<sup>7</sup> há nove meses).

A dificuldade em assegurar as despesas do cotidiano com o salário da higienização e limpeza se faz presente na fala de grande parte das entrevistadas. Elas revelam a necessidade da ajuda dos cônjuges ou, de demais familiares (filhos mais velhos, sogras, mães) para manter as despesas domésticas – ou, até mesmo, para manter um teto, um lar. Revelam, também, a necessidade de realizar trabalhos “extras” (como

---

<sup>4</sup> Serão utilizadas apenas letras para se referir às entrevistadas, visando preservar suas identidades.

faxinas em casas de família; em pequenos estabelecimentos comerciais; em prédios residenciais) para complementar a renda mensal. Contudo, por conta da cansativa jornada de trabalho à qual estão submetidas diariamente, as trabalhadoras terceirizadas costumam realizar essas atividades extras nos seus dias de folga - em finais de semana, domingos ou feriados.

A justificativa das trabalhadoras, para realizar tais atividades está expressa no diálogo entre a pesquisadora e T.:

Rachel: E quando a senhora faz faxina, além de seu trabalho, isso a senhora faz para complementar a renda?

T: É, porque é bastante difícil, né. Eu ganho quinhentos, quinhentos e cinquenta e poucos.

Rachel: Com a insalubridade?

T: Com, é. Ai eles descontam um monte da gente, né? Eu sei que no meu contra- cheque vem, às vezes, duzentos e pouco de desconto.

Rachel: E o que são esses descontos?

T: Vale gás, transporte, alimentação... Mas, assim, dá pra viver (T. contratada da empresa de grande porte Delta<sup>8</sup> há oito meses).

### Desproteção quanto à saúde e segurança no trabalho

A desproteção das trabalhadoras terceirizadas, no que tange à saúde e segurança no trabalho foi evidenciada na fala das trabalhadoras do setor de limpeza. Mesmo sendo contratadas por diferentes empresas e, mesmo prestando serviços em diferentes locais, suas situações de desproteção são muito similares.

Embora todas as empresas de terceirização de serviços de limpeza, atuantes em Santa Maria/RS forneçam uniformes e equipamentos de proteção individual (EPI) para as trabalhadoras contratadas, observa-se que tanto os uniformes, quanto os equipamentos de proteção individual que fornecem não são suficientemente protetivos face aos riscos (físicos, químicos, biológicos, ergonômicos, etc.) que as terceirizadas do setor da limpeza estão expostas.

A maioria das entrevistadas recebe o uniforme composto por camiseta (manga curta) e calça (geralmente de tecido impermeável), junto dos EPI's - que *normalmente* são botas de borracha, luvas de látex, óculos de proteção e máscara de proteção para o

rosto. O material fornecido, ainda que não suficientemente protetivo, não está em desacordo, tendo em vista que, de acordo com Ricci (2010), em casos de limpeza técnica e corrente (como as realizadas pelas entrevistadas), o EPI padrão seria composto por avental, máscara, protetor ocular, botas e luvas de borracha. Entretanto, a palavra normalmente, logo acima, não está em itálico ao acaso.

Dentre as dez entrevistadas, 3 (três) descrevem seus uniformes e EPIs como sendo compostos apenas por calça, camiseta, jaleco, luvas de látex e botas de borracha. Uma das entrevistadas tem como uniforme apenas uma camiseta manga curta com o logo da firma, um jaleco e, eventualmente, luvas de látex: *“luva eles dão se precisar, né...”* (AR; contratada da empresa de pequeno porte Ômega há oito meses). Não lhe é fornecida calça adequada para realização do serviço de limpeza, de forma que ela utiliza suas próprias calças jeans. Tampouco são fornecidos sapatos de borracha, de modo que explica: *“Até o calçado assim, eu esperei ver se eles iam dar, mas até agora eles não comentaram nada. Esse é meu mesmo. Não sei se eles dão. (...)”*.

Os relatos obtidos mostram que, além de o EPI ser, normalmente, insuficiente, soma-se a isso o fato das empresas de terceirização – responsáveis pelos funcionários – não fornecerem treinamento explicando a importância do uso, bem como a forma que estes devem ser utilizados corretamente para evitar acidentes ou danos à saúde. Nenhuma das participantes dessa pesquisa recebeu treinamento formal, por parte das empresas de terceirização de serviços, sobre como usar adequadamente os equipamentos de proteção individual que lhe são fornecidos. Não havendo treinamento formal, as orientações são dadas de diferentes formas, ainda que dentro de uma mesma empresa de terceirização de serviços. Ou mesmo não são dadas.

Além de não receber treinamento sobre como utilizar os equipamentos de proteção individual, a maioria das trabalhadoras relata também não receber nenhum treinamento sobre como manusear adequadamente os produtos químicos que utilizam diariamente na limpeza. Não por acaso, dentre as entrevistadas, três relataram já ter tido problemas de saúde, tais como alergias, intoxicação e problemas musculares (que resultaram em atestado médico e afastamento temporário) causados em função do serviço de limpeza. Ressalta-se, nesse interim, que nenhuma das entrevistadas possui

plano de saúde pela empresa de terceirização de serviços que as contrata.

### **Invisibilidade Social e Diferença do Tratamento entre Efetivos e Terceirizados**

De maneira geral, a fala das participantes é permeada por um sentimento de inferioridade, de invisibilidade social e desvalorização para com o seu trabalho. Elas relatam que, na maior parte do tempo, não se sentem reconhecidas além de sua função social – ou seja, de trabalhadoras da limpeza. E parece que tais sentimentos, sobretudo o de desvalorização para com o seu trabalho, já estão internalizados nessas profissionais, tal como pode ser observado na fala de S; contratada da empresa de grande porte Alfa há nove meses: “[...] é que a gente tá ali pra limpar, né? Daí eles sujam. É que se eles não sujam, a gente não tem o que fazer, né... daí eles sujam porque sabe que tem a gente.”

As condições de trabalho corroboram para esse sentimento de inferioridade, desvalorização e invisibilidade social. As trabalhadoras terceirizadas da limpeza utilizam uniforme diferente do uniforme dos outros funcionários do local onde trabalham – tendo em vista, sobretudo, que o uniforme é fornecido pela firma que as contrata. E, via de regra, isso já as caracteriza como estranhas, como “não-pertencentes”, efetivamente, aquele ambiente.

À exceção de uma das entrevistadas, todas as participantes da pesquisa realizam suas refeições em locais diferentes dos trabalhadores efetivos. O local destinado aos trabalhadores terceirizados, sobretudo do setor de limpeza, parece ser sempre mais escondido (como embaixo das escadas) ou mais afastado, como relata T; contratada da empresa de grande porte D, ela há oito meses e que presta serviço em uma instituição do poder judiciário: “[...] têm uma, peça separada lá embaixo, nas garagem.”

Essas situações já evidenciam as diferenças entre trabalhadores efetivos e terceirizados no mesmo local de trabalho. Mas, essas diferenças se tornam ainda maiores quando os trabalhadores efetivos sentem possuir algum tipo de autoridade sobre os terceirizados – e os trabalhadores terceirizados, mesmo sabendo que respondem diretamente a empresa que os contrata (podendo haver supervisor local ou não), sentem-se imbuídos de obrigações para com os trabalhadores efetivos, por sentirem que esses são “superiores” a eles.

Um exemplo, nessa direção, é descrito por S.; contratada da empresa de grande porte Alfa: ainda que possua uma supervisora local, que diariamente vistoria o trabalho realizado por ela e pelas, demais colegas, apontando o que está de acordo com o solicitado e o que necessita melhorar; S. relata que também recebe “ordens” de um funcionário efetivo, encarregado da infra-estrutura dos prédios da universidade onde presta serviço: “[...] *o saguão, na verdade, é das meninas que ficam de tarde, mas o seu X, do prédio, pediu que gente desse uma limpadinha, pra não ficar até de tarde sujo.*”

Na mesma direção, R.; também contratada da Alfa, menciona que mesmo a supervisora vindo frequentemente fiscalizar o trabalho que está sendo realizado, “*o pessoal do prédio, da infra-estrutura do prédio (...) sempre dá uma olhadinha*”. Esclarece que esses funcionários não podem lhes dar advertência por algo que não esteja sendo realizado corretamente, mas, na sua percepção “*eles cobram mais*”.

Tais situações demonstram a segmentação existente entre trabalhadores efetivos e terceirizados, colocando, os últimos, em uma situação em que estão subjugados tanto às ordens da empresa quanto às ordens (indevidas) dos funcionários do local onde prestam serviços.

## **Desfiliação Social**

O enfraquecimento dos laços sociais e coletivos frente à terceirização já vem sendo presente nos debates acadêmicos sobre o tema. Em texto intitulado “A epidemia da terceirização”, Druck e Antunes (2014) argumentam que esta forma de gestão e contrato implica no aumento da fragmentação, procurando desorganizar ainda mais a classe trabalhadora, tanto na esfera sindical como nas distintas formas de solidariedade que florescem no espaço coletivo. No escopo dessa pesquisa não foi possível verificar algo diferente – e a fragmentação dos laços coletivos foi ratificada através da fala das próprias trabalhadoras entrevistadas.

A maioria das trabalhadoras entrevistadas relatam conhecer apenas as colegas que trabalham na mesma instalação predial que a sua: “*Daqui a gente se conhece. E conhecer os outros prédios quando a gente tá chegando, entendeu? No ônibus, bater ponto... mas conhecer, de conversar... é só aqui (...)*” (L; contratada da empresa de grande porte Alfa há

aproximadamente um ano). Fora isso, a única forma de reconhecimento possível se dá através do uniforme da firma: “Sabemos que tem outras, que são da mesma firma, mas a gente não se conhece umas as outras, a gente só se reconhece pelo uniforme. E só assim” (N<sup>5</sup>; contratada da empresa de médio porte Zeta há um ano e meio e da empresa de grande porte Beta ,há aproximadamente três meses).

Na mesma direção que L.; G.; também contratada da empresa Alfa, define a sua relação com as demais terceirizadas, que trabalham na mesma instalação predial que a sua, da seguinte forma: “Nós nos conhecemos. Mas cada uma faz o seu serviço. A gente toma café junto e pronto. É assim.”

No caso, das trabalhadoras que realizam as atividades sozinhas no seu local onde prestam serviços, a impossibilidade de socialização torna-se absurdamente maior. Esse é o caso de P; que, é a única funcionária do setor de limpeza de uma empresa que está se instalando em Santa Maria/RS. Nessa direção, P. conta que nas últimas empresas que trabalhou, conheceu as colegas de trabalho apenas de vista, quando, ocasionalmente se encontravam no escritório das firmas.

Olha, como nessas firma de terceirização vai um funcionário pra cada canto, dois três pra um lado, dois três pra outro, dificilmente a gente conhece todos. Geralmente se encontra no dia que vai no escritório, né... mas dificilmente a gente conhece todo mundo (P; contratada da empresa de pequeno porte Sigma há aproximadamente três meses).

As trabalhadoras do setor de limpeza, que já se sentem invisibilizadas por conta da diferença de tratamento e da desvalorização social do seu trabalho, tem uma maior dificuldade de estabelecer uma identidade grupal, de sentirem-se pertencentes e amparadas por um grupo, no momento em que trabalham a maior parte do tempo sozinhas. E é nesse sentido que a organização das trabalhadoras por andares, nas instalações prediais, como “estratégia gerencial”, fragmenta e desmobiliza as identidades coletivas. As relações se tornam tão frágeis que, muitas vezes, as próprias trabalhadoras evitam o contato com as demais, como é o caso de T: “É, lá assim, como eu chego mais

---

<sup>5</sup> Essa entrevistada, especificamente, trabalha para duas empresas de terceirização de limpeza concomitantemente. Pela manhã, presta serviços pela Beta (contrato de 4h/dia) e, à tarde, para a Zeta (contrato de 8h/dia). Todos os nomes de empresas são fictícios.

*cedo quase nunca dá pra realizar coisas com elas. [...] Tá ótimo pra mim, sabe né, quando tem muita mulher junto... Então assim tá bom”; “Não tenho muito contato mesmo.” (T; contratada da empresa de grande porte Delta há oito meses).*

Diante desse cenário de enfraquecimento dos laços coletivos de trabalho, torna-se compreensível o fato de que o sindicato que representa os trabalhadores terceirizados do setor de conservação e limpeza em Santa Maria (Sindicato dos Trabalhadores em Serviços Terceirizados, Empresas de Asseio e Conservação, Limpeza Urbana, Ambiental e Áreas Verdes de Santa Maria - SINTEPS) tenha, relativamente, pouca adesão. Nenhuma das trabalhadoras entrevistadas é sindicalizada, nem conhece alguma colega de profissão que seja.

## CONCLUSÃO

As entrevistas realizadas com as terceirizadas abordam um recorte espacial específico e, portanto, não podem ser generalizadas. Contudo, as falas das entrevistadas encontram ressonância com o que se verifica a nível nacional. E isso pode ser visualizado na medida em que elas comunicam uma realidade de baixos salários, intensificação dos ritmos de trabalho, desproteção quanto à saúde e segurança no trabalho, diferença de tratamento entre trabalhadores terceirizados e diretamente contratados e enfraquecimento dos laços sociais.

Mesmo realizando entrevistas com trabalhadoras de diferentes empresas de terceirização de serviços de limpeza, o que se verificou foram condições laborais muito semelhantes – e salários igualmente baixos, posto que seguem os parâmetros determinados em Convenção Coletiva. Mais especificamente, as características de precarização fizeram-se presentes em todos os casos, independente do porte das empresas e do local onde as trabalhadoras prestam serviços.

Contudo, verificou-se também que, para as trabalhadoras entrevistadas do setor de limpeza, a terceirização apresenta-se como uma “via de mão dupla”. Apesar de todos os seus efeitos negativos e de toda a vulnerabilidade que este representa, a posse da carteira de trabalho significou um avanço para elas, que, em sua maioria, trabalhavam





## Múltiplos Olhares desde o Brasil

como informais (realizando faxinas) ou como assalariadas sem carteira assinada – com períodos de desemprego entre um trabalho e outro.

Compreende-se, assim, que a terceirização nos anos 2000, foi responsável pela geração de postos de trabalho e pela formalização de muitos trabalhadores que, até então, trabalhavam sem nenhuma proteção. E esse fenômeno refletiu em todo o país, inclusive, em Santa Maria/RS. Contudo, tendo como referência o setor de limpeza terceirizado, evidenciou-se que essa forma de contrato de trabalho não representou melhora substancial nas condições de trabalho e vida das trabalhadoras. E é nessa direção que o termo formalidade precária torna-se adequado para referir-se à condição das terceirizadas da limpeza: mesmo estando em um trabalho formal, estão submetidas a condições precárias de trabalho, que refletem além da esfera laboral (como foi possível verificar nas suas falas) e que se escondem por trás da carteira assinada.

### REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo; DRUCK, Graça. A epidemia da terceirização. In: ANTUNES, Ricardo (org.). *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil III*. São Paulo: Boitempo, 2014. Parte I, p. 13-25.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS ECONÔMICOS. *O processo de terceirização e seus efeitos sobre os trabalhadores no Brasil*. SAAC-DIEESE, 2007. Disponível em <[http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BA5F4B7012BAAF91A9E060F/Prod03\\_2007.pdf](http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BA5F4B7012BAAF91A9E060F/Prod03_2007.pdf)>. Acesso em: 18 out. 2017.

\_\_\_\_\_. *Terceirização e Desenvolvimento: uma conta que não fecha*. São Paulo: DIEESE/CUT, 2014. Disponível em: <<http://www.cut.org.br/system/uploads/ck/files/Dossie-Terceirizacao-e-Desenvolvimento.pdf>>. Acesso em 10 out. 2017.

\_\_\_\_\_. **Terceirização e precarização das condições de trabalho**. Nota técnica. São Paulo: DIEESE, 2017. Disponível em <<https://www.dieese.org.br/notatecnica/2017/notaTec172Terceirizacao.pdf>> Acesso em 01 dez. 2017.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, v.37, n° 132, p. 595-609, 2007.



# Múltiplos Olhares desde o Brasil

SOUZA, Tatielle Pereira de. IDENTIDADE E SUBALTERNIDADE: a construção da identidade de trabalhadores serventes de limpeza. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2011.



## Múltiplos Olhares desde o Brasil

### **ASSÉDIO MORAL: NAS RELAÇÕES DOMÉSTICAS DE TRABALHO COM PESSOAS NEGRAS EM PELOTAS**

**Luana Costa Bidigaray**  
Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)

**Carolina Munoz Nogueira**  
Faculdade Atlântico Sul de Pelotas

#### **INTRODUÇÃO**

A trajetória das mulheres negras, das domésticas negras, ao longo dos anos sofreu diversas transformações, no entanto, a função desempenhada pelas empregadas domésticas em tempos de escravidão, era considerada um status que proporcionava, muitas vezes, identidade e voz aquelas que enquanto seres humanos não eram respeitadas, mesmo exercendo papel de inferioridade como servas e mucamas.

As funções residuais das domésticas, continuaram enraizadas, permanecendo até os tempos atuais, tanto que recentemente a PEC das domésticas (Proposta de Emenda Constitucional 241/2016) passou a regulamentar determinados direitos que já eram usufruídos há muito tempo por outras categorias de trabalhadores. Entretanto, o labor da classe das empregadas dos lares permanecem igualmente árduos com extensas jornadas e salários baixíssimos e etc.

Logo, toda essa precariedade é incorporada desde os tempos escravagistas, até os tempos de hoje na regulamentação destes direitos trabalhistas. A incorporação das igualdades jurídicas em relação a outros obreiros, continua a ser de forma precária, do mesmo modo na lógica do ex-escravo, na lógica do capital que carrega a marca da cor, criando estigmas, a sociedade criando a condição de ser negro.

Sendo assim, o trabalho doméstico continua a incorporar as lógicas do trabalho familiar ou do trabalho especializado? O assédio moral seria apenas um estigma da cor?

A perpetuação dos padrões incorporados às domésticas, principalmente às negras,



## Múltiplos Olhares desde o Brasil

seria uma resposta oportuna para garantir essa paz social, um vez que a competitividade na modernidade não tinha espaço para os negros, ou seja, uma lógica passagista. Nada mais é do que um instrumento de controle social, uma democracia racial inserida no âmbito privado das relações domésticas. Já que a classe média, nos dias de hoje, se estabelece a partir do trabalho doméstico. Importante observar que em outros países o custo do trabalho doméstico é altíssimo, e além disso especializado.

### **ASSÉDIO MORAL: NAS RELAÇÕES DOMÉSTICAS SOB UM PONTO DE VISTA INTERSECCIONAL**

Para um estudo profundo do assédio moral nas relações domésticas, primeiramente é essencial analisar essas relações sob uma perspectiva interseccional de raça, de gênero e classe. Há diversas conceituações e derivações de origem histórica, e sob a perspectiva escravagista, inicialmente, começaremos a contextualizar a mulher negra no seu espaço de labor.

Percebe-se, no decorrer da história, as mulheres negras desde os tempos da escravidão, a influência de várias dimensões que resultam em posições sociais, experiências e percepções diferenciadas entre as mulheres. Assim, o quadro teórico deste trabalho versa em torno da produção teórica e investigativa de dois autores de base marxista que interseccionam a questão de gênero, classe e raça, a filósofa Ângela Davis dado relevância as interseccionalidades, e o sociólogo brasileiro Florestan Fernandes.

O debate acerca das interseccionalidade, de acordo com Hirata (2014), remonta ao Feminismo Negro, movimento teórico e político que ganhou força e teve como uma de suas expoentes intelectuais Angela Davis.

A interseccionalidade remete a uma teoria transdisciplinar que visa apreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por intermédio de um enfoque integrado. Ela refuta o enclausuramento e a hierarquização dos grandes eixos da diferenciação social que são as categorias de sexo/gênero, classe, raça, etnicidade, idade, deficiência e orientação sexual. O enfoque interseccional vai além do simples reconhecimento da multiplicidade dos sistemas de opressão que opera a partir dessas categorias e postula sua interação na produção e na reprodução das desigualdades sociais).

Ângela Davis (2016), em uma de suas obras *Mulheres, raça e classe*, suscita discussões muito esclarecedoras a respeito do legado da situação escravagista, da condição da mulher negra e escrava, sob perspectiva de gênero e raça, uma vez que uma escrava negra era

igualada na mesma condição do escravo negro, eram consideradas apenas como fonte de lucro, ou desprovidas de humanidade, reduzidas a sua condição de fêmea, exclusivas para a procriação de escravos, a qual era muito vantajosa, ainda relata a autora, que essas escravas não eram vistas como mães somente reprodutoras. Eram submetidas as mesmas torturas dos homens, acrescentando-se o estupro, e não havia nenhuma sensibilidade com as escravas grávidas. Apesar das atrocidades, mencionadas, ocorridas em tempos de escravidão, as mulheres buscavam regular seus arranjos familiares, mostravam-se hábeis em humanizar sua convivência doméstica, como Angela Davis (2016), estabelece em uma de suas citações:

É verdade que a vida doméstica tinha uma imensa importância na vida social de escravas e escravos, já que lhes propiciava o único espaço em que podiam vivenciar verdadeiramente suas experiências como seres humanos. Por isso – e porque, assim como seus companheiros, também eram trabalhadoras –, as mulheres negras não eram diminuídas por suas funções domésticas, tal como acontecia com as mulheres brancas. Ao contrário dessas, aquelas não podiam ser tratadas como meras “donas de casa”. Daí a afirmar, porém, que, por causa disso, elas dominavam seus homens é basicamente distorcer a realidade da vida sob a escravidão. (DAVIS, 2016, p.29).

No seio doméstico da vida escrava, homens negros e mulheres negras parecem ter organizado uma divisão sexual do trabalho mais igualitário, então o trabalho doméstico era fundamental para a sobrevivência da comunidade. E diante da opressão do sistema escravocrata, e as relações domésticas eram palco, meio de colocar-se em destaque, e tentar participar de paralisações e rebeliões contra os senhores daquela época.

A transição de uma sociedade escravocrata para uma sociedade capitalista, também é discutida por Florestan Fernandes em sua obra “A integração do negro na sociedade de classes”, fruto de sua tese defendida na Universidade de São Paulo em 1964, vem a desmistificar o mito da democracia racial brasileira, bem como o livro “O negro no mundo dos brancos”. Tais produções do renomado sociólogo, mostra muito do legado da escravidão no cotidiano dos negros e como se começa a assumir aos poucos a tônica da ideologia burguesa de classe, quando ele relata por exemplo, a postura de alguns negros que, ao conseguirem emprego começam a se afastar de seus próprios pares vistos como “vagabundos” e “vadios” (FERNANDES, 1964). Essa condição de desamparo que a escravidão trouxe, produziu uma combinação com a ideologia da meritocracia e responsabiliza os sujeitos pela sua condição.

Em consequência temos de admitir que o mito da democracia racial fomenta outros mitos paralelos, que concorrem para esconder ou “para enfeitar a realidade”, e que estes mitos são perfilhados sem base objetiva, mesmo pelos “negros” e pelos “mulatos”. (FERNANDES).



## Múltiplos Olhares desde o Brasil

O autor Florestan Fernandes, discute o fim da escravidão e o começo da sociedade moderna, onde há a possibilidade do trabalho assalariado, pensa o escravismo como uma lógica não capitalista, a qual se mostra totalmente diferente em outros lugares no mundo. Aduz que é uma modernização, que na verdade, não moderniza, pois não rompe com o passado, ao contrário, incorpora fatos do passado no presente. Exemplo dessa noção de incorporação são as trajetórias das domésticas no Brasil, pois desde a escravidão doméstica era considerada uma classe inferior, visto que eram rotuladas de mucamas, de criadas, de pessoas que estavam ali apenas para servir. Embora, seus direitos trabalhistas tenham sido regulamentados, há pouco de 2, 3 anos.

É preciso entender, segundo Florestan (1964) que a Lógica oligárquica com fim da escravidão, transformou-se a lógica de castas em uma lógica de classes, mesmo não tendo sido um movimento originado pelos próprios escravos, ao contrário, após o fim da escravidão a sociedade impôs, implantou, um processo de competitividade, porém, ao mesmo tempo permitindo que lógica de castas continuasse. Dessa forma, criava-se uma sociedade competitiva, mas na verdade criava-se estigmas e d aquele deixou de ser escravo, o continua a ser, uma vez que é marcado pela cor negra. Visto que a ordem competitiva parecia ser competitiva, e no entanto, não abria espaço para todas as raças.

Nesse sentido, os escritos de Davis e Florestan possibilitam pensar as questões que envolve as mulheres negras e suas relações de trabalho na sociedade e as dificuldades enfrentadas diante do assédio moral.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Portanto, esses fenômenos mostram-se recorrentes e crescentes nas relações domésticas, diante disso, o presente trabalho propõe-se se a compreender e demonstrar a lógica do assédio moral vivenciado nas relações domésticas com mulheres negras.

Logo, sendo imprescindível um estudo aprofundado por meio de teorias e conceitos sociológicos somados a uma aplicação de questionários a obreiras domésticas negras e brancas, o qual será realizado no sindicato das empregadas domésticas localizado na comarca de Pelotas.

Os questionários abordarão sobre as vivências laborais, sobre possíveis assédios de natureza moral e ainda analisar o funcionamento da instituição sindical (desde o recebimento da reclamação, procedimentos, o trâmite jurídico social da respectiva reclamação). Buscando



# Múltiplos Olhares desde o Brasil

identificar o quanto contribuem e se há falhas existentes na instituição sindical.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.**

DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. Tradução: Heci Regina Cndiani-1.ed- São Paulo: Boitempo, 2016.

FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes. Vol I - Legado da Raça-Prefácio Augusto Sérgio-5 ed.- São Paulo, Globo:2008

FERNANDES, Florestan. O negro no mundo dos brancos. –São Paulo:1964

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. Disponível: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/viewFile/84979/87743>. Acessado em: 2011.2017



## Múltiplos Olhares desde o Brasil

# **MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL MEI E OS NOVOS PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO: SURGIMENTO DE UMA NOVA CATEGORIA DE TRABALHADORES?**

**Helena Peres de Avila**  
Universidade Federal de Pelotas (UFPel)

### **Introdução**

As transformações no mundo do trabalho, especialmente a partir do final do século XX, suscitaram no desenvolvimento de novos tipos de trabalho e ocupações laborais frente às novas demandas da flexibilização produtiva, bem como a incapacidade do Estado em promover e sustentar garantias sociais ligadas à atual conjuntura de assalariamento. Essas transformações no mundo do trabalho, ao desencadearem novas formas de trabalho, acabaram fazendo surgir uma nova categoria de trabalhadores denominada Microempreendedor individual – MEI. Como ponto de partida, entendeu-se que o desenvolvimento dessa nova categoria de trabalhadores faz emergir um novo processo de subjetivação, visto que as relações de trabalho, nos dias atuais, vêm se configurando de forma bastante diferente em relação aos anos que antecederam o surgimento das demandas da flexibilização produtiva de inspiração neoliberal.

Pretende-se aqui, entender em que medida e de que forma esse processo de subjetivação vem se constituindo no mundo do trabalho e como referência, apoiar-se-á na análise feita por Michel Foucault e Gilles Deleuze sobre a passagem da sociedade disciplinar para a sociedade de controle e em como a chamada sociedade de controle altera significativamente a subjetividade desse novo sujeito do trabalho que aqui é entendido como um “empreendedor de si mesmo”.

### **Sociedade disciplinar, sociedade de controle e o “novo espírito do capitalismo”**

No que concerne à noção de sociedade disciplinar, desenvolvida por Foucault (1993), basicamente tem-se um mecanismo de poder que atua na sociedade moderna a fim de enquadrar as individualidades dos sujeitos em determinados lugares para assim exercer formas de controle e vigilância capaz de produzir nos corpos individuais certo tipo de padrão comportamental, gerando por consequência, sujeitos “dóceis” e “úteis”; e a biopolítica, um mecanismo de poder que atua na coletividade dos indivíduos para controlar problemas ligados à natalidade e





## Múltiplos Olhares desde o Brasil

mortalidade da população, mas que passou a se manifestar quando começou a intervir no vínculo existente entre o meio ambiente e os seres humanos, graças às mudanças ocorridas no Estado moderno. (BARBOSA e MARTINS JR, 2012).

Uma das preocupações de Foucault era compreender quais processos produzem o sujeito moderno, através da análise dos mecanismos sociais que exercem certos tipos de poder sobre os indivíduos e sobre a coletividade. Nas sociedades disciplinares esses indivíduos são enquadrados no interior de um espaço onde se exerce sobre eles formas de vigilância e controle, tornando possível um tipo de regularização dos comportamentos demasiado peculiar. Essa regularização é voltada para o adestramento dos indivíduos, e por esse motivo, esses acabam sentindo-se constantemente sob vigia quando inseridos nesses espaços. Por isso, diz-se que a sociedade disciplinar dá-se pelo caminho do uso anônimo do poder (FOUCAULT, 2007).

As sociedades disciplinares caracterizam-se por possuírem dispositivos de tecnologia disciplinar como ferramentas para o uso do poder. Foucault entende como dispositivo:

[...] em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos. Em segundo lugar, gostaria de demarcar a natureza da relação que pode existir entre esses elementos heterogêneos. Sendo assim, tal discurso pode aparecer como programa de uma instituição ou, ao contrário, como elemento que permite justificar e mascarar uma prática que permanece muda; pode ainda funcionar como reinterpretação desta prática, dando-lhe acesso a um novo campo de racionalidade. Em suma, entre estes elementos, discursos ou não, existe um tipo de jogo, ou seja, mudanças de posição, modificações de funções, que também podem ser muito diferentes. Em terceiro lugar, entendo dispositivo como um tipo de formação que, em determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência. O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante [...] (FOUCAULT, 1993, p. 244).

Assim, cabe dizer, que nas sociedades disciplinares os indivíduos estão em constante transitoriedade entre os espaços de confinamento: família, instituições de ensino, fábrica, entre outros. E eram essas as instituições que deveriam possibilitar a normalização comportamental dos indivíduos a fim de promover o desenvolvimento de corpos dóceis e úteis capazes de servirem as necessidades das sociedades modernas. (BARBOSA E MARTINS JR, 2012).

Nas sociedades modernas do século XIX, com a emergência da industrialização, os indivíduos se viram necessitados a colocarem-se a disposição da produção fabril, dedicando seu tempo ao trabalho e as necessidades das fábricas. Segundo Foucault, para as sociedades industriais constituírem-se eram necessárias duas condições:

Por um lado, é preciso que o tempo dos homens seja colocado no mercado, oferecido aos que querem comprar, e comprá-lo em troca de um salário; e é preciso, por um



## Múltiplos Olhares desde o Brasil

lado, que este tempo dos homens seja transformado em tempo de trabalho. É por isso que em uma série de instituições encontramos o problema e as técnicas da extração máxima do tempo (FOUCAULT, 2005, p.116).

No fim do século XVIII, já havia o controle, por parte das fábricas inglesas, sobre o comportamento dos trabalhadores visando criar disciplina e uma maior normalização dos mesmos. A partir do século XIX, como consequência a esse estado de coisas, aumentaram-se gradativamente as instituições que exerciam, por excelência, controle sobre o tempo dos indivíduos. Há exemplo disso, a partir do final do século XIX, as fábricas tayloristas – que viriam a servir como modelo organizacional para as sociedades industriais durante praticamente todo século XX - caracterizavam-se por serem locais de confinamento dos trabalhadores e por exercerem sobre seus corpos vários tipos de disciplina e controle, visando o assujeitamento dos operários às normas e regras das fábricas e a propensão dos mesmos à obediência. (BARBOSA E MARTINS JR, 2012).

Dentre as características organizacionais destas fábricas, destaca-se a hierarquização funcional onde os trabalhadores devem sujeitar-se a prescrição e monitoramento do conteúdo do seu trabalho ditada por uma “gerência científica” que visa constantemente exercer de forma combinada formas de coerção e controle dos seus operários. Assim, os operários são submetidos a essas formas de coerção e controle concomitantemente: através do movimento dos corpos, dos horários, do tempo de trabalho, das formas como o trabalho será prescrito e coordenado, etc. (BARBOSA; MARTINS; 2012).

Entretanto, como destaca Foucault (2007), essas tecnologias de poder que foram sendo desenvolvidas no decorrer da modernidade e da era industrial, foram se tornando cada vez mais insuficientes, principalmente a partir de meados do século XX. A análise produzida mais precisamente sobre esse momento foi feita por Deleuze (1992) em que o autor começa a estudar o declínio das sociedades disciplinares concomitantemente ao surgimento das chamadas sociedades de controle.

Para Deleuze (1992), a derrocada que sofreram as sociedades disciplinares a partir de meados do século XX, ocorreu pelo intenso processo de crise que começaram a passar todas as instituições de confinamento. Como consequência disso, as ultrapassadas formas de disciplinarização, próprias das sociedades disciplinares, começaram a ceder lugar às formas de controle mais flexíveis e aceleradas.

A sociedade de controle, diferentemente das sociedades disciplinares, caracteriza-se por permitir que o controle sobre os corpos individuais se dê de tal maneira a ponto de modificar



## Múltiplos Olhares desde o Brasil

de forma contínua através de modulações os espaços onde os indivíduos estão localizados. Portanto, esses espaços são interpenetrados, com ausência de limites estabelecidos e definidos, pois aqui se tem a constituição de modelos organizacionais em rede; além da sujeição dos indivíduos a necessidade de estarem em formação constante (DELEUZE, 1992; COSTA, 2004).

Aqui, entende-se como forma de modulação e controle sobre os sujeitos, um maior engajamento dos mesmos em relação ao seu trabalho, através de concursos e bônus, com a intenção de fazer os indivíduos se predisporem cada vez mais as exigências das empresas de tipo “flexíveis”, produzindo também uma maior intensificação da individualização do trabalhador, diferentemente do período fordista onde os indivíduos tinham uma quantidade considerável de garantias sociais ligados à condição de assalariamento e não necessitavam estar constantemente em processos de formação e competição dentro dos seus espaços de trabalho. (BARBOSA E MARTINS JR, 2012).

Atualmente, a competitividade entre os trabalhadores é entendida como uma forma de gerar maior produtividade dentro das empresas, ainda que no plano discursivo, seja vendida a ideia de que a competitividade seja uma espécie de estratégia para motivar e engajar mais intensamente os trabalhadores no mundo do trabalho, quando na verdade tem-se por trás a intenção de fazer desses sujeitos do trabalho, indivíduos “vigias de si mesmos” (BARBOSA E MARTINS JR, 2012).

Esse quadro acaba por produzir uma forma específica de autorresponsabilização dos trabalhadores em relação aos seus níveis salariais na medida em que os trabalhadores são colocados em competição, dentro de equipes, com outros trabalhadores. Aqui, o discurso da autorresponsabilização busca promover o engajamento subjetivo nos trabalhadores na procura por maior reconhecimento profissional. (BARBOSA E MARTINS JR, 2012).

Cabe dizer também, que nas empresas “flexíveis” o modelo que caracteriza essas empresas, é chamado de modelo da competência, onde autonomia e a responsabilidade do trabalhador são consideradas critérios demasiado relevantes para a conquista de um emprego qualificado. Nessa perspectiva de análise, Zarifian salienta que:

A autonomia é definida pelo contrário das normas. Ganha-se em autonomia pela diminuição das normas [...] É uma verdadeira inversão de valores em relação à tradição taylorista: a diminuição das normas se torna algo benéfico, o que mostra, indiretamente, que os empregos com mais normas são, se não um mal, pelo menos uma situação pouco desejável e valorizada (2003, p.52).

Passa a importar, a partir de agora, que os velhos moldes que caracterizavam as sociedades disciplinares, transformaram-se em modulações que autorresponsabilizam o trabalhador pela sua situação de empregabilidade, fazendo ser necessário que o trabalhador procure cada vez mais por adquirir competências e habilidades profissionais, como também habilidades ditas “relacionais”, já que uma outra exigência das empresas “flexíveis” é fazer o trabalhador exercer seu trabalho em projetos que envolvam outras pessoas e a atuar em rede, seu nenhum tipo de isolamento no seu posto de trabalho. (BARBOSA E MARTINS JR, 2012).

Como salienta Zarifian (2002), nas sociedades de controle, o trabalhador tem cada ato do seu trabalho e do tempo que é realizado controlado pelas informações de controle, que se acionam de acordo com o próprio trabalho do assalariado, sendo ele mesmo quem irá modular os momentos em que irá executar suas tarefas. Como consequência, é necessário um total comprometimento do trabalhador frente as suas tarefas, o que faz produzir também que o trabalhador se veja obrigado a realizar as tarefas, visto que não há fisicamente nenhuma disciplina que o ordene a realizar seu trabalho.

Segundo Deleuze (1992), esse quadro produz a constituição de um “novo sujeito” que aqui entende-se como um “novo sujeito do trabalho”, ou seja, a formação de um novo processo de subjetivação, pois dado as novas experiências sociais e históricas com as quais esses trabalhadores estão experienciando, estes acabam por entender a si mesmo a partir do aparecimento de dispositivos mais tênues e eficazes que assujeitam os indivíduos a se entenderem como “empreendedores de si mesmo” e a verem-se como responsáveis pela sua própria situação de empregabilidade. (BARBOSA E MARTINS JR, 2012).

Outra peculiaridade desse período vivenciado pelas sociedades modernas, ditas “sociedades de controle” diz respeito à capacidade que as empresas têm de assimilar as demandas e as críticas que se desenvolvem no meio dessas sociedades, bem como a maneira que essas empresas incorporam essas críticas aos seus próprios discursos empresariais, sendo constantemente perpassadas por processos de ressignificação e utilizadas como base para sustentar tipos de controle mais fluídos e disseminados. (BARBOSA E MARTINS JR, 2012).

Segundo Boltanski e Chiapello (2009), as sociedades capitalistas estariam vivendo um novo espírito do capitalismo que teria surgido com as demandas de liberdade exigidas pelo movimento de maio de 1968. Os movimentos sociais que começaram a se consolidar a partir do período de estabilidade do pós-guerra, trouxeram à tona novas demandas culturais e, segundo os autores, o capitalismo vem conseguindo absorver as críticas feitas por esses



## Múltiplos Olhares desde o Brasil

movimentos incorporando as ideias levantadas e demandadas pelos mesmos nos discursos empresariais, visando ainda aumentar a produtividade das empresas através da promoção de um maior engajamento dos trabalhadores no processo de trabalho vendendo o discurso dos trabalhadores como sujeitos empreendedores capazes de se autogerirem.

Dito de outra forma, nesse novo espírito do capitalismo, as empresas se sustentam através de um modelo organizacional conexcionista – em rede -, e através de discursos sobre aprimoramento pessoal e empregabilidade. Tem-se como objetivo, fazer os trabalhadores tornarem-se, cada vez mais, indivíduos engajados em novos projetos, sempre buscando adquirir novos conhecimentos e novas habilidades, tendo assim a possibilidade de sempre se manter em algum emprego. Precisa também relacionar-se bem com todo e qualquer tipo de indivíduo já que o novo modelo organizacional das empresas demanda o estabelecimento de vínculos entre os trabalhadores, reforçando o discurso, já conhecido no meio empresarial, da importância do capital social como um discurso que se insere dentro do novo dispositivo de controle instaurado no mundo empresarial. (BARBOSA E MARTINS JR, 2012).

Segundo Barbosa e Martins Jr (2012), essas noções de capital social e de rede são entendidas como condições necessárias para a consolidação do que os autores chamam de “formas reticulares de organização”. Dentro das empresas é hegemônica a ideia de que o bom trabalhador é aquele que estabelece redes para si e para os trabalhadores que o cerca, sustentando-as através de relações de confiança. Essa rede tem a capacidade de produzir controle que se traduz através do estabelecimento de relações de confiança e não através de um poder hierárquico.

Por isso, há a compreensão de que a noção de rede e a noção de capital social, além de já estarem consolidadas no atual mundo do trabalho, são partes constitutivas dos discursos próprios a esse novo dispositivo de poder presente no interior das empresas. (BARBOSA E MARTINS JR, 2012).

### **Considerações finais**

De forma resumida, entende-se que tanto a promoção desses discursos, como a tentativa de tornar os trabalhadores cada vez mais flexíveis e autogeridos, faz emergir a constituição de um novo tipo de trabalhador, aqui entendido como um “empreendedor de si mesmo”, responsável pela sua própria situação de empregabilidade. Mas, sabe-se que essa nova lógica traz consigo consequências significativas para o mundo do trabalho e para os trabalhadores nele inseridos. Indagam-se, por isso, quais são os entendimentos, os usos e os sentidos’ que esses



## Múltiplos Olhares desde o Brasil

“novos trabalhadores” têm sobre as suas condições de trabalho, bem como o papel que essa discursividade exerce sobre a subjetividade e o engajamento desses trabalhadores “flexíveis”.

### Referências bibliográficas

- BARBOSA, A. e MARTINS JR. A. Da disciplina ao controle: novos processos de subjetivação no mundo do trabalho. *Política & Sociedade*, Florianópolis, vol. 11, n. 22, 2012.
- BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, È. O novo espírito do capitalismo. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- COSTA, R. Sociedade de controle. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, 18(1), p. 161-167, 2004.
- DELEUZE, G. Conversações. São Paulo: 34, 1992.
- ESCARLATE, Luiz Felipe. Aprender a empreender. Brasília, Fundação Roberto Marinho, SEBRAE, 2010.
- FOUCAULT, M. Vigiar e punir: história da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 2007.
- \_\_\_\_\_. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 1993.
- \_\_\_\_\_. A verdade e as formas jurídicas. Rio de Janeiro: Nau, 2005.
- MELO, Natália Maximo e. Sebrae e Empreendedorismo: origem e desenvolvimento. 32º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 2008, Caxambu. Anais... Caxambu 2008.
- TAVARES, Larissa. Condenados a vencer: a atuação do SEBRAE na produção discursiva do indivíduo empreendedor de si mesmo. Maio/2014. 156 p. Dissertação de Mestrado. UFPEL 2014.
- ZARIFIAN, P. Engajamento subjetivo, disciplina e controle. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, p. 23-31, novembro, 2002.
- \_\_\_\_\_. O modelo da competência: trajetória histórica, desafios atuais e propostas. 2. Ed. São Paulo: Senac, 2003.

VI Seminário Discente  
Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFRGS

3, 4 e 5  
de outubro

Local: Campus do Vale - UFRGS

Múltiplos Olhares  
desde o Brasil

**GRUPO DE TRABALHO**  
**VIOLÊNCIA, CONFLITUALIDADE, DIREITO E CIDADANIA**



## Múltiplos Olhares desde o Brasil

### **VIGILÂNCIA, CONTROLE E SOCIEDADE TECNOLÓGICA: OS DRONES E A VIRTUALIDADE DA VIOLÊNCIA**

**Julio Marinho Ferreira**  
Universidade Federal de Pelotas

#### **A sociedade tecnológica e a vigilância social**

A vigilância foi de fundamental importância nas formações de Estados e cidades, um exemplo seria o panóptico do filósofo inglês Jeremy Bentham (séc. XVIII) que seria uma construção arquitetônica, que consistia em uma torre central e uma construção que a circundava. Na torre central se encontrariam os vigilantes e na parte exterior ficariam os detentos, dessa forma os apenados estariam sob os olhares constantes, que seriam formas de acelerar seus processos de recuperação. A criação de Bentham foi uma tentativa de ajuda ao problema social da lotação, das doenças e das fugas nos sistemas carcerários de sua época, em que a Bastilha na França foi o modelo a ser evitado. O panóptico é a punição aplicada com caráter científico visando a normalização dos corpos.

No século XX, com Michel Foucault, que analisou o panóptico em sua obra “Vigiar e Punir”, surgem as questões acerca de um modelo de sociedade disciplinar, que viria a partir das preocupações estatais em relação a vida dos indivíduos, o chamado: “Fazer viver e deixar morrer”, nisso surgem possibilidades de se pensar os corpos desses indivíduos de uma outra forma.

A gestão dos corpos por meio de técnicas e de dispositivos de vigilância possibilitaram o exercício de formas de poder nas quais a visibilidade dos indivíduos no interior de uma multiplicidade de instituições, como quartéis, hospitais, sanatórios, escolas e fábricas operava como fator desencadeante da busca pela produção da docilidade e utilidade social dos indivíduos. Nesse sentido, o poder disciplinar diferiria do poder soberano, pois nele:

A “disciplina” não pode ser identificada como uma instituição nem com um aparelho; ela é um tipo de poder, uma modalidade para exercê-lo, que comporta todo um





## Múltiplos Olhares desde o Brasil

conjunto de instrumentos, de técnicas, de procedimentos, de níveis de aplicação, de alvos; ela é uma física ou uma anatomia do poder, uma tecnologia (Foucault, 2006, p.177).

A emergência de uma sociedade disciplinar (FOUCAULT, 1999; 2010) como modelo de supressão do poder soberano/soberania e todos os mecanismos desenvolvidos para um controle social mais eficaz e eficiente em termos de custos de operacionalização, como por exemplo, a repressão através de dispositivos que visavam disciplinar os corpos, como quartéis, sanatórios, escolas e fábricas, tornaram a vigilância uma realidade sobre o ambiente social de uma forma não hierarquizada, como anteriormente (no modelo soberano).

Para Zygmunt Bauman (1999, p.60), o panóptico forçava as pessoas a uma submissão à vigilância, onde a constante exposição tenderia a modificar a naturalidade das ações. A esse respeito, Bauman sintetizou essas visões:

O panóptico era por sua natureza um estabelecimento local: imobilização dos seus súditos – a vigilância estava lá para barrar a fuga ou pelo menos para impedir movimentos autônomos, contingentes e erráticos. O sinóptico é..., global; o ato de vigiar desprende os vigilantes de sua localidade, transporta-os pelo menos espiritualmente ao ciberespaço, no qual não mais importa a distância, ainda que fisicamente permaneçam no lugar. Onde quer que estejam e onde quer que vão, eles podem ligar-se – e se ligam – na rede extraterritorial que faz muitos vigiar poucos. O panóptico forçava as pessoas à posição em que podiam ser vigiadas. O sinóptico não precisa de coerção – ele seduz as pessoas à vigilância (Bauman, 1999, p.60).

No entanto, os corpos já não encontram-se (apenas) disciplinados por projetos arquitetônicos ou mesmo por dispositivos que tendem a cada mais a normalizar, houve uma mudança, em que com o advento de uma sociedade mais tecnológica ao longo do século XIX tendeu a demonstrar através da exposição, seja através da mídia ou de novas descobertas, como a fotografia e o cinema, uma nova relação entre os indivíduos. A sociedade do século XX caminhou para um deslocamento da vigilância sobre os corpos, em função da tecnologia, e com isso vemos que as mudanças relacionadas ao capitalismo nos mostrariam novas relações (e formatos) do par: violência/exposição.

### **Da disciplina ao controle: a violência e o terrorismo na sociedade informacional**

O controle social foi uma prática que podemos observar com o aumento das populações, principalmente nas sociedades modernas nas cidades que entravam na corrida capitalista propiciada pela Revolução Industrial e sua latência de progresso. O modelo absolutista deveria



## Múltiplos Olhares desde o Brasil

ser suplantado pelo progresso e por uma nova forma de cidadão, que tivesse uma maior opinião pública para assim poder enquadrar-se socialmente.

Sociedade “moderna” é tirada da linguagem comum, refere-se às condições sociais do presente, ou dos últimos tempos incluindo o presente, em contraste com as de um período anterior (Bendix, 1976).

Controlar (dentro das sociedades enquanto modernas) quer dizer, disciplinar as ações e os corpos (Foucault, 2010), buscar um meio de “moldar” um determinado grupo mediante um aparato que agenciasse eventuais desvios prejudiciais a um ordenamento, e retornando a Bentham a exposição seria um meio de “curar” os sujeitos criminosos e doentes. No entanto, o conceito “terror” em sociologia é um tanto vago, muitos pensadores tentam esquematizar suas origens para assim discorrer sobre suas ramificações, que seriam o terrorismo e o terrorista, e o problema encontra-se nas relações por trás das ações, que além de violentas, promovem traumas psicológicos que tenderiam a criar um pré noção estética do que seria esse terror, nisso levando ao racismo que tende a “apresentar um rosto” para o terrorista.

O terrorismo é uma forma de risco que foge a uma ideia científica e mensurável, como no caso da energia nuclear, no terror há entre inúmeros problemas uma questão central: o aspecto político por trás de seus agentes e de suas formas de reivindicação. Dessa forma como percebe o sociólogo argentino Flabián Nievas, o terrorismo é difícil de ser categorizado socialmente e sociologicamente, seu estudo é algo recente e complexo, envolvendo polêmicas e controvérsias por existirem “tipos” de terrorismo. A divisão pode ser melhor entendida a partir do entendimento do tripé: terror, terrorista e terrorismo, em que temos ação, agente e por último uma prática que visa afetar psicologicamente os indivíduos.

Como Nievas percebe:

En los ámbitos académicos también suele tomarse de manera acrítica y utilizar el término “terrorismo” sin sentir la necesidad de definirlo, aunque unos cuantos intelectuales han realizado un esfuerzo por explicitarlo. En tal sentido hay un relativo consenso entre los académicos en que son hechos violento cuyo impacto psicológico se mucho mayor que el daño material causado (...). (Nievas, 2015, p.177).

O terror é um risco em latência, e teríamos muitos exemplos a apresentar, no entanto devemos perceber primeiro a sua origem em 1793, com a execução do monarca Luís XVI e a partir disso houve uma deflagração de terror, que ficou conhecido por “anos de terror”, em que práticas de “aterrorização” de inimigos era comum, junto com execuções públicas deliberadas.

Na sociedade tecnológica, que estamos discutindo aqui, o terrorismo se vale dos dispositivos informacionais para também deflagrar suas práticas de terror e medo. O consenso



## Múltiplos Olhares desde o Brasil

é de que se tratam de práticas violentas, que buscam efeitos simbólicos e psíquicos (Neivas, 2015), no entanto, o conceito violência dentro da sociologia é um tanto ambíguo, dessa forma, o terror, o terrorista e o terrorismo precisam ser vistos em suas particularidades. O terrorismo, então, pode tanto buscar independência de um território, como pode apenas provocar medo com ataques suicidas, e esse último ponto é o mais comum na atualidade.

A sociologia e suas preocupações com os desdobramentos das sociedades capitalistas, muitas vezes acaba por não perceber o real impacto das minúcias possibilitadas pelos dispositivos tecnológicos, como no combate ao terrorismo e suas ramificações, nisso temos o papel dos dispositivos tecnológicos de vigilância e controle, e como os mesmos trouxeram uma nova ideia acerca do risco dos ambientes de combate. Como mencionado por Giddens, o conhecimento sociológico espirala dentro e fora do universo da vida social, reconstituindo tanto este universo como a si mesmo uma parte integral deste processo (Giddens, 1991).

### **Os olhos no céu: os UCAV's e a “guerra limpa”**

Podemos trazer o exemplo do emprego de tecnologia nos grandes exércitos da atualidade, como o dos Estados Unidos da América, que atualmente diminuiu em grande número o uso de soldados em campos de batalha, para em contrapartida ao os substituir pelos chamados *UCAV's* ou *drones*<sup>1</sup>. Esses dispositivos de combate a distância existem desde a Segunda Guerra Mundial, no entanto só a partir da década de 1990 é que os mesmos passaram a ser desenvolvidos com uma tecnologia de ponta.

Um *drone* pode consistir em uma espécie de avião de pequeno porte, podendo ou não carregar material bélico como mísseis ou dispositivos de tiro, ou pode ser um pequeno helicóptero de inúmeras hélices, ou seja, pode ser grande e pequena e pode com isso ser confundido em suas finalidades, que podem ser militares ou recreativas.

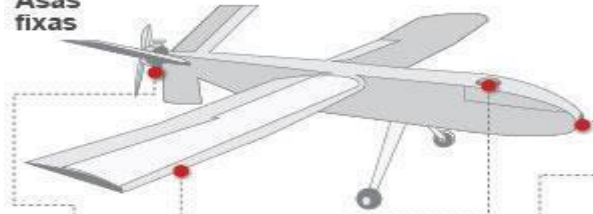
---

<sup>1</sup> Sigla para *unmanned combat air vehicle*, veículo de combate aéreo não tripulado. Já a palavra *drone* (zangão) é uma palavra de linguagem leiga, faz referência ao caráter não tripulado, a partir da noção de que os zangões são estéreis (Chamayou, 2015).

Tipos de *UCAV's* e *UAV's*:

## Tipos de drones

**Asas fixas**

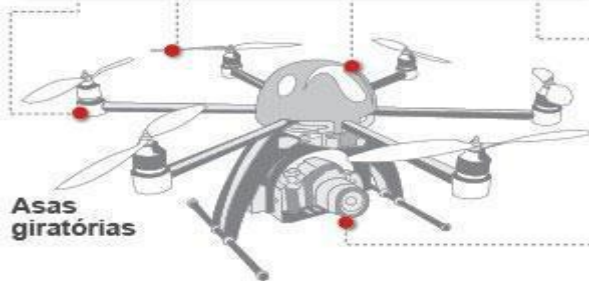


Motores

Asas

GPS, sensores e sistemas

Câmeras



**Asas giratórias**

## Tamanhos

Movidos a bateria, elétricos ou a combustível

**Micro**  
Até 2kg



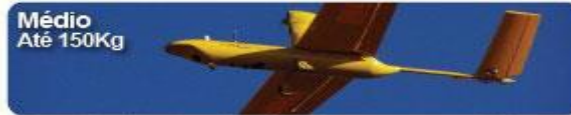
**Mini**  
Até 7kg



**Pequeno**  
Até 25Kg



**Médio**  
Até 150Kg



**Grande**  
Mais de 150Kg



Fonte 1: <http://tropasearmas3.xpg.uol.com.br/Armas-Drones.html>

No entanto, seu potencial de arma de destruição quase perfeito foi logo sentido:

Ao prolongar e radicalizar tendências preexistentes, o *drone* armado opera uma passagem limítrofe: para quem faz uso de uma arma dessas, é a priori impossível morrer matando. A guerra, de assimétrica que podia ser, torna-se absolutamente unilateral. O que podia ainda se apresentar como um combate converte-se em simples campanha de abate (Chamayou, 2015, p.21).

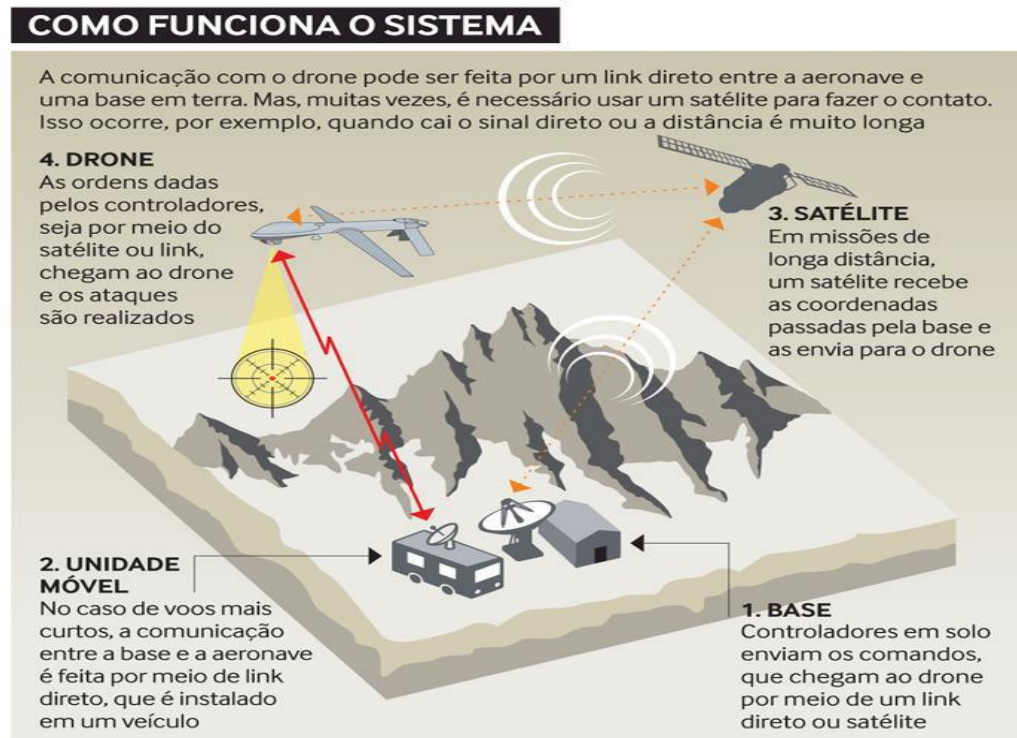
Ao se colocar em campos de batalhas esses veículos remotamente pilotados o exército norte-americano acabou por assumir os riscos de erros, como assassinar por engano famílias de muçulmanos por simplesmente parecerem com os supostos terroristas caçados. Como provam alguns dados, milhares de pessoas já foram assassinadas por enganos pelos *drones*, seja em campos de batalha ou não<sup>2</sup>.

Os veículos aéreos remotamente pilotados só eliminam riscos de um lado do combate, o lado detentor da tecnologia de matar quase perfeita, nesse sentido, o outro lado encontra-se sempre a mercê desses dispositivos de guerra. O *drone* é a tecnologia em estado puro, a nova verdade em termos de combate e de guerras, em que o risco de perder uma vida norte-americana é nulo, no entanto, as vidas do outro lado acabam a mercê desse risco, acabando por morrer sem um motivo, apenas por estarem em um local de guerra e vestir-se como os suspeitos buscados. Dentro desse risco, além de tudo o que pode acontecer com as vidas de inocentes, podemos perceber a perpetuação dos preconceitos contra os muçulmanos, que na atualidade tomar medidas extremas.

---

<sup>2</sup> Dados vazados pelo site *Wikileaks*, que é uma organização sem fins lucrativos, situada na Suécia, tendo como atividade a publicação de documentos, fotos e informações de caráter confidencial, dessa forma, gerando sanções e problemas com governos ao redor do mundo.

Seu funcionamento:



O *drone*, dessa forma, acabou por ser a arma mais usada na chamada “Guerra ao Terror”<sup>3</sup> em função de seus resultados e de sua tecnologia eficaz. Os “*olhos no céu*”, como foram apelidados pelas autoridades governamentais, mostram a mais eficiente arma de vigilância e combate empregada em campos de batalha, fazendo com que um lado sentir-se como onisciente e onipotente. É o panóptico a disciplinar e a controlar. Como percebeu Jacques-Alain Miller acerca deste olhar quase divino:

Que o olho veja, sem ser visto – aí está o maior ardid do Panóptico. Se posso discernir o olhar que me espia, domino a vigilância, eu a espio também, aprendo suas intermitências, seus deslizes, estudo suas regularidades, posso despistá-la. Se o Olho está escondido, ele me olha, ainda que não esteja me vendo. Ao se esconder na sombra, o Olho intensifica todos os seus poderes

– e a economia ainda ganha com isso, pois o número dos que suportam a função de vigilância pode ser reduzido na medida dessa intensificação (Miller, 2008, p.91).

<sup>3</sup> Termo cunhado em discursos pelo então presidente norte-americano George W. Bush em 2001, que como mostra de represália aos ataques ao *World Trade Center* prometeu ao povo norte americano promover uma Guerra ao Terror.

Fuga à realidade de um combate, a vida dos soldados serão sempre poupadas, os norte-americanos no caso, percebemos nesse sentido a tecnologia empregada para disciplinar, normalizar os corpos – tendo nos *drones* sua ferramenta de ação – e indo para além de um modelo de controle extremo, em que a partir da constante exposição da vida de pessoas em zonas de combate, sejam elas no Afeganistão, Iraque ou Sudão<sup>4</sup>.

A principal crítica ao uso de *drones* em missões de ataque é quanto à morte indesejada de civis. Um estudo apontou que uma em cada três vítimas de ataques de *Predators* no Paquistão entre 2004 e 2010 era civil. Ativistas de ONGs internacionais e a população dos países atacados afirmam que essas aeronaves banalizam a guerra e, conseqüentemente, colocam a vida de civis em risco. Um dos argumentos é que, distanciados do calor do combate e controlando os *drones* por uma espécie de joystick – sim, isso mesmo, joystick –, os pilotos perdem a noção da realidade. “O problema dos *drones* é que tudo se parece com um videogame. O piloto fica numa sala e, com um joystick nas mãos, dispara um míssil”, afirma Kalinka Castelo Branco, professora do Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação (ICMC) da USP em São Carlos<sup>5</sup>.

A guerra só é limpa para um lado, ou seja, a vitória já parece determinada por aqueles que detém a tecnologia mais avançada, podendo categorizar os terroristas e os inimigos conforme paradigmas inventados. Os “olhos no céu” não apenas patrulham as vilas em localidades inóspitas, são dispositivos promotores de medo e paranoia, uma espécie de deus destruidor pronto a matar sem aviso prévio.

### Considerações Finais

A sociedade tecnológica, como percebemos nos últimos anos, e sua lógica determinista (ou capitalista) com relação aos países periféricos, parece não perceber os reais problemas por trás de um mundo desigual e de seus conflitos. Os conflitos armados ao redor do mundo, podendo ser a Guerra ao Terror, ou até mesmo os outros conflitos decorrentes dessa lógica,

---

<sup>4</sup> Em razão do grande afluxo de imigrantes dessas zonas de conflito para Europa, através do Mar Mediterrâneo, tem sido usados *drones* de vigilância, nesse mesmo mar e em outras fronteiras, que visam uma constante observação e detenção desses indivíduos (e suas famílias muitas vezes).

<sup>5</sup> Fonte: <http://tropasearmas3.xpg.uol.com.br/Armas-Drones.html>. Acessado em outubro de 2017.



## Múltiplos Olhares desde o Brasil

como a terrível guerra civil da Síria<sup>6</sup>, promoveram um distanciamento da violência, ou um deslocamento do potencial de combate. Nesse sentido ao trazermos os drones como o novo soldado, o guerreiro limpo, procuramos problematizar essa mesma relação, que seria promover através de uma vigilância constante em zonas de combate, a objetivação de matar indivíduos por causa de sua aparência.

Em suma, a tecnologia promoveu uma esquizofrenia entre o matar e o morrer, entre o que é o terrorista e o que é o inocente, podendo parecer que um lado sempre acabará sendo o perdedor. O desenvolvimento de uma ideia de sociedade tecnológica, que aqui tentamos apresentar, pautou-se no advento do capitalismo, enquanto modelo econômico e ao mesmo tempo como promotor de desigualdades, que em países como os Estados Unidos e seu modelo de guerras (quase permanentes) acabariam por tornar a violência (e o terrorismo) como política de Estado.

### Referências

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

BENDIX, Reinhard. **A sociedade moderna**. IN: PARSONS, Talcott (org). *A Sociologia Americana*. São Paulo: Cultrix, 1970.

BENTHAM, Jeremy. **O Panóptico**. Belo Horizonte/MG: Autêntica, 2008.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco. Rumo a uma outra modernidade**. São Paulo: 34, 2011.

CASTELO BRANCO, Guilherme (org.) **Terrorismo de Estado**. Belo Horizonte/MG: Autêntica, 2013.

CHAMAYOU, Grégoire. **A teoria do drone**. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

CRARY, Jonathan. **24/7. Capitalismo tardio e os fins do sono**. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

DELEUZE, Gilles. **Post-Scriptum sobre a sociedade de controle**. IN *Conversações 1970-1992*. São Paulo: Ed. 34, 1992.

---

<sup>6</sup> E o fortalecimento de grupos extremistas como o ISIS ou ISIL, acrônimos em inglês para *Islamic State of Iraq and the Levant* ou *Islamic State of Iraq and Syria*, é um grupo fundado em 1999 a partir da dissidência interna de um outro grupo terrorista, a Al-Qaeda.





## Múltiplos Olhares desde o Brasil

- DELEUZE, Gilles. GUATTARI, Félix. **O Anti-Édipo: Capitalismo e Esquizofrenia**. São Paulo: Ed. 34, 2010.
- FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir. O nascimento da prisão**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2006.
- GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.
- MILLER, Jacques-Alain. **A máquina panóptica de Jeremy Bentham**. IN: BENTHAM, Jeremy. **O Panóptico**. Belo Horizonte/MG: Autêntica, 2008.
- MATHIESEN, Thomas. **A sociedade espectadora: o “panóptico” de Michel Foucault revisitado**. Margem, São Paulo, n.8, p.77-95, dez.1998.
- MATHIESEN, Thomas. **The viewer society: Michel Foucault “Panopticon” revisited**. IN: *Theoretical criminology: an international journal* 1(2) pp. 215-232, London: Sage, 1997.
- NIEVAS, Flabián. **Terrorismo: en búsqueda del concepto**. Cuadernos de Marte/ Año 6, NRO. 9, Agosto-Diciembre 2015.
- SANTOS, Claudinei Caetano dos. **A ação do controle velado – do panóptico ao sinóptico**. Revista eletrônica do instituto de filosofia – IF Science Institute. ISSN 1984-5804. Disponível em: [www.institutodefilosofia.com.br](http://www.institutodefilosofia.com.br).
- STERLING, Claire. **A rede do Terror**. Rio de Janeiro: Nórdica, 1982.



## Múltiplos Olhares desde o Brasil

### **O PAPEL DO ESTADO NO CONTEXTO DE CONFLITOS SOCIAIS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA**

**Charles Evandre Vieira Ferreira**  
(Universidade Estadual do Rio Grande do Sul)

**Jaqueline Guimarães Santos**  
(Universidade Federal Rio Grande do Sul/  
Universidade Federal de Pernambuco)

#### **INTRODUÇÃO**

No momento atual que vivemos no Brasil, deparamos com um problema socioeconômico bastante sério que é o crescimento da violência em suas diversas facetas, muitos são os múltiplos casos de violência que são noticiados diretamente nos veículos de comunicação, um problema que há muitos anos deixou de ser uma realidade apenas em grandes centros urbanos, cidade pequenas, consideradas ordeiras deixaram de ser calma e pacata para entrar nos índices de violência, dentre outros problemas sociais como drogas e prostituição.

Sabendo disso o Estado tem o dever e a obrigação de proporcionar a todos os cidadãos segurança pública, dever esse constitucional previsto no artigo 144 da Constituição do Brasil 1988, de manter a preservação da ordem pública, no entanto não se resume a apenas segurança, mas um conjunto de outras medidas, passando por políticas públicas, para dirimir o problema. Com base nisso, este estudo busca refletir sobre violência e o papel do Estado no contexto de conflitos sociais que caracterizam a sociedade contemporânea.

#### **VIOLÊNCIA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS: RELAÇÕES PARADOXAIS**

A Constituição da República Federativa do Brasil no ano de 1988, em Assembléia Nacional Constituinte instituiu um Estado Democrático de Direito, com garantias asseguradas referentes aos direitos sociais e individuais para todos seus cidadãos, entre diversas outras garantias (PREAMBULO DA CF/88). No que diz ao respeito, aos princípios fundamentais deixe explícito no seu artigo primeiro os direitos que a Carta Magna assegura no seu parágrafo

único, deixa claro que o poder emana do povo através de seus representantes.

A Constituição da República de 1988, em seu Art.1º dispõe:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- I - a soberania;
- II - a cidadania;
- III - a dignidade da pessoa humana;
- IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Desta forma, o Artigo 5º traça para o cidadão os direitos e deveres individuais e coletivos a ser seguido, onde reconhece o sujeito detentor de direitos.

Art. 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança, e à propriedade, ...".

Nesse sentido, a constituição traz em seu texto a valorização do ser humano como cidadão, respeitando todos os seus direitos inerentes aos Direitos Humanos manifestado nos seus princípios.

O princípio da dignidade humana, é esse princípio que inspira os típicos direitos fundamentais, atendendo à exigência do respeito à vida, à liberdade, à integridade física e íntima de cada ser humano, ao postulado da igualdade em dignidade de todos os homens e à segurança. É o princípio da dignidade humana que demanda fórmulas de limitação do poder, prevenindo o arbítrio e a injustiça. Nessa medida, há de se convir em que "os direitos fundamentais, ao menos de forma geral, podem ser considerados concretizações das exigências do princípio da dignidade da pessoa humana (MENDES; BRANCO, 2017, pág. 137).

Vale ressaltar que apesar que esteja assegurado na nossa carta magna, os princípios e tratados referente aos direitos humanos se origina de tratados internacionais, principalmente na Convenção de Direito Humanos, conhecido como Pacto de San José da Costa Rica submetido pelo clivo do Art. ° 5, § 3º que foi inserido pela emenda 45/2004.

A Constituição da República de 1988, em seu Art.5, § 3º dispõe:

Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos, quando aprovados em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

Assim, no Capítulo II, que refere Dos Direitos Sociais no Artigo 06 em sua redação a Carta Magna estabelece o que são Direitos Sociais, estabelecendo que é obrigação da constituição de assegurar todos esses direitos.

Art. 6º, são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Conforme Carvalho (2002, pag. 6) diz que a Cidadania virou gente no auge da Constituição Federal de 2008, conhecida como constituição cidadã, que trazia consigo uma crença de que a democracia trazia consigo uma felicidade nacional com o direito de eleger seus próprios governantes, onde teria uma garantia de todos os direitos ressaltados na constituição. Porém com o passar do tempo não foi bem assim o que ocorreu, os problemas relacionados com a violência urbana, o desemprego, o analfabetismo e má qualidade e falta de investimento na educação, a mal serviço prestado na saúde bem como saneamento e principalmente as grandes desigualdades sociais e econômica ainda continuam sem solução e se agravam.

## **O PAPEL DO ESTADO NA SEGURANÇA PÚBLICA**

Quando o assunto é violência, o Brasil estar passando por momentos muito delicado, diariamente podemos observar nos grandes meios de comunicação que noticiam suas reportagens sobre diversos tipos de violência, inclusive em cidades considerada ordeiras. Dessa forma, esse crescimento assustador da criminalidade ocorre principalmente em virtude da existência e da proliferação das facções que comanda o tráfico de drogas em determinado ponto de uma cidade, conhecido popularmente como crime organizado.

Para Nucci (2016, pág. 47), segurança é termo representativo de conforto, bem-estar, confiança, certeza e modo que sentir-se seguro é dizer que estrar em casa onde me sinto seguro entre outras diversas situações como levar um filho para escola, ir ao trabalho e não ser furtado, ou seja estar seguro significa estar livre de crimes.

Segurança pública é a ausência de risco correspondente ao interesse da sociedade, tomada esta como a soma das individualidades, mas como um corpo, qual seja, a coletividade. Segurança pública é o conjunto das ações preventivas e reativas, de natureza pública, que, em resposta ao fenômeno da criminalidade, volta-se ao alcance ou à manutenção da ordem pública e que tem como fim último proporcionar

aos indivíduos, na convivência social, a fruição de relações pautadas no direito básico de liberdade, garantidas a segurança jurídica – proteção contra repressão autoritária do Estado – e a segurança material – proteção contra agressões de todo tipo (NUCCI, 2016, pág. 48).

Dessa forma, a Constituição Federal de 1988, assegura que todo cidadão têm direito a segurança através dos órgãos públicos que deverão proporcionar os devidos meios de condições para garantir esse direito constitucional. Assim, o tema segurança pública é expressamente tratado art. 144 da Constituição Federal, inserido no Capítulo III (Segurança Pública), onde deixa reservado apenas um artigo para um tema tão complexo, porém esse artigo deixa claro quais são os órgãos encarregados para propiciar a toda sociedade a preservação da ordem pública.

#### A Constituição da República de 1988, em seu Art.144. Dispõe

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

- I - polícia rodoviária federal;
- II – policia federal
- III - polícia ferroviária federal; IV - polícias civis;
- V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.

Sendo assim, cabe a cada órgão mencionada no artigo de propiciar a população a segurança, dessa forma para todas esses órgãos existe uma área específica de atuação com o objetivo de assegurar a ordem pública.

A Constituição da República de 1988, em seu Art.144, §1º Inc. I, II, III;2º;3º;4º;5º e 8º. Dispõe,

§ 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a:

I - Apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;

II - Prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência;

III - exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras;

§ 3º A polícia ferroviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das ferrovias federais.



## Múltiplos Olhares desde o Brasil

§ 4º Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto os militares.

§ 5º Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.

§ 8º Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei.

Contudo, fica explícito que cada órgão tem sua área de atuação cabendo a cada um deles o papel de servir a sociedade. As forças armadas que não foi mencionada que estar destinada à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais. Porém como estamos observando nos meios de comunicação o auxílio das forças armadas nos estados que solicita ao Governo Federal auxílio para combater essa criminalidade pois os estados não têm meios necessários para coibir essa criminalidade, podemos citar, o exemplo do Rio de Janeiro.

### **O CONTEXTO DOS CONFLITOS SOCIAIS**

Hoje estamos com altas índices de violência na sociedade, podendo ser percebido nos grandes centros bem como em cidades pequenas, essa crescente violência pode ser percebida em qualquer região do Brasil.

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), no relatório no atlas da violência 2016, relata que

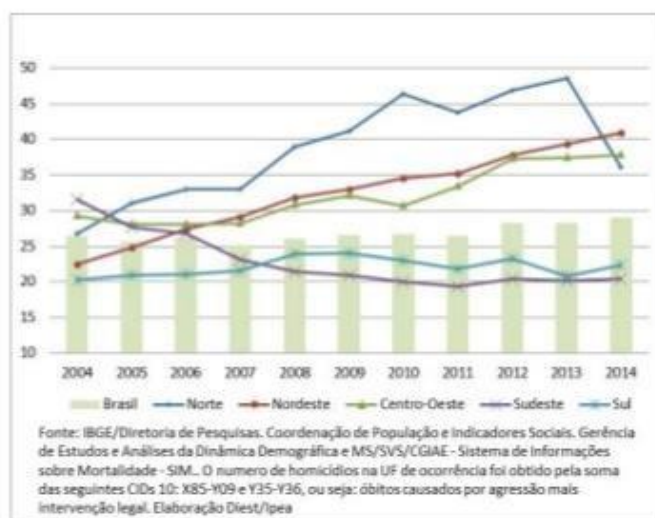
“ A incidência do fenômeno dos homicídios ocorre de maneira heterogênea no país não apenas no que diz respeito à dimensão territorial e temporal, mas no que se refere às características socioeconômicas das vítimas. Pelas informações disponíveis, a partir de 2008 parece que se alcançou um novo patamar no número de mortes, que tem evoluído de maneira bastante desigual nas unidades federativas e microrregiões do país, atingindo crescentemente os moradores de cidades menores no interior do país e no Nordeste, sendo as principais vítimas jovens e negros”.

Esse relatório analisa a violência letal acerca da evolução dos homicídios nas unidades federativas entre 2004 e 2014, que somente no ano de 2014 segundo registros do Ministério da Saúde, ocorreram 59.627 homicídios no Brasil. Dessa forma, a grande consequência desse fenômeno poderia estacar a falta de políticas públicas que por ventura gera um aumento de desemprego, analfabetismo bem como a qualidade da educação, a falta de serviço na saúde e saneamento, etc.

No Nordeste é a região mais afetada com essa violência, para chegar a esse número

segundo o Segundo o Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), que faz esse cálculo da taxa de homicídio por cem mil habitantes, onde podemos perceber que entre os doze estados primeiros estão inseridos, oito são do Nordeste, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Tabela 1- Taxa de homicídio no Brasil e nas regiões - 2004 a 2014



Ao analisar essas tabelas chegamos à conclusão que existe um enorme crescimento nas taxas de homicídios em todos as Regiões do Brasil, mas principalmente na região do Nordeste, onde nos 12 primeiros estados estão com taxa mais altas de homicídios por unidade da federação de 2004 a 2014, onde encontra-se 08 Estados do Nordeste, sendo que entre os 05 primeiros 04 são nordestinos. Seguindo de Alagoas na primeira colocação o estado do Ceará em Segundo o Sergipe em terceiro o Rio Grande Do Norte em Quarto, seguido da Paraíba em Nono, Bahia em Decimo, Pernambuco em Decimo Primeiro e Maranhão em Decimo Segundo, ficando apenas o Estado do Piauí desse ranking dos estados mais violentos do Brasil ficando em uma situação privilegiada apenas em vigésimo quinto.

## ALGUMAS REFLEXÕES FINAIS

No contexto de conflitos sociais contemporâneos, será que a segurança pública é suficiente para minimizar tais conflitos? Oliveira, Tonelli e Pereira (2015) afirmam que os



## Múltiplos Olhares desde o Brasil

crecentes índices de criminalidade reforçam a ideia de que o modelo tradicional de combate à violência está desgastado;

Entende-se, portanto, que em face das contradições criadas pelo sistema capitalista, especialmente em países como o Brasil, evidencia-se a necessidade constante de criar estratégias que visem enfrentar as desigualdades socioculturais e econômicas geradas no centro desse sistema (TORRES, 2012).

### REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 05 de outubro de 1988. **Portal do Planalto**. Disponível

em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso: setembro, 2017.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil. O longo Caminho**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

**CONVENÇÃO AMERICANA DE DIREITO HUMANOS/Pacto de San José da Costa Rica** 1969. Disponível em:

<http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/sanjose.htm> - Acesso em outubro de 2017.

**IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/atlas-da-violencia-2016-> Acesso em setembro 2017.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas da Violência**. Brasília, março de 2016.

MAGALHÃES, José Luiz Quadros de. **Direitos humanos na ordem jurídica interna**. Belo Horizonte, interlivros, 5ª ed, 2012.

MENDES, G. F. Curso de direito constitucional. 12. ed. rev. e atual. – São Paulo: Saraiva, 2017.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Direitos humanos versus segurança pública** – Rio de Janeiro: Forense, 2016.

OLIVEIRA, V. A. R.; PEREIRA, J. R.; OLIVEIRA, V. C. S. E. O Conselho de Segurança Pública no Âmbito da Administração Pública Municipal. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 2, p. 64-80, 2007.

RODRIGUES, João Gaspar. **Segurança pública e comunidade: alternativas à crise**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2009.





# Múltiplos Olhares desde o Brasil

SILVEIRA, Cláudia Maria Toledo. A cidadania no Brasil pela Constituição de 1988. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 2, nº 19, 2010.

TORRES, Andréa Almeida. Direitos humanos e sistema penitenciário brasileiro: desafio ético e político do Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 67, 2012.

## **INTERSECCIONALIDADE NOS FEMINICÍDIOS EM PELOTAS/RS: UM ESTUDO SOBRE RAÇA, CLASSE E GÊNERO**

Carolina Freitas de Oliveira Silva  
(Universidade Federal de Pelotas)

### **Introdução**

No ano de 2006, ao reconhecer o direito a inviolabilidade do corpo da mulher, o Brasil judicializa e criminaliza a violência de gênero, ao instituir a Lei 11.408/2006<sup>1</sup> (BRASIL, 2006), conhecida como Lei Maria da Penha (LMP), tendo como principal objetivo a conscientização social e a eliminação da violência contra a mulher no país.

A sua criação trouxe significativas mudanças que tem como escopo a repressão e a educação social sobre a gravidade deste tipo de violência, trazendo a criação das delegacias de defesa da mulher, a instituição dos Juizados de violência doméstica e familiar, a criação das medidas protetivas civis e penais que buscam garantir a integridade física e mental da vítima, além da rede de apoio a mulheres em risco.

Em que pese a elaboração desta tenha vindo para auxiliar com a repressão, alguns estudos como o de Wania Pasinato (2008), questionam a aplicabilidade e dos obstáculos que persistem para uma melhor efetividade, no sentido de trazer uma maior proteção das mulheres.

No ano de 2015 foi promulgada a Lei 13.104/2015 (BRASIL, 2015)<sup>2</sup>, a Lei do Feminicídio, a qual determina ser crime hediondo o assassinato de uma mulher em razão de seu gênero. Com o advento da lei, criou-se um campo frutífero para as análises que possuam como pano de fundo violência e justiça e a forma com que o judiciário compreende os crimes de feminicídios. As reflexões dos estudos, Sérgio Adorno (1996, 2002), Wania Pasinato (2011, 2014), Luís Roberto Cardoso de Oliveira (2007, 2010, 2011), demonstraram que o judiciário constitui um espaço que prima pela instrumentalidade permitida pela lei, capaz de criar desigualdades.

---

<sup>1</sup> Encontrada em: <https://goo.gl/Hg9mYX>.

<sup>2</sup> Encontrada em: <<https://goo.gl/Cddoip>>

Seguindo este eixo, que incorpora a violência, gênero e poder judiciário, e as questões que encontram-se imersas nesta teia de conflitos que esta pesquisa se enquadra. Este estudo pretende compreender como a justiça trata as relações raciais, classistas e de gênero em crimes de feminicídios entender qual é o espaço dado pela justiça a estes aspectos e investigar como são articuladas as questões identitárias dentro dos procedimentos jurídicos

## Femicídio

O vocábulo femicídio, conforme Pasinato (2010), foi utilizado pela primeira vez no ano de 1976, no Tribunal Internacional de crimes contra mulheres<sup>3</sup> por Diana Russel e Caputti, constituindo-se em:

Femicídio está no ponto mais extremo do contínuo de terror anti-feminino que inclui uma vasta gama de abusos verbais e físicos, tais como estupro, tortura, escravização sexual (particularmente a prostituição), abuso sexual infantil incestuoso e extra-familiar, espancamento físico e emocional, assédio sexual (ao telefone, na rua, no escritório e na sala de aula), mutilação genital (cliterodectomia, excisão, infibulações), operações ginecológicas desnecessárias, heterossexualidade forçada, esterilização forçada, maternidade forçada (ao criminalizar a contracepção e o aborto), psicocirurgia, privação de comida para mulheres em algumas culturas, cirurgias cosméticas e outras mutilações em nome do embelezamento. Onde quer que estas formas de terrorismo resultem em mortes, elas se tornam femicídios (PASINATO, 2010, p.224, Apud, RUSSEL E CAPUTTI, 1992, p.2).

Na perspectiva das autoras, o crime teria grande abrangência, sendo perpetuado por diversos tipos de atos violentos. seria o último, de diversos anteriores, ato de violência sofrido pela mulher. A partir desta perspectiva, nos femicídios não há ligação com questões classistas e de raça. Os crimes ocorreriam a partir de um *continuum* de violência, tendo como fator relevante para o cometimento o gênero da vítima.

A ideia de se proteger a vida das mulheres, surgiu na Convenção de Direitos Humanos em Viena, no ano 1993 “a partir desta abordagem, é possível fazer com que os Estados assinem e ratifiquem convenções que prezem pela proteção dos direitos das mulheres” (PASINATO,

---

<sup>3</sup> Este tribunal ocorreu na cidade de Bruxelas, no ano de 1976 e foi arquitetado por feministas. Segundo Pasinato, “a sessão do Tribunal reuniu milhares de mulheres de quarenta nacionalidades que compartilharam testemunhos e experiências sobre a opressão e violência, denunciando aos abusos cometidos contra mulheres em geral.” (PASINATO, 2010, p.223)

2011, p. 231)

Porém, entre os anos de 1993 e 2003, o termo ganhou destaque na América Latina, a partir das inúmeras mortes de mulheres em Ciudad Juarez, no México. A cidade que faz fronteira com os Estados Unidos possui grande movimento de pessoas que buscavam ultrapassar a fronteira e para morar no lado americano. O grande número de mulheres na região é devido às indústrias que se instalaram na região na década de 70 e buscavam a mão de obra feminina, em especial.

A morte de mais de quatro mil e quinhentas mulheres, foi levada a Corte Interamericana de Direitos Humanos, que responsabilizou por omissão o estado Mexicano, determinando, entre outras medidas, a devida apuração dos crimes e aplicação de leis que visassem eliminar este tipo de crime. (PASINATO, 2011, p.223-225)

Algumas das questões que chamaram atenção neste caso foram a violência com que estas mulheres eram assassinadas e o fato da grande maioria ter sido morta por companheiros, ex-companheiros ou alguém com quem mantinham relação amorosa.

Segundo a ONU, em 2007, a Guatemala também apresenta um grande número de assassinatos de mulheres, ficando abaixo de Ciudad Juarez e da Rússia.

### **Femicídio ou feminicídio**

Ao estudar a temática, verificou-se que na teoria encontram-se duas denominações para o assassinato de mulheres, quais sejam, femicídio e Feminicídio.

A palavra femicídio foi engendrada por Russel e Redford e advém da expressão inglesa *femicide*<sup>4</sup> e referia-se aos assassinatos cometidos contra mulheres em razão de seu gênero única e exclusivamente, não estando incluídos quaisquer ligações com marcadores de diferença.

Esta concepção compreende, segundo Pasinato (2011), que a morte destas mulheres não se constitui um evento isolado em suas vidas, “e descrito como um crime cometido por homens contra mulheres, seja em grupos ou individualmente” (PASINATO, 2011, p.230)

---

<sup>4</sup> “first used the term femicide in public when I testified to the approximately 2,000 women from 40 countries who attended the first International Tribunal on Crimes Against Women, in Brussels, Belgium, in 1976. Here is a photo of the female-only participants attending this groundbreaking global speak-out, some of whom also testified about other crimes against women.” (RUSSELL, 2011) [http://www.dianarussell.com/origin\\_of\\_femicide.html](http://www.dianarussell.com/origin_of_femicide.html).

Porém, foi com a transposição do termo *femicide* para o espanhol, que as duas formas despontaram. A nova forma de denominar adveio dos assassinatos de mulheres em Ciudad Juárez, no México, obtendo grande destaque e repercussão internacional, levando a discussão o alcance dos termos.

Proposta Marcela Lagarde, antropóloga e feminista mexicana o uso da palavra feminicídio, seria utilizado para determinar que os assassinatos contra mulheres atingem a humanidade, que “a perpetração dos atos de violência ocorrem em função da impunidade penal” (PASINATO, 2011, p. 232), agregando também os desaparecimentos de mulheres.

Outra defensora da expressão feminicídio é a socióloga mexicana Júlia Monarréz, ao compreender que “as duas raízes da palavra seriam *fémína* -mulher- e *caedo, caesun-* matar. A palavra em latim para mulher seria *femina* e não *femena*. Ao unir, então, as palavras chegaríamos a *femicidium*, em espanhol, feminicídio.” (MELLO, 2016, p.22)

Por compreender que no Brasil as mortes de mulheres ocorrem não somente por serem do gênero feminino, mas por estarem inclusos questões que permeiam a raça, classe, religião, orientação política e sexual e por estamos diante de uma situação em que o Estado não cumpre seu dever de proteção à vida e a integridade da mulher, nesta pesquisa será utilizado o termo feminicídio.

### **A violência e o poder judiciário**

Para pensar o campo em que a pesquisa será aplicada e compreender como se dá a relação entre judiciário, serão utilizados os estudos de Cardoso de Oliveira (2008, 2010, 2011).

Segundo o autor, o judiciário brasileiro possui mecanismos que filtram os casos que são levados ao seu conhecimento e insere as decisões de cunho normativo para a resolução dos conflitos.

As questões raciais e classistas formam desigualdades no julgamento dos casos e em seu processamento. Estas diferenciações ou falta de articulação da igualdade têm origem na concepção de igualdade que existe no país. De um lado os ideais constitucionalistas ao preverem na CF/88 a isonomia jurídica, o tratamento igualitário a todos; de outro a ideia de uma mitigação da igualdade<sup>5</sup>, que consiste em tratar de forma desigual os desiguais, o que

---

<sup>5</sup> Denominação utilizada no Direito Constitucional para essa concepção da igualdade.

acaba por gerar *desigualdades* e um tratamento diferente a certas demandas, consoante Cardoso de Oliveira (2010).

Segundo estudos de Adorno (1996) realizados a partir da análise de sentenças proferidas em processos judiciais idênticos a justiça é mais severa com indivíduos negros. Para ele, esta desigualdade encontrada prejudica a ideia de uma justiça livre de diferenciações.

Em termos gerais de violência urbana, é importante pontuar que houve um expressivo aumento nos últimos trinta anos, especialmente nos homicídios. A grande ocorrência destes crimes, para Adorno (2002), pode ser explicada a partir de quatro tendências:

a) O crescimento da delinquência urbana, em especial dos crimes contra o patrimônio (roubo, extorsão mediante sequestro) e de homicídios dolosos (voluntários); b) a emergência da criminalidade organizada, em particular em torno do tráfico internacional de drogas, que modifica os modelos e perfis convencionais da delinquência urbana e propõe problemas novos para o direito penal e para o funcionamento da justiça criminal; c) graves violações de direitos humanos que comprometem a consolidação da ordem política democrática; d) a explosão de conflitos de vizinhança que tendem a convergir para desfechos fatais (ADORNO, 2002, p.88).

É importante considerar as demais discussões que são objeto de análise desta pesquisa. Em um panorama que visa agregar aos estudos do judiciário, atribuindo esta noção de gênero, interseccionalidade e identidade a pesquisa, passamos ao referencial teórico que servirá como base para estas discussões.

Interseccionalizar gênero, raça e classe, significa empreender estes aspectos como categorias articuladas que vão além de diferenciações fixas, únicas ou opostas, mas “campos historicamente contingentes de contestação dentro de práticas discursivas e materiais” (BRAH, 2006, p.331).

Neste contexto, de uma visão multifocal, é importante pontuar a forma como Adriana Piscitelli (2008) compreende a interseccionalidade:

Raça, gênero e classe não são âmbitos diferentes de experiências que existem isoladamente uns dos outros, nem podem ser simplesmente montados em conjunto como se fosse lego. Essas categorias existem em e por meio das relações entre elas. Por este motivo são categorias articuladas. As categorias de diferenciação não

são idênticas entre si mas existem em relações, íntimas, recíprocas e contraditórias (PISCITELLI, 2008, p. 268).

Desta forma, compreendemos que a análise interseccional vem, na perspectiva de questionar como ocorrem as relações de gênero, raça e classe nos processos de feminicídio levados ao judiciário, a partir da articulação destas diferentes formas de relações que permeiam as categorias dentro de um processo judicial cuja vítima é uma mulher.

## Resultados preliminares

No que se refere aos números da violência em um panorama nacional, verificou-se que a violência contra a mulher tem aumentado anualmente. Segundo levantamento realizado no estudo que originou o Mapa da Violência: Homicídios de mulheres no Brasil, do ano de 2015, em 2013 4.451 mulheres foram assassinadas no país cuja a taxa, em 2013 é de 4,8 por 100 mil mulheres<sup>6</sup> (SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICA PARA AS MULHERES, 2015, p. 27).

Em relação aos crimes realizados no estado do Rio Grande do Sul, conforme a Secretaria de Segurança Pública do RS (SSP) contabilizam que 463 mulheres foram vítimas de feminicídio entre os anos de 2012 e 2016 no RS. Já no município de Pelotas, segundo esta secretaria, o número de feminicídios consumados no período de tempo 2012-2016 é de 11 vítimas (SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO RIO

GRANDE DO SUL, 2016). Em dissonância com os números oficiais disponibilizados pelo governo, o relatório da DHPP/Pelotas<sup>7</sup> contabiliza que 29 mulheres foram assassinadas.

Partindo para a pesquisa exploratória, em entrevista com o responsável com a Delegacia de Homicídios e Proteção à Pessoa, pode-se perceber como a polícia concebe a investigação dos crimes contra mulheres e de que forma gênero, classe e raça são se inserem no inquérito policial.

---

<sup>6</sup> Relatório da Violência: Homicídios de Mulheres (2015).

Disponível em: <https://goo.gl/P3GSzw>

<sup>7</sup> Valores absolutos, documento interno da DHPP/Pelotas que compreende os crimes de feminicídios tentados e consumados investigados pela delegacia referente aos anos de 2012 à 2016.

Questionado(a) sobre a raça dos indivíduos envolvidos nos crimes, o(a) policial respondeu:

A maioria dos casos ocorrem em bairros da periferia, onde há maior concentração de negros, mas nos homicídios, no geral, não reflete bem isso, na maioria dos casos são brancos, tanto o agressor quanto a vítima, pelo menos é como se intitula. Às vezes a pessoa é parda mas se intitula branca. (Entrevista 1)

Podemos notar a possibilidade em realizar um debate sobre a raça nos feminicídios, pois conforme a fala do(a) entrevistado(a) a maioria das pessoas que estão envolvidas nestes crimes são brancas, porém, elas advêm das regiões onde a população negra é maior. Esta dicotomia pode indicar que a realidade é diferente e estas questões de raça tenham passado despercebidas pela justiça.

Outro ponto que considera-se oportuno trazer ao debate é quanto a operacionalização na investigação dos crimes. Para o(a) policial a ocorrência dos crimes depende de critérios objetivos, conforme se demonstra:

Tem dois casos de desaparecimento, que não posso contar como feminicídio. O caso A e B, que dão a entender que foram realizados pelos companheiros. Só que como não se tem o corpo, não há materialidade indireta. Não há elementos para considerar que houve feminicídio. (Entrevista 1)

Considerando as informações e dados coletados até o presente momento, o que se verifica é que parece haver, de um lado, uma fragilidade no sistema de investigação dos homicídios que é justificada pela grande quantidade de crimes a investigar. A partir do que foi apresentado anteriormente, compreende-se que os estudos de Cardoso de Oliveira (2008) e Adorno (2011) podem ser percebidos na dinâmica de atuação da polícia civil, em princípio. Ademais, o cuidado com os números oficiais da violência se mostrou pertinente, pois como se notou, que a diferença entre os números oficiais e os dados internos quanto aos feminicídios consumados é três vezes maior que o valor divulgado pelo Estado.

## Referências

ADORNO, S. **Racismo, criminalidade violenta e justiça penal: réus brancos e negros em perspectiva comparativa**. Revista Estudos Históricos, 1996. Disponível em:<<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewArticle/2034>>. Acesso em: 05 maio 2017.



ADORNO, S. **Monopólio Estatal da Violência na Sociedade Brasileira** Contemporânea. O que ler na Ciência Social Brasileira (1970-2002), p. 267– 307, 2002.

ADORNO, S.; PASINATO, W. **Violência e impunidade penal: Da criminalidade detectada à criminalidade investigada**. Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, v. 3, p. 51–84, 2010.

ADELMAN, Miriam. **A voz e a escuta: encontros e desencontros entre a teoria feminista e a sociologia contemporânea**. Ed. Blucher. São Paulo. 2009.

BECKER, Howard. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais**. Editora Hucitec. São Paulo: 1993.

BRAH, Avtar. **Diferença diversidade, diferenciação**. Cadernos Pagu (26). Pp.329-376. 2006. Acessado em 15 de março de 2016. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n26/30396.pdf>>. Acesso em: 10/02/1.

BRASIL. **Lei 11.408 de 7 de agosto de 2006** , 2006. Brasília: Diário Oficial da União, 08 abr. 2016. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm)>. Acesso em: 10/8/2015.

BRASIL. **Lei 13.104/2015 de 9 de mar. de 2015** Diário Oficial da União, 10 de mar. de 2015, p.1. , 2015. Brasília. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/lei/L13104.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/lei/L13104.htm)>. Acesso em: 8/4/2015.

BUTLER, J. **Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade**, 2003.

CARDOSO DE OLIVEIRA, L. R. **Existe violência sem agressão moral?** Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 23, n. 67, p. 135–146, 2008.

CARDOSO DE OLIVEIRA, L. R. **A dimensão simbólica dos direitos e a análise de conflitos**. Revista de Antropologia, v. 53, n. 2, p. 451–473, 2010.

DEBERT, Guida Guerin; GREGORI Maria Filomena. **Violência e gênero: novas propostas, velhos dilemas**. Ver. Bras. Ci. Soc.[online]. 2008, vol. 23, nº66, pp.165-185.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. DP&A editora, 11ª ed. 2006.

LOURO, G. L; FELIPE, J; GOELLNER, S.V (Org.) **Corpo, Gênero e Sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

\_\_\_\_\_. **Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas**. Ed. Vozes, Petrópolis, 2014.

PASINATO, W. **“Femicídios” e as mortes de mulheres no Brasil**. Cadernos Pagu, , n. 37, p. 219–246, 2011. Núcleo de Estudos de Gênero - Pagu/Unicamp. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-83332011000200008&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332011000200008&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt)>. Acesso em: 21/9/2015.

PISCITELLI, Adriana. **Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras**. Rev. Sociedade e Cultura, v.11. 2008. Acessado em 15 de março de 2016. Disponível em:

<<http://www.revistas.ufg.br/fchf/article/viewFile/5247/4295>>

SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICA PARA AS MULHERES. **Mapa da violência: homicídios de mulheres no Brasil**. Org.: Julio Waiselfisz. Brasília, ONU, 2015.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO RIO GRANDE DO SUL. **Indicadores da Violência contra mulheres e meninas 2012-2015**. Disponível em:

<http://www.ssp.rs.gov.br/?model=conteudo&menu=301>. Acesso em 01 out. 2015.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO SUL. **Dez anos depois: Lei deu voz às vítimas, mas redução da violência ainda é um desafio**. Disponível em:

<http://www.tjrs.jus.br/site/imprensa/noticias/?idNoticia=3355>. Acesso em: 13 ago. 2016

WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual**. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais. 9.ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

## **ANÁLISE SOCIOLÓGICA DA VIOLÊNCIA NA TERCEIRA IDADE: NAS INSTITUIÇÕES DE PROTEÇÃO AOS IDOSOS NAS CIDADES DE PELOTAS E PORTO ALEGRE**

**Luana Costa Bidigaray**

(Universidade Federal de Pelotas)

### **INTRODUÇÃO**

Primeiramente, o trabalho visa identificar quais indivíduos são considerados idosos, visto que, por meio do poder público estatal, foi promulgado pelo Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741, de 1º de Outubro de 2003), assinalando que aqueles cidadãos que encontram-se na faixa-etária com idade igual ou acima de 60 (sessenta) anos são considerados idosos em nossa sociedade.

Embora, a categorização de velhice esteja associado a este marco jurídico (o Estatuto do idoso) é importante apontar algumas ressalvas, as quais precisam ser analisadas de uma forma mais detalhada e complexa, uma vez que o presente trabalho é ventilado na área da sociologia e, segundo alguns autores, outros fatores também são determinantes para caracterizar um indivíduo como idoso, não bastando apenas a idade cronológica para definir a velhice. Nesse sentido, o questionamento suscitado consistiria: em que idade começaria a velhice, aos 40? 60? Como e quais fatores poderiam determiná-la?

O artigo trabalhará, também, com outros conceitos importantes, sendo um deles o envelhecimento humano, o qual vem refletindo de forma significativa nas esferas política, econômica e social. Pois, esse crescimento que é tão visível no dia a dia, vem sendo confirmado por fontes secundárias como a do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), bem como em autores renomados da sociologia, antropologia e outras áreas. É de que a previsão até 2030 a população idosa ultrapassará a adulta<sup>8</sup>.

Então, neste passo frenético, desenvolve-se uma população idosa (sem estruturas sociais e econômicas), paralelamente, cresce os maus tratos, visto que a marginalização e o desamparo estatal corroboram para que esse tipo de violência acresça na geração dos idosos.

---

<sup>8</sup> IBGE. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/perfilidoso/tabela1\\_1.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/perfilidoso/tabela1_1.shtm) Acessado em: 11/08/2017

Assim, família, sociedade e o Estado, sendo três instituições importantíssimas, e principalmente as de proteção aos idosos, devem-se ater à questão sociológica do desenvolvimento humano e acelerado, buscando compreender e analisar os fenômenos sociais, bem como os danos que emergem e derivam desta lógica do envelhecer.

## **A CATEGORIA DE IDADES E O ENVELHECIMENTO HUMANO**

Um dos conceitos basilares do presente trabalho é a categoria de idades, uma vez que a temática trata de geração de pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, as quais são consideradas pela legislação vigente como pessoas idosas. Estas determinações sancionadas pelo ordenamento jurídico se mostram breve e de forma simples, conforme estabelece o artigo 1º do estatuto do Idoso (2003): “É instituído o Estatuto do Idoso, destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.”<sup>9</sup>

No entanto, determinar o início da velhice é um ato um tanto impreciso, uma vez que usar apenas o fator da idade cronológica, mostra-se insuficiente, para defini-la. Dessa forma, nomes renomados na sociologia e na antropologia descontroem a representação da velhice imposta pelo Estatuto, já que essa conceituação acaba por desconsiderar fatores importantes tais como a capacidade de agir, pensar e produzir (Norbert Elias, 2011). A autora Sônia Mascaro (2001), no mesmo sentido, acrescenta: “visto que o envelhecimento é um processo biológico, social e psicológico”.

Observa-se, que se situarmos uma pessoa em um dado período histórico, somados a uma determinada sociedade, a inserção desse indivíduo como idoso é muito relativa. Já que nos dias atuais temos, por exemplo, pessoas com 60 anos ou mais perfeitamente saudáveis, contextualizadas no seu meio familiar, social, e também totalmente produtivas. Entretanto, observamos outros indivíduos por volta dos seus 40 anos, já se encontram, cansados, desgastados, doentes, improdutivos, e provavelmente a causa da sua velhice, digamos precoce, seria em decorrência de seu meio social, e não apenas pela sua idade cronológica.

Logo, se pode concluir que parecer velho não significa ser. Entende-se, como os autores mencionados, que as categorias de idades deveriam ser apreciadas e basear-se além das experiências naturais (biológicas), contudo nas experiências sociais, culturais, profissionais, psicológicas e etc. vivenciadas pelo indivíduo.

---

<sup>9</sup> BRASIL, Lei nº 10.741, de 1º de Outubro de 2003. Estatuto do Idoso. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/2003/L10.741.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.741.htm). Acessado em: 21/08/2017.

Ilustra-se estas considerações, também, pela obra *A Reinvenção da Velhice*, na qual a antropóloga Guita Debert (1999), pontua: “As categorias de idade são criações arbitrárias que se modificam de acordo com as diferentes sociedades”. A autora pensa sobre as categorias de idade, no sentido de, que são construções sociais e culturais e não somente naturais ou biológicas, ela ainda afirma que a categoria da velhice exige um profundo conhecimento sociológico da época que se viveu para assim, depois ser criado e definido.

Embora, o estatuto determine a categoria de idades apenas em critérios biológicos excluindo vivências e fatores sociais e etc., é importante salientar que essa geração idosa de acordo com fontes do IBGE<sup>10</sup>, desde a década de 70 vem envelhecendo em ritmo acelerado e os principais apontamentos desse aumento é em razão à queda de natalidade, o controle da mortalidade e aos avanços da área médica. Esses mesmos dados mencionados pelo Instituto Brasileiros são corroborados, no mesmo sentido, pela autora Sônia Mascaro (2001): “Em 1970, o país tinha 4,7 milhões de pessoas com mais de 60 anos, nos anos 80 chegaram a margem dos 7 (sete) milhões e assim crescendo de forma desproporcional. A projeção para 2020 será de 26 milhões.”

Estas observações nos levam a refletir que o envelhecimento humano e acelerado, desproporcional, como vem sendo constatado, produzirá novos fenômenos que podem desproteger e violar inúmeros benefícios fundamentais e sociais da nova geração de idosos, sendo um deles a violência e os maus tratos.

Portanto, essa transição demográfica acelerada para a terceira idade, quando ocorre em ritmo frenético, e principalmente em países emergentes (subdesenvolvido- industrializado) como o Brasil, deixa de ser apenas um problema social tornando-se, também, um problema sociológico para a sociedade em geral.

## A VIOLÊNCIA E A TERCEIRA IDADE

Diante do já mencionado, a violência contra o idoso pode fundamentar-se em algumas teorias e obras, como a do Processo civilizador do sociólogo contemporâneo Norbert Elias (2011), este autor vislumbra como a violência pode ser compreendida e provoca o questionamento a respeito das mudanças nas formas de controle social, nas condutas dos indivíduos e como estes sujeitos utilizam-se do poder e da violência nas sociedades modernas.

---

<sup>10</sup> IBGE. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/perfilidoso/tabela1\\_1.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/perfilidoso/tabela1_1.shtm)  
Acessado em: 11/08/2017.

No mesmo sentido, Luis Antônio Francisco de Souza (2010) em sua arquitetura sociológica da Violência e do controle social relata que o conceito de violência, às vezes, é impreciso para assim defini-lo, uma vez que se mostra uma categoria muito abrangente, e para melhor conceituá-la deve então ser dividida em muitos ramos (violência criminal, política, social e econômica, das instituições públicas, violência simbólica, tecnológica, cotidiana entre outras) e dessa forma analisadas individualmente. E que ainda, seria necessário alguns elementos cognitivos, elementos que identificassem o grupo vulnerável e os tipos de violência que são acometidos.

No entanto, a autora Walkyria Carvalho (2001), consegue apontar alguns crimes específicos, os tipos de violência vivenciado no cotidiano pelos idosos, estes são mencionados na lição da autora, a saber:

Dentre as várias formas de abuso cometido contra o idoso, encontram-se o abuso físico (provocando lesões, morte), o abuso psicológico (terrorismo psicológico, com intuito de humilhar, isolar, ameaçar, atemorizar o idoso), o abuso sexual (de onde partem os distúrbios sexuais de posse sexual do idoso), abandono (completa privação de atenção ao idoso, que é lançado à própria sorte), negligência (omissão específica de cuidados), abuso financeiro (exploração de suas reservas financeiras, seu crédito, seus cartões, suas contas bancárias, seu patrimônio, sua aposentadoria e etc).

Os crimes explicitados, acima, estão previstos também nos dispositivos do Estatuto do idoso (2003), onde consta suas respectivas punições e sanções. Além de ter reformulado os artigos 181 e 182 do Código Penal em seu artigo 95, pela substituição da isenção pela criminalização, criando novos tipos penais, em favor da proteção dos idosos. Assim leciona Marco Antônio Vilas Boas, em sua obra estatuto do idoso comentado (2009):

A ação penal pública incondicionada, ora em adoção para determinados crimes no Estatuto, tem a característica de não depender da vontade da vítima para sua inauguração. No Código Penal, com exigência da representação do ofendido, ficava a ação penal à soberana vontade da vítima. Caso o ofendido (mesmo vítima) não pretendesse prosseguir no propósito de acionar o agente, toda apuração criminal seria sepultada sumariamente. No Estatuto, com a adoção da ação penal pública incondicionada, o Ministério Público passa a ser parte legítima para inaugurar o processo, independentemente da existência de uma representação da vítima.<sup>11</sup>

Dessa modo, se verifica uma evolução, uma proteção maior do estado em favor da classe idosa, visto que os maus tratos e a violência contra o idoso poderão ser reprimidos e, por conseguinte, punidos pelo Judiciário, prevenindo-se do risco da não representação da vítima

---

<sup>11</sup> VILAS BOAS, Marco Antonio. Estatuto Do Idoso Comentado. Rio de Janeiro: Forense, 2009. p. 211- 212.

por medo, de ameaças do seus agentes, ou de seus familiares. Nessa esteira, o Ministério Público e o Estado fiscalizam as normas do Estatuto e protegem essa geração vulnerável. Ressalta-se, mais uma vez, o papel da própria sociedade e da família no sentido de cumprir socialmente as normas impostas. Nesse sentido, vejamos o que Arnaldo Lemos Filho enfatiza (2005):

Costuma-se dizer que as normas mais eficazes são aquelas cumpridas de forma espontânea, sinal de que guardam vínculo real com a sociedade que as instituiu, sendo fruto, portanto, da necessidade social. Outras normas têm sua eficácia condicionada ao exercício da coação estatal; outras nem assim são cumpridas pela sociedade, seja porque efetivamente não correspondem aos anseios populares em sua totalidade ou a parcela significativa da sociedade, seja porque constituem, de fato, simples instrumento simbólico ou programático do dever-ser social.<sup>12</sup>

Logo, estas citações mencionadas levam a conclusão que a reparação da violência, na camada populacional idosa, está de fato resolvida tendo em vista o vasto ordenamento de proteção à terceira idade, fundamentados no princípio da dignidade da pessoa humana e nos valores exercidos pela cidadania, pelo indivíduo em conjunto com a sociedade. Sim, aparentemente, estes fatores convergem para melhores garantias de direitos e qualidade de vida para os idosos. Mas, por quê ainda os indicadores (taxas) de violência continuam em linha ascendente na atual sociedade brasileira?

Norbert Elias (2001), sociólogo contemporâneo, tenta compreender esse novo fenômeno social que não se conecta apenas com as cautelas já estabelecidas em nossa sociedade, ao contrário tenta analisar o fenômeno da violência desde às sociedades medievais até as sociedades modernas por meio de suas obras (o processo civilizador e a solidão dos moribundos).

No processo civilizador (ELIAS, 2001) explica a linha ascendente da violência nas sociedades modernas, além disso evidencia mecanismos de controle de violência eficazes somente por meio da civilização. E que estes três elementos (violência, controle social e processo civilizatório) estariam interligados por todo desenvolvimento civilizador, enquanto processo. E ainda, destaca que além do poder do estado, existiria outros dois fatores preponderantes no desenvolvimento da civilização e do controle social frente à violência, seriam eles, o padrão dos hábitos e o comportamento de uma sociedade em determinada época.

---

<sup>12</sup> LEMOS FILHO, Arnaldo; BARSALINI, Glauco. Eficácia do Direito. In: LEMOS FILHO, Arnaldo (org). Sociologia Geral e o Direito. São Paulo: Alínea, 2005. p. 145.

Do mesmo modo esclarece: “Desta feita, a mudança de comportamento não está influenciada por questões de ordem científica, religiosa ou de higiene, ela é uma consequência social, verificada porque “a estrutura alterada da nova classe expõe cada indivíduo [...] às pressões dos demais e do controle social” (ELIAS, 2001).

Dessa forma, a teoria de Elias sobre o conceito de violência, bem como os elementos de controle social e de processo civilizatório traçarão um ponto de convergência somados com a coleta de dados na pesquisa qualitativa, e posteriormente auxiliará a compreender a dinâmica deste fenômeno social em construção presente na sociedade moderna brasileira.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, esses fenômenos mostram-se recorrentes e crescentes nesta nova geração dos idosos, e sendo imprescindível um estudo aprofundado por meio de teorias e conceitos sociológicos somados a uma pesquisa de campo qualitativa, que será construída a partir de fontes primárias (informações das entrevistas), bem como, acrescidos sobre o teor dos boletins de ocorrência, em duas instituições de proteção aos idosos: a primeira no Creas (Centro Referencial de Assistência Social); e a segunda na Delegacia do Idoso, respectivamente, localizadas nas cidades de Pelotas e Porto Alegre.

Essas duas instituições trabalham diretamente com vítimas idosas - a diferença observada entre elas é a forma de atendimento adotada. Na sede de Porto Alegre, a Delegacia é um órgão especializado e exclusivo, contando com servidores especialmente qualificados, possuindo cursos de capacitação para receber as ocorrências e denúncias de maus tratos contra os idosos. Já em Pelotas, a instituição trabalha de forma direcionada, mas não apenas com idosos, também com outros grupos vulneráveis como, por exemplo, os deficientes.

As entrevistas abordarão os tipos de violência que mais incidem sobre as vítimas, e por fim, analisar o funcionamento das instituições de proteção (desde o recebimento da denúncia, procedimentos, o pós recebimento da denúncia, local de assistência que receba as vítimas desamparadas e etc.). Buscando identificar o quanto contribuem ou/e se há falhas existentes no processo das aludidas instituições.

Dessa forma, visando compreender e demonstrar a lógica das instituições de proteção ao idoso frente ao aumento da violência.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Lei nº 10.741, de 1º de Outubro de 2003. Estatuto do Idoso. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/2003/L10.741.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.741.htm). em: 21/08/2017.

CARVALHO, Walkyria. A Crescente violência contra o idoso como afronta aos princípios do Estatuto brasileiro. Disponível em: [http://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id\\_dh=1293](http://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=1293). Acessado em: 11/08/2017.

IBGE. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/perfilidoso/tabela1\\_1.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/perfilidoso/tabela1_1.shtm)  
Acessado em: 11/08/2017.

DEBERT, Guita Grin. A reinvenção da velhice. Editora: Edu Fapesp, 1999.

ELIAS, Norbert. A solidão dos Moribundos, seguido de, Envelhecer e morrer/Norbert Elias; Tradução: Plínio Dentzien. - Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

ELIAS, Norbert. O Processo Civilizador, volume 1: Uma História dos costumes/Norbert Elias; tradução: Ruy Jungmann; revisão e apresentação: Renato Janine Ribeiro. -2.ed.- Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011.

LEMOS FILHO, Arnaldo; BARSALINI, Glauco. Eficácia do Direito. In: LEMOS FILHO, Arnaldo (org). Sociologia Geral e o Direito. São Paulo: Alínea, 2005. pp. 145-154.

MASCARO, Sônia Amorim. O que é velhice. São Paulo: Brasiliense, 2004.

SOUZA, Luis Antônio Francisco de/ Sociologia da violência e do controle social./Luis Antônio Francisco de Souza - Curitiba: IESDE Brasil S.A, 2010.

VILAS BOAS, Marco Antônio. Estatuto Do Idoso Comentado. Rio de Janeiro: Forense, 2009. p. 211- 212.

VI Seminário Discente

Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFRGS

3, 4 e 5  
de outubro

Local: Campus do Vale - UFRGS

# Múltiplos Olhares desde o Brasil

**GRUPO DE TRABALHO  
SOCIEDADE, PARTICIPAÇÃO SOCIAL  
E POLÍTICAS PÚBLICAS**

## **MILITANDO LA GESTIÓN: PARTICIPACIÓN POLÍTICA JUVENIL EN ARGENTINA DESDE LA AGRUPACIÓN “LA CÁMPORA”**

**Álvaro Cruz Portugal**

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

### **Introducción**

A lo largo de la última década en Argentina, en particular, durante los gobiernos de Néstor Kirchner (2003- 2007) y luego, Cristina Fernández de Kirchner (2007-2011 y 2011-2015), se visibilizó la ampliación de los espacios colectivos de organización y debate político (Bonetto, 2014). En ese sentido, de acuerdo a las circunstancias contextuales pero también al impulso otorgado por el Estado post crisis 2001<sup>13</sup>, se colocó en el centro, el debate de la política como práctica cotidiana. Así, se impulsaron desde el Estado e incluso desde diversos partidos, recursos materiales y simbólicos, espacios de organización colectiva e incentivos para agrupaciones militantes compuestas principalmente por jóvenes. Esto redundó en que se fundaran nuevas agrupaciones como La Cámpora, se consolidaran otras ya existentes como Jóvenes PRO<sup>14</sup> Lo cierto es que en sus expresiones prácticas, las agrupaciones condujeron a la pregunta por la profundidad del compromiso con la vida política y, al mismo tiempo, condujeron a una reflexión sobre la capacidad de fortalecer la identidad partidaria y el rejuvenecimiento de las estructuras tradicionales.

Continuando, notamos que el fenómeno de revigorización de la vida política no parece reducirse sólo a una expresión juvenil argentina. El politólogo José Natanson sostiene que estamos en presencia de una segunda revolución global, caracterizada por la caída de las posibilidades del empleo, el aumento en los índices de escolarización así también una ampliación en los canales de información. Allí señala el proceso asincrónico entre las

---

<sup>13</sup> Recordado por las altas tasas de desempleo, un descreimiento al sistema político en general, una caída súbita de la moneda nacional y el saldo de 39 muertos por medio de las represiones policiales a fines del mes de Diciembre, demostraban un panorama poco alentador. Para el día 20 de Diciembre de 2001 la renuncia del presidente Fernando de la Rúa, dejaba tras de sí un situación catastrófica, con la mayor deuda histórica de la Argentina, represiones policiales y la asombrosa presencia de 5 presidentes en 12 días, demostrando el clima de inestabilidad político-social de la época.

<sup>14</sup> Para más información véase: BELLOTI, Alejandro, VOMMARO, Gabriel, MORRESI, Sergio. Mundo PRO. Buenos Aires: Planeta, 2000.

posibilidades de trabajo y autonomía según el nivel de escolaridad, existiendo un choque entre las expectativas que disponen las actuales generaciones y las formas en que las presentes sociedades pueden responder.

En relación al análisis de la agrupación política La Cámpora<sup>15</sup>, notamos como esta agrupación próxima al gobierno nacional se posiciono en el espacio público como canalización de una demanda de participación política más activa. Esta agrupación, simpatizante del proyecto gubernamental (Della Rocca, 2014), que caracterizaría en parte a los “nuevos movimientos juveniles latinoamericanos<sup>16</sup>” (Rodríguez, 2012), colaboro en proyectos de grande envergadura orientando políticas públicas, a nivel local, fomentando la aplicación de políticas tales como la realización de actividades de asistencia a los sectores sociales empobrecidos, desarrollo de campañas de alfabetización, vinculación con organizaciones de la sociedad civil de mayor antigüedad y también tejiendo lazos con otras organizaciones políticas con ideologías próximas.

Lo cierto es que las expresiones y prácticas de la agrupación condujeron a la pregunta por la profundidad del compromiso con la vida política y, al mismo tiempo, a una reflexión sobre la capacidad de fortalecer la identidad partidaria y el rejuvenecimiento de las estructuras tradicionales (Vommaro, 2015). De este modo la propuesta del presente trabajo derivado de una investigación en proceso de conclusión es exponer las diferentes trayectorias de involucramiento político de jóvenes militantes de la agrupación política La Cámpora a fin de mostrar las potencialidades y límites de las estructuras de la agrupación político juvenil.

Ponemos así en consideración estas líneas que tejen un derrotero de trayectorias nucleadas en esta agrupación política. Estas hilvanan un relato de involucramiento con la política partidaria, compromiso con la realidad social y expectativas de un futuro diferente. Aquello que indagamos son tanto los discursos como las prácticas y alcances que estas tienen para la recreación de estructuras de participación. Para desentramar estas argumentaciones hipotéticas recurrimos a tres variables, la primera es la tradición política o lo que traducimos

---

<sup>15</sup> El nombre tiene relación al ideal de lealtad que los militantes buscan plasmar para con sus principales referentes la ex presidenta Cristina Fernández de Kirchner y el fallecido ex presidente Néstor Kirchner. En relación a Héctor José Cámpora, fue un político argentino electo presidente el 25 de Mayo de 1973, quien a los 49 días de mandato renunciaría a su cargo, para permitir la llegada de Juan Domingo Perón a la presidencia da nación argentina, dando de este modo fin a los 18 años de proscripción al peronismo.

<sup>16</sup> Ernesto Rodríguez explica que los nuevos movimientos juveniles están caracterizados en una parte, por casos donde la cercanía entre los jóvenes y la gestión estatal encuentran relaciones participación y dialogo fluido, como los ejemplos de Argentina, Uruguay y en cierta medida Brasil, donde es dado una mayor grado de importancia y sensibilidad a las din micas y problemáticas juveniles.

como involucramiento con la acción militante; una segunda relativa a el trabajo de base o territorial que desarrolla cada agrupación en tanto acción vehiculizadora de una apuesta de cambio social; y la tercera, que consiste en la perspectiva de futuro de quienes participan en cada agrupación.

### **La tradición política y el despertar a la militancia**

¿Qué motiva a jóvenes de diferentes sectores y agrupaciones políticas a militar y presentarse en el espacio público que tiempo antes les parecía ajeno? ¿Será verdadera la visión del joven apático, estigmatizado con frases como “no les interesa nada”, o “son una generación para la que se perdieron los valores? Apreciaciones o formas coloquiales vinculadas a un clima cultural asociado al individualismo ligado a la década de los noventa, remarcando la crisis de legitimidad política tanto en el sistema de representación institucional como el sistema de participación, en grande parte de la sociedad, con un fuerte porcentual en los sectores juveniles (Tenti y Sidicaro, 1998). Nos preguntamos efectivamente si estamos lejos de lo que Andrés Kozel título “modulaciones de un escepticismo” a partir de un análisis realizado con jóvenes culminando la década del noventa:

“El conjunto de percepciones colectivas que se intentó caracterizar hasta aquí debe colocarse en el marco de un clima general de ideas en torno a lo público que parece regido por el escepticismo y el desinterés (...) las opiniones de los entrevistados no revelan casi nunca indicios de proyectos colectivos ni conformación de identidades políticas a partir de algún criterio. Tampoco puede hablarse de alguna utopía más o menos definida de algún ideal relacionado con lo público al que se le asigne prioridad (...) Diagnósticos y perspectivas moderadamente positivos destilan casi siempre desánimos y desaliento; en el nivel de lo general, nunca optimismo. En otros casos la desesperanza es más visible: los jóvenes no vislumbran ninguna salida posible, exceptuando subterfugios individuales vinculados, principalmente a situaciones azarosas” (KOZEL, 2000, pág. 218 y 219)

Este relato parece perder peso en la actualidad, distante del escepticismo juvenil el tiempo de trabajo de campo realizado a fines del año 2015 en la ciudad de Buenos Aires fue adornado por críticas a los militantes cristalizadas en exclamaciones como: “Ahora se creen dueños de las veredas, una no puede caminar al supermercado sin que te den un folleto, habría que denunciarlos, ¡no pueden tener dos mesas en las esquinas!” comentaba una vecina del barrio de Constitución mientras se repartían panfletos de un candidato a presidente un sábado por la mañana. Reacciones como “Es domingo en la tarde... ¿Por qué no dejan dormir la siesta? Ustedes no paran eh...” eran también atinadas, en el intento de dar a conocer las propuestas

del partido al que adhieren.

De este modo fue consultado ¿qué tipo de impulsos o motivos predominan en los jóvenes que dedican su tiempo a “hacer política”? Recuperando los relatos de los militantes de La Cámpora, notamos entre las motivaciones características la referencia a Néstor Kirchner, su vida y deceso, y determinados hitos que como momentos constitutivos refuerzan la idea de un proyecto político común:

“Lo que me impulsó es poder haber encontrado un espacio generado por este gobierno que impulsó políticas (...) de las cuales yo soy partcipe y sobre todo me impulsó la década del 2000 y 2001 (...). M  viejo se quedó desocupado, m  vieja también entonces la necesidad econ mica la sentimos, la vivimos y eso te lleva a que cuando se genera un espacio político como este vos sientas la necesidad de involucrarte (...). Desde ese momento que llego Néstor al gobierno y se empezaron a generar espacios y se le empezó a generar importancia a los jóvenes desde un espacio político.” (MARCELO, militante de La Cámpora, 29-9- 2015)

Otros compañeros de militancia remarcan estas características, sumado también a la búsqueda de espacios de participación y la identificación con un proyecto en común el cual promover y defender.

“Ver tanta desigualdad social, econ mica, en nuestro país creo que me hizo entender que algo se tenía que hacer, el tema que uno arranca militando de forma no partidaria (...) En el 2001 por el tema de la crisis me tuve que mudar a Buenos Aires (...) y empecé a participar en política.” (LEONEL, militante de La Cámpora, 29-9-2015).

Estos relatos son vistos como hitos fundacionales en la afiliación de las militancias personales, en donde eventos como la crisis pol tico\econ mico\social del año 2001 y la muerte del expresidente, derivaría de cierto modo un mayor involucramiento a posteriori. Como explican Pablo Vommaro y Melina Vásquez, en su artículo “La fuerza de los jóvenes: aproximaciones a la militancia kirchnerista desde La Cámpora”, podemos ver a los hitos de la agrupación en función de:

“Ser momentos que no solo producen inflexiones en la manera de enmarcar colectivamente un episodio sino que además les permiten explicar cambios personales referidos a transformaciones en los puntos de vista, en la forma de explicitar cómo se inicia la participación política o cómo se van generando transformaciones en los modos de participar de la agrupación” (VÁSQUEZ y VOMMARO, 2012, pág. 48)

La importancia de estos hitos puntuales –sin olvidar la presencia de otros también relatados en las entrevistas- marcaría de cierto modo las prácticas, compromisos y formas de

relacionarse con sus militancias, por medio de los trabajos desarrollados dentro de la gestión gubernamental. Por último vale la pena remarcar la participación en espacios universitarios de reciente creación, que también se muestra como parte del “territorio” que La Cámpora fue conquistando. Esta apertura de la agrupación condujo en muchos casos a redimensionar el rol que cumple la universidad en el incentivo a la práctica política y en el involucramiento de sectores medios.

### **El trabajo territorial como proyección del cambio**

La forma que asume la política como práctica cotidiana se encuentra en las tareas que los jóvenes realizan en contacto cara a cara con la sociedad. Conocer el trabajo que la agrupación desarrolla en el territorio, en los barrios y comunidades concretas se vuelve fundamental para explicar una de las características más importantes de un partido político: la transformación de demandas en acciones políticas.

Para ello notamos la presencia de articulaciones con Organizaciones de la Sociedad Civil, otros partidos y movimientos sociales, que cobran relevancia. La Cámpora, por ejemplo, se manifiesta cercana a otras agrupaciones que comparten la línea ideológica kirchnerista, como el bloque “Unidos y Organizados”. Vale recordar que el 27 de marzo del año 2012 Cristina Fernández de Kirchner realizó una convocatoria a todas las agrupaciones cercanas al gobierno. El bloque “Unidos y Organizados” creado poco tiempo después, nucleó a las agrupaciones: La Cámpora, Movimiento Evita, KOLINA, M.I.L.E.S, La Juventud Peronista, Nuevo Encuentro, el Peronismo Militante y el partido humanista. La articulación entre ellas permitió la creación de una red de trabajo para la realización de actividades sociales a lo largo del país, delegando a una agrupación en particular la responsabilidad de la zona en la que se realiza el trabajo en territorio.

Continuando, notamos como las actividades de los militantes no tienen el mismo formato para todas las unidades básicas<sup>17</sup>. La Cámpora realiza pintadas de escuelas, reparación de parques infantiles o limpiezas de plazas generalmente durante los fines de semana. Las

---

<sup>17</sup> Nos referimos al local barrial, donde se reúnen militantes o simpatizantes relacionados con el peronismo (sin ser esta característica excluyente) por el medio del cual se llevan a cabo actividades políticas, culturales, deportivas, entre otras. Para más información véase: QUIROGA, Nicolás. Las Unidades Básicas durante el primer peronismo. Cuatro notas sobre el Partido Peronista a nivel local. In: Nuevo Mundo Mundos Nuevos, Debates, 2008.

inundaciones acaecidas en la ciudad de La Plata durante el 2 y 3 de abril del año 2013 presentaron una oportunidad de visibilización de las acciones desarrolladas. El bloque de “Unidos y Organizados” colaboró brindando auxilio a los afectados mediante acciones como la provisión de agua potable y víveres, limpieza de terrenos, reparación de casas afectadas y recuperación del tendido eléctrico. El lema “La Patria es el otro<sup>18</sup>” surgió en estas acciones, donde se demostraba la capacidad de movilización, acción y solidaridad de las juventudes para con los ciudadanos damnificados.

Por otra parte, las labores que realiza La Cándora en el barrio Constitución, incluyen el control en la distribución de planes sociales estatales como la Asignación Universal por hijo<sup>19</sup> e informes sobre trámites en órganos estatales como ANSES<sup>20</sup> y PAMI<sup>21</sup>. Sumando también actividades deportivas, peñas folclóricas para la comunidad, clases de teatro, clases de apoyo escolar y acceso a una biblioteca. Notando así actividades que permiten una mayor integración con los vecinos de la zona:

“Tratamos de hacer actividades sociales y que el vecino se sienta parte de su barrio (...) Buscamos bajar al barrio de Constitución las políticas sociales que este gobierno fue implementando como la asignación universal, el PROCREAR, consultas por ANSES. Son todas instituciones que el gobierno ha tratado de mejorar el funcionamiento y que tenga llegada territorial. El Estado en el territorio como debería ser, por eso siempre que podemos participamos en operativos inter ministeriales que se bajan a los barrios, que ha sido una propuesta muy interesante”. (TANIA, militante de La Cándora, 1-10-2015).

Las actividades llevadas a cabo por los jóvenes militantes, en la agrupación o desde sus lugares de trabajo (en algunos casos dentro de órganos gubernamentales), permite la presencia de puentes que intentan la movilización del Estado en mayor cercanía con los barrios. Tomando así la idea de gestión militante, abordada por Melina Vásquez (2014), es posible notar como las formas actuales de participación política juveniles presentan la posibilidad de articulación por medio de acciones de estos sectores dentro del Estado, como un lugar válido y legítimo de

---

<sup>18</sup> Para más información véase: FEINMANN, Pablo. Alcances y límites del concepto “la patria es el otro”. Disponible en: <https://www.pagina12.com.ar/diario/contratapa/13-223384-2013-06-30.html>. Acceso en: 01\12\2017.

<sup>19</sup> Entrando en vigencia el 29 de Octubre del año 2009, por medio do decreto 1602\209, la Asignación Universal por Hijo (AUH) es un seguro social que provee el pago monetario para personas desempleadas, que posean ingresos de sectores informales o que ganen menos que un salario mínimo.

<sup>20</sup> La Administración Nacional de la Seguridad Social (ANSES) tiene entre sus funciones el pago de jubilaciones y pensiones, Asignación Universal por Hijo, Seguros de desempleo, becas educativas, entre otros.

<sup>21</sup> El “Programa de Atención Medica Integral” (PAMI) es una obra social estatal para jubilados y pensionados argentinos con el mayor número de afiliados nacionales.



militancia. De este modo, se permite recuperar saberes de las prácticas territoriales dadas en los grupos juveniles sean en sus anteriores militancias dentro de movimientos estudiantiles, sociales, Ongs, colectivos de derechos humanos, sumado también a su formación académica. Este tipo de relaciones permite que la labor en la gestión estatal vincule diferentes papeles y actividades en los cuales los jóvenes participan. De este modo el Estado representa un espacio de socialización laboral y militante.

### **El futuro es de los jóvenes**

Resulta trascendente iluminar a este punto el tipo de proyecto o acciones que los militantes pretenden llevar a cabo para dar cuenta de su proyecto de sociedad. Como hemos intentado demostrar, por medio del análisis de La Cámpora, se intentó exponer el involucramiento de los jóvenes con la política, encantándose y otorgándole significación propia.

Es así, que los jóvenes planteaban la necesidad de seguir profundizando el protagonismo que la agrupación presentaba, como también el apoyo al proyecto político al cual adherían. Sin ignorar la posibilidad de un cambio de gobierno (confirmado tiempo después con la llega de Mauricio Macri a la presidencia), explicaban que el rol de la juventud iba a continuar sin importar el resultado en los comicios electorales. En ese sentido destacamos la siguiente entrevista:

“El limite somos nosotros mismos, si nosotros no queremos ponernos limites, no los vamos a tener. Cristina (en relación a la ex presidenta) dijo que hay que empoderar al pueblo, por todas las cosas que hicimos, si van a suceder los cambios, que sucedan, gobierne quien gobierne (...) Si nos tienen que encontrar en la calle, nos van a encontrar en la calle, nosotros no tenemos ese problema de salir a la calle, estamos acostumbrados a salir a la calle, nacimos en la calle en el 2001, nacimos constantemente en la calle. No creo que se detenga el crecimiento de La Cámpora, se van a ir reformulando algunas cuestiones, revisando otras para una mejor de autocrítica a fin de mejorar la agrupación”. (LEONEL, militante de La Cámpora, 29-9-2015).

Vemos que en la actualidad La Cámpora continúa siendo la agrupación con la mayor cantidad de militantes dentro de argentina. Aun así, en un presente atravesado por el oficialismo opositor, el proyecto de futuro parece perder nitidez en términos de definición. Su estructura, es importante destacarlo, dependía en gran parte de los recursos materiales y simbólicos del gobierno de Cristina Kirchner con el cual tienen un apego emotivo distintivo. Como reconoce

Miriam Krigger (2014), la ausencia de una agenda propia amenaza con el deterioro de la organización debido a la estructura partidaria que es tradicionalmente “adulto céntrica”.

El proyecto a futuro pareciera enmarcarse en el sostenimiento de las políticas de la última década, resistiendo las transformaciones propuestas por “Cambiemos<sup>22</sup>”, la actual coalición gobernante. Las políticas cristalizadas en derechos, como la Asignación Universal por Hijo, la nacionalización de Aerolíneas Argentinas, la recuperación parcial de la empresa petrolera YPF y la negociación por el pago de deudas internacionales llevada incluso a la Asamblea General de la ONU, se han convertido en banderas que contienen como trasfondo una idea de acción política vinculada a la soberanía nacional y a la inclusión social.

### **Ideas finales**

Los jóvenes que se incorporaron a la vida política a lo largo de la última década, más allá del color político al cual adherían, permitieron crear las condiciones para que el sistema político ganara fluidez y sobre todo, legitimidad. El proceso de movilización social que la organización analizada protagonizó, habilitó un reencantamiento con la política (Saintout, 2013) y marcó simbólicamente una escisión con la apatía resultante de las prácticas de los políticos de los años '90. La apelación a sus experiencias de vida permitió apreciar de cerca la apuesta disruptiva que despliegan en relación a la generación anterior. La afectividad, en ese contexto, forma parte de esa tendencia resultante, representado por medio de los tres puntos que decidimos resaltar.

Notamos así, como desde la agrupación La Cámpora es vista la participación dentro de las instituciones gubernamentales, democráticas, la respuesta a un cambio social significativo. El entusiasmo que los jóvenes imprimen renueva las estructuras de las agrupaciones políticas en Argentina y alienta cambios que necesariamente estaban presentes con anterioridad a la crisis política de fines del año 2001. No pretendemos alentar con estas líneas una rebeldía disruptiva, sino señalar que los cambios son significativos y pese a quien le pese, la actual dinámica institucional es resultado también de las prácticas de los jóvenes militantes.

### **BIBLIOGRAFÍA**

BONNETTO, Susana. Debates sobre democracia, militancia y juventud. Universidad

---

<sup>22</sup> Fundado en el año 2015, a partir del acuerdo establecido entre el partido político Propuesta Republicana (PRO), La Unión Cívica Radical (UCR) y la Coalición Cívica ARI, logro vencer en los comicios electorales nacionales del año 2015, permitiendo la llegada de Mauricio Macri a la presidencia.

Nacional de Córdoba, 2014.

DELLA ROCA, Mario. La Cámpora sin obsecuencias: una mirada Kirchnerista. 1° edición. Buenos Aires, Dunken, 2014.

KOZEL, Andrés. Los jóvenes y la política. Modulaciones de un escepticismo general. In: Margulis, Mario. La juventud es más que una palabra. 2° edición. Buenos Aires: Norma, 2000.

KRIGGER, Miriam. Politización juvenil en las naciones contemporáneas. El caso Argentino. In: Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud. Vol. 12, No. 2, Julio-Diciembre, 2014.

NATANSON, José. ¿Por qué los jóvenes están volviendo a la política? .Buenos Aires: Debate, 2012.

RODRIGUEZ, Ernesto. Movimientos Juveniles en América Latina: Entre la tradición y la innovación. Perú: SENAJU, 2012.

TENTI, Emilio, SIDICARO, Ricardo. La Argentina de los jóvenes: Entre la indiferencia y la indignación. Buenos Aires: UNICEF-Losada, 1998.

VAZQUEZ, Melina. Militar la gestión: una aproximación a las relaciones entre activismo y trabajo en el Estado a partir de gestiones de gobierno de Cristina Fernández de Kirchner en Argentina. In: Apuntes. Vol. XLI, Nro. 74: Política y Servidores Públicos. Centro de Investigación de la Universidad del Pacífico, 2014.

VOMMARO, Pablo, VAZQUEZ, Melina. La Fuerza de los Jóvenes: Aproximaciones desde la militancia kirchnerista. In: RODRIGUEZ, Ernesto. Movimientos Juveniles en América Latina: Entre la tradición y la innovación. Buenos Aires: CLACSO, 2012.

VOMMARO, Pablo. Juventudes y políticas en la Argentina y en América Latina: tendencias, conflictos y desafíos. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Grupo Editor Universitario, 2015.

SAINTOUT, Florencia. Los Jóvenes en Argentina: desde una epistemología de la esperanza, Quilmes: Bernal, 2013.

### **Entrevistas realizadas**

Marcelo, 29-9-2015. Ciudad Autónoma de Buenos Aires. Leonel, 29-9-2015. Ciudad Autónoma de Buenos Aires. Tania, 1-10-2015. Ciudad Autónoma de Buenos Aires.

VI Seminário Discente  
Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFRGS

**3, 4 e 5**  
de outubro

Local: Campus do Vale - UFRGS

# Múltiplos Olhares desde o Brasil

## **ANÁLISE DE SENTIMENTO A PARTIR DOS DADOS DE PLATAFORMAS DIGITAIS: DAS ESTRATÉGIAS DE MARKETING AOS USOS SOCIOLÓGICOS**

**Brenda de Fraga Espindula**

**Camila Farias Silva**

**Eduardo Georjão Fernandes**

(Programa de Pós-Graduação em Sociologia/UFRGS)

### **Notas introdutórias**

As grandes problemáticas da sociologia dizem respeito, principalmente, a ação dos seres humanos. Discussões sobre a relação entre estrutura e agência permeiam todas as áreas temáticas da disciplina. Nesse sentido, as oposições corpo/mente e emoção/razão tiveram implicações nas construções teóricas que pretendiam dar conta de entender porque os indivíduos/coletividades agem da forma que agem. Por muito tempo as escolhas foram compreendidas como de ordem racional, as ações consideradas motivadas por emoções eram, portanto, irracionais, e por consequência, julgadas de forma negativa, “mal vistas” e, em geral, questionáveis. No entanto, desde os clássicos as emoções já apareciam como uma preocupação para a sociologia, ainda que de forma periférica, e aos poucos construiu-se um campo que problematizou (e problematiza) tais oposições. Assim, toda a escolha individual/coletiva, por mais “racionais” que aparentam, são, principalmente, da ordem afetiva/emocional.

As emoções como um objeto de estudo da sociologia teve implicações em seus mais diversos campos temáticos. No campo de estudos sobre movimentos sociais, no qual situa-se esse trabalho, a agenda de pesquisa direcionou-se, principalmente, a duas problemáticas: de um lado as emoções na sua relação com as estratégias dos movimentos, de outro as emoções e o processo de engajamento na ação coletiva.

A complexidade do estudo das emoções especificamente na sua relação com o ativismo ganhou nos últimos anos mais um obstáculo a partir da difusão das Tecnologias de Comunicação e Informação (TICs) e, conseqüentemente, de suas implicações nos processos de construção e desenvolvimento de processos de contestação. Um dos principais desafios do estudo das emoções diz respeito a procedimentos metodológicos, ou seja, como apreender as emoções empiricamente? Tal desafio se potencializa quando a interação desloca-se para a mediação com as tecnologias. Coloca-se, portanto, a dificuldade de coleta e análise de dados produzidos nas redes.

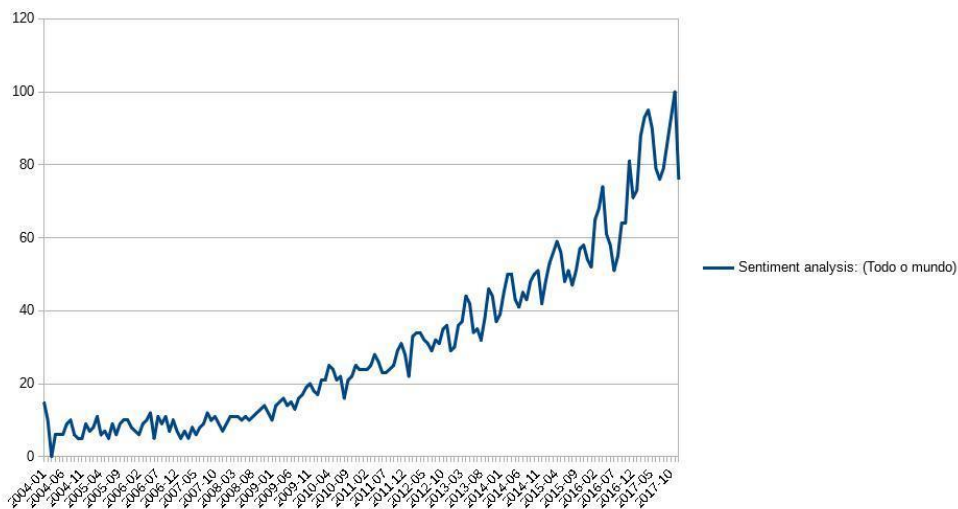
Uma possibilidade que vem sendo desenvolvida principalmente na área do marketing é a chamada técnica de análise de sentimento. Também conhecida como mineração de opinião, a análise dos sentimentos (ou seja, atitudes, emoções e opiniões) examina as informações subjetivas de textos, usando ferramentas de processamento de linguagem natural e softwares léxicos. Mais do que olhar para os *likes* (curtidas), *shares* (compartilhamentos) e comentários das campanhas, a análise procura saber como as pessoas estão respondendo a essas estratégias, analisando a orientação sentimental e mesmo as emoções registradas nos rastros digitais textuais.

Novas áreas corporativas como a Business Intelligence (BI) são responsáveis pela operação de diversos esforços analíticos para definição de mercados e posicionamentos de imagem. Argumentam que, para além de métricas quantitativas, são necessárias métricas qualitativas, por isso, a análise de sentimento é um desses esforços em “medir” o sentimento dos consumidores e usuários. Aplicações digitais estão disponíveis para “*track the user sentiment*”, isto é, monitorar ou rastrear o sentimento, por meio das quais é possível determinar a polaridade de termos subjetivos, indicando se o termo tem conotação positiva ou negativa. Conforme Silva; Stabile (2016), “a análise de sentimentos é atualmente uma das principais ferramentas das empresas para avaliar os seus investimentos em *marketing* e a percepção que o público tem de uma determinada marca ou produto” (*ibidem*, p.32).

Essas áreas corporativas são a expressão do fenômeno da datificação, um novo paradigma na ciência e na sociedade, no qual observa-se a “transformação da ação social em dados *online* quantificados, permitindo assim monitoramento em tempo real e análise preditiva” (Dijck, 2017, p. 41). Os agregados de dados coletados a partir das mídias sociais e das plataformas digitais são explorados por empresas e agências governamentais para rastrear informações sobre os comportamentos das pessoas. Tornam-se possíveis assim as estratégias de marketing personalizado pelo compartilhamento dos metadados agregados dos seus usuários. Por isso, as críticas à legitimidade de rastrear e monitorar o comportamento humano a partir dos grandes agregados de (meta)dados tornam-se alvo de discussão e sustentam.

Ao observar a busca pela palavra-chave “*sentiment analysis*” nas buscas do Google, a partir do ano de 2004, percebe-se que é crescente o interesse pela técnica, tal como podemos ver no Gráfico 1 abaixo.

**Gráfico 1. Consultas no Google pela palavra-chave *sentiment analysis* entre 2004 e 2017**



Fonte: Extraído da plataforma Google Trends, novembro de 2017.

Frente a isso, como a Sociologia pode se apropriar de tais dados? Como a detecção de sentimentos pode contribuir com a análise sociológica, em especial, com os estudos sobre ação coletiva e movimentos sociais? Como objetivo desse trabalho, discute-se como os conteúdos textuais registrados pelos usuários em mídias sociais *online* podem ser utilizadas na análise de processos de ação coletiva. Neste trabalho serão apresentadas algumas plataformas e *softwares* que possibilitam a análise de sentimentos e os limites e possibilidades sociológicos para os dados produzidos.

### **Como são realizadas as análises de sentimento (AS)?**

Três aspectos gerais são importantes para entender como são realizadas as análises de sentimento e quais as implicações metodológicas são necessárias levar em conta quando utiliza-se essa técnica de investigação, a saber: diferença entre classificação de sentimento e de emoções; subjetividade e objetividade em conteúdo textual e as diferenças entre técnicas que utilizam processamento em aprendizado de máquina e àquelas que utilizam dicionários ou *corpus* léxicos.

Primeiramente, destaca-se que a mineração de opiniões refere-se à extração e análise das representações das pessoas sobre algum outro indivíduo, evento ou temática, já a análise de sentimento visa à identificação da orientação sentimental ou emoção expressa em um conteúdo textual. Nesse sentido, há diferentes formas para detectar sentimentos e emoções. Se a análise de sentimento objetiva classificar a polaridade da orientação sentimental, positiva,

negativa ou neutra, de um texto; a análise de emoções objetiva identificar as emoções básicas em um texto (expectativa, felicidade, amor, surpresa, ódio, etc) e mesmo a intensidade dessas emoções. Assim, os *softwares* disponíveis utilizam diferentes métodos para construir esses tipos de dados (Medhat, Hassan, & Korashy, 2014).

Outro aspecto que conforma a análise de sentimento é a discussão sobre subjetividade e objetividade dos conteúdos textuais. Nem toda a informação registrada nas plataformas digitais contém informação subjetiva, já que textos mais formais do que os comumente presentes em mídias sociais, a exemplo de notícias jornalísticas, podem ser caracterizados como neutros ou contendo informação objetiva. Alguns métodos procuram estimar a objetividade de um texto antes de fazer o processamento da análise de sentimento para que os resultados não sejam enviesados. Todavia, não é uma discussão epistemológica simples classificar determinado conteúdo textual como uma sentença objetiva ou uma sentença subjetiva. Por isso, é decisivo explorar e definir o tipo de informação presente no *corpus* de análise antes de realizar o tratamento e o processamento dos dados.

A dimensão sobre como o processamento é realizado (e que extratos da análise são obtidos) também é relevante para quem aventura-se na técnica de análise de sentimento. Existem basicamente três métodos: o processamento por aprendizado de máquina (*machine learning* e *deep learning*), o processamento pela abordagem léxica e o processamento misto (o qual une as duas abordagens), sendo que o grau de supervisão humana dos processamentos varia conforme o método utilizado. Enquanto o processamento por *machine learning* remete à aplicação dos algoritmos de Inteligência Artificial para classificar os textos, a abordagem léxica apoia-se em dicionários ou *corpus* léxicos de termos e expressões conhecidas e pré-compiladas sobre sentimentos e emoções. A abordagem mista une as duas técnicas.

Frente a variedade de métodos e de ferramentas, ARAÚJO et al (2014) apresentam um estudo sobre o software iFeel<sup>4</sup>, um sistema Web que permite comparar os resultados de diferentes métodos de análise de sentimento. O software iFeel foi desenvolvido pelo Departamento de Ciência da Computação da Universidade Federal de Minas Gerais e disponibiliza de maneira gratuita a comparação em 18 métodos, permitindo que mesmos pesquisadores/as que não tenham conhecimento mais aprofundado em linguagens de programação possam processar dados textuais (na forma de sentenças ou palavras) e examinar as orientações sentimentais de cada excerto. O usuário interage com uma interface pela qual pode diretamente digitar uma mensagem ou pode processar arquivos de textos com até 10 mil



linhas de mensagens. Os autores sugerem que cada método (e a sua ferramenta correspondente) tem suas potencialidades e fraquezas e que as diferenças nos resultados dos processamentos revelam o tipo de categorias de sentimentos com que cada método trabalha e quais pressupostos assumem.

Dada a possibilidade de comparar os diferentes métodos pelo sistema *Web* acima apresentado, no escopo desse trabalho foram processadas no software iFeel as orientações sentimentais de *tweets* coletados a partir da hashtag #lulapelobrasil, referente à mobilização em torno da caravana realizada pelo ex-presidente Lula da Silva nas cidades brasileiras, exercício que será apresentado na próxima seção.

### **Exercício de comparação entre métodos de análise de sentimento com o sistema iFeel**

O exercício comparativo dos métodos de análise de sentimento foi guiado pelos seguintes passos:

1. Escolha do tema para a análise: Mobilização em torno dos eventos Caravanas Brasil do ex-presidente Lula por algumas cidades do Nordeste.

2. Definição dos termos de busca: hashtag #lulapelobrasil

Identificou-se que ela foi sugerida pela própria estratégia de comunicação do Partido dos Trabalhadores (PT), sendo difundidas pelos atores políticos do partido e dos movimentos sociais ligados a eles.

3. Escolha da fonte de dados: Fez-se a escolha do Twitter por uma questão de acesso gratuito aos dados das plataformas comerciais. A extração gratuita de dados no Facebook atualmente limita-se a páginas e grupos abertos.

4. Seleção do aplicativo de mineração de dados: Utilizou-se o Netlytic<sup>5</sup>, o qual permite a extração de até 10 mil *tweets* por coleta. Cinco coletas são gratuitas a qualquer interessado que logar-se ao sistema. O Netlytic é um sistema *online* capaz de capturar dados de sites de mídias sociais, indicar assuntos populares, construir e visualizar redes sociais usando a Análise de Redes e georreferenciar os dados coletados.

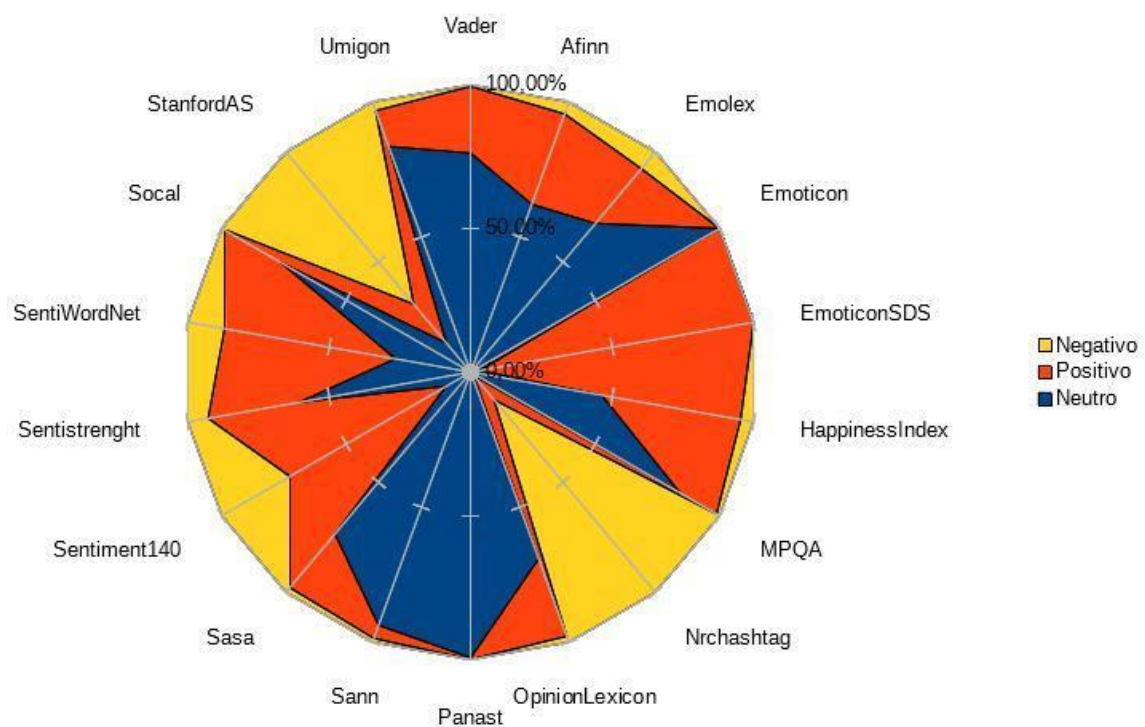
5. Coleta de dados: A extração dos dados da tag #lulapelobrasil no Twitter foi realizada em três coletas nos dias 26, 27 e 28 de agosto de 2017.

6. Análise automatizada dos dados com o sistema iFeel: Realizou-se o processamento de 500 *tweets* coletados a fim de avaliar o grau de discrepância ou concordância dos resultados produzidos pelos métodos de análise de sentimento. A polaridade da orientação sentimental de

cada *tweet* (positiva, negativa ou neutra) foi processada por 18 métodos de análise de sentimento. As ferramentas reunidas no sistema iFeel são as seguintes aplicações: OpinionLexicon, SentiStrength, Socal, HappinessIndex, Sann, EmoticonDS, Sentiment140, StanfordAS, AFINN, MPQA, Nrchashtag, Emolex, Emoticons, Panast, Sasa, SentiwordNet, Vader e Umigon.

7. Análise dos resultados obtidos: Construiu-se a agregação pela soma das orientações sentimentais processadas por cada método de análise de sentimento, apresentada na forma do Gráfico 2. Percebe-se que não há um padrão de concordância entre os métodos sobre os *tweets* analisados. Foram encontrados extremos, como a ferramenta EmoticonSDS que considerou a grande maioria dos *tweets* com polaridade positiva; já a ferramenta Nrchashtag processou a maioria dos *tweets* com a polarização negativa; e a ferramenta Panast resultou na maioria dos *tweets* com a polaridade neutra.

**Gráfico 2. Resultados processados por cada método de análise de sentimento pelo sistema iFeel**



Fonte: Elaboração dos autores, 2017.

### **Considerações finais**

A comparação dos métodos de análise de sentimento apresentada pelo exercício realizado nesse trabalho incita mais desconfiança sobre os limites das análises de sentimento enquanto técnica de investigação do que ânimo com as potencialidades de ter esse tipo de dados em análises sociológicas. Aos que pretendem apropriar-se dos resultados processados, cabe estudar com mais afinco como o método escolhido foi construído, deixando mais detalhada a forma como as orientações sentimentais dos conteúdos textuais são processadas pela ferramenta escolhida. Como exigência do rigor metodológico, é necessário refletir sobre os fatores que podem enviesar o processamento feito pelas ferramentas, que podem passar pela qualidade dos dicionários e dos *corpus* léxicos que balizam as análises, pelas debilidades (ou não) dos algoritmos que sustentam o aprendizado de máquina, os limites dos processamentos automatizados em compreender o contexto para quais os conteúdos textuais estão orientados, entre outros elementos.

Superadas as exigências do rigor metodológico, avalia-se a análise de sentimentos como uma técnica de investigação exploratória e descritiva que pode contribuir para a análise sociológica, em especial, com os estudos sobre ação coletiva e movimentos sociais. Se destacadas algumas dimensões teórico-analíticas as quais esses estudos se debruçam, pode-se ter evidências sobre os tipos de engajamento a partir das orientações sentimentais relacionadas:

- a) sentimentos em relação a organizações, grupos e eventos, quando investigadas as estruturas de mobilização;
- b) sentimentos relacionados a causas e pessoas, quando estudados os enquadramentos interpretativos;
- c) sentimentos a táticas e performances, quando a pesquisa direciona-se aos repertórios.

Por fim, dado o fenômeno da datificação, a discussão sobre a análise de sentimento e o exercício realizado no escopo desse trabalho desafia o campo da Sociologia em dar atenção e compreender os métodos e técnicas utilizados por outros campos disciplinares e áreas de conhecimento e em descobrir caminhos criativos de pesquisa nos quais os grandes volumes de dados provenientes dos rastros digitais possam ser estudados.

### **Referências bibliográficas**

Araújo, M., Gonçalves, P., Cha, M., & Benevenuto, F. (2014). iFeel: A System That Compares and Combines Sentiment Analysis Methods. *Proceedings of the Companion Publication of the 23rd International Conference on World Wide Web Companion*, 75–78. <http://doi.org/10.1145/2567948.2577013>

Dijk, J. Van. (2017). Confiamos nos dados? As implicações da datificação para o monitoramento social. *MATRIZES*, 11(1), 39–59. Retrieved from <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/131620/127911>

Medhat, W., Hassan, A., & Korashy, H. (2014). Sentiment analysis algorithms and applications: A survey. *Ain Shams Engineering Journal*, 5(4), 1093–1113. <http://doi.org/https://doi.org/10.1016/j.asej.2014.04.011>

SILVA, T., & STABILE, M. (2016). *Monitoramento e pesquisa em mídias sociais: metodologias, aplicações e inovações*.

## MÚLTIPLOS FLUXOS E COALIZÕES NO PROGRAMA CAMPONÊS DO RIO GRANDE DO SUL

**Edmundo Hoppe Oderich**

(Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural/UFRGS)

### INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas o Brasil experimentou mudanças significativas na relação entre Estado e sociedade civil. Em relação ao meio rural, a emergência da agricultura familiar enquanto nova categoria social em meados da década de 1990 marcou o início de uma nova trajetória para este segmento que até então estava marginalizado das ações do Estado brasileiro. A criação do PRONAF inaugurou um crescente conjunto de políticas voltadas para a agricultura familiar que não só tiveram grande influência das organizações sindicais como passaram a envolvê-las nas fases de formulação e operacionalização, o que poderíamos denominar de cogestão nas políticas públicas (GRISA; SCHNEIDER, 2015, p. 41). A partir daí, concordando com Niederle, Fialho e Conterato (2014), entram na ordem do dia das pesquisas os dilemas da interação entre Estado e sociedade civil, tema no qual estão inseridas as discussões sobre as formas e os mecanismos de participação social, o potencial e a fragilidade de seus marcos institucionais, bem como as possibilidades e limites dos espaços públicos.

Nesse sentido, o presente artigo busca contribuir para tal desafio analisando o processo de formulação e implementação do Programa de Apoio à Agricultura Familiar Campesina (“Programa Camponês”), no âmbito do Fundo Estadual de Apoio aos Pequenos Estabelecimentos Rurais (FEAPER) do Estado do Rio Grande do Sul. A análise se apoia no modelo dos múltiplos fluxos desenvolvido por John Kingdom (CAPELLA, 2006; SOUZA, 2006) para tratar dos processos de formação de agenda e formulação da referida política, e na abordagem das coalizões de interesse de Paul Sabatier e Hank Jenkins-Smith (WEIBLE; SABATIER, 2007; SOUZA, 2006) para explicar o processo de concretização do programa. Além disso, se fará uso da noção de rede de políticas públicas enquanto método de descrição e análise dos padrões de relação existentes no âmbito do programa analisado, apoiando-se também na ideia de permeabilidade do Estado (MARQUES, 1999) para evidenciar a “fluidez das *fronteiras* do Estado à penetração de grupos sociais organizados e em disputa por recursos, projetos e políticas” (BOLTER, 2013, p. 65).

## REDES E DA PERMEABILIDADE DO ESTADO NO CONTEXTO DO FEAPER E DO PROGRAMA CAMPONÊS

No Estado do Rio Grande do Sul, no âmbito das políticas públicas para o desenvolvimento rural e para a agricultura familiar, o Fundo Estadual de Apoio aos Pequenos Estabelecimentos Rurais (FEAPER) pode ser mencionado como um dos exemplos do processo de aproximação entre Estado e sociedade civil. No Conselho Administrativo do FEAPER, instância máxima do Fundo, metade dos assentos são ocupados por representantes das mais diversas organizações sociais vinculadas à agricultura familiar e à agricultura patronal, representando assim uma considerável diversidade política.

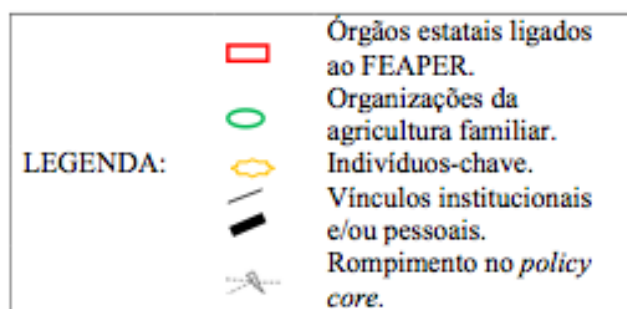
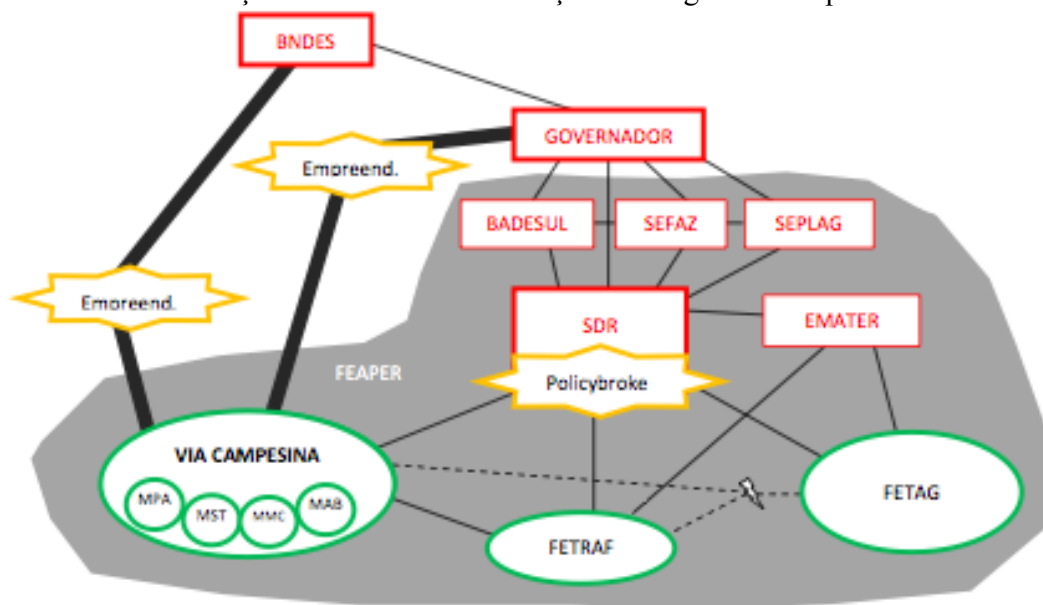
Instituído em 1988, o FEAPER foi reformulado em 2011 para permitir a operacionalização de um conjunto de novos programas lançados pela então recém-criada Secretaria (Estadual) de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo (SDR)<sup>2</sup>. Tais programas, implementados a partir de 2011, direcionavam-se para o fomento de atividades agrícolas e agroindustriais de agricultores familiares, pecuaristas familiares, assentados da reforma agrária, remanescentes de quilombos, indígenas e pescadores artesanais, atores que até um passado recente estavam situados ao largo da esfera de ação do Estado. Essa reformulação do FEAPER e posterior criação dos programas de fomento foram processos concebidos e implementados em um panorama organizacional composto por atores estatais (vinculados tanto ao governo estadual quanto federal) e da sociedade civil (incluindo movimentos sociais e entidades sindicais). Conceber tal cenário a partir da noção de redes se torna propício na medida em que a relação entre tais atores, na prática, tem como características: baixo grau de hierarquia entre as diferentes esferas envolvidas; fragmentação do Estado em atores institucionais concretos (no caso: BNDES, Gabinete do governador, SDR, Badesul e Emater), com funções e interesses que eventualmente os colocam em conflito (ROMANO, 2011); elevado trânsito de atores que ora ocupam espaços na esfera dos movimentos sociais e sindical, ora nos cargos eletivos ou indicados do Estado.

A Figura 1 representa a rede de relações em que ocorreram esses processos. Incluem-se nela elementos-chave tanto da abordagem dos múltiplos fluxos (empreendedores) quanto da coalizão de interesses (*policybroker*), conferindo destaque a três atores individuais que cumpriram papéis determinantes na formação da agenda. A principal característica comum entre tais atores é o fato de que suas trajetórias individuais são marcadas por “idas e vindas” a diferentes funções de direção nos poderes executivo e legislativo e na liderança de movimentos

sociais, sindicais e eclesiais vinculados à agricultura familiar. Dois deles já haviam sido deputados estaduais e secretários de estado, enquanto o terceiro era conselheiro no gabinete do governador, além de ter ocupado outros postos em governos anteriores.

Note-se que os três indivíduos estão situados precisamente na comunicação entre os atores estatais e as organizações da sociedade civil envolvidas. Na prática, trata-se de uma fronteira difusa que impede que sua localização seja definida de forma estanque, sendo entendida como causa e consequência da interpenetração entre Estado e sociedade, no que Evans denominaria “zona de sombra” (EVANS, 1993). A natureza “borrada”<sup>3</sup> desta fronteira – que caracteriza a permeabilidade do Estado (MARQUES, 1999) – foi justamente um dos elementos centrais que proporcionou a emergência de novas políticas inovadoras para a agricultura familiar, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) – conforme indicado, respectivamente, por Muller (2007) e Bolter (2013) –, bem como parece ser o caso do Programa Camponês.

Figura 1: Representação simplificada da rede de relações formais e informais envolvida na reformulação do FEAPER e na criação do Programa Camponês.



Fonte: elaboração do autor.

## FORMULAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA CAMPONÊS

O novo cenário estabelecido a partir de 2011 no âmbito das políticas de apoio à agricultura familiar e ao desenvolvimento rural foi condição elementar para a criação do Programa Camponês. Dentre os programas que passaram a ser operacionalizados por meio da reformulação do FEAPER, o “Programa de Apoio à Agricultura Familiar Camponesa”, desenvolvido em parceria com o Fundo Social do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), foi o que obteve a maior dotação de recursos. Diferentemente dos demais, o “Programa Camponês<sup>4</sup>”, como passou a ser chamado, resultou de um processo específico e intenso de reivindicações e negociação dos movimentos sociais organizados em torno da Via Campesina<sup>5</sup> junto ao BNDES iniciado em 2009 e ao governo estadual a partir de 2011.

### Múltiplos Fluxos

De acordo com Capella (2006) e Souza (2006), o modelo dos múltiplos fluxos elaborado por John Kingdom considera que o processo de criação ou mudança de políticas públicas é determinado pela dinâmica de três fluxos independentes: o fluxo dos problemas, atentando para o fato de que problemas são construções sociais e, portanto, carregam diferentes interpretações da realidade; o fluxo político, caracterizado pela disposição das forças envolvidas nas disputas políticas; e o fluxo das soluções, que nem sempre são elaboradas com base no problema ao qual acabam lançadas como resposta. Para o autor, a convergência desses três fluxos independentes (*coupling*), por meio da ação decisiva de empreendedores (*entrepreneurs*), resulta numa janela de oportunidades para alterações na agenda de políticas governamentais, permitindo a introdução de novas questões na mesma.

Trata-se de uma abordagem que parece contribuir para compreender a introdução da “pauta camponesa” na agenda governamental e, como consequência, a criação do novo programa nos moldes do FEAPER. Inicialmente, destaca-se o papel peculiar dos dois empreendedores representados na Figura 1 no processo de reivindicações da Via Campesina.

No caso do Programa Camponês, ambos empreendedores compunham o campo político da Via Campesina, sendo que um deles, conforme mencionado anteriormente,



passou a ocupar um cargo de assessoria direta do governador do Estado. Este fato representou uma importante vantagem tanto no fluxo político – dada a influência direta sobre a instância máxima do governo estadual, bem como órgãos diretamente relacionados ao tema e, dentro deles, a comunidade de políticas que havia reformulado o FEAPER – quanto no fluxo de problemas, dada a possibilidade de argumentação e difusão das ideias e perspectivas da Via Campesina. Já o empreendedor situado informalmente na ligação entre a Via Campesina e o BNDES (relações pessoais de amizade e histórica de militância política) teve um papel preponderante no convencimento da presidência do banco à liberação de recursos para a execução do Programa.

Sendo assim, a “costura” realizada por ambos empreendedores nos diversos níveis de governo pelos quais transitavam garantiu a confluência dos três fluxos, concatenando: espaço para a pauta da Via Campesina no interior do governo (fluxo de problemas); vontade política em nível federal e estadual para atender a proposta (fluxo político); viabilidade técnica decorrente de um instrumento já existente (o FEAPER) capaz de operacionalizar o programa (fluxo de soluções); e viabilidade financeira em razão da liberação de recursos em nível estadual e federal<sup>6</sup>. Com essa convergência de fluxos, abriu-se a *janela de oportunidade* específica para a proposta da Via Campesina. Com efeito, tal oportunidade inseriu a “pauta camponesa” na agenda governamental e transformou-a em um novo programa do FEAPER.

#### Coalizões de interesse na aprovação do programa

Configurado o instrumento que operacionalizaria o Programa, isto é, uma linha de crédito específica no FEAPER, sua materialização dependia ainda da aprovação no Conselho Administrativo do fundo, o que, em princípio, se tratava apenas de um protocolo burocrático a ser cumprido. Entretanto, elementos internos e externos que vieram a surgir colocaram-se como obstáculos à pronta aprovação do Programa no conselho do FEAPER. Para explicar tal situação, parecem úteis as ferramentas de análise da abordagem das coalizões de interesse proposta por Weible e Sabatier (2007).

O modelo das coalizões de interesse possui ao menos dois elementos centrais. O primeiro é a ideia de que as políticas públicas estão estruturadas em subsistemas nos quais estão inseridos atores que debatem e disputam os rumos das políticas em questão. O segundo é a ideia de existência de um sistema hierárquico de crenças que rege atuação e as alianças entre os atores, formando, a partir dessas crenças, o que os autores definem como coalizões de

interesse (*advocacy coalitions*). Esta hierarquia estabelece três níveis de crenças: o *deep core* (crenças fundamentais), o *policy core* (crenças relativas à política) e um terceiro nível composto por aspectos secundários, a respeito das interpretações sobre os instrumentos de política.

A partir de tal referencial, seria possível identificar o FEAPER – sobretudo a partir de sua reestruturação em 2011 – enquanto um subsistema de políticas estaduais de apoio à agricultura familiar e ao desenvolvimento rural. Grosso modo, em tal subsistema inicialmente haveria duas coalizões de interesse. A primeira seria composta pela maioria das entidades do conselho, que partilhariam um *deep core* situado, no espectro político-ideológico, mais ou menos à esquerda. O *policy core* que uniria tal coalizão estaria centrado na perspectiva de apoio à agricultura familiar. Já a segunda coalizão teria como principal representante a FARSUL, numa perspectiva de apoio ao agronegócio. Esta segunda coalizão, no entanto, permaneceu praticamente inexpressiva, uma vez que a delimitação do subsistema estaria restrita ao FEAPER, ou seja, a um ambiente de antemão desfavorável à difusão do seu conjunto de crenças e a sua atuação em geral por ser um instrumento nomeadamente destinado ao apoio de “pequenos estabelecimentos rurais”.

Ocorre, no entanto, que dois fatores vieram a desestabilizar a primeira coalizão. O primeiro fator foi de caráter exógeno ao subsistema, decorrente de um possível rompimento que se visualizava entre a principal força política que sustentava o governo e o partido político que dirigia a FETAG. O segundo foi a possibilidade de comercialização de milho transgênico no Programa Troca-Troca de Sementes, pauta colocada na agenda do FEAPER pela FETAG. Tal proposta não seria aceita pelas organizações ligadas à Via Campesina e pela FETRAF em razão de sua incongruência com o modelo de agricultura defendido por tais atores, expresso nos objetivos do Programa Camponês. Na prática, a nova questão na agenda evidenciava os limites do entendimento comum que sustentava o *policy core* em torno do apoio à agricultura familiar.

Em contraposição, a FETAG também passou a se posicionar contra a aprovação do Programa Camponês. Tal posicionamento se tornou um significativo entrave, em razão do poderoso recurso de barganha da FETAG (sua considerável base social/eleitoral) junto aos atores estatais que compunham o conselho do FEAPER.

A resolução do impasse se deu através da mediação realizada pelo Secretário da SDR, presidente do conselho do FEAPER, a quem poderíamos associar a figura do *policy broker*. Sua atuação no subsistema FEAPER se deu através da negociação e convencimento

de ambas as partes acerca do que poderíamos chamar de ajustes regulatórios em ambos os instrumentos (Programa Camponês e Troca-Troca de Sementes), culminando com a aprovação de ambos. Somente então, a partir de 2013, o Programa Camponês passou a ser efetivamente operacionalizado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reestruturação do FEAPER a partir de 2011 representou uma mudança qualitativa nas políticas estaduais para a agricultura familiar. Este processo de transformações no âmbito das políticas públicas para o desenvolvimento rural e para a agricultura familiar no Rio Grande do Sul se deu a partir da cooperação entre diferentes atores estatais e da sociedade civil, individuais e coletivos, com crenças mais ou menos compartilhadas. Nesse sentido, a adoção de uma abordagem relacional como pano de fundo da presente análise permitiu reconhecer aspectos importantes. Entre eles, destaca-se o baixo grau de hierarquia entre os diferentes atores da rede em questão, mesmo na relação entre os entes estatais e aqueles da sociedade civil. Percebe-se também a posição privilegiada de indivíduos cuja atuação se reveza entre a esfera estatal e a social/sindical.

As abordagens dos múltiplos fluxos e da coalizão de interesses também se mostraram úteis para entender o processo que culminou com a criação do Programa Camponês, sendo que o principal determinante pareceu recair sobre as mudanças no fluxo político. Ainda que seja um tanto quanto arriscada a proposta de misturar elementos de modelos teóricos distintos, avaliou-se que o nexos entre as abordagens utilizadas permitiu captar elementos importantes no processo de criação do Programa Camponês. Dentre as possibilidades de diálogo, destaca-se o papel de indivíduos-chave na articulação dos diversos atores da rede. Nesse sentido, tanto a função dos empreendedores na convergência dos fluxos, quanto dos *policy brokers* na intermediação das coalizões parece ser cumprida com mais eficiência quanto mais livre for seu trânsito entre os distintos atores da rede, apresentando sintonia com a ideia de permeabilidade do Estado.

Sendo assim, avaliou-se que o uso combinado das referidas abordagens foi promissor, contribuindo, ainda que modestamente, para ampliar o conhecimento acerca das diversas inovações ocorridas nas políticas públicas brasileiras no último período, em especial aquelas voltadas para a agricultura familiar e o desenvolvimento rural.

## REFERÊNCIAS

BOLTER, J. A. G. *Interfaces e cogestão nas políticas para agricultura familiar: uma análise do Programa Nacional de Habitação Rural*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural/UFRGS, 2013.

CAPELLA, A.C.N. Perspectivas teóricas sobre o processo de formulação de políticas públicas. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n. 61, 2006.

EVANS, P. O Estado como problema e solução. *Lua Nova*, São Paulo, n. 28-29, apr./1993. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_art-text&pid=S0102-64451993000100006](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_art-text&pid=S0102-64451993000100006)>. Acesso em: 05 out. 2017.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três Gerações de Políticas Públicas para a Agricultura Familiar e Formas de Interação entre Sociedade e Estado no Brasil. In: GRISA, C. SCHNEIDER, S. *Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 19-50, 2015.

MARQUES, E. C. Redes sociais e instituições na construção do Estado e da sua permeabilidade. *Revista brasileira de ciências sociais*, v.14, n.41, p.45-67, out.1999.

MÜLLER, A.L. A construção das políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS). Porto Alegre (RS), 2007.

NIEDERLE, P. A.; FIALHO, M. A. V.; CONTERATO, M. A. A pesquisa sobre agricultura familiar no Brasil - aprendizagens, esquecimentos e novidades. *Revista de economia e sociologia rural*, v. 52, p. 9-24, 2014.

ROMANO, J. Redes de política pública na trajetória do setor público agrícola brasileiro. In: Bonnal, P.; Leite, S.P. (orgs.). *Análise comparada de políticas agrícolas: uma agenda em transformação*. Rio de Janeiro: Mauad, 2011.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*. Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, 2006.

WEIBLE, C. M. SABATIER, P. A. A Guide to the Advocacy Coalition Framework. In: FISCHER, F.; MILLER, G. J.; SIDNEY, M. S. (eds.). *Handbook of Public Analysis: theory, politics and methods*. USA: 2007.

## **POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE À POBREZA E REDUÇÃO DA DESIGUALDADE NA PERCEPÇÃO DO ALTO ESCALÃO DO EXECUTIVO FEDERAL DO BRASIL E DO URUGUAI**

**Elisa Mendes Vasconcelos**  
(Programa de Pós-Graduação em Sociologia/UFRGS)

### **O alto escalão do Executivo Federal**

O alto escalão do Executivo Federal compreende os cargos de Direção e Assessoramento Superior (DAS) 5 e 6, no Brasil, e aos cargos de Diretor de Ministério, no Uruguai. São cargos de livre nomeação e exoneração e inexistem cotas mínimas de ocupação por servidores públicos. Respondem diretamente ao ministro da pasta em que o cargo é ocupado e ao Presidente da República.

Os critérios de nomeação para esses cargos podem ser políticos, técnicos ou uma mistura dos dois, dependendo do partido político que está no poder (D'ARAÚJO, 2011). No Brasil, embora a atribuição de competências para nomear em cada nível hierárquico tenha variado ao longo do tempo, em geral, tem prevalecido a regra de provimento que restringe ao Presidente da República ou ao Chefe da Casa Civil autorizar as nomeações para os níveis 5 e 6 (LOPEZ, 2015; p 3).

Os ocupantes desses cargos possuem papel crucial na formulação e implementação das políticas públicas (DINIZ, E. e BOSCHI, R., 2011; REIS, 2000). Esse papel, embora reconhecido, não é bem descrito e entendido pela literatura especializada. Talvez isso decorra da concentração das análises nas áreas da Administração Pública e da Ciência Política, cujas preocupações giram em torno do perfil, tipo de recrutamento e qualidades profissionais dos dirigentes. Existe, portanto, uma lacuna bibliográfica.

Há importantes justificativas para que as pesquisas se multipliquem visando compreender o papel do alto escalão do Executivo Federal nas políticas públicas. Tal qual aponta Felix Garcia Lopez et al (2012; p. 1) estudar o alto escalão do Executivo Federal é essencial pela *“centralidade que as nomeações assumem para o processo de formação e gerência das coalizões de governo, bem como porque os nomeados são responsáveis por desenhar e implementar parte expressiva das políticas públicas no país”*.

Essa centralidade também é destacada por Loureiro e Abrúcio, pois a *“relação entre política e burocracia é fundamental na definição do processo de governo”* (1999; p. 69).

Alessio e Ambrosio (2016; p. 336) também acrescentam que: *“Parece haver um consenso, ao menos recente, de que os burocratas são aliados estratégicos e centrais para o sucesso ou fracasso de políticas governamentais e, conseqüentemente, de mandatos presidenciais”*.

### **Por que comparar Brasil e Uruguai?**

A comparação entre Brasil e Uruguai pode ser justificada porque eles representam casos opostos, em grande medida. Tomando a desigualdade sob um ponto de vista histórico, Brasil e Uruguai são ao mesmo tempo diferentes e iguais, dependendo do recorte temporal. Quanto mais distante o período histórico, mas diferentes os dois países são.

Ao adquirir a independência, o Brasil já é uma sociedade muito desigual, com um enorme contingente de ex-escravos recém libertos, que não foram incorporados ao mercado de trabalho. Além disso, o país é uma sociedade agrária dominada por grandes latifúndios (THEODORO, M; 2008).

O Uruguai, todavia, foi um país que já nasceu igualitário (SOLARI, 1964). Embora igualmente rural como o Brasil, a população sempre foi relativamente pequena. Solari (1964) argumenta que a combinação entre alta taxa de crescimento econômico e baixa densidade populacional forçou a distribuição da riqueza. No começo do século XX, a economia era tão próspera, a igualdade tão elevada, a democracia tão estável e progressista para os padrões da época que o Uruguai foi apelidado de “A Suíça da América” (LÓPEZ, 2012).

A ditadura militar nos dois países deixou uma herança maldita, agravando a desigualdade. No Brasil, a desigualdade alcançou níveis extremos, levando o país a ser apelidado de “Belíndia”, uma combinação entre a Bélgica e a Índia (REIS, 1998). No Uruguai, o Estado autoritário destruiu o exitoso estado de bem-estar social.

O saldo social pós-ditadura não foi muito diferente nos dois países: grande número de pobres urbanos, enorme contingente de trabalhadores informais não incorporados na estrutura de bem-estar social e um salto dos níveis de desigualdade (BUSQUETS, 1992; HERMANN, 2005; MIDAGLIA e ANTIA, 2007).

A situação só começou a ser revertida nos dois países quando o Partido dos Trabalhadores, no Brasil, e a Frente Ampla, no Uruguai, venceram as eleições presidenciais, respectivamente em 2002 e em 2004. Assim, foram criados ministérios específicos de combate à pobreza e implementadas políticas públicas de transferência direta de renda, que tiveram grande impacto na redução da pobreza extrema.

No Uruguai essa reviravolta teve início em 1999, quando o país entrou em recessão. Pouco depois, em 2002, a Argentina, país com o qual os uruguaios tinham um forte vínculo comercial, enfrentaram uma gravíssima crise econômica. Isso causou um colapso bancário no Uruguai, com consequências sem precedentes. O desemprego atingiu 17% e 24% da população chegou a viver abaixo da linha da pobreza. Contudo, o Uruguai não transformou a crise econômica em uma crise política, como a Argentina. A Frente Ampla, astutamente, fez tudo o que podia para insular o sistema político da fúria da população contra o Estado e os governantes, e saiu vitoriosa nas eleições de 2004. (BASSI, 2016).

A Frente Ampla implantou uma série de reformas e políticas públicas para combater a pobreza, como a criação do programa Asignación Familiar, a criação do Ministério do Desenvolvimento Social (MIDES), e a expansão da cobertura de saúde e educação. O Estado passou a desempenhar um poderoso papel na elaboração de políticas públicas voltadas para a erradicação das situações de vulnerabilidade social (COSTA, 2017).

Em síntese, Brasil e Uruguai, dependendo do recorte histórico, se aproximam ou se distanciam com relação à desigualdade social. Se tomarmos o período anterior à ascensão do autoritarismo no Uruguai, em meados da década de 1960, notamos que o Uruguai desfruta de níveis de igualdade social invejáveis para os padrões latino-americanos. No período pós ditadura até a o início dos anos 2000, ambos os países compartilhavam de níveis de pobreza e desigualdade críticos. Atualmente, tomando o índice de Gini, o Uruguai é o país menos desigual da América Latina (0,41) e, o Brasil, é o quarto mais desigual da região (0,52).

## **Metodologia**

A metodologia empregada parte da análise de um survey aplicado com os dirigentes públicos do Brasil e do Uruguai entre abril e outubro de 2013. Os questionários foram aplicados em uma amostra de 60 entrevistados em cada um desses países, totalizando, portanto, 120 entrevistas. Esse grupo era formado por secretários-executivos, chefes de gabinete, subsecretários, diretores de departamento, coordenador-geral e ouvidores. A amostra privilegiou aqueles que faziam parte de setores da área de desenvolvimento, agricultura e comércio.

No caso brasileiro, o survey foi conduzido por uma equipe do Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre a Desigualdade (NIED) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e, no Uruguai, por uma equipe da Universidad de La Republica (Udelar). O questionário aplicado foi quase idêntico nos dois países. A aplicação do survey foi face-a-face e foi

composto por 180 questões, a maioria fechada, e as poucas perguntas abertas foram codificadas posteriormente.

Com relação às técnicas de seleção, a amostra foi aleatória simples, contando com uma listagem aleatória de substituições para o caso de recusa. No Brasil, a delimitação da população foi feita considerando-se a soma dos ocupantes de cargos DAS 5 e 6 em âmbito Federal e, no Uruguai, como a soma dos ocupantes do cargo de diretor nos Ministérios.

## **Resultados**

Com relação aos programas de transferência de renda denominados Bolsa Família (BF) e Asignación Familiar (AF), foram feitas algumas afirmativas com o objetivo de captar o quanto os dirigentes concordavam ou não. Foram indagados sobre: estímulo à economia; redução da desigualdade; incentivo à procriação; incentivo à escolarização dos filhos; estímulo ao clientelismo; desestímulo ao trabalho e; a principal consequência dessas políticas. A seguir, apresento uma síntese dos resultados encontrados:

Estímulo à economia: Quarenta e um dirigentes no Brasil concordam totalmente que o BF estimula a economia, correspondendo a cerca de 68%. No Uruguai, 28 dirigentes concordam em parte e 20 concordam totalmente em relação ao Asignación Familiar.

Redução da desigualdade: No Brasil, os dados indicam que a maioria concorda totalmente que o BF reduz a desigualdade. Os resultados indicam uma divisão dos respondentes no caso uruguaio em concordar totalmente ou em parte que o AF reduz a desigualdade, embora o percentual dos que concordam totalmente seja levemente superior.

Incentivo à procriação: A maioria nos dois países discorda em alguma medida que o BF ou o AF possa incentivar as famílias a terem mais filhos.

Incentivo à escolarização dos filhos: Nos dois países, a maioria concorda em alguma medida que os programas de transferência de renda incentivam os pais a mandar os filhos à escola. Contudo, o grau de concordância no Brasil mostra-se maior que no Uruguai.

Estímulo ao clientelismo: Enquanto no Brasil a maioria tende a concordar em alguma medida que o BF estimula o clientelismo político, no Uruguai quase 57% afirmaram discordar



totalmente com a afirmativa. Ainda no Uruguai, chama atenção que ninguém afirmou concordar totalmente que o AF estimula o clientelismo.

Desestímulo ao trabalho: Essa afirmativa gerou mais controvérsia no Brasil, onde os dados não nos permitem afirmar se houve uma concordância ou não. No Uruguai, 70% dos dirigentes discordaram em parte ou totalmente que o AF gerasse desincentivos ao trabalho.

Principal consequência: Dirigentes brasileiros e uruguaios concordam que o primeiro principal impacto do BF/AF é a redução da desigualdade e, o segundo, o estímulo aos filhos dos beneficiários a frequentar a escola.

### **Comentários finais**

Sintetizando esses resultados, podemos resumir que os dirigentes públicos dos dois países, de forma geral, têm uma postura favorável aos programas sociais de transferência de renda de seus respectivos países. Para eles, o BF/AF estimula a economia, reduz a desigualdade, e incentiva os pais a mandarem os filhos à escola. No Brasil, também podemos afirmar que os DAS's 5 e 6 não acreditam que o BF incentiva as famílias a terem mais filhos. Por outro lado, os Diretores de Ministério não acreditam que o AF gera desincentivos ao trabalho.

O clientelismo político colocou os dirigentes de lados contrários, pois no Brasil eles concordam que isso seja estimulado pelo BF, enquanto no Uruguai eles discordam que o AF o estimule de alguma forma. O quadro a seguir resume a percepção predominante sobre o BF/AF:

**Quadro 1: Síntese das afirmativas sobre propostas de políticas sociais**

	Brasil		Uruguai	
	Desejável?	Viável?	Desejável?	Viável
Educação universitária gratuita	Sim	Não	Sim	Sim
Acesso de alunos pobres à universidade	Sim	Sim	Sim	Sim
Diminuir diferença de renda entre trabalhadores com e sem formação universitária	Sim	Sim	Sim	Não
Programa de renda mínima universal para todos com mais de 25 anos	Sim	Não	Não	Não
Seguro desemprego para todos os trabalhadores	Sim	Sim	Sim	Sim
Programa de distribuição de alimentos aos pobres	Não	Sim	Sim	Sim

Construção de habitações populares	Sim	Sim	Sim	Sim
Acesso universal e gratuito aos serviços de saúde	Sim	Sim	Sim	Sim

### Referências bibliográficas

ALESSIO, Maria Fernanda; AMBROZIO, Lucas. **A composição da alta burocracia no Brasil e no Chile à luz das dimensões de legitimidade e desempenho.** Revista do Serviço Público, Brasília, jul/set 2016: p 319-350.

BASSI, Raul. Left Victory Will Leave Masses Wanting More. Green Left Weekly. September 2016. <https://www.greenleft.org.au/content/uruguay-left-victory-will-leavemasses-wanting-mor>. Acessado em 27 de Setembro, 2017.

COSTA, Renzo. Dissertação de mestrado. The Ministry of the Poor? Institutionalizing, Perceiving and Targeting Poverty and Vulnerability in Uruguay. Geneva, junho de 2017. **Graduate Institute of International and Development Studies.** 89p.

BUSQUETS, Jose M. “La reforma de la política social alimentaria uruguaya un nuevo modelo: focalización, selectividad y deficiencia? (1985-1989)”. In: **Revista Uruguaya de Ciencia Política**, n 5 Montevideo: Instituto de Ciencia Política, 1992.

D’ARAÚJO, Maria Celina. “PSDB e PT e o Poder Executivo.” **Desigualdade & Diversidade** – Dossiê Especial, pp. 65-100, 2011.

DE BONIS, Daniel. 2008. **O dirigente público como categoria analítica: um exercício de definição.** Dissertação de mestrado apresentada à EAESP-FGV.

DINIZ, E. e BOSCHI, R. “**Brasil, Uma Nova Estratégia de Desenvolvimento? A percepção de elites do Estado (2003-2010)**”, trabalho apresentado em primeira versão no seminário da ALAS, Recife, setembro, 2011.

HERMANN, J. Reformas, endividamento externo e o “milagre” econômico. In: GIAMBIAGI, F. et al. (Ed.). **Economia brasileira contemporânea**. Rio de Janeiro: Elsevier, Editora Campus, 2005.

LONGO, Francisco. **Mérito e Flexibilidade. A Gestão das Pessoas no Setor Público**. São Paulo: FUNDAP, 2007.

LOPEZ, Felix Garcia. **Evolução e perfil dos nomeados para cargos DAS na Administração Pública Federal**. Brasília: Ipea- nota técnica número 16, outubro de 2015.

LOPEZ, Felix Garcia; BUGARIN, Maurício; BUGARIN, Karina. **Rotatividade dos cargos de confiança da Administração Pública Federal Brasileira (1999-2012)- Resultados Preliminares**. Boletim de Análise Político-Institucional número 05; IPEA, maio de 2014.

LOUREIRO, Maria Rita, e ABRUCIO, Fernando. **Burocracia e Política na nova ordem democrática brasileira: O provimento de cargos no alto escalão do governo executivo do governo federal (governos Sarney, Collor, Itamar Franco e FHC)**. EASP/FGV/NPP, relatório nº 9, 1998.

MIDAGLIA, Carmen y ANTÍA, Florencia. “La izquierda en el gobierno: ¿Cambio o continuidad de bienestar social?” In: **Revista Uruguaya de Ciencia Política**, n 16.

Montevideo: Instituto de Ciencia Política, 2007.

OLSEN, Johan P. “Maybe it is time to rediscover bureaucracy.” **Journal of public administration research and theory**, v. 16, n. 1, p. 1-24, 2005.

PACHECO, Regina. **Mudanças no perfil dos dirigentes públicos no Brasil e desenvolvimento de competências de direção**. Paper apresentado no VII Congresso Internacional do CLAD, 2002.

PINÇON, Michel; PINÇON-CHARLOT, Monique. **Sociologia da alta burguesia**.

Sociologias, Porto Alegre, ano 9, nº 18, jul./dez. 2007, p. 22-37.

REIS, Elisa P. **Processos e escolhas: estudos de sociologia políticas**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998.

\_\_\_\_\_, Elisa. **Percepção das Elites sobre Pobreza e Desigualdade**. Revista Brasileira de Estudos de Ciências Sociais, Vol. 15, nº 42, 2000.

REIS, Elisa. P. & MOORE, Mick. **Elite Perceptions of poverty and inequality**. Londres: Zed Books, 2005.



# Múltiplos Olhares desde o Brasil

SEGEP – SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA. **Boletim estatístico de pessoal e informações organizacionais**. Brasília, v. 18, n. 211, 2013.

SOLARI, Aldo. **Estudios sobre La sociedad uruguaya** (vol I). Montevideo: Arca Ediciones, 1964.

THEODORO, Mário. **A formação do Mercado de trabalho e a questão racial no Brasil**. In: Theodoro, Mário; Jaccoud, Luciana; Osório, Rafael; Soares, Sergei. *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição*. 1ª ed, Ipea, novembro 2008.

## **“MACHISTAS, RACISTAS NÃO PASSARÃO” – UMA ETNOGRAFIA NA MARCHA CONTRA O ESTUPRO EM PORTO ALEGRE.**

**Evandra Cristina Gonçalves Moreira**  
(Universidade do Vale do Rio dos Sinos)

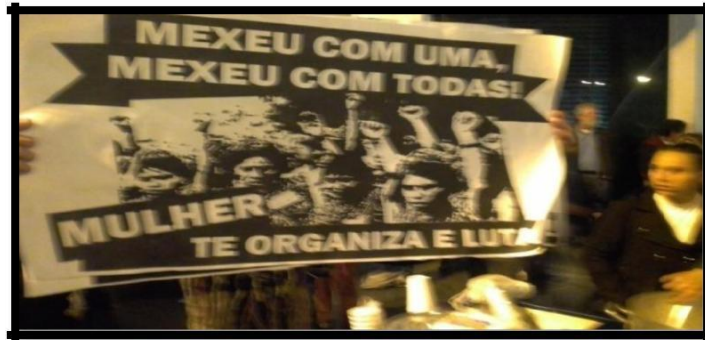
A agência de comunicação BBC, do Reino Unido (entre diversos meios de comunicação internacional, Canadá, Inglaterra, Índia, Austrália, Estados Unidos e em Israel) afirmou no noticiário:

O vídeo nas redes sociais chocou o Brasil, mas, antes de seu autor ter a conta bloqueada, foi largamente compartilhado com comentários misógenos“ referindo ao caso do estupro coletivo ocorrido no Rio de Janeiro – Brasil no mês de Maio de 2016. A notícia da adolescente de 16 anos que foi estuprada por mais de 30 homens e teve as imagens da violência publicadas nas redes sociais, (<http://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/estupro-coletivo-no-rio-ganha-destaque-na-imprensa-internacional-03062016>, consultada em 04/06/2016).

Nas redes sociais diversos grupos de mulheres manifestaram o repúdio ao ocorrido diversas manifestações ocorreram em diferentes Estados do Brasil. Através das redes sociais recebi o convite para um evento intitulado“Por TODAS ELAS” em Porto Alegre RS, realizada no dia 1 de Junho de 2016. A indignação do povo das mais diversas correntes, partidos, coletivos e vertente resultou na luta, para que pudesse ser ouvido diante da violência, que as mulheres são alvos. A marcha estava prevista para às 17 horas, com a concentração inicial na Esquina Democrática.

Participei na marcha, por ser uma pacífica e por ser mulher e por ser num contexto social no qual eu era “uma estranha”, afinal estava na cidade há menos de 3 meses e não conhecia muito além da universidade. Fui com mais duas colegas da faculdade e ao chegar no local já se via muitos cartazes erguidos e alguma concentração de pessoas. No microfone as palavras de ordem eram de apelo para o fim do machismo, da cultura de estupro e da violência contra a mulher e discriminação racial. Acontecia o mesmo nos diferentes cartazes erguidos e diferentes grupos aproveitavam para distribuir folhetos com o mesmo intuito. A figura abaixo mostra o grande lema da marcha.

Fotografia 1: Mensagem no cartaz erguido na marcha



Fonte: Autora, 2016

Poder ver pessoas unidas em torno de um problema, gerou uma satisfação pessoal em participar fazer parte daquele momento e o vivi intensamente, com registo de fotografias e vídeos. Era um momento de desabafo e de reivindicação sobre todas as formas de violência contra as mulheres no Brasil.

Foi quando quatro jovens de turbantes e negras chegaram em mim e entregaram um folheto intitulado “Quilombo raça e classe”, no qual relatava o caso e a indignação do grupo, diante do caso de estupro acontecido e não deixando de falar como “ no Brasil historicamente as mulheres negras lutam por reparação, pois os mais de 350 anos de escravidão se apropriaram não só das riquezas de nossa terra, mas também dos corpos”... Recebi a folheto e a jovem me disse: “lute sempre”! Li na hora o título e segui as quatro jovens de longe e percebi que elas não entregavam o folheto para todas as pessoas. Escolhiam sempre as mulheres negras. Aquilo chamou a minha atenção e fiquei questionando internamente qual a intenção delas. Comecei a olhar em volta e pude perceber que havia pouca presença de mulheres negras na marcha, porém seria apenas a extensão do meu olhar na cidade grande. Falo isto, de um lugar muito específico e com pouco tempo “andando” pelo Sul do país. Na maioria dos lugares (restaurantes, universidades, passeios e festas) sempre fui a única negra e se tivesse mais pessoas negras era possível contá-las facilmente.

A frase da menina me instigou e passei a ter inúmeras inquietações e resolvi apreender o máximo das informações a partir da etnografia. A etnografia é o único método que me permitiu descrever o momento, no qual eu era um “corpo comum”, no contexto da marcha e deixei de ser apenas um corpo, mais sim um corpo rotulado a critério do outro. Os

corpos eram demarcados pela cor e outras características, tais como turbantes e cabelo. Pois esses determinantes se enquadravam no meu perfil.

Pela primeira vez deparei com um cenário, onde a minha cor da pele determinou a ação de outra pessoa e ao mesmo tempo demonstra o desabafo de descontentamento e a força em querer lutar por uma sociedade onde a cor da pele deixe de ser o elemento diferenciação.

A partir de uma experiência pessoal, procurei refletir sobre a interseccionalidade de raça e gênero no contexto da marcha, a partir das palavras de ordem, imagens e buscar os significados a partir da literatura da área constitui-se como objetivo desse exercício etnográfico. Segundo Strathern (2014) o fazer etnográfico, quanto narrativa etnográficas são construídos sob interações reais entre o olhar do pesquisador sobre o nativo e deste sobre o pesquisador. O que me fez compreender a reação e ação daquelas meninas na marcha e o quanto a etnografia foi pertinente para captar o que realmente elas estavam propondo. Além de ser uma análise singular, estava diante de uma criatividade, que a minha análise estaria muito longe de alcançar o propósito delas.

### **“Não vou me curvar”**

O corpo afigura um naipe proeminente nas discussões feministas e cada vez mais tem-se tornado foco de atenção da produção acadêmica, estimulando estudos orientados pelas mais diversas abordagens. Explorar as maneiras como os corpos são moldados por formas de poder e discutir como os impactos da mercantilização os fragmentam (MOORE, 2000). As reflexões sobre o corpo e corporalidade integram-se, porém, num amplo campo de discussão, ainda que manifestam o interesse por gênero concedendo uma atenção crescente (MOORE, 2000) e que no cotidiano é uma realidade.

E o caso que aconteceu em Rio de Janeiro uma vez mais veio reforçar essa certeza. Para além das diferenças sexuais, há outras diferenças, por isso a teórica Haraway (1995) crítica o conceito de gênero interna ao movimento feminista. No campo das ciências sociais, principalmente, na reelaboração teórica de não incorporarem as exigências de prestar atenção a outras diferenças, para além da sexual, de maneira homogênea (PISCITELLI, 2008). A autora fala na redefinição de novas questões, em conjunto com uma visão de igualdade e também que incluísse classe e raça.



Judith Butler pensa gênero como um mecanismo segundo o qual se produzem e naturalizam noções do masculino e feminino, mas também como mecanismo mediante o qual esses termos são e desnaturalizados (BUTLER, 2003).

O que por sua vez era a ideia das mulheres participantes na marcha. Gritando “não vou me curvar! Não vou me calar”. A ideia que tinha da mulher subalterna (SPIVAK, 2010), obedecendo e cumprindo as ordens dos homens vem sendo questionado. Hoje as mulheres saem para rua, gritam palavras de ordem e ocupam diversos lugares na esfera pública. Há muitos desafios a ultrapassar, porém, reconhece-se que grandes passos já foram conseguidos. As mulheres já não aceitam a dominação masculina (BOURDIEU, 1999) de forma passiva.

A existência de múltiplos discursos de gênero dentro de um mesmo contexto social significa que em muitas situações, um discurso que enfatiza a natureza oposicional e mutuamente exclusiva das categorias de gênero pode existir ao lado de outros discursos, que enfatizam a natureza processual, mutável e temporária de atribuição de gênero (MOORE, 2000).

A autora ainda acrescenta:

A coexistência de múltiplos discursos, contudo produz uma situação em que os diferentes discursos sobre gênero são hierarquicamente ordenados. O ordenamento pode ser contextual como bibliograficamente variável, e também pode estar sujeito a mudança histórica. O resultado é que alguns discursos sobredeterminam outros, e vários discursos sub-dominantes se desenvolvem em oposição aos dominantes (MOORE, 2000, p:28).

Isto porque em muitas culturas, discursos em oposições a gênero são hierarquicamente estratificados internamente. Como por exemplo onde a mulher é vista como objeto de desejo e do conhecimento do homem. Isto sugere uma situação em que formas de diferença passam a se substituir, e as distinções codificadas entre elas se tornam o lugar principal de produção de efeitos mais gerais de poder (MOORE, 2000).

Segundo Grosz (2000), o pensamento misógino frequentemente encontra auto-justificativa conveniente para a posição social secundária das mulheres ao contê-las no interior de corpos que são representados, até construídos, como frágeis, imperfeitos, desregrados, não confiáveis, sujeitos a várias intrusões que estão fora do controle consciente. Formando uma série de atributos sociais referente a cada categoria: homem, mulher.

Na marcha uma série dessas dimensões foram reivindicadas pela mulherada:

*“Roupas curtas não estupram. Horários não estupram. Lugares não estupram. Bebidas não estupram. Estupradores estupram”.*

Uma série de categorias sociais são usadas como incentivos para a violência e estes estereótipos são construídos e enraizados na sociedade. A hostilidade do pensamento misógino em relação as mulheres e à feminilidade foi comumente racionalizada através da depreciação e derrisão dos corpos das mulheres (GROSZ, 2000).

Fotografia 1 - Palavras de ordem proferida na marcha



Fonte: Autora, 2016

Foi feita diferente questionamento referente a situação da violência e com enfoque sobretudo no estupro: “*Nem recatada e nem do lar, a mulherada ‘tá’ na rua pra lutar*”. Foram cantadas também “*cadê o homem que engravidou? Por que a culpa é da mulher que abortou? Mexeu com uma, mexeu com todas e se cuida, seu machista, a América Latina vai ser toda feminista*”.

### **A questão da interseccionalidade: raça e gênero**

A interseção defendida sobretudo pelas feministas negras, a partir de 1980, tornou-se uma ferramenta teórica e metodológica fundamental para as ativistas e teóricas feministas negras que desenvolvem análises sobre os processos de interação entre relação de poder e categorias como raça e gênero.

Num contexto onde as questões raciais e de gênero fundamentam essa opressão, que recai não só nos corpos, mais nos reflexos da própria sociedade. Pois as mulheres, negras estão sujeita a imposições singulares advindas da interseção de gênero e raça.

A interseccionalidade propõe na justa medida perceber o quanto os dois conceitos não estão separados e conseqüentemente não devem ser tratados como tal. A interseccionalidade permite-nos ver os problemas sociais que estão estruturalmente na sociedade onde se vê os seus reflexos no quotidiano. E o caso da marcha acabou por evidenciar esta questão, pois a mesma constitui-se como um reforço para reivindicação de um problema que vira e mexe aparece nos mídias, mas, mais do disso, faz parte do convívio do dia-a-dia. O corpo é fortemente tido como um demarcador da problemática que é muito mais complexo, remetendo-nos para o contexto colonial em pleno século XXI.

Para aquelas meninas da marcha, a questão de género evidencia experiências e ideias que ofereceram visão de ser mulher, da comunidade ou seja é uma visão total que envolve compreensão da realidade pelas quais elas vivem. A interseção de género e raça tenta dar conta do tipo de opressão que as mulheres negras têm sofrido.

Como realçou Silva (2016. p:52) na sua pesquisa “o género para as mulheres negras normalmente está vinculado ao sexismo, mas na realidade vai além, pois o feminismo posicionou os papéis de género como construídos socialmente, independente de qualquer base biológico”. Porque as mulheres negras constroem a questão de género com a importante articulação política.

No contexto da marcha denominada por todas elas, tinha essa brecha, porém a invisibilidade se fazia presente. Conforme a imagem abaixo:

Figura 3 – Por todas elas



Fonte: Autora, 2016

A questão de raça normalmente se sobressai à questão de género quando se trata de mulheres negras, mas quando trabalha com uma perspectiva de interseccionalidade a categoria

de gênero e raça se agrupam. Permitindo assim, a oportunidade de entender a complexidade da vida das mulheres negras.

### Considerações finais

As questões específicas das mulheres negras, que além do machismo sofrem com o racismo, também foram mencionadas. Como a Reginete Bispo, a coordenadora da organização de Mulheres Negras Akanni, lembrou que os dois preconceitos existem a partir da “ideia de dominação dos corpos”, que está naturalizada em nossa sociedade é o que permite que aconteçam crimes como o estupro e vários casos de violência contra a mulher. A necessidade da interseção entre a categoria de gênero e raça se torna fundamental para fazer frente a demanda social. E como foi proferido na marcha, “a nossa luta é todos os dias, somos mulheres e não mercadoria”. Pois a cor da pele deixou de ser biológico para ser uma questão étnica, onde conseqüentemente acabou por se naturalizar o étnico e configurou o biológico. Há que pensarmos, pois o que explica a diversidade é a cultura e não raça.

### Referências

BOURDIEU, Pierre 1999, *A Dominação Masculina*. Oeiras: Celta.

BUTLER, Judith. 2003. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, (cap. 1).

GROSZ, Elizabeth. Corpos reconfigurados. In PISCITELLI, A e GREGORI, M (14). *CadernuPagu*. 2000. PP:45-86.

HARAWAY, Donna. 1995. *Saberes localizados*. Cadernos Pagu, v. 5, p. 11-41, MOORE, L.Henrietta. 2000. Fantasias de pobre e fantasia de identidade: gênero, raça e Violência. In PISCITELLI, A e GREGORI, M (14). *CadernuPagu*.. PP: 13-44. PISCITELLI, Adriana. 2008. *Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras*. Sociedade e Cultura, v. 11, n. 2, p. 263-274, jul/dez.

SILVA, Daiane da. 2016. *Gênero, raça e classe: discurso de mulheres negras acadêmicas e mulheres negras comunitárias*. Dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais na Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo – RS.



# Múltiplos Olhares desde o Brasil

SPIVAK, C. Gayatri. 2010. *Pode o Subalterno Falar?* Tradução de Sandra Regina Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa – Belo Horizonte: Editora UFMG.

STRATHERN, Marilyn. O efeito etnográfico. In: \_\_\_\_\_. *O efeito etnográfico e outros ensaios*. São Paulo: CosacNaify, 2014, p. 345- 405.

## **CONSELHO DO POVO DE TERREIRO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – CPTERS: PROTAGONISMO E ATUAÇÃO POLÍTICA DO MOVIMENTO DO POVO DE TERREIRO NO RS.**

**Janine Maria Viegas Cunha**

### **TEMA**

O tema do trabalho de conclusão é o CONSELHO DO POVO DE TERREIRO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – CPTERS, hoje instituído e vinculado na Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania do Estado compondo, juntamente com outros conselhos, a lista dos grupos que organizados politicamente se estruturam para dialogar diretamente com o Estado em prol de sugerir ações, denunciar infrações e elaborar políticas públicas. O CPTERS tem origem na primeira década do século XXI, quando o movimento negro no geral não deu ou não tem dado conta das demandas específicas do Povo de Terreiro, principalmente no que se refere à Intolerância Religiosa, Racismo Religioso e Violência, questões cotidianas e politicamente organizadas pelo segmento da matriz africana, fazendo com que surgisse esta militância focada no tema.

### **PROBLEMA DE PESQUISA**

Nos últimos dez anos, o movimento negro brasileiro (SANTOS, 2016) observou um fenômeno dentro de sua própria estrutura que foi o emergir do segmento do Povo de Terreiro como uma tendência política. O Povo de Terreiro, ainda sem esta denominação e característica, sempre esteve presente na base do movimento negro através de seus militantes pertencentes às comunidades de terreiro estruturando o fazer político deste movimento e ocupando um lugar singular justamente por serem ligados à tradição da matriz africana<sup>1</sup>, mas até então não tinham imprimido no *modus operandi* do movimento a forma de atuar da tradição. Quando a consciência sobre o pertencimento da cosmovisão africana e seus valores se instala na militância<sup>2</sup>, é que surge movimentação da consciência pelo terreiro, levantando as demandas do grupo como movimento independente e este emerge com tanta força que se descola do movimento negro e se autodeclara Povo de Terreiro, principalmente no RS. Através desta ação, vai alcançando conquistas nas políticas públicas de direitos humanos e

coletivos para a população negra e suas comunidades tradicionais, estas muitas das vezes comporta por uma maioria branca, principalmente no RS, afirmando uma identidade e estabelecendo força nesta disputa de poder com o Estado e outros segmentos dos direitos humanos. Através da política de representação (HALL, 1996 apud COSTA, 2006) analisarei a constituição do Conselho do Povo de Terreiro, irei verificar se a hipótese de que os valores civilizatórios da matriz africana são de fato o que identifica e difere o Povo de Terreiro do movimento negro em geral; se a cosmovisão africana e seus valores civilizatórios são eixos norteadores da atuação política e; considerando a política multicultural (HALL, 2009 pg 84)<sup>3</sup>, investigo se pode ter uma saída conceitual sobre a vantagem e conquista coletiva, não somente para o Povo de Terreiro, mas também para o movimento social negro contemporâneo, comparando-os entre si através de uma leitura social, política e histórica e descrevendo a trajetória do Povo de Terreiro do RS até a constituição do Conselho do Povo de Terreiro do Estado do Rio Grande do Sul.

A formação da sociedade brasileira desde o período colonial, em que foi trazido um grande número de cidadãos e cidadãs africanos em regime de escravidão, é composta juntamente com os índios que aqui habitavam e os brancos colonizadores. Na medida do passar dos anos, constitui-se como sociedade multicultural. Temos, nos tempos de hoje, a compreensão que, com o passar dos anos, quando os africanos e seus descendentes recriaram/recriam espaços de resistência e preservação dos seus valores e suas memórias, (re)constituíram arcabouços práticos e filosóficos que são entendidos como religião/religiões<sup>4</sup> de matriz africana.

Nos dias de hoje vemos também a crescente autodeclaração nos censos do IBGE <sup>5</sup>, fruto da mesma luta travada desde antes da virada do milênio pela comunidade de matriz africana no Brasil, consolidada na Campanha “Quem é de Axé diz que é” realizada pelo movimento social de Terreiro em 2009/10, com o propósito de se fazer visível na elaboração de políticas públicas nacionais e estaduais, estratégia pensada em prol de várias políticas de igualdade racial em vários campos: saúde, educação, direitos humanos. Neste ritmo, o povo de terreiro compreendeu a estratégia e se articulou entendendo ser esta uma forma aplicada que efetivaria o diálogo com o Estado, exigindo uma organização nuclear similar à organização nos terreiros, entendendo assim que o fator da tradição facilitaria e traria uma diferenciação pontual e positiva, relevante para o prosseguimento das ações políticas<sup>6</sup>.

Vale dizer que esta necessidade da atuação política se deu pelo embate crescente contra a Intolerância Religiosa no Brasil todo nos últimos anos e cabe fazer uma leitura histórica sobre alguns fatos elucidativos. No início de julho deste ano 2017, a IURD – Igreja Universal do Reino de Deus fez 40 anos de sua criação no Brasil, e a partir deste evento podemos fazer uma análise sobre a mudança da “performance” da intolerância no Brasil. Isso nos leva a pensar que antes do surgimento desta religião, sentimos uma “acomodação” nas relações de tolerância religiosa no país onde as religiões mais tradicionais tinham ocupado um comportamento assimilacionista com as tradições da matriz africana.

A Igreja Católica, religião que caminhou junto com a coroa portuguesa para a invasão nas terras hoje chamadas de brasileiras e também com a invasão da África e comercialização dos africanos como escravizados, atuou de forma ostensiva nestas propostas político-comerciais, garantindo seus ganhos perceptíveis nas cidades em seus patrimônios históricos e ricos. Quanto aos fazeres dos negros e negras, a igreja interveio, colonizou e atuou de formas diferenciadas das que vemos hoje para impedir as práticas afro-religiosas. Sincretismo, proibição do uso da língua, estigmatização, falta de reconhecimento, são consequências muito danosas que temos como resultado do processo de escravidão na construção de identidade, significação do sujeito e manutenção cultural e civilizatória do povo negro no Brasil e nas Américas. Isso, com certeza é um processo violento e que em muitos casos levou à morte milhares de pessoas que se viam assumindo ou realizando práticas das tradições africanas. A atuação violenta da Igreja Católica se deu no Brasil Colônia, na Velha República e na Nova República se estabeleceu relações de forte sincretismo a de integralidade, principalmente nas periferias.

Atualmente, o embate com o Povo de Terreiro não se manifesta com a Igreja Católica e seus adeptos (que, de acordo com o Mapa da Intolerância Religiosa, também sofrem com ataques do mesmo grupo que ataca o Povo de Terreiro) mas sim com os neopentecostais e se dá como uma guerra santa<sup>7</sup>, principalmente com os iurdianos<sup>8</sup> que relacionam o mal com as práticas religiosas de matriz africana, mas que paradoxalmente operacionalizam bricolagens religiosas estabelecendo-se como uma igreja “religiofágica”, impondo-se como igreja da “exacerbação” e ao mesmo tempo aproxima-se das religiões afro-brasileiras, não negando-as mas mudando o significado de suas práticas. Para eles há forças do mal no mundo com poderes sobre os homens e estas frequentemente são associadas às religiões afro-brasileiras. Oro verifica que por vários fatores tanto de origem organizacional, quanto religiosas, o contra-ataque das religiões afro-brasileiras é muito incipiente. Toma como



exemplo a realidade religiosa do Rio Grande do Sul, que procura demonstrar como se processam as reações do campo afro muito mais pelo viés jurídico e político que por outros métodos. Isso no início da década de 2000, portanto antes da organização do Conselho do Povo de Terreiro. Pretendendo então demarcar uma temporalidade do projeto, à partir do início dos anos 2000 até os dias de hoje, porque considero este é o período o que se concentra a dinâmica de deslocamento e ruptura dentro do movimento social negro e que foi necessário ser feito de acordo com os fatos sociais impulsionantes relatados pelo autor acima. O que antes era organizado como um bloco único, se desmembra e se torna movimento negro e movimento do povo de terreiro como prática e postura. Aqui não caberá analisar se esta ruptura é benéfica ou não, sociologicamente falando, mas sim o quanto ela trouxe ao Povo de Terreiro liberdade de ação, engajamento, mobilização, identidade, autonomia e reconhecimento do Estado, abrindo-se para o debate e atendendo as reivindicações quanto aos espaços de políticas públicas à exemplo do Conselho do Povo de Terreiro do Estado do Rio Grande do Sul, primeiro espaço de promoção de direitos representativo no Brasil.

O recrudescimento das políticas conservadoras e a entrada em espaços legislativos e executivos de políticos da extrema direita e neopentecostais, mostra a fragilidade do estado se manter laico, e paradoxalmente têm inferido radicalmente na liberdade religiosa do Povo de Terreiro no Brasil. Os casos de violência e intolerância desde o início do século XXI vêm aumentando e sendo cada vez mais denunciados. O caso mais emblemático é o de Mãe Gilda<sup>9</sup>, que no dia 21 de Janeiro de 2000, morreu tendo um infarto por ter sido invadido o seu terreiro por iurdianos que queriam lhe exorcizar e converter, segundo LIMA, 2010 depois de ter sido caluniada no Jornal “A Folha Universal”, Esta fatalidade resultou na promulgação do dia de sua morte como o Dia Nacional Contra a Intolerância Religiosa, ação promovida também com o forte apoio do movimento nacional do Povo de Terreiro. Desde então o movimento do Povo de Terreiro<sup>10</sup>, do Povo de Santo, do Povo de Matriz Africana, das Tradições de Matriz Africana (só para citar alguns nomes utilizados como representativos pelo Brasil afora) tem se articulado em prol de direitos previstos na Constituição Federal principalmente realizando Marchas, caminhadas e protestos neste dia contra a Intolerância, violência e racismo religioso.

Como já afirmei antes, intensificou-se a denúncia e divulgação de casos de violência no Brasil, resultado de ações articuladas e populares, tais como o Mapa da Intolerância Religiosa - organizado pelo Coletivo de Entidades Negras (CEN) em 2011 e que foi lançado

no Seminário da Marcha Estadual Pela Vida e Liberdade Religiosa de 2012 e, a partir deste evento, mais casos foram denunciados no Brasil e principalmente no RS (GUALBERTO, 2011, p. 107-32). O Mapa se refere às mais variadas religiões, sendo estas indicadas somente para narrar casos simbólicos de cada Estado da federação. No Mapa citado não há um ranqueamento dos estados e a demonstração de como acontece o fenômeno da intolerância no Brasil, sendo ele um instrumento de referência importante para pesquisas do gênero. Com as sequências de casos de violência em crescente brutalidade no Brasil todo e no RS é que foi percebido que era tempo e havia a necessidade de dialogar com o Estado sobre este assunto, exigindo uma postura de maior significância que provocasse a implantação de ações e políticas públicas que visassem dirimir as violências e iniquidades atuais e históricas resultantes da desigualdade racial e social sofridas pelo Povo de Terreiro; que atentasse a necessidade de um espaço de articulação pública, de interlocução e escuta, propondo políticas e tensionando com as reivindicações. Todas estas ações impulsionaram a construção do conselho, modo ao qual foi entendido ser possível no RS.

O processo de constituição do Conselho foi uma ousada conquista para este grupo historicamente estigmatizado, marginalizado e folclorizado pelo senso comum no Estado. Para que isso fosse possível teve que ser vivido um grande processo de elevação de autoestima das pessoas de tradição, através do convencimento por dentro dos terreiros. Esta baixa autoestima é resultante de todo o processo de colonização anteriormente citado neste e em outros tantos textos, proveniente principalmente da cultura hegemônica do catolicismo que se impregnou através do sincretismo sobre o saber e fazer das práticas da matriz africana (LIMA, 2010). Não posso negar ou deixar passar a importância que teve, neste processo todo para o estado e para o Brasil, a representação da RENAFRO – Rede Nacional das Religiões Afro-brasileiras e Saúde na mobilização, articulação e tomada de consciência do pertencimento político dos religiosos de matriz africana. A RENAFRO baseou seu trabalho com a estratégia de mobilizar o povo em função da promoção de outra política pública de fundamental importância e totalmente impulsionada pelo movimento de homens e mulheres negras no Brasil, a PNSIPN – Política Nacional de Saúde Integral da População Negra que foi promulgada em 2007. Neste mesmo ano foi quando no estado, através de Baba Diba de Iyemonja a rede se estabeleceu no RS realizando uma oficina na PUCRS sobre DSTs, HIV e AIDS. À partir disso, com o mote da PNSIPN, a RENAFRO circulou por todo estado, realizou três eventos nacionais, um regional e alguns estaduais com a pauta da saúde e do controle social. Estas capacitações afetaram diretamente a potencialidade política das Iyás e

Babás<sup>11</sup>, causando uma rápida inserção deles na estratégia de mobilização do movimento do Povo de Terreiro.

O grupo formado no RS e que protagonizou a formação do Conselho, teve como estratégia a mobilização em Marchas Estaduais em Janeiro de cada ano, desde 2006. As mobilizações têm a pauta basicamente de atuação na política de governo, sugerindo pautas e contra projetos de leis parlamentares que impactam diretamente nas práticas de matriz africana, ferindo a tradição, a liturgia e a religiosidade. Mais uma vez, o diálogo pelas demandas citadas aponta para a necessidade de construir formas de mediação politicamente convergentes, a fim de estabelecer relações de escuta e engajamento entre o governo e o movimento. O Movimento do Povo de Terreiro então começa a formular questões para a auto-organização, baseadas na demanda externa e na consciência política, somada ainda à sua concepção organizativa e de perspectiva de mundo, sua cosmovisão.

Portanto, meu problema de pesquisa tenta pensar em: Até que ponto a emergência do Povo de Terreiro na esfera pública política provoca efeitos transruptivos (HALL, 2009)? Quais são as condições possíveis de inscrição da diferença nessa esfera? De que forma podemos construir canais de tolerância para as práticas religiosas do Povo de Terreiro? Quais ações são eficazes? Reconhecendo o caráter elitista/racista/patriarcal que o estado rio-grandense e brasileiro é formado e o aspecto marginal que as demandas Povo de Terreiro foram introduzidas na administração pública e na sociedade brasileira comountodo, como fazer se reconhecer este grupo com cidadania e dignidade?

### **JUSTIFICATIVA:**

O que me leva a realizar esta pesquisa é a possibilidade de pensar as demandas políticas que o Povo de Terreiro produz frente ao Estado, através do Conselho do Povo de Terreiro do RS e de fazer visível sua atuação política a partir dos seus valores civilizatórios<sup>12</sup>. A justificativa se direciona a olhar o modo como esse fenômeno de mediação é visto pelos próprios participantes, podendo inclusive promover formas de qualificação dessas ações, ampliação e replicação em outros estados. A pesquisa se dispõe a abordar o modo como essa identidade cultural é reforçada, neste caminhar político e se (re)construiu/constrói na conjunção de conceitos e entendimentos sobre si, filosoficamente

falando, e com os outros advindos de contatos culturais, sociologicamente abordando. Absorveram-se, neste tempo os conceitos de:

**Intolerância Religiosa, Racismo Institucional, Estado Laico, Controle Social, Diversidade e/ou Liberdade Religiosa, Povo de Terreiro, Comunidade Tradicional de Matriz Africana, valores civilizatórios, visão de mundo e cosmovisão da Matriz Africana.**

Todos estes conceitos, como citei antes, são elaborados ou reformulados à partir de pesquisas, dissertações, artigos e teses acadêmicas de militantes e vivenciadores de tradições da matriz africana que, imbuídos na perspectiva do lugar de fala (RIBEIRO, 2017), do protagonismo e do pertencimento, introduzem um arcabouço teórico para o fortalecimento, engajamento e produção intelectual deste vasto campo, antes pesquisado pela academia como objeto sem a projeção ou retorno ao campo como se dá neste caso e, neste trabalho, podem ser organizados para que seja uma fonte a mais de produção de conhecimento deste grupo político e social, de modo a enriquecer empiricamente e conceitualmente o debate. Sou atuante desta ação que é política e é resquício de uma estratégia de “ocupação” acadêmica. Antes do advento das ações afirmativas – cotas universitárias - a intenção de estarmos na academia tinha o propósito da produção advir da população negra para subsidiar ainda mais nossas ações e políticas de reversão da defasagem histórica. Agora, para além disso, é de produzir sistematicamente campo de conhecimento, pesquisando formas, saberes e maneiras do povo de terreiro visivelmente presente no cotidiano brasileiro como forma de ser e estar.

Traça-se então os objetivos desta pesquisa que se mostram assim:

#### **Geral:**

**Pesquisar a atuação do Movimento do Povo de Terreiro do Estado do Rio Grande do Sul até a formação do CPTERS – Conselho do Povo de Terreiro do Estado desde o início dos anos 2000 até 2016.**

#### **Específicos:**

- Verificar a forma que se ascendeu o movimento advindo do movimento negro contemporâneo;
- Analisar suas formas de atuação, processos e perspectivas políticas utilizadas;
- Entender quais mecanismos que têm ou teve eficiência no diálogo com o Estado;
- Levantar pontos para análise e compreensão para a atuação política à partir da postura tradicional;

Analisar o Povo de Terreiro e suas atribuições culturais e políticas nas Ciências Sociais, em particular na sociologia, é o primeiro desafio que gostaria de imprimir neste trabalho de pesquisa. No Brasil e principalmente no Rio Grande do Sul, tenho acompanhado a produção acadêmica sobre o povo de terreiro na área da Antropologia. Estes estudos geram, sem sombra de dúvidas, muitas fontes para pesquisa e análise sobre o tema em questão. Mas aqui a ideia é pensar sociologicamente algumas questões muito particulares e que tem o mérito de serem precursoras no movimento que é o fato da criação do Conselho Estadual do Povo de Terreiro no Rio Grande do Sul - CPTERS.

No Brasil, não há instância de controle social e de promoção políticas públicas de similar proposta e composição (de maioria da sociedade civil – autoridades de matriz africana<sup>13</sup> e servidores do estado representantes de secretarias que promovem, coordenam ou são passíveis executores de políticas públicas geradas pelo trabalho do conselho). O CPTERS explicita bem que a sua intenção não é religiosa ou teológica, mas primordialmente política (RS, 2015). Portanto, não se tem a prerrogativa de instituir a tradição na ação do estado, mas sim buscar o reconhecimento de cidadania do povo, assim como ter reconhecido pelo estado as suas diferenças em prol da democratização da sociedade multicultural brasileira (HALL, 2009).

Poderia pensar este trabalho, desde os primórdios da resistência negra no Brasil, onde se (re)construiu a África nos terreiros. Fator que por si, daria conta de pautar como foi a resistência negro africana no período escravagista ou no pós-abolição. Também poderia pensar a continuidade desta resistência e sua organização em períodos de mudanças políticas bruscas como na velha república e no estado novo. Ainda sim resistindo e preservando o saber e fazer do Atlântico Negro<sup>14</sup> (GILROY, 1993 apud SANTOS, 2001), passando pela ditadura militar e o período de abertura. Mas, temporalmente, escolho o século XXI e seus anos iniciais (de 2000 a 2016) para olhar o que penso ser a ruptura entre o movimento social negro e o povo de terreiro. Esta ruptura como hipótese deste trabalho, é ser marcada por uma questão que podemos chamar da existência de uma filosofia política na religiosidade afro-brasileira (ANJOS, 2008), que como diz o autor é:

*...capaz de propor um outro equacionamento para o senso de equidade racial,... aproxima o modo de lidar com as diferenças nos terreiros à sofisticada elaboração filosófica deleuziana de um pensamento das diferenças...se desdobra em duas*

*dimensões: numa primeira explora-se uma concepção de pessoa estritamente vinculada ao modo afro-brasileiro de trabalhar as diferenças; por fim, retiram-se consequências político-filosóficas desse trato sofisticado das diferenças para uma rediscussão do significado do multiculturalismo no*

*Brasil. O argumento principal é o de que a religiosidade afro-brasileira vem expondo outra possibilidade de articulação das diferenças etnico-raciais e essa emergência se constitui como uma outra cosmopolítica divergente das que até aqui informam o sentido da identidade. (ANJOS, 2008)*

O que dos Anjos imprime como cosmopolítica, subsidia questionamentos e suposições de que a filosofia da cosmovisão da matriz africana consolida os valores civilizatórios (TRINDADE, 2006). Ao destacar a expressão “valores civilizatórios afro-brasileiros”, tenho a intenção de:

*...destacar a África, na sua diversidade, e que os africanos e africanas trazidos ou vindos para o Brasil e seus e suas descendentes brasileiros implantaram, marcaram, instituíram valores civilizatórios neste país de dimensões continentais, que*

*é o Brasil. Valores inscritos na nossa memória, no nosso modo de ser, na nossa música, na nossa literatura, na nossa ciência, arquitetura, gastronomia, religião, na nossa pele, no nosso coração. Queremos destacar que, na perspectiva civilizatória somos, de certa forma ou de certas formas, afrodescendentes. E, em especial, somos o segundo país do mundo em população negra.*

Esta afirmação de que civilizatoriamente somos todos afrodescendentes, faz trazer a questão que, se isso é verdade, porque na esfera pública, na política principalmente, a representação não é assim constituída, ou minimamente compreendida e incluída? Além disso, a prática política do Povo de Terreiro ocasionou na cena militante negra do estado do RS um “desentendimento” no modo de fazer política que causou uma ruptura na pauta e um descompasso nos avanços exemplificado pela constituição do CPTERS. O movimento social negro tem um Conselho Estadual – o CODENE, onde o povo de terreiro se constituiu até então como segmento. De maneira mais exata, minha busca é entender como e porque o Povo de Terreiro vira um movimento independente, quando por muitos anos foi um segmento do movimento negro.

Segundo Sérgio Costa (2006):

*“Os estudos pós-coloniais não constituem propriamente uma matriz teórica única. Trata-se de uma variedade de contribuições com orientações distintas, mas que apresentam como característica comum o esforço de esboçar, pelo método da desconstrução dos essencialismos, uma referência epistemológica crítica às concepções dominantes de modernidade. Iniciada por aqueles autores qualificados como intelectuais da diáspora negra ou migratória ...”*

Inicialmente, a fundamentação teórica do meu trabalho quer se nortear a seguir autores dos estudos pós coloniais, pois em suas articulações conceituais trazem a crítica epistemológica e o distanciamento racionalmente direcionados para a construção da análise sociológica que quero ter como proposta neste trabalho. Com Stuart Hall, principalmente pela abrangência com que o autor traz, o multiculturalismo como questão central para a discussão antirracista nas Américas. A agência do Povo de Terreiro na atuação em prol de questões coletivas marcadas pela identidade, centraliza a questão da culturalidade e da diferença na política, aonde a hipervisibilidade corporal é ressignificada, positivada usada para a atuar na esfera pública. Esta linha de pesquisa e o tema do trabalho utiliza o pertencimento à tradição e não a fenotipia negra. Estas considerações me trazem outro motivo provável e necessário de deslocamento do discurso racial do movimento negro para a atuação tradicional do Povo de Terreiro. No RS há uma enorme população não negra que é de terreiro e que sofre as mesmas violências declaradas como mote da resistência e do movimento. Claro que a intensidades não com as mesmas do que com a população negra, mas existem por um motivo comum. Lembrando que esta violência (podendo ser chamada de intolerância religiosa, racismo religioso ou simplesmente racismo) é a questão central desta discussão, pois tem como pano de fundo o racismo brasileiro, o que indica a inserção de Paul Gilroy na discussão conceitual. Ajuda então a dirimir a dúvida de como a intolerância religiosa cresce perante a sociedade multicultural e moderna? O que é tão violento na perspectiva de ressaltar a diferença, que impede um grupo de desenvolver-se socialmente sem ter que passar por alguns processos violentos de coerção e limitação de suas práticas religiosas tradicionais?

Mediante estes conceitos, a análise da ruptura com o movimento social negro e a virada em foco para a discussão com o Estado, o CPTRS – objeto em questão – se torna espaço da crítica ao pensamento colonialista, das desigualdades raciais no estado, das iniquidades sociais e de como todos estes dados devem ser tema para políticas públicas

republicanas e democráticas. Faz emergir inevitavelmente a questão multicultural por conta da presença negra no Brasil. Por sua maciça presença e a inserção de seu modo de vida na identidade brasileira, mesmo com o racismo extirpando estes saberes, a “contra cultura” politizada se fortalece paradoxalmente por conta da diferenciação.

A laicidade do estado brasileiro como um todo propõe mais uma questão que dialoga com o tema da pesquisa, por conta principalmente de seu tom de falsidade ou inoperância da capacidade de se operacionalizar. Isso fica visível nos casos institucionais de racismo religioso. Mas não teremos como abordar esta questão em sua complexidade por ser um tema caro ao campo das ciências jurídicas e abrange muitas outras fontes de estudo que para se fazer a boa abordagem, seria necessário muitas leituras jurídicas. Seria importante ao trabalho, mas o levaria para outro patamar na elaboração textual. Trarei o apoio da leitura que consultam um aparato teórico e jurídico de leis que normatizam hoje as comunidades tradicionais – principalmente o Decreto 6040 – motivador do Povo de Terreiro para o movimento em questão (VEIGA, 2016).

As comunidades tradicionais no Brasil sofreram e sofrem segregações jurídicas as quais estipularam uma situação de desigualdade presente nas periferias. Considerando que a territorialidade negra se confunde com a territorialidade das comunidades tradicionais, o que aproxima e determina o conceito de etnia para os adeptos das Tradições de matriz africana que tem o pertencimento social e político através da vivência da tradição. Como comunidade tradicional, se organiza e se entende por outros fatores diferenciais que a pesquisa podemos esmiuçar de melhor maneira. À partir dessas hipóteses:

Se o Povo de Terreiro tem seus *modus operandi* à partir de seus valores civilizatórios (re)construídos e (re)significados à partir da cosmovisão africana, é por conta desta postura, baseada nesta filosofia da teologia da matriz africana que a atuação política do Movimento do Povo de Terreiro é mais efetiva na esfera pública, tendo em menos de duas décadas alcançado espaços de poder institucional de grande porte e mobilização;

A demanda pela luta frente à intolerância religiosa forçou uma ruptura entre o povo de terreiro e o movimento negro brasileiro. Esta ruptura se deu pela formação marxista característica do MNB, que se constituiu nesta fase à partir da democratização brasileira, resquício da luta de classes, não reconhecendo a matriz africana como potencial político e antirracista.



O Movimento Negro, não percebendo a diversidade e complexidade das causas do Povo de Terreiro, não reconhece a população não negra com militante das mesmas causas, atuando também para a ruptura e estabelecimento.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ANJOS, José Carlos dos. *A filosofia política da religiosidade afro-brasileira como patrimônio cultural africano*. Porto Alegre: Debates do NER, NO 9, N. 13, P. 77-96, JAN./JUN.2008

\_\_\_\_\_: *O Corpo nos rituais de iniciação do Batuque* in Corpo e significado: ensaio de antropologia social. Org. LEAL, Ondina Maria Fachel. Porto Alegre, EdUFRGS, 2001.

COSTA, Sérgio. *Dois Atlânticos. Teoria social, antirracismo, cosmopolitismo*. UFMG, 2006

\_\_\_\_\_: *Desprovincializando a sociologia*. RBCS Vol. 21 n°. 60 fevereiro/2006 Acesso em 20/04/2017

DOMINGUES, Petrônio. *Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos*. 2007.

GUALBERTO, Marcio Alexandre. *Mapa da Intolerância no Brasil*. Rio de Janeiro. 2011. Ed. Multiplike

HALL, Stuart. *Dadiáspora Identidades e Mediações Culturais*. UFMG, 2009 LIMA, Lídia Maria. Entreoamémeoaxé.

NASCIMENTO, Elisa Larkin org. *Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora*. Coleção Sankofan°4. Selo Negro, Petrópolis, 2009

OLIVEIRA, Eduardo David de. *Cosmovisão Africana no Brasil: Elementos para uma Filosofia Afrodescendente*-Fortaleza, CE: L.C.R., 2003.

ORO, Ari Pedro. *Religiões Afro-Brasileiras no Rio Grande do Sul: passado e presente*. Estudos Afro-Asiáticos, ano 24, n°2: 345-384. 2002.

\_\_\_\_\_. *Intolerância Religiosa Iurdiana e Reações Afro no Rio Grande do Sul*. In: SILVA, Vagner Gonçalves. Intolerância Religiosa. Impactos do Neopentecostalismo no campo religioso afro-brasileiro. São Paulo. Edusp, I.p. 29-69, 2007

RIBEIRO, Djamilá. O que é lugar de fala? Belo Horizonte, MG: Letramento, Justificando, 2017.

RIO GRANDE DO SUL. **Relatório das atividades do Conselho do Povo de Terreiro**, PortoAlegre,2015.

SANTOS,EufráziaCristinaMenezes.ResenhadoLivro.

SANTOS, José Antonio dos. **Movimento negro no Rio Grande do Sul: apontamentosdeumahistória**.RevistaANPUH,2016.

SCHÄFFER, Margareth. **”Entre lugares da cultura”: diversidade ou diferença?** Resenha Crítica BHABHA. Homi K. O Local da Cultura. Revista Educação e Realidade,1999.

TRINDADE, Azoilda. **Valores civilizatórios afro-brasileiros na educação**.Programa 2.A cordaCultura.

VEIGA,CláudioKieffer.**ComunidadesAfricanasnoBrasil**.Juruá.2016

## **POLÍTICAS CULTURAIS E PARTICIPAÇÃO SOCIAL: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA CULTURA VIVA.**

**Matheus Islabão Martins**  
(Universidade Federal de Pelotas)

### **Introdução**

Sabe-se que o desenvolvimento social e econômico de uma sociedade é possibilitado e estimulado por determinados fatores, sendo a cultura um dos fundamentais. Contudo, existe uma enorme distância entre o que está contido nos discursos oficiais acerca da importância dispendida à cultura e o que se pode perceber na prática. Nesse sentido, de acordo com Rubim (2007), a relação da cultura com o Estado brasileiro pode ser descrita através de três palavras: ausência, autoritarismo e instabilidade.

Em relação à ausência, o autor relembra a herança do modelo colonial português, onde a promoção de qualquer tipo de cultura local era expressamente proibida. Além disso, ainda que se possa verificar a existência de algumas ações pontuais no campo cultural nos anos de 1990, as políticas culturais se restringiam às leis de incentivo fiscal, transferindo a responsabilidade pela alocação de recursos do Estado para a iniciativa privada.

Quanto ao autoritarismo, é possível perceber o paradoxo de que a cultura deixa de ser ausente no Brasil em períodos autoritários. Ainda que se possuísse um objetivo de instrumentalizar a cultura em favor dos regimes ditatoriais, foi neste período que o Estado passou a dispender uma atenção efetiva sobre o campo.

Já acerca da instabilidade, esta característica está muito presente na forma como os governos brasileiros têm tratado historicamente o tema da cultura. A este respeito, Rubim (2007) destaca que até 1930 o setor de cultura integrava o Ministério de Educação e Saúde. É precisamente neste período, durante a gestão do ministro Gustavo Capanema, em que se dá o início do processo de institucionalização da cultura pelo Estado brasileiro, ainda que este aspecto não fosse uma prioridade. Em 1953, as políticas culturais passam a compor, ainda que de forma secundária, o Ministério de Educação e Cultura. Apenas em 1985, com o processo de redemocratização, o setor cultural alcança o status de ministério específico. Contudo, já em 1990, este ministério é desmantelado pelo governo Collor e reduzido à forma de secretaria. Assim permaneceu até 1993, quando foi reorganizado na forma de ministério, no governo Itamar Franco (CALABRE, 2009). Além disso, outro aspecto que evidencia claramente a

fragilidade institucional e a instabilidade que acompanha a abordagem da cultura pelo governo brasileiro é o fato de que, nos dez primeiros anos de existência do Ministério da Cultura, esta pasta teve dez ministros diferentes, afirmando a falta de continuidade das gestões.

Porém, a partir do primeiro mandato do governo Lula, esta conflituosa relação entre o Estado e a cultura passa a ser ressignificada. A partir deste momento, a cultura passa a ocupar um papel de destaque, sendo entendida como instrumento essencial na fundamentação das políticas sociais colocadas em prática. De acordo com Filho e Chagas (2015), o Estado passa a compartilhar a gestão das políticas culturais com a sociedade civil, deixando de ser o produtor oficial de cultura e passando a organizar e estimular a produção cultural demandada pela sociedade. Neste momento, através da atuação do ministro Gilberto Gil, a cultura passa a ser vista a partir de uma abordagem antropológica mais abrangente, ampliando os setores de atuação das políticas culturais e valorizando a diversidade cultural do país.

Nesse sentido, Chauí et al. (1985) apontam a importância de uma política cultural capaz de romper com o conceito elitista hegemônico que prevalecia, até então, na sociedade brasileira, onde o reconhecimento artístico e cultural eram conferidos apenas a determinadas atividades, com o acesso restrito a certos grupos sociais – como, por exemplo, o caso da cultura erudita. A partir de 2003, as políticas culturais passam a ser entendidas como um importante elemento de promoção da cidadania - atuando em consonância com as políticas sociais adotadas -, além de ser um efetivo veículo na implementação de um diálogo mais próximo com a sociedade civil.

Ao analisar este novo posicionamento adotado pelo Ministério da Cultura, pode-se perceber que esta gestão deixa de atuar nos moldes da democratização cultural para focar na democracia cultural. Para Barbalho (2012), o primeiro conceito diria respeito ao estabelecimento do foco das políticas culturais em ampliar o acesso das massas à cultura através do consumo. Enquanto o segundo teria como finalidade estabelecer o foco das políticas culturais no acesso da população a todas as etapas que envolvem o processo cultural – formação, criação, circulação, fruição. Desta forma, o objetivo seria deslocar o foco das políticas culturais que visam, acima de tudo, o indivíduo consumidor para aquelas que dialogam com as demandas da sociedade civil.

A partir da breve contextualização histórica apresentada acima, pode-se notar que o campo das políticas culturais no Brasil é marcado por determinadas peculiaridades que lhe configuram em um interessante objeto de análise, fato que, segundo Simis (2008), causa certa estranheza por tal assunto não ser muito considerado nos estudos empíricos e teóricos das

ciências sociais. Uma das características destacadas pela autora diz respeito exatamente à atuação do Estado que, ao mesmo tempo em que não pode se eximir de fornecer o acesso à cultura – direito constitucionalmente garantido aos cidadãos -, deve atentar para não incorrer na tentação de monopolizar a criação e produção da cultura. Dito de outra forma, ao passo que o Estado deve evitar a produção e a imposição de uma cultura oficial, deve se organizar para produzir políticas públicas que sejam capazes de dialogar com a sociedade, fornecendo a abertura e o espaço necessários para que as demandas culturais dos cidadãos possam se expressar em suas ações (SIMIS, 2008).

### **Aspectos Metodológicos**

A partir do cenário contextualizado acima, o problema de pesquisa que este estudo se propõe a analisar pode ser colocado da seguinte forma: de que maneira a política cultural federal adotada no período de 2004 a 2010, notadamente a partir do Programa Cultura Viva, pode ser analisada sob uma perspectiva de implementação de práticas de democracia participativa?

Neste sentido, a principal hipótese que norteará a pesquisa é a de que as políticas culturais - notadamente através do Programa Cultura Viva – implementadas nos dois mandatos federais do governo Lula, passam a representar uma nova forma de diálogo entre governo e sociedade civil, através da disponibilização de canais participativos aos cidadãos, como as conferências nacionais de cultura e os conselhos de cultura.

Desta maneira, de forma a operacionalizar a análise proposta, estabeleceu-se alguns objetivos como, por exemplo, avaliar as formas e mecanismos de participação da sociedade civil na definição das políticas públicas culturais concernentes ao Programa Cultura Viva no período de 2004 a 2010; descrever o processo de tomada de decisão e definição das políticas públicas culturais federais e a participação da sociedade civil nesse processo; avaliar se existe e como se dá o processo de integração entre as ações do programa Cultura Viva nas esferas federal, estadual e municipal e a atuação da sociedade civil nestas instâncias; e compreender os mecanismos de diálogo e participação utilizados na primeira conferência nacional de cultura, ocorrida em 2005.

No que se refere às fontes documentais, a pesquisa se fundamenta, basicamente, em documentos oficiais do Ministério da Cultura, bem como de órgãos e entidades com quem mantenha relação e atue de forma conjunta. Neste sentido, analisou-se os documentos oficiais do programa Cultura Viva, bem como seus relatórios de análise.

## Programa Cultura Viva

A partir da nova maneira de se entender a cultura, adotada no início da década passada, é lançado em 2004 o programa Cultura Viva. De acordo com seu documento-base,

o programa **Cultura Viva** é concebido como uma rede orgânica de criação e gestão cultural, mediado pelos **Pontos de Cultura**, sua principal ação. A implantação do programa prevê um processo contínuo e dinâmico e seu desenvolvimento é semelhante ao de um organismo vivo, que se articula com atores pré-existentes. Em lugar de determinar (ou impor) ações e condutas locais, o programa estimula a criatividade, potencializando desejos e criando situações de encantamento social (BRASIL, 2017, p. 18) [grifo do autor].

Neste sentido, a lógica deste programa se contrapõe à forma política adotada anteriormente, baseada nas BAC's – bases de apoio à cultura – marcada por licitações e obras faraônicas, exemplificadas na construção dos centros culturais. A partir deste programa, passa-se a se incentivar projetos e iniciativas já existentes na sociedade. Sua preocupação se centra na preservação da cultura popular e o reconhecimento e valorização da diversidade. Além disso, o programa visa promover o fomento estatal a determinadas práticas culturais não valorizadas pelo mercado e que, portanto, enfrentam maiores dificuldades em sua manutenção. O que se pretende com isso, deve-se destacar, não é fornecer o estímulo para que tais práticas se insiram no mercado, mas garantir a sua preservação (IPEA, 2011).

Outro aspecto diferencial neste programa se refere ao seu escopo de atuação. Sabe-se que a realidade de desigualdade social interfere nas práticas culturais. Neste sentido, conforme destacado anteriormente, o programa Cultura Viva, através da atuação dos pontos de cultura, pode ser visto como um programa de intervenção social, uma vez que atua em contextos marcados pela desigualdade cultural e social, fornecendo meios para que os agentes trabalhem com as comunidades no sentido de reduzir o desequilíbrio de tais relações (IPEA, 2011).

Desta forma, na estrutura do programa Cultura Viva, dois elementos merecem destaque, quais sejam, os pontos de cultura e os pontões. Assim,

o **Ponto de Cultura** é a ação prioritária do **Programa Cultura Viva** e articula todas as suas demais ações. Ele é a referência de uma rede horizontal de articulação, recepção e disseminação de iniciativas e vontades criadoras. Uma pequena marca, um sinal, um ponto sem gradação hierárquica, um ponto de apoio, uma alavanca para um novo processo social e cultural. Como um mediador na relação entre Estado e sociedade, e dentro da rede, o **Ponto de Cultura** agrega agentes culturais que articulam e impulsionam um conjunto de ações em suas comunidades, e destas entre si (BRASIL, 2017, p. 20) [grifo no original].

Por outro lado, os pontões atuam como articuladores, formam redes e atuam numa perspectiva macro, onde exista um conjunto de pontos de cultura. Destaca-se, além disso, que pontos e pontões se diferenciam também em relação à instituição proponente, ao seu perfil de atuação e à sua capacidade de agenciamento. Desta forma, uma vez que os pontões possuem a função de formadores e articuladores de redes, precisam possuir uma estrutura capaz de transitar pelos vários pontos desta rede.

### **Considerações**

O presente trabalho representa apenas o início de uma pesquisa que visa analisar as práticas participativas que podem ser encontradas no contexto político brasileiro, notadamente no campo das políticas culturais. O que se pretendeu aqui, portanto, de maneira alguma procura esgotar o debate acerca do tema proposto.

Contudo, a partir das exposições apresentadas acima, é possível indicar alguns cenários e possibilidades para o desenvolvimento da pesquisa. Neste sentido, um primeiro aspecto que pode ser apresentado se refere à possibilidade de se pensar nas práticas participativas como uma alternativa à crise institucional e de representação que atualmente se manifestam em nosso contexto político. Desta forma, o estabelecimento de canais de participação – principalmente local, em um primeiro momento – pode fortalecer o sentimento de competência política – no sentido destacado por Pateman (1970) – na população, reestabelecendo um ambiente de legitimidade política, uma vez que os cidadãos passariam a tomar parte nas discussões e a responsabilizar-se pelas decisões locais. Outra possibilidade que se coloca, ainda, é analisar a proposta de diferentes programas que, como o Cultura Viva, se propõem a desempenhar um papel de mediador entre interesses do Estado e sociedade civil.

### **Referências**

AVRITZER, Leonardo. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação sobre a participação no Brasil democrático. **Opinião Pública**. Campinas, v. 14, n. 1, p. 43-64, Junho, 2008.

AVRITZER, Leonardo. A dinâmica da participação local no Brasil. In: AVRITZER, Leonardo (Org). **A dinâmica da participação local no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010.

BRASIL. Estatuto da cidade. 3.ed. Brasília, 2008.

BRASIL. Ministério da Cultura (MinC). **1º Conferência Nacional de Cultura 2005/2006: estado e sociedade construindo políticas públicas de cultura**. Brasília, 2007.

BRASIL. Ministério da Cultura (MinC). **Programa Arte, Cultura e Cidadania – Cultura Viva**. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/culturaviva/cultura-viva/> Acesso em: ago.2017.

BURGOS, Raúl. Da democratização política à radicalização da democracia: novas dimensões estratégicas dos movimentos sociais. In: DAGNINO, Evelina; TATAGIBA, Luciana (Orgs.). **Democracia, sociedade civil e participação**. Chapecó: Argos, 2007.

CALABRE, Lia. Políticas culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

CHAGAS, Fernando Luis Silva; FILHO, Adilson Vaz Cabral. Percepções sobre as políticas públicas culturais no Brasil, a partir do governo Lula. **Políticas Culturais em Revista**. Salvador, 2015.

CHAUÍ, Marilena. et al. **Política cultural**. 2 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

IPEA. Cultura viva: as práticas de pontos e pontões. Brasília: Ipea, 2011.

MIGUEL, Luis Felipe. Teoria democrática atual. In: **BIB (Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais)**. São Paulo, n° 59, p. 5-42, Jan-Jun, 2005.

PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PEREIRA, Marcus Abílio Gomes. Modelos democráticos deliberativos e participativos – similitudes, diferenças e desafios. In: DAGNINO, Evelina; TATAGIBA, Luciana (Orgs.). **Democracia, sociedade civil e participação**. Chapecó: Argos, 2007.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2.ed. Novo Hamburgo; Feevale, 2013.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas Culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre. **Políticas Culturais no Brasil**. Salvador. Edufba, 2007.





# Múltiplos Olhares desde o Brasil

SILVA, Fabricio Pereira da. **Democracias errantes: reflexões sobre experiências participativas na América Latina**. Rio de Janeiro: Ponteio, 2015.

SIMIS, Anita. A política cultural como política pública. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre. **Políticas Culturais no Brasil**. Salvador. Edufba, 2007.

## **DEMOCRACIA LIBERAL EM CRISE E O RESGATE DAS ARENAS LOCAIS DE PARTICIPAÇÃO**

Fábio Hoffmann

### **Introdução**

A democracia é um daqueles conceitos essencialmente contestados (GALLIE, 1956), muito em razão de sua natureza polissêmica, pois como afirma Dahl (2016), ela tem significados diferentes para diferentes povos e em diferentes lugares e momentos históricos distintos. Para os cidadãos atenienses seu regime de governo era democrático, mesmo excluindo a maior parcela de sua população representada pelos escravos, mulheres e estrangeiros. Em uma população de cerca de quatrocentos mil habitantes, apenas quarenta mil cidadãos tinham o direito de participar da vida política da cidade (HERMET, 1997).

A invenção democrática, como denominou Claude Lefort (1987) apresentava um regime de representação surgido da necessidade de domesticar e conter aspirações da plebe ao acesso de direitos. Um regime aristocrático que aos poucos vai sucumbindo à ideia de igualdade política da fórmula um homem um voto, ideia essa que se soma a de liberdade. Um povo se autogovernando, a naturalização desse discurso começa a ganhar as principais nações da Europa e é o regime adotado pelos Estados Unidos da América, uma ex-colônia inglesa recém-emancipada.

O artigo está estruturado da seguinte forma: num primeiro momento se faz uma breve revisão dos significados da democracia para os antigos e modernos. Em seguida é feita uma análise da crise da democracia liberal representativa. Ao invés da dissolução dos Estados-nação como apontavam previsões como Guéhenno (1994) e Badie (2015) e a possibilidade de democracia em nível global, os apontamentos convergem para a necessidade do fortalecimento de práticas democráticas em níveis locais para a diminuição do vácuo de responsividade dos representantes e como forma de promoção de uma cultura política menos resignativa e mais transformadora.

### **A democracia clássica e moderna: um misto de inclusão e exclusão**



## Múltiplos Olhares desde o Brasil

Práticas democráticas podem parecer ter sido inventadas mais de uma vez, em mais de um lugar e por diferentes grupos ou tribos. Como argumenta Dahl (2016) algum tipo de democracia primitiva já pode ser comprovado pelos estudos de sociedades tribais ágrafas. No entanto essa democracia primitiva ainda não constituía um ideal de governo no qual as pessoas tinham como crença o autogoverno, como vem a aparecer na Grécia antiga, mais especificamente, em Atenas com Sólon (594 a. C.) e depois mais afirmativamente com Péricles em 443 a. C. (HERMET, 1997).

A democracia ateniense era praticada de forma direta, onde os cidadãos decidiam sobre os rumos da polis na *ágora*, a praça pública onde se davam as deliberações. Decisões importantes resultantes da deliberação na *ágora* incluíam as de entrar ou não em guerra e a de aplicar o ostracismo ou não a cidadãos denunciados. Além das decisões nas assembleias, haviam cargos que eram preenchidos pelo sorteio, e segundo Dahl, havia uma boa possibilidade de ser escolhido por essa loteria para presidir o principal cargo do governo da cidade (2016, p. 22).

A democracia ateniense, no entanto, era restrita a um número muito pequeno de cidadãos. Para ser cidadão era necessário ser homem, livre e não estrangeiro, e para alguns cargos de sorteio era necessário ainda a comprovação de posses. Isso quer dizer que mulheres, escravos e estrangeiros (a maioria da população) não estavam cobertos pelo direito a cidadania ateniense.

Já a democracia moderna, ou liberal representativa só se tornou possível e teoricamente defensável na medida em que a fórmula um homem, um voto, não mostrou ser arriscado para os direitos que garantiam a propriedade (MACPHERSON, 1978, p. 17). Esse argumento traduz que a aceitação dos ideais do liberalismo e de uma sociedade capitalista foram aos poucos se entrelaçando aos ideais democráticos, como argumenta Markoff (2013), ao pensarem na democracia como método de governo, os democratas do século 18 seguiam algumas ideias do modelo clássico de democracia, mas rejeitavam definitivamente outras.

É com o espírito de restrição das massas e aristocratizada que a democracia liberal moderna se constitui como forma de governo. Esta por sua vez foi sucumbindo a ideia e aos poucos foi aceitando e incorporação, tanto as demandas do povo, como também sua inclusão num corpo formal de representantes. Afastados dos centros de decisão pela criação inúmeros empecilhos, como os direitos de propriedade para concorrer, os representantes das camadas



## Múltiplos Olhares desde o Brasil

populares ao lado do movimento sindical, tiveram que brigar para ter acesso aos canais institucionais do Estado para neles ajustar suas demandas.

### **A crise do modelo de democracia liberal**

No último quarto do século XX o mundo passou pelo que Huntington (1994) denominou de terceira onda democrática. Enquanto que nas décadas de 70 e 80 26% da população viviam sobre governos democráticos, isso passou a representar 62% do total no início do século XXI (DIAMOND, 2015; DAHL, 2016). O impacto mais considerável dessa transformação se deu em países da América Latina, com o fim de muitas ditaduras militares, e no Leste Europeu, com a desintegração do bloco soviético.

Não obstante, nem todos os países que fizeram a transição para a democracia conseguiram consolidar seus regimes. Em muitos casos, a democracia apenas sobrevive sob uma fachada eleitoral, que esconde uma silenciosa contenção da competição política, graves violações nas liberdades civis e políticas, constrangimentos constantes para a liberdade de imprensa, fragilidade do Estado de direito, dentre tantos outros problemas.

Desde o início do século XXI tem ocorrido um movimento no caminho de uma recessão democrática. Diamond (2015) tem apontado 25 colapsos democráticos desde 2000. Os casos vão desde golpes militares até degradações da arquitetura democrática, como violações dos direitos civis e políticos. Constituem bons exemplos, a Rússia de Putin, a Venezuela de Chávez e agora Maduro, a Turquia de Erdogan e as Filipinas de Duterte. Todos esses governantes chegaram ao poder por meios democráticos, todavia, uma vez no comando de suas nações trabalham com grande esforço para concentrar poder pessoal em detrimento da garantia ao Estado de direito, principalmente através de instrumentos como cooptação, desmoralização ou simples eliminação dos mecanismos de *checks and balances*.

“Mesmo um prognóstico otimista sugere futuras ameaças à democracia na forma como ela é hoje praticada” (MARKOFF, 2013, p. 34). Um dos problemas enfrentados também pelas democracias liberais pioneiras, na argumentação do autor, é a tendência de internacionalização das relações do campo de poder exercida na tentativa de fomentar instituições transnacionais e os blocos e mercados econômicos, que fragilizaram a soberania dos países democráticos. Essas democracias não têm conseguido dar uma resposta efetiva ao agravamento de problemas internacionais como terrorismo, narcotráfico, epidemias globais,

proliferação nuclear e imigração. Isso pode ajudar a entender o retorno do nacionalismo protecionista em muitas democracias, entre elas os Estados Unidos, Inglaterra e França.

A argumentação de Schmitter (2015) de que as democracias contemporâneas estão passando, não por uma recessão, mas sim por uma nova fase de transição deve ser levada a sério. Para ele uma nova configuração democrática que pode ser denominada de “pós-liberal” estaria sendo formada baseada em pontos como consultas públicas amplas sobre questões orçamentárias, definições mais amplas de cidadania, financiamento público de partidos políticos e de organizações da sociedade civil, quotas para as mulheres, instituições de supervisão, dentre outras. O que estaria sendo questionado, de acordo com Schmitter é a máxima de que a democracia só pode existir em Estados nacionais.

Markoff (2013) tem afirmado que as tentativas de democratização de organismo internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU), Fundo Monetário Internacional (FMI) e Organização Mundial do Comércio (OMC), ou ainda a criação de instituições transnacionais tem se mostrado inviáveis e infrutíferas justamente pelos múltiplos interesses estratégicos canalizados para o interior dessas instituições e a partir delas para a configuração do poder global de nações poderosas como os Estados Unidos e Inglaterra, e também de empresas de poder global. Estas nações que procuram promover a democracia pelo mundo, não a assume quando suscitada a aplicar os mesmos métodos nessas instituições a que controlam.

Outro problema apareceu diante das tentativas de democratizar blocos econômicos e políticos como recentemente ocorreu com o Bloco Europeu. Os mecanismos de democratização implantados e a busca do entrelace econômico fez com que a campanha do Brexit fosse vencedora. O que resultou de todo esse processo como experiência foi a de que os interesses nacionais, no caso a Grã-Bretanha, fossem tidos como prioritários diante da tentativa histórica de unificar diferentes povos com um passado comum. Nesse sentido, economias que sustentam o Bloco Europeu, como Alemanha e França veem um aumento significativo da força política de lideranças com programas de fechamento e desintegração do que o contrário.

Uma agenda de pesquisas e estudos é necessária para explicar as causas de muitas das nações da terceira onda terem naufragado em consolidar a democracia liberal em seus países. E isso é só a ponta do iceberg, pois mais recentemente, com os governos de Theresa May e de Donald Trump, dois dos principais modelos de democracia liberal no mundo hoje



## Múltiplos Olhares desde o Brasil

passam um recado de claro retrocesso democrático ao fecharem suas nações diante da necessidade de resolução de problemas como imigração, epidemias globais e aquecimento global, além dos constrangimentos internos para minorias e estrangeiros.

Nos Estados Unidos, as mais recentes políticas adotadas, ou pelo menos agendadas, tem colocado enormes constrangimentos contra o direito das minorias. O discurso pela segurança e pelo emprego tem revelado sérios ataques à liberdade religiosa quando condena todo Islã pela proibição seletiva na entrada de muçumanos no país, e quando ataca os latinos, condenando-os responsáveis pelos índices de desemprego. Se for esta a mensagem a ser passada para as demais democracias do mundo, toda cautela possível será pouca, pois ela terá o potencial de ser reverberada de forma muito mais intensa onde o terreno da cultura política for mais receptivo.

A democracia liberal tem se mostrado limitada a atender as novas e crescentes demandas e aspirações das sociedades modernas. Os cidadãos não se sentem mais representados pelos partidos políticos, parlamentos e têm motivos para desconfiar da Justiça, do Estado e dos governos nacionais. A crise de representação foi agravada pela contínua e consistente queda da confiança política na última década do século XX e início do século XXI. Ao lado da queda da confiança política nas instituições em democracias consolidadas, países da América Latina e do Leste Europeu tem enfrentado também um baixo desempenho econômico, o que estimula ainda mais o descrédito e a desconfiança nas capacidades do regime democrático.

5 É preciso observar que a máxima sobre os limites e as possibilidades de êxito de um regime democrático estar condicionada a um Estado nacional continua uma premissa a ser derrubada empiricamente. Nesse sentido, faz mais sentido falar em reforçar práticas democráticas em níveis locais que sonhar com uma democracia a nível global. Promover práticas democráticas em pequenas localidades, no entanto, também constitui uma experiência difícil de ser aplicada, porém bem mais crível. É na comunidade que o espírito de coletividade e de pertencimento é estimulado com maior sucesso, e é também na comunidade que as pessoas percebem os resultados das políticas públicas, seja na forma de postos de saúde, escolas, creches, ou também na maior possibilidade de se sentir representado e que sua participação importa para os rumos da comunidade.



## Múltiplos Olhares desde o Brasil

### O retorno às arenas locais de participação

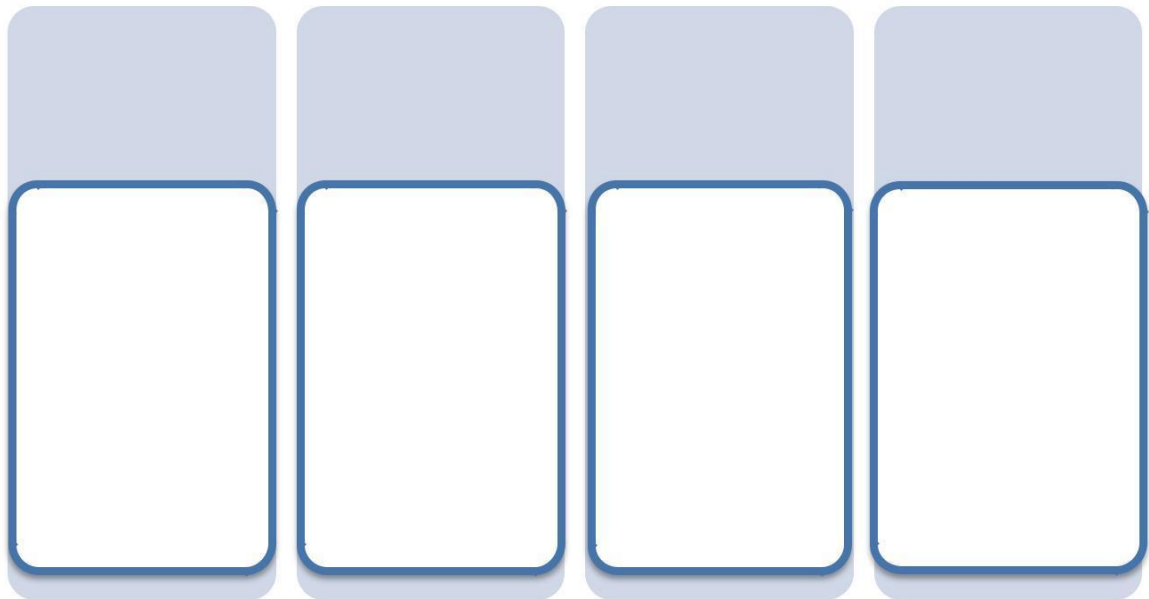
A globalização tem se caracterizado por impor transformações às estruturas dos Estados nacionais contemporâneos. Essas mudanças trazem implicações importantes, principalmente no reposicionamento da importância destes na elaboração de uma agenda de desenvolvimento para a nação. Segundo Offe (1999), diante do quadro de um mundo cada vez mais globalizado e de sua crescente perda de soberania, o Estado contemporâneo tem sido forçado a buscar uma ativa cooperação de seus cidadãos para poder programar e legitimar suas políticas públicas.

Essa ativa cooperação dos cidadãos através do engajamento cívico colaborativo é mais bem executada em níveis locais, pois “a democracia deve começar em casa e essa casa é a comunidade da vizinhança” (DEWEY *apud* PUTNAM, 2015, p.393). A razão para a escolha de pequenas localidades para a promoção de práticas democráticas está na argumentação que julga a proximidade e a preocupação do cidadão comum com os problemas que lhe são próximos em detrimento da indiferença às preocupações que lhe parecem distante.

Para que a disseminação de práticas democráticas em níveis locais sejam bem sucedidas alguns elementos devem ser considerados. Segundo Sisk (2015), além dos contextos nacionais, os quais são muito variados e estabelecem os tipos de decisões que poderão ser tomadas localmente, devem também ser considerados elementos como autoridade, capacidade financeira, capacidade para a implementação da política e uma delegação ao nível apropriado. A discussão e a presença desses elementos devem ser levadas em conta para a execução de práticas democráticas locais. Veja na figura 1 abaixo os questionamentos presentes em cada elemento.

Figura 1

Elementos que devem ser considerados para práticas democráticas em nível local



Autoridade	Capacidade financeira	Delegação ao nível apropriado A estrutura e o	Capacidade para a implementação da política
A estrutura municipal faz políticas e toma decisões importantes, ou geralmente	Qual é o	exercício da autoridade local criam espaço político para organizações da	Até que ponto o poder dentro de uma estrutura municipal é delegado ao fórum em
implementa as políticas debatidas e criadas em um nível superior, tal como em um parlamento nacional ou provincial	padrão de fluxo de receita e autoridade	sociedade civil e todos os majoritários de um problema para terem um papel	que é melhor exercido, tal como a descentralização de tomadas de decisões
	fiscal? Quem controla o orçamento?	garatido em processos de tomadas de decisão locais?	para bairros, grupos comunitários ou painéis especiais.

Fonte: figura elaborada pelo autor, baseado em Sisk (2015).

Para que práticas democráticas sejam bem sucedidas em níveis locais, portanto, é imprescindível que ocorra uma descentralização da autoridade, da arrecadação fiscal, da prática





## Múltiplos Olhares desde o Brasil

de deliberação e tomada de decisão e de uma burocracia local capaz de implementar as decisões tomadas. Essa descentralização ocorrerá em benefício de unidades menores, como prefeituras, subprefeituras e até mesmo bairros.

Promover práticas democráticas em nível local não é um trabalho simples e encontra como obstáculos fatores histórico-estruturais e culturais de formação do Estado moderno e da formação da sociedade. Estados Unidos através de seu sistema federativo consegue conjugar um Estado Nacional forte com estados federados com grande autonomia legislativa, judiciária e fiscal, enquanto o Brasil possui estados federados com autonomia limitada, tanto nas esferas legislativas, quanto judicial e fiscal. A suíça, por exemplo, é composta por 23 cantões, com cada um tendo seu próprio parlamento, constituição, governos e cortes. Ela é um dos exemplos mais próximos de uma democracia em nível local.

O exemplo de democracia deliberativa aplicado em Atenas ilustra o quanto é oportuno transformar esse instrumento em uma via de mão dupla, onde o envolvimento direto dos cidadãos em assuntos públicos e comunitários pode ajudar a transformar uma cultura política resignativa em atitudes e percepções de envolvimento com a comunidade e da importância da participação para a transformação da realidade social. Em Atenas 2006, o Movimento Socialista Pan-Helênico (PASOK) ao invés de deixar para os caciques do partido a decisão de escolha de quem seria o candidato a prefeito, optou por uma amostra científica de 160 cidadãos, que tinham como objetivo deliberar e escolher um candidato dentre os seis pré-selecionados pelo partido. Aconteceu que Alexandris, o menos conhecido dos seis pré-candidatos, foi o indicado através da consulta deliberativa.

De acordo com Fishkin (2015), há alguns entraves para a busca da inclusão, reflexão e igualdade política que a deliberação pressupõe: o primeiro obstáculo é a motivação dos cidadãos em uma sociedade de massa a se informarem, pois ela tem um custo e dificilmente eles deixarão de lado suas vidas privadas, caso percebam que sua participação não tem efeito direto nos destinos da comunidade; segundo, ao contrário do que se pressupõe nas práticas e principalmente nos resultados, nem todos tem opiniões tal como mostram as pesquisas; e terceiro, quando as pessoas em geral discutem política e assuntos da comunidade, o fazem dentre aqueles com opiniões próximas das suas, o que acaba por gerar pontos de vistas mais estreitos, pois não se considera as opiniões desagradáveis e contrárias.



## Múltiplos Olhares desde o Brasil

Outro exemplo conhecido é o Orçamento Participativo (OP) aplicado inicialmente na cidade de Porto Alegre e que inovou o modelo até então aplicado de alocação dos recursos públicos. O OP permite que uma parcela dos recursos públicos seja direcionada de acordo com a participação da população em bairros, regiões e até mesmo a nível municipal para aplicação como construções de creches, ginásios esportivos, escolas, etc. Mais do que o investimento através da alocação de recursos, esse tipo de instrumento também busca promover a participação e a deliberação sobre recursos públicos, um tema distante da população.

Como lembra Putnam (2015), a participação das pessoas na vida comunitária através de associações de bairros, clubes de futebol, partidos políticos, Lions, ajuda a transformar suas vozes individuais em ressonância coletiva e amplificada. Essa forma de associação ajuda a formar e estimular o desenvolvimento da confiança, da cooperação, da solidariedade. Esses elementos formam aquilo que o autor denomina de capital social, um agente poderoso para o desenvolvimento político, econômico e social de maior qualidade.

Reforçar práticas democráticas em níveis locais, portanto, tem efeitos positivos para a vida em comunidade. O primeiro a ser destacado é o de aumentar a participação dos cidadãos e a percepção que sua prática é importante, que suas ações geram consequências importantes para o futuro da comunidade. Outro benefício que podemos apontar é o de aumentar a responsabilidade dos representantes para com os representados, obrigando-os a prestar contas de suas ações de forma contínua para a sociedade. Esses elementos agem direto no combate a anomia social, estimulando o empoderamento individual e comunitário, favorecendo diretamente o desenvolvimento de uma cultura política transformadora da realidade.

### **Conclusão**

A democracia sempre conviveu com um misto de inclusão e exclusão. Como vimos, Atenas se julgava uma sociedade democrática, no entanto, excluía a maior parcela dos seus cidadãos, representados pelos escravos, estrangeiros e mulheres. Quando do nascimento da moderna democracia representativa, igualmente a exclusão continuou um elemento presente através dos pré-requisitos para eleger e ser eleito. Embora tenha havido uma gradual inclusão das massas na vida política das nações democráticas, isso se fez quando



## Múltiplos Olhares desde o Brasil

não mais havia ameaças reais daquelas de subverter os direitos de propriedade pelos quais as bandeiras liberais zelavam.

As tentativas de se buscar uma democratização a nível global, ou dentro de instituições globais tem se mostrado frustrante. Instituições como a OMC, o FMI e até mesmo a ONU não terão nenhum estímulo para se moverem por práticas democráticas, muito pelo contrário, seus funcionamentos têm revelado os interesses de poder e dominação de nações poderosas e empresas globais. A esse respeito, a vitória da campanha pelo Brexit, a manutenção de taxas sobretaxas alfandegárias como instrumentos econômicos e geopolíticos, e o acesso restrito ao clube do Conselho de Segurança da ONU constituem exemplos claros de que uma democratização a nível global é inviável e não passa de uma especulação teórica.

Práticas democráticas locais têm recebido maiores atenções de autoridades e de formuladores de políticas públicas. Como argumentado neste texto, é na localidade que a promoção do sentimento de pertencimento e de percepção de mudança através do engajamento são mais suscetíveis de êxito. Reforçar práticas democráticas locais é acima de tudo aproximar o cidadão da vida de sua comunidade, desenvolver uma cultura política menos resignativa e mais transformadora. É devolver à localidade o espírito republicano há muito perdido pela democracia liberal de massas.

### Referências

BADIE, Bertrand. O fim dos territórios. Lisboa: Piaget, 2015.

DAHL, Robert A.. Sobre a democracia. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2016.

DIAMOND, Larry. O espírito da democracia: a luta pela construção de sociedades livres em todo o mundo. Curitiba: Instituto Atuação, 2015.

FISHKIN, James S. Quando o povo fala: democracia deliberativa e consulta pública. Curitiba: Instituto Atuação, 2015.

GALLIE, W. B. Essentially Contested Concepts. Proceedings of the Aristotelian Society, vol. 56 (1955-1956), p. 167-198, 1956.

GUÉHENNO, Jean-Marie. O fim da democracia. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.



## Múltiplos Olhares desde o Brasil

HERMET, Guy. A democracia. Lisboa: Piaget, 1997.

HUNTINGTON, Samuel P.. A Terceira onda: a democratização no final do século XX. São Paulo: Ática, 1994.

LEFORT, Claude. A invenção democrática: os limites da dominação totalitária. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MACPHERSON, C. B. A democracia liberal: origens e evolução. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MARKOFF, John. Democracia: transformações passadas, desafios presentes e perspectivas futuras. Sociologias, ano 15, n. 32, jan./abr, p. 18-50, 2013.

OFFE, Claus. How can we our fellow citizens?. In: WARREN, M. (Ed.) Democracy and trust. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

PUTNAM, Robert D. Jogando boliche sozinho: colapso e ressurgimento da coletividade americana. Curitiba: Instituto Atuação, 2015.

SCHMITTER, Philippe C. Crise e transição, mas não declínio. Journal of Democracy em português, v. 4, n. 2, out., 2015.

SISK, Timothy et al. Democracia em nível local: manual de participação, representação, gestão de conflitos e governança do international IDEA. Curitiba: Instituto Atuação, 2015.

TILLY, Charles. Democracia. Petrópolis: Vozes, 2013.

